

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

**O Capital Oligopólico em marcha
sobre a periferia nordestina:
Evolução da organização territorial,
divisão territorial do trabalho e
complementaridade industrial**

Antonio Carlos F. Galvão

Orientador

José Roberto Mendonça de Barros

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O CAPITAL OLIGOPÓLICO EM MARCHA SOBRE A PERIFERIA
NORDESTINA: EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL ,
DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E COMPLEMENTARI
DADE INDUSTRIAL

ANTÔNIO CARLOS FILGUEIRA GALVÃO
ORIENTADOR: JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia
de São Paulo, para obtenção do título de Mestre
em Economia.

SÃO PAULO
- 1987 -

Para Rosane e Laíla

AGRADECIMENTOS

Durante o período de elaboração desta dissertação inúmeras pessoas prestaram-me colaboração. Sem prejuízo do agradecimento a todos os que me ajudaram, gostaria de ressaltar alguns nomes.

Ultrapassando a princípio os limites estreitos do trabalho apresentado gostaria de agradecer, pelo eterno carinho e crença cega na minha capacidade, a Mário e Isa e a Anastácio e Naide. Devo a eles o interesse e a pequena vivência dos assuntos nordestinos.

À professora e amiga Elca Rosenberg por seu estímulo seminal para que minha formação não se encerrasse ao nível de graduação.

Ao professor e amigo Antonio Rocha Magalhães devo os primeiros e instigantes contatos com o fascinante tema da industrialização nordestina, além do apoio em todo o processo de gestação desta pesquisa.

À professora e amiga Maria de Nazareth Aguiar devo as primeiras lições de comportamento profissional e o aprendizado inicial nas questões espaciais, que se mostrariam cruciais para a compreensão mais funda dos processos econômicos a partir de sua inserção nos marcos mais amplos da ordem social.

Ao professor e amigo Luis Eduardo Montenegro Castelo por seu apoio incessante.

Duas pessoas ajudaram decisivamente na compilação dos dados e preparo das tabelas preliminares: a economista capixaba Mônica Maria Demarchi e o então estudante de economia Nilton José Franzoni. Sem esta ajuda, a tarefa ter-se-ia tornado ainda mais árdua do que foi.

Alguns contribuíram com críticas e sugestões pertinentes e também com o envio de material de referência sobre o tema em questão. Entre estes gostaria de ressaltar o meu "meio-irmão" Mario Lisboa Theodoro, os meus colegas do CNPq Evaristo Santiago Ferreira Júnior e Frederico Rodrigues e os economistas Raul José Paz e Roberto Smith.

O desenrolar da tarefa contou também com o apoio cons
tante dos meus colegas de turma e de moradia no CRUSP. Dentre
estes gostaria de ressaltar, em especial, aqueles com quem
mais mantive fértil troca de idéias que de alguma forma per
mearam a elaboração da dissertação: Maurias, Roberto "Dinami-
te", Serginho, Flavio, Marangoni, Orlando, Thomás, Fábio, Ma
ciel, Ferreira, Teresa e Ivônio.

Aos professores Iraci Del Nero da Costa, Luis Augusto
Queiroz Ablas e Hélio Nogueira da Cruz que contribuíram não
apenas com sugestões a partir da presença na banca de qualifi
cação, mas também com discussões sobre versões iniciais de
partes da dissertação e com estímulo permanente.

Ao meu orientador Professor José Roberto Mendonça de
Barros por tudo e, especialmente, por seu apoio em momentos
difíceis de execução da tarefa proposta.

À amiga Fátima Guedes pela eficiência e presteza com que
se dedicou à dura tarefa de composição e datilografia de toda
a dissertação nas suas várias etapas; e ao amigo Carlos Bra
sil por sua ajuda e paciência.

Ao PNPE do INPES/IPEA, ao IPE/USP e ao CNPq por suas con
tribuições em momentos distintos do processo de elaboração da
dissertação.

Finalmente, todo o esforço envolvido não chegaria a bom
termo sem o obstinado estímulo, as críticas relevantes, as
discussões muitas vezes acaloradas, e os "empurrões" constan
tes de Rosane. Tenho plena convicção de que sem seu amor tudo
isto não teria acontecido.

RESUMO

O objetivo central desta dissertação consiste na análise das atuais relações de complementaridade estabelecidas entre a indústria localizada no território nordestino e a indústria localizada no pólo paulista, bem como na análise da gênese e evolução da organização territorial nordestina enquanto "sub-espaço" característico da formação social brasileira.

A penetração e desenvolvimento das relações capitalistas de produção no âmbito de nossa formação social moldou a evolução da organização territorial nordestina culminando, nesta etapa do processo histórico, na dissolução de seu "nexo" regional e em sua indiferenciação relativa quanto aos outros "sub-espaços" que compõem a vasta periferia nacional (ao redor do pólo paulista). Nos últimos anos, especialmente a partir da criação da SUDENE, a intervenção do Estado, em consonância com os interesses do capital oligopólico recém implantado, levou a uma reversão da tendência de concentração crescente da produção no pólo paulista, tendo-se mobilizado para tanto um conjunto de incentivos, dentre os quais ressalta-se o mecanismo do crédito fiscal do 34/18 e/ou FINOR.

De fato, registrar-se-iam na década de 70 os primeiros sinais de desconcentração industrial no país, com a indústria sediada no território nordestino crescendo no plano nacional em termos de sua participação relativa. Esta expansão far-se-ia a favor do capital hegemônico sediado em São Paulo, uma vez que a acumulação periférica tomava por base não só o próprio capital paulista, como também as possibilidades de estabelecimento de vínculos estreitos - para a frente e para trás - com a mesma indústria localizada no pólo.

A complementaridade industrial resultante apresenta assim nesta dissertação uma definição mais restrita, obtida a partir de uma análise das relações interindustriais, que estimula, no plano espacial, a aceitação da lei tendencial à homogeneização do espaço nas sociedades capitalistas, conquanto cada vez mais as frações hegemônicas do capital industrial oligopólico se reproduzam indistintamente nas várias porções do território nacional.

ABSTRACT

This dissertation's main purpose is to analyse the present relations of complementarity established between industries located in the Northeast Brazil's territory and the ones located in São Paulo, as well as to undergo a study of the genesis and evolution of the Northeast territorial organization as a characteristic "sub-space" of the Brazilian social formation.

The penetration and development of capitalist production relations within Brazil's whole social formation determined the evolution of the Northeast territorial (spacial) organization. This historical process culminated with the dissolution of the regional nexus and a relative homogenization in respect to the other "subspaces" which form the vast national periphery (around São Paulo's pole).

In the last years, specially since SUDENE (Northeast Development Superintendence) has been created, State intervention aimed to reverse the tendency of increasing production concentration in the São Paulo's pole. This was done by mobilizing in favour of the northeast a scheme of incentives, among which we emphasize the fiscal credit tax mechanism of 34/18 and/or FINOR.

This intervention, however, was undertaken in harmony with the requests of the oligopolistic capital just established

In fact, in the 70's, the first signs of industrial disconcentration in the country showed up, and the Northeast region increased its relative participation in Brazil's national panorama. But the expansion was made in favour of the hegemonic capital located in São Paulo, since the peripheral accumulation was based not only on the São Paulo's capital itself, but, also, on the possibilities to establish narrow back and forward linkages with the same industry located in the pole.

The concept of industrial complementarity, which resulted of the process is presented in this dissertation, with a more

restrict and precise definition, obtained by the analyses of the interindustrial relationships. This definition stimulates the acceptance of the tendencial law of space homogenization within the capitalist societies and leads to the conclusion that the hegemonic fractions of the oligolistic industrial capital, more and more, reproduce themselves in the various parts of the national territory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PRIMEIRA PARTE - O "CARÁTER" REGIONAL NORDESTINO	
CAPÍTULO 1	
ESPAÇO, REGIÃO E PROCESSOS SOCIAIS.....	21
1.1. Resumo dos Suportes Teóricos: As Concepções Espaciais de Rofman e Coraggio.....	21
1.2. Considerações sobre os Fundamentos Metodol <u>ó</u> gicos de uma Análise do "Caráter" Regional Nordestino.....	35
CAPÍTULO 2	
EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NORDESTINA.....	43
2.1. Gênese de uma Organização Territorial.....	43
2.2. A Formação de um Complexo Social-Natural Al godoeiro - Pecuário.....	57
2.3. Os Complexos Sociais-Naturais Nordestinos na Etapa de Constituição de Relações de Pro dução Capitalistas no Âmbito da Formação So cial Brasileira.....	63
2.4. A Organização Territorial Nordestina Forja da pela Dominância da Acumulação Industrial no Cenário Nacional.....	78
CAPÍTULO 3	
MARCOS REFERENCIAIS DE UMA NOVA FASE DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NORDESTINA: A CRIAÇÃO DA SUDENE E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	89
3.1. A Criação da SUDENE e o seu Significado.....	89
3.2. Evolução da Política para o Nordeste (I - Dé cada de 60).....	96
3.3. Evolução da Política para o Nordeste (II - Dé cada de 70).....	111
3.4. O Mecanismo dos Incentivos Fiscais.....	117

3.5. Algumas Características da Nova Espacialidade do Capital Oligopólico e sua Influência sobre a Organização Territorial Nordestina....	130
---	-----

SEGUNDA PARTE - A COMPLEMENTARIDADE INDUSTRIAL: UM ESTUDO DE CASO DA NOVA DIVISÃO INTERREGIONAL DO TRABALHO NO BRASIL SOB A ÓTICA DA INDÚSTRIA NORDESTINA

CAPÍTULO 4

RELAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA E ESPAÇO: O CONCEITO DE COMPLEMENTARIDADE INDUSTRIAL.....	139
---	-----

4.1. Considerações Gerais sobre a Evolução do Modo Capitalista de Produção e sua Interface com o Plano Espacial.....	139
4.2. A Complementaridade Industrial.....	150

CAPÍTULO 5

O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NORDESTINA (1959/1970/1975/1980) E ALGUMAS DE SUAS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAS (1975).....	161
--	-----

5.1. A Dinâmica da Indústria Nordestina: 1959/1970/1975/1980.....	165
5.2. A Estrutura Industrial Nordestina em 1975 e da "Nova Indústria" em 1977.....	187
5.3. As Dimensões Relativas da Indústria Nordestina frente à Indústria do Pólo.....	229

CAPÍTULO 6

A COMPLEMENTARIDADE INDUSTRIAL AO NÍVEL DO FLUXO DE MERCADORIAS E DE CAPITAL.....	237
---	-----

6.1. A Complementaridade Industrial ao Nível do Fluxo de Mercadorias: Balança Comercial, Origem dos Insumos, Destino das Vendas e Origem dos Equipamentos na "Nova Indústria" Nordestina.....	239
---	-----

6.2. A Complementaridade ao Nível do Fluxo de Capital: A Propriedade do Capital na "Nova Indústria" e no Universo Industrial Nordes- tino.....	274
CONCLUSÃO.....	287
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	294

LISTA DE TABELAS

1	- NORDESTE - Taxas de Crescimento Médio Anual do <u>N</u> úmero de Estabelecimentos dos <u>G</u> êneros Industriais (1959-1970-1975-1980).....	166
2	- NORDESTE - Taxas de Crescimento Médio Anual do Pessoal Ocupado nos <u>G</u> êneros Industriais (1959-1970-1975-1980).....	168
3	- NORDESTE - Taxas de Crescimento Médio Anual do <u>V</u> alor da Transformação Industrial <u>S</u> egundo os <u>G</u> êneros Industriais (1959-1970 - 1975-1980).....	170
4	- NORDESTE - Composição da Indústria Segundo os <u>G</u> êneros Industriais por <u>N</u> úmero de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Valor da Transformação Industrial (1959-1970 - 1975-1980).....	171
5	- NORDESTE - Relação Pessoal Ocupado por Estabelecimento Segundo os <u>G</u> êneros Industriais (1959-1970-1975-1980).....	174
6	- NORDESTE - Relação Valor da Transformação Industrial por Estabelecimento Segundo os <u>G</u> êneros Industriais (1959-1970-1975 - 1980).....	176
7	- NORDESTE - Relação entre o Valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado Segundo os <u>G</u> êneros Industriais (1959-1970-1975 -1980).....	177

8	- NORDESTE - Taxas de Crescimento Médio Anual do Número de Estabelecimentos, do Pessoal Ocupado, do Valor da Transformação Industrial e das Relações PO/EST, VTI/EST e VTI/PO, Segundo Gêneros Industriais (1959-1980).....	178
9	- NORDESTE - Taxas de Crescimento Médio Anual do Número de Estabelecimentos, do Pessoal Ocupado do Valor da Transformação Industrial e das Relações PO/EST, VTI/EST e VTI/PO, das 20 Indústrias que Apresentaram as Maiores Taxas de Crescimento do VTI (1959-1980).....	183
10	- NORDESTE - Estrutura Industrial por Categoria de Uso do Bem Produzido (1975).....	189
11	- NORDESTE - Relações Estruturais por Categoria de Uso (1975).....	190
12	- NORDESTE - Grupos cuja Participação Relativa na Categoria de Uso de Bens de Consumo Não Durável Superam 1% da Mesma em Termos de VTI (1975).....	193
13	- NORDESTE - Grupos cuja Participação Relativa na Categoria de Uso de Bens Intermediários para Consumo Supera 1% da Mesma em Termos de VTI (1975).....	196
14	- NORDESTE - Grupos cuja Participação Relativa na Categoria de Uso de Bens de Consumo Durável Supera 1% da Mesma em Termos de VTI (1975).....	198

15	- NORDESTE	- Grupos cuja Participação Relativa na Categoria de Uso de Partes de Durável Supera 1% da Mesma em Termos de VTI (1975).....	201
16	- NORDESTE	- Grupos cuja Participação Relativa na Categoria de Uso de Reparação Supera 1% da Mesma em Termos de VTI(1975).....	203
17	- NORDESTE	- Grupos cuja Participação Relativa na Categoria de Uso de Bens de Capital Supera 1% da Mesma em Termos de VTI (1975).....	204
18	- NORDESTE	- Grupos cuja Participação Relativa na Categoria de Uso de Partes de Bens de Capital Supera 1% da Mesma em Termos de VTI (1975).....	206
19	- NORDESTE	- Grupos cuja Participação Relativa na Categoria de Uso de Insumos Industriais Diversos Supera 1% da Mesma em Termos de VTI (1975).....	208
20	- NORDESTE	- Grupos cuja Participação Relativa na Categoria de Uso de Insumos para Construção Civil Supera 1% da Mesma em Termos de VTI (1975).....	210
21	- NORDESTE	- Grupos cuja Participação Relativa na Categoria de Uso de Partes Diversas Supera 1% da Mesma em Termos de VTI(1975)..	212
22	- NORDESTE	- Estrutura da "Nova Indústria" do Nordeste Segundo Categorias de Uso para Variáveis Seleccionadas (1977).....	224

23	- BRASIL E NORDESTE - Comparação entre a Composição do Valor da Produção da Indústria Brasileira em 1970 da Indústria Nordestina em 1975 e da "Nova "Indústria" do Nordeste em 1977, Segundo Categorias de Uso.....	226
24	- NORDESTE - Participação do VTI dos Gêneros Industriais de Áreas Seleccionadas no VTI Global dos Gêneros Industriais no país (1980).....	230
25	- NORDESTE - Posição dos Gêneros Industriais no Nordeste com Relação aos de São Paulo Quanto ao Tamanho Médio dos Estabelecimentos Industriais (Relações PO/EST e VTI/EST) e à Produtividade Média do Pessoal Ocupado (Relação VTI/PO) 1980.....	234
26	- NORDESTE - Balanço Comercial da "Nova Indústria " do Nordeste Segundo a Origem de Importações e o Destino das Exportações por Categorias de Uso dos Bens Produzidos (1977).....	240
27	- NORDESTE - "Nova Indústria" - Origem dos Insumos por Categoria de Uso do Bem Produzido (1977).....	249
28	- NORDESTE - Participação nos Montantes de Insumos Adquiridos em Cada Área Geográfica Delimitada, dos Grupos de Indústrias com Maiores Percentuais.....	252
29	- NORDESTE - "Nova Indústria" - Destino das Vendas por Categoria de Uso do Bem Produzido (1977).....	255

30	- NORDESTE - Grupos de Indústria com Maiores Participações no Montante das Vendas Realizadas em Cada Área Geográfica Delimitada (1977).....	258
31	- NORDESTE - "Nova Indústria" - Origem dos Equipamentos por Categoria de Uso do Bem Produzido (1977).....	270
32	- NORDESTE - Grupos de Indústria com Maiores Participações no Montante de Equipamentos Adquiridos em Cada Área Geográfica Delimitada (1977).....	272
33	- NORDESTE - Nova Indústria do Nordeste: Composição do Capital Social das Empresas Integrantes (1977).....	275
34	- NORDESTE - Nova Indústria do Nordeste: Origem do Controle do Capital Social (exclusive 34/18 - FINOR) 1977.....	277
35	- NORDESTE - Participação das Empresas Industriais Sediadas no Nordeste no Conjunto das 500 Maiores, 1000 Maiores, 2000 Maiores e 3000 Maiores Empresas Industriais do País (Segundo a Variável Patrimônio Líquido) 1977-1982-1985.....	282
36	- NORDESTE - Grupos Econômicos no Controle do Capital Social de Empresas Nordestinas Incluídas entre as 2000 Maiores Empresas Industriais do Brasil (1977 e 1975).....	284

LISTA DE QUADROS

1	- Esquema Básico dos Incentivos Fiscais do 34/18 (Regime de Aplicação Direta - 1961/1974).....	121
2	- Esquema Básico dos Incentivos Fiscais do FINOR (Regime de Fundos de Investimento - 1974/...).....	125
3	- NORDESTE - Dez Gêneros com Maiores Taxas de Crescimento Médio Anual de Variáveis e Relações Estruturais Seleccionadas (1959-1980).....	181
4	- NORDESTE - Grupos Industriais Ausentes ou "Hiatos" Setoriais da Estrutura Industrial Nordestina de 1975.....	214
5	- NORDESTE - Padrões Mercadológicos das Empresas da "Nova Indústria" Segundo as Respectivas Categorias de Uso - Destino das Vendas e Origens dos Insumos mais Importantes (% Superiores a 25% dos Totais de Insumos e Vendas) 1977.....	261
6	- NORDESTE - Grupos de Indústria da "Nova Indústria" que Adquiriram 50% ou Mais de Seus Insumos ou Realizaram 50% ou Mais de suas Vendas em São Paulo (1977).....	265

APÊNDICE

1	- Considerações Metodológicas Sobre as Fontes, os Dados e Seu Manuseio Nesta Dissertação.....	302
2	- Evolução das Indústrias Nordestinas (1959-1980).....	319
3	- Tabelas Básicas.....	393

INTRODUÇÃO

A questão do desenvolvimento industrial recente no Nordeste tem sido objeto de inúmeras investigações nos últimos anos, estruturadas segundo duas formas de abordagem principais. Na primeira são ressaltadas fundamentalmente as características estruturais da "Nova Indústria", como a capital-intensividade dos projetos incentivados, a pequena absorção de mão-de-obra e o custo elevado de criação de cada posto novo de trabalho, o reduzido efeito multiplicador dos investimentos sobre a renda nordestina, os pequenos efeitos de encaicamento para a frente e para trás no próprio território nordestino dos investimentos realizados, a dependência tecnológica dos projetos no que tange ao suprimento extrarregional de máquinas e equipamentos, a geração positiva de divisas e a concentração territorial nos Estados de Pernambuco e Bahia ou, mais especificamente, nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador. Na segunda são traçados os elementos que situam a industrialização nordestina como fenômeno decorrente da evolução industrial - capitalista do país, onde sobressaem as características da integração dos mercados nacionais, da expansão do capital oligopólico sobre a periferia nordestina, da complementaridade entre a indústria nordestina e a da área do Centro-Sul brasileiro.

Achamos que a primeira forma de abordagem, ainda que importante do ponto de vista de suscitar a identificação dos seus elementos característicos, seja insuficiente para denunciar a natureza e a gênese do fenômeno em questão. A segunda forma de abordagem, sem dúvida, apresenta-se mais próxima a estes objetivos, em particular porque vincula o fenômeno incidente no território nordestino aos que animam a formação social brasileira no seu todo.

Os temas ditos "regionais" assumem uma complexidade inu-

sitada nesse sentido. E isto porque as muitas formas possíveis de fracionamento indevido do todo social que compreendem podem resultar numa percepção limitada do mesmo, impedindo o traçado de suas linhas fundamentais. Daí porque muitos estudos não conseguem avançar além da mera descrição dos fenômenos que lhes estão associados, tornando-se incapazes de explicitar as raízes essenciais de sua explicação. Lidar com as questões "regionais" implica em lidar com porções específicas do território nacional cuja caracterização mais precisa requer o delineamento dos traços fundamentais dos processos sociais ali incidentes e de como estes se diferenciam ou não com relação aos incidentes sobre outras porções do território nacional, bem como de que forma se articulam entre si.

O avanço da indústria no território nordestino não constitui fenômeno isolado, autônomo ou circunstancial, mas ostenta raízes históricas muitas vezes profundas que extrapolam qualquer periodização mais estreita ou, fundamentalmente, qualquer seccionamento mais afoito do território nacional. As questões ditas "regionais", como se costuma rotular o caso nordestino, passam para outro plano quando abrimos os olhos para as realidades maiores que se colocam à sua volta, em particular as que se referem à indústria enquanto "locus" privilegiado da produção capitalista e às interconexões intestinas que este modo de produção produz e reproduz em todos os sentidos do "social".

O objeto primeiro desta dissertação são os processos sociais incidentes no território nordestino em toda a evolução da formação social nacional; só então partimos para a análise do elemento mais característico da sua estrutura industrial recente, a complementaridade industrial estabelecida com o pólo industrial localizado em São Paulo, nosso segundo objeto em questão. Este caminho, até certo ponto penoso, tem sua razão de ser. É através dele que chegamos a compreender a natureza "especial" desta complementaridade no plano industrial e o que esta representa no plano espacial/territorial, enquanto característica central da atual divisão territorial trabalho na indústria e faceta precursora do movimen

to de homogeneização do espaço da formação social brasileira no marco do desenvolvimento capitalista.

A dissertação estrutura-se, portanto, em duas partes. A primeira intitula-se "O 'Caráter' Regional Nordestino" e a segunda "A Complementaridade Industrial: Um Estudo de Caso da Nova Divisão Territorial do Trabalho no Brasil sob a Ótica da Indústria Nordestina". Vejamos como e porque estão organizadas as duas partes e qual é o fio condutor que as articula.

A primeira parte do trabalho foi composta da seguinte maneira:

a) primeiro tratamos de elaborar o referencial teórico necessário à abordagem das questões espaciais, aprofundando a análise das categorias espaço e região. Assim, o capítulo primeiro da dissertação subdivide-se em dois itens, um contendo o "plano ideal" da análise espacial/regional, consubstanciada nos trabalhos de Rofman e Coraggio, e outro contendo o "plano real" da análise a ser empreendida, consistindo de uma avaliação crítica do "plano ideal" apresentado no item anterior. Este último item estrutura a análise a ser empreendida no capítulo subsequente;

b) em seguida passamos a uma análise secular da estrutura do território nordestino, onde delineamos as modificações ocorridas na organização daquele território, elucidamos a lógica de sua estrutura em cada conjuntura específica e traçamos o sentido e a direção desta evolução, a partir das alterações engendradas pelos próprios processos sociais estudados, muitas vezes referenciando-nos à formação social nacional, cuja compreensão é imprescindível à abordagem dos seus vários "espaços" constitutivos. O capítulo segundo contempla a evolução social do território nordestino, à luz do instrumental desenvolvido no primeiro capítulo, recuperando seu processo de formação histórica. Vale ressaltar que introduz os contornos essenciais da constituição e evolução da indústria nordestina;

c) no terceiro capítulo, tratamos de analisar com mais detalhe o período de criação da SUDENE e os anos de sua atuação, com um duplo objetivo: de um lado referenciar com mais cuidado o ponto terminal de nossa análise temporal construída na

primeira parte e, de outro, delinear as linhas mestras essenciais que definem o arcabouço da análise da segunda parte da dissertação. Portanto, ele retoma o ponto final do capítulo anterior introduzindo a SUDENE e analisando a ênfase inicial concedida à promoção industrial. A análise desta experiência relativamente recente de "industrialização", via incentivos fiscais, empresta substância ao ponto final do capítulo anterior, aprofundando o tema da "industrialização" como panacéia eleita prioritária pela respectiva experiência de planejamento. Tratamos de mostrar ali a força do instrumento financeiro criado para financiar a industrialização, as motivações ideológicas e sua relação com o modelo de desenvolvimento nacional, bem como a natureza do embasamento teórico subjacente aquela proposição.

A primeira parte da dissertação corresponde, assim, à trajetória dos processos sociais naquele território, desde o estudo de sua formação à industrialização recente, tendo por elo de explicação, ou hipótese de trabalho, a homogeneização do território (espaço) produzida pela emergência e desenvolvimento da acumulação capitalista. Homogeneização que é paralela ao processo de industrialização: ambas são fenômenos do modo capitalista de produção. A discussão "espacial/regional" (Nordeste) e "setorial" (indústria incentivada) tem este substrato explicativo comum; é este o fio condutor da dissertação, nossa espinha dorsal.

O ponto crucial de análise é a verificação da natureza cada vez mais capitalista da produção nordestina. Existem várias evidências disto: a conformação de uma estrutura industrial mais "madura", o desaparecimento paulatino da verdadeira agricultura de subsistência, a crescente e decisiva participação do capital oligopólico, e assim por diante. Como contrapartida esses movimentos instrumentalizam-se pelo próprio mecanismo dos incentivos fiscais, pela emergência dos "Programas Especiais" governamentais no âmbito rural, pelos demais incentivos federais, estaduais ou municipais, e outros que ressaltam a força do Estado como agente deste processo.

O ponto de chegada da análise na primeira parte da dissertação é precisamente o ponto de partida da segunda parte.

Nosso estudo, a partir dali, prende-se à análise de algumas características marcantes desta etapa mais recente da evolução da acumulação capitalista, que tem na industrialização seu processo mais característico.

A complementaridade industrial como característica desse processo encontra sentido não apenas no que tange à industrialização nacional, como também no que tange à homogeneização do território (espaço) nacional. Pólo (São Paulo) e periferia (no caso, nordestina) estão envolvidos neste processo, com papéis distintos e específicos.

Portanto, é das características estruturais da indústria nordestina em evolução ("industrialização") que vamos retirar os elementos empíricos de sustentação de nossa dissertação propriamente dita. Hiatos setoriais, composições setoriais, vínculos de mercado com indústrias de outras partes do território nacional, ligações com complexos econômicos industriais, presença de indústrias ou setores dinâmicos etc. são os elementos de caracterização das relações de complementaridade no plano industrial.

Essa segunda parte da dissertação compõe-se da seguinte maneira:

a) inicialmente, situamos algumas questões teóricas acerca da relação entre indústria e espaço, objetivando explicitar os elementos que emprestam sentido a toda a estrutura da dissertação. De fato, este capítulo quarto opera o vínculo entre as duas partes delimitadas, justificando-se porque une metodologicamente os vários capítulos da dissertação. Concretamente, discutimos ali a emergência deste espaço típico da produção capitalista, a indústria, sua influência sobre a base técnica e social da produção e sua influência sobre a organização espacial, resultando daí uma conceituação definida de complementaridade industrial;

b) no capítulo seguinte - o quinto - , adentramos no estudo da dinâmica de crescimento da indústria nordestina no período compreendido entre 1959 e 1980, bem como de algumas de suas características estruturais. Partindo de uma visão mais desagrada do que a usualmente utilizada nos estudos da indústria

nordestina a nível global - o que, acredita-se, constitui uma contribuição por si só interessante para a compreensão do problema - vamos constatar o vigor da acumulação capitalista na aquele território no período considerado e, principalmente, a pequena ou nula presença de diferenciais significativos entre os padrões produtivos ali observados e os registrados para a indústria do pólo paulista no que respeita a um conjunto expressivo de gêneros industriais;

c) finalmente, no capítulo sexto, analisamos os indicadores mais diretos disponíveis quanto ao fenômeno da complementaridade industrial: os fluxos de mercadorias estabelecidos entre a "Nova Indústria" nordestina e São Paulo, e também uma outra dimensão do fenômeno representada pelo fluxo de capital entre a Indústria Nordestina e São Paulo ou mesmo outras porções territoriais do país.

PRIMEIRA PARTE

O "CARÁTER" REGIONAL NORDESTINO

INTRODUÇÃO

Este trabalho, nesta primeira parte, pretende ser uma abordagem dos processos sociais que ocorreram em um segmento do território nacional, o chamado Nordeste, o qual compreende o núcleo clássico das discussões acerca de uma questão regional no país. Enquanto um trabalho voltado à compreensão de fenômenos sociais toma por base, mais especificamente, a natureza da produção, os tipos de relações que prevalecem entre os agentes envolvidos, as formas de apropriação do excedente e assim por diante. A compreensão dos fenômenos analisados está, portanto, subordinada à análise da evolução histórica dos processos sociais - o social sendo entendido em sentido amplo, incorporando o econômico, o político e o social mesmo - que em face da inegável existência de um substrato físico e biológico inerente à natureza dos agentes, ocorrem em um dado local, no espaço, no caso em questão em uma porção delimitada do território nacional.

Como abordamos privilegiadamente, na segunda parte do trabalho, a produção industrial (que já traz por si só uma determinada concepção espacial), pretendemos reter nesta primeira parte uma visão do todo regional e, assim, retirar para a análise da atividade industrial as implicações fundamentais oriundas da adoção de uma determinada porção de território como parâmetro. Neste sentido, é importante salientar, a análise ultrapassa aqui os estreitos limites de uma mera investigação da atividade industrial e requer o estudo, ainda que embrionário e pouco profundo, das outras atividades. É em conjunto, e indistintamente, que o todo das ações dos homens sobre a natureza, quaisquer que sejam as formas dessa transformação, atuam moldando uma determinada configuração do espaço. À medida que os homens, enquanto agentes da produção de mercadorias, no modo capitalista de

produção aprofundam e complexificam esta relação com a natureza, são as configurações espaciais obra cada vez mais do homem e menos da natureza¹.

O trabalho constante dos homens, nesta interação que perdura desde o surgimento da espécie, à luz de distintos modos de produção, traduz-se em algo imprescindível para nossa análise: o desenvolvimento histórico. Este é a principal fonte para a análise dos processos sociais e é, também, particularmente importante para o estudo das características espaciais desses processos. É a compreensão do caráter histórico, não universal, dos processos sociais que nos permite apreender a essência de tais fenômenos.

Para que compreendamos a dimensão espacial torna-se necessário que olhemos os processos sociais na sua peculiar evolução histórica e em toda sua complexidade, ou seja, as formas específicas de imbricação entre o social (em sentido amplo) e o natural. A sustentação de uma análise que se pretenda regional implica, a nosso ver, na presença de elementos de diferenciação desses processos sociais, que sejam peculiares a uma determinada porção do território nacional.

Ademais, interessa-nos também, enquanto analisando tais aspectos *à posteriori*, ter presente o que significa trabalhar com este segmento do território nacional. É o Nordeste uma região propriamente dita? Existe mais de uma região naquele território chamado Nordeste? Historicamente, quantas verdadeiras regiões existiram ali? Todos os nove Estados envolvidos são palco indiferenciado dos mesmos processos sociais? Nossa análise está preocupada, assim, em aprofundar um pouco mais os conceitos "região" e "Nordeste" tomando ambos simultaneamente. Em outras palavras, não se pretende aprofundar teoricamente o conceito de região, nem meramente admitir o Nordeste como tal: intenta-se absorver para o âmbito preciso deste trabalho a natureza específica do espaço chamado Nordeste. Mais ainda, tentar-se-á delinear a evolução histórica dos processos sociais que dão suporte à análise

1 - CORAGGIO, J.L. (1980, p. 30).

se daquele segmento espacial, especificando os "momentos" ca
racterísticos e traçando embrionariamente as organizações
territoriais que lhe são correspondentes, ou seja, acusando a
lógica das configurações territoriais identificadas, median
te o recurso de operar a relação entre as categorias sociais
e espaciais dos fenômenos estudados. Algo que antes tratare
mos de referenciar.

CAPÍTULO 1

ESPAÇO, REGIÃO E PROCESSOS SOCIAIS

1.1 Resumo dos Suportes Teóricos: As Concepções Espaciais de Rofman e Coraggio

Dois trabalhos serão aqui analisados de maneira desta cada: o de Alejandro Rofman e o de José Luis Coraggio.⁽¹⁾

Basicamente Rofman distingue na literatura sobre o espaço três enfoques principais referentes à configuração de um sistema nacional. No primeiro deles, interpreta-se a realidade espacial simplesmente mediante a quantificação do agrupamento ou dispersão dos "elementos designados para a descrição do correspondente espaço".⁽²⁾ Seria, desta forma, um enfoque meramente descritivo, não valorativo, desconectado do todo social, de aplicação universal, não comportando nenhuma lei de casualidade, ou seja, não vinculando a respectiva descrição a nenhum dos aspectos específicos da realidade sócio-econômica correspondente. De outro lado, não inter-relaciona, também, suas unidades integrantes e não há portanto nenhum grau de interdependência entre elas.

Conforme o mesmo autor, no segundo tipo de enfoque "... são admitidas relações ou vinculações funcionais entre os elementos do processo social inserido no subespaço ou entre distintos subespaços do espaço total".⁽³⁾ As principais idéias decorrentes deste segundo tipo de enfoque são a presença de fluxos que unem os pontos do sistema e a existên-cia de uma estreita vinculação entre um núcleo e sua área satelitizada. Tais núcleos e áreas circundantes possuem, por sua vez, tamanho e limites que diferem de um a outro (idéia

(1) ROFMAN, Alejandro (1974, *passim*) e CORAGGIO, José Luis (1980, *passim*). Traduções nossas.

(2) ROFMAN, Alejandro (1974, p. 14)

(3) ROFMAN, Alejandro (1974, p. 15)

de hierarquia). "Ainda que a aproximação teórica siga sendo fundamentalmente descritiva, a análise funcional permite individualizar os processos causais da heterogeneidade nos tamanhos dos subespaços e dos núcleos que os controlam".⁽⁴⁾ Tal como no primeiro enfoque não há relação entre as leis que determinam as configurações espaciais e o sistema social.

Num terceiro enfoque, onde surge a noção de " eficiência" com respeito à organização espacial, as vinculações da análise espacial com os determinantes sociais apresentam-se claras. A noção de "eficiência", colocada por Rofman , "... deve incorporar um contexto social concreto...", e por tanto "... requer-se partir do todo social a fim de que , apoiando-nos em sua interpretação, possamos valorizar os níveis de eficiência ou ajuste que o sistema espacial, nascido do seio da mesma sociedade, apresenta em um momento histórico determinado".⁽⁵⁾

Haveriam duas variantes principais dentro deste último enfoque. Na primeira postula-se uma relativa autonomia das leis que governam o plano espacial daquelas vinculadas às relações econômico-sociais do sistema que, no mais, advogam a existência de "... critérios dados para julgar a adaptabilidade do primeiro sistema de relações (espacial-ACFG) com o segundo (econômico-social-ACFG)".⁽⁶⁾ Dessa forma, tal variante implica na presença de uma "configuração espacial ótima" única, independentemente do tipo de sistema econômico-social que esteja vigindo.

A outra variante, com a qual Rofman identifica-se, admite uma avaliação da "eficiência" do esquema espacial, mas como uma "... relação subordinada e derivada da formação social respectiva."⁽⁷⁾ Assim, "... desloca-se o eixo da discussão para o fator essencial que deveria presidi-la: é a estrutura do aparato produtivo, o controle do poder, o manejo do Estado(...), *verbigratia*, é a articulação de todas as

(4) ROFMAN, Alejandro (1974, p.16)

(5) ROFMAN, Alejandro (1974, p.18)

(6) ROFMAN, Alejandro (1974, p.20)

(7) ROFMAN, Alejandro (1974, p.23)

instâncias da formação social que produz um padrão de assentamento dado".⁽⁸⁾

À luz dos três enfoques, Rofman analisa as principais contribuições teóricas a respeito da distribuição das atividades sobre o espaço, de Weber a Perroux, e passa, finalmente, àquilo que intitulou o elemento chave da análise espacial": a definição do conceito de região.

Na evolução do pensamento acerca da análise regional surgem várias definições de região, desde as que a associam com áreas de mercado, suportadas com base em um ou mais produtos, até as que tomam a distribuição dos elementos do processo produtivo e seus inter-relacionamentos como fator de explicação, passando ainda, como lembra Rofman, por definições que sustentam a identificação de fatores geográficos ou político-administrativos como parâmetros relevantes de diferenciação. Ainda que apresentando critérios bem definidos para a adoção de uma classificação regional, tais definições pecam, segundo o autor, em princípio, por três motivos:

- "1) o elemento dominante comum consiste na adoção de uma única dimensão de análise para explicar o processo de formação regional. Desta forma eleva-se para a categoria de instância determinante uma variável ou parâmetro do processo social total, descartando-se os demais".⁽⁹⁾ Poderíamos chamar a isso um fracionamento indevido da realidade, que encobre a complexidade em si do espaço regional, esvaziando seu conteúdo.⁽¹⁰⁾
- "2) ... a região aparece como uma unidade escassamente diferenciada, internamente". Entendendo-se por diferenciação "... o reconhecimento de um sistema social onde a região insere-se e onde deve-se reconhecer classes sociais, poder político e econômico, formas monopólicas ou oligopólicas de mercado, sistemas de exploração da terra e dos recursos naturais etc."⁽¹¹⁾

(8) ROFMAN, Alejandro (1974, p.21)

(9) ROFMAN, Alejandro (1974, p.38)

(10) Cf. CAMPOS, Lauro (1979, p. 34)

(11) ROFMAN, Alejandro (1974, p.39)

"3) a leitura da realidade derivada dos três modelos de região (discutidos por Rofman e não referenciados aqui-ACFG) exclui o processo histórico como protagonista e a seus atores como agentes ligados a uma determinada estrutura social". (12)

O conceito de região deve afirmar-se, então, como algo que inclua estes pontos principais. Para isto Rofman faz uso do conceito de formação social como o elemento catalisador que deve ser considerado prioritariamente quando se trata de definir o "regional". Aceitando a definição de Samir Amin, para quem as formações sociais "... são estruturas concretas, organizadas e caracterizadas por um modo de produção dominante que conforma o decisivo de um complexo conjunto de modos subordinados de produção" (13), Rofman pode então desenvolver sua tese central. Isto é, que uma determinada configuração espacial é fruto de como a sociedade correspondente organiza seu espaço. Há, então, uma estreita relação entre uma formação social dada e uma unidade territorial nacional, que faz com que o reconhecimento de suas subunidades envolva necessariamente a busca de modalidades diferenciadas da formação social nacional. Sem embargo, "a região fica visualizada como uma formação social própria, onde as estruturas econômicas, sociais e políticas dos modos de produção que nela coexistem comportam-se em correspondência com as mesmas instâncias à escala nacional". (14)

A delimitação do espaço regional sugere que se atente para as seguintes noções: 1) a região é um conceito complexo que envolve múltiplas determinações; 2) tem um caráter essencialmente dinâmico, moldando-se ao sabor do processo histórico e; 3) suas relações com a formação social nacional são imprescindíveis para a apreensão dos fenômenos identificados, ao lado da evolução histórica. Estas três noções cons

(12) ROFMAN, Alejandro (1974, p.40). Os três modelos de região analisados por Rofman são os de Weber, de Losch e Christaller, e de Perroux e seus seguidores.

(13) AMIN, Samir apud ROFMAN, Alejandro (1974, p.42)

(14) ROFMAN, Alejandro (1974, p.43)

tituem o âmago do conceito de região que Rofman pretende explicitar. Isto posto, continua na tentativa de uma maior elaboração do referido conceito.

O que especificamente identifica uma formação social regional, conceito-chave de sua concepção de região? Esquemáticamente, a partir de três níveis principais de análise, teríamos, em uma primeira aproximação, as seguintes "características peculiares da 'formação social regional' que não são próprias do sistema nacional":

1) a nível do sistema produtivo:

- a) fatores naturais que interferem nas decisões (políticas) do que produzir; recursos imóveis (disponibilidade de água, por exemplo) que interferem para a presença de uma constelação peculiar de atividades;
- b) caráter móvel dos meios de produção e força de trabalho (à exceção da terra): se são oriundos da mesma região ou de outras regiões;
- c) distribuição de renda;
- d) estrutura de propriedade da terra;
- e) ausência ou presença de barreiras à movimentação dos meios de produção e da força de trabalho a nível regional;

2) a nível da estrutura social:

- a) modo capitalista de produção: distinção entre detentores dos meios de produção e ofertantes de força de trabalho;
- b) classes sociais: como se definem e se organizam em termos dos modos de produção dominante e subordinado, e quais são e como se articulam suas frações principais;
- c) vinculações entre a estrutura de classes da formação social regional com sua correspondente à escala nacional;

3) a nível da estrutura jurídico-institucional:

- a) Estado Nacional: como é apropriado o aparato decisório público pelas classes dominantes e a estrutura de suas alianças em cada conjuntura;
- b) como são repartidas as jurisdições administrativas entre o Estado central e os entes políticos regionais;

- c) grau de autonomia das decisões a nível regional;
- d) classes dominantes locais;
- e) formas de atuação do Estado: caráter federativo e suas implicações.

Para continuar seu esquema conceitual de uma formação social regional e, portanto, segundo ele, da possibilidade de identificação de regiões constitutivas de um espaço nacional, prossegue enumerando resumidamente quais são os aspectos "diferenciados e definitórios" básicos, que aprofundam os conceitos delineados nos três níveis apresentados acima:

- "a) Modo de produção dominante, modos de produção subordinados e os respectivos pesos relativos." (15)
- "b) Desenvolvimento das forças produtivas a um diferente ritmo histórico, principalmente de setores ou atividades que assumem o papel de líderes em cada processo". (16)
- "c) Nível de inserção das atividades produtivas dominantes em cada região com o modelo de acumulação que funciona à escala do sistema nacional". (17)
- "d) Grau de hegemonia de formas organizativas modernas ou atrasadas nas unidades produtivas existentes nos respectivos âmbitos espaciais". (18)
- "e) Grau de concentração e multinacionalização das estruturas produtivas nas distintas regiões". (19)
- "f) Sistema de posse da terra urbana e rural e o correspondente grau de concentração". (20)
- "g) Alianças e relação de classes e setores de classe na região e as respectivas vinculações entre as classes a nível nacional". (21)

O esforço desenvolvido por Rofman na busca de uma definição de região que absorva todo o sabor de seu sentido social, encontra expressão numa amplitude indubitável de análise

(15) ROFMAN, Alejandro (1974, p.51)

(16) ROFMAN, Alejandro (1974, p.51)

(17) ROFMAN, Alejandro (1974, p.52)

(18) ROFMAN, Alejandro (1974, p.52)

(19) ROFMAN, Alejandro (1974, p.53)

(20) ROFMAN, Alejandro (1974, p.55)

(21) ROFMAN, Alejandro (1974, p.59)

se que, no entanto, nos parece ser o caminho cientificamente mais relevante para tal empreitada. Como veremos a seguir, no trabalho de Coraggio torna-se possível precisar com maior clareza alguns desses conceitos ainda relativamente dispersos em Rofman, que, então, assumem contornos mais precisos. Isto não apenas no que se refere aos conceitos mais específicos mas, principalmente, na forma de inserção dos mesmos no arcabouço teórico que se tenta aprofundar. Ambos os trabalhos, o de Rofman e o de Coraggio, são na verdade complementares, apesar de óbvios pontos de divergência, como veremos a seguir.

O trabalho de Coraggio tem por objetivo, segundo suas próprias palavras, perseguir uma "... análise categorial do espaço para construir um fundamento ontológico próprio para o conceito teórico de região".⁽²²⁾ Neste sentido, sua busca é mais específica que a de Rofman, uma vez que este último está preocupado em dispor de um conceito de região que lhe sirva aos propósitos de uma investigação das desigualdades regionais.

O ponto de partida de Coraggio é o abandono tanto das concepções fisicistas, que erroneamente identificam leis sociais com leis físicas, como da adoção de um suporte teórico típico da economia neoclássica, uma vez que as estruturas a serem abordadas não são perpétuas. Tal como Rofman, aceita que não há lugar para uma teoria contestatória do espaço e da região à parte das ciências sociais. Enquanto absorvendo a tradição da teoria social marxista, sua análise apoia-se fundamentalmente em uma análise categorial do espaço.⁽²³⁾ Assim, para Coraggio, o espaço real "... é uma categoria (de terminação constitutiva) de objetos físicos - onde o termo objeto não é delimitado pela designação de coisas mas, também, relações, processos."⁽²⁴⁾

(22) CORAGGIO, José Luis (1980, ps.3 e 4)

(23) Por categoria entende-se "a determinação de existência que constitui um campo de fenômenos cientificamente e não empiricamente delimitado." CORAGGIO, J.L. (1980, p. 4)

(24) CORAGGIO, J.L. (1980, p.9)

Se, por um lado, o espaço é uma condição de existência dos objetos físicos e tal qual o tempo não existe por si mesmo, por outro, não é, tampouco, uma propriedade física dos corpos; tal propriedade advém, isto sim, da "espacialidade". Esta define-se como "... o momento categorial fundamental de toda realidade corpórea: é o que abrange todos os momentos de extensão, forma, posição, distância, direção, e diversidade de direção." (25) Para a incorporação dessa dimensionalidade Coraggio sugere o uso da geometria "... como um recurso formal, abstrato e axiomatizado que, na medida em que seja isomórfica com a espacialidade dos objetos reais, permitirá uma tal incorporação". (26) A espacialidade vista dessa forma aplica-se tanto a fenômenos da ordem natural como da ordem social. Mesmo em formações concretas reais (complexos ou sistemas de relações reais-concretas que envolvem mais de uma modalidade de ser) a espacialidade se faz presente quanto "... às configurações espaciais que os diferentes elementos físicos desses sistemas adotam, a respeito de suas posições relativas, a respeito de seus movimentos etc..." (27)

No que toca à ordem social, que nos interessa no momento, esta espacialidade relativa aos processos e objetos correspondentes assume, por seu turno, outro caráter. Vejamos como Coraggio argumenta sobre isto:

"... espaço não constitui uma categoria da ordem social (em outras palavras: com respeito à análise categorial, espaço não é constitutivo da ordem social): Entretanto, como relações e processos sociais são realizados somente pelo sentido de entidades que têm um substrato físico e biológico, quando nos referimos a formações sociais concretas estamos nos referindo a complexos estratificados, de uma natureza social mas também natural. Desse ponto de vista nós podemos falar da espacialidade de objetos sociais ou processos. Espacialidade que é indireta com respeito ao social como tal - no sentido dos suportes físicos correspondentes." (28)

(25) HARTMAN, N. apud CORAGGIO, J.L. (1980, p.10)

(26) CORAGGIO, J.L. (1980, p.10)

(27) CORAGGIO, J.L. (1980, p.11)

(28) CORAGGIO, J.L. (1980, p.17)

Pode-se afirmar então que é "... a espacialidade física que está agindo como a base para a espacialidade social".⁽²⁹⁾ Um exemplo bastante elucidativo deste ponto nos é fornecido pela circulação de mercadorias: enquanto movimento de objetos que tem uma natureza física sujeita-se obviamente a uma infinidade de leis desta ordem, que entretanto não são capazes de descrever-lhes os possíveis movimentos; estes são designados por leis sociais, inerentes à condição de mercadorias como tais.⁽³⁰⁾

Definido o conceito de espacialidade, os conceitos de forma e organização espaciais ficam assim presos ao vínculo existente entre os processos e relações sociais e os correspondentes suportes físicos. Se, por um lado, os conceitos de forma e organização espaciais têm sua ligação com a ordem social possibilitada por estes suportes, por outro, são explicados pelas leis que governam o fenômeno social correspondente. Assim, configuração social define-se como "... a distribuição particular de um conjunto de objetos físicos projetados sobre uma certa superfície, contínua e homogênea (geralmente plana ou esférica) ou com respeito a uma dada rede de nodos e arcos".⁽³¹⁾ Analogamente, configuração territorial referir-se-ia à superfície concreta da Terra.⁽³²⁾

Além disto, se há uma interação entre uma dada configuração e um processo social concomitante, ou se a configuração resulta da ação dos agentes para a obtenção de certos objetivos conscientes, temos então o conceito de organização espacial (territorial). Tal conceito, o qual pressupõe a existência de processos, é que permite, em última análise, o recurso ao processo histórico como elemento explicativo de dadas configurações. Organização, portanto, "... é (um conceito-ACFG) mais determinado (do que o de configuração

(30) CORAGGIO, J.L. (1980, ps. 17 e 18)

(31) CORAGGIO, J.L. (1980, p.23)

(32) Aqui evidencia-se uma nuance terminológica que não se encontra desenvolvida em Rofman: o termo "espacial" é guardado para referências ao espaço ideal, enquanto o termo "territorial" refere-se ao espaço concreto.

ACFG), requer a existência de um processo social ao qual a configuração é associada". (33)

Fechando este rol sequencial de conceitos espaciais, Coraggio propõe um terceiro, a "forma espacial"; um conceito abstrato, relativo à geometria, que implica na existência de distribuições dos elementos no espaço possuindo: "a) uma lógica decifrável a partir de algum processo social (tal como o conceito de organização espacial ou territorial-ACFG) e b) regularidade identificável e recorrência na distribuição". (34) Por sua natureza essencialmente abstrata, o conceito de forma espacial, ao contrário dos dois anteriormente definidos, não se aplica ao plano territorial, o que pressupõe seu maior grau de complexidade. Rigorosamente, as *leis* espaciais, no sentido que Coraggio vem construindo, requerem para serem leis efetivas a expressão dos fenômenos sociais analisados sob a égide do conceito de "forma espacial".

Em resumo, podemos dizer, hierarquicamente, que o conceito de forma espacial é mais complexo e restrito que o de organização, da mesma forma que o conceito de organização é também mais complexo e restrito que o de configuração.

A partir da construção de um arcabouço teórico adequado para a abordagem das questões espaciais dos fenômenos sociais, Coraggio chega então ao núcleo central de suas preocupações no referido trabalho, o qual pode ser sintetizado na seguinte pergunta: Como se ligam efetivamente os conceitos de "forma" e "processos sociais"?

Partindo da premissa de que a relação natureza/sociedade não é a de uma mera interação, mas de uma articulação em que um complexo social "não é feito apenas de categorias puramente sociais mas também de categorias naturais, as quais constituem uma condição de existência do todo social", (35) diz Coraggio:

(33) CORAGGIO, J.L. (1980, p.27)

(34) CORAGGIO, J.L. (1980, p.27 e 28)

(35) CORAGGIO, J.L. (1980, p.29)

"O caráter histórico do que é social é igualmente dado por causa da articulação entre determinismos que são peculiarmente sociais e aqueles naturais ou, se quiser: a relação entre categorias sociais e naturais não é univocamente estabelecida para qualquer forma de sociedade. Assim, enquanto podemos postular que para sociedades contemporâneas desenvolvidas, o fenômeno social - o resultado de séries complexas de determinações naturais e puramente sociais -, implica uma 'supra-construção' (over construction) do natural por determinismo social, isto seria difícil de justificar para as formas primitivas de organização coletiva para reprodução humana, onde a natureza não é praticamente transformada mas constitui uma mera coleção de meios de vida".(36)

Portanto, cada fenômeno historicamente situado tem sua lógica própria (isto inclusive pelo fato do social ser um complexo), que envolve categorias naturais e sociais e, assim, compreende mais de uma ordem de determinação. Para decifrar a lógica de certa forma espacial, para reconstruir a teia de determinismos de diversas ordens de ser que governam o fenômeno é necessário portanto não se limitar a uma única ordem de ser, é necessário, a princípio, estabelecer com certa clareza como se articulam as diferentes ordens de ser subjacentes ao fenômeno estudado. Para Coraggio, "... a possibilidade de construção de relações legais⁽³⁷⁾ entre estruturas, processos ou relações sociais, de um lado, e formas espaciais, de outro, está intimamente vinculada à possibilidade de clarificação do esquema articulado de determinismos⁽³⁸⁾ - de diferentes ordens os quais vinculam os processos sociais a organizações espaciais particulares que são diferenciáveis e recorrentes".(39)

De outro lado, como nas diferentes ordens de ser existem vários tipos de determinismos, a delimitação do campo

(36) CORAGGIO, J.L. (1980, p.29)

(37) Por legalidade entende-se a possibilidade de construção de modelos regulares que se ajustam aos vários determinismos que interferem no fenômeno. CORAGGIO, J.L. (1980, p.31)

(38) Segundo Coraggio "Existirá determinismo em um fenômeno quando ele depender de certas condições e somente ocorrer quando estas são preenchidas"(condicionalidade). CORAGGIO, J.L. (1980, p.31)

(39) CORAGGIO, J.L. (1980, p.30)

de cada fenômeno concreto só é possível pela identificação dos tipos de legalidade que o governam. Para Coraggio o essencial nesta questão é garantir certa "relevância epistemológica", é organizar os aspectos mais críticos que se encontram subjacentes à explicação do fenômeno e, conseqüentemente, lidar com os vários tipos de determinismos (estrutural, dialético, funcional, estatístico, social etc...) que se encontram presentes.

Seguindo este raciocínio, Coraggio conclui afirmando:

"Em resumo, com respeito à relação entre formas espaciais e estruturas sociais, propomos o seguinte: as estruturas sociais sendo concebidas de uma maneira processual e não estruturalista, o relacionamento entre processos sociais e formas espaciais de seus suportes físicos, que interessa à ciência (e às práticas), é um relacionamento de conexão legal. Nós diríamos que uma conexão deste tipo foi estabelecida quando uma configuração territorial, projetada em um espaço geométrico baseado em recursos formais isomórficos ao fenômeno sendo estudado e baseado na teoria correspondente àquele fenômeno, resulte em formas espaciais (identificáveis e recorrentes na mesma estrutura social), cujo sentido possa ser decifrado a partir da lógica do correspondente processo social. Como uma condição para garantir que o processo de pesquisa está correto, tornamos explícito que o seguinte deve ser levado em conta: a) o complexo esquema de determinismos de diferentes tipos e de diferentes ordens que estão envolvidos; b) a articulação das categorias sociais e naturais; c) o caráter histórico (não universal) de tais articulações e conseqüentemente das conexões estabelecidas."(40)

Chegamos então ao conceito de região. Para construí-lo Coraggio introduz dois outros conceitos: o de "âmbito" e o de "áreas de homogeneidade". Por "âmbito territorial de uma relação social particularizada" entende ser "... o segmento (mínimo convexo) de território que inclui a localização de agentes e meios diretamente unidos pela relação, bem como os caminhos dos fluxos de materiais que a realizam (quando lhe corresponde)".(41)

(40) CORAGGIO, J.L. (1980, p.37)

(41) CORAGGIO, J.L. (1980, p.42)

O conceito de âmbito é extremamente operacional, permitindo a abordagem isolada das várias facetas do fenômeno. Assim, a delimitação de âmbitos pode ser conjugada especificamente para a relação social que se queira estudar, abordando-a segundo vários âmbitos, ou seja, conjugando-os ou separando-os.

Por outro lado, as "áreas de homogeneidade relativa das relações entre agentes e elementos ou de alguns de seus atributos" implicam na possibilidade de "construção" de "... segmentos de território em que se localizam... agentes e elementos envolvidos no mesmo tipo de relação (áreas de produção agrícola de uma natureza camponesa) ou tendo um mesmo nível ou qualidade de atributos (áreas ocupadas por certos grupos étnicos, áreas contendo famílias com uma renda anual similar, áreas com o mesmo produto principal etc.)".(42)

Com base nesses conceitos, a definição de regiões reporta-se aos "... âmbitos ou áreas de homogeneidade territorial, definidas com base no domínio particular de um vínculo ou de uma afinidade similar".(43) Como atestam as definições de âmbito e áreas de homogeneidade fica explícito que o conceito de região está amarrado às relações entre agentes e elementos. Vista deste ângulo, a região é o locus no qual ocorrem estas relações. Locus que possui seu próprio conteúdo, dado por seu solo, sua topografia etc., em função de ser um segmento de território concreto.

Como consequência desta definição de região surge assim a necessidade de "regionalizar" os fenômenos estudados. Nas palavras de Coraggio:

"Para que se identifiquem regiões efetivas, o fenômeno analisado precisa ser *objetivamente regionalizado*. Em outras palavras, a organização espacial correspondente a ele precisa tomar a forma de âmbitos particularizados da relação ou de áreas de homogeneidade que são de fato diferenciáveis. A análise de regionalização de um fenômeno social contribui para a análise integral daquele fenômeno. Uma tal regionalização pode ser visualizada como

(42) CORAGGIO, J.L. (1980, p.43)

(43) CORAGGIO, J.L. (1980, p.44)

característica da organização espacial correspondente ao fenômeno, até onde alguém possa decifrar sua lógica a partir das leis que o governam. *Regionalização é, então, uma forma espacial*".(44)

Os elementos básicos da postura teórica de Coraggio estão, portanto, colocados. Importa considerar que a região definida dessa forma afirma-se como um conceito relevante, à medida que agentes sociais e elementos naturais estão articulados em um complexo social-natural que dá sentido à região em si. Mais ainda, a configuração territorial concreta dos fenômenos sociais tem na configuração natural um fator que lhe orienta, que em certo sentido já está embutido dentro do social. Os processos sociais não são "produzidos" pelos determinantes naturais do território. O processo de divisão social do trabalho em uma sociedade capitalista não pode ser explicado pelos elementos naturais envolvidos (sexo da população, idade, recursos naturais etc.), embora estes interfiram nas várias formas concretas que o processo assume.(45)

Destarte, a regionalização passa a ser assim o mecanismo pelo qual lemos o conteúdo espacial do fenômeno social. Afirma Coraggio, por exemplo: "... o processo de acumulação de capital é em si mesmo objetivamente regionalizado, uma vez que é organizado como um entrelaçamento de processos de acumulação parciais que têm âmbitos territoriais mais ou menos definidos".(46) O próprio pulsar do movimento de acumulação pressupõe assim mudanças no padrão de regionalização. Esta mutabilidade, que é portanto histórica, ocorre nos marcos do processo histórico e inclui o movimento, identificado na própria lógica do movimento maior da dinâmica capitalista, de uma tendência à homogeneização do espaço.(47)

(44) CORAGGIO, J.L. (1980, p.44)

(45) CORAGGIO, J.L. (1980, p.47)

(46) CORAGGIO, J.L. (1980, p.49)

(47) Oliveira argumenta a este respeito que "... existem 'regiões' em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados e, no limite, conforme já se sugeriu anteriormente, num sistema econômico de base capitalista, existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as 'regiões', no sentido proposto por esta investigação". OLIVEIRA, Francisco de (1977, p.27)

Na concepção teórica de Coraggio, em que o capital é considerado como uma relação social, é imprescindível não se limitar a uma análise de reprodução econômica do mesmo, mas incorporar também os planos político e ideológico, que são cruciais para a reprodução das relações sociais. Estes, de fato, não são separáveis, pela própria natureza (social) do fenômeno.⁽⁴⁸⁾ É, finalmente, a amplitude do conceito adotado de capital social que reclama considerações explícitas sobre estes outros planos, os quais podem e devem ser também regionalizados.

1.2 Considerações sobre os Fundamentos Metodológicos de uma Análise do "Caráter" Regional Nordestino

Como se pode perceber o arcabouço teórico referenciado no item anterior, necessário à compreensão das questões espaciais dos fenômenos sociais, é decididamente complexo, requerendo uma percepção mais funda do social mesmo (o que significa entendê-lo, como vimos, como um complexo real com mais de uma ordem de determinação, com categorias sociais e também naturais, conforme a concepção de Coraggio). Esta complexidade, entretanto, não é impeditiva da compreensão das referidas questões espaciais. Ao contrário, a análise dos fenômenos estudados pode ser empreendida segundo diversos graus de profundidade, conforme nossa maior ou menor percepção do fenômeno em si. Neste sentido, o emprego dos instrumentos e conceitos delineados em ambos os trabalhos, de Rofman e Coraggio, precisam ser depurados para situarmos seu uso (e consequente entendimento) neste trabalho.

(48) Há autores que, ao contrário, privilegiam decididamente o plano político na análise de regiões, e preferem utilizar um conceito mais amarrado às especificidades do conteúdo político desse fenômeno. Markusen, por exemplo, acha que na análise marxista a única forma de incorporar esta dimensão espacial é através de um conceito como o de regionalismo, que se define como "uma reinvidicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado". MARKUSEN, Ann (1982, p.83)

Enquanto se preocupa, basicamente, com uma análise territorial (não espacial) dos fenômenos sociais, o trabalho de Rofman apresenta-se para os nossos objetivos como algo em que podemos nos basear. Nele, as concepções essenciais de Coraggio acerca da relação natureza/sociedade e de seu significado para a percepção da articulação entre formas espaciais e processos sociais estão latentes e embrionariamente divisadas. Achamos portanto fundamental resgatar para nossa análise a abrangência das instâncias propostas para lidar com as regiões efetivas. Assim, na medida do possível, iremos trabalhar sobre as três instâncias principais de análise identificadas por Rofman: a do sistema produtivo, a da estrutura social e a do sistema jurídico-institucional.

No entanto, a tônica da abordagem de Rofman é ainda um tanto centrada nas condições internas à reprodução do capital. Por isto mesmo, enquanto uma análise (regional) circunscrita aos limites nacionais, e erigida nos marcos do modo capitalista de produção, ou seja, historicamente situada, desconsidera as formas específicas de inserção das suas "formações econômico-sociais regionais" no palco dos movimentos da acumulação nos países centrais do sistema capitalista, no período da América Latina colonial. Vale dizer, desconhece mecanismos que foram essenciais à conformação das regiões da América Latina em países que nasceram sob o signo da economia colonial escravista, mola mestra da acumulação mercantil reinante nos países europeus.

De outro lado, é evidente que Rofman está preocupado, principalmente, em delinear claramente o "regional" em contraposição⁽⁴⁹⁾ ao "nacional".

Vale salientar, adicionalmente, que a vinculação subordinada do plano espacial à correspondente "formação social" é o âmago da análise de ambos os autores estudados. Coraggio vai inclusive mais longe, a nosso ver, e mostra o sentido e o grau desta subordinação: a espacialidade dos objetos sociais

(49) O termo "contraposição" não é utilizado aqui no sentido de oposição ou confronto, mas de cotejamento, comparação

é indireta com relação ao social como tal. É uma questão de hierarquização: para o cientista social o "espacial" é um aspecto importante da análise dos fenômenos sociais, mas o objeto último de suas preocupações é o social, não o espacial.

Por isto torna-se importante que explicitemos como a nossa percepção do social e do regional se imporá na visão do "caráter" regional do Nordeste. Nesta medida explicitaremos, em boa parte, o grau de profundidade que nossa análise pretende abarcar.

O fluxo dos fenômenos sociais ocorrem ao longo do processo histórico. O estudo das formações sociais nos seus aspectos espaciais, em suas diversas fases, de auge, e de crise, por exemplo, reconstitui palmo a palmo a montagem da complexa teia de relações entre agentes e objetos na conformação de uma dada configuração espacial. Este é, por sinal, um ponto convergente na concepção do regional entre os dois autores.

No Brasil, estes pontos são frequentemente esquecidos. Sua história econômica privilegia geralmente as fases de auge de cada ciclo econômico abandonando as fases de crise, o que impossibilita a incorporação do regional na análise dos processos sociais. Isto porque a essência de nosso desenvolvimento até a década dos trinta caracterizou-se por uma passagem "... de ilha a ilha no 'arquipélago' regional brasileiro". (50)

Nosso estudo não se prende às configurações espaciais de uma forma rigorosa, como propõe Coraggio. Logo, o estudo do regional não pretende, neste trabalho, utilizar-se de recursos como os fornecidos pela geometria. Neste sentido, nos prenderemos muito mais dentro de uma visão do "territorial" do que do "espacial". Coraggio aumentaria que uma tal visão impede a compreensão das características espaciais dos fenômenos em estudo. A primeira linha de orientação de nosso estudo cristaliza-se, assim, em uma consideração de

(50) CASTRO, Antonio Barros de (1980, p.13)

que prevalecerá apenas um descortinamento superficial do espaço enquanto tal. Não haverá a transposição crucial do plano "territorial" para o plano "espacial", não cabendo portanto o uso de recursos formais, axiomatizados, fornecidos pela geometria.

Por outro lado, acreditamos que esta limitação não impeça a compreensão do "regional". Antevendo isto, propusemos o estudo de algo que intitulamos o "caráter" regional, como forma de nos isentarmos das exigências que o trato mais "científico" do problema nos imporia. Seria como que um primeiro passo na direção da compreensão mesma do 'regional' no Nordeste. Um passo importante para o estudo da atividade industrial estabelecida hoje no Nordeste, que aprofundará sobremaneira nossa visão deste problema.

A permanência ao nível do "territorial" impedirá a utilização de alguns dos conceitos propostos por Coraggio. Não poderemos trabalhar, por exemplo, com o conceito de "forma espacial", o que atrapalha pelo menos uma visão mais precisa da vinculação dos processos sociais ao "espacial". Entretanto, cabe-nos a utilização dos conceitos de "configuração" e "organização", pois estes se aplicam diretamente ao plano "territorial". O conceito de organização, por definição, nos permitirá trabalhar com a vinculação entre os processos sociais e configurações territoriais.

Mesmo trabalhando apenas ao nível do "territorial", e nisto discordamos um pouco de Coraggio, será possível inferirmos respostas sobre a reprodutibilidade de determinadas distribuições de elementos no território. Consideramos, ademais, que embora trabalhando a este nível será factível, uma vez analisando em perspectiva histórica, entendermos a evolução dos esquemas territoriais (espaciais), pois a reprodução destes é também reflexa à reprodução dos processos sociais. Logo, a análise revela-se possível às expensas do conceito abstrato de "forma espacial". O que se perde, provavelmente, é um maior rigor científico e, conseqüentemente, um maior grau de profundidade analítica.

Coraggio abre a perspectiva de se raciocinar neste caminho quando mostra a natureza encadeada dos conceitos de

configuração, organização e forma e exemplifica a maneira de se lidar metodologicamente com eles: "Obviamente alguém pode avançar no estudo destas relações (entre processos sociais e formas espaciais - ACFG) de muitas formas, uma das quais se ria partir daquelas configurações territoriais que tenham sido empiricamente detectadas como características, ou repetitivas, e proceder, de um lado, para projetá-los em um espaço geométrico ajustado e, de outro (complementarmente), traçar sua lógica em relação aos processos reais de cujos suportes físicos parecem ser a forma".⁽⁵¹⁾ Nestes termos, parece existir dois caminhos básicos (complementares) que podem ser, até certo ponto, metodologicamente "seccionados": um que transpõe a configuração estudada para o espaço geométrico, o espaço ideal, e outro que se detém no estudo da lógica da relação daquela configuração com os processos reais, "de cujos suportes físicos parecem ser a forma". O fundamental, a nosso ver, parece ser este segundo caminho; o primeiro assumindo importância implícita apenas quando se quer alcançar o conceito de forma espacial, ou seja, apenas quando se busca determinar, conclusivamente, verdadeiras leis espaciais.

A delimitação de "âmbitos" e "áreas de homogeneidade territorial" são meios lícitos para chegarmos a uma definição do regional. Encaramos ambos os conceitos como básicos para a construção do regional, à medida que permitem a seleção de áreas diferenciadas do território nacional. Entretanto, a definição da região proposta por Coraggio parece ser um tanto quanto ampla, deixando lugar para diversas delimitações regionais, conforme os fenômenos sociais eleitos que subordinam a análise. Coraggio, portanto, a nosso ver, reduz a importância que o conceito de região efetivamente possui.

Para Coraggio, não faz sentido a substituição do termo "região" pelo termo "formação sócio-econômica regional": "Nós acreditamos que, da mesma forma que ninguém deve confundir uma sociedade nacional com seu 'território', ninguém deve confundir um subsistema social (formação sócio-econômica regional) com seu correspondente 'território'",⁽⁵²⁾ Enfatiza ,

(51) CORAGGIO, J.L. (1980, p.28)

(52) CORAGGIO, J.L. (1980, p.45)

assim, apenas a amarração do conceito de região à idéia de "locus". Percebe-se, aí, uma nítida contradição entre as análises de Rofman e Coraggio, em que o primeiro entende a região como um conceito amarrado a "formações sociais próprias"⁽⁵³⁾, estando sua delimitação sujeita à própria existência de uma formação sócio-econômica singular.

A definição de região proposta por Rofman nos parece, a princípio, mais correta e mais adequada, e resguarda, a nosso ver, o sentido e a complexidade com que, muitas vezes intuitivamente, utilizamos o termo a nível coloquial. Que a região é um mero locus de processos sociais, não resta dúvida desde as colocações de Coraggio acerca da espacialidade dos fenômenos sociais. Mas identificá-la como o segmento do território que delimita a ação dos agentes e elementos correspondentes a um fenômeno social, um fenômeno social qualquer, não nos parece correto. Neste sentido, o conceito utilizado por Rofman de "formações sócio-econômicas regionais" - para ele sinônimo de região - nos parece mais próximo do que seria necessário para a identificação de regiões efetivas.

Entretanto, a possibilidade de associação do conceito tradicional de "formação social" a um sub-espço do território nacional é vista como problemática pela maioria dos cientistas sociais que operam com aquele conceito, havendo inclusive uma tendência predominante nas ciências sociais de identificação dos limites territoriais de formações sociais concretas com aqueles relativos às fronteiras nacionais. O conceito de "formação sócio-econômica regional" é portanto controverso, e seu uso requereria que mergulhássemos a fundo nesta polêmica para decidirmos acerca de seu uso neste trabalho.

De outro lado, na verdade, prescindimos do conceito de formação sócio-econômica regional para definir a região. De fato, basta invertermos o raciocínio de Coraggio, quando este afirma que "... a região é a forma espacial de um subconjunto social (complexo social-natural) ou, em um sentido am

(53) ROFMAN, Alejandro (1974, p.43)

plo, a regionalização é a forma espacial de uma sociedade".⁽⁵⁴⁾ Para definirmos uma região precisamos encontrar um complexo social-natural peculiar, que corresponde a uma articulação única entre elementos naturais e relações sociais (relações econômicas, políticas, ideológicas). Não se trata, mais uma vez enfatizamos, de um subconjunto social qualquer, mais de um complexo social-natural peculiar, específico, cujo conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, traduzem, *em conjunto* com o rol de elementos naturais que lhe estão imbricados, uma unidade perceptível. A região, portanto, é o palco, o segmento do território, em que se realizam as relações definidas por seu correspondente complexo social-natural.

Da mesma forma que os processos sociais "tomam emprestado" da natureza física de seus agentes e elementos sua espacialidade, a região, enquanto um conceito derivado de fenômenos sociais, articulados em um complexo social-natural peculiar, retira destes sua dinâmica. As regiões assumem assim, de uma forma reflexa, a dinâmica dos processos sociais.

Para a análise que empreenderemos interessa perceber a (s) região(ões) como um "locus", retendo a especificidade do (s) complexo(s) social(is)-natural(is) existente(s) no Nordeste brasileiro.

A regionalização dos fenômenos sociais estudados pode ou não levar a uma identidade entre uma porção territorial (região) e um complexo social-natural singular. Ambos os conceitos, "região" e "complexo social-natural", ainda que derivados de processos sociais concretos, não se confundem. Uma tal associação (ao contrário da existente entre regiões e formações sociais regionais no sentido concebido por Rofman) não implica, a nosso ver, uma "reificação" do territorial ou do espacial. O conceito de região fica reservado à noção de receptáculo dos agentes e elementos dos processos sociais, enquanto o conceito de complexo social-natural fica referido ao conteúdo mesmo destes processos, conformando uma "unidade" social singular.

(54) CORAGGIO, J.L. (1980, p.46)

Por fim, abordaremos uma última questão. A existência de vários modos de produção entrelaçados em uma mesma formação social, e por extensão em um mesmo complexo social-natural como entendido aqui - uma idéia concebida por ambos os autores -, é uma noção que precisa ser discutida. A nosso ver, o modo de produção dominante tem a capacidade de transfigurar os outros modos, que ficam "manchados" decisivamente. Em termos do Brasil, especificamente, registra-se a presença marcante do modo capitalista de produção desde o início de nossa "aparição" ao mundo ocidental. Primeiro sob a égide do capitalismo mercantil reinante na Europa, e subsequentemente sob as formas capitalistas mais avançadas internamente. Historicamente, desde a constituição da sociedade colonial, à qual seguiu-se a sociedade mercantil-escravista cafeeira, temos tal presença, direta ou indireta, do modo capitalista de produção em suas diversas etapas. (55)

O início da análise do capítulo seguinte é precisamente este: a ocupação colonial do Nordeste do Brasil, vista como um capítulo da expansão comercial portuguesa.

(55) Há uma corrente de autores na historiografia brasileira que postula a existência no Brasil - e em outros países - na etapa colonial, de um modo de produção específico: o modo de produção escravista colonial. Tal modo de produção articular-se-ia pela combinação de um "nexo" capitalista na esfera da circulação, nas suas relações "para fora", e, preponderantemente, um "nexo" escravista próprio nas suas relações de produção, ou seja, "para dentro". Enquanto o período registrava a presença de relações de produção não fundadas no trabalho livre, para estes autores não caberia o emprego do termo "modo capitalista" às relações de produção estabelecidas na Colônia. Em que pese a riqueza de tal abordagem e a natureza estimulante da controvérsia estabelecida, a discussão sobre esta questão escapa ao escopo deste trabalho. Cf. GORENDER, JACOB (1978)

EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NORDESTINA

Montado o arcabouço teórico necessário à abordagem "espacial" dos processos sociais, passaremos a "operar" com os conceitos ali definidos uma análise centrada no território nordestino. Antes, porém, de passarmos da "teoria" à "prática", cabem algumas advertências.

Em primeiro lugar, por optarmos pela análise de um periodo extremamente amplo, que abarca toda a constituição e evolução da formação social brasileira, deixamos de considerar, com a profundidade desejada, certas instâncias dos processos sociais "aprisionados" no Nordeste e, conseqüentemente, centramo-nos naqueles elementos necessários à compreensão dos determinantes *essenciais* da evolução da organização territorial nordestina em cada momento histórico específico.

Em segundo lugar, e como consequência do primeiro ponto, assumimos uma historiografia brasileira mais "pasteurizada", mais interpretativa e, por isto mesmo, mais rica aos nossos propósitos.

2.1 Gênese de uma Organização Territorial

Com a descoberta do continente americano, em fins do século XV, iniciou-se uma nova etapa nas relações entre os países europeus e suas colônias. Até então, os europeus limitaram-se a intervir nos limites da circulação internacional de mercadorias mediante a criação de entrepostos comerciais nos litorais africano e asiático. Com o início da colonização das ilhas do atlântico e posteriormente do continente americano, assistiu-se a uma profunda alteração nestas relações: os europeus começaram a intervir diretamente na esfera da produção, mediante a exploração das potencialidades naturais das novas terras para o cultivo e/ou extração de produção

tos tropicais com farta aceitação na Europa. (1)

Portugal e Espanha, nações que primeiro se aventuraram no empreendimento da expansão ultramarina, consequência entre outros fatores da presença de um Estado Nacional forte e centralizado, já vinham disputando diplomaticamente a posse das terras descobertas e por descobrir. (2) A América surgiu, assim, no contexto da história ocidental, já dividida entre portugueses e espanhóis, fato que seria logo contestado pelas outras nações européias à medida que estas iam superando os problemas internos presentes à época da descoberta destas terras. (3)

A experiência do Brasil, enquanto colônia, foi um capítulo importantíssimo desta nova fase da expansão mercantilista, marcada pela colonização e pela instituição de uma empresa produtiva para exploração das novas terras.

Ao contrário dos espanhóis, que encontraram nas novas terras um povo relativamente adiantado, que produzia entre outras coisas metais preciosos, os portugueses não puderam contar desde o início com a exploração de uma atividade produtiva já constituída. Entretanto, a antevisão da presença de ouro no interior da colônia induziu-os a uma defesa ferrenha das novas terras. Para isto, seria mister, pelo alto custo de uma defesa efetiva, a ocupação econômica do território como única saída viável.

Após um breve período em que instalaram várias feitorias dispersas pelo litoral, decidiram-se, os portugueses, pela constituição da empresa colonial agrícola no Nordeste do Brasil - em função provavelmente da proximidade ao continente europeu. O produto escolhido, o açúcar, era tipicamente tropical e possuía aceitação garantida nos mercados da Europa. Contribuiu para esta escolha, entre outros fatores, a detenção da tecnologia de produção pelos portugueses, que haviam cultivado o produto nas ilhas do atlântico. (4) Ademais,

(1) NOVAIS, Fernando A. (1975, p.48); e CARDOSO DE MELLO, João M. (1982, p.41)

(2) NOVAIS, Fernando A. (1975, p.50)

(3) "O início da ocupação do território brasileiro foi, em boa medida, uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações Européias". FURTADO, Celso M. (1976, p.5)

(4) FURTADO, Celso M. (1976, p.9)

havia na colônia condições compatíveis com uma técnica de produção em larga escala: abundância de terras férteis e condições ecológicas favoráveis. Restava apenas um elemento: a mão-de-obra.

A solução encontrada recaiu sobre a modalidade escravista, primeiro utilizando-se a mão-de-obra já existente, o índio, e depois importando-se negros da África. Este último possibilitaria a constituição de empresa altamente rentável: o tráfico de escravos. A presença de trabalho compulsório era motivada diretamente pela abundância de terras, uma vez que trabalhadores "livres" poderiam em pouco tempo apropriarem-se de glebas e tornarem-se, dessa forma, proprietários ou posseiros.⁽⁵⁾

Torna-se importante, portanto, reconhecer o empreendimento colonial como parte do movimento de consolidação do capitalismo no âmbito das sociedades europeias: "A economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: a de instrumento da acumulação primitiva de capital".⁽⁶⁾ Interessava então à burguesia europeia reter a maior parcela possível de lucros, rebaixando o custo de reprodução da força de trabalho, garantindo a exclusividade dos frutos da exploração econômica para si (exclusivo comercial) e usando extensivamente o recurso mais disponível, a terra.⁽⁷⁾

Para facilitar e agilizar a implantação da cultura canavieira, o Estado português instituiu as donatárias, mediante a cessão de terras para elementos que viriam a deter o

(5) CARDOSO DE MELLO, João M. (1982, p.40); e NOVAIS, Fernando A. (1975, p.59)

(6) CARDOSO DE MELLO, João M. (1982, p.39)

(7) "Nos primórdios do ciclo canavieiro, no entanto, sendo ele vadíssima a lucratividade do empreendimento, particularmente rudimentares as técnicas em uso, e estando à mão as melhores e mais acessíveis terras (à margem de rios plenamente navegáveis), a área ocupada pela lavoura podia ainda ser ampliada com relativa rapidez". (CASTRO, Antônio B. de (1980 a, p.13)

controle exclusivo das mesmas. Estes podiam inclusive delas dispor para posterior cessão a outras pessoas em nome do rei (sesmarias)⁽⁸⁾, sendo estabelecido, assim, o mecanismo básico de ocupação do novo território.

A produção do açúcar circunscreveu-se, majoritariamente, ao território hoje compreendido pelo litoral dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.⁽⁹⁾ Os demais Estados do Nordeste atual engendraram outras formas de inserção no comércio mercantil europeu. O Ceará e o Piauí estavam relativamente pouco voltados para o comércio com a Europa, desenvolvendo atividades mais próximas da mera subsistência, e o Maranhão, conforme veremos adiante, aos poucos viria a encontrar formas próprias de relacionamento com a metrópole.⁽¹⁰⁾

A cana de açúcar era a mola mestra que impulsionava a nascente colônia. O desenvolvimento de sua produção apontava para lucros crescentes, mesmo tendo-se em conta o elevado nível de gastos com equipamentos e construções. Suportada de início pela mão-de-obra indígena, aprisionada nas adjacências do próprio local de produção, logo pode libertar-se da mesma, partindo na busca do africano como escravo, o que abriu possibilidade ao desenvolvimento de uma nova atividade

(8) NOVAIS, Fernando A. (1975, p.65)

(9) Francisco de Oliveira lembra que as Províncias da Bahia e Sergipe, onde a cultura da cana não fincou raízes tão fundas como nas demais, não eram considerados como "Nordeste", e cita como exemplo disto o fato de que a burguesia dominante nestas províncias não se identificava ou se confundia com a das demais: "Os adágios populares diziam que 'quem não era Cavalcanti era cavalgado' em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte(..) Não se encontra essa ligação com os grandes ramos familiares da Bahia - nenhum habitante das classes dominadas da Bahia, reconheceria um Cavalcanti como um dominador -..." OLIVEIRA, Francisco de (1981, p.33).

(10) Obviamente, as atividades produtivas da colônia não se limitaram à produção de açúcar. Cabe citar, como conjunto das demais atividades coloniais, a pecuária (que examinaremos mais adiante), a cultura do tabaco (outra atividade agro-exportadora, com relações de produção semelhantes às da cana-de-açúcar mas quantitativamente - em termos de valor exportado - menos expressiva), a extração de madeira e de especiarias tropicais (dispersas sobre uma vasta porção do território, utilizando mão-de-obra indígena), a agricultura natural para autoconsumo, ("fechada" em si mesma) e a economia indígena (baseada na coleta). SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (1984, ps.74 a 76)

mercantil, o tráfico negreiro. Vale salientar que isto só foi possível à medida que a rentabilidade do grande empreendimento açucareiro já se encontrava plenamente assegurada.⁽¹¹⁾

O tipo de relação social que prevaleceu nas unidades de produção do açúcar pode ser assim descrito: havia mão-de-obra escrava que trabalhava diretamente a terra, no semeio, manutenção e colheita da cana, outra parcela que trabalhava nos equipamentos e no preparo do produto e ainda outra destacada para serviços domésticos. Haviam, por outro lado, os "senhores", que administravam o negócio em contato direto com a burguesia européia (eram eles mesmos oriundos desta classe) e, por último, um reduzido número de pessoas livres que gerenciavam diretamente as várias etapas da produção, ou seja, os "feitores".

Além disso, várias outras relações desenvolviam-se no seio da economia colonial, como as de "arrendamento", em que a terra era cedida para uso de outros lavradores, de "agregação", em que a cessão da terra era condicionada pela prestação de serviços ao proprietário, ou mesmo, esporadicamente de "assalariamento", "... sempre que possível, substituídas pelas relações escravistas dominantes".⁽¹²⁾

O fluxo de renda gerado pela comercialização do açúcar era assim quase que integralmente apropriado pelos senhores de engenho que, na compra de produtos para consumo e ostentação, além dos gastos para reposição ou expansão de equipamentos e escravos, redirecionavam-no para a metrópole.⁽¹³⁾ Note-se que o montante de renda apropriado pelos senhores seria passível de permitir, descontados os gastos de consumo, uma duplicação da capacidade produtiva a cada dois anos.⁽¹⁴⁾

Os gastos exigidos para o estabelecimento da produção de açúcar eram vultosos enquanto que os gastos correntes eram relativamente reduzidos, o que permitia esta ampla margem para capitalização de que falamos. Por outro lado, o se

(11) FURTADO, Celso M. (1976, p.42)

(12) SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (1984, ps.72 e 73)

(13) Furtado estima que "...pelos menos 90% da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana". FURTADO, Celso M. (1976, p.45)

(14) FURTADO, Celso M. (1976, p.46)

nhor de engenho estava amarrado unicamente a seus credores europeus, e existem indicações precisas de que os holandeses eram os principais.

Tendo atuado diretamente na comercialização do produto na Europa, os flamengos tinham grandes interesses empenhados na produção açucareira brasileira. Sua notável habilidade em gerir esta atividade expressou-se no fato de terem conseguido comercializar quantidades crescentes de açúcar no mercado Europeu, evitando crises de superprodução e permitindo um desenvolvimento paulatino da produção açucareira até o segundo quartel do século XVII. Esta expansão teve também, de outro lado, base em importantes inovações tecnológicas introduzidas pelos portugueses no processo de moagem da cana. (15)

No bojo dessa expansão da produção açucareira teve início um segundo tipo de atividade econômica: a pecuária. A expansão do rebanho bovino, promovida fundamentalmente para servir como fonte de abastecimento à zona canavieira, foi aos poucos adquirindo sua independência e absorvendo contornos próprios, que lhe emprestariam a característica de um novo tipo de organização social. A pecuária, de início, ocupou os limites imediatos da zona canavieira, mas logo penetrou mais para o interior do território, contribuindo decisivamente para a efetiva ocupação do *hinterland* - ao contrário de outras atividades que provocavam eventuais deslocamentos para ali, como a caça ao indígena, a busca dos metais preciosos etc. (16)

A expansão açucareira, de um lado, exigia a caminhada no sentido das terras mais férteis, o que foi feito ao longo dos vales dos principais rios. O gado, de outro, cujas condições para expandir-se eram menos exigentes, pode, ao contrário, caminhar livremente por todo o *hinterland* nordestino.

(15) Interessante ver a evolução tecnológica do processo de moagem da cana até a utilização, por volta de 1610, da moenda de entrosas que deve ter tido impacto importante na multiplicação dos engenhos e, conseqüentemente, na produção de açúcar da colônia, o que possibilitou a rápida expansão citada no primeiro e segundo quartéis do século XVII. CASTRO, Antônio B. de (1980b, p.679)

(16) CASTRO, Antônio B. de (1980a, p.37)

Com um pouco de água e um pouco de pasto, o gado *vacum* multiplicava-se sem maiores esforços.⁽¹⁷⁾ Isto viria moldar irremediavelmente o tipo de complexo social-natural que prevaleceria na zona de pecuária.

A zona de criação de gado era marcada por uma alta mobilidade social relativamente à zona da cana de açúcar, onde as classes sociais eram estruturas bastante herméticas. O "vaqueiro" recebia como pagamento por seus serviços um bezerro para cada quatro que nasciam na fazenda, e assim em pouco tempo multiplicavam-se as propriedades.⁽¹⁸⁾ Além do mais, dada a baixa necessidade de capitalização, face à reprodução "natural" do rebanho, e principalmente o pequeno número de homens que eram necessários à manutenção do gado, os custos de produção permitiam efetivamente à boa parte dos homens "livres" tocarem tal empreitada. À parte a venda no comércio externo do couro, a atividade central consistia no abastecimento da zona canavieira de gêneros alimentícios, como a carne, o leite e seus derivados, e de fonte de tração para os engenhos.

Estes dois complexos sociais-naturais, o canavieiro e o pecuário, que definiremos mais adiante, estavam dessa forma intimamente associados. A pecuária tinha seu nível de acumulação ditado pela dinâmica da acumulação da economia açucareira e esta última dependia, em última análise, da "saúde" do comércio com a Europa.

No fim do primeiro quartel do século XVII, com a anexação de Portugal à Espanha⁽¹⁹⁾, quebrou-se o forte elo de equilíbrio que assegurava o sucesso da atividade da cana de açúcar, ou seja, rompeu-se a aliança de negócios existentes entre portugueses e flamengos. Diante disto, os flamengos invadiram militarmente os estados da Bahia e, em seguida, de

(17) "O gado *vacum* dispensava a proximidade da praia, pois(..) a si próprio se transportava das maiores distâncias(..); dava-se bem nas Regiões impróprias ao cultivo de cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas..." ABREU, Capistrano apud CASTRO, Antônio B. de (1980 a, ps.37 e 38)

(18) CASTRO, Antônio B. de (1980a, p.38)

(19) O domínio Espanhol sobre Portugal durou 54 anos, ou seja, foi de 1586 a 1640.

Pernambuco, respectivamente em 1624 e 1630. Na sua permanência temporária no Brasil (a ocupação holandesa durou mais, ou menos um quarto de século) os holandeses adquiriram conhecimentos acerca do processo produtivo da indústria açucareira. (20)

Terminada a ocupação, em 1654, as exportações de açúcar não mais atingiriam os pontos mais altos obtidos na metade do século XVII (portanto no período marcado pela presença dos holandeses). (21)

A expulsão dos holandeses marcou, assim, o início da etapa de crise secular que se abateria sobre a economia nordestina. Os holandeses, que controlavam por esta altura quase que integralmente as linhas de comércio na Europa, trataram de incrementar a produção do açúcar nas Antilhas, cuja área, entre outras vantagens, possuía uma maior proximidade com o continente europeu.

A concorrência com a produção antilhana foi extremamente prejudicial para a produção brasileira, que viu em curto espaço de tempo a queda pela metade dos preços do produto no mercado internacional embora, mesmo assim, mantivesse elevado seu nível de produção. (22)

A crise evidenciaria uma característica marcante das atividades implantadas na colônia: sua inércia em responder aos efeitos de uma crise profunda do sistema produtivo. No caso da economia açucareira tal resposta era problematizada em função principalmente dos reduzidos gastos correntes em contraposição aos pesados investimentos fixos iniciais, o que dificultava sobremaneira qualquer ajuste ao nível da produção. E, no caso da pecuária, pelo pouco dinamismo da produção, inerente à atividade como tal, bem como por sua natureza extensiva. Se os pesados investimentos fixos impunham a manutenção da produção açucareira, mesmo em tempos adversos, a pecuária também por sua própria natureza e ausência de atividades alternativas continuava da mesma forma na sua caminhada gradual e contínua pelo interior do Brasil. Se na

(20) FURTADO, Celso M. (1976, p.17)

(21) FURTADO, Celso M. (1976, p.17)

(22) FURTADO, Celso M. (1976, p.53)

economia açucareira a reprodução da força de trabalho era obtida pelo próprio trabalho dos escravos nos domingos e feriados em sua cultura de subsistência, na pecuária a própria atividade principal assumia facilmente um caráter de atividade de subsistência, propiciando um crescimento vegetativo de sua força de trabalho. (23)

A crise na economia açucareira tendia a aumentar a parcela da mão-de-obra que trabalhava nos serviços caseiros, chegando mesmo a substituir localmente produtos que antes eram importados. (24) A queda da rentabilidade do empreendimento de terminava assim um lento rearranjo entre as unidades produtivas espalhadas pela área, com ausência de forças que induzissem qualquer tipo de transformação estrutural das bases econômico-sociais estabelecidas naquele território. Com a baixa dos preços do açúcar, assistiu-se então a uma queda significativa na capacidade de acumulação do setor açucareiro. Adicionalmente, o tempo prolongado de duração da mesma ocasionava o fechamento dos engenhos mais ineficientes, quer pela distância aos portos de embarque do produto, quer pela utilização de terras de qualidade inferior. (25)

No âmbito financeiro, a crise deve ter representado um paulatino atrofiamento da circulação monetária, em favor do regime de troca direta de equivalentes. (26) Enquanto na fase ascendente havia uma gradual especialização entre a produção e o comércio-divisão que favorecia a burguesia mercantil que tendia a controlar o processo global de valorização do produto - com o advento da crise ocorreu um arrocho sobre os produtores, determinado pela tentativa do capital usuário de manter sua lucratividade elevando as taxas de juro em detrimento da taxa de lucro. (27)

As consequências da crise sobre a configuração territo

(23) FURTADO, Celso M. (1976, p.60)

(24) CASTRO, Antônio B. de (1980a, p.16)

(25) FURTADO, Celso M. (1976, p.62)

(26) Era notória a escassez de numerário na vida colonial deste período, como bem o demonstra estudo de Maria Bárbara Levy; História Financeira do Brasil Colonial. LEVY, Maria B. (1979, p.27)

(27) LEVY, Maria B. (1979, p.28)

rial nordestina eram insignificantes por tudo que vimos até agora. Na área açucareira, com força de trabalho marcada pelo regime escravista, a contração da área do território ocupada não representou um movimento decisivo que desembocasse em uma substituição da configuração territorial existente, no bôjo da emergência de um novo complexo social-natural. Contribuíram para isto, além da própria natureza escravista da relação de trabalho - que impedia no médio prazo ajustes estruturais em termos de migração de mão-de-obra -, a permanência de um nível de rentabilidade que provavelmente não induzia à alienação do capital fixo. Apenas a pequena parcela de trabalhadores livres ligados à atividade açucareira tendeu a migrar, provavelmente para a atividade criatória, uma vez que o incremento dessa população não encontrava ocupação nos engenhos. (28)

Na pecuária, a crise significou a manutenção dos seus padrões de produção, com o couro funcionando como matéria-prima para o fabrico de produtos antes importados. (29) Como a estrutura produtiva se mantinha inalterada, continuava seu movimento itinerante pelo interior, atingindo áreas longínquas como o oeste bahiano, à margem esquerda do São Francisco, o sul do Maranhão, e mesmo a área do Tocantins. (30)

Nas palavras de Furtado, um resumo desse período:

"A expansão da economia nordestina, durante esse longo período, consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que esse crescia. Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, dentro do qual se ia acumulando uma

(28) FURTADO, Celso M. (1976, p.63)

(29) Além do couro, a pecuária teria começado por essa época (século XVIII) a produção de carne de charque (carne-de-Ceará) utilizando-se das reservas salineiras do litoral dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. ANDRADE, Manoel C. de (1977, p.126)

(30) FURTADO, Celso M. (1976, p.56). Câmara Cascudo diria a respeito da capitania do Rio Grande do Norte: "Um Século de trabalho quase tranquilo foi o XVIII. As fazendas de gado invadiram a capitania, avançando os pastos, mudando as porteiras dos currais, enchendo de vida organizada o deserto interior". CASCUDO, Luis da Câmara (1980 p.65)

fração crescente da população. Dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir".(31)

Estavam seladas, assim, duas das atividades produtivas básicas que iriam orientar a organização territorial nordestina: a canavieira e a pecuária. Estes dois complexos sociais, ainda que interdependentes, tinham como palco segmentos de território nitidamente diferenciados, conformando complexos sociais-naturais também diferenciados, que evidenciavam a existência de duas regiões peculiares.

Antes de avançarmos nessa linha de raciocínio, porém, é importante que vejamos como se apresenta, mais detidamente, o "substrato" natural nordestino. Como sabemos, ele subdivide-se em três zonas principais: a zona da mata, compreendendo uma faixa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia; a zona do agreste, que seria uma faixa de transição entre a primeira e a do sertão, apresentando-se na verdade como uma área indefinida, ora mais semelhante à da mata, ora mais semelhante ao sertão; e por fim a zona sertaneja, que compreende a maior parcela do todo nordestino, situando-se desde o litoral norte (Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte), até o norte de Minas Gerais.⁽³²⁾ A primeira caracteriza-se pela presença, hoje já bastante devastada, de floresta, e de clima úmido. A segunda, pela existência concomitante de área de clima semi-árido, com vegetação de caatinga e de áreas úmidas, com vegetação primitiva de mata. O sertão, por seu turno, é composto basicamente de vegetação de caatinga, apresentando um regime de chuvas bastante escasso e esparso, com sêcas periódicas, à exceção de determinadas ilhas, às margens do leito de alguns rios.⁽³³⁾ Existiria ainda zonas diferenciadas, como é o caso do Maranhão e de parte do Piauí, que se enquadrariam em uma zona de transição para

(31) FURTADO, Celso M. (1976, p.64)

(32) ANDRADE, Manoel C. de (1977, p.121 e 122)

(33) ANDRADE, Manoel C. de (1977, p.122)

a floresta amazônica, com densa cobertura florestal em determinadas áreas (principalmente no Maranhão), formação geológica sedimentar, e semelhanças, no centro e no sudeste do conjunto destes Estados (principalmente no Piauí), com áreas do sertão nordestino e também do Brasil central. (34)

Retomemos, entretanto, a caracterização básica dos dois complexos sociais-naturais identificados. Como afirmamos anteriormente, eles delimitam duas regiões distintas, e vejamos agora porque. (35)

A primeira região era palco de um conjunto de relações sociais que definiam um complexo social-natural açucareiro, marcado essencialmente por relações de produção assentadas na ordem escravocrata e por uma burguesia pequena e poderosa que se apropriava quase integralmente dos mecanismos de poder com que contava a colônia. Articulavam-se em uma teia específica de relações sociais (fundamentalmente) e proces -

(34) ANDRADE, Manoel C. de (1977, ps.81 e 82)

(35) É interessante ver como uma conceituação errônea das questões espaciais pode levar a conclusões equivocadas: "Usualmente, coloca-se a limitação do mercado de bens de consumo em decorrência da economia escravista, e aí se fecha a 'explicação' cujo fulcro reside, contudo, em um argumento mais complexo: o fato da divisão social de trabalho na colônia não gerar a mercantilização dos bens de consumo nem, sobretudo dos fatores de produção, e não convertê-los em capital, deixando, por conseguinte, de configurar um mercado interno. Neste sentido, o texto anterior adverte para a constatação de que *não havia no país, até meados do século XIX, regiões plenamente constituídas, tratando-se os espaços diferenciados existentes mais propriamente de 'regiões' históricas (de povoamento)* (grifo nosso). Os espaços 'regionais' mais aproximados do conceito utilizado como referencial para a nossa prospecção e reflexão eram aqueles voltados para o exterior da colônia e caracterizados por relações escravistas de produção: havia sim, uma separação, decorrente do trabalho escravo, entre produtores e meios de produção (...) mas não havia a mercantilização da força de trabalho, havendo sim a do trabalhador; a apropriação se dava em relação ao sobretrabalho e não à mais-valia; a realização dos produtos como *mercadorias* se dava no exterior da Colônia; a acumulação *interna* às regiões agroexportadoras era baseada na reprodução simples (...) "SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (1984, ps.79 e 80). A autora simplesmente não consegue enxergar regiões no Brasil - colônia porque neste período o modo capitalista de produção não estava plenamente constituído no país. Seu

sos ecológicos, de um lado, a mercadoria cana-de-açúcar, o escravo, o senhor e o latifúndio - elementos sociais - e de outro, a mata atlântica, o solo massapê, o clima tropical, e a espécie vegetal cana-de-açúcar - elementos naturais -, formando um complexo social-natural singular, o açucareiro. Do ponto de vista econômico, este complexo caracterizava-se assim por um nível elevado de capitalização das unidades produtivas, pela presença do latifúndio, pela exploração da força de trabalho escrava, pela concentração quase absoluta da renda nas mãos do senhores e por sua importância para o nascente capitalismo europeu. (36)

Esse último ponto nos lembra também que o complexo açucareiro tinha na Europa o espaço de realização de sua produção. Articulava-se, portanto, aos circuitos comerciais relevantes do mundo ocidental, inserindo-se nos esquemas explicativos da acumulação primitiva capitalista.

O complexo açucareiro foi, ao longo dos primeiros séculos da formação histórica brasileira, o núcleo fundamental do Brasil-Colônia.

A outra região foi palco do complexo social pecuário, que caracterizava-se, diferentemente, pela presença de relações sociais de produção predominantemente fundadas no trabalho livre e na parceria - registrou-se ali uma utilização bem menos acentuada de força de trabalho escrava -, por níveis relativamente elevados de mobilidade social, por uma numerosa camada de "proprietários", pela estreiteza dos cir

"conceito" de região pressupõe a vigência do modo capitalista de produção, estando portanto historicamente determinado. A região fica definida no texto da autora de uma forma ambígua, ora aparecendo como mero "locus", como categoria da ordem natural, ora como um elemento social, "região capitalista", como categoria social. Esta posição da autora fica mais clara quando afirma referindo-se à emergência do complexo social-natural cafeeiro: "A região não só para o capital mas capitalista, nos termos propostos neste trabalho, constituía-se plenamente". SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (1984, p.96)

(36) Celso Furtado argumenta que a grande empresa açucareira "... possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos". FURTADO, Celso M. (1976, p.64)

cuitos monetários e a natureza extensiva da criação, que tendia a não contribuir para o surgimento de cidades. A associação da criação do gado com atividades de subsistência, estas muitas vezes confundindo-se com a própria atividade principal, representava uma possibilidade quase que natural de reprodução da força de trabalho. Provavelmente, a pequena quantidade relativa de recursos necessária para alguém iniciar um empreendimento criatório deu lugar ao surgimento de uma camada numerosa de "proprietários", dispersa ao longo de quase todo o sertão e, em menor escala, do agreste nordestinos.

O clima semi-árido, a vegetação de caatinga, a seca periódica, o vaqueiro, os coronéis - como mais tarde seriam chamados os "proprietários" sertanejos -, o gado, foram os elementos básicos presentes nesta segunda região. Eles iriam definir, desta maneira, um outro complexo social-natural, diferenciado daquele chamado açucareiro.

O "locus" territorial característico deste complexo social-natural pecuário era, primordialmente, o sertão, o agreste constituindo, mais do que um território típico da pecuária, a passagem natural entre este e o complexo açucareiro, cuja importância pode ser aquilatada por representar este último o âmbito crucial de realização das mercadorias produzidas pela atividade pecuária.⁽³⁷⁾

Os parâmetros que ditavam o ritmo da acumulação no complexo pecuário situavam-se, assim, predominantemente, nos limites territoriais da própria Colônia, ao contrário do que ocorria no complexo açucareiro. Apesar disto, por sua dependência ao nível de acumulação do complexo açucareiro, os ditames do comércio internacional de mercadorias atingiam - lhe mais por via reflexa.

(37) Ainda que o complexo pecuário possuisse ténue ligação própria com o comércio internacional, através das exportações de couro.

2.2 A formação de um complexo social-natural algodoeiro-pecuário

O Brasil veria, em seguida, o deslocamento de seu centro dinâmico para a região de Minas Gerais e do Centro-Oeste, de onde surgiam perspectivas promissoras com o advento da mineração aurífera. No último quartel do século XVII tem início a produção de ouro em Minas Gerais, fato que marcaria a vida econômica da Colônia até fins do século XVIII e que teria efeitos perversos sobre a produção açucareira nordestina. (38)

Um novo fôlego só surgiria para a economia nordestina com o aparecimento de um novo produto: o algodão.

O algodão existia no Brasil como uma planta nativa conhecida pelos índios, que já fabricavam tecidos com ela antes da chegada dos portugueses. (39) Entretanto, sua produção nunca alcançara níveis mais significativos, mesmo quando da crise secular do complexo econômico nordestino. Ou seja, não constituía, até então, uma mercadoria. Só em fins do século XVIII foi que, com uma queda persistente no valor das exportações da Colônia, consequência do início do declínio da produção mineira, intensificaram-se as buscas de novos produtos com aceitação e bons preços no mercado externo. (40) O desenvolvimento acelerado, por esta altura, da indústria têxtil na Inglaterra era o fator que impulsionava a ascensão dos preços desta matéria-prima no cenário internacional. (41)

(38) "Não apenas pelo encarecimento da mão-de-obra e de certos materiais, como assinala Azeredo Coutinho, como por estimular o desenvolvimento açucareiro de novas áreas, notadamente a região de Campos". CASTRO, Antônio B. de (1980a, p. 17)

(39) FURTADO, Celso M. (1976, ps. 89 e 90)

(40) STEIN, Stanley. (1979, p. 57)

(41) O algodão representou, com sua efetiva ascensão ao rol das mercadorias exportadas pela Colônia, o primeiro sinal de mudanças significativas que engendrariam-se internamente no Brasil, como consequência da revolução industrial e da consolidação em definitivo de um modo de produção capitalista no cenário internacional. Vale notar que o algodão surgiu não como produto colonial típico, como mercadoria da etapa mercantil-capitalista, mas como matéria-prima industrial, como mercadoria da etapa industrial-capitalista.

Concomitantemente, ocorriam transformações significativas na província do Maranhão. A Província, em sendo palco de uma disputa ideológico-política entre o marquês de Pombal e os Jesuítas quanto à escravização dos indígenas, viu redefinido seu papel econômico no cenário nacional. Com a criação de uma companhia de comércio altamente capitalizada iniciou-se ali a produção em grande escala de arroz e algodão.

O sucesso de tal empresa correu por conta dos transtornos políticos que desarticularam em grande parte a produção que alimentava a acumulação européia. A eclosão da guerra de Independência dos Estados Unidos representou um estímulo fortíssimo ao desenvolvimento da produção maranhense de algodão em face de uma Inglaterra ávida de matérias-primas, em pleno início da revolução industrial. Suceder-se-iam, ainda, a revolução francesa, as guerras napoleônicas com o boqueio e contrabloqueio da Europa e a desarticulação do império espanhol na América. (42)

Os efeitos de tais convulsões não se limitaram ao Maranhão, sendo logo difundidos por todo o Nordeste. Por outro lado, não se limitariam também apenas ao algodão, tendo a Europa reaberto as portas, mediante inclusive a elevação de preços, a praticamente todos os produtos fornecidos pela Colônia. Para o Nordeste, foram particularmente importantes as elevações dos preços do couro e do açúcar. (43)

O fruto principal dessa metade de século de prosperidade (do último quartel do século XVIII ao primeiro do século XIX) foi, para a configuração territorial nordestina, o surgimento definitivo da cultura do algodão, que compreende o terceiro tipo de atividade que conformou secularmente o essencial da estrutura produtiva nordestina.

A produção do algodão necessitava de recursos ínfimos se comparado com a de cana. Exigia pequenos investimentos e podia ser manipulada facilmente por mulheres e crianças. (44) Além do mais, dado o seu curto ciclo vegetativo, podia ser

(42) FURTADO, Celso M. (1976, p.92)

(43) FURTADO, Celso M. (1976, p.92)

(44) CASTRO, Antônio B. de (1980a, p.18)

plantado em consórcio com outras culturas, como a do milho , do feijão, ou da mandioca, o que permitia a auto-sustentação e reprodução da força de trabalho. Daí porque sua cultura, estando ao acesso de vasta camada da população do Nordeste, tenha contribuído tanto para a formação e consolidação da configuração territorial do agreste e sertão nordestinos.

Adicionalmente, as atividades correlatas à cultura propriamente dita mostravam-se bastante interessantes. Após a colheita, o algodão deveria ser beneficiado. No começo essas atividades corriam paralelas ao trabalho de colheita e eram feitas na casa dos lavradores. Aos poucos, porém, surgiram os comerciantes, que se encarregavam do processamento do produto, num movimento que foi acompanhado por uma evolução paulatina na tecnologia de processamento - desde as bolandeiras até as máquinas descaroçadoras: primeiro manuais, depois outras mais produtivas (a partir de 1860).⁽⁴⁵⁾

Castro aponta o algodão, ao lado da cana-de-açúcar, como "... artigos que seriam eminentemente industrializantes..."dato"... o grau e gênero de beneficiamento solicitado pelo produto básico."⁽⁴⁶⁾

Com base nessa característica de cultura que favorecia o surgimento de "indústrias" de beneficiamento, decorreu uma importante contribuição do algodão: sua influência decisiva para a conformação de uma relativamente vasta rede urbana no sertão nordestino.⁽⁴⁷⁾

Constituiu-se desta forma, a terceira atividade básica do Nordeste. Esta trilogia produtiva, cana-de-açúcar, pecuária e algodão, nascida no seio da economia colonial, daria contornos definitivos à organização territorial nordestina

(45) STEIN, Stanley (1979, p.60)

(46) CASTRO, Antônio B. de (1980a, p.88)

(47) "A industrialização mais barata e mais urgente que a da cana colocou o beneficiamento do algodão na mão de comerciantes que, com suas Bolandeiras a princípio, e descaroçadoras, depois, se estabeleciam em cidades, vilas e povoações, passando a comprar a matéria-prima ao agricultor para vendê-la, após o beneficiamento, aos exportadores. Daí ter contribuído, desde os primeiros tempos, para o desenvolvimento da vida urbana, ao contrário do que ocorria com a cana de açúcar." ANDRADE, Manoel C. de (1980, p. 133).

erigida nos primeiros anos da vida brasileira.

Entretanto, ao contrário de dar surgimento a um novo complexo social-natural no território nordestino, a cultura do algodão, por suas características descritas nos parágrafos anteriores, passou a ocupar os mesmos territórios da pecuária - com ênfase maior para o agreste mas, também, sem menor importância, para o sertão -, associando-se à criação de gado, redefinindo o "velho" complexo social-natural pecuário em um novo complexo social-natural algodoeiro-pecuário. Do ponto de vista das relações sociais de produção, o complexo algodoeiro-pecuário constituía-se quase nas mesmas bases do "velho" complexo pecuário: relações de parceria dominantes, assentadas nos domínios do latifúndio. (48)

Engendrando, assim, sua própria mercadoria internacionalmente relevante, e necessário a um atrelamento efetivo aos circuitos comerciais externos, os coronéis do sertão redefiniam, aos poucos, sua inserção, no plano das instâncias políticas e econômicas, no seio da formação social brasileira.

Francisco de Oliveira situa da seguinte forma a emergência do complexo algodoeiro-pecuário, caracterizada pela "entrada em cena" do algodão:

"O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodão, desde o Maranhão à Bahia. Não é a 'plantation', porém, a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodão é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira da circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emer-

(48) Rosa Maria Godoy Silveira, embora adotando conceituações de espaço e região distintas das nossas - vide nota 33 - comenta da seguinte forma esta passagem: "Dessa maneira, o espaço organizado pela economia algodoeira tomava por base um espaço já apropriado anteriormente, em função da pecuária, cuja forma de captura do solo aproveitou". SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (1984, ps.85 e 86).

ge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas 'culturas de subsistência' do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam por este mecanismo um baixo custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas." (49)

Na entrada do século XIX, a colônia estava marcada por uma euforia econômica, que no entanto se mostraria efêmera, porque baseada nos desarranjos temporários do comércio internacional. À parte o relativo desafogo no plano econômico, no plano político acumulavam-se tensões que traduziam o conflito de interesses crescente entre a burguesia da colônia e a burguesia metropolitana, ou mesmo entre distintas facções da burguesia da colônia, sob a égide do surgimento de "...novas formas de capital no interior de cada uma das 'regiões'". (50)

(49) OLIVEIRA, Francisco de (1981, p.47)

(50) No Nordeste estes conflitos apontavam para as disputas entre o capital mercantil canavieiro incluído na circulação internacional de mercadorias e o capital comercial local (cuja sede principal era em Recife). "Não é sem razão que as revoluções 'nordestinas' foram apenas aquelas que tiveram por sede exatamente os espaços da economia açucareira, e onde apareceram pela primeira vez *contradições* entre as diversas formas de produção e apropriação do valor: a Revolução dos Mascates, que opunha exatamente os comerciantes contra os 'barões' do açúcar, pode ser considerada uma revolução pré-burguesa; a Confederação do Equador, que se estendia desde Pernambuco, passando pela Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e atingindo até o Ceará, opunha os interesses internos da produção do valor às formas de apropriação desse valor, intermediados agora pelos interesses da Inglaterra, como potência capitalista hegemônica. Esse movimento separatista encontrava suas bases sociais reais na diferença de interesses e na diferença entre as várias formas do capital, na esfera da produção e da circulação." OLIVEIRA, Francisco de (1981, p.34). Apesar do que afirma Oliveira, reservando os conflitos à área açucareira, existem indicações de outros movimentos sociais em outro tipo de áreas que não as tipicamente açucareiras, como por exemplo, a Revolta de Beckeman, no Maranhão, o que, entretanto, não invalida a substância da análise.

Os conflitos entre a metrópole e a colônia circunscrevem-se em um plano mais amplo na própria emergência de uma etapa industrial para o capitalismo europeu. Isto viria aos poucos transformar a natureza da inserção do país na esfera da circulação e produção no plano internacional. (51)

Esta passagem da etapa mercantil à etapa industrial do modo de produção capitalista, formalizada pela revolução industrial, põe em evidência novas contradições no âmbito da Colônia. O capital industrial entra em contradição imediata com a economia colonial e o seu modo próprio de produzir as mercadorias, tornando imperativa a superação desta etapa, o que viria a desaguar primeiro na constituição dos Estados Nacionais e depois na destruição do trabalho escravo. (52) Cardoso de Mello propõe a divisão deste período em duas fases, associadas a estes dois movimentos: uma primeira intitulada "Economia Mercantil Escravista Nacional", e uma segunda "Economia Exportadora Capitalista". (53) "Este movimento, a passagem ao 'capitalismo industrial', propõe e estimula a liquidação da economia colonial. O que era solidariedade se transforma em oposição, o que era estímulo se converte em grilhão. Economia colonial e capitalismo passam a guardar de agora em diante, relações contraditórias". (54)

Essa nova etapa significou a ascensão da produção cafeeira no sudeste do país ao patamar de "motor" essencial da acumulação em nossa formação social, com a consequente afirmação daquela parte de nosso território como palco dos mais importantes processos sociais, que moldavam o decisivo dos rumos da sociedade brasileira.

(51) MELLO, João M.C. de (1982, p.43,44 e 45)

(52) MELLO, João M.C. de (1982, p.46)

(53) MELLO, João M.C. de (1982, p.88). A Economia Mercantil Escravista Nacional representava, para o autor, uma etapa mais efêmera e transitória encravada na passagem da Economia Colonial à Economia Exportadora Capitalista.

(54) MELLO, João M.C. de (1982, p.44)

2.3 Os complexos sociais-naturais nordestinos na etapa de constituição de relações de produção capitalistas no âmbito da formação social brasileira

A abertura dos portos em 1808, consequência direta da vinda da corte portuguesa para o Brasil em vista da ocupação de Portugal pelos franceses, implicou na busca direta de mercados pelos brasileiros, que pela primeira vez viam-se compulsoriamente libertos da intermediação da metrópole para o estabelecimento de seus negócios. O passo seguinte, o reconhecimento da Inglaterra como país privilegiado no que tange ao comércio com o Brasil em 1810, já denunciava o novo tipo de inserção a que nosso sistema produtivo se veria submetido.

Em 1822, o Brasil deu seu passo aparentemente mais ousado: tornou-se independente de Portugal. Privilegiava-se, assim, a tutela inglesa sobre a nação recém libertada de sua metrópole. A Inglaterra passou a dominar, nas décadas seguintes, diretamente a vida econômica do país, quer na compra de nossas matérias-primas, quer a venda de seus produtos industrializados.

Para o Nordeste, a independência significou a consolidação das "novas formas do capital" de que nos falou Oliveira. Paulatinamente o "Nordeste algodoeiro-pecuário" ascendia como o complexo social dinâmico para o território nordestino, deslocando o centro decisório político das mãos da burguesia açucareira para as mãos da burguesia da região interiorana, das mãos dos "senhores do açúcar" para as mãos dos "coronéis".⁽⁵⁵⁾ O século XIX representou a gestação deste processo que foi seguramente impulsionado também pela involução da economia açucareira, à medida que esta via reduzido o poder político apropriado pelos latifundiários do açúcar no plano nacional.

Logo após a afirmação da independência do país, mais precisamente uma década depois, o café já se constituía no

(55) OLIVEIRA, Francisco de (1951, p.35)

principal produto da pauta de exportações brasileiras, des-
tronando o açúcar e o algodão. A ascensão do produto vinha
calcada em um aumento significativo do tráfico negreiro, que
possibilitava neste primeiro momento o equacionamento do pro-
blema da mão-de-obra. O desenvolvimento da cultura corria en-
tão paralelo ao eixo do vale do Paraíba, entre os Estados do
Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Vale salientar que a produção cafeeira, até a metade do
século XIX, não tinha, grosso modo, marcadas diferenças es-
truturais com a açucareira. O processo que a diferenciaria
irrompeu-se, com mais força, com a suspensão do tráfico ne-
greiro. A existência de um capital comercial interno mais diretamente
subordinado aos ditames da circulação internacional de merca-
dorias (consequência do rompimento do monopólio português) e
a caminhada no sentido da instituição do regime assalariado,
que imporia ao cafeeicultor, mais tarde, a busca de formas
de valorização da mercadoria café (obtidas principalmente
com a mecanização da etapa de beneficiamento do produto e com
a expansão ferroviária que reduzia sobremaneira os custos de
transporte), implicavam na própria transmutação da unidade
produtiva cafeeira, que seria mais bem denominada de indús-
tria cafeeira, como sugere Sérgio Silva.⁽⁵⁶⁾

A eliminação do regime de trabalho escravo não represen-
tava para o Nordeste uma imediata modificação (estrutural)
nas relações de produção, principalmente no que tange ao
complexo algodoeiro-pecuário, dado o assentamento das mesmas
sob outras bases. É notório, inclusive, que mesmo antes da
abolição da escravatura no Brasil a província do Ceará já
tinha liberto sua população escrava.⁽⁵⁷⁾ Na região açucareira
o desenvolvimento e reorganização da produção de açúcar no
Caribe, principalmente em Cuba, e a modificação do padrão de
consumo europeu, substituindo o açúcar de cana pelo de beterr-
aba, à medida que dificultavam as exportações do produto,

(56) SILVA, Sérgio (1976, ps.55 e 56)

(57) Câmara Cascudo lembra-nos que Natal foi a terceira capi-
tal de província, depois de Fortaleza e Manaus, a abolir
a escravatura antes da Lei Áurea. CASCUDO, Câmara (1980,
p. 350)

permitiram o desenvolvimento e a ascensão ao primeiro plano de relações de produção pré-capitalistas, como o "cambão", a "parceria", e outras, no período pós-abolicionista.⁽⁵⁸⁾ Na região algodoeira-pecuária, pela própria especificidade de seu modo de produzir, com um baixo nível de capitalização, presença de trabalhadores livres e principalmente uso reduzido de trabalho escravo, a abolição não representaria mesmo um processo capaz de alterar decisivamente a estrutura produtiva.

A emergência e importância do "Nordeste algodoeiro-pecuário" se coloca mais em termos relativos ao "Nordeste açucareiro", uma vez que a região cafeeira aos poucos foi assumindo a posição de "locus" central das relações sociais dominantes da formação social brasileira.

De importante, tal emergência, ao lado do crescimento populacional, traria à tona cada vez mais o problema das secas que assolavam a região.

Ao nível da configuração territorial do Nordeste, cabe registrar o surgimento da produção cacaueteira no sul da Bahia, por volta de 1850. Porém, o desenvolvimento dessa cultura de exportação não chegou a elevar significativamente a renda da província bahiana.⁽⁵⁹⁾ O interessante da cultura do cacau diz respeito à forma do seu cultivo: a exigência de sua não exposição direta ao sol determinou a preservação das matas daquela área; o plantio fazia-se mediante o "brocamento" da floresta que mantinha intacta a sombra necessária ao desenvolvimento da espécie.⁽⁶⁰⁾ Para nossos objetivos, enquanto analisando a organização territorial nordestina, a importância do cacau advém do fato de que preserva, mesmo hoje, as características de uma atividade enclave - ainda essencialmente vinculada ao mercado externo como fonte motora de sua produção -, e das consequências desta estreita relação com o

(58) CASTRO, Antônio B. de (1980a, p.22)

(59) Celso Furtado informa que "... a importância do cacau a fins do século passado ainda era relativamente pequena, representando tão só 1,5 por cento do valor das exportações do país nos anos noventa..." FURTADO, Celso (1976, p. 147)

(60) ANDRADE, Manoel C. de (1977, p.146)

comércio externo sobre a configuração territorial daquela área.

A partir dos anos quarenta, e mesmo antes, nas três primeiras décadas do século XIX, começaram a surgir no país e no Nordeste os primeiros estabelecimentos industriais.⁽⁶¹⁾ Estes concentravam-se, a princípio, nos gêneros têxtil e de produtos alimentares, e eram constituídos por estabelecimentos, ao que tudo indica, mais próximos a uma definição de manufatura.⁽⁶²⁾

No Nordeste, as indústrias de transformação do ramo de produtos alimentares ainda encontravam-se muito presas às formas artesanais de produção (ex: padarias, pequenas indústrias de óleos vegetais, produtos de confeitaria etc...) e ao beneficiamento de açúcar, que no século XIX assistiriam à introdução da máquina a vapor (em ritmo lento de difusão) e outras pequenas modificações nos engenhos.⁽⁶³⁾ Por outro lado a exemplo do que acontecera na Inglaterra, e segundo os passos daquela evolução, a implantação da indústria têxtil representava um avanço qualitativo daqueles primeiros tempos da atividade industrial, uma vez que estava na ponta dos avanços tecnológicos mais significativos obtidos no início da revolução industrial européia. No Brasil, a evolução industrial caminharia no mesmo sentido. A indústria têxtil incorporaria o pouco possível das inovações surgidas nos países centrais capitalistas, sempre que lhe eram dadas as con

(61) STEIN, Stanley (1979, p.22)

(62) Sérgio Silva expõe da seguinte forma a distinção entre produção artesanal, manufatura e fábrica: "A manufatura e a fábrica distinguem-se da empresa artesanal pelo número de trabalhadores que empregam. Nas duas primeiras o número de trabalhadores é tal que o proprietário não se ocupa mais diretamente da produção e que sua subsistência assim como a expansão da empresa não dependem mais do seu trabalho. Elas são todas as duas empresas capitalistas. Por sua vez a fábrica distingue-se da manufatura pela importância do capital que emprega; a importância do capital manifesta ao nível do valor uma outra organização técnica do trabalho, caracterizada fundamentalmente pela mecanização. É na fábrica que a separação entre o trabalhador e os meios de produção-chave do sistema capitalista-torna-se uma realidade técnica". SILVA Sérgio (1976, p.82)

(63) ANDRADE, Manoel C. de (1981, p.25)

dições para importação de equipamentos.

A manufatura têxtil teve na Bahia seu primeiro centro de produção no país, uma vez que possuía 5 dos 9 estabelecimentos existentes em 1866.⁽⁶⁴⁾ Provavelmente, entre as causas principais dessa concentração incluíam-se a proximidade das fontes de matérias-primas e o peso relativo do centro urbano que era Salvador, que tinha sido, inclusive, capital da Colônia.⁽⁶⁵⁾ Porém, ao longo dos anos que se seguiram até a década dos oitenta do século passado, o Nordeste perderia sensivelmente terreno, com a produção manufatureira têxtil tendo crescido mais que proporcionalmente nas principais Províncias do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais),⁽⁶⁶⁾ embora a Bahia, considerada isoladamente, mantivesse sua liderança no plano nacional. Esta participação crescente do Sudeste teria se acelerado principalmente na década de 70, cabendo ao Rio de Janeiro papel predominante nesse movimento.⁽⁶⁷⁾ Um exame mais detido da produção têxtil nacional indicaria que não haviam, decididamente, desníveis tecnológicos mais significativos entre as unidades produtivas espalhadas pelo país, isto é, a produção correspondia, invariavelmente, a tecidos ordinários de algodão, usados principalmente para vestuários de escravos e das populações mais humildes, ou na confecção de sacos.⁽⁶⁸⁾

No bojo dessa tendência a um crescimento mais do que proporcional da produção industrial nos Estados do Sudeste, estaria a notável expansão cafeeira, principalmente a partir de 1870. O café mantinha um ritmo ascendente de produção desde os primeiros anos do século XIX. O importante de ser percebido, entretanto, é que a ascendência da produção cafeeira confunde-se com as transformações estruturais por que passou o país, nos quais inserem-se vários elementos aqui citados, como a formação do Estado Nacional, a quebra do monopó-

(64) STEIN, Stanley (1979, p.28) e ANDRADE, Manoel C. de (1981, p.33)

(65) STEIN, Stanley (1979, p.35)

(66) STEIN, Stanley (1979, p.36)

(67) VERSIANI, Flávio R. e VERSIANI, Maria Teresa R.O. (1978, p.129)

(68) STEIN, Stanley (1979, p.39)

lio comercial, a instituição do regime de trabalho livre e assalariado - no plano interno - e a emergência do capitalismo industrial, com a conseqüente transmutação do capital comercial e da natureza das relações internacionais no plano externo. Sérgio Silva capta a conformação "híbrida" do capital cafeeiro que o tornaria elemento crucial na transformação da formação social brasileira: "O capital cafeeiro tinha portanto diversos aspectos; ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial."⁽⁶⁹⁾ Em síntese, a emergência da economia cafeeira confunde-se, em última análise, com a emergência do modo propriamente capitalista de produção, ou seja, com a economia exportadora capitalista baseada na apropriação do excedente produzido por trabalhadores assalariados.

O engendramento dessa nova relação se faria, numa primeira etapa, quase que exclusivamente no âmbito do complexo social-natural cafeeiro.

O assalariamento da força de trabalho empurrou os cafeicultores a buscarem na imigração estrangeira a solução para a falta de braços na lavoura. Implicou também na busca de fatores que contribuíssem para a aceleração da acumulação, como uma tentativa de ampliação das margens de lucro, principalmente via implantação de uma rede ferroviária e da mecanização de algumas etapas do processo produtivo, - a primeira tendo grande importância na viabilização da expansão da área plantada por sobre o planalto paulista. Por outro lado, a estreita ligação entre o capital cafeeiro e o capital comercial, e deste último com o nascente capital industrial⁽⁷⁰⁾, evidenciaria a constituição embrionária de um capital financeiro no cenário nacional. Visto dessa perspectiva, como bem

(69) SILVA, Sérgio (1976, p.60)

(70) Existem inúmeras evidências desta ligação. Ver por exemplo, SILVA, Sérgio (1976, p.60 e 61) e VERSIANI, Flávio R. e VERSIANI Maria Teresa R.O. (1978, p.126)

ênfatiza Sêrgio Silva, pode-se perceber claramente a unidade que existia entre economia cafeeira e surgimento da indústria:

"Na verdade, ao examinarmos os diferentes aspectos da questão concluimos que as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital".(71)

Por que tal processo não ocorreu no território nordestino? Muitos fatores apontam para uma resposta, ainda que não definitiva.

Em primeiro lugar, as principais culturas de exportação, a cana-de-açúcar e o algodão, não tiveram um desenvolvimento vigoroso e decidido ao longo de todo o século XIX.⁽⁷²⁾ Ao contrário, os períodos de recuperação foram transitórios, não logrando uma recuperação da posição dessas culturas nos circuitos comerciais internacionais. De fato, o período no seu todo evidenciaria mesmo uma tendência à transferência do papel exercido pelo mercado externo para o mercado interno no bojo do desenvolvimento da navegação de cabotagem e do fechamento do mercado externo à produção brasileira destas mercadorias. A cultura algodoeira, que ensaiava uma maior ligação a estes circuitos, sofria forte concorrência dos outros países produtores que se encontravam em posição vantajosa.

(71) SILVA, Sêrgio (1976, p.103)

(72) Leff apresenta números que atestam a queda das exportações brasileiras de algodão e açúcar. A participação do Brasil nas exportações de algodão para a Grã-Bretanha caiu entre 1810 e 1840 (de 13% para 3%), aumentou e manteve-se em 1860 e 1970 (respectivamente 10% e 9%). As exportações de açúcar brasileiras caíram no comércio mundial durante o século XIX e em 1880 essa participação foi menor do que 2%. LEFF, Nathaniel (1972, p.249)

Em segundo lugar, e parte em decorrência do primeiro motivo, a abolição da escravatura não levava a uma modificação qualitativa das relações de produção, tendo mesmo consolidado a hegemonia de relações nitidamente pré-capitalistas. Na crise da economia açucareira, a força de trabalho tinha iniciado um processo vigoroso de migração no sentido da produção de borracha na Amazônia - a partir dos fins do século XIX - e, em menor grau, para outras culturas como a do cacau da Bahia. O crescimento populacional, amparado pelas tradicionais atividades de subsistência, mantinha, ainda quando da presença de fluxos migratórios, um imenso contingente, um verdadeiro "exército industrial de reserva" que retardava transformações significativas nas relações de trabalho. (73)

Furtado estima que na década dos noventa, exetutando-se o Estado da Bahia, cuja renda per capita teria permanecido estagnada, o resto dos Estados Nordestinos involuiu em 0,6% no período considerado. (74) No cerne desta involução estava a queda das exportações de açúcar e algodão, explicada por alguns como decorrente, principalmente, de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, função da expansão das exportações de café. (75)

Tentativas houveram em que se buscaram alterar a inércia daqueles complexos sociais, como denotam os esforços para a implantação dos engenhos centrais na área açucareira. Calcada na idéia da dissociação entre as atividades industriais e as agrícolas, a experiência foi engolida pela expansão paralela das usinas (os engenhos banguê, primitivos, transformavam-se em usinas), premida pelo poder político dos usineiros e pelo descompasso gerado por essa dissociação. (76)

Os capitais estrangeiros canalizaram-se por esta época, no Nordeste, a exemplo do que já ocorria no Sudeste, para o desenvolvimento de ferrovias, serviços de energia e trans

(73) Nunca é demais lembrar que o Nordeste, em 1872, incluindo a Bahia, detinha 48% da população nacional. FURTADO, Celso M. (1976, p.149)

(74) FURTADO, Celso M. (1976, p.149)

(75) LEFF, Nathaniel (1972, ps. 256 e 257)

(76) ANDRADE, Manoel C. de (1981, ps.25 e 26)

portes urbanos. No que essa experiência tinha de similar com a da expansão cafeeira, ficava muito mais no sentido do processo, mas não na intensidade deste.

Independentemente do rol de elementos que se colete para se explicar a não ocorrência de um processo de constituição de bases capitalistas de produção no território nordestino, o fato foi que o complexo cafeeiro havia oferecido os supostos que tal processo exigia.

No que tange à organização territorial nordestina, o periodo da Economia Mercantil Escravista Nacional representou, aparentemente, uma etapa de crescimento vegetativo da configuração que possuía desde fins do século XVIII (ã parte as modificações relativamente pequenas sugeridas no texto). Na verdade, consolida-se sob bases renovadas a organização que a economia colonial já havia moldado. O complexo algodoeiro-pecuário expande-se internamente com uma maior ocupação de terras antes relativamente vazias, preenchendo espaços e pontilhando-se de centros urbanos. Estes foram ampliados em decorrência das transformações engendradas no seio de suas novas relações com o capital comercial, quer estrangeiro, quer interno, integrante do próprio complexo. O complexo açucareiro, na busca para o estabelecimento de novas relações com os circuitos integrados ao capital comercial, que ainda afirmava-se como dominante no âmbito da acumulação daqueles complexos nordestinos, não lograria impor transformações significativas que permitissem o desenvolvimento de suas forças produtivas.

Ainda que a configuração territorial nordestina pouco ou nada se modificasse, ao nível da organização territorial, e portanto nas relações entre configuração territorial e processos sociais, a efervescência social no Sudeste tornava inevitável um certo nível de transformações que se estenderiam ao Nordeste. Em outras palavras, a mudança nos processos sociais - principalmente ao nível econômico, com a nova forma de inserção dos complexos sociais-naturais nordestinos nos circuitos comerciais (com o enfraquecimento do peso que cabia aos mercados externos para a reprodução dos mesmos) , e também a nível político, pela transformação das relações ju

rídico-institucionais resultantes do advento da formação do Estado Nacional (que rearticulou as relações dessas províncias ao comando de um poder nacional) - apontava para modificações também ao nível da organização territorial, que, no entanto, permaneceriam latentes, e só aflorariam: mais tarde, em etapa mais avançada de consolidação do modo capitalista de produção do país.

A indústria teria, a partir de 1880, um crescimento ponderável que seria catalisado (como já indicava a análise anterior) crescentemente pelos Estados do Sudeste. Entre 1885 e 1910 surgiram, só na indústria têxtil do país, 62 novas fábricas, tendo decuplicado no mesmo período a força de trabalho engajada neste tipo de indústria.⁽⁷⁷⁾ Entretanto, um movimento mais importante corria paralelo ao aumento do número de estabelecimentos no Sudeste: era a consolidação das fábricas no cenário industrial, que se superpunham às manufaturas existentes.⁽⁷⁸⁾ Stein mostra-nos que dos 11 maiores estabelecimentos têxteis de algodão do Brasil, em 1910, 8 encontravam-se nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal. No Nordeste haviam três: um na Bahia, um em Pernambuco e outro no Maranhão. Essas onze maiores empresas detinham 40 e 37%, respectivamente, de todos os teares e fusos da indústria têxtil nacional, e 28% do número de operários.⁽⁷⁹⁾

Para a indústria como um todo, o movimento de formação das fábricas caminhou com a mesma intensidade. Sérgio Silva mostra, segundo dados de pesquisa do Centro Industrial do Brasil de 1907, e do Censo de 1920, o crescimento vigoroso dos estabelecimentos industriais com 100 ou mais operários e capital de 1000 ou mais contos de réis, e conclui que "... são essas empresas, e não as empresas do tipo artesanal ou pequenas manufaturas, dispersas por todo o país e destina

(77) STEIN, Stanley. (1979, p. 191 - Apêndice I)

(78) Os conceitos de fábrica e manufatura aqui utilizadas seguem os propostos por Sérgio Silva, reproduzidos anteriormente na nota de rodapé nº 60

(79) STEIN, Stanley (1979, p.114)

das a atender um mercado local, que caracterizam a indústria nascente do Brasil".⁽⁸⁰⁾

Até a década de trinta, com o marco da crise de 29, a expansão da indústria brasileira, concentrando-se fortemente no Sudeste, se fazia de forma decidida e paulatina, passando por alguns períodos menores de crise: a do "Encilhamento" (no começo dos anos noventa do século passado), a recessão que inicia-se em 1913 e agrava-se com a eclosão da primeira guerra mundial (permanecendo até 1915), a instabilidade do pós-guerra (em 1918) e os prenúncios da grande crise de 29, a partir de 1926/27.

Polarizada pela dominância do capital cafeeiro no âmbito da acumulação de capital, a indústria beneficiava-se da maneira que podia das diretrizes emanadas da política econômica. Quando problematizavam-se as condições do setor externo da economia, a indústria podia aliviar-se da concorrência estrangeira; por outro lado, quando as condições normais do comércio internacional eram restabelecidas, a indústria beneficiava-se da possibilidade de adquirir equipamentos no exterior, restabelecendo e ampliando a capacidade produtiva instalada (este "mecanismo" ficou conhecido como "teoria dos choques adversos").

De fato, o movimento de expansão da indústria descrito para este período não apontava para uma diversificação substantiva da estrutura industrial. Ao contrário, o crescimento baseava-se na expansão dos ramos produtores de bens de consumo leves, que não podiam, sozinhos, sustentar um crescimento endógeno da produção industrial.⁽⁸¹⁾ No entanto, a indústria ia, aos poucos, articulando as pré-condições mínimas que a capacitariam a promover definitivamente esta transformação no período pós 30, na derrocada do modelo primário-exportador.

(80) SILVA, Sérgio (1976, ps.83 a 91). O autor faz uma descrição relativamente detalhada dos problemas relativos à margem de erro possível dos dados utilizados, bem como uma discussão sobre a relevância dos parâmetros de "corte" adotados para a diferenciação das fábricas.

(81) MELLO, João M.C. de (1982, ps.91 e 92)

Ao nível da infra-estrutura econômica, ampliavam-se notadamente as ofertas de energia e transporte, com a implantação de várias hidrelétricas em começos do século XX, por um lado, e a expansão da rede ferroviária, por outro, reduzindo custos e aumentando a rentabilidade e eficiência da indústria do Sudeste.⁽⁸²⁾

Como já apontamos, o período entre 1880 e 1930 marca o momento decisivo de ascensão do complexo algodoeiro-pecuário no cenário nordestino. Neste momento, intensificaram-se as ingerências do capital internacional, que "... sob a égide das 'três irmãs', SANBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON, realiza, internacionalmente, sob seu controle, o valor dessa mercadoria"⁽⁸³⁾ - o algodão. O capital comercial e financeiro, inglês e norte-americano, assegurava a realização da produção de algodão no mercado externo, possibilitando a ascensão relativa do complexo algodoeiro-pecuário no território nordestino, em face da depressão no complexo canavieiro.

O advento da república teve como consequência o fortalecimento das "oligarquias regionais"⁽⁸⁴⁾, no contexto da valorização do regime federativo, emprestando-lhes uma autonomia maior no plano estadual. Assim, os "coronéis", como eram intitulados os membros das oligarquias da região algodoeiro-pecuária, ascenderam a uma posição privilegiada no âmbito do

(82) CANO, Wilson (1978, ps. 913 a 919)

(83) OLIVEIRA, Francisco de (1981, p.48)

(84) Encampamos aqui as considerações de Rosa Maria Godoy Silveira acerca da inexistência de uma oposição entre os conceitos de "oligarquia" e "burguesia": "Dada a complexidade inesgotável da problemática da estratificação social brasileira, para este trabalho adotou-se alguns critérios básicos, a saber: a) não entendemos oligarquia em oposição a burguesia. Ao contrário, encaramos os proprietários de terras nordestinos (da economia algodoeira e açucareira) constituindo uma burguesia agrária específica, correspondente a uma determinada fase do capitalismo implantado sobre o país (etapa comercial, de acumulação primitiva); b) a expressão oligarquia corresponde à forma de estruturação política daquela burguesia agrária, viabilizada através de grupos sociais intercompostos; c) não se perde de vista, em momento algum, o fato de que aquela burguesia agrária se constituiu vinculada a uma economia de mercado (externo), e e em referencia notadamente a esta última que justifica sua nomenclatura.(...)" SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (1984, p.22)

poder local.⁽⁸⁵⁾

Outra questão importante emergiu neste período a nível do complexo algodoeiro-pecuário: o problema das secas. A partir principalmente da grande sêca do triênio 1877/79, iniciaram-se as preocupações, que reforçadas pelas sêcas de 1888 / 89, 1898, 1900, 1903, e 1907,⁽⁸⁶⁾ culminariam com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas (IOCS), em 1909.⁽⁸⁷⁾ O Estado republicano concedia, assim, ao complexo algodoeiro - -pecuário um instrumento estatal que, apropriado pela oligarquia correspondente, fazia importantes investimentos em infraestrutura, notadamente em estradas e açudes.

Os açudes eram construídos, na sua maioria, em propriedades particulares, e as estradas facilitariam o escoamento das principais mercadorias da zona sertaneja. Ambos os investimentos estatais contribuía, portanto, para ampliar a margem de lucro dos "coronéis" do complexo algodoeiro-pecuário.

No caso dos açudes, sua importância advinha da possibilidade de se salvar o gado nos períodos de estiagem, cujo valor intrínseco era maior em comparação com a cultura do algodão. Além do mais, pela manutenção de culturas de subsistência na proximidade destes, reforçava-se o vínculo dos meios e parceiros aos grandes e médios proprietários, em cujas terras os açudes eram construídos.⁽⁸⁸⁾

(85) OLIVEIRA, Francisco de (1981, p.49)

(86) ANDRADE, Manoel C. de (1977, p.132)

(87) Mais tarde em 1924, a sigla IOCS seria substituída pela Sigla IFOCS ("F" de Federal) e em 1945, por DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas). ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de e CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos (1978, p.59)

(88) OLIVEIRA, Francisco de (1981, p.54). É interessante notar que a proliferação de culturas de subsistência no entorno dos açudes não significava o uso de práticas de irrigação, mesmo considerando suas formas mais primitivas, como por gravidade. A irrigação só se tornaria prática usual no Nordeste com a própria evolução das unidades produtivas agropecuárias nordestinas em direção à agroindústria, na década de 70. Inúmeros açudes construídos há vários anos no Nordeste, e que previam o uso da água para este objetivo, não tiveram até hoje um metro cúbico de água utilizada para tal fim.

O problema da seca adquire, também, outra importância para nosso estudo. Sendo fundamentalmente um problema social enraizado no tipo de estrutura econômico-social que prevalecia na área sertaneja, pois mina as bases de sustentação da massa de trabalhadores rurais e pequenos sítiantes, a seca vem reforçar tremendamente, ao nível ideológico, no plano nacional, a existência de uma "questão regional" no país. De fato, a seca foi paulatinamente sendo transfigurada de sua forma inicial, um problema inicialmente restrito à área sertaneja, para uma outra forma, a de um problema de todo o Nordeste, e por extensão, do país. No âmago desta transfiguração, a emergência de uma justificativa técnica para a explicação da pobreza nordestina, em detrimento de uma visão política do problema. Este processo de conformação ideológica de uma tal visão do problema das secas forjar-se-ia ao longo de um amplo período, que se iniciou em fins do século passado, e que se aprofundaria até os nossos dias. (89)

O período entre 1880 e 1930, correspondente à "Economia Exportadora Capitalista" de João Manoel Cardoso de Mello, engendraria os elementos que tornariam possível, no período subsequente, uma redefinição de praticamente todas as "regiões" do país no contexto de uma profunda transformação de seus papéis nos circuitos da produção e circulação de mercadorias. Expandiram-se, nele, o assalariamento da força de trabalho, a consolidação do capital industrial, e as contradições do Estado "oligárquico", movimentos que transformariam as instâncias econômicas, políticas e ideológicas da formação social brasileira, imprimindo-lhe nova face.

Sem embargo, o período determinou, no território nordestino, o surgimento de características no interior dos complexos sociais-naturais que apontavam para uma certa homogeneização de ambos, em um movimento que só apresentaria contornos mais definitivos em plena fase pós-30. Não só porque cristalizavam-se relações de produção semelhantes mas, também, porque redefinia-se aos poucos a forma de inserção dos mesmos nos circuitos comerciais relevantes, mudan

(89) Cf. SILVA, Janice Theodoro da (1978)

do-se a orientação quase que exclusiva para os mercados externos por outra voltada crescentemente para o mercado interno que já se estruturava em torno do núcleo dinâmico do período econômico seguinte, São Paulo e a região "futuramente industrial" do Sudeste. A acumulação de capital no Nordeste, especialmente no complexo açucareiro, passou a depender cada vez mais do mercado interno. As principais mercadorias nordestinas são agora direcionadas para a área economicamente dinâmica do país, e sua incipiente indústria, protegida por barreiras fiscais, isolada por precárias condições de transporte e voltada para o mercado local, assistiria a uma queda paulatina de sua eficiência relativa em termos nacionais.

De outro lado, emergiam áreas de produção diferenciadas das dominantes, como a área de produção cacaueteira e a área de produção salineira, reforçando o desenvolvimento de algumas cidades, a exemplo, respectivamente, de Ilhéus e Itabuna, e Mossoró.

Finalmente, aprofundou-se definitivamente o "fechamen - to" do acesso à terra, um processo que teve origem na " Lei de Terras", decretada ainda em 1850 que, "... convertendo as terras de domínio da Coroa ao domínio público e tornando seu acesso possível somente mediante compra, a medida acoplava a *noção de valor* à terra, mercantilizando-a; portanto, configurava-a em moldes tipicamente capitalistas, substituindo a noção que até então lhe era inerente, de *prestígio*". (90)

Importante salientar em síntese que no interior dos dois complexos sociais-naturais registrava-se um movimento de uniformização dos processos sociais determinantes das respectivas organizações territoriais. Quanto à inserção dos dois complexos no todo nacional, mantinha-se a inércia nordestina em responder aos estímulos do aprofundamento das relações capitalistas.

(90) SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (1984, p.89)

2.4 A organização territorial nordestina forjada pela domi nância da acumulação industrial no cenário nacional

A década dos anos trinta, neste século, marcaria a as
censão do capital industrial ao "comando" da acumulação de
capital no país. Com a depressão de 1929, a produção de ca
fé, e a economia nacional com ela, entrariam em crise. Uma
crise que afastaria inexoravelmente a produção cafeeira do
papel de protagonista do dinamismo econômico do Brasil.

A política anti-cíclica adotada pelo governo contribuiu
decisivamente para esse processo, defendendo o setor cafeeiro -
via o funcionamento da compra dos estoques acumulados
para posterior destruição -, e mantendo, conseqüentemente, os
níveis da demanda efetiva e emprego tanto no próprio setor
como, o que é mais importante, nos outros setores vinculados
ao mercado interno (ou seja, a indústria entre estes).⁽⁹¹⁾
Desta maneira, ao financiar em moeda local (principalmente)
a queima dos estoques de café, o governo mantinha a procura
interna e evitava a quebra de setores "... que dependiam in
diretamente da renda criada pelas exportações".⁽⁹²⁾

Em paralelo à manutenção da demanda efetiva, problemati
zava-se, durante a crise, a capacidade para importar. A desva-
lorização do mil-réis havia implicado num encarecimento dos
produtos importados, o que viria igualmente a favorecer os
setores que produziam para o mercado interno, pela via da
inexistência de concorrência externa.⁽⁹³⁾ A resposta da eco
nomia brasileira à crise resultou, assim, num vigoroso pro
cesso de industrialização.⁽⁹⁴⁾

A indústria passou a ditar, portanto, o ritmo do proces
so de acumulação e, com isto, consolidar-se-ia definitiva -
mente, em pouco tempo, o modo capitalista de produção de mer
cadorias no país. São Paulo surgiu como o centro catalisador
deste dinamismo, como já apontavam as análises do período an

(91) FURTADO, Celso M. (1976, p.190)

(92) FURTADO, Celso M. (1976, p.194 - grifo nosso)

(93) FURTADO, Celso M. (1976, p.196)

(94) CASTRO, Antônio B. de (1980a, p.10)

Entretanto, para que este passo pudesse ter sido dado foi necessária a existência de pré-requisitos. O primeiro de les foi a presença, na estrutura industrial, de setores da produção de bens de capital e de bens intermediários, ainda que não plenamente constituídos.

O país já produzia alguma coisa em termos de bens de capital, destacando-se aí a produção, no Centro-Sul, de cimento, ferro e aço, e alguns bens mecânicos mais simples. Com efeito, a partir de 1930, o consumo interno de ferro-gusa e aço em lingotes foi abastecido quase que integralmente pela produção interna, que respondeu por mais de 90% do consumo destes produtos até, pelo menos, 1940.⁽⁹⁵⁾ Wilson Cano mostra, adicionalmente, que a produção de "indústrias predomi-nantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável" cresceu a taxas substanciais, especialmente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e nos do Sul.⁽⁹⁶⁾

A década de 20, que antecedeu este período, ficaria caracterizada, no que respeita à indústria, por uma entrada maciça de capitais estrangeiros sob a forma de inversões diretas; um movimento que se prendia à passagem a uma etapa monopolista do sistema capitalista nos países centrais, consubs-tanciada no surgimento de grandes empresas oligopolizadas, comandando grandes "blocos" de capital e com uma dinâmica que as fariam disputar tenazmente o mercado mundial como um todo.⁽⁹⁷⁾

De outro lado, a fase da Economia Exportadora Capitalista, sob a predominância do café, impôs por sua natureza capitalista, a produção em massa de bens de consumo assalariado

(95) BAER, Werner (1970, p.86)

(96) CANO, Wilson (1978, p.930)

(97) Acorreram para o Brasil, num primeiro momento, até a 1ª. Guerra Mundial, empresas britânicas na sua maioria. No entanto, no pós-guerra, o capital americano passou a predominar, em termos de inversões diretas. Datam desta época o início da operação, no Brasil, de várias empresas oligopolizadas norte-americanas, como a FORD, a SHELL e outras.

e especialmente alimentos. Assim, houve um forte crescimento diversificado da agricultura de alimentos, notadamente a paulista, e das indústrias de bens de consumo. Tais crescimentos acentuaram-se com a crise cafeeira: de um lado a queda da taxa de acumulação do setor café "empurrou" capital para outras culturas (notadamente o algodão) e, de outro, a existência de capacidade ociosa permitiu, sob condições de depressão na capacidade para importar, um avanço significativo da produção de bens de consumo. São Paulo, não custa repetir, constituiu-se no locus dinâmico deste movimento.

Se a vigorosa agricultura de alimentos⁽⁹⁸⁾ contribuía para garantir a reprodução da força de trabalho nos níveis requeridos pela acumulação, a indústria de bens de produção contribuía para reproduzir, *em certo grau*, o capital constante, configurando um processo de 'industrialização restringida'.⁽⁹⁹⁾ Nas palavras de Maria da Conceição Tavares:

"Neste período de industrialização, pela primeira vez na história da economia brasileira, combinam-se dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento da acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a 'autodeterminação' do próprio processo de desenvolvimento".(100)

(98) A expansão da agricultura paulista contou, entre outras coisas, com um maciço apoio técnico de instituições estaduais, que contribuíram para aumentar sua produtividade com relação às demais áreas do país.

(99) O termo foi cunhado por João Manoel Cardoso de Mello. Cf. MELLO, João Manoel C. de (1982)

(100) TAVARES, Maria da Conceição (1986, p.103)

O avanço da industrialização substitutiva de importações mantinha-se vigoroso, concentrando-se nas faixas em que as exigências de capital não eram vultosas e a tecnologia encontrava-se disponível no mercado. Desta forma, a indústria absorveu grandes quantidades de mão-de-obra, induzindo a formação de um mercado de trabalho nos principais centros urbanos - em especial os do Sudeste - que passaram a crescer desmesuradamente, absorvendo quantidades crescentes de populações que migravam das áreas periféricas do país.

No plano político, a década de 30 nasceria sob convulsões que traduziam a luta contra a estrutura oligárquica do poder. Deflagraram-se as revoluções de 30 e 32, rompendo os parâmetros da Primeira República, e em 1937, Vargas instituiu o Estado Novo, que alteraria definitivamente o caráter do Estado brasileiro. Na verdade, rearticulavam-se os elos do poder e aprofundava-se a ação do Estado no âmbito econômico.

Alguns autores consideram difícil estabelecer, para os primeiros momentos desta nova etapa, a que fração de classe cabia a hegemonia no plano político⁽¹⁰¹⁾. A nosso ver, esta questão aparenta ser mais complexa do que realmente é. Em outras palavras, a hegemonia cabia sim, também, à burguesia industrial, só que esta fração de classe confundia-se com certa "fração" das oligarquias agrárias, e justamente esta fração "híbrida", porque industrial e agrária simultaneamente, apresentava relações contraditórias no exercício do poder, ao sabor dos ditames de cada conjuntura econômica.

(101) Segundo Raimundo Moreira; "A partir do movimento político que inaugura o 'populismo', com a revolução de 30, as alianças de classe promovidas por uma espécie de Estado Nacional, acima dessas mesmas classes, não deixam clara a questão da hegemonia. A relação de forças sem embargo, aparenta ser favorável à 'burguesia industrial'. Parece difícil, contudo, estabelecer uma separação entre esta fração e a própria oligarquia agrária, na medida em que os capitais que serviram de base para levar a cabo a industrialização substitutiva provinham sobretudo, dado o montante de divisas, dos grupos exportadores". MOREIRA, Raimundo (1978, p.29)

No pós-guerra, o hiato entre a economia do Sudeste e a do restante do país acentuar-se-ia de forma dramática. Dentro do próprio território do Sudeste aprofundava-se a concentração econômica em São Paulo. O ritmo do crescimento das indústrias baseadas em São Paulo era, de uma maneira geral, maior que a dos Estados periféricos, ainda que estes tivessem também sua expansão industrial acelerada.⁽¹⁰²⁾

A partir de 1956, com o governo Kubitschek, ou seja, com a elaboração e implementação do Programa de Metas, o Brasil daria mais um passo em sua expansão industrial, superando o período de "industrialização restringida". O processo de substituição de importações entrava em sua fase de auge, atingindo os setores de bens de consumo durável e de bens de produção, ou seja, aquelas faixas em que os aportes de capital e os conhecimentos tecnológicos exigidos eram sobremaneira elevados. Uma passagem que se faria em associação estreita com o capital estrangeiro, configurando-se como a única saída viável - dadas as condições político-econômicas do país - para que tal salto fosse implementado.

No plano nordestino, a agricultura ressentir-se-ia do fortalecimento da agricultura paulista, pois esta passaria a cultivar maciçamente o algodão e também a cana-de-açúcar. "De fato, o aumento da produção algodoeira na década de 30, em São Paulo, é vertiginoso: de 3.934 t. de algodão em pluma em 1930, passa a 10.000 em 1931; em 1934 a produção é de 102.296 t., passando a 307.377 t. em 1940, o que representava quase o triplo da produção nacional de 1930".⁽¹⁰³⁾ A produção de açúcar também crescia vertiginosamente ali, mesmo antes de 30, tendo aumentado de sete vezes entre 1925 e 1929.⁽¹⁰⁴⁾

Criou-se, em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que, na verdade, com a missão de controlar a produção de açúcar, tratava de garantir para o açúcar nordestino as

(102) Wilson Cano mostra-nos como a "periferia" (o agregado Brasil menos São Paulo) aumentou sua taxa de crescimento industrial, que era de 3,4% entre 1920/28, para 6,2% entre 1939/49. CANO, Wilson (1978, p.932)

(103) COHN, Amélia (1978, p.26)

(104) COHN, Amélia (1978, p.25)

maiores quotas de produção, resguardando-o da concorrência do Sudeste. A produção no Sudeste tinha, sabidamente, nítidas vantagens comparativas, como a óbvia proximidade ao centro consumidor e usinas melhor equipadas, com menores custos de produção.

O IAA foi, desde o começo, literalmente apropriado pelos usineiros nordestinos.⁽¹⁰⁵⁾ O principal efeito da ação do organismo seria a manutenção das condições arcaicas que imperavam na cultura da cana no Nordeste, via sustentação dos produtores marginais.

Assim, a vinculação da produção nordestina ao mercado gerado pelo dinamismo da produção cafeeira - saída natural para o agravamento das condições de seus principais produtos no mercado internacional - viria, agora, a dar-lhe um duro golpe com a emergência da produção do Sudeste, em especial a paulista. Um golpe que fechava as portas a uma possibilidade de recuperação das duas culturas principais, aprofundando a involução no sentido das culturas de subsistência e impedindo transformações ao nível das relações de produção na agricultura.

No que se refere à indústria brasileira, as coisas não seriam muito diferentes. O período pós 30 marcaria um distanciamento que se aprofundaria a cada nova década. A indústria de transformação de São Paulo crescia à taxa média anual de 7,0; 9,9 e 10,8% nos períodos de, respectivamente, 1919 / 39, 1939/49 e 1949/59; enquanto que a nordestina apresentaria taxas de 4,0; 5,9 e 6,3% para estes mesmos períodos.⁽¹⁰⁶⁾ Na composição setorial as diferenças também eram marcantes. A indústria do Sudeste teria aumentada significativamente a produção dos setores de bens de capital e de bens de consumo intermediários em detrimento da participação dos setores de bens de consumo tradicionais, notadamente os dos gêneros têxtil e de produtos alimentares. Os setores de mecânica e metalúrgica contribuiriam, já em 1940, com 7,2 e 8,9% do va

(105) OLIVEIRA, Francisco de (1981, p.67)

(106) CANO, Wilson (1978, p.929)

lor da transformação industrial do Sudeste. (107)

A indústria nordestina, por seu turno, mantinha-se as sentada sobre os setores de bens de consumo tradicionais. A título de exemplo, em 1959, apenas 1,3% do valor da transformação industrial situava-se nos ramos de mecânica, mate rial elétrico e de comunicações e de material de transpor - te. (108) A única exceção a esta "regra" estaria no gênero de química, que havia tido um impulso considerável com a agilização da produção petrolífera no recôncavo baiano.

No Sudeste, acumulavam-se condições para que a indús tria pudesse "autodeterminar" sua expansão: criou-se a si derúrgica de Volta-Redonda, multiplicaram-se as hidrelétricas, melhoraram-se os portos, as rodovias etc. No Nordeste, ao contrário, estas inversões se fariam mais lentas e em me nor escala. Quanto ao fornecimento de energia, por exemplo, a carência sô seria amenizada com a entrada em operação da hidrelétrica de Paulo Afonso, em 1954. Na infraestrutura de transportes a situação também era precária: além da deca dência dos sistemas ferroviários e da navegação de cabotagem, as rodovias encontravam-se em pior estado na zona litorânea, a que demandava mais serviços de transportes, enquanto que na zona semi-árida havia uma extensa rede de estradas. (109)

No plano das "questões regionais" do país, dois even tos atuaram significativamente no sentido da integração econômica do mercado nacional: a queda da barreira econômica repre sentada pela existência de impostos estaduais que ampliavam o preço das mercadorias deslocadas para colocação em merca dos de estados mais distantes do estado produtor e a queda da barreira física representada pela inexistência de uma re de eficiente de transporte inter-estadual de mercadorias. A primeira barreira ruiria rapidamente a partir de 1938, ten do sido eliminada definitivamente em 1943; a segunda ruiria para o caso nordestino, na década de 50, com a interligação propiciada pela rodovia Rio-Bahia. (110)

(107) IBGE, Censo Industrial do Brasil de 1940

(108) ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti, e CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos (1978, p.46)

(109) CASTRO, Antônio B. de (1980a, p.144)

(110) MAGALHÃES, Antonio R. (1983, ps.270 e 271) e CANO, Wilson (1985, ps.187 a 190)

As eliminações de ambas as barreiras à livre movimentação das mercadorias no âmbito das fronteiras nacionais correspondiam, indiscutivelmente, a sintomas da gestação de uma nova organização territorial da formação social brasileira. Em essência, representavam pré-condições ao aprofundamento do processo de integração do mercado nacional em torno do pólo paulista e, concomitantemente, contribuíram para delinear uma "periferia" no entorno deste.

Não foi sem razão que, quando da implementação do Plano de Metas do governo Kubitschek, encontrava-se no auge a discussão acerca da existência de "desequilíbrios regionais" no país. O dinamismo do pólo paulista quando cotejado com o menor ritmo de crescimento da periferia, representado por uma ampliação da distância econômica entre este segmento do território nacional ao longo das cinco primeiras décadas do século XX, atribuiria importância de *per se* ao tema.

Corroborada pela seca de 1958 e pela migração massiva de nordestinos rumo ao Sudeste do país, a tese dos desequilíbrios regionais ganhou corpo no aparelho de Estado e terminou por desaguar na criação de uma agência voltada exclusivamente para o desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE.

O Nordeste da SUDENE, definido como a porção do território nacional que compreende nove Estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) mais parte do Estado de Minas Gerais, constituía, àquela altura, um todo; um todo não integralmente coberto por áreas homogêneas, mas com processos sociais tenuamente diferenciados em sua natureza essencial ocorrendo ao longo de seu território.

O processo de constituição de uma nova divisão territorial do trabalho no país, ou, mais amplamente, de uma nova organização territorial da sociedade brasileira, terminou por consolidar a imagem de um Nordeste, um todo indiferenciável no essencial, que não mais permita distinguir entre um complexo social-natural algodoeiro-pecuário e um complexo social-natural açucareiro. Não que inexistissem ali especificidades, tais como climas, vegetações, etnias e produtos

os mais variados, mas - o que é relevante para nossa caracterização de região - os processos sociais assumiriam uma uniformidade marcante em seus aspectos mais característicos, no decorrer do avanço daquele processo.

Complexo algodoeiro-pecuário e complexo açucareiro fundiram-se e mesclaram-se definitivamente ao longo da passagem secular da economia colonial à economia capitalista. Neste sentido, não cabia mais falar deles, mas sim na existência de áreas de produção diferenciadas: a área da produção açucareira, a área da produção cacaueteira, a área da produção algodoeira-pecuária, e assim por diante. Estas não compreendiam mais complexos sociais-naturais singulares, com processos sociais específicos ocorrendo em cada uma delas.

O Nordeste constituía, repetimos, um todo internamente indiferenciável no que tange aos processos sociais fundamentais. Entretanto, no plano da organização territorial nacional, passava a compor uma outra noção espacial: era território integrante da "periferia" nacional, no conjunto de uma nova configuração territorial (e, por que não, espacial) brasileira.

Neste sentido, a concepção de uma região Nordeste, um complexo social-natural singular, diluiu-se no processo de desenvolvimento da formação social brasileira neste século, como resposta às forças de espraiamento das relações sociais capitalistas fundamentais pelas diversas porções do território nacional, pelas diversas "ilhas" do "arquipélago" brasileiro, por suas diversas regiões. Não foi de fato uma organização territorial nordestina única⁽¹¹¹⁾ que sucedeu às suas duas regiões constitutivas no âmbito histórico.

O avanço do capital como relação social básica da formação brasileira impôs uma nova divisão territorial do trabalho no país, uma nova organização territorial, cuja configuração correspondente não comportava mais a delimitação de re

(111) Única, obviamente, não no sentido de inexistência de diferenciações internas, no sentido de absoluta igualdade dos processos sociais, ecológicos, ocorrendo na aquele território. Única, sim, no sentido de constituir um conjunto de processos sociais diferenciados das demais regiões subjacentes ao todo da formação social brasileira, se porventura existirem.

giões no sentido proposto neste trabalho.

Se persistia ainda uma compreensão "regional" da organização territorial brasileira, esta fundamentava-se (e fundamenta-se hoje) nas suas origens históricas, nas especificidades culturais, no monolitismo da divisão político-administrativa do território nacional, enfim, na força do hábito.

A nova organização territorial brasileira correspondeu, assim, a uma nova configuração, característica da etapa oligopólica de expansão do modo capitalista de produção no Brasil. Esta etapa singularizou-se, em uma primeira fase, por ter colocado em xeque os contornos regionais e de ter-se desenvolvido de maneira a que o capital se centralizasse territorialmente sob sua lógica oligopólica para, em fase posterior, alastrar-se, predominantemente, sobre as demais frações do território nacional. Desta forma, a etapa histórica que analisamos aqui correspondeu a esta primeira fase. Em outras palavras, ela correspondeu à constituição e desenvolvimento de uma configuração espacial/territorial marcada por duas zonas bem delimitadas: um núcleo com fronteiras em expansão, localizado a partir do centro paulista, e uma periferia ricamente diferenciada no que tange aos processos sociais que ocorriam nas diversas porções de seu vasto território. Não constituíam regiões enquanto complexos sociais-naturais singulares, mas correspondiam à áreas fundamentais de uma outra organização territorial brasileira, que não comportava mais, no plano analítico, o recurso àquele conceito.

A nova espacialidade do capital, já então oligopolista, forjara-se em um movimento que aprofundava - aparentemente de forma irresistível - as diferenciações econômicas, os padrões de vida das populações, o desenvolvimento das forças produtivas entre o núcleo e a periferia. Mesmo em outras instâncias, como a política, quanto à composição das classes sociais, à natureza da hegemonia das classes dominantes, à essência dos conflitos sociais existentes, afirmaria-se o hiato crescente entre as duas zonas.

Se, de um lado, a construção da dominância do capital oligopólico no cenário nacional parecia apontar para a inexistência da mudança que produzira na organização terri-

torial brasileira, de outro, quando alcançou efetivamente tal hegemonia, mostraria que o sentido derradeiro do processo no plano espacial não seria aquele.

Assim, o próximo capítulo abordará justamente, e em maior detalhe, esta nova fase da etapa oligopólica do capital enquanto relação social dominante no país, onde percebem-se os primeiros sinais em direção a uma homogeneização do território nacional. Para o Nordeste, a criação da SUDENE representaria o marco inicial desta passagem.

CAPÍTULO 3

MARCOS REFERENCIAIS DE UMA NOVA FASE DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NORDESTINA: A CRIAÇÃO DA SUDENE E SEUS DESDOBRAMENTOS

3.1 A criação da SUDENE e o seu significado

A criação da SUDENE foi motivada, basicamente, pelos transtornos sociais que eclodiram com força a partir de meados dos anos 50, tendo sua origem principal no meio rural. Na verdade, vários motivos convergiram no sentido de se institucionalizar uma ação planejada para o Nordeste.

A tendência de institucionalização de um "padrão planejado" para a ação do governo federal sobrepunha-se a um "padrão técnico" precedente, sendo esta distinção nem sempre percebida pelos diversos autores que analisaram o tema. ⁽¹⁾

Janice Theodoro da Silva, em estudo baseado na análise do discurso político da primeira República, mostrou que, em essência, no plano ideológico, a emergência deste padrão técnico em detrimento de um padrão político de intervenção para a solução dos problemas nordestinos datava, pelo menos, do início deste século, ou seja, ainda quando do alvorecer da República. ⁽²⁾ A criação da IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas, depois transformada em IFOCS - "F" de Federal - e em DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), em 1909, e a política de construção de açudes foram os resultados mais importantes da afirmação deste padrão técnico no âmbito político-ideológico.

(1) Raul Barbosa faz referência à criação do Banco do Nordeste do Brasil como marco inicial de uma intervenção planejada do governo federal naquela área territorial; afirmativa da qual discordamos, ainda que reconhecendo na criação do BNB, um elemento precursor do processo. BARBOSA, Raul (1979, p.76)

(2) Cf. SILVA, Janice Theodoro da (1978). A autora, embora não diferencie entre um padrão técnico e padrão planeja-

As mudanças geradas na década de 50 provocando alterações institucionais significativas no aparelho de Estado e , particularmente, na natureza de sua intervenção no ambiente econômico, apontariam para a superação deste padrão técnico, que se veria recriado sob outra forma tendo o moderno planejamento como pressuposto. Esta superação, inclusive, não ocorreria ao acaso, mas atrelava-se ao *rationale* da nova fase de expansão do capital no país. No plano regional, ver-se-ia reforçada, em primeiro lugar, pela evidência empírica do hiato econômico crescente entre o núcleo paulista e a extensa zona periférica, e em segundo lugar, por fatores conjunturais, especialmente aqueles vigentes no plano político.

Registra-se, portanto, na década de 50, uma reorientação analítica quanto ao enfoque do problema nordestino. Ao lado das atenções centradas no problema das secas periódicas assumia importância crescente no conteúdo das discussões a idéia da miséria imperante junto aos trabalhadores rurais da área de produção açucareira, e a de sua conseqüente potencialidade "explosiva", em termos políticos.

A criação e expansão das chamadas "Ligas Camponesas", e de outras formas de organização política dos trabalhadores rurais ⁽³⁾, implicou numa crescente "tomada de consciência" não

do de intervenção - até porque não cabia esta distinção no período histórico que analisou, 1889/1930 -, identifiquei com precisão a natureza do discurso técnico no âmbito das questões nordestinas: "A formulação deste *sistema ideológico* encontrará sua expressão mais acabada quando conseguir cindir o nível político do nível econômico, afastando definitivamente os impasses criados pelo debate sobre política oligárquica e formulando ao nível de 'planos econômicos', soluções 'técnicas', 'neutras', para a resolução dos problemas da economia interna. No processo estudado fica deslocado o '*político*' enquanto personagem da história e alça-se em seu lugar a figura do *técnico*". (1978, p.22)

- (3) Ao lado das Ligas Camponesas outras formas de organização política dos trabalhadores rurais nordestinos proliferaram no período, algumas até mesmo surgidas para se contraporem às primeiras. Foi exemplo disto o movimento de sindicalização, que teria sido impulsionado como forma de esvaziamento das Ligas. O termo "Ligas Camponesas" é empregado neste trabalho significando não apenas as Ligas propriamente ditas, mas toda a constelação de formas organizativas dos trabalhadores rurais que existiram

são do governo, mas também da opinião pública nacional e até mesmo estrangeira acerca do problema social nordestino. Temia-se por um agravamento do conflito social naquela área; uma ameaça que, no entender de alguns, apontava até mesmo para soluções separatistas. Questionava-se assim uma das idéias consideradas mais bem arraigadas na consciência do povo brasileiro: o mito histórico do sentimento de unidade nacional.

De fato, havia alguns complicadores que terminaram por emprestar um conteúdo aparentemente mais radical às Ligas, do que denunciava sua própria dinâmica política. Por esse época vinha se desenvolvendo o processo revolucionário cubano que, um pouco mais tarde, contribuiria para reforçar os temores do país capitalista hegemônico, os Estados Unidos, quanto à ocorrência de um processo similar em uma área de significativa expressão populacional tal como o Nordeste. Esses temores resultariam, durante a administração do democrata John Kennedy, já nos anos sessenta, na criação de um plano de ajuda intitulado "Aliança para o Progresso".⁽⁴⁾

A presença de vários setores da esquerda e mesmo da igreja, de certa forma em constante conflito pela liderança do movimento camponês, contribuiu para reforçar as preocupações dos governos brasileiro e norte-americano. Contudo, as Ligas propriamente ditas, como concluiu Amélia Cohn, "... se caracterizavam por serem agentes de mudança de cunho muito mais reformista do que revolucionário", dado o seu caráter eminentemente reivindicativo.⁽⁵⁾

O que importa retirar da experiência do movimento camponês no Nordeste, numa primeira visão do problema, é que este

naquela conjuntura específica, uma vez que nosso intuito é meramente o de situar a importância do movimento social no campo como elemento precipitador de uma alteração na organização territorial nordestina. Para uma análise mais acurada deste movimento social e da teia específica de conjugação dos agentes políticos subjacentes confronte-se COHN, Amélia (1978) e OLIVEIRA, Francisco de (1981)

(4) "As Ligas adquirem uma repercussão internacional de tal vulto, que Robert Kennedy, irmão do então Presidente norte-americano John F. Kennedy, visita a Liga do Engenho da Galiléia". COHN, Amélia (1978, p.82)

(5) COHN, Amélia (1978, p.75)

marcou profundamente o momento político nacional e mesmo internacional, emprestando uma força muito grande à questão regional e determinando um tipo de intervenção do Estado cujo produto mais exemplificativo foi a criação da SUDENE.

Ao lado do problema das Ligas, porém com menor importância, sucedeu-se o episódio das eleições de 1958, no qual o governo federal foi derrotado na maioria dos Estados nordestinos, o que refletiu o ambiente das tensões políticas que ocorriam na área. Exemplo notório destas eleições foi a vitória de Cid Sampaio para o governo do Estado de Pernambuco, com o apoio das Ligas Camponesas e do Partido Comunista.⁽⁶⁾ De fato, Cid Sampaio, da UDN, sustentando uma plataforma reformista, mas defendendo interesses do empresariado local, conseguiu eleger-se com o apoio das massas urbanas e do campeonato da zona da mata.

Cabe lembrar também, que 1958 foi um ano marcado por uma forte seca no Nordeste, que atingiu meio milhão de pessoas, sobretudo nos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A seca daquele ano provocou a formação de um grupo de trabalho de nível federal para estudar mecanismos que permitissem ao Nordeste "... acompanhar o ritmo de desenvolvimento de todo o país".⁽⁷⁾ Emergiu da seca, também, o questionamento quanto à atuação do DNOCS, uma vez que passados cinquenta anos de sua criação pouco se havia obtido no sentido de um combate eficaz deste flagelo. O órgão, que centralizava as operações emergenciais quando da ocorrência das estiagens era, então, fortemente acusado de estar aprisionado pelos interesses dos "coronéis", agindo segundo critérios eleitorais na concessão de verbas e seleção dos projetos específicos. Em suma, o DNOCS passou a "personificar" aquilo que se intitulou de "indústria da seca", reforçando assim as pressões que se acumulavam, principalmente a partir da década-

(6) COHN, Amélia (1978, p.93)

(7) Presidência da República; Síntese cronológica. Rio de Janeiro, 1958, ps. 290 a 292, citado por COHN, Amélia (1978, p.69). Este Grupo de Trabalho a nível federal seria conhecido como o GTDN, cuja sigla denominou o relatório produzido.

da de cinquenta, para que houvesse uma reestruturação na concepção da política para o Nordeste.

Outro fenômeno que vinha reforçar o debate da questão regional nordestina era o da intensificação dos fluxos migratórios. Tal fenômeno possuía, na verdade, duas faces: uma "intra-regional", com a migração para os principais centros urbanos da região; e uma "inter-regional", com a migração de nordestinos para os principais centros urbanos do Centro-Sul. Em seu aspecto "intra-regional", a migração provocava a "inchação" das cidades, que passavam a absorver contingentes populacionais para os quais não estavam aptas a fornecer adequados serviços urbanos; no aspecto "inter-regional", tais contingentes (além de provocarem os mesmos efeitos nas cidades do Centro-Sul) reforçariam, no plano ideológico, a percepção "nacional" do problema nordestino.

As "efervescências" que enumeramos acima tinham, contudo, no plano econômico, uma lógica bastante cristalina. A transformação que se estava operando a nível do capitalismo nacional, cujo principal sentido pode ser capturado pelo Plano de Metas do Governo Kubitschek, imporia uma alteração no padrão vigente de acumulação, que não tardaria a ter reflexos no tratamento da questão nordestina. Como é sabido, o processo brasileiro de industrialização entrava em uma nova etapa com a implantação de uma série de indústrias "estratégicas", que alterariam definitivamente o próprio perfil industrial do país. Estas, pertencentes aos ramos ditos "dinâmicos", representavam, na verdade, setores altamente oligopolizados, controlados internacionalmente pelas empresas multinacionais, de grande porte, e com padrões de competição ditados pela diferenciação de produto e pela presença de barreiras à entrada de novos concorrentes.⁽⁸⁾ O Estado, como não poderia deixar

(8) É curioso ver que as condições ditadas pelo processo de competição em escala mundial destas firmas, notadamente as do setor automobilístico, apontaram para uma entrada majoritária de firmas européias em detrimento das americanas, que achavam-se ocupadas em consolidar suas posições no mercado europeu. As firmas européias encontraram no investimento em países em desenvolvimento uma forma de realizar seus potenciais de crescimento nesta fase aguda do processo de internacionalização dos oligopólios. Ver GUIMARÃES, Eduardo A. (1982, ps.132 a 138).

de ser, foi o grande fiador do processo de industrialização em curso neste período, manipulando a política econômica de forma a propiciar um ambiente altamente favorável à acumulação, e atrativo à entrada das firmas estrangeiras.⁽⁹⁾ "Em síntese, todas as medidas de política econômica postas em prática, inclusive a creditícia, que facilitou grandemente recursos de capital de giro às empresas, agiram no sentido de aumentar artificialmente a rentabilidade do setor industrial em geral, e dos ramos dinâmicos em particular, através de transferência dos ônus deste, aos demais setores da economia especialmente aos grupos assalariados".⁽¹⁰⁾ Consequentemente a transformação do caráter da intervenção do Estado no Nordeste, com a criação de um órgão coordenador da política econômica para aquela área territorial do país, coadunava - se perfeitamente com o espírito do processo em curso. Eram as diretrizes do capital industrial oligopólico que reclamavam hegemonia no aparelho de Estado, e a SUDENE seria inevitavelmente acoplada àquelas.

A euforia "desenvolvimentista" contribuía assim para realçar a problemática do subdesenvolvimento que se refletia no contraste entre as situações do Centro-Sul e do Nordeste. A mesma matriz ideológica que norteou a discussão do tema ao nível nacional, ao nível do subdesenvolvimento brasileiro, foi utilizada no âmbito da "questão regional", ao nível do subdesenvolvimento nordestino. Nela, o subdesenvolvimento só poderia ser superado pelo "trabalho" em prol do crescimento econômico, e este deveria orientar-se para os setores modernos, tendo em vista que o "atraso" do país ou da "região" encontrava justificativa nas atividades tradicionais dominantes.⁽¹¹⁾

(9) Cf. MAIA, Rosane de Almeida (1986, ps.220 a 222)

(10) CANDAL, Arthur et alii (1978, p.271)

(11) Para uma boa visão dos componentes principais da matriz ideológica do desenvolvimentismo Juscelinista ver MAIA, Rosane de Almeida (1986, Primeira Parte).

O pacto "populista", traço característico da política no período, mostrava-se débil para combater de frente as questões que emergiram do conflito social nordestino, conquanto, nenhum dos grupos sociais envolvidos detinha, de fato, num primeiro momento, a hegemonia do processo. Por isto, a alteração engendrada pela mudança no padrão de acumulação a nível nacional empurrava aos poucos tal pacto para uma ruptura com suas próprias tênues bases de sustentação. Em síntese, o frágil equilíbrio político do período já teria seus dias contados pela ascensão hegemônica de uma burguesia industrial articulada agora umbilicalmente ao capital multinacional. Ao nível do Nordeste, isto viria a alterar decisivamente a correlação de forças entre as frações das oligarquias locais, e marcar a presença mais direta do Estado Nacional nas relações político-econômicas que ocorriam naquela área do território nacional.⁽¹²⁾

A "eferverscência social e política" (conforme termo cunhado por Amélia Cohn⁽¹³⁾) do período no Nordeste encontrou, desta forma, uma brecha para acontecer no marco das contradições que estavam ocorrendo no próprio jogo de forças a nível nacional. A SUDENE nasceu em meio a estas contradições, fruto da emergência do capital industrial oligopólico, em meio a um movimento de reestruturação da organização territorial/espacial brasileira, em meio ao surgimento de uma nova espacialidade do capital-e da acumulação deste-no país. A força da solução planejada (e técnica também, mas recriada de maneira mais complexa) preconizada estava assim refletida no conteúdo político de tal solução.

Em resumo, o discurso da nova agência federal viria a se encaixar plenamente na nova correlação de forças que se estabelecia a nível nacional, e viria também a assumir os mesmos objetivos que o aprofundamento das relações capitalistas de produção impunha ao país.

(12) No plano regional confronte-se, especialmente, OLIVEIRA, Francisco de (1981, Capítulo VI, ps.106 a 115) e MOREIRA, Raimundo (1979, ps.50 a 53)

(13) COHN, Amélia (1978, p.108)

Tendo em vista este quadro referencial maior da questão da criação da SUDENE, examinaremos a seguir as principais teses que nortearam os rumos da política preconizada por este órgão.

3.2 Evolução da Política para o Nordeste- (I - Década de 60)

Sem dúvida, a estratégia primeira consubstanciada pela SUDENE encontrava-se no documento do GTDN, "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste".⁽¹⁴⁾ Em resumo, o documento apresentava, em sua primeira parte, uma avaliação comparativa entre os ritmos de crescimento do Nordeste e Centro-Sul, apontando as disfunções da política econômica da época; em seguida, elaborava uma interpretação do problema das secas; finalmente traçava um plano de ação com as principais diretrizes de política econômica a serem implementadas.

O primeiro grande tema abordado, a caracterização dos desníveis de crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul, evidenciava claramente o tom político do discurso, baseado em afirmativas impressionistas e de grande impacto. Citava, a título de exemplo, os seguintes pontos:

"1) A disparidade de níveis de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, (...) o mais grave problema a enfrentar na etapa presente de desenvolvimento econômico nacional (...); 2) o ritmo de crescimento da economia nordestina, nos últimos decênios, vem sendo substancialmente inferior ao da economia do Centro-Sul (...); 3) A experiência do último decênio constitui clara indicação de que a ausência de uma compreensão adequada dos problemas decorrentes da disparidade regional de níveis de renda tem contribuído para que a própria política de desenvolvimento agrave o problema (...); 4) Independentemente das transferências de recursos reais provocadas pela política cambial e de seleção de importações, (...) as relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul caracterizam-se por um duplo fluxo de renda, operando o setor privado como instrumento de transferência contra o Nordeste e o setor público (o governo federal) em sentido inverso (...); 5) O desen -

(14) GTDN (1978)

volvimento da economia nordestina tem recebido seu impulso básico, até o presente, do setor exportador(...) Contudo, como as vendas para o exterior tiveram pequena expansão, o impulso criado pelas exportações (inclusive para o Centro-Sul - ACFG) não foi suficiente para que a economia do Nordeste acompanhasse o crescimento da do Centro-Sul(...); 6) O governo federal despense na região uma soma muito superior ao que ali arrecada. Essas transferências provocadas pelo setor público compensam, formalmente, a saída de capitais pelo setor privado(...); 7) A regressividade do sistema tributário federal, e mais ainda a do estadual e municipal, faz com que a carga tributária do Nordeste seja, dentro do conjunto da Federação, maior do que seria de se esperar dado o seu nível de renda".(15)

Como se pode ver, a principal preocupação, ao nível do diagnóstico, estava centrada em uma análise dos determinantes da renda no Nordeste - particularmente no papel que cabia ao setor público, que ao lado das exportações constituíam um dos elementos dinâmicos fundamentais da economia Nordeste. Procurava-se postular ali que a política econômica governamental, então direcionada para o esforço de industrialização, reforçava o problema. Se por um lado o governo federal enviava mais recursos para o Nordeste, estes revelavam-se estêreis uma vez que concentravam-se em obras emergenciais. Quando, por outro lado, agia no sentido de favorecer o processo de industrialização em curso no Centro-Sul, acabava empreendendo políticas contraditórias com o desenvolvimento do Nordeste, a exemplo da citada política cambial.

Parece importante ressaltar que, mesmo sendo um documento de governo - do governo federal - , o GTDN procurava antes de mais nada ressaltar a contribuição do mesmo para o agravamento das disparidades. Nada menos que cinco dos sete pontos que listamos referem-se explicitamente ao governo federal e sua respectiva política econômica.

Afora estes sete primeiros pontos, que denunciavam as disparidades de níveis de desenvolvimento entre o Nordeste e o Centro-Sul, os outros três, que completavam o diagnóstico

(15) GTDN (1978, ps.293 a 295)

da economia nordestina, referiam-se: um a industrialização - colocada de forma mais ou menos autônoma neste nível de diagnóstico como que para reforçar sua imprescindibilidade para as diretrizes de política econômica - e os outros dois ao problema das secas - enfatizando sua natureza social e o caráter inócuo das medidas adotadas até então pelo governo. Note-se que mais um dos dez pontos que resumiam o diagnóstico do GTDN, ou seja, aquele relativo ao problema das secas, referia-se, também, à ação do governo federal. Vejamos, estes três últimos pontos nas palavras do documento:

"8)... Sem prejuízo de um esforço sistemático no sentido de ampliar as linhas de exportação do Nordeste, a análise da presente situação econômica dessa região indica, nitidamente, que o seu atraso relativo só poderá ser superado mediante uma política de industrialização(...): 9) A economia da zona semi-árida do Nordeste define-se por um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento. Do ponto de vista do conjunto da população trabalhadora, a atividade mais importante é a agrícola(...) O colapso de uma produção de alimentos, organizada como agricultura de subsistência assume, necessariamente, dimensões de calamidade social(...); 10) O combate aos efeitos da seca tem consistido, até o presente, em medidas de curto prazo - principalmente de caráter assistencial - e de longo prazo, concentrando-se estas últimas na construção de uma rede de açudes".(16)

Aqui já se pode perceber com maior clareza o tom político do discurso do GTDN. Este aparecia em primeiro lugar na principal reivindicação do documento, ou seja, a de que se valorizasse a prioridade dada à questão nordestina. Além do mais, o documento reforçava os temores do governo quanto ao risco de uma ruptura política mais séria, enfatizando o crescente perigo de se postergar uma solução para o problema: "A persistirem as tendências atuais, há o risco real de que se diferenciem cada vez mais os dois sistemas econômicos já existentes no território nacional, e de que surjam áreas de antagonismo nas relações entre os mesmos".(17)

(16) GTDN (1978, ps.295 a 297)

(17) GTDN (1978, p.294). O documento abordava, sutil e intencionalmente, a ameaça separatista.

A inércia da agricultura aparece como um dos postulados básicos da análise do GTDN. No que respeitava ao problema das secas era especialmente a frágil agricultura de alimentos que impunha proporções calamitosas ao fenômeno. De outro lado, no que se referia às disparidades, era a baixa produtividade agrícola - explicada pelas baixas relações terra por pessoa ocupada e capital por unidade de terra, aliada a uma proporção muito alta da população economicamente ativa engajada no setor primário - que caracterizava tais desníveis. Estes seriam ainda reforçados pela "pobreza do meio físico", que terminaria por determinar uma escassez relativa do fator terra, colocando em xeque o principal mecanismo de absorção dos excedentes de força de trabalho, tradicional regulador do "complexo econômico" ali situado.

Registram-se críticas quanto à base dos dados apresentados pelo GTDN, especialmente àqueles referentes ao setor primário. Pompeu Acciolly Borges, citado por Castro, afirma que "... não apenas as informações que indicavam uma suposta estagnação da economia nordestina eram de reduzida confiabilidade, como os próprios dados apresentados no GTDN, por mera mudança de 'base' levavam a conclusões inversas às que ali se apresentavam".⁽¹⁸⁾ Além disto, o próprio Castro coloca ainda que as informações que utilizou ao escrever seu artigo, elaboradas a partir das mesmas fontes primárias, não coincidem com as do GTDN. O autor conclui apontando que o dinamismo da agricultura teria sido *bem maior*.⁽¹⁹⁾

Pelo lado da produção industrial, ainda que os desníveis de ritmos de crescimento fossem analogamente bastante significativos, o GTDN procurava mostrar que "... se bem seja menos intenso que o do sul do país, esse crescimento (5,2% - ACFG) é uma clara indicação de que as indústrias nordestinas conservam algum vigor e estão lutando para sobreviver".⁽²⁰⁾

(18) CASTRO, Antonio B. de (1980a, p.163)

(19) CASTRO, Antonio B. de (1980a, p.162)

(20) GTDN (1978, p.305)

O GTDN ressaltava como um fator explicativo das desigualdades entre o Centro-Sul e o Nordeste a existência de "... um grau muito menor de capitalização nas indústrias..."(21)

De outro lado, a dinâmica das transações externas nordestinas, segundo o GTDN, colocava ainda outra questão bastante perversa: embora registrasse saldos positivos no comércio com o exterior, o Nordeste incorria em frequentes déficits em suas relações com o Centro-Sul, déficits estes que eram agravados pela relação de preços internos e externos. Mais ainda, as divisas oriundas deste superávit com o exterior eram gastas com a aquisição de máquinas e equipamentos que ajudavam na implantação e modernização das indústrias do Centro-Sul. O GTDN colocava nestes termos a questão:

"Duas conclusões de significação já se impõem a esta altura da análise. A primeira é que o Nordeste, fornecendo divisas ao Centro-Sul, tem contribuído para o desenvolvimento desta última com o fator nela mais escasso: capacidade de importação. Pagando com divisas parte substancial do que adquire no Centro-Sul, o Nordeste vem contribuindo para dar maior flexibilidade à oferta nessa região. A segunda conclusão é que o Nordeste constitui um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul, que a inversa; em outras palavras, o Centro-Sul vende no Nordeste quantidade substancialmente maior de mercadorias do que compra".(22)

A segunda parte do documento, a análise do problema social oriundo do fenômeno das secas, cuja origem remonta à estrutura produtiva da área assolada pela estiagem, não necessita maiores considerações. Basta relatar que o GTDN aprofundava a análise retirando o eixo das atenções da mera escassez de água para situá-lo na quebra da produção de alimentos, sustentáculo do grosso da força de trabalho da zona semi-árida.

Finalmente, no que respeita ao plano de ação preconizado pelo GTDN - que merece maior atenção nossa -, este estruturava-se em quatro pontos básicos:

"...a) intensificação dos investimentos indus

(21) GTDN (1978, p.299)

(22) GTDN (1978, p.308)

triais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;

"b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;

"c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e

"d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida".(23)

O GTDN preconizava, mais especificamente para o setor industrial, que nos interessa mais de perto, os seguintes objetivos: em primeiro lugar, implantar-se um núcleo de indústria siderúrgica para o qual dizia haver demanda regional que o justificava, dadas as possibilidades surgidas com a redução do tamanho mínimo de planta, no estado-da-arte tecnológico do momento; em segundo lugar, em decorrência do caráter germinativo da indústria siderúrgica, dever-se-ia estimular a criação de indústrias mecânicas simples, a exemplo das de implementos agrícolas, móveis de aço e outras; em terceiro lugar, apoiar-se as indústrias que utilizassem as matérias-primas locais, citando-se especificamente as de cimento e de adubos fosfatados; e por fim, dever-se-ia tentar salvar as indústrias tradicionais, a exemplo da têxtil algodoeira que no decênio dos 50 teria entrado em decadência relativa.

De imediato vê-se que a estratégia industrial do GTDN assentava-se sobre a busca das vantagens que a região pudesse oferecer como no caso da implantação de indústrias aproveitadoras das matérias-primas regionais - onde se incluem certamente as tradicionais que deveriam ser reerguidas -, ou sobre a implantação de uma nova indústria, a siderúrgica - numa espécie de mecanismo de substituição de importações regionais, com vistas à geração de efeitos dinâmicos para o aparecimento de novas unidades satélites. Além do mais, já

(23) GTDN (1978, p.297)

se estabelecia explicitamente a possibilidade de determina - dos setores buscarem penetração nos "mercados em expansão do sul do país", numa clara indicação de que se buscava uma maior "integração" entre os parques industriais de ambas as áreas territoriais.

O GTDN, enquanto plano de ação, procurava solucionar conjuntamente os principais problemas dos diversos setores da economia nordestina. Como afirma Mendonça de Barros: "É claro também, que o sistema é simultâneo, ou seja, são as relações entre os diversos setores que dão as condições de crescimento, o que implica na necessidade do ataque em diversas frentes ..."(24). Neste ponto cabe perguntar: até onde o GTDN inseria-se na perspectiva de uma política de desenvolvimento do tipo crescimento equilibrado?

Sabemos que a teoria do crescimento equilibrado⁽²⁵⁾ propunha "... a necessidade de as diversas partes de uma economia em desenvolvimento acertarem o passo para evitar as dificuldades de suprimento".⁽²⁶⁾ A idéia subjacente a esta estratégia era a de que a insuficiência dos mercados (demanda) nos países subdesenvolvidos constituía um elemento impeditivo do desenvolvimento econômico, uma vez que tal realidade seria de estimuladora da capacidade de investir.⁽²⁷⁾ Nestes países, se pelo lado da demanda haveria uma nítida estreiteza dos mercados, pelo lado da oferta existiria uma necessidade implícita-para a detonação do processo de desenvolvimento - de que a poupança interna fosse complementada por uma entrada de capitais externos e por uma maior participação do investimento público. Como afirma Prado, estes autores "... argumentaram que, em baixos níveis de renda, é inerente a escassa capacidade de poupança, e esta geralmente fica também comprometida pelo efeito demonstração no consumo".⁽²⁸⁾ Ora, da maneira como se

(24) MENDONÇA DE BARROS, José Roberto (1975,p.125)

(25) Os principais expoentes desta teoria eram, na época, Lewis, Nurske e Rosenstein-Rodan

(26) HIRSCHMAN, Albert O. (1961,p.84)

(27) R.NURSKE; "Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico", citado por PRADO, Eleutério F.S.(1981, p.24)

(28) PRADO, Eleutério F.S. (1981,p.25)

desenvolvia a argumentação, fazia-se necessária a presença de um fator autônomo para o desencadeamento de processo de desenvolvimento - daí a alusão à presença dos investimentos público e externo.

Adicionalmente, seria necessário sobrepor uma nova estrutura produtiva à prevalecente. Uma estrutura que modificasse os principais parâmetros econômicos e que pudesse, em aproveitando as complementaridades surgidas em função da simultaneidade dos vários projetos, elevar, auto-sustentando-se, o nível geral de produtividade da economia.

O GTDN, a nosso ver, aproximava-se muito da concepção da teoria do crescimento equilibrado. Estavam ali colocadas as principais teses da citada teoria, tais como a complementaridade setorial, a imprescindibilidade da moderna indústria, o redirecionamento do gasto público para a complementação da poupança (colonização, reorganização da faixa úmida etc.) e, fundamentalmente, a implementação de um ataque simultâneo às várias frentes do problema regional.

Por certo, esta congruência entre o documento do GTDN e a teoria do crescimento equilibrado encontrava fundamento na própria analogia entre esta última e as análises elaboradas pela CEPAL. No dizer do próprio Furtado, comentando as idéias de Nurkse quanto às 'assimetrias da demanda implícitas no sistema tradicional de divisão internacional do trabalho': "O seu esforço de teorização veio completar os trabalhos empíricos que havia realizado a CEPAL nesse setor particular".⁽²⁹⁾ De fato, várias das noções propostas pela economia política da CEPAL, como por exemplo a noção de "pontos de estrangulamento", harmonizavam-se perfeitamente com as expostas pela teoria do crescimento equilibrado, a exemplo da citada "dificuldades de suprimento".

O fato do GTDN referir-se a uma política de desenvolvimento regional, enquanto as teorias de crescimento referem-se a países, nos alerta para as restrições envolvidas em tais analogias. Em particular, os instrumentos de política

(29) FURTADO, Celso M. (1977, p.277)

econômica apossados por uma nação são infinitamente mais poderosos que aqueles que se encontram à disposição de uma região. Inexiste, no âmbito regional, autonomia monetária e cambial. Além do mais, as políticas alfandegárias também não se encontram normalmente disponíveis no seu rol de instrumentos de política econômica.

Nesta medida, se por um lado o GTDN não chegava a encarar de frente tais questões, no que respeita às implicações destas para o plano de ação proposto, por outro, usava-as como elemento de reforço na formulação do diagnóstico das disparidades dos ritmos de crescimento.

Uma das falhas do documento do GTDN, argumenta-se, era o seu receio em fazer uso explícito de políticas que esbar-rassem no equilíbrio político do momento, não se permitindo tocar em pontos delicados como o da questão agrária. Um dos resultados disto seria a concentração dos esforços da SUDENE na questão do desenvolvimento industrial.⁽³⁰⁾

É curioso ver que, embora reconheçamos as afinidades do GTDN com a teoria do crescimento equilibrado, sua estratégia resultaria, na prática, ao longo da ação da SUDENE pós-61, num privilegiamento da diretriz industrial, encaixando-se crescentemente, portanto, à concepção das teorias do crescimento desequilibrado e da polarização.

Em termos teóricos, a dificuldade de colocação na prática das concepções da teoria do crescimento equilibrado, pode ser sintetizada pela crítica de Hirschman de que:

"... a sua aplicação exige uma soma enorme justamente daquelas qualidades das quais mostramos existir um suprimento limitado nos países subdesenvolvidos. É de todo inconcebível que uma economia de primeira etapa pudesse galgar uma segunda etapa com suas próprias forças, ou mesmo com pequeno auxílio do exterior; sem a total colonização estrangeira a tarefa pareceria desesperada."⁽³¹⁾

(30) Deve ficar claro que essa argumentação não se resume apenas ao documento do GTDN, mas igualmente às ações da SUDENE.

(31) HIRSCHMAN, Albert O. (1961, p.88)

Para a teoria do crescimento desequilibrado, haveriam nas economias subdesenvolvidas habilidades latentes e poupanças desperdiçadas que se encontravam camufladas. A tarefa de detonação do processo de desenvolvimento consistiria, fundamentalmente, em descobrir formas de atrair estes elementos para o caminho produtivo.

Ao contrário da teoria do crescimento equilibrado, as teorias de Hirschman e Perroux viam no desequilíbrio entre setores, entre taxas de lucro etc., a essência do próprio processo de desenvolvimento. "Se a economia se desejar manter ativa, o papel da política desenvolvimentista é conservar as tensões, as desproporções e os desequilíbrios".⁽³²⁾

Hirschman acha que o relevante seria a descoberta de sequências inversoras que levassem a novos aumentos na procura de outros bens. Definia assim o conceito de "capacidade completiva", ou seja, quando "... um aumento na procura da utilidade de A e o conseqüente acréscimo na sua produção provoca um aumento na procura da utilidade de B e no seu preço corrente"⁽³³⁾, via processo produtivo ou via consumo. Assim, "... o investimento induzido pelos efeitos da capacidade completiva pode auxiliar a efetivar uma transformação real de uma economia subdesenvolvida".⁽³⁴⁾ Efetivamente, os projetos correspondentes ao investimento induzido deveriam ser "beneficiários líquidos de economias externas", o que os habilitava a atraírem "... o recurso escasso e não economizável dos países subdesenvolvidos - a capacidade de criar novas decisões inversionistas".⁽³⁵⁾

Perroux, analogamente, mostrava que a implantação de uma ou mais indústrias constituía sempre fruto de uma "anticipação criadora", que se transmitia, via "imitação", a outros indivíduos empreendedores. Se o saldo líquido gerado pela ação inversora, em termos do produto global daquela economia, resultasse positivo, ou seja, se os fatores de produ

(32) HIRSCHMAN, Albert O. (1961, p.108)

(33) HIRSCHMAN, Albert O. (1961, p.109)

(34) HIRSCHMAN, Albert O. (1961, p.113)

(35) HIRSCHMAN, Albert O. (1961, p.117)

ção utilizados estavam desempregados ou provinham de outras atividades, num processo de substituição, provocando ainda assim um aumento do produto global, então esta "novidade" teria a capacidade de alterar a "atmosfera" do período, levando a um clima favorável ao crescimento.⁽³⁶⁾ O surgimento desta "novidade" geraria portanto um "excedente de desigualdade" entre os agentes econômicos, que intensificaria a "vontade de de ganho relativo, de poder relativo" destes mesmos sujeitos. Como, segundo suas famosas palavras, "o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidade variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia"⁽³⁷⁾, eram as inter-relações entre empresas, as economias externas, as de aglomeração, que afetariam positivamente o lucro, "... o motor da expansão e crescimento capitalista".⁽³⁸⁾

O passo seguinte tanto para Hirschman como para Perroux seria o estudo mais detalhado dessas sequências desequilibradoras, o que os levou a formular conceitos como os de "cadeias retrospectiva e prospectiva", "pólos de crescimento", "complexos industriais", "agrupamentos industriais" etc.⁽³⁹⁾

O que realmente motivou a troca de referencial teórico no caso nordestino?

Em primeiro lugar, cada vez mais o campo de ação da SUDENE foi restringindo-se à administração dos recursos oriundos do mecanismo do crédito fiscal, o conhecido 34/18. As possibilidades colocadas de início com a criação da SUDENE, órgão que deveria coordenar toda a ação do governo e de suas

(36) PERROUX, François (1967, ps. 169 a 171)

(37) PERROUX, François (1967, p. 164)

(38) PERROUX, François (1967, p. 167)

(39) Ainda que existam especificidades, marcos conceituais e preocupações distintas, as teorias de ambos os autores são convergentes, sem sombra de dúvida. Perroux tem muito mais presente a preocupação com as questões regionais e trabalha com o marco referencial das economias capitalistas centrais; Hirschman tem como norteadora de suas idéias a preocupação com as economias subdesenvolvidas; em especial sua experiência se prende à América Latina.

agências, esbarraram na timidez dos recursos destinados aos primeiros planos diretores, na própria morosidade do órgão em definir claramente os projetos subjacentes às diretrizes enunciadas em tais planos e no pouco poder efetivo que a legislação lhe conferiu quanto à coordenação dos órgãos governamentais, ficando este restrito aos demais organismos federais que atuavam na região. Assim, como relatam Albuquerque e Goodman, tanto o primeiro Plano Diretor (1961/63) da SUDENE, como o segundo (1963/65), postergaram a implementação dos programas agrícolas regionais estabelecidos, dentro das diretrizes básicas formuladas pelo GTDN. Ambos contemplariam apenas ou projetos-piloto (no caso do programa de colonização do Maranhão), ou estações de pesquisa e programa de sementes para lavoura xerófila (no caso do desenvolvimento do semi-árido) ou recomendariam a constituição de grupo de estudos (no caso das alterações previstas para a zona da mata).⁽⁴⁰⁾

Já quando da aprovação do I Plano Diretor, o Nordeste foi contemplado com o mecanismo do crédito fiscal, que viria a mostrar-se, ao longo dos anos, um poderoso mecanismo de favorecimento da acumulação industrial para as empresas do núcleo industrial do país e de atração de capitais, no sentido de que se implantassem ali novas unidades industriais.⁽⁴¹⁾ A SUDENE, contando com esse mecanismo, e privilegiando com parcelas significativas de seus recursos as áreas de infraestrutura⁽⁴²⁾ (áreas, diga-se de passagem, não contempladas nas diretrizes do GTDN), propiciou gradativamente um ambiente cada vez mais favorável às inversões industriais.

(40) GOODMAN, David E. e ALBUQUERQUE, Roberto C. de (1974, ps. 166 a 171)

(41) Tal mecanismo, segundo Castro, teria sido criado quase que ao acaso como uma compensação à aprovação da Instrução 204 da SUMOC, que eliminava o chamado "câmbio de custo", o qual beneficiaria principalmente as empresas do Centro-Sul. Cf. CASTRO, Antônio B. de (1980 a, p.192)

(42) Dos dispêndios previstos nos I e II Planos Diretores da SUDENE, 60,9 e 49,4% destes, respectivamente, estavam destinados a inversões em infraestrutura. GOODMAN, David E. e ALBUQUERQUE, Roberto C. de (1974, p.168).

Do "planejado" ataque em várias frentes, postulado no GTDN, mais e mais a estratégia foi sendo amarrada à política industrial, única diretriz, em termos amplos, alicerçada por uma captação compatível de recursos financeiros. Escassez de recursos e contratempos políticos implicaram no relativo abandono a que foram relegadas as principais diretrizes para o meio rural. No primeiro caso, constatava-se a ausência de mecanismos que pudessem canalizar recursos para o setor, e no segundo, a timidez da SUDENE em enfrentar os entraves político-institucionais que se antepunham a uma ação mais decidida, especialmente na questão da reorganização da estrutura produtiva da faixa úmida litorânea. Tais questões seriam obviamente agravadas pela crise econômica que se acelera a partir de 1963 no país e pelo golpe militar em 1964.

O relativo sucesso da política industrial foi, como já dissemos, impondo uma reestruturação na perspectiva teórica em que se enquadrava a política de desenvolvimento regional. Cresceram paulatinamente as atenções para as teorias do crescimento desequilibrado, e especialmente da polarização. Andrade afirma que: "o ano de 1966 (ano de apresentação do III Plano Diretor da SUDENE - ACFG) iria indicar a adesão da SUDENE às tentativas de aplicação à realidade brasileira, da Teoria dos Pólos de Desenvolvimento..."⁽⁴³⁾. Mesmo antes, argumenta, já existiam estudos para o Nordeste que se utilizavam de perspectivas teóricas próximas das da teoria da polarização.⁽⁴⁴⁾ Fica claro, então, que a realidade concreta dos resultados alcançados pela política de desenvolvimento regional foi convergente com a ascensão das teorias da polarização; mostrando-se a realidade mais próxima das concepções preconizadas por tais teorias, aumentava o prestígio destas junto aos órgãos mentores da política de desenvolvimento regional.

Em termos teóricos, a oposição crescimento equilibrado versus crescimento desequilibrado não representa uma ruptura de maiores proporções; não se alteram profundamente os parâ

(43) ANDRADE, Manuel Correia de (1970, p.113)

(44) ANDRADE, Manuel Correia de (1970, p.110)

metros da análise, nem o marco referencial neoclássico. A teoria do crescimento desequilibrado apenas reconhece certos elementos dinâmicos do desenvolvimento capitalista, observando a natureza essencialmente concentradora e desequilibrada, setorial e espacialmente, deste desenvolvimento. Neste sentido, tratava de questionar se esta é a realidade do processo, porque não se utilizar dela? A superposição sobre a "velha estrutura" de uma economia industrial nova, moderna e auto-concentrada, como propunha a teoria do crescimento equilibrado, não acarretaria em si um desequilíbrio? Logo, a divergência entre as duas teorias resumia-se mais especificamente à forma de aplicação da "terapia". Ou seja, a teoria do crescimento desequilibrado apontava em última análise para a concentração de esforços em investimentos que redundassem em maiores vantagens líquidas, abandonando o paradigma falso do equilíbrio setorial tomado *a priori*. Falso não quanto ao marco teórico neoclássico, pelo contrário, mas falso quanto à realidade, quanto à natureza capitalista destas economias.

Em síntese, a política para o Nordeste na década de 60 assentou-se fundamentalmente na diretriz industrial, não logrando-se maiores sucessos com as demais diretrizes. A perspectiva de uma atuação da SUDENE mais voltada para a superação dos problemas sociais nordestinos esbarraria na força dos grupos sociais hegemônicos na área e, também, na contradição que representava o conflito ali instaurado para o quadro maior do conflito de classes a nível nacional. Neste sentido a SUDENE demonstraria possuir, neste período, uma autonomia com relação às ações do Estado no Nordeste muito mais formal do que efetiva. Faltava-lhe não só um volume adequado de recursos, como também o controle efetivo das intervenções estatais naquela área e, mais importante, força no aparelho de Estado para contrapor-se a decisões macroeconômicas do Governo Federal que não se mostrassem congruentes com o espírito de uma política regional.

Na segunda metade dos anos 60, a perspectiva real de "solução" dos problemas sociais nordestinos já estava definitivamente afastada. Com o golpe militar de 1964, e a afirmação da hegemonia do capital oligopólico, a SUDENE assumiria

fatalmente seu papel de agência de reforço à expansão oligopolista sobre aquela área da periferia nacional.

Os planos nacionais de desenvolvimento da década de 60 atestam com clareza essa reorientação da Política Regional⁽⁴⁵⁾. Nestes planos - alguns não chegariam a ser implementados de fato -, o ponto de inflexão quanto à alteração da percepção do problema regional pode ser identificado no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, datado de março de 1967, quando se atrela definitivamente a política de desenvolvimento regional ao objetivo de integração do território nacional no intuito de concorrer para a formação de um "mercado nacional diversificado". Assim, ao contrário do observado nos planos nacionais anteriores - O Plano, Trienal de Desenvolvimento (1962) e o Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG (1964)⁽⁴⁶⁾ -, em que a política regional voltava-se para a redução das desigualdades regionais e para a promoção de um crescimento nacional equilibrado, no Plano Decenal e nos seus sucessores - Programa Estratégico de Desenvolvimento (versão preliminar datada de julho de 1967 e definitiva de junho de 1968) e Metas e Bases para a Ação do Governo (setembro de 1970)-abdicava-se de maiores preocupações com a instância social do desenvolvimento regional do país e concentrava-se a atenção sobre as instâncias tanto "políticas e estratégico-militares quanto econômicas". Com os planos Decenal e Estratégico, "(...) a intervenção federal não é mais uma questão de redução de desigualdades regionais por razões de justiça social ou da preservação da unidade nacional", pois "(...) o desenvolvimento regional se tornou um elemento na estratégia global de desenvolvimento em si que, especialmente a partir do *Programa Estratégico*, visa, acima de tudo, a expansão do mercado interno".⁽⁴⁷⁾

(45) Cf. PIMES (1978)

(46) O PAEG, no que tange a estratégia de desenvolvimento regional, apropria-se da visão explicitada no Plano Trienal.

(47) Cf. PIMES (1978, p. 20)

3.3 Evolução da Política para o Nordeste - (II - década de 70)

Em 1970 e 1971, com a criação do PIN - Programa de Integração Nacional - e do PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste -, respectivamente, 50% do total de todos os recursos oriundos dos incentivos fiscais do 34/18 foram canalizados para estes programas (30% para o primeiro e 20% para o segundo). De área exclusiva de alocação dos recursos do 34/18, o Nordeste, ou melhor, a SUDENE passava a contar com apenas 22% destes em 1972. (48)

A decisão de criação destes programas, o PIN e o PROTERRA, foi consequência da falta de agilidade da SUDENE em reconhecer a existência de uma situação calamitosa na seca de 1970; esta decisão teria sido tomada após uma visita do próprio presidente da República, então o general Médici, que teria se impressionado com a situação. O resultado mais imediato desta insensibilidade da SUDENE seria a perda de poder político, evidenciada ademais pelo não encaminhamento do Plano de Desenvolvimento Regional (1972/74) ao Congresso Nacional e a sua não incorporação ao Orçamento Plurianual de Investimentos. (49)

O PIN compunha-se de um elenco de programas dos quais o núcleo residia na construção da rodovia transamazônica, bem como na construção de outra rodovia, a Cuiabá/Santarém, que cortaria longitudinalmente a primeira. Procurava articular uma estratégia de desenvolvimento comum para solucionar os problemas peculiares do Nordeste e da Amazônia. Além do programa de construção dessas rodovias, previa um voltado para a colonização das áreas circunvizinhas aquelas estradas e outro voltado para o desenvolvimento de projetos de irrigação e colonização dos vales úmidos nordestinos. Além disto, a estes três programas juntar-se-iam, complementarmente, outros dois: o Projeto RADAM, objetivando o estudo dos recur

(48) CHALOUT, Yves (1987, p.108)

(49) GOODMAN, David. E. e ALBUQUERQUE, Roberto C. de (1974, p.194)

tos naturais amazônicos, com ênfase no levantamento do potencial agrícola da área, e o projeto dos "corredores de exportação" nordestinos, em consonância, aliás, com o peso concedido à macro-variável exportação nos objetivos globais expressos no I PND. (50)

O PROTERRA, de outro lado, voltar-se-ia para duas componentes específicas: a agrária, com a distribuição de terras ao pequeno produtor, e a agrícola, através da implantação de projetos agrícolas rentáveis.

Ainda dentro da mesma concepção que norteou a criação do PIN e do PROTERRA, surgiria o PROVALE - Programa para o Vale do São Francisco - que vislumbrava o apoio a projetos rurais, incluindo igualmente a colonização, e o apoio à infraestrutura de serviços de pequenos e médios centros urbanos na área do entorno do Rio São Francisco.

Os traços característicos desta nova orientação da política para o Nordeste suscitam algumas considerações importantes.

Em primeiro lugar, o relativo abandono de uma estratégia para o âmbito rural e os pequenos avanços no plano social decorrentes da estratégia industrial melhor sucedida no correr da década de 60, apontavam, naquele momento, para a frágil sustentação política da SUDENE e para a fraqueza da racionalidade de sua ação, em termos globais, no plano ideológico. Não se deve esquecer que a SUDENE possuía até então a atribuição de coordenar toda a ação do governo federal no Nordeste, pelo menos a nível formal.

Em segundo lugar, a concentração de poderes nas mãos do governo federal nos marcos do regime autoritário, com o conseqüente enfraquecimento da importância dos circuitos políticos tradicionais, a nível estadual, na composição do jogo de forças a nível nacional, retirava na prática o poder

(50) Enquanto a estrutura básica do PIN já foi incluída no Plano "Metas e Bases para a Ação do Governo", os dois programas complementares do PIN, mais o PROTERRA, só surgiriam no "I PND", quase um ano depois. Cf. PIMES (1978, ps. 22 a 27)

político que a SUDENE deveria possuir. Em que pese o Conselho Deliberativo da SUDENE ter sido composto desde o início pelos governadores dos Estados nordestinos, a conjuntura política do país naquele momento possibilitava o deslocamento da SUDENE do centro das decisões voltadas para o Nordeste.

Em terceiro lugar, o elenco de programas apresentados compunha um escopo de intervenção supra regional, articulando-se a partir de duas áreas integrantes da periferia nacional, o Norte e o Nordeste. Neste sentido, a integração das ações ditas regionais, consubstanciando um distanciamento dos ênfôques intra-regionais, apontavam para uma ideologia congruente com a nova etapa monopolista da expansão do capital no país.

Em síntese, a reorientação encaminhada pelo governo federal não alterava essencialmente o sentido da intervenção do Estado no território nordestino, mas procurava "preencher" lacunas não cobertas pela ação da SUDENE, e "consolidar" a estratégia de integração das áreas periféricas ao núcleo dinâmico do país. Além de uma certa ênfase à componente rural, o I PND, que representava o documento mais elaborado da estratégia do governo Médici, procurava lidar com outra componente pouco contemplada nos últimos planos da SUDENE, a populacional. O PIN tratava da questão das migrações como elemento central na articulação da estratégia inter-regional; à escassez relativa de terras do Nordeste, contrapunha-se o imenso vazio demográfico da Amazônia, e a rodovia transamazônica seria o veículo de transporte dos "excedentes" populacionais nordestinos e o instrumento de abertura de uma nova fronteira agrícola.

A partir de 1974, com o surgimento de novo plano nacional de desenvolvimento, o II PND, dois elementos novos viriam a compor a estratégia de intervenção do governo federal no Nordeste. De um lado seriam criados os Programas Especiais, voltados para o desenvolvimento rural integrado de áreas selecionadas - entre os quais ressalta-se, no Nordeste, o POLONORDESTE -, e de outro, no âmbito industrial, formalizar-se-iam complexos industriais distribuídos em vários Estados nordestinos.

Os Programas Especiais criados a partir do II PND comtemplavam inúmeras áreas periféricas do território nacional. Assim, o POLAMAZÔNIA voltava-se para a Amazônia Legal, o POLOCENTRO para o Centro-Oeste, o PRODEGRAN para a área da Grande Dourados no sul de Mato Grosso (hoje no Estado de Mato Grosso do Sul), o PRODEPAN para a área do pantanal matogrossense, o da "Região Geoeconômica de Brasília" para o entorno da capital federal e, finalmente, o já citado POLO NORDESTE. Num certo sentido, portanto, os Programas Especiais constituíam a generalização, pelo território nacional, da estratégia de ação do governo federal no âmbito das "questões regionais" do país, e representavam o ápice da concepção que apontava para "(...) a necessidade de promover o processo de integração econômica e social do espaço brasileiro".⁽⁵¹⁾

O POLONORDESTE possuía como objetivo mais amplo "promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias, transformando progressivamente a agropecuária tradicional do Nordeste em moderna economia de mercado".⁽⁵²⁾ Além disto, determinava que a prioridade maior seria concedida para a promoção "...dos pequenos agricultores com ou sem acesso à posse da terra, visando à diminuição das barreiras ao desenvolvimento das atividades dos pequenos produtores rurais, indispensável à melhoria de seu padrão de vida e ao seu ingresso na economia de mercado".⁽⁵³⁾

Ao POLONORDESTE viria a somar-se outro Programa Especial em 1976, o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste - Projeto Sertanejo, que tinha por finalidade "(...) fortalecer a economia de pequenas e médias unidades de produção agropecuária do semi-árido nordestino, tornando-as mais resistentes às secas".⁽⁵⁴⁾

Em paralelo à criação destes dois Programas Especiais, tomaram vulto os projetos de irrigação implementados sob os auspícios do DNOCS e da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco -, que passaram a compor, no

(51) Cf. PIMES (1978, p.34)

(52) Exposição de Motivos do POLONORDESTE, de outubro de 1974, citada por SAMPAIO, Yony et alii (1980, p.78)

(53) Cf. SAMPAIO, Yony et alii (1980, p.79)

(54) CARVALHO, Otamar de (1979, p.488)

orçamento federal, um "Programa de Irrigação".

Esta coleção de programas voltados para o meio rural nordestino, à qual se superpunha outro elenco de programas e atividades do governo federal, de âmbito nacional, mas com reflexos no Nordeste, nortearia a intervenção do Estado na área. Erigidos no início dos anos 70, marcariam toda a política para o Nordeste até a primeira metade dos anos 80. Seus resultados, antes de serem promissores no que tange à melhoria das condições de vida no campo e ao fortalecimento dos pequenos produtores rurais, proprietários ou não, foram satisfatórios no que respeita à maior integração dos médios e grandes proprietários aos circuitos do mercado, e à modernização de inúmeras propriedades rurais.

Seguindo estratégia retirada das teorias do crescimento desequilibrado, a política industrial nordestina encontraria sua forma mais acabada, no sentido da evolução da influência destas teorias, na constituição de um conjunto de complexos industriais dispersos pelos principais núcleos urbanos do território do Nordeste. Este conjunto de complexos industriais incluíam: a) O Complexo Petroquímico de Camaçari-COPEC - na Bahia; b) O Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe CIIB-SE; c) O Pólo Cloroquímico de Alagoas-PCA; d) O Complexo Industrial - Portuário de Suape - SUAPE - em Pernambuco; e) O Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte-CQMRN; e f) O III Pólo Industrial do Nordeste - III Pólo - no Ceará. Na verdade, a denominação genérica de complexos industriais escondia diferenciações essenciais entre eles. "Os chamados complexos industriais do Nordeste podem ser classificados em duas categorias: a primeira, compreende complexos minero-químicos e é composta pelo COPEC, CIIB-SE, PCA e CQMRN; a segunda, formada por pólos industriais, inclui SUAPE e o III Pólo".⁽⁵⁵⁾

A realidade por detrás da política dos complexos industriais requer alguns comentários. À exceção do COPEC, que assentava-se em decisão nacional do oligopólio estatal petrolífero, que ansiava por dominar a indústria petroquímica no

(55) FONTENELE, Paulo et alii (1985, p.62)

país, os demais complexos industriais delineados enfeixavam ligações muito mais tênues com os interesses maiores da indústria nacional. Diante disto, todos os demais complexos industriais encontravam-se dez anos depois de sua concepção , ou seja, em 1984, em fase de implantação, carecendo na maioria dos casos de definições elementares quanto à natureza dos projetos por implantar. (56)

De outro lado, os complexos industriais nordestinos como estratégia para a concentração de esforços em um número relativamente mais reduzido de projetos, caracterizados por fortes ligações para frente e para trás e portanto por maiores efeitos líquidos dinâmicos sobre a economia nordestina , objetivavam orientar a alocação dos recursos mobilizados para investimentos na área, dos quais ressaltavam-se os carreados pelos incentivos fiscais do 34/18. Seguramente, a transformação do sistema de incentivos fiscais em 1974, com a criação dos Fundos de Investimentos, no caso o FINOR, guardava íntima correlação com a estratégia dos complexos industriais.

Em linhas gerais, foi na década de 70 que o tratamento das "questões regionais" do país assumiu forma mais consentânea com o espírito do processo de expansão capitalista em curso. Nos marcos do regime político autoritário, o governo federal despiu-se das demais concepções quanto aos problemas das áreas periféricas do país, e receitou amplamente o remédio da integração das mesmas ao núcleo dinâmico do país, como solução mais correta ao equacionamento daqueles problemas. Seja no âmbito das atividades primárias ou das secundárias, dever-se-ia caminhar no sentido da modernização das estruturas da produção, e o capital acumulado no pólo econômico nacional, São Paulo, com suas ramificações menores nos Estados circunvizinhos, estaria apto a auxiliar nesta tarefa.

(56) FONTENELE, Paulo Et alli (1985, p.62). Talvez uma meia exceção constituísse o PCA, já mais adiantado em sua implantação. O PCA também integra os circuitos de relações interindustriais do próprio COPEC.

3.4 O Mecanismo dos Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais 34/18, como ficaram conhecidos, foram criados em 1961, através da Lei nº 3995 de 14 de dezembro daquele ano, que aprovava o 1º Plano Diretor da SUDENE. Determinava a lei que as pessoas jurídicas de todo o país poderiam deduzir até 50% do imposto de renda devido, desde que estes recursos, juntamente com outra parcela de recursos próprios, fossem aplicados em investimentos no Nordeste, conforme projetos aprovados pela SUDENE. O 34/18 estabelecia uma prioridade explícita para o Nordeste dentro do território nacional, como área de inversões especializada. Constituiu a principal dentre as outras medidas propostas pelo órgão recém-criado, objetivando responder ao que se diagnosticara então como "carência de poupanças internas" nordestinas capazes de ativar um vigoroso processo de crescimento industrial.⁽⁵⁷⁾ Concebido como um mecanismo de atração de poupanças principalmente oriundas das áreas mais desenvolvidas do país, tornar-se-ia, na verdade, um "mercado de capitais cativo", conforme expressão popularizada por Hirschman.⁽⁵⁸⁾

Ao mecanismo do 34/18 juntavam-se outros incentivos que complementavam o quadro dos fatores de atração locacional de investimentos no Nordeste. Em particular, foram estabelecidos, a partir já da década de sessenta, outros incentivos tais como a isenção, total ou parcial, do imposto de renda devido pelos estabelecimentos ali implantados por um certo número de anos; a isenção, total ou parcial, de tarifas e outras taxas incidentes sobre a importação de equipamentos e

(57) Tal mecanismo teria sido criado quase por acaso, através de emenda de um deputado pernambucano ao 1º Plano Diretor da SUDENE, que foi aprovado no Congresso Nacional. Além disto objetivaria compensar o Nordeste pela aprovação da Instrução 204 da SUMOC, que eliminava o chamado câmbio de custo, que beneficiava as empresas do Centro-Sul. Cf. CASTRO, Antônio B. de (1980a, p.192) e CÂMARA DOS DEPUTADOS (1979, p.24).

(58) Cf. HIRSCHMAN, Alberto (1969, p. 7)

componentes; a isenção de ICM até o limite de 60%; o acesso a financiamentos de longo prazo com juros baixos fornecidos pelo BNB; o acesso facilitado ou gratuito a terrenos industriais com infraestrutura adequada; etc. Os financiamentos do BNB podiam complementar os recursos totais necessários à implantação de projetos beneficiados pelo 34/18 (e, mais tarde, pelo FINOR), até o limite de 50% daqueles, a uma taxa de juros que até 1969, pelo menos, foi negativa em termos reais. ⁽⁵⁸⁾ Na verdade, longe de serem desprezíveis, estes recursos complementavam magnificamente o estímulo principal aos investimentos representado pelo mecanismo do crédito fiscal do 34/18.

O sistema financeiro nacional, quando da virada da década de 50, ainda respondia satisfatoriamente apenas pela demanda de crédito de curto e médio prazos. A oferta de crédito a longo prazo, tarefa que cabia quase exclusivamente ao BNDE, era insuficiente. Neste sentido, a criação do mecanismo dos incentivos fiscais foi consentânea às necessidades de diversificação dos instrumentos de intermediação financeira que o desenvolvimento do país exigia.

O mecanismo dos incentivos fiscais, tal como e quando foi concebido, visava ao atingimento de múltiplos objetivos, dois dos quais apresentavam-se como mais importantes. Em primeiro lugar, possuía o objetivo de auxiliar a alavancagem do desenvolvimento econômico do Nordeste, estimulando os investimentos produtivos naquela área, o que justificava a seletividade da mesma. Em segundo lugar, havia o objetivo de estimular uma mentalidade inversora por parte dos fornecedores da Poupança Privada, criando o hábito entre as pessoas jurídicas do país de aplicação em um mercado de capitais que se voltava para o suporte de formas mais desenvolvidas de organização empresarial: as sociedades por ações.

No plano teórico, a literatura sobre o desenvolvimento econômico - em particular, as teorias do crescimento desequilibrado comentadas anteriormente - atribuía à falta de menta

(59) GOODMAN, David E, e ALBUQUERQUE, Roberto C. de (1974 , p.198)

lidade empresarial uma das causas fundamentais do subdesenvolvimento. Nestes países, a classe empresarial não estaria preparada para beneficiar-se das inúmeras oportunidades de investimento que afloravam a cada dia no sistema econômico, bem como possuiria baixa propensão a poupar, ocasionando conseqüentemente tais níveis insuficientes de investimento.

De fato, a figura do "empresário inovador", tomada por empréstimo de Schumpeter⁽⁶⁰⁾, teria espaço importante no corpo da teoria do desenvolvimento econômico. A inexistência de um verdadeiro "espírito inovador" nos empresários das economias subdesenvolvidas seria um fator de explicação da falta de dinamismo destas economias. E, adicionalmente, esta falta de "habilidade para investir" ver-se-ia reforçada pela inexistência de um sistema financeiro adequado que suportasse com recursos e condições financeiras compatíveis a execução prática das idéias inovadoras porventura existentes.

O mecanismo dos incentivos fiscais, criando um mercado de capitais voltado exclusivamente para inversões produtivas, atacaria em cheio a deficiência de instrumentos de intermediação financeira da economia brasileira no que tange à área tida como mais subdesenvolvida, o Nordeste. De outro lado, sendo o processo de desenvolvimento detonado em economias de mercado pela figura do "empresário inovador", por que não estimular seu surgimento, criando-se as condições necessárias para a realização de seus "ideais"? O Nordeste careceria de tais elementos, mas estes talentos afluíam naturalmente à medida que o mecanismo não só atraísse capacidade empresarial de outras áreas do país, ou mesmo evitasse que os empresários potenciais porventura existentes no próprio território -

(60) A figura dos "empresários" assumia importância crucial para Schumpeter à medida que estes desempenhavam papel relevante na detonação das inovações tecnológicas. E, para ele, o progresso tecnológico era o motor fundamental do processo de desenvolvimento. "Chamamos 'empreendimento' à realização de combinações novas (de fatores de produção - ACFG); chamamos 'empresários' aos indivíduos cuja função é realizá-las". Cf. SCHUMPETER, Joseph A. (1982, p.54)

rio nordestino migrassem para áreas mais dinâmicas do país.⁽⁶¹⁾ O mecanismo, idealmente, mobilizava os meios necessários para que tais empresários realizassem seus potenciais ou se apercebessem das oportunidades existentes no próprio Nordeste.

A nível operacional, o mecanismo dos incentivos fiscais do 34/18 possuía uma configuração como a apresentada no Quadro I a seguir. Além disto ressaltavam-se as seguintes características:

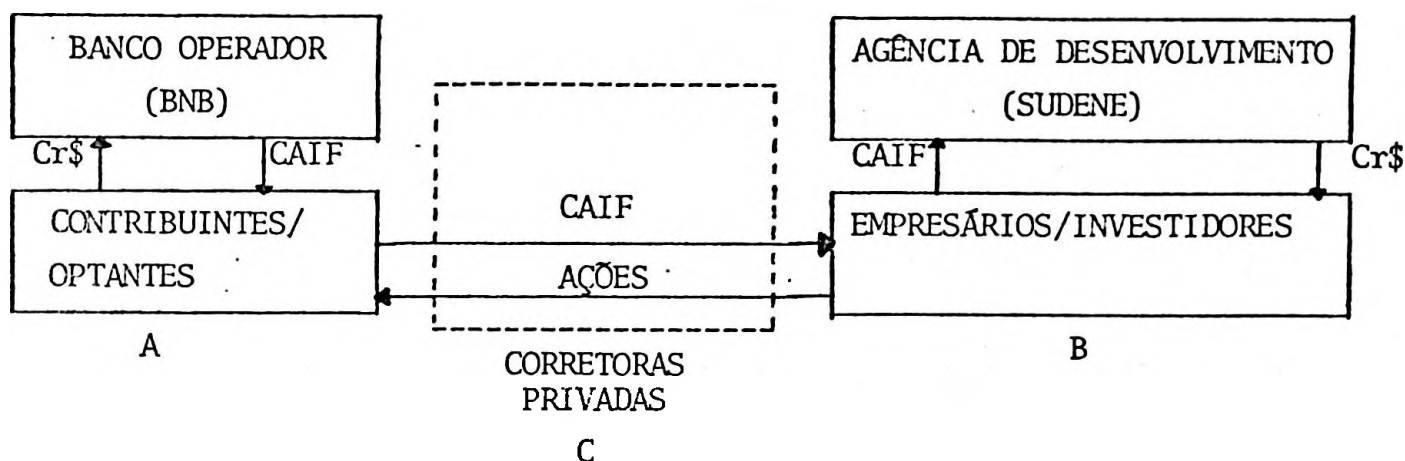
- a) A origem dos recursos era (e é até hoje) pública, o governo federal abrindo mão de recursos do imposto de renda das pessoas jurídicas em favor de sua privatização a critério dos próprios contribuintes (conforme estes fizessem ou não opção pelo mecanismo no momento da declaração do imposto devido);
- b) O meio de troca do sistema (sua "moeda" especial), eram os certificados de aplicação em incentivos fiscais - CAIFs, documentos que atestavam a opção dos contribuintes pelo mecanismo e davam-lhes o direito a adquirirem, por troca, as ações dos empreendimentos apoiados;
- c) As ações subscritas em troca dos CAIFs e, em última análise, dos recursos dos incentivos fiscais do 34/18, eram do tipo preferencial, com cláusula de rentabilidade mínima, e prioridade na distribuição dos resultados. Além disto, possuíam também cláusula de inegociabilidade por um prazo de 4 anos;
- d) Os projetos contemplados com incentivos fiscais deviam cumprir as exigências legais previstas, ou seja, resultarem em uma empresa organizada sob a forma de sociedade anônima, satisfazerem à condição de se enquadrarem num setor apoiável e, sobretudo, receberem

(61) Os documentos de planejamento da SUDENE na década de 60, invariavelmente, assumiam como objetivo da política industrial a "criação e fortalecimento de uma classe empresarial nordestina".

QUADRO 1

ESQUEMA BÁSICO DOS INCENTIVOS FISCAIS DO 34/18

(Regime de Aplicação Direta - 1961/1974)



- A - Os Contribuintes/Optantes faziam sua opção por uma região ou setor no momento da declaração do imposto devido, e recebiam do Banco Operador documento que atestava sua propriedade sobre um montante determinado de incentivos fiscais.
- B - Os Empresários/Investidores tinham seu projeto aprovado pela agência de desenvolvimento respectiva e recebiam documento que os habilitavam a captar no mercado de capitais cativo um montante projetado de incentivos fiscais.
- C - Os Empresários/Investidores credenciavam corretoras privadas a captarem em seu nome certificados de depósitos de incentivos fiscais, fornecendo em contrapartida aos contribuintes/optantes ações dos empreendimentos que executavam. Tais ações, preferenciais, possuíam cláusula de inegociabilidade por um prazo de 04 anos.

OBS: CAIF significava Certificado de Aplicação em Incentivos fiscais, também chamado de Certificado de Depósito.

a aprovação da SUDENE, como órgão gestor do mecanismo, o que lhes definiria o percentual do investimento total previsto a ser coberto com os incentivos.

Nesta primeira fase, no regime de aplicação direta, o mais característico era que as transações no mercado de capitais cativo se davam sem a interferência marcante de qualquer instituição pública, a sorte sendo decidida pelo ajuste entre a pulsão do contribuinte/optante por um projeto e o anseio do empresário/investidor em completar rapidamente o volume de recursos que lhe foi autorizado captar pela agência de desenvolvimento respectiva, no caso a SUDENE.

Os empresários/investidores apresentavam projetos para aprovação das agências e habilitavam-se a receber um aporte determinado de incentivos fiscais. Recebiam para tanto um documento e com ele credenciavam uma ou mais corretoras privadas a captarem os CAIFs em poder dos contribuintes. Do lado destes, a busca recaía sobre projetos que possuíssem taxa de retorno mais elevada e maior grau de confiabilidade, procedendo o contribuinte, portanto, a uma clara opção que se desmembrava em duas etapas: na primeira, o contribuinte / optante decidia em qual região ou setor ele aplicaria os recursos dos incentivos; na segunda, optava por um projeto específico. Vale lembrar que, quando o contribuinte/optante tomava a primeira decisão penetrava no mundo dos incentivos, assumindo a propriedade sobre recursos que, de outra forma, engordariam a receita da União.

A primeira opção dos contribuintes/optantes assumiria proporções maiores na medida em que o mecanismo foi sendo paulatinamente estendido para outras áreas e atividades. Assim, em 1963 o mecanismo foi estendido para a Amazônia, em 1967 para as atividades de pesca, turismo e reflorestamento, em 1969 para o Estado do Espírito Santo, e mais tarde até para uma empresa pública, a EMBRAER, e um Programa Governamental da área de Educação, o MOBRAE.

Além disto, no que tange à segunda opção dos contribuintes/optantes, outras modificações legais alterariam a abrangência das possibilidades inversoras. Se no início o mecanismo contemplava apenas as pessoas jurídicas de capital nacio

nal e alavancava projetos industriais exclusivamente, já quando da aprovação do II Plano Diretor da SUDENE, em 1963, as empresas multinacionais podiam optar pelo mecanismo e, de outro lado, os recursos podiam ser canalizados para apoiar projetos agropecuários.

Com o III Plano Diretor da SUDENE (1966/68), o limite máximo de recursos de incentivos fiscais alocados a um projeto específico foi ampliado de 50 para 75% dos investimentos totais previstos. Além disto, criou-se, simultaneamente, um sistema de pontos que objetivava, em tese, estabelecer critérios de prioridade para seleção dos projetos, mas que, na prática, cumpria apenas a função de determinar o percentual de recursos de incentivos que caberia ao projeto. (62)

O regime de aplicação direta vigoraria até 1974. Nele, o contribuinte optante de qualquer tamanho ou natureza podia escolher diretamente em que projetos específicos aplicar os recursos que mobilizava através do mecanismo 34/18. De por - verso, a história ressaltaria o papel que coube às corretoras privadas, que aumentaram significativamente os custos da intermediação financeira, cobrando taxas de corretagem muitas vezes absurdas. A grande alteração estrutural ocorrida em 1974 no sistema de incentivos fiscais a nível federal - atingindo todo o sistema, e não só o 34/18 nordestino -, objetivaria justamente corrigir de vez esta distorção.

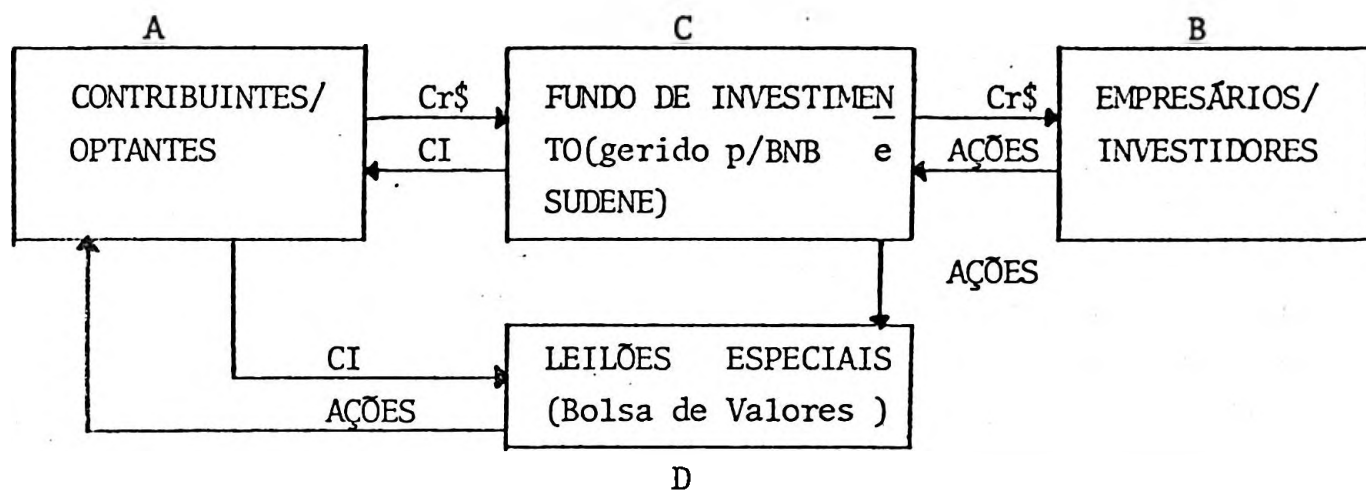
Assim, foram criados os fundos de investimentos, o FINOR (Nordeste), o FINAM (Amazônia) e o Fiset (setoriais - reflorestamento, pesca e turismo), que terminariam com a atuação indesejada dos intermediários financeiros, tarefa que passaria a ser desempenhada pela própria SUDENE. A grande modificação introduzida residia na impossibilidade de o contribuinte/optante optar diretamente por qual projeto específico destinaria os recursos que mobilizava. (63)

(62) Para uma descrição detalhada do sistema de pontos adotados pela SUDENE ver GOODMAN, David E. e ALBUQUERQUE, Roberto C. de (1974, ps.200 e 201)

(63) Com a única exceção do previsto no artigo 18 do DL 1376 de dezembro de 1974, que será relatado mais à frente.

QUADRO 2

ESQUEMA BÁSICO DOS INCENTIVOS FISCAIS DO FINOR
(Regime de Fundos de Investimento - 1974/...)



- A - Os contribuintes/optantes fazem sua opção por uma região ou setor para o qual destinará os recursos deduzidos do imposto de renda devido, e passam à qualidade de quotistas de um fundo de investimento. Recebem, em contrapartida, Certificados de Investimento - CIs.
- B - Os Empresários/Investidores, tendo tido projeto aprovado por uma agência de desenvolvimento, transacionam com o Banco Operador do sistema a troca de suas ações pelo aporte determinado de recursos de incentivos fiscais.
- C - As transações são agora como que mediadas pelo fundo de investimento gerido pelo Banco Operador e administrado pela agência de desenvolvimento. O fluxo de recursos e papéis passa necessariamente pelo fundo.
- D - A etapa final do processo de intermediação, a permuta dos CI's em poder dos contribuintes/optantes pelas ações dos empreendimentos dos empresários/investidores, é feita através de leilões especiais coordenados por uma Bolsa de Valores.

gativa de aplicação direta para os grandes contribuintes /optantes. (64)

Na prática, a criação dos fundos de investimento procura alterar a relação estabelecida entre os ofertantes de poupança e os investidores, ou seja, alterar a forma de intermediação financeira, sem modificar, contudo, a natureza essencial do mecanismo, que respeita à realização de empreendimentos nas áreas e setores selecionados.

Do ponto de vista econômico, os incentivos fiscais representam uma arma poderosa de ativação das economias das áreas e setores contemplados, seja pelos investimentos que geram em si, seja pelos efeitos multiplicadores que suscitam atração de novos investimentos. Projetos que teriam sua localização decidida a favor das áreas e setores mais dinâmicos do país afluiriam para aquelas de menor grau de desenvolvimento relativo face ao diferencial de aporte de capital requerido ali. Era, e ainda é, este o objetivo principal do mecanismo.

De outro lado, aqueles objetivos voltados para a constituição de um verdadeiro mercado de capitais, com o interesse crescente dos contribuintes/optantes, pessoas jurídicas de todo o país, de acompanharem a implantação e desenvolvimento dos empreendimentos apoiados nestas áreas e setores mais carentes, não foram alcançados. À parte alguns poucos contribuintes/optantes que se tornaram empresários/investidores (65) implantando empreendimentos incentivados, a grande maioria dos primeiros mantém-se à margem do mercado de capitais, e nem mesmo participam dos leilões especiais.

(64) "No caso da aplicação direta (artigo 18), a transferência dos incentivos aos optantes tem um sentido econômico. Como, nesse caso, o contribuinte/optante é também o empresário/investidor, há um subsídio claro para esses empreendimentos. Além disto, como para a aplicação direta é necessária uma grande massa de recursos deduzida do imposto de renda, ela só pode ser exercida por grandes contribuintes, dos quais se espera uma boa capacidade empresarial". MOITA, Edmir S. e GALVÃO, Antonio Carlos F. (1986, p.3)

(65) Na prática, todos os empresários/investidores do sistema são também, é claro, contribuintes/optantes.

Para a grande maioria dos contribuintes/optantes os leilões especiais dos fundos são, na prática, inacessíveis, posto que o volume de CIs que mobilizam não lhes permite concorrer com os grandes contribuintes/optantes na disputa pelos títulos disponíveis. Resta-lhes vender seus certificados - CIs - no mercado, a cotações muito inferiores à oficial. Na verdade, as ações das empresas apoiadas são geralmente adquiridas pelos próprios empresários/investidores, que mantêm assim a propriedade integral do capital de suas respectivas empresas. A apregoada tese do aumento da democratização do capital das empresas apoiadas com incentivos fiscais⁽⁶⁶⁾ não se sustenta para a maior parte destas empresas, especialmente para aquelas apoiadas a partir da criação dos fundos de investimento. Esta constatação possui, ainda, outras implicações.

A exigência de que as empresas apoiadas sejam constituídas sob a forma de sociedades anônimas não as obriga a manterem um fluxo de informações adequado voltado para seus acionistas, o que contribui para prejudicar o bom funcionamento do mercado de capitais cativo. De fato, a grande maioria das empresas, apesar de serem SA's, mantêm seu capital fechado, não necessitando submeter-se às exigências da legislação quanto às empresas de capital aberto. Conseqüentemente, as ações de tais empresas não têm aceitabilidade razoável por parte da grande maioria dos contribuintes/optantes, entre outros motivos por não garantirem condições adequadas de retorno das aplicações.

Igualmente, a cláusula de inegociabilidade das ações por um prazo de quatro anos também contribui para que as ações tenham pequena aceitabilidade.

Finalmente, a grande maioria das empresas, pouco conhecidas dos contribuintes/optantes, não apresenta títulos com um valor de mercado seguro, pois estes não têm cotação diária em bolsa de valores.

Em síntese, estas questões podem ser conjugadas em uma pergunta: Qual é o valor de uma ação que não pode ser nego

(66) Cf. HIRSCHMAN, Albert O. (1969, p. 10)

ciada por um prazo de quatro anos, não tem cotação regular no mercado, e não está sujeita aos controles necessários ao bom funcionamento de um mercado de capitais, a exemplo da citada transparência de informações requerida do empreendimento correspondente?

Os resultados práticos deste processo de intermediação financeira servem não só para responder indiretamente à pergunta formulada, mas principalmente para evidenciar o papel desempenhado pelos incentivos fiscais no que respeita ao processo de acumulação de capital.

Em primeiro lugar, a desvalorização constante das quotas dos fundos é patente. O valor patrimonial das quotas do FINOR caiu entre novembro de 1977 e março de 1985 de, respectivamente, Cr\$ 133,00 para Cr\$ 10,00, a preços deste último ano.⁽⁶⁷⁾ De outro lado, o valor de mercado destas quotas tem se situado, em média, cinco vezes abaixo do valor patrimonial.⁽⁶⁸⁾

Em segundo lugar, o valor de venda da participação acionária dos fundos de investimentos em projetos específicos (calculado a partir de uma amostra de projetos selecionados aleatoriamente para cada fundo) situa-se por volta de 8% do valor dos recursos de incentivos fiscais inicialmente alocados ao projeto.⁽⁶⁹⁾ Em outras palavras, as ações subscritas com os recursos de incentivos fiscais eram adquiridas posteriormente por um valor médio correspondente a um doze avos, aproximadamente, do valor dos recursos realmente alocados ao projeto.

A conclusão referente a estes dados no Relatório da Se

(67) Cf. COMIF (1986, p.182)

(68) Cf. COMIF (1986, p.182)

(69) Cf. COMIF (1986, ps.184 e 185). O valor de 8% correspondente a uma média aritmética da relação calculada para os fundos Fiset - Reflorestamento (cuja relação foi 5,3%), Fiset - Turismo (8,6%), Fiset - Pesca (6%), e FINAM (11%). Infelizmente, o cálculo não foi realizado para FINOR, cuja relação, acredita-se, não deve ser muito diferente da média calculada para os demais fundos. A relação calculada para cada projeto selecionado aleatoriamente equivale à divisão do valor de mercado da ação obtido no último Leilão Especial pelo valor total aplicado pelo fundo no projeto, obviamente ambos a preços constantes.

cretaria Técnica da COMIF era a seguinte:

"Esses resultados indicam um completo desinteresse do mercado pelos títulos dos fundos. De fato, o mercado destes títulos é constituído, normalmente, pelos próprios empreendedores, que assim recuam a participação societária por uma pequena fração do valor recebido dos fundos. Dessa forma, o Sistema de Incentivos Fiscais configura-se muito mais em um instrumento de doação de recursos aos empresários/investidores do que de capitalização que favoreça o mercado de ações. Não se deve, no entanto, supor que toda essa massa de recursos, que não volta para os fundos, vá para as mãos dos empresários/investidores. Há, no mercado, um grande número de intermediários que acabam participando dessa doação." (70)

Os resultados globais dos incentivos fiscais, no que tange à participação acionária, apontam para o enorme subsídio concedido aos empresários/investidores para a realização de seus projetos. O subsídio integral refletido nos cálculos anteriores não é apropriado exclusivamente por estes, pois o regime dos fundos de investimento não eliminou a corretagem cobrada sobre a captação dos CIs. As corretoras privadas continuam intermediando a transação dos CIs entre a grande massa de pequenos contribuintes/optantes e o pequeno número de grandes contribuintes/optantes que realmente se engajam nos leilões especiais. (71)

De outro lado, o fato de que são os próprios empresários/investidores que readquirem nos leilões especiais as ações de seus empreendimentos - na maior parte dos casos - , evidencia o fecho do circuito nas mãos daqueles que realmente importam para o sistema. Vale dizer, o subsídio existe, apesar da análise teórica do mecanismo, assentada na idéia de um mercado de capitais perfeito, afirmar o contrário. (72) E existe justamente por causa das imperfeições do mercado cativo de capitais apoiado em um rol de empresas não estruturadas adequadamente para participarem do mesmo.

(70) Cf. COMIF (1986, p.185)

(71) Antes, o papel das corretoras privadas incidia sobre a transação entre contribuintes/optantes e empresários/investidores, na troca de CAIFs por ações.

(72) Cf. HIRSCHMAN, Albert. O. (1969, p. 24) e MAGALHÃES, Antonio R. (1983, ps. 46 a 48)

O mecanismo, portanto, apresenta-se na realidade mais favorável às inversões do que se imagina a princípio. E isto, porque:

- a) representa, em um momento inicial, um incentivo para o empresário/investidor à medida que reduz os requerimentos de capital próprio necessários à implantação do projeto;
- b) representa, em um momento posterior à implantação do empreendimento (na maioria dos casos, e em graus variados), um subsídio, posto que os empresários/investidores retomam, parcial ou integralmente, o controle sobre as ações subscritas pelo FINOR, adquirindo-as por um valor muito inferior ao dos recursos efetivamente alocados pelo fundo.

A política econômica tem mantido estes incentivos fiscais não só porque constituem instrumento de apoio à acumulação de capital, mas também porque têm sido eficazes em permitir uma maior integração do mercado nacional, contrabalançando os efeitos de aglomeração e de economias externas que induzem à localização no pólo de inúmeros empreendimentos. A generalização do mecanismo por outras áreas constitui evidência de que o mecanismo desempenhou um papel de destaque no espraiamento do capital oligopólico hegemônico pela periferia nacional.

3.5 Algumas características da nova espacialidade do capital oligopólico e sua influência sobre a organização territorial nordestina

Nos itens anteriores deste capítulo, vimos que a criação da SUDENE pode ser compreendida como um elemento sinalizador das transformações que se operavam na espacialidade do capital oligopólico no país. Relatamos também como a ação efetiva da SUDENE, enquanto órgão do aparelho de Estado, marcada pelas modificações políticas ocorridas no seio da formação social brasileira, engajar-se-ia crescentemente em políticas de estímulo à expansão oligopolista e à integração do

mercado nacional. Esboçamos igualmente a natureza essencial do principal instrumento de favorecimento às inversões oligopólicas na periferia nordestina. Em síntese, referenciamos como se foi transformado o discurso e a política do Estado de lineadas para o Nordeste. Resta-nos, portanto, compreender um pouco como este processo efetivamente vem interferindo na organização territorial nordestina.

O processo de industrialização marcou profundamente a organização espacial da formação social brasileira quando acirrou o movimento de concentração e centralização do capital a nível nacional. As fronteiras regionais existentes foram paulatinamente sendo eliminadas ao sabor do fortalecimento do mercado interno. Os processos sociais nas várias porções do território nacional foram aos poucos sendo homogeneizadas, num movimento de espraiamento das relações sociais capitalistas de produção. Constituiu-se o núcleo capitalista paulista e, simultaneamente, a periferia em sua órbita.

Esse processo, como já abordamos anteriormente, envolve duas etapas: uma que se prende ao movimento de concentração territorial crescente das atividades econômicas em São Paulo (vista no capítulo 2) e outra que se volta para uma certa reversão deste movimento a favor da periferia, característica das últimas décadas. Tais etapas não são antitéticas, posto que o segundo movimento não representa a negação do primeiro. É isto porque é o mesmo capital - em muitas vezes os mesmos capitalistas - que comanda ambos os movimentos.

A segunda etapa, entretanto, possui um novo personagem importante: o Estado, forjado a partir de novas bases de ação congruentes com a *rationale* do capitalismo monopolista. A criação da SUDENE, a instituição dos incentivos fiscais e a centralização federal, são exemplos de meios criados para conferir à ação do Estado compatibilidade para com os requerimentos da nova fase de expansão oligopólica.

Se estes meios já começaram a ser criados em meados dos anos cinquenta, paralelamente às inversões industriais fundamentais nos setores de Bens de Consumo Duráveis, somente nos anos setenta se registrariam empiricamente os primeiros sinais efetivos da desconcentração territorial. A parti-

cipação da indústria paulista na estrutura industrial brasileira declinará a partir do ápice registrado no Censo de 1970, e a indústria da periferia - Nordeste incluído - registrará ganhos em sua participação relativa.

O movimento de desconcentração territorial da produção industrial posto em marcha tem por base a busca de novos potenciais para a acumulação nas áreas periféricas, mediada pela intervenção do Estado em prol da valorização do capital. Ampara-se nos subsídios vultosos que o Estado concede para as inversões nas áreas periféricas através de instrumentos como os incentivos fiscais e insere-se na lógica da constituição de uma verdadeira economia nacional, estruturada a partir do próprio capital hegemônico fortalecido a partir do pólo paulista.

A expansão industrial da periferia encontra limites impostos pela hegemonia do capital oligopólico sediado no pólo. Em primeiro lugar porque a configuração dos setores contemplados com suas inversões não deve conflitar decisivamente com a estrutura já implantada no pólo. Em segundo lugar, porque as inversões na periferia devem contemplar as mesmas bases técnicas e financeiras dos empreendimentos constituídos no pólo.

Ergue-se, desta forma, um movimento de transposição de unidades produtivas, de porte semelhante às do pólo, para a periferia, com implicações não desprezíveis para a organização territorial da mesma.

Cabe ressaltar que, embora um movimento circunscrito primordialmente à atividade industrial, atinge em menor grau e mais indiretamente, a atividade agrícola e também os serviços.

As modificações registradas nos últimos vinte anos nas relações de produção prevalecentes no meio rural nordestino apontam para uma penetração mais decidida do capital enquanto relação social, apoiada no fenômeno da diminuição das terras disponíveis para lavouras de subsistência. A extinção dos "moradores de condição" na zona canavieira, simultânea ao uso mais intensivo das terras decorrente do que se convencionou chamar de "fome de terras" das usinas de açúcar e álcool,

constitui processo associado a alterações tanto dos padrões técnicos da produção, pelo uso acentuado de adubos e defensivos químicos, como de sua organização, pelo atrelamento mais intensivo aos circuitos comerciais.⁽⁷³⁾ Além disto, pode-se vislumbrar outra motivação para este fenômeno, como nos lembra Carneiro:

"Contudo, outra razão poderosa que levava à extinção dos sítios era a necessidade de uma maior subordinação do trabalhador ao novo processo de trabalho, que sofrera transformações substanciais. Tratava-se antes de mais nada de eliminar qualquer possibilidade de o trabalhador obter o seu sustento que não fosse através da venda da sua força de trabalho, transformando-o assim num assalariado puro."⁽⁷⁴⁾

Na zona agrestina, o fenômeno mais recente configura algo que se convencionou denominar de "pecuarização", com o abandono nas propriedades médias e grandes da associação entre pecuária e culturas mercantis - especialmente o algodão - a favor da primeira.⁽⁷⁵⁾ A valorização da pecuária como atividade principal vem eliminando o "pequeno arrendamento como forma de exploração inicial de novas terras nos domínios da grande propriedade, e aumentando a pressão demográfica sobre os minifúndios."⁽⁷⁶⁾

A situação das pequenas propriedades, assentadas fundamentalmente no binômio lavouras de subsistência/algodão; também se modifica substantivamente a partir do cerco promovido pelo capital comercial: "A intermediação do capital comercial sempre se faz de molde a retirar da pequena produção qualquer possibilidade de acumulação, restando para o pequeno produtor recursos que permitam apenas a sua manutenção e a de sua família." Nestes termos, parte das pequenas propriedades vem envolvendo para agriculturas de baixo rendimento, como a mandioca (pelo empobrecimento dos solos), ou

(73) CARNEIRO, Ricardo (1982, ps.126 e 127)

(74) CARNEIRO, Ricardo (1982, p. 127)

(75) BURSZTYN, Marcel (1982, p.30). Bursztyn chama o fenômeno de "bovinização" e insinua sua associação à facilidades creditícias e fiscais relativas (à agricultura) concedidas pelo Estado.

(76) Cf. CARNEIRO, Ricardo (1982, p. 130)

sendo absorvida pelos grandes proprietários, neste caso contribuindo para o fenômeno da "proletarização rural".⁽⁷⁷⁾

Em linhas gerais, estes fenômenos recentes incidentes sobre as áreas litorânea e agrestina, aos quais vêm se somar outros como o da extinção da fronteira agrícola maranhense, estão associados à substituição de relações semi-capitalistas por relações propriamente capitalistas de produção. Presupõe modificações - ainda pouco disseminadas -, na base técnica de produção e sua inserção mais direta nos circuitos da demanda intercapitalista, a nível da agroindústria. Representam movimentos tênues de caminhada em direção ao movimento de industrialização do campo, fenômeno que já pode ser identificado com maior clareza nas áreas do pólo.⁽⁷⁸⁾

A modernização no meio rural nordestino, em termos de suas unidades de produção, ainda representa sem dúvida fenômeno limitado. As unidades modernas de produção agropecuária ou agroindustrial constituem hoje verdadeiro enclave, não configurando um nicho verdadeiramente relevante quanto cotejado com a totalidade do setor.

Entretanto, os fenômenos recentes assinalados podem significar o embrião de transformações mais vigorosas em direção à modernização efetiva da produção agrícola nordestina, num movimento que se apoia decididamente no papel do Estado de introdutor e financiador de técnicas mais sofisticadas e de melhores condições de realização das mercadorias ali produzidas.

É no âmbito da atividade industrial, portanto, que a desconcentração territorial do capital oligopólico assume contornos mais nítidos no momento, embora registrem-se modificações importantes decorrentes deste processo nos demais setores de atividade. Nestes pode-se afirmar, contudo, que as modificações são perceptíveis, mas ainda não decisivas.

(77) Cf. CARNEIRO, Ricardo (1982, p.131)

(78) Cf. MULLER, Geraldo (1982, ps.47 a 48)

SEGUNDA PARTE

A COMPLEMENTARIDADE INDUSTRIAL: UM ESTUDO DE CASO
DA NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO BRA
SIL SOB A ÓTICA DA INDÚSTRIA NORDESTINA

INTRODUÇÃO

De posse das informações referentes à evolução da organização territorial nordestina, vista inicialmente de uma perspectiva secular e, em sequência, enfocada a partir de seu período mais recente, com ênfase nos seus principais condicionantes sociais, políticos e econômicos, cumpre agora penetrar no âmago deste trabalho: a indústria nordestina e as relações de complementaridade estabelecidas com a indústria do pólo.

Como detalhamento daquelas concepções delineadas na primeira parte desta dissertação, relativas à questão do espaço e do território considerado e à forma de abordagem do "regional" em si, cabe refletir sobre a indústria e a revolução técnica que seu surgimento propicia à produção dos bens materiais, bem como sobre as relações que se estabelecem entre industrialização e organização espacial (territorial).

Na primeira parte, vimos que a consolidação do modo capitalista de produção no interior da formação social brasileira determinou uma certa transformação da organização territorial nordestina, mesclando os elementos sociais dos dois complexos sociais-naturais então existentes. Verificamos também que o processo de industrialização em curso no século atual erigiu uma outra organização espacial para a sociedade brasileira, a partir, inicialmente, de um movimento contínuo de concentração territorial da produção. Por fim, referenciamos que este mesmo processo de industrialização, em sua etapa mais recente, vem sinalizando o avanço em direção a uma nova organização espacial que estaria, no momento, em fase de gestação embrionária. Os primeiros sinais estão dados pela desconcentração territorial da produção industrial registrada ainda incipientemente no plano empírico.

Os três movimentos possuem, com relação ao sentido da trajetória descrita, que correspondeu à perda de hegemonia do capital mercantil face à ascensão do capital industrial e fi

nanceiro, uma unidade perceptível. Vale dizer, cada vez mais as relações sociais incidentes sobre as várias porções territoriais da formação social brasileira foram indiferenciando -se, sob a influência marcante do desenvolvimento de natureza capitalista.

O desenvolvimento das forças produtivas em bases capitalistas e, ao seu lado, das relações de produção em bases semelhantes, vem modificando a espacialidade dos agentes e das relações sociais. A evolução de um espaço fabril, assentada no progresso técnico e organizacional da produção, vem possibilitando uma ampliação nos âmbitos da produção e circulação do capital. Desta forma, as mercadorias produzidas, em proporções cada vez maiores, não se restringem ao mercado local, mas se destinam agora ao mercado nacional ou mesmo internacional.

O movimento de concentração e centralização, decorrente da revolução técnica e organizacional capitalista, constitui a raiz desta nova espacialidade dos agentes e relações sociais, e aponta para uma nova organização espacial dos processos sociais.

A industrialização, processo dinâmico por excelência, assume importância crescente para a homogeneização dos processos sociais no marco das cada vez mais frouxas fronteiras regionais, ou mesmo nacionais.

Encarna os elementos constitutivos do modo capitalista de produção, representando o movimento de acumulação de capital em seu sentido mais específico e determinante. A dinâmica da industrialização equivale, em sentido amplo, à dinâmica da reprodução ampliada do capital. A indústria, neste sentido, corresponde ao locus mais específico da produção capitalista, vale dizer, enseja preferencialmente as condições para a valorização do capital assentada sob suas próprias bases.

Nesta segunda parte da dissertação enfocaremos, portanto, a questão da evolução industrial nordestina nas últimas décadas, procurando situar a complementaridade que se estabelece entre esta e a indústria do pólo, que representa, a nosso ver, o elemento-chave para a compreensão da situação atual da divisão territorial do trabalho no Brasil.

O capítulo quarto propõe-se a relacionar no plano teóri-

co os elementos básicos que são essenciais para a compreen
são do vínculo existente entre indústria e espaço, cuja dis
cussão nos levará ao entendimento do conceito de complementa
ridade industrial.

Os capítulos quinto e sexto procuram delinear, no plano empírico da indústria nordestina, os principais elementos que definem uma relação de complementaridade entre a indústria periférica (nordestina) e a do pólo (paulista), evidenciando o estã
gio atual da organização territorial nordestina e brasileira.

CAPÍTULO 4

RELAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA E ESPAÇO: O CONCEITO DE COMPLEMENTARIDADE INDUSTRIAL

4.1 Considerações gerais sobre a evolução do modo capitalista de produção e sua interface com o plano espacial

A evolução do processo de trabalho até a constituição plena do modo capitalista de produção mostrou-se vigorosa desde o surgimento da cooperação simples, passando pela manufatura, até o aparecimento da moderna indústria. Nesta evolução, aprofundou-se a divisão social do trabalho e revolucionou-se a base técnica da produção, passando o capital, com a indústria, a libertar-se das amarras que obstaculizavam seu pleno desenvolvimento a longo prazo.

Com a produção de máquinas por meio de máquinas, a acumulação de capital, teoricamente, não encontra mais limites.⁽¹⁾ De outro lado, é a partir daí que se reafirma, com intensidade crescente, a natureza cíclica do desenvolvimento capitalista e a perspectiva frequente das crises, posto que a busca de valorização desenfreada para o capital não leva muitas vezes em consideração as condições de realização das mercadorias produzidas. A autonomização da esfera da produção no modo capitalista, a "produção pela produção", constitui a raiz das crises constantemente engendradas e atesta a

(1) "A grande indústria teve, portanto, de apoderar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Só assim ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés". MARX, Karl (1984, Vol.I, Tomo 2, p.16).

natureza contraditória de seu desenvolvimento. (2)

A moderna indústria é o locus das relações de trabalho e das bases materiais que propiciam a constituição e o desenvolvimento destas características do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento da cooperação simples entre diversos artesãos, reunidos num mesmo lugar, corresponde a um avanço inicial para a constituição do modo capitalista de produção. Na manufatura, de outro lado, potencializa-se a produção pela concentração racional dos meios de produção e da força de trabalho de acordo com as várias etapas do processo produtivo. Mediante a especialização das tarefas, aproveita-se melhor das habilidades individuais de cada trabalhador, que fica, assim, privado da percepção integral do processo produtivo. Na indústria, por fim, a produção passa a ser comandada pela máquina.

Se na manufatura é o trabalhador que dá vida ao instrumento de trabalho, a ferramenta, ditando de certa forma o ritmo e a intensidade do trabalho que executa como tarefa parcial do processo produtivo, na indústria é a utilização de força motriz não humana, transmitida agora às máquinas-ferramenta, que impõe o ritmo e a intensidade do processo de trabalho. (3) Nas palavras de Marx:

(2) "O capitalismo, portanto, ao generalizar a produção mercantil, generaliza a separação compra/venda e, com ela, a própria possibilidade de crises. Mas não se trata, apenas, da generalização de determinações abstratas: o capital dá um conteúdo específico a essa possibilidade na medida em que conduz à produção pela produção mesma. Vale dizer: o 'desenvolvimento absoluto das forças produtivas' e a 'produção pela produção' tendem a se autonomizar a um ponto tal que o capital, em seu movimento expansivo, ultrapassa, de modo recorrente, suas possibilidades de realização como valor-capital". MAZZUCHELLI, Frederico (1985, ps. 29 e 30)

(3) O termo máquina-ferramenta é usado por MARX para designar todo tipo de máquina, compreendendo um sistema que combina uma força-motriz, um sistema de transmissão e um conjunto de ferramentas. O termo hoje é limitado ao conjunto de máquinas que executam os processos mecânicos de usinagem, como os tornos, as fresadeiras e assim por diante.

"Na manufatura, trabalhadores precisam, individualmente ou em grupos, executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adaptado antes ao trabalhador. Este princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada. O processo global é aqui considerado objetivamente, em si e por si, analisado em suas fases constituintes, e o problema de levar a cabo cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é resolvido por meio da aplicação técnica da Mecânica, Química etc., no que, naturalmente, a concepção teórica precisa ser depois como antes aperfeiçoada pela experiência prática acumulada em larga escala.(...) A máquina de trabalho combinada, agora um sistema articulado de máquinas de trabalho individuais de diferentes espécies e de grupos das mesmas, é tanto mais perfeito quanto mais contínuo for seu processo global, isto é, com quanto menos interrupções a matéria-prima passa de sua primeira à sua última fase quanto mais, portanto, em vez da mão humana, o próprio mecanismo a leva de uma para outra fase da produção".(4)

A indústria, assim, recria no espaço fabril a concentração de meios de produção e força de trabalho oriunda da manufatura, colocando o trabalhador sob o comando da máquina, isto é, objetivando o processo produtivo e possibilitando, desta forma, o emprego em larga escala dos princípios científicos à produção, como consequência direta desta transformação.

A palavra chave desta transformação do processo de produção bem pode ser "cooperação". A princípio, com a cooperação simples, a produtividade podia ser elevada por se dispor de um número grande de trabalhadores no mesmo local. Economiza-se, assim, capital constante (prédios, instalações etc.), pelo simples fato de se produzir em maior escala. Neste sentido, trata-se de uma diferença meramente quantitativa.

Com a manufatura ocorre o mesmo, porém com uma mudança qualitativa que envolve o processo de trabalho: este é segmentado, passando os trabalhadores a executarem tão somente tarefas parciais.

Por fim, na indústria, como falamos acima, o processo é ainda mais uma vez revolucionado, passando a máquina a coman

(4) MARX, Karl (1984, Vol.I, Tomo 2, p.13)

dã-lo e as diversas máquinas a "cooperarem" entre si.

Adicionalmente, há outro aspecto comum na descrição da evolução lógica do processo de produção, qual seja, a concentração, das máquinas ou dos trabalhadores, num mesmo local: a oficina, a manufatura ou a fábrica. A concentração de meios de produção e de força de trabalho assalariada no espaço fabril representa uma das características essenciais do modo capitalista de produção.

A concentração de meios de produção e força de trabalho constitui um processo recorrente e inerente à própria lógica do desenvolvimento capitalista, cujo movimento mais característico é o da acumulação crescente de capital. Os processos de acumulação e de concentração são, na perspectiva da análise de Marx, sinônimos. (5)

Já o processo de centralização do capital corresponde mais precisamente à tendência dos capitais individuais de se fundirem pela via da concorrência intercapitalista. Esta junção de dois ou mais capitais individuais forma "blocos" de capital com maiores condições de sobrevivência na luta intercapitalista.

Marx pondera que, ao mesmo tempo em que age uma força de expulsão entre os capitais individuais, compelindo-os a disputarem acirradamente o mercado, age também, contraditoriamente, outra força, de atração, que os estimula a fundirem-se em um só capital de dimensões avantajadas. (6)

Os movimentos de concentração e centralização de capitais - em particular e com maior ênfase este último - são os responsáveis, entre outros fatores, pela tendência à conglo-

(5) "Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou a repulsão recíproca entre suas frações é oposta por sua atração. Esta já não é concentração simples, *idêntica à acumulação*, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. (...) É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração". MARX, Karl (1984, Vol. I, Tomo 2, p. 196) - (grifo nosso)

(6) MARX, Karl (1984, Vol. I, Tomo 2, p. 196)

meraço industrial e são elementos explicativos preponderantes na questão da passagem da fase concorrencial para a atual fase monopolista do modo de produção capitalista.⁽⁷⁾

Os meios de produção e a força de trabalho apropriados e postos em ação pelo capitalista no processo produtivo executam o processo de valorização do capital⁽⁸⁾, que se alimenta desta lógica imposta pela concentração destes elementos num mesmo espaço. Porém, esta concentração dos elementos da produção não é suficiente para esclarecer todo o sentido embutido no fenômeno da concentração de capital. Isto porque, se é verdade que o modo capitalista de produção tende a tomar partido da vantagem que a concentração representa em termos da eficácia da cooperação destes elementos dispostos num mesmo local, por outro lado, a fluidez característica do capital, que pode assumir a forma de capital - dinheiro ou capital - mercadoria, não obriga que tal concentração física ocorra necessariamente em todas as suas formas. É perfeitamente compatível com sua lógica uma certa desconcentração física dos elementos produtivos postos em movimento por um mesmo "bloco" de capital. Em decorrência, um mesmo "bloco" centralizado de capital pode comandar a produção de várias fábricas situadas nos mais distantes locais do globo terrestre.

A metamorfose da mercadoria, em seu processo de valorização (D - M - D'), empresta ao capital diferentes realidades corpóreas, e isto é, em última análise, o que lhe permite possuir diversas espacialidades, face à cada forma física

(7) "O problema da acumulação monopolística coloca-se, *teoricamente*, a partir do aumento das escalas técnicas de produção, mediante prévia mobilização e centralização do capital, com o resultado subsequente da concentração e dispersão de capitais". TAVARES, Maria da C. (1986, p.32)

(8) "Se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização". MARX, Karl (1984, Vol. I, Tomo I, p.161)

concreta que assume⁽⁹⁾. Pode-se portanto qualificar a espacialidade do capital conforme a forma que assume em cada âmbito específico do processo de valorização.

No âmbito da produção sua espacialidade é fornecida pelos agentes sociais e elementos da produção que lhe prestam substrato físico, convergindo para o espaço fabril, para uma micro-localização, para um ponto. No âmbito da circulação, a espacialidade do capital emerge da realidade física da mercadoria e do resultado de sua troca, o dinheiro, podendo portanto descrever trajetórias mais amplas no espaço, divergindo para quaisquer pontos do território em que haja condições para a realização de seu circuito de valorização.

Pode-se afirmar, então, que o capital em seu movimento de valorização é submetido a duas forças aparentemente contraditórias, mas que, na verdade, são complementares: uma voltada para a concentração crescente de meios de produção e força de trabalho (capital) no âmbito da produção e outra voltada para a realização das mercadorias em espaços potencialmente cada vez maiores, no âmbito da circulação. Portanto, ao aumento do capital contido no micro-espaço fabril conjugam-se o aumento do macro-espaço mercado potencial; à concentração e centralização do capital conjugam-se a ampliação do espaço potencial de realização das mercadorias produzidas.

Essas tendências são condicionadas pelo progresso técnico, que permite, de um lado, o aumento relativo do "trabalho morto" em detrimento do "trabalho vivo" e, de outro, a evolução dos meios de comunicação e de transporte, que concorrem

(9) "As duas formas que o valor-capital adota dentro de suas fases de circulação são as de *capital monetário* e *capital-mercadoria*; sua forma correspondente à fase de produção é a de *capital produtivo*. O capital que no transcurso de seu ciclo global adota e volta a abandonar essas formas, e em cada uma cumpre a função que lhe corresponde, é o *capital-industrial* - industrial, aqui, no sentido de que abarca todo ramo da produção conduzido de modo capitalista. *Capital monetário*, *capital-mercadoria*, *capital produtivo* não designam aqui tipos autônomos de capital, cujas funções constituam o conteúdo de ramos de negócios igualmente autônomos e mutuamente separados. Designam aqui apenas formas funcionais específicas do capital industrial, que assume todas as três, uma após outra."
MARX, Karl (1983, Vol.II, p.41)

para agilizar a realização das mercadorias produzidas. (10)

Para dar andamento ao movimento da acumulação, o capital utilizou-se crescentemente do crédito, cujo desenvolvimento, historicamente, deu-se simultaneamente ao aprofundamento das relações capitalistas de produção.

O crédito representa uma poderosa alavanca de sustentação da acumulação à medida que seu desenvolvimento facilita aos capitalistas o acesso aos vultosos recursos necessários para fazer face aos investimentos que a produção ampliada e inovada requer. Para realizar o circuito de valorização das mercadorias, o capitalista utiliza-se recorrentemente do sistema bancário, cuja função reside em facilitar a circulação das mercadorias e prover o volume de numerário suficiente para permitir a ocorrência contínua da troca. A troca das mercadorias produzidas por dinheiro corresponde ao coroamento do processo de valorização, em que o capitalista recompõe o capital-dinheiro necessário para o prosseguimento da produção em escala ampliada.

A evolução do sistema bancário viabiliza uma ampliação dos meios de circulação, à medida que os empréstimos concedidos com os recursos mobilizados não raro retornam aos bancos na forma de aplicações financeiras, podendo ser novamente reemprestados. Avoluma-se assim o montante de recursos postos à disposição dos capitalistas. Nesta medida, são inúmeras as possibilidades de realização das transações financeiras a nível do sistema bancário.

Acrescente-se que, na evolução do modo capitalista de produção alguns "freios" ao desenvolvimento dos sistemas bancários foram destruídos, a exemplo do rompimento do lastro em metais preciosos que obstava a criação de dinheiro novo, o aparecimento do papel-moeda, e o desenvolvimento da moeda escritural.

Tal como ocorrido com a moderna indústria, o sistema ban

(10) "Mas a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura exigiu também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transporte". MARX, Karl (1984, Vol. I, Tomo 2, p. 15)

cário também passou por um processo vigoroso de concentração e centralização, que ampliou sobremaneira seu poder de ação e sua influência sobre o sistema produtivo. Um mesmo banco mantinha, por força dos débitos assumidos por um grande número de capitalistas, um poder significativo sobre as forças produtivas de uma região ou país. (11)

A concentração e centralização bancária, porém, não se limitaram ao setor de intermediação financeira. Aos poucos foi se processando a fusão de empresas industriais e bancárias num processo desencadeado, provavelmente, pela derrocada de empresas que acumularam débitos com os bancos. Este processo representou para os bancos a possibilidade de diversificação de suas atividades, uma vez que assumiam o controle do capital destas empresas à medida que mobilizavam recursos para reanimá-las. A gênese histórica do capital financeiro repousa neste processo. (12)

O capital financeiro caracteriza-se, portanto, pela junção do capital bancário ao capital industrial, apresentando nítidas vantagens sobre o capital industrial isolado, conquanto disponha de uma poderosa fonte de financiamento para a acumulação. Enquanto a empresa isolada dispõe basicamente do próprio excedente para o estabelecimento de seus fundos de acumulação, ficando sujeita às condições impostas pelos ban

(11) "À medida que os lucros aumentam e os bancos se concentram em um pequeno número de estabelecimentos, estes deixam de ser modestos intermediários para se tornarem monopolios todo-poderosos, dispondo da quase totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um dado país ou de toda uma série de países". LENIN, Vladimir I (1979, p.30)

(12) "A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência direta das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial". HILFERDING, Rudolf (1985, p.219)

cos quando necessita recorrer ao capital de terceiros, a em presa conglomerada, associada ao banco, pode dispor de um volume ampliado de recursos sempre que precisar, independentemente - até certo ponto - da massa de lucros que movimenta.

Ademais, nas grandes empresas industriais conglomeradas frações significativas do capital social das mesmas passam para as mãos dos banqueiros, que muitas vezes participam di retamente da gestão dos negócios. Neste sentido, a sociedade por ações, enquanto a forma jurídica mais avançada e funcional ao desenvolvimento do capital, facilita a conglomeração, agilizando a fusão dos capitais bancário e industrial.

O modo capitalista de produção avança, portanto, em sua etapa monopolista, aprofundando e desenvolvendo esta forma especial de centralização, a qual amplia os recursos postos à disposição de um mesmo "bloco" de capital e permite conce ber um progresso técnico antes inimaginável da produção.

Até este ponto discutimos características gerais do pro cesso de acumulação capitalista, mais precisamente, as carac terísticas comuns ao desenvolvimento fabril. Existe ainda ou tro elemento importante, a ser discutido aqui em outro plano que não o das leis imanentes do capital, que contrapõe os ca pitalistas individuais e os impele a disputar os mercados em que se inserem: a concorrência.

Segundo a teoria da organização industrial, o objetivo maior da empresa capitalista oligopólica é a maximização de seu crescimento⁽¹³⁾. Contudo, a empresa capitalista defronta -se com outras empresas na disputa pelos mercados existentes, que são por definição limitados. Para realizar seu potencial de crescimento, a empresa capitalista procura afirmar-se no mercado que participa, desalojando concorrentes e aumentando sua participação relativa no mesmo. E, para conseguir seu in tento, a empresa utiliza-se de todas as armas de que dispõe, dentre elas, a possibilidade de reduzir seu preço de mercado por certo período de tempo, a diferenciação de seu produto via marketing e propaganda e a diversificação de sua linha

(13) Cf. GUIMARÃES, Eduardo A. (1981, p.11). A afirmação pode ser traduzida por: O objetivo maior do capital é a acu mulação.

linha de produção, o que lhe permite adentrar novos mercados.

Nesse embate pela conquista do mercado, as empresas podem recorrer, ainda, a formas auxiliares de atenuação da luta concorrencial. Por exemplo, a fusão de empresas que antes disputavam o mercado (centralização do capital) - assim agindo reúnem maiores condições de sobrevivência e ampliam sua perspectiva de afirmação no mercado - ou a formação de cartéis ou acordos entre duas ou mais empresas participantes do mesmo mercado - assim determinadas condições concorrenciais são controladas para a diminuição do teor dos embates travados entre elas e, conseqüentemente, reduz-se o perigo constante de insucesso que ronda parte delas.

A concorrência intercapitalista é fator que contribui decisivamente para o processo de centralização do capital e assume distintas formas face à tipologia do mercado e da indústria em que se defrontam as empresas. Nos mercados mais competitivos a luta trava-se com maior força em torno do preço de mercado, enquanto que nos mercados oligopólicos a concorrência materializa-se em torno da diferenciação dos produtos.

Os mercados competitivos são aqueles em que há um número considerável de empresas, nenhuma das quais detém uma ascendência significativa sobre os mesmos. A empresa, para realizar seu potencial de crescimento, sujeito à expansão da demanda da indústria, reduz o preço de sua mercadoria como forma de garantir uma maior fatia do mercado. Nesta disputa, as empresas maiores tendem a beneficiar-se por causa da presença de ganhos de escala, desalojando as empresas menores das fatias adicionais do mercado. Como os requerimentos globais para a produção não são elevados, abre-se a possibilidade de entrada de novos concorrentes e com ela de novo equilíbrio dinâmico ao mercado. (14)

Nos mercados oligopolizados, as características básicas

(14) Segundo Guimarães, "...variações de preços asseguram o equilíbrio de longo prazo entre a expansão da capacidade produtiva e o crescimento da demanda". Cf. GUIMARÃES, Eduardo A. (1981, p.34)

apontam para a dominância de um número reduzido de empresas no mercado, a presença de significativas barreiras à entrada de novos concorrentes e um padrão concorrencial assentado sobre a diferenciação do produto. A indústria oligopolizada possui ainda como característica a presença de taxas positivas de lucro para todos os tamanhos de empresas, grandes ou pequenas, existentes no mercado, o que contrasta com os mercados competitivos, em que as firmas marginais possuem uma taxa de lucro próxima ou igual a zero.⁽¹⁵⁾ Os preços são formados nos mercados oligopolizados pela agregação de uma margem aos custos. Entretanto, como afirma Guimarães, "o ponto importante, porém, é que o preço não responde ao desequilíbrio entre oferta e demanda".⁽¹⁶⁾ Este é ajustado dinamicamente pela retração da quantidade ofertada e a redefinição dos padrões de acumulação internos à firma, ocasionando menor taxa de investimentos. Em outras palavras, considera-se que há nestes mercados uma rigidez à baixa dos preços. Se o desajuste faz-se no sentido oposto, com excesso de demanda, as inversões tratarão, no longo prazo, de aumentar a capacidade instalada da indústria, eliminando-o.

Os esquemas descritos acima devem ser entendidos aqui como meros auxiliares à compreensão das estruturas básicas de mercado. As teorias que explicam os desajustes macroeconômicos não se apresentam com a linearidade sugerida. De outra parte, a economia não caminha por sucessivas posições de equilíbrio, mas através de uma situação de permanente desequilíbrio em que os "ajustes" descritos são efetuados permanentemente e de forma simultânea nos diversos mercados, com maior ou menor proximidade aos modelos delineados.

A importância das características enunciadas nos dois tipos básicos de padrões concorrenciais reside no fato de que qualificam a dinâmica da acumulação capitalista e explicam a hegemonia, neste processo, de determinados segmentos industriais sobre os demais.

(15) Cf. STEINDL, Joseph (1983, p.72)

(16) GUIMARÃES, Eduardo A. (1981, p.35)

A indústria oligopolizada tem sido, em última análise, grandemente responsável pela dinâmica atual do modo capitalista de produção. Este tem convivido, em seu desenvolvimento, com a ampliação permanente dos "blocos" individuais de capital e com a conseqüente expansão dos horizontes de mercado dos mesmos. É por estas vias que se tem operado a fusão dos capitais (centralização) e a diversificação do espectro da produção.

Em suma, a emergência do capital oligopólico trouxe novos condicionantes à reprodução ampliada do capital, a exemplo, dentre outros, do papel desempenhado pelo Estado na superação de certos limites à sua expansão. (17)

4.2 A Complementaridade Industrial

Até este ponto, tratamos de situar as principais características do estágio atual de desenvolvimento do modo capitalista de produção à luz de nosso tema focal: a indústria. Vimos a evolução do processo de trabalho resultar na formação do espaço típico da produção capitalista, o espaço fabril. Em seguida adentramos nas características dos processos de concentração e centralização, onde mostramos a importância destes fenômenos. Discutimos, em seguida, o papel que desempenham o crédito e a concorrência intercapitalista no acirramento da centralização do capital. Na questão da con

(17) Esta questão pode ser compreendida a partir do quadro conceitual que se estabelece na interessante controversia sobre a famosa lei tendencial à queda da taxa de lucro no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Este, pelas próprias forças que impulsionam a acumulação, traria embutido em sua lógica, por mais contraditório que possa parecer, os determinantes que levariam à crise e, no limite, a sua superação. Para tanto contribuiriam fatores que alimentariam aquela tendência como, por exemplo, o poder de organização dos trabalhadores, o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento dos gastos capitalistas para realização da produção. E fatores que contrariam a mesma, ou seja, fatores favoráveis à expansão dos lucros capitalistas, tais como o aumento da taxa de exploração do trabalho, o aumento da produtividade via progresso tecnológico e a intervenção do Estado na regulação econômica da sociedade. Este último contribui na contrariação da lei assumindo dívidas do capital, fazendo doações aos capitalistas, ampliando ou criando novos mercados, como o da produção de material bélico ,

corrência situamos esquematicamente os dois tipos básicos de mercados, o concorrencial e o oligopólico. Na questão do crédito, discutimos sua influência geral sobre a acumulação, chegando a esboçar a ascensão do capital financeiro como forma dominante do capital nesta etapa contemporânea de desenvolvimento capitalista.

Esta breve e sucinta pincelada no quadro geral do modo de produção capitalista serve de base à discussão que empreendemos aqui acerca do tema da complementaridade industrial, a ser desenvolvido em maior profundidade, no plano empírico, no próximo capítulo. Em outras palavras, passaremos a discutir a questão da complementaridade industrial enquanto característica derivada dos fenômenos enunciados anteriormente, e circunscrita ao desenvolvimento capitalista nesta fase oligopólica atual.

Desde já deixamos claro que o conceito de complementaridade industrial que adotamos encontra razão de existência nos marcos de uma análise espacial/territorial. Isto porque reporta-se às relações econômicas que se estabelecem entre indústrias localizadas em distintas porções do espaço ou do território considerado, seja no que se refere ao movimento das mercadorias produzidas, seja no que se refere ao movimento de capital entre indústrias sediadas nelas. Estes movimentos encontram origem na busca de realização de novos potenciais para a acumulação de capital em escala ampliada, e se desdobram na busca de novos mercados, de novas matérias-primas, ou de outras condições favoráveis à acumulação.

As fábricas necessitam basicamente de mão-de-obra, máquinas, equipamentos, instalações, energia, matérias secundárias e matérias-primas para darem andamento ao fluxo produtivo que justifica sua existência. A matéria-prima corresponde ao material que será transformado e dará conformação ao produto final. Portanto, é sobre a matéria-prima que incidirá a ação transformadora da mão humana (trabalho vivo) e das

ou sustentando a demanda efetiva mantendo um funcionalismo público numeroso. Cf. MARX, Karl. (1984, passim); CASTELS, Manuel (1979, passim); KEYNES, John M. (1983, passim); e CAMPOS, Lauro (1979, passim)

ferramentas das máquinas (trabalho morto), que executam, juntos, a produção fabril. (18)

Em essência, portanto, a transformação processada na unidade fabril incide sobre a matéria-prima, que é conformada, combinada, purificada etc. de acordo com os requisitos necessários ao produto que se deseja obter.

À medida que se complexificam as mercadorias fabricadas, também é requerida maior complexidade das matérias-primas. O grau crescente de complexidade envolvido na transformação fabril, seja da parte das mercadorias, seja da parte das matérias-primas, tem como pré-requisito um desenvolvimento semelhante das forças produtivas. É, pois, via progresso técnico que os produtos tornam-se mais elaborados e que a indústria passa a demandar matérias-primas com maior grau de elaboração. Nesta evolução, a indústria depende cada vez mais da própria indústria como fornecedora das matérias-primas que requer, em detrimento de setores que produzem matérias-primas menos sofisticadas, com pequeno grau de elaboração.

Historicamente, o primeiro setor a comandar a dinâmica da industrialização foi o têxtil utilizando-se do algodão como matéria-prima principal, que se caracterizava por um baixo grau de elaboração. O setor industrial que viria a se afirmar como dominante naquele processo em uma etapa posterior foi o siderúrgico, que possuía como principal matéria-prima o minério de ferro e requeria um processamento mais complexo para a obtenção do aço. Nesta evolução sucederam-se

(18) As unidades típicas da produção capitalista desenvolvem um "modo industrial de produção", conforme termo sugerido por Singer. Segundo ele, "o termo industrial tem duas conotações diferentes. Uma *'strictu sensu'* refere-se às atividades produtivas do chamado setor secundário da economia: transformação de matérias-primas em bens manufaturados. Outra, de sentido mais amplo, refere-se ao *modo industrial* de produção, que se caracteriza pelo uso de máquinas em lugar de ferramentas e de energia 'artificial' (proveniente do vapor de geradores hidrelétricos, de motores à explosão ou de geradores atômicos) em lugar de energia natural (proveniente dos músculos do homem ou de animais, da queda das águas ou do vento)". Aqui estamos nos referindo a esta segunda conotação. Cf. SINGER, Paul (1976, p.13)

na liderança outros setores, cujo exemplo mais típico pode ser dado pela produção de automóveis, cuja matéria-prima principal, as chapas de aço, são fabricadas pelo setor siderúrgico. Portanto, à medida que se sofisticam as mercadorias produzidas e se complexifica o processamento industrial, a indústria passa a demandar mais e mais matérias-primas industriais.

No que tange a cada produto em si, tal processo é acompanhado por um aumento substantivo da produtividade do trabalho. Este aumento de produtividade, que contribui para a redução do valor contido em cada unidade do produto, viabiliza a expansão do consumo desta respectiva mercadoria pela redução de seu preço de mercado.

No âmbito de toda a produção social, no que respeita ao consumo diversificado de todas as mercadorias produzidas, o desenvolvimento industrial viabiliza a produção de novas mercadorias de maior grau de elaboração.

A título de exemplo, a redução do valor das chapas de aço e de outros componentes que concorrem para a fabricação de automóveis contribuiu para tornar economicamente viável a produção desta mercadoria. De outro lado, se antes o automóvel podia ser fabricado a partir de vários componentes igualmente fabricados na mesma planta industrial, com a complexidade técnica que sua produção e a de seus componentes vai respectivamente assumindo justificou-se, a partir de certo ponto, uma horizontalização da produção. Desta forma, alguns dos componentes do veículo, que antes eram fabricados verticalizadamente na mesma planta industrial, podiam agora ser fabricados em outra planta industrial voltada exclusivamente para este fim.

A verticalização da produção de uma nova mercadoria, ou seja, a fabricação na mesma planta industrial de todos ou da maioria de seus componentes e partes constitutivas, mostra-se, a princípio, cada vez mais anti-econômica face ao grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas e as vantagens que a especialização e a produção em escala ⁽¹⁹⁾ produzem

(19) A firma, por exemplo, que produz amortecedores, os fabrica para mais de uma montadora de veículos simultaneamente, e ainda abastece o mercado de reposição deste componente dos automóveis.

em sua qualidade e custo.

O grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado pelo modo de produção capitalista é de tal ordem que o sistema produtivo amplia sobremaneira sua capacidade de criar novas e complexas mercadorias, possibilitando a produção econômica de uma infinidade de mercadorias cujo fim principal é sua transformação ou inserção em outras mercadorias. Em outras palavras, a evolução do modo capitalista de produção se faz acompanhar da ampliação da demanda intercapitalista e, em especial, da demanda da indústria por mercadorias industriais.

Se a horizontalização descrita justifica-se, de um ponto de vista técnico, pela qualidade, precisão e outras propriedades que são requeridas às matérias-primas, partes, peças e componentes utilizadas na fabricação de um produto, do ponto de vista econômico, são a dimensão das plantas industriais, o montante de capital requerido na montagem destas e a lucratividade esperada que motivam tal horizontalização. São as economias de escala, como tradicionalmente definidas na literatura econômica, que impelem a estrutura industrial a se compartimentalizar, viabilizando a produção de matérias-primas, partes, peças e componentes por outras firmas que não a fabricante do produto industrial de consumo final. Como argumentamos, esta especialização produtiva é compatível com a acumulação capitalista à medida que possibilita a redução do custo das mercadorias produzidas e amplia a margem de lucro dos capitalistas.

O desenvolvimento de novas mercadorias, a descoberta de novos materiais, o acesso a fontes mais vigorosas de energia, o avanço dos processos industriais - facetas do progresso tecnológico - são os elementos que concorrem, na prática, para o alargamento do espectro de possibilidades da produção industrial. Surgem novos setores e agiganta-se o volume de mercadorias que a cada ano adentram os mercados. Esta evolução, entretanto, é condicionada pela ampliação destes últimos, que regulam, ao lado de outros fatores, o ritmo e a intensidade da acumulação de capital.

A demanda interindustrial - intercapitalista - evolui

paralelamente a evolução da produção no seu todo e, por con seguinte, diversificam-se as mercadorias que são transacionadas nesta faixa específica do mercado. As indústrias, assim, demandam um amplo leque de matérias-primas, partes, peças e componentes industriais, agigantando as trocas de mercadorias entre si e ampliando conseqüentemente o espectro do mercado.

As transações potenciais entre indústrias podem ser efetivadas no espaço cobrindo distâncias mais curtas e mais longas conforme os condicionantes técnicos, e, fundamentalmente, econômicos que se colocam para o deslocamento das mercadorias produzidas. Nesta medida, torna-se possível que uma área territorial delimitada não possua nenhum fabricante de determinada matéria-prima e recorra, portanto, a uma indústria instalada em outra área para suprir suas necessidades. É possível, igualmente, que ocorra o inverso e, desta forma, a indústria da primeira área encontre mercado para sua mercadoria, uma matéria-prima, em outra área territorial. E isto pode ocorrer até mesmo para que esta matéria-prima seja transformada em outra mercadoria a ser comercializada na mesma área territorial que fabrica aquela matéria-prima. Vejamos : a área A produz a matéria-prima que se transforma em produto final na área B. Este retorna a área A onde será consumido . Além disto, poderíamos avançar neste exemplo e supor que indústrias da área B suprem a indústria fabricante da matéria-prima da área A com as máquinas e equipamentos que se fazem necessárias àquela produção. Ou, de outro lado, supor que o produto final fabricado pela indústria da área B é destinado aos consumidores tanto da área A como da área B.

As situações concretas que descrevem o vínculo entre indústrias situadas em diferentes áreas territoriais delimitadas podem assumir inúmeras formas. Em sentido mais estrito, a configuração que se estabelece entre dois conjuntos de indústrias, entre duas estruturas industriais localizadas em áreas territoriais distintas, sofre a influência marcante do desenvolvimento histórico de ambas e da maneira concreta pela qual o capital embutido em cada uma destas áreas deparou-se com as condições objetivas impostas para sua valorização

em cada conjuntura específica. Neste sentido, a configuração descrita não necessariamente apresenta uma única e clara racionalidade econômica, mas é fruto da natureza anárquica da produção capitalista, em que as decisões locacionais empreendidas em vários pontos no tempo orientaram-se segundo determinantes distintos, e onde os fluxos descritos pelas mercadorias no momento exato de nossa análise não correspondem obviamente aos fluxos derivados de uma localização simultânea racional, ou ótima, das indústrias.

Desta forma, os capitais individuais estruturam-se hoje no espaço desordenadamente, tomando por base as condições que se colocaram anteriormente para a realização da acumulação. E continuam executando este movimento adaptando-se, na medida do possível, às novas condições que lhes são colocadas.

A produção industrial se espalha desta forma no espaço gerando configurações peculiares: cada fábrica que se estabelece penetra no quadro espacial e passa a interferir no movimento das mercadorias. A concentração e centralização capitalistas vão impelindo as indústrias a operarem com horizontes mercadológicos mais amplos, que abarcam porções cada vez maiores do espaço. Acirra-se, de outro lado, a concorrência por força das novas empresas que entram no mercado, por força da fusão das já existentes ou até mesmo por força da acumulação pura e simples de capital. Em certos casos promove-se a conglomeração financeira, com empresas abocanhando recursos novos para a acumulação.

As indústrias das distintas frações delimitadas do espaço aceleram, neste processo, suas transações. O movimento de mercadorias, ou mesmo de capital, torna-se mais intenso à medida que aumenta o grau de complexidade técnica da produção, ampliando-se o tamanho mínimo economicamente competitivo das plantas industriais e também a avidez do capital em expandir-se.

Nesse embate que se estabelece pela via da concorrência muitos capitalistas individuais sucumbem; muitas indústrias falem e são absorvidas por outras. Os capitais mais dinâmicos, por outro lado, tendem a sobreviver, inchando-se, agi

gantando-se, como requer a lógica da produção capitalista. Com o desenvolvimento deste processo o capital individual reduz seu número de concorrentes mas não a concorrência. Esta evolui para novos padrões, passa a requerer novos instrumentos, o que imprime alterações substantivas nas relações concorrenciais.

A alteração engendrada nos padrões concorrenciais na passagem à etapa oligopólica do capital reflete-se no espaço modificando as relações existentes entre as estruturas produtivas das distintas áreas ou subespaços. Sendo estas estruturas mais ou menos desenvolvidas em cada área considerada, este processo recria o sistema de subordinação que prevalece entre elas, impelindo a estrutura das áreas mais débeis a se transformarem e se submeterem funcionalmente à da área mais desenvolvida. Assim, se num primeiro estágio a subordinação se faz mediante apropriação dos lucros mercantis, na esfera da circulação, num segundo estágio a apropriação realiza-se de forma mais direta, com a indústria da área desenvolvida penetrando a esfera da produção e dominando os respectivos mercados na área menos desenvolvida.

Uma das consequências deste processo é que, ao nível das estruturas produtivas de ambas as áreas, cada vez mais as frações individuais do capital tornam-se indistintas. Cada vez mais são os mesmos capitalistas, os mesmos capitais individuais, que estão por detrás das estruturas produtivas destas áreas.

Outra consequência é o aumento do grau de interdependência entre as estruturas produtivas dessas áreas. Uma interdependência forjada de duas maneiras: uma, no incremento dos vínculos que se estabelecem entre plantas industriais situadas em ambas as áreas por força da implantação de uma mesma lógica produtiva; outra, no deslocamento do capital hegemônico para o comando direto de outras plantas industriais situadas na área menos desenvolvida.

A essa forma peculiar de interdependência entre estruturas industriais de duas áreas, originada da evolução capitalista, denominamos aqui "complementaridade industrial".

No seu primeiro aspecto, a complementaridade industrial

assenta-se nas relações tecno-econômicas que se estabelecem na troca de meios de produção entre essas estruturas industriais; no segundo, nas relações econômicas que estão representadas pela troca direta de capital entre ambas as estruturas.

Como estamos supondo relações entre estruturas industriais situadas em áreas que apresentam graus distintos de desenvolvimento das respectivas forças produtivas, a complementaridade pressupõe, de um lado, um fluxo em duas direções no que tange às transações de meios de produção - tanto da área menos desenvolvida para a mais desenvolvida, como o inverso -, de outro, um fluxo unidirecional no deslocamento do capital, a partir da área mais desenvolvida. No primeiro caso, é preciso que estas transações de meios de produção se façam em certa escala e, principalmente, se realizem nas duas direções, o que implica na existência de certo grau de desenvolvimento das estruturas produtivas em ambas as áreas. No segundo caso, o deslocamento de capital não é realizado de qualquer forma, mas sim pela montagem de unidades produtivas - mobilização de meios de produção e força de trabalho - na área menos desenvolvida pelo capital hegemônico acumulado na área mais desenvolvida. Sob esta última ótica a complementaridade pressupõe a presença de blocos de capital comandando unidades produtivas tanto numa como noutra área aqui considerada.

O conceito de complementaridade definido aqui possui uma determinação histórica. Representa característica marcante da fase monopólica do desenvolvimento capitalista⁽²⁰⁾ e aparece no cenário econômico como consequência dos rumos tomados pelos processos de concentração e centralização, pela concorrência e pela maneira em que estes fenômenos se desdobram

(20) Nunca é demais lembrar a importância do papel do Estado na disseminação do capital monopolista e de suas relações, principalmente em economias retardatárias como as latino-americanas. No que respeita à complementaridade industrial, o Estado contribuirá decisivamente para o seu estabelecimento no Brasil, financiando parcialmente ou assumindo diretamente as inversões que se fizeram e se fazem necessárias, como analisamos no capítulo 3 da 1ª parte.

no espaço: a afirmação do núcleo capitalista sobre as áreas periféricas adjacentes.

A complementaridade industrial é, assim, uma característica instantânea desta fase atual do desenvolvimento capitalista - como uma fotografia -, enquanto a acumulação, a centralização, a concentração são tendências inerentes ao capital - como um filme. Enquanto característica que marca as relações de produção em distintas áreas e as relações de intercâmbio entre as estruturas produtivas nelas situadas, corresponde a uma nova divisão territorial do trabalho, onde a lógica dominante da acumulação monopólica promove a superação de barreiras à livre movimentação das mercadorias ou a integração dos mercados "regionais".

Essa nova divisão territorial do trabalho é consentânea com a tendência geral à homogeneização do espaço no modo capitalista de produção, porquanto resulte em uma maior integração das estruturas produtivas espacialmente situadas, unificando seus mercados, espraiando as relações capitalistas, recriando padrões culturais, redefinindo a hegemonia de grupos políticos e assim por diante.

A complementaridade industrial se estabelece, assim, como o prenúncio deste movimento de homogeneização: as áreas consideradas passam aos poucos a se homogeneizar interna e externamente, com relação às outras áreas periféricas e à própria área capitalista central. (21)

A inércia das estruturas produtivas das áreas mais débeis em avançar no seio do modo de produção dominante definiu sua situação periférica e colocou-as à reboque das transformações na área central, impondo-lhes natureza reflexa. O avanço do capital do núcleo desenvolvido é que irá, portanto,

(21) Entenda-se por "homogeneização do espaço" um movimento tendencial, lento, de indiferenciação dos processos sociais do qual não importa aqui discutir o limite. Um movimento reflexo à evolução do modo de produção que domina e determina o essencial de nossa formação social. Não corresponde à dissolução das desigualdades regionais ou, se se quiser, à panacéia das "questões regionais", mas sim ao estabelecimento de padrões e relações produtivas de bases semelhantes ao longo do território considerado.

emprestar-lhes novo dinamismo, sujeitando-as à sua lógica e
às suas condições.

CAPÍTULO 5

O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NORDESTINA (1959/1970/1975/1980) E ALGUMAS DE SUAS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS (1975)

O conceito de complementaridade industrial delineado no capítulo anterior a nível teórico constitui o núcleo das discussões que empreenderemos neste e nos próximos capítulos da dissertação. Procuraremos, a partir daqui, situá-lo numa perspectiva concreta, a nível empírico, com base nas relações entre a indústria nordestina, periférica, e o núcleo industrial desenvolvido do Sudeste.

Duas considerações se fazem importantes quando lidamos com a questão da complementaridade industrial no plano empírico. A primeira diz respeito ao objeto mais geral, a indústria. Se no capítulo anterior a "indústria" assumia uma conotação de "modo industrial de produção" e abarcava toda a base produtiva constituída sob relações capitalistas, a partir daqui o termo "indústria" possui uma conotação de indústria de transformação, conforme os termos propostos por Singer e já explicados em nota naquele capítulo⁽¹⁾. Acreditamos que o uso desta conotação mais restrita, ainda que provoque perda de abrangência, não representa dano sério à tese que se quer demonstrar, pois a indústria de transformação constitui o núcleo mais característico do "modo industrial de produção". A segunda questão diz respeito à delimitação das fronteiras nordestinas que, como já é tradicional na literatura regional, não escapa de uma associação com as fronteiras político-administrativas dos nove Estados nordestinos. A indústria nordestina aqui considerada é a representada pela agregação das indústrias dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Por motivos óbvios exclui-se da indústria nordestina considerada

(1) SINGER, Paul (1976, p.13)

aquela localizada no nordeste de Minas Gerais.

Conforme argumentamos no capítulo anterior, para que se estabeleça a complementaridade entre duas estruturas industriais consideradas é preciso que a indústria na área periférica tenha atingido certo grau de desenvolvimento, posto que tais relações se realizam tanto no sentido da indústria periférica para o centro como no sentido inverso, em certo montante. Em outras palavras, requer um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas da periferia, um certo grau de desenvolvimento da estrutura industrial periférica em nosso caso em questão. Obviamente, o grau de desenvolvimento da indústria periférica não pode, e nem poderia, se igualar ao da indústria da área central. Mas é a natureza da indústria periférica, reciclada pelo aporte de novos projetos de dimensões financeiras e características técnicas semelhantes aos da indústria do pólo, que permite o surgimento de relações econômicas renovadas voltadas para o atendimento da demanda intermediária da indústria do pólo, sedimentando a característica complementar das duas estruturas industriais.

Este capítulo quinto fundamenta-se no estudo desse grau de desenvolvimento da indústria nordestina, procurando mostrar o avanço da estrutura industrial daquela em direção a novos horizontes setoriais, em um processo vinculado e a favor do capital industrial hegemônico a nível nacional. Em uma primeira abordagem, nos voltaremos para o estudo da dinâmica setorial de crescimento da indústria nordestina, bem como para a evolução de algumas relações estruturais básicas, em um período que vai de 1959 a 1980, a um nível de desagregação de 2 e 3 dígitos na classificação industrial do IBGE.

Em seguida passaremos para um estudo pontual da estrutura industrial nordestina relativo ao ano de 1975, a partir da ótica da classificação dos setores por categoria de uso do bem produzido⁽²⁾. Ao contrário do estudo da dinâmica de crescimento setorial, nossa análise aqui adotará um nível de

(2) A classificação por categorias de uso da mercadoria produzida adotada neste trabalho segue metodologia proposta em trabalho da FINEP. Cf. TAVARES, Maria da Conceição et allí) s/d, ps.325 a 327)

4 dígitos da classificação industrial do IBGE, e também se reportará apenas aos estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente no país. Poderemos assim inferir com um grau razoável de precisão a verdadeira estrutura da indústria regional e sua natureza mais específica quanto às proporções fundamentais entre seus segmentos constitutivos. A mesma análise será feita com base nos dados da Pesquisa Direta BNB/SUDENE para dados relativos ao ano de 1977 sobre os projetos contemplados com os recursos dos incentivos fiscais do 34/18 - FINOR. Assim poderemos ver, a partir de informações da "Nova Indústria" do Nordeste, para onde caminha ou vem evoluindo a estrutura industrial nordestina.

Finalmente, cabe alertar que importantes considerações metodológicas sobre o manuseio dos dados censitários e das demais fontes utilizadas a partir deste capítulo, bem como sobre deflacionamento ou inflacionamento de valores, critérios de compatibilização setorial dos Censos Industriais etc, encontram-se arroladas no "Apêndice 1 - Considerações Metodológicas".

5.1 A Dinâmica da Indústria Nordestina: 1959/1970/1975/1980

O período que vamos analisar compreende o desenvolvimento de todo um ciclo da economia brasileira⁽³⁾ e coincide com os primeiros vinte anos de vigência do mecanismo dos incentivos fiscais para a economia nordestina. Neste sentido, representa a tendência contemporânea de evolução da sua estrutura industrial, assentada sobre a emergência deste instrumento potente de apoio à acumulação e de atração de capitais em busca de novas áreas potenciais para realização desta acumulação. O período compreende também, parcialmente, o início

(3) Paul Harber Jr., em estudo econométrico, defende a tese de que o Nordeste apresenta posições relativas na renda e produtos nacionais declinantes nos períodos de rápido crescimento nacional e ascendentes em período de crescimento nacional mais lento. Cf. HARBER Jr., Richard Paul (1982, p.706)

dos primeiros sinais de desconcentração industrial no país, após pelo menos quarenta anos de evolução da concentração em torno do pólo paulista, registrados nas informações referentes à década de 70, ou seja, nos censos industriais de 1975 e 1980. Vale registrar que, para a maioria dos autores, esta tendência é incipiente e não se mostrou ainda vigorosa o suficiente para ensejar a certeza de sua continuidade. E mais, a tendência verificada não corresponderia a um crescimento relativo uniforme da periferia, mas estaria concentrada em uns poucos estados em detrimento dos demais⁽⁴⁾.

De outro lado, é também no correr do período analisado que a indústria brasileira galga os últimos degraus para a constituição de uma estrutura industrial amadurecida e completa (o que não significa dizer que há novos caminhos a percorrer neste sentido). A estrutura industrial brasileira apresenta, em 1980, um perfil que a habilita a fabricar praticamente todos os produtos que lhes são demandados. Avançamos, inicialmente na década de 60 na consolidação de nossa produção de bens duráveis de consumo e, especialmente na década de 70, na consolidação de nossas indústrias de base, no setor de Bens de Capital, e na constituição de alguns segmentos produtores de insumos industriais básicos⁽⁵⁾. A resposta da economia brasileira à crise do início dos anos 80, a partir, entre outros fatores, de um vigoroso movimento de expor

(4) Clélio Campolina Diniz analisa a questão da distribuição territorial da indústria no Brasil, indagando acerca das reais possibilidades de desconcentração territorial industrial a partir destes primeiros sinais registrados no Censo de 1975. Esta desconcentração privilegiaria os Estados que circundam o pólo paulista, com ênfase para Minas Gerais, e sua continuidade estaria, no plano econômico, arrefecida pela crise e, no plano político, estimulada pela perspectiva do avanço democrático. Para ele, as forças políticas tenderiam a prevalecer sobre a crise econômica, uma vez que "...o problema espacial é antes de tudo um problema político". DINIZ, Clélio Campolina (1985, ps.370 a 373)

(5) "A indústria não mais apresenta grandes falhas setoriais, a base energética encontra-se refeita e a lógica industrial penetrou em profundidade os serviços e a própria agricultura". CASTRO, Antônio B. de, e SOUZA, Francisco E. P. de (1985, p.193)

tações de produtos manufaturados e semi-manufaturados, representa um bom indicador deste ponto de vista.

Os argumentos até aqui apresentados sugerem, a princípio, que a indústria nordestina deve ter encontrado um caminho para se desenvolver no período em questão e este desenvolvimento, orientado pelos determinantes que fizeram emergir uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil, deve ter se dado a favor de suas relações de complementaridade com o pólo industrial do Centro-Sul.

Com base nas tabelas 1 a 4 pode-se ter uma idéia acerca do crescimento dos 22 gêneros industriais nos cortes intercensitários de 1959/70, 1970/75, 1975/80 e 1959/80.

Os três gêneros que mais cresceram nos 21 anos sob análise, ou seja, entre 1959 e 1980, quanto à variável número de estabelecimentos, foram os de Produtos de Matéria Plástica, Mecânica e Material Elétrico e de Comunicações com taxas de crescimento médio anual de, respectivamente; 20,7%; 12,4% e 11,3% a.a., conforme resultados apresentados na tabela 1. Três ramos que são tipicamente classificados como "dinâmicos", ou então, conforme outras classificações, como "indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários", no caso do gênero de Produtos de Matéria Plástica, e como "indústrias predominantemente produtoras de Bens de Capital e de Consumo Durável, no caso dos demais gêneros⁽⁶⁾. A análise dos sub-períodos considerados mostra que, para o Gênero de Produtos de Matéria Plástica a expansão do número de unidades industriais foi vigorosa entre 1959 e 1970 (29,6% a.a.) e se manteve, embora a um patamar inferior, entre 1970/75 (11,3% a.a.) e 1975/80 (12,0% a.a.); já para os dois outros gêneros, Mecânica e Material Elétrico e de Comunicações, a expansão vigorosa entre 1959/70 (respectivamente 30,4% e 33,5% a.a.) foi acompanhada por uma significativa retração

(06) Estas classificações industriais são apresentadas no primeiro caso em IPEA; "A Industrialização Brasileira - Diagnósticos e Perspectivas" in Programa Estratégico de Desenvolvimento - 1968/70. Brasília, 1969, número especial apud MOREIRA, Raimundo (1979, p.41); e, no outro, em CANO, Wilson (1985, ps.320 e 321)

TABELA 1 - NORDESTE - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS DOS GÊNEROS INDUSTRIAIS (1959 - 1970 - 1975 - 1980)

GÊNERO	1959 / 1970		1970 / 1975		1975 / 1980		1959 / 1980	
	%	Posição	%	Posição	%	Posição	%	Posição
00 - EXTRATIVA DE MINERAIS	4,1	11	(-3,1)	15	(-3,7)	21	0,4	17
10 - PRODUTOS DE MINERAIS Ñ METÁLICOS	4,3	10	5,9	7	9,0	4	5,8	10
11 - METALÚRGICA	13,9	4	(-5,8)	17	8,0	6	7,5	5
12 - MECÂNICA	30,4	2	(-8,0)	19	(-0,9)	19	12,4	2
13 - MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	33,5	1	(-8,5)	20	(-0,6)	18	11,3	3
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE	10,1	6	(-4,4)	16	8,2	5	6,0	9
15 - MADEIRA	8,5	7	2,5	11	9,8	3	7,3	6
16 - MOBILIÁRIO	6,7	8	(-9,3)	21	6,6	7	2,6	13
17 - PAPEL, E PAPELÃO	3,7	13	14,4	3	6,2	8	6,8	7
18 - BORRACHA	11,7	5	7,2	6	(-0,5)	17	7,6	4
19 - COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES	0,7	17	(6,0)	18	1,1	15	(-0,8)	18
20 - QUÍMICA	3,9	12	3,6	10	15,7	1	6,5	8
21 - PRODUTOS FARMACÉUTICOS E VETERINÁRIOS	(-2,6)	20	0,0	13	2,4	13	(-0,8)	18
22 - PRODUTOS DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	(-0,9)	18	(-2,7)	14	(-0,2)	16	(-1,2)	20
23 - PROD. DE MATÉRIA PLÁSTICA	29,6	3	11,3	4	12,0	2	20,7	1
24 - TÊXTIL	(-6,5)	21	8,2	5	1,4	14	(-1,3)	21
25 - VEST, CALÇADOS E ART. TECIDO	(-2,2)	19	4,9	8	4,0	11	0,9	16
26 - PRODUTOS ALIMENTARES	2,6	16	0,3	12	4,0	11	2,4	14
27 - BEBIDAS	3,0	14	(-12,8)	22	(-1,5)	20	(-2,1)	22
28 - FUMO	(-11,4)	22	16,0	1	4,1	10	1,9	15
29 - EDITORIAL E GRÁFICA	2,7	15	4,2	9	4,2	9	3,4	12
30 - DIVERSOS	5,8	9	15,6	2	(-4,2)	22	5,5	11

FONTE: Censos Industriais do Brasil, IBGE, 1960, 1970, 1975 e 1980.

do número de estabelecimentos entre 1970/75 (respectivamente - 8,0% e - 8,5% a.a.) e uma quase estabilização no período 1975/80 (- 0,9% e - 0,6% a.a.).

De outro lado, os três gêneros que apresentaram retrações mais acentuadas no número de estabelecimentos no período global de análise foram os de Bebidas, Têxtil e de Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas, com taxas negativas de , respectivamente, -2,1%, -1,3% e -1,2% a.a. Curiosamente, três gêneros classificados entre as "indústrias predominantemente produtoras de Bens de Consumo Não Durável". Além destes três gêneros, outros dois, Couros e Peles e Produtos Similares e Produtos Farmacêuticos e Veterinários, apresentaram igualmente queda líquida do número de estabelecimentos entre 1959 e 1980.

Em termos de outra variável selecionada, o pessoal ocupado, conforme dados da tabela 2, vê-se que os três gêneros que mais incorporaram mão-de-obra ao longo do período analisado foram exatamente os mesmos que mais unidades industriais implantaram, em termos relativos, no Nordeste: em ordem de crescente, Produtos de Matéria Plástica (26,0% a.a.), Mecânica (20,8% a.a.) e Material Elétrico e de Comunicações (16,6 % a.a.). Ao contrário do observado para a variável número de estabelecimentos na análise dos cortes intercensitários, este crescimento deu-se positivamente em todos os subperíodos analisados para os três gêneros em questão, o que sugere a ocorrência, para os gêneros de Mecânica e Material Elétrico de um aumento no tamanho médio de suas unidades industriais, conforme pode ser constatado na tabela 6 apresentada mais à frente.

Dentre os três gêneros que registraram retração do pessoal ocupado entre 1959 e 1980 identificam-se o Têxtil e o de Couros e Peles, que apresentaram igualmente queda no número de estabelecimentos, e o de Extrativa Mineral, com percentuais de respectivamente, -0,2%, -0,1% e -0,2% a.a. A taxa de crescimento negativo de pessoal ocupado no setor Têxtil é resultado de um decréscimo significativo registrado para a década de 60, o que se mostrou congruente com o Plano de Modernização do ramo adotado pela SUDENE naquele período, no

**TABELA 2 - NORDESTE - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO PESSOAL OCUPADO NOS GÊNEROS INDUSTRIAIS
(1959 - 1970 - 1975 - 1980)**

GÊNERO	1959 / 1970		1970 / 1975		1975 / 1980		1959 / 1980	
	%	Posição	%	Posição	%	Posição	%	Posição
00 - EXTRATIVA DE MINERAIS	(-3,0)	20	1,2	21	4,8	18	(-0,2)	21
10 - PRODUTOS DE MINERAIS N METÁLICOS	4,8	9	4,7	15	10,4	5	5,6	11
11 - METALURGICA	10,5	4	11,1	8	5,0	17	9,3	6
12 - MECANICA	21,9	3	33,5	2	7,1	12	20,8	2
13 - MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	26,9	2	10,2	9	6,4	14	16,6	3
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE	8,3	6	7,1	13	2,9	21	6,6	9
15 - MADEIRA	6,2	8	8,7	12	12,3	4	8,2	8
16 - MOBILIÁRIO	4,4	10	1,8	19	9,0	7	4,9	14
17 - PAPEL E PAPELÃO	3,2	13	12,5	7	8,7	8	6,6	9
18 - PORRACHA	9,0	5	20,8	4	7,1	12	11,3	5
19 - COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES	(-3,5)	21	1,9	18	5,3	16	(-0,1)	20
20 - QUÍMICA	1,8	16	4,3	17	14,4	2	5,3	13
21 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	0,5	17	12,9	6	9,9	6	5,6	11
22 - PRODUTOS DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	(-2,8)	19	8,9	11	3,8	20	1,4	19
23 - PROD. DE MATÉRIA PLÁSTICA	30,1	1	24,2	3	19,3	1	26,0	1
24 - TÊXTIL	(-3,7)	22	1,4	20	7,5	10	(-0,2)	21
25 - VEST. CALÇADOS E ART. TECIDO	3,0	14	16,0	5	13,6	3	8,4	7
26 - PRODUTOS ALIMENTARES	2,7	15	4,7	15	5,7	15	3,9	16
27 - BEBIDAS	7,1	7	(-8,3)	22	7,5	10	3,3	17
28 - FUMO	(-1,6)	18	9,3	10	2,4	22	1,8	18
29 - EDITORIAL E GRÁFICA	3,5	11	5,4	14	4,0	19	4,7	15
30 - DIVERSOS	3,4	12	38,0	1	7,6	9	11,8	4

FONTE: Censos Industriais do Brasil, IBGE, 1960, 1970, 1975 e 1980.

intuito de reciclar tecnologicamente aquela indústria⁽⁷⁾.

Vejamos agora a terceira variável analisada, o valor da transformação industrial, conforme dados apresentados na ta bela 3.

No período global (1959/1980), mais uma vez os três gê neros que mais cresceram foram, na mesma ordem, os de Maté ria Plástica (37,4% a.a.), Mecânica (31,7% a.a.) e Material Elétrico e de Comunicações (26,7% a.a.). E os que menos cre sceram foram os de Extrativa de Minerais (1,9% a.a.), Fumo (2,9% a.a.) e Couros e Peles (3,3% a.a.).⁽⁸⁾

Os três gêneros que mais cresceram no período o fizeram a taxas que lhes permitiram mais do que dobrar sua produção a cada três anos.

Os dados para os subperíodos mostram que o dinamismo da produção industrial nordestina foi particularmente elevado en tre 1970 e 1975 quando, à exceção dos gêneros de Bebidas (8,8% a.a.) e Fumo (-2,1% a.a.), todos os demais cresceram a taxas superiores a 10% a.a.

Com base na tabela 4 podemos ver a evolução da estrutu ra industrial do Nordeste ao longo dos anos pesquisados, para cada variável selecionada.

Dois gêneros, o de Produtos de Minerais Não Metálicos e o de Produtos Alimentares, detinham juntos 63,5% do número de estabelecimentos da indústria nordestina em 1980, partici pação esta que foi crescente ao longo do período estudado. Isoladamente, o primeiro gênero aumentou enquanto que o se gundo perdeu participação relativa no todo. Nossos três gêne ros líderes de crescimento evoluíram de uma participação agre gada de 0,3% em 1959 para uma de 1,7% em 1980, em termos do número de estabelecimentos.

Para a variável pessoal ocupado, três gêneros responde ram em 1980 por mais de 50% do total registrado para a indús tria nordestina, na ordem: Produtos Alimentares (25,4%), Pro

(07) CANO, Wilson (1985, p.70) e MAGALHÃES, Antônio R. (1983, p.270)

(08) Embora registrem-se taxas negativas para alguns gêneros nos sub-períodos analisados, prevalecem taxas positivas de crescimento do VTI para todos os gêneros no período como um todo (1959/80).

TABELA 3 - NORDESTE - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS (1959 - 1970 - 1975 - 1980)

GÊNERO	1959 / 1970		1970 / 1975		1975 / 1980		1959 / 1980	
	%	Posição	%	Posição	%	Posição	%	Posição
00 - EXTRATIVA DE MINERAIS	(-6,4)	22	22,7	11	5,7	18	1,9	22
10 - PRODUTOS DE MINERAIS N METÁLICOS	9,5	7	15,7	15	11,9	13	11,5	12
11 - METALÚRGICA	14,5	4	31,6	5	12,9	11	18,0	5
12 - MECÂNICA	31,6	3	51,1	1	15,0	10	31,7	2
13 - MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÃO								
00S	37,4	2	21,4	12	10,7	14	26,7	3
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE	7,6	15	25,9	8	8,8	15	12,0	9
15 - MADEIRA	8,3	11	17,8	13	5,5	20	9,8	15
16 - MOBILIÁRIO	8,2	12	14,4	17	16,8	9	11,7	10
17 - PAPEL E PAPELÃO	(-0,2)	19	30,6	6	21,5	5	11,5	12
18 - BARRACHA	6,8	16	27,6	7	21,6	4	14,9	7
19 - COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES	(-3,1)	21	14,3	18	7,3	16	3,3	20
20 - QUÍMICA	9,2	8	17,8	13	19,1	6	13,5	8
21 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	9,7	6	14,5	16	12,8	12	11,5	12
22 - PRODUTOS DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	1,1	18	24,5	10	0,7	21	6,1	19
23 - PROD. DE MATÉRIA PLÁSTICA	38,7	1	50,2	2	23,1	2	37,4	1
24 - TÊXTIL	(-2,0)	20	25,4	9	17,6	7	8,5	17
25 - VEST.CALÇADOS E ART.TECIDO	8,4	10	33,7	4	23,0	3	17,4	6
26 - PRODUTOS ALIMENTARES	6,8	16	13,2	19	5,7	18	8,0	18
27 - BEBIDAS	11,0	5	8,8	21	7,1	17	9,5	16
28 - FUMO	8,0	13	(-2,1)	22	(-2,6)	22	2,9	21
29 - EDITORIAL E GRÁFICA	9,1	9	12,5	20	16,9	8	11,7	10
30 - DIVERSOS	8,0	13	45,2	3	39,3	1	25,6	4

FONTE: Censos Industriais do Brasil, IBGE, 1960, 1970, 1975 e 1980.

OBS: Para atualização dos valores utilizados-se a série dos índices de Preços por Atacado da Conjuntura Econômica, Vários Volumes. Para maiores detalhes ver Apêndice 1.

TABELA 4 - NORDESTE - COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS POR NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO E VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (1959/1970/1975/1980)

GÊNEROS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				PESSOAL OCUPADO				VLR. TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
00 - EXTRATIVA DE MINERAIS	3,3	3,6	2,9	1,8	7,0	4,0	3,2	2,8	11,8	3,4	3,8	2,1
10 - PROD. MIN. NÃO METÁLICOS	21,9	23,8	30,3	34,9	11,6	15,6	14,5	16,3	7,2	10,9	8,9	8,1
11 - METALÚRGICA	1,2	3,5	2,5	2,7	1,8	4,2	5,3	4,6	1,8	4,8	7,7	5,7
12 - MECÂNICA	0,2	2,2	1,4	1,0	0,2	1,6	5,0	4,8	0,1	1,8	4,8	4,4
13 - MATERIAL ELÉT. E DE COMUN.	0,1	1,0	0,4	0,3	0,1	1,6	1,9(1)	1,5	0,2	2,4	2,8(1)	2,4
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE	0,6	1,1	0,8	0,9	0,7	1,4	1,4	1,1	0,7	1,1	1,2	0,7
15 - MADEIRA	3,4	5,7	6,2	7,4	2,0	3,2	3,5	4,3	1,5	1,6	1,8	1,9
16 - MOBILIÁRIO	7,1	9,8	5,7	5,9	2,7	3,5	2,8	3,0	1,4	1,8	1,4	1,3
17 - PAPEL E PAPELÃO	0,2	0,2	0,3	0,3	0,7	0,8	1,1	1,1	1,5	0,8	1,4	1,7
18 - BORRACHA	0,1	0,3	0,4	0,3	0,1	0,3	0,6	0,6	0,3	0,3	0,4	0,5
19 - COURO E PELES E PROD. SIM.	3,2	2,3	1,6	1,3	2,1	1,1	0,9	0,8	2,0	0,6	0,5	0,5
20 - QUÍMICA	1,6	1,6	1,9	2,9	4,6	4,5	4,1	5,5	13,4	14,5	16,6	26,7
21 - PROD. FARM. E VETERINÁRIOS	0,2	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3
22 - PROD. PERF. SABÕES E VELAS	1,3	0,8	0,7	0,5	0,9	0,5	0,6(2)	0,5(3)	1,3	0,8	1,0(2)	0,6(3)
23 - PROD. MATÉRIA PLÁSTICA	0,0	0,2	0,3	0,4	0,0	0,4	0,9	1,5(4)	0,0	0,6	1,5	2,0(4)
24 - TÊXTIL	6,8	2,2	3,1	2,5	26,2	13,9	11,0	10,1	21,2	12,6	11,7	10,7
25 - VEST. CALÇ. ARTIF. DE TECIDO	6,5	3,5	4,2	3,8	3,8	4,2	6,5	8,4	2,0	3,5	4,5	5,2
26 - PRODUTOS ALIMENTARES	35,8	32,3	31,3	28,6	28,0	30,3	28,1	25,4	26,2	28,1	22,1	16,6
27 - BEBIDAS	2,9	2,8	1,3	0,9	2,2	3,8	1,8	1,8	2,4	4,2	2,7	1,8
28 - FUMO	0,7	0,1	0,3	0,3	2,1	1,4	1,6	1,0(5)	2,7	3,1	1,2	0,5(5)
29 - EDITORIAL E GRÁFICA	2,0	1,8	2,1	1,9	2,4	2,8	2,7	2,4	1,7	2,3	2,0	1,7
30 - DIVERSOS	0,9	1,1	2,2	1,3	0,5	0,6	2,2	2,1(6)	0,3	0,4	1,6	4,6(6)
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FORNTE: Censos Industriais do Brasil, IBGE, 1960, 1970, 1975 e 1980.

- NOTAS: (1) Excluiu informações relativas a 10 estabelecimentos classificados neste gênero
 (2) Excluiu informações relativas a 2 estabelecimentos classificados neste gênero
 (3) Excluiu informações relativas a 1 estabelecimento classificado neste gênero
 (4) Excluiu informações relativas a 2 estabelecimentos classificados neste gênero
 (5) Excluiu informações relativas a 9 estabelecimentos classificados neste gênero
 (6) Excluiu informações relativas a 3 estabelecimentos classificados neste gênero

OBS: A Metodologia de compatibilização dos Censos Industriais está descrita no Apêndice, I.

duos de Minerais Não Metálicos (16,3%) e Têxtil (10,1%). Esta participação dos três gêneros agregados é declinante: de 65,8% em 1959 para 51,8% em 1980. Vale ressaltar que além destes três gêneros, outro possui importância na composição do pessoal ocupado, e uma importância crescente: o gênero Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, que absorvia, em 1980, 8,4% do pessoal ocupado na indústria nordestina.

Os três gêneros que mais cresceram no período saltaram de participações inexpressivas em 1959, correspondentes agregadamente a 0,3%, para uma expressiva participação de 7,8% em 1980, na composição do pessoal ocupado.

No que respeita a importância relativa dos gêneros para o VTI da indústria nordestina, três gêneros se sobressaíram, com participações superiores à 10%. São eles, na ordem, Química (26,7%), Produtos Alimentares (16,6%) e Têxtil (10,7%). A evolução da participação do Gênero Química mostrou-se impressionante. Simplesmente o gênero contribuiu em 1980 com mais de 1/4 do valor da transformação industrial agregado do Nordeste.

Alguns gêneros afirmaram sua participação na indústria nordestina, onde praticamente inexistiam em 1959. Este foi o caso de nossos três gêneros líderes de crescimento: Produtos de Matéria Plástica, que passou de 0,0% em 1959 para 2,0% em 1980; Mecânica, de 0,1% em 1959 para 4,4% em 1980 - sendo o 8º gênero em importância neste ano, em termos do VTI -; e Material Elétrico e de Comunicações, que evoluiu de 0,2% em 1959 para 2,4% em 1980.

Chama atenção também na análise de composição do VTI a impressionante participação do gênero Extrativa de Minerais em 1959 e a queda abrupta no cômputo de sua participação, registrada no ano de 1970⁽⁹⁾.

Nas tabelas 5, 6 e 7 a seguir, apresentam-se algumas relações estruturais segundo os gêneros da indústria nordest-

(09) A explicação possível para o ocorrido não parece assentar-se sobre fenômenos normais de contração do VTI, mas sim sobre divergências nos critérios de classificação adotados num e noutro Censos do IBGE. A princípio, uma pista parece estar sugerida pelo fato de que, no Censo de 1960, as atividades de Extração de Minerais executadas no âmbito de propriedades rurais não foram incluídas no Censo Industrial e sim no Censo Agropecuário.

tina, quanto às suas evoluções desde 1959 até 1980.

A relação pessoal ocupado por estabelecimento, uma medida de tamanho médio dos estabelecimentos, apresentou como os três gêneros com estabelecimentos de maiores dimensões relativas em 1959 (conforme dados da tabela 5) o de Papel e Papelão (45,3 pessoas ocupados por estabelecimento - PO/EST), o Têxtil (40,6 PO/EST) e o de Química (31,0 PO/EST). Já para 1980, os resultados foram os seguintes: Fumo (66,5 PO/EST), Material Elétrico e de Comunicações (66,2 PO/EST) e Mecânica (63,4 PO/EST). Ainda para este último ano, vale ressaltar os gêneros que ocuparam os 4º, 5º e 6º lugares no tocante à relação em questão: 4º) Produtos de Matéria Plástica (55,1 PO/EST); 5º) Têxtil (50,7 PO/EST) e 6º) Produtos Farmacêuticos e Veterinários (46,1 PO/EST).

Quanto à outra relação indicadora de porte médio dos estabelecimentos, a relação valor da transformação industrial por estabelecimento (VTI/EST), apresentada na tabela 6, revela que os gêneros que mais se destacaram em 1959 foram: Papel e Papelão (2,3 milhões de cruzeiros de 1975 por estabelecimento), Química (1,8 milhão de cruzeiros) e Extrativa de Minerais (0,8 milhão de cruzeiros). Em 1980, a situação registrada foi a seguinte: Material Elétrico e de Comunicações (8,0 milhões de cruzeiros), Química (6,7 milhões), Papel e Papelão (5,9 milhões), Produtos de Matéria Plástica (5,8 milhões), Têxtil (5,0 milhões) e Mecânica (4,8 milhões).

Como se pode observar pela análise das duas tabelas anteriores, aparecem estabelecimentos de porte naqueles setores líderes de crescimento, que os colocam entre os seis gêneros que em 1980 possuíam estabelecimentos com maiores dimensões relativas. O gênero Têxtil, apesar das transformações por que passou nestas duas décadas, e até por força delas, manteve as dimensões médias de seus estabelecimentos entre as maiores da indústria do Nordeste. O gênero Química sobressaiu-se também nas duas relações, e principalmente na segunda (VTI/EST), sendo este resultado importante face à sua expressiva participação no VTI global da indústria do Nordeste. Finalmente, os resultados ressaltaram também as dimensões médias elevadas do estabelecimento do gênero Papel e Pa

**TABELA 5 - NORDESTE - RELAÇÃO PESSOAL OCUPADO POR ESTABELECIMENTO SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS
(1959 - 1970 - 1975 - 1980)**

GÊNERO	1959	POSIÇÃO	1970	POSIÇÃO	1975	POSIÇÃO	1980	POSIÇÃO
00 - EXTRATIVA DE MINERAIS	22,1	6	10,2	13	12,7	15	19,5	14
10 - PRODUTOS DE MINERAIS N METÁLICOS	5,6	21	5,9	17	5,6	22	5,9	22
11 - METALÚRGICA	15,2	8	10,8	12	24,9	9	21,7	12
12 - MECÂNICA	14,1	9	6,7	16	43,0	3	63,4	3
13 - MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÃO								
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE	25,0	5	14,4	7	61,4	2	66,2	2
15 - MADEIRA	13,6	10	11,4	10	20,1	10	15,2	15
16 - MOBILIÁRIO	6,2	17	4,9	19	6,6	19	7,4	20
17 - PAPEL E PAPELÃO	4,1	22	3,2	22	5,7	21	6,4	21
18 - BOMBAÇA	45,3	1	43,0	3	39,5	6	44,1	7
19 - COUROS E PELES E PRODUTOS SEMI-ELABORADOS	11,9	13	9,1	14	16,5	12	23,9	11
20 - QUÍMICA	6,9	16	4,3	21	6,4	20	7,8	19
21 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	31,0	3	24,7	4	25,6	8	24,2	10
22 - PRODUTOS DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	12,5	12	17,6	6	32,4	7	46,1	6
23 - PROD. DE MATÉRIA PLÁSTICA	6,1	19	5,7	18	10,0	18	12,1	17
24 - TÊXTIL	22,0	7	23,0	5	39,7	5	55,1	4
25 - VEST. CALÇADOS E ART. TECIDO	40,6	2	56,4	2	40,7	4	50,7	5
26 - PRODUTOS ALIMENTARES	6,2	17	10,9	11	18,1	11	28,1	8
27 - BEBIDAS	8,3	14	8,4	15	10,4	17	11,3	18
28 - FUMO	8,0	15	12,3	9	15,9	13	24,6	9
29 - EDITORIAL E GRÁFICA	29,6	4	93,9	1	86,0	1	66,5	1
30 - DIVERSOS	12,8	11	14,0	8	14,8	14	14,7	16
	6,1	19	4,8	20	11,6	16	20,8	13

FONTE: Censos Industriais do Brasil, IBGE, 1960, 1970, 1975 e 1980.

TABELA 6 - NORDESTE - RELAÇÃO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR ESTABELECIMENTO SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS (1959 - 1970 - 1975 - 1980)

(CR.\$ milhões de 1975)

GÊNERO	1959	POSICÃO	1970	POSICÃO	1975	POSICÃO	1980	POSICÃO
00 - EXTRATIVA DE MINERAIS	0,8	3	0,3	11	0,8	13	1,1	15
10 - PRODUTOS DE MINERAIS N METÁLICOS	0,1	17	0,1	18	0,2	19	0,2	21
11 - METALÚRGICA	0,4	7	0,4	8	2,0	8	2,5	9
12 - MECÂNICA	0,2	12	0,2	14	2,3	7	4,8	6
13 - MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÃO								
CÓMS	0,5	6	0,7	7	5,0	2	8,0	1
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE	0,3	10	0,2	14	0,9	12	0,9	17
15 - MADEIRA	0,1	17	0,1	18	0,2	19	0,1	22
16 - MOBILIÁRIO	0,04	22	0,1	18	0,2	19	0,3	19
17 - PAPEL E PAPELÃO	2,3	1	1,5	3	3,0	5	5,9	3
18 - BORRACHA	0,4	7	0,3	11	0,6	15	1,7	12
19 - COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES	0,1	17	0,1	18	0,2	19	0,3	19
20 - QUÍMICA	1,8	2	3,0	2	5,8	1	6,7	2
21 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	0,3	10	0,9	5	1,9	9	3,1	8
22 - PRODUTOS DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	0,2	12	0,3	11	1,0	11	1,2	14
23 - PROD. DE MATÉRIA PLÁSTICA	0,4	7	0,8	6	3,6	3	5,8	4
24 - TÊXTIL	0,7	4	1,1	4	2,4	6	5,0	5
25 - VEST. CALÇADOS E ART. TECIDO	0,1	17	0,2	14	0,7	14	1,6	13
26 - PRODUTOS ALIMENTARES	0,2	12	0,2	14	0,5	17	0,5	18
27 - BEBIDAS	0,2	12	0,4	8	1,3	10	1,9	11
28 - FUMO	0,7	4	6,5	1	3,4	4	2,1	10
29 - EDITORIAL E GRÁFICA	0,2	12	0,4	8	0,6	15	1,1	15
30 - DIVERSOS	0,1	17	0,1	18	0,5	17	3,2	7

Fonte: Censos Industriais do Brasil, IBGE, 1960, 1970, 1975 e 1980.

OBS: O Valor da Transformação Industrial a preços constantes foi obtido pela aplicação do índices de Preços por Atacado respectivos, conforme serie obtida na Conjuntura Econômica, Vários Volumes, detalhada no Apêndice 1.

pelão.

Na tabela 7, a seguir, podemos ter uma idéia acerca das diferenças de produtividade média do pessoal ocupado nos vários gêneros industriais.

Já em 1959, o gênero que apresentava a maior produtividade média por pessoa ocupada na indústria era o de Química (57,0 mil cruzeiros de 1975 por pessoa ocupada), sendo que manteve sua hegemonia neste indicador ao longo de todos os Censos Industriais pesquisados. Ainda para 1959 seguiam - se ao gênero Química os gêneros Papel e Papelão (51,6 mil cruzeiros) e Extrativa de Minerais (37,6 mil cruzeiros). Em 1980, a ordem era a seguinte: Química (277,9 mil cruzeiros), Diversos (153,9 mil)⁽¹⁰⁾, Papel e Papelão (131,7 mil), Material Elétrico e de Comunicações (120,8 mil), Metalúrgica (116,6 mil) e Produtos de Matéria Plástica (106,1 mil). A evolução do gênero Têxtil foi digna de nota, tendo caminhado de um 15º lugar em 1959 para 6º lugar em 1980. O gênero Mecânica, outro de nossos gêneros líderes de crescimento, ocupou o 10º lugar em 1980, após ter registrado o 19º lugar em 1959.

Os dados da tabela 8 resumem a evolução do crescimento dos gêneros na indústria nordestina entre 1959 e 1980. Conjugam-se nesta tabela as taxas de crescimento das variáveis selecionadas e também das relações estruturais calculadas.⁽¹¹⁾

Nesse período, a indústria nordestina mostrou resultados bastante positivos. A produção - aqui indicada pelo valor da transformação industrial - cresceu à significativa taxa de 10,8% a.a., o que representou multiplicar a produção de 1959 por 7,6 vezes. O tamanho médio dos estabelecimentos, em termos da relação VTI/EST, evoluiu a uma expressiva taxa

(10) O gênero Diversos obteve esta participação importante em 1980 porque incluiu neste ano os resultados do gênero 31 - Atividades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial, por motivos de comparabilidade entre os Censos Industriais. Ver o Apêndice 1.

(11) Ao contrário das tabelas 5, 6 e 7, em que mostramos os valores absolutos para as relações estruturais em cada ano censitário, na tabela 8 apresentamos as taxas de crescimento destas relações entre 1959 e 1980.

TABELA 7 - NORDESTE - RELAÇÃO ENTRE O VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E O PESSOAL OCUPADO SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS (1959 - 1970 - 1975 - 1980)

(CR\$ mil de 1975)

GÊNERO	1959	POSIÇÃO	1970	POSIÇÃO	1975	POSIÇÃO	1980	POSIÇÃO
00 - EXTRATIVA DE MINERAIS	37,6	3	25,4	14	66,3	8	57,5	15
10 - PRODUTOS DE MINERAIS N METÁLICOS	12,7	19	20,6	16	33,9	19	36,3	21
11 - METALÚRGICA	23,5	7	34,9	8	81,2	6	116,6	5
12 - MECÂNICA	12,3	20	28,6	13	53,2	11	75,8	10
13 - MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	21,1	11	50,6	4	82,1	4	120,8	4
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE	21,7	9	20,1	18	45,2	12	61,6	14
15 - MEDEIFA	14,9	17	18,5	21	27,6	22	20,2	22
16 - MOBILIÁRIO	10,5	22	15,7	22	28,0	21	39,5	18
17 - PAPEL E PAPELÃO	51,6	2	35,8	6	75,3	7	131,7	3
18 - BORRACHA	37,0	4	29,5	12	38,9	17	73,2	12
19 - COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES	17,8	13	18,6	20	33,1	20	36,4	20
20 - QUÍMICA	57,0	1	123,3	1	226,7	1	277,9	1
21 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	21,4	10	55,7	3	59,7	9	67,8	13
22 - PRODUTOS DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	32,7	5	50,5	5	98,7	2	96,2	8
23 - PROD. DE MATÉRIA PLÁSTICA	17,3	14	35,1	7	90,7	3	106,1	6
24 - TÊXTIL	16,9	15	20,3	17	59,0	10	99,4	7
25 - VEST. CALÇADOS E ART. TECIDO	10,8	21	18,9	19	38,5	18	57,4	16
26 - PRODUTOS ALIMENTARES	19,3	12	29,6	11	43,7	13	43,8	17
27 - BEBIDAS	23,3	8	34,7	9	81,7	5	80,4	9
28 - FUMO	25,0	6	69,6	2	40,1	16	37,8	19
29 - EDITORIAL E GRÁFICA	16,7	16	29,7	10	41,2	15	73,8	11
30 - DIVERSOS	13,5	18	21,8	15	42,5	14	153,9	2

FONTE: Censos Industriais do Brasil, IBGE, 1960, 1970, 1975 e 1980.

OBS: Idem à Tabela 6.

TABELA 8 - NORDESTE - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, DO PESSOAL OCUPADO, DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E DAS RELAÇÕES PESSOAL OCUPADO POR ESTABELECIMENTO, VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR ESTABELECIMENTO, E VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR PESSOA OCUPADA, SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS (1959 - 1980)

GÊNERO	Nº ESTABEL.		PESSOAL OCUPADO		VL.R. TRANSF. IND.		PES. OCUPADO/ESTAB.		VL.R. TRANSF. IND./EST.		VL.R. TRANSF. IND./P.O	
	%	POSICÃO	%	POSICÃO	%	POSICÃO	%	POSICÃO	%	POSICÃO	%	POSICÃO
00 - EXTRATIVA DE MINERAIS	0,4	17	(-0,2)	21	1,9	22	(-0,6)	21	1,5	21	2,0	20
10 - PROD. MIN. NÃO METÁLICOS	5,8	10	5,6	11	11,5	12	0,2	20	3,4	20	5,1	14
11 - METALÚRGICA	7,5	5	9,3	6	18,0	5	1,7	13	9,1	10	7,9	7
12 - MECÂNICA	12,4	2	20,8	2	31,7	2	7,4	2	16,3	2	9,0	2
13 - MATERIAL ELET. E DE COMUN.	11,3	3	16,6	3	26,7	3	4,7	6	14,1	3	8,7	5
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE	6,0	9	6,6	9	12,0	9	0,5	19	5,4	15	5,1	14
15 - MADEIRA	7,3	6	8,2	8	9,8	15	0,8	16	0,0	22	1,5	22
16 - MOBILIÁRIO	2,6	13	4,9	14	11,7	10	2,1	11	10,1	8	6,5	10
17 - PAPEL E PAPELÃO	6,8	7	6,6	9	11,5	12	2,0	12	4,6	18	4,6	16
18 - BORRACHA	7,6	4	11,3	5	14,9	7	3,4	9	7,1	13	3,3	19
19 - CORKS E PELES E PROD. SIM.	(-0,8)	18	(-0,1)	20	3,3	20	0,6	18	5,4	15	3,5	18
20 - QUÍMICA	6,5	8	5,3	13	13,5	8	(-1,2)	22	6,5	14	7,8	8
21 - PROD. FARMAC. E VETERINÁRIC	(-0,8)	18	5,6	11	11,5	12	6,4	3	11,8	6	5,6	12
22 - PROD. PERF., SABÕES E VELAS	(-1,2)	20	1,4	19	6,1	19	3,3	10	8,9	11	5,3	13
23 - PROD. MATÉRIA PLÁSTICA	20,7	1	26,0	1	37,4	1	4,5	7	13,6	5	9,0	2
24 - TÊXTIL	(-1,3)	21	(-0,2)	21	8,5	17	1,0	15	8,8	9	8,8	4
25 - VEST. CALÇADOS E ART. TECIDO	0,9	16	8,4	7	17,4	6	7,5	1	14,1	3	8,3	6
26 - PRODUTOS ALIMENTARES	2,4	14	3,9	16	8,0	18	1,5	14	4,5	19	4,0	17
27 - BEBIDAS	(-2,1)	22	3,3	17	9,5	16	5,5	5	11,3	7	6,1	11
28 - FUMO	1,9	15	1,8	18	2,9	21	3,9	8	5,4	15	2,0	20
29 - EDITORIAL E GRÁFICA	3,4	12	4,7	15	11,7	10	0,7	17	8,5	12	7,3	9
30 - DIVERSOS	5,5	11	11,8	4	25,6	4	6,0	4	17,9	1	12,3	1
TOTAL	3,5	-	4,4	-	10,8	-	0,9	-	7,1	-	6,2	-

FONTE: Censos Industriais do Brasil, IBGE, 1960 e 1980

de 7,1% a.a., o que equivaleu a multiplicar o registrado em 1959 por 3,2 vezes. Por fim, a produtividade média por pessoa ocupada ampliou-se 2,5 vezes, crescendo à taxa de 6,2 % a.a.

Para o conjunto das taxas calculadas, o gênero que mais sobressaiu no período foi o de Mecânica que, além do desempenho extensivo observado nas três taxas de crescimento das variáveis isoladas, também registrou avanços expressivos no tamanho médio dos estabelecimentos e na produtividade média do pessoal ocupado. O VTI do gênero em 1959 foi multiplicado por 323,6 vezes e a produtividade média por 5 vezes. No mesmo caminho, mas em um patamar inferior, evoluiu o gênero de Material Elétrico e de Comunicações. E, da mesma forma, o gênero líder de crescimento extensivo, Produtos de Matéria Plástica, apresentou modificações estruturais significativas ligeiramente mais expressiva em termos de produtividade média que de tamanho médio. O gênero Diversos igualmente mostrou crescimento extensivo importante e registrou a maior taxa de crescimento médio do tamanho, medido pela relação VTI/EST, e a maior evolução da produtividade média no Nordeste dentre todos os gêneros industriais. Sua produtividade elevou-se à taxa de 12,3% a.a., o que equivale a uma variação absoluta de 10,4 vezes entre 1959 e 1980.⁽¹²⁾

Alguns gêneros tradicionais passaram por profundas modificações estruturais no período. Foi o caso, por exemplo, do Têxtil, que apresentou uma evolução de 8,8% da produtividade média por pessoa ocupada, a quinta taxa de crescimento deste indicador entre os gêneros industriais nordestinos. Um crescimento assentado na dispensa de mão-de-obra, em termos líquidos, e no fechamento de inúmeros estabelecimentos marginais. O gênero Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido passou por um processo parecido, mas com características diferentes. O gênero cresceu ampliando o tamanho médio de seus estabelecimentos, tal como medido por nossas duas relações, PO/EST e VTI/EST, e também registrando um ganho expressivo de produtividade. O ramo de Bebidas, passou por um processo de centra

(12) Ver nota 10 deste capítulo

lização da produção em um número menor de estabelecimentos , que não resultou em contração absoluta do número de pessoas ocupadas, como no gênero têxtil, mas que implicou em acréscimo do tamanho médio dos estabelecimentos, acréscimo este acompanhado por um crescimento significativo da produtividade média por pessoa ocupada. Os seis gêneros que apresentaram taxas negativas de crescimento médio anual do número de estabelecimentos são todos classificados como tradicionais ; dos três que apresentaram taxas negativas de crescimento do pessoal ocupado, dois são também certamente tradicionais, os de Couros e Peles e Produtos Similares e o Têxtil, ambos tendo registrado também perdas líquidas de estabelecimentos. (13)

O quadro 3 resume os resultados da tabela 8 para os dez gêneros com maiores taxas de crescimento médio anual em cada variável ou relação estrutural analisada. Em termos do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado prevaleceram entre os gêneros com maior dinamismo aqueles classificados como sendo constituídos de "indústrias predominantemente produtoras de Bens Intermediários" e de "indústrias predominantemente produtoras de Bens de Capital e de Consumo Durável" , com uma única exceção, no caso do pessoal ocupado, de um gênero classificado como constituído de "indústrias predominantemente produtoras de Bens de Consumo Não Durável". Para a variável valor da transformação industrial surgem a presença de três gêneros classificados no Grupo "I", sendo que um deles com posição até certo ponto destacada: Vestuário , Calçados e Artefatos de Tecido. Apesar disto, podemos afirmar que o crescimento extensivo da indústria nordestina se deu primordialmente sobre os gêneros dos Grupos "II" e "III"

Para as taxas de crescimento das relações estruturais analisadas, a distinção acima não se revelou pertinente. Em cada uma das relações aparecem gêneros do Grupo "I" entre os que maiores evoluções apresentaram em termos de tamanho e

(13) Estes fenômenos foram identificados por Cano nas décadas de 50 e 60 como comuns a quase toda a periferia nacional. Segundo ele, com o que concordamos, apontavam para o aumento do grau de monopolização das indústrias, especialmente as de Bem de Consumo Não Durável. Cf. CANO, Wilson (1985, ps.110 e 151)

**QUADRO 3 - NORDESTE - DEZ GÊNEROS COM MAIORES TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DE VARIÁVEIS E RELAÇÕES
ESTRUTURAIRES SELECIONADAS (1959 - 1980)**

A NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	B PESSOAL OCUPADO	C VALOR DA TRANSFORMAÇÃO ANUAL	D PESSOAL OCUPADO/ESTABELECIMENTO	E VLR. TRANSFORMAÇÃO IND./ESTABEL.	F VLR. TRANSF. IND./PESSOAL OCUPADO
1º Produtos de Matéria Plástica (II) 2º Mecânica (III) 3º Material Elétrico e de Comunicações (III) 4º Borracha (II) 5º Metalúrgica (II) 6º Madeira (II) 7º Papel e Papelão (II) 8º Química (II) 9º Material de Transporte (III) 10º Produtos de Minerais Não Metálicos (II)	1º Produtos de Matéria Plástica (II) 2º Mecânica (III) 3º Material Elét. e de Comunicações (III) 4º Diversos (III) 5º Borracha (II) 6º Metalúrgica (II) 7º Vest., Calçados e Art. de Tecido (I) 8º Madeira (II) 9º Material de Transporte (III) Papel e Papelão (II)	1º Produtos de Matéria Plástica (II) 2º Mecânica (III) 3º Material Elétrico e de Comunicações (III) 4º Diversos (III) 5º Metalúrgica (II) 6º Vest., Calçados e Art. de Tecido (I) 7º Borracha (II) 8º Química (II) 9º Material de Transporte (III) 10º Editorial e Gráfica (I) Mobiliário (I)	1º Vest., Calçados e Art. de Tecido (I) 2º Mecânica (III) 3º Prod. Farmacêuticos e Veterinários (I) 4º Diversos (III) 5º Bebidas (I) 6º Material Elétrico e de Comunicações (III) 7º Produtos de Matéria Plástica (II) 8º Fumo (I) 9º Borracha (II) 10º Perfumaria, Sabões e Velas (I)	1º Diversos (III) 2º Mecânica (III) 3º Material Elét. e de Comunicações (III) Vest., Calçados e Art. de Tecido (I) 5º Prod. de Matéria Plástica (II) 6º Prod. Farmacêuticos e Veterinários (I) 7º Bebidas (I) 8º Mobiliário (I) 9º Têxtil (I) 10º Metalúrgica (II)	1º Diversos (III) 2º Produtos de Matéria Plástica (II) Mecânica (III) 4º Têxtil (I) 5º Material Elétrico e de Comunicações (III) 6º Vest., Calçados e Art. de Tecido (I) 7º Metalúrgica (II) 8º Química (II) 9º Editorial e Gráfica (I) 10º Mobiliário (I)

Fonte: Tabela 8

NOTA: Os algarismos romanos entre parêntesis indicam a classificação dos gêneros segundo o destino predominante da produção e significam o seguinte: (I) Indústrias predominantemente produtoras de Bens de Consumo Não Durável, (II) De Bens Intermediários, (III) De Bens de Consumo Durável e de Capital. Cf. CANO, Wilson (1995, p. 75).

produtividade médias.

Os únicos três gêneros presentes em todas as seis listas do Quadro 3, denotando crescimento extensivo acompanhado de modificações estruturais relevantes, foram, à exemplo de outras análises, os de Produtos de Matéria Plástica, Mecânica e Material Elétrico e de Comunicações. Por outro lado, três gêneros não apareceram em quaisquer das seis listas do Quadro 3, Extrativa de Minerais, Couros e Peles e Produtos Similares e Produtos Alimentares, sendo que este último responde por parcela importante da indústria nordestina quanto a cada uma das variáveis sob análise.

Os gêneros Metalúrgica e Borracha também apresentaram crescimento extensivo relevante, porém modificações estruturais diferentes: o primeiro aparece nas listas "E" (VTI/EST) e "F" (VTI/PO), e o segundo na lista "D" (PO/EST). O gênero Material de Transporte apresentou crescimento extensivo digno de registro (foi o 9º nas três listas, "A", "B" e "C"), mas não modificações estruturais relevantes.

O único gênero que além dos três líderes de crescimento extensivo apresentou modificações estruturais significativas foi o Diversos, com presença nas três listas, "D", "E" e "F". Adicionalmente aparece igualmente nas listas "B" e "C", ou seja, apresentou também crescimento extensivo digno de nota. As transformações estruturais ainda se fizeram presentes com certo relevo nos gêneros de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, Têxtil, Bebidas e Produtos Farmacêuticos e Veterinários, todos classificados no Grupo "I".

Vamos qualificar um pouco mais as tendências registradas até aqui, aprofundando nossa análise da dinâmica de crescimento da indústria nordestina com informações mais detalhadas, ao nível de indústrias (03 dígitos).⁽¹⁴⁾

Na tabela 9, estão arroladas as 20 indústrias que apresentaram maiores taxas de crescimento do VTI⁽¹⁵⁾, como também a evolução das taxas para as demais variáveis e para as

(14) Para uma descrição da evolução nordestina ao nível de indústrias, de uma forma mais detalhada, ver Apêndice 2.

(15) Das 118 indústrias consideradas apenas para 98 delas obteve-se taxas de crescimento entre 1959 e 1980. Ver Apêndice 2.

TABELA 9 - NORDESTE - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, DO PESSOAL OCUPADO, DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E DAS RELAÇÕES PO/EST, VTI/EST E VTI/PO, DAS 20 INDÚSTRIAS QUE APRESENTARAM AS MAIORES TAXAS DE CRESCIMENTO DO VTI.

(1959 - 1980)

INDÚSTRIAS	Nº ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO	VLR. TRANSF. INDUS.	PO/EST	VTI/EST	VTI/PO
1 - 25.5+25.7	16,8	32,0	56,6	13,5	33,3	18,0
2 - 12.8	23,6	33,2	49,1	7,8	20,6	12,0
3 - 23(1)	20,7	26,0	37,4	4,5	13,6	9,0
4 - 12.2	13,0	18,6	31,9	5,8	16,6	11,2
5 - 11.2+11.4+11.8+11.9 (2)	10,0	16,1	29,4	3,5	18,9	11,5
6 - 12.1	12,3	24,2	29,1	11,6	15,1	4,0
7 - 13.1+13.2+13.4+13.7	10,5	18,5	28,6	8,3	17,2	8,4
8 - 17.4+17.5+17.9	5,1	12,4	28,4	7,9	20,7	14,2
9 - 12.3	3,9	13,6	26,4	9,6	20,9	11,3
10 - 13.9(2)	19,7	13,6	25,5	12,1	6,5	(-4,8)
11 - 20.7(2)	7,0	16,4	25,2	9,2	17,0	7,5
12 - 18.1	1,9	10,1	24,3	8,6	20,1	12,9
13 - 11.1	16,0	12,3	23,7	(-2,3)	7,6	10,2
14 - 11.7	6,9	11,3	23,4	4,6	12,6	10,8
15 - 20.6	3,1	0,7	23,2	4,7	19,4	15,0
16 - 25.1+25.6	7,3	15,1	22,8	7,3	14,6	6,7
17 - 14.4	4,8	13,5	22,7	8,3	12,6	8,2
18 - 13.8(2)	8,0	8,2	20,7	6,1	18,8	11,6
19 - 18.5+18.7+18.3+18.4 (2)	9,6	6,9	19,7	0,1	(-1,0)	1,2
20 - 30.1(2)	15,0	15,3	19,6	2,7	5,4	3,7

FONTES: Censos Industriais do Brasil, IBGE, 1960 e 1980

NOTAS: (1) Corresponde ao gênero. Por problemas de comparabilidade entre os Censos de 1960 e 1980 ao nível de indústrias (03 dígitos), adotou-se aqui o gênero para expressar a "média" de crescimento médio anual das indústrias do gênero Produtos de Matérias Plásticas.

(2) As taxas de crescimento médio anual do pessoal ocupado e do valor da transformação industrial estão subestimadas, porque para estas indústrias o valor destas variáveis em 1980 foi obtido a partir de informações de menos de 80% do número de estabelecimentos registrados naquele ano. Pelo mesmo motivo, as relações estruturais tendem a estarem superestimadas. Para maiores detalhes, ver Apêndice 1.

relações estruturais consideradas.

Se olharmos para estas vinte indústrias veremos que cresceram, em termos do VTI, a taxas superiores a 19% a.a. Isto equivaleu a multiplicar o VTI registrado em 1959 por mais de 38 vezes ao longo destes vinte e um anos.

Das vinte indústrias ou "conjuntos de indústrias"⁽¹⁶⁾ mais dinâmicas nos vinte e um anos, apenas duas eram oriundas de gêneros predominantemente produtores de Bens de Consumo Não Duráveis e, mesmo assim, ambas ("25.5+25.7 - Confeção de artefatos diversos de tecido - exclusive os produzidos nas fiações e tecelagens - e tingimento, estamparia e outros acabamentos em roupas" e "25.1 + 25.6 - Confeção de peças interiores do vestuário, roupas, agasalhos e Confeção de roupas e acessórios profissionais e para segurança industrial") de um gênero em processo de modernização, tal como analisamos acima: o de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido. A indústria 25.5 + 25.7 foi a líder de crescimento de toda a estrutura industrial nordestina, tendo evoluído a uma taxa média anual impressionante de 56,6% a.a.

Entre as demais indústrias incluídas entre as vinte mais dinâmicas, nove seriam de gêneros classificados no Grupo II - indústrias predominantemente produtoras de Bens Intermediários - e as nove restantes em gêneros do Grupo III - indústrias predominantemente produtoras de Bens de Consumo Durável e de Capital.

Se considerarmos agora apenas as dez indústrias mais dinâmicas, veremos que seis delas competiam a gêneros do Grupo III, sendo quatro do Gênero Mecânica e duas do Gênero Material Elétrico e de Comunicações. Duas destas dez indústrias correspondiam a estabelecimentos voltados para a reparação de bens mecânicos e eletro-eletrônicos: "12.8 - Reparação e manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos indus

(16) Entende-se por conjunto de indústrias aquelas apresentadas aqui como correspondendo à soma de duas ou mais indústrias tais como originalmente listadas na classificação do IBGE. Este procedimento se fez necessário face à compatibilização da classificação de indústrias entre os vários Censos Industriais utilizados.

triais, agrícolas e de máquinas de terraplanagem e serviços industriais de usinagem, tornearia, fresagem, solda e semelhantes - inclusive serviços industriais de controle de qualidade" e "13.9 - Reparação e manutenção de máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações". Outras três compõem o núcleo principal do gênero Mecânica: "12.1 - Fabricação de máquinas motrizes não Elétricas e de Equipamentos para transmissão industrial - inclusive peças e acessórios", "12.2 - Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais para instalações hidráulicas, térmicas, de ventilação e refrigeração, equipados ou não com motores elétricos - inclusive peças e acessórios" e "12.3 - Fabricação de máquinas - ferramenta, máquinas operatrizes e aparelhos industriais acoplados ou não a motores elétricos - inclusive peças e acessórios". As demais, além da indústria líder de crescimento da estrutura - 25.5+25.7 - correspondem a: 23 - todo o gênero de Produtos de Matéria Plástica (ver nota 1 da tabela 9); 11.2+11.4+11.8+11.9 - "Metalurgia do pó", "Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço e de metais não ferrosos - exclusive móveis -", "Têmpera e cementação do aço, recozimento de arames e serviços de galvanotécnica" e "Fabricação de outros artigos de metal, não especificados ou não classificados"; 13.1+13.2+13.4+13.7 - "Construção de máquinas e aparelhos para produção e distribuição de energia elétrica", "Fabricação de Material Elétrico - exceto para veículos -", "Fabricação de material elétrico para veículos" e "Fabricação de material eletrônico"; 17.4+17.5+17.9 - "Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, impressos ou não, simples ou plastificados, não associada à produção de papelão, cartolina e cartão", "Fabricação de artigos de papel, papelão, cartolina e cartão para revestimento, não associada à produção de papel, papelão, cartolina e cartão" e "Fabricação de artigos diversos de fibra prensada ou isolante - inclusive peças e acessórios para máquinas e veículos".

O dinamismo registrado para as indústrias dos gêneros Mecânica e Material Elétrico e de Comunicações dá conta de que a acumulação deve ter se processado de forma vigorosa neste período. Mesmo admitindo que as indústrias responsã -

veis por estes resultados não foram as responsáveis pelo suprimento da maior parte dos Bens de Capital demandados na área - como analisaremos no capítulo seguinte -, é possível supor que no que respeita à produção de Bens de Capital menos complexos e à oferta de serviços técnicos relacionados à sua montagem, reparação e manutenção a indústria nordestina avançou substancialmente nestas duas últimas décadas. No caso mais específico do conjunto de indústrias do gênero Material Elétrico e de Comunicações relacionado acima, seu dinamismo associou-se inegavelmente à expansão do "complexo" fabricante de veículos automotores no Brasil.

Antes de nos aprofundarmos na estrutura industrial nordestina, vamos traçar as primeiras linhas mestras da dinâmica de crescimento desta indústria nos 21 anos sob análise.

A evolução da indústria nordestina apresentou duas tendências básicas: uma relativa ao crescimento extensivo vigoroso dos gêneros classificados como constituídos de indústrias predominantemente produtoras de Bens Intermediários e de Bens de Consumo Durável e de Capital, e outra relativa ao crescimento extensivo mais modesto, mas acompanhado por modificações estruturais relevantes e firmes, dos gêneros constituídos de indústrias predominantemente produtoras de Bens de Consumo Não Durável. Estas duas tendências não são absolutas, quer dizer, são mais evidentes em uns gêneros do que em outros, e há gêneros que não se enquadram nem em uma, nem em outra tendência, ou enquadram-se nas duas; em todo caso, a dicotomia nos pareceu pertinente.

Para a primeira tendência registraram-se algumas nuances. Os três gêneros líderes de crescimento extensivo apresentaram igualmente modificações estruturais importantes, mas que se explicam pelo próprio vigor deste crescimento extensivo e pela base produtiva praticamente inexistente em 1959. O mesmo raciocínio se aplica ao gênero Diversos, com a ressalva de que incluiu em 1980 o gênero Atividades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial, sendo esta inclusão a responsável pelo dinamismo e modificações estruturais do gênero.

No caso da segunda tendência, a nuance mais expressiva

ficou por conta do gênero Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, que também apresentou crescimento extensivo relevante entre os demais gêneros nordestinos.

Abstraindo-se a questão da dicotomia entre os gêneros incluídos em uma ou outra tendência, pode-se afirmar também que os gêneros constituídos de indústrias predominantemente produtoras de Bens Intermediários, de Consumo Durável e de Capital apresentaram maior crescimento extensivo e maiores modificações estruturais que os gêneros das indústrias predominantemente produtoras de Bens de Consumo Não Durável.

5.2 A Estrutura Industrial Nordestina em 1975 e da "Nova Indústria" em 1977

Neste item iremos aprofundar um pouco mais nossa análise a partir do estudo da estrutura industrial nordestina, tanto a nível do "universo" - Censo Industrial de 1975 - como de seu subconjunto mais relevante representado pela "Nova Indústria" - Pesquisa BNB/SUDENE para 1977. A composição da indústria nordestina nestes dois cortes adotará a classificação dos grupos de indústria (4 dígitos)⁽¹⁷⁾ do IBGE organizado segundo a categoria de uso do principal bem produzido, no que segue metodologia elaborada em trabalho da FINEP que constitui um marco importante na análise da estrutura industrial brasileira.⁽¹⁸⁾

A partir dos dados da tabela 10 pode-se ter uma razoável visão da estrutura industrial nordestina. Vale alertar que os resultados da tabela a nível quantitativo devem ser encarados com reservas: para algumas categorias de uso como "Bens de Capital", "Partes de Bens de Capital", "Partes de Durável" e "Partes Diversas" nossas informações não chegam a representar 60% do número de estabelecimentos em cada uma des

(17) A análise a quatro dígitos da classificação de indústrias do IBGE aqui empreendida toma por base apenas os estabelecimentos com 5 ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente no país. A análise anterior, a dois e três dígitos reportava-se a todos os estabelecimentos.

(18) TAVARES, Maria da Conceição et alii (s/d, ps. 325 a 327)

tas categorias. Apenas três das onze categorias arroladas na tabela encontram-se no limite de 80% do número de estabelecimentos que se adotou como mínimo razoável para que fossem considerados nas análises empreendidas nesta dissertação.⁽¹⁹⁾ Estas três categorias são as de "Consumo Não Durável", "Intermediários para Consumo" e "Insumos para Construção Civil". Três categorias que incluem alguns dos grupos mais "populosos" em termos de números de estabelecimentos, como o grupo de "Fabricação de produtos de padaria e confeitaria" na categoria de "Consumo Não Durável", os de "Extração de sal" e "Beneficiamento de fibras têxteis vegetais" na categoria de "Intermediários para Consumo", e o de "Fabricação de telhas, tijolos, lajotas, vasilhames e outros artigos de material cerâmico - inclusive refratários" na categoria de "Insumos para Construção Civil". O número elevado de estabelecimentos nestes grupos industriais explica inclusive a boa representatividade em termos de número de estabelecimentos dos dados totalizados para a indústria nordestina: para 87,7% dos estabelecimentos havia informações disponíveis.

Em resumo, os resultados das tabelas 10 e 11 devem ser analisados considerando-se sua pouca representatividade quantitativa⁽²⁰⁾. Em particular, deve-se perceber que mesmo no caso das categorias de uso que se apresentam com representatividade aceitável, a participação de estabelecimentos com características estruturais inferiores à da média da respectiva categoria é expressiva e inquestionável.

Aproximadamente metade dos estabelecimentos industriais nordestinos estava incluída, em 1975, na categoria de Bens de Consumo Não Duráveis, e estes eram responsáveis por também algo em torno de 50% do pessoal ocupado e 40% do VTI da indústria nordestina. As categorias de uso de "Bens de Consumo Durável", "Partes de Durável", "Bens de Capital" e "Partes de Bens de Capital" juntas, representaram 6,6% do número de estabelecimentos, 6,1% do pessoal ocupado e 5,3% do VTI, sendo que estes dois últimos percentuais encontram-se visi

(19) Ver Apêndice 1 - Considerações Metodológicas

(20) Exceção feita à variável número de estabelecimentos

TABELA 10 - NORDESTE - ESTRUTURA INDUSTRIAL POR CATEGORIAS DE USO DO BEM PRODUZIDO
(1975)

CATEGORIAS DE USO	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS				PESSOAL OCUPADO			VAL. TRANSF. IND. Cr\$mil de 1975	
	TOTAL (a)		INFORMADOS (b)		(b)/(a)	Nº	%		
	Nº	%	Nº	%					
A - Consumo não Durável + Interme- diários para Consumo	7.805	56,7	7.132	59,1	91,4	168.868	63,6	8.828.222	53,9
A1-Consumo Não Durável	6.396	46,5	5.837	48,4	91,2	132.957	50,1	6.453.862	39,4
A2-Intermediários para Consu- mo	1.409	10,2	1.295	10,7	91,9	35.911	13,5	2.374.360	14,5
B - Consumo Durável+Partes de Du- rável	656	5,7	475	3,9	72,4	9.056	3,4	372.278	2,3
B1-Consumo Durável	572	4,1	438	3,6	76,6	7.414	2,8	229.508	1,4
B2-Partes de Durável	84	0,6	37	0,3	44,0	1.642	0,6	142.770	0,9
C - Bens de Capital+Partes de Bens de Capital	264	1,9	138	1,1	52,3	7.001	2,7	494.870	3,0
C1-Bens de Capital	171	1,2	98	0,8	57,3	4.213	1,6	339.571	2,1
C2-Partes de Bens de Capital	93	0,7	40	0,3	43,0	2.788	1,1	155.299	0,9
D - Intermediários (Insumos em Ge- ral)	4.563	33,2	3.999	33,2	87,6	64.578	24,4	6.050.184	37,0
D1-Insumos Industriais Diver- sos	685	5,0	455	3,8	66,4	21.341	8,0	3.045.165	18,6
D2-Combustíveis e Lubrificantes	11	0,1	8	0,1	72,7	1.059	0,4	1.303.078	8,0
D3-Intermediários p/Construção	3.775	27,5	3.489	28,9	92,4	40.708	15,4	1.629.385	10,0
D4-Partes Diversas	92	0,6	47	0,4	51,1	1.470	0,6	72.556	0,4
E - Reparação	463	3,4	313	2,6	67,6	15.650	5,9	616.974	3,8
TOTAL	12.571	100,0	12.065	100,0	87,7	265.153	100,0	16.362.528	100,0

FONTE: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981.

TABELA 11 - NORDESTE - RELAÇÕES ESTRUTURAIS POR CATEGORIAS DE USO

(1975)

CATEGORIAS DE USO	PO/EST	VTI/EST(1)	VTI/PO(2)
A - Consumo Não Durável + Intermediários para Consumo	23,68	1,24	52,28
A1 - Consumo Não Durável	22,78	1,11	48,54
A2 - Intermediários para Consumo	27,73	1,83	66,12
B - Consumo Durável + Partes de Durável	19,07	0,78	41,11
B1 - Consumo Durável	16,93	0,52	30,96
B2 - Partes de Durável	44,38	3,86	86,95
C - Bens de Capital + Partes de Bens de Capital	50,73	3,59	70,69
C1 - Bens de Capital	42,99	3,46	80,60
C2 - Partes de Bens de Capital	69,70	3,88	55,70
D - Intermediários (Insumos em Geral)	16,15	1,51	93,69
D1 - Insumos Industriais Diversos	45,90	6,69	142,69
D2 - Combustíveis e Lubrificantes	132,38	162,88	1.230,48
D3 - Intermediários para Construção	11,67	0,47	40,03
D4 - Partes Diversas	31,28	1,54	49,36
E - Reparação	50,00	1,97	39,42
TOTAL	21,98	1,36	61,71

FONTE: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981.

OBS: (1) cr\$ milhões de 1975;

(2) cr\$ mil de 1975.

velmente subestimados.

Todas as categorias produtoras de Bens Intermediários⁽²¹⁾ montavam a 43,3% do número de estabelecimentos, 37,5% do pessoal ocupado e 43,7% do VTI.

Vale ressaltar que a soma das categorias de uso de Bens Intermediários com a de Bens de Consumo Não Durável representava 89,8% do número de estabelecimentos, 87,6% do pessoal ocupado e 82,9% do VTI da indústria nordestina. As categorias de uso restantes apresentavam parcelas reduzidas do todo da indústria e dentre estas, excetuando-se as categorias "Combustíveis e Lubrificantes" (especialmente quanto ao VTI) e "Reparação" (especialmente quanto ao pessoal ocupado), as demais apareciam em 1975 com menor importância na estrutura industrial nordestina.

Do ponto de vista das relações estruturais registradas para cada categoria de uso, conforme a tabela 11 a seguir, vale ressaltar os seguintes aspectos:

- a) a categoria de "Combustíveis e Lubrificantes" continha os estabelecimentos de maior porte relativo na estrutura, com uma produtividade igualmente elevada;
- b) em termos da relação PO/EST, as categorias de "Partes de Durável", "Reparação", "Insumos Industriais Diversos", e de "Partes de Bens de Capital", sobressaíram-se. Estas, ao lado da categoria de Combustíveis e Lubrificantes já citada, apresentaram os maiores tamanhos médios da estrutura;
- c) quanto à relação VTI/EST, as categorias que mais se destacaram foram as de "Insumos Industriais Diversos", "Partes de Bens de Capital", "Partes de Durável" e "Bens de Capital" (além, obviamente, de "Combustíveis e Lubrificantes").
- d) a relação VTI/PO, nosso indicador de produtividade média por pessoa ocupada, mostrou algumas surpresas. A categoria de Bens de Consumo Durável apresentou a me

(21) "Intermediários para Consumo", "Insumos Industriais Diversos", "Insumos para Construção Civil" e "Partes Diversas"

nor produtividade. De outro lado, as maiores produtividades médias (além da relativa à categoria "Combustíveis e Lubrificantes") foram registradas para as categorias de "Insumos Industriais Diversos", "Partes de Durável", "Bens de Capital" e "Intermediários para Consumo".

Uma suspeita que emerge destas primeiras considerações é a de que a categoria de "Bens de Consumo Duráveis" no Nordeste não apresenta dimensões e características estruturais compatíveis com as registradas no pólo capitalista do país. Reforça este argumento o fato de que mesmo a categoria "Partes de Durável" apresentou em 1975 características estruturais mais condizentes com sua importância em uma estrutura industrial, ou seja, superiores às de categoria de "Bens de Consumo Duráveis".

De outro lado, a categoria de "Insumos Industriais Diversos" apresentou características estruturais relativas de dimensões inquestionáveis, que com certeza encontram explicação, em parte, no porte dos estabelecimentos dos grupos industriais do gênero Química nela incluídos, implantados majoritariamente no pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia.

Vejamos, no entanto, qual era a composição de cada categoria de uso definida aqui entre os vários grupos de indústrias que as compõem, bem como algumas características estruturais de cada um destes grupos apresentados.

Na tabela 12 podemos ver a composição no Nordeste da categoria de Bens de Consumo Não Duráveis, cuja representatividade atinge a 91,2% dos estabelecimentos ali incluídos. Nesta categoria, o "grupo" ou setor mais importante foi, no ano de 1975, o "26.51 - Fabricação de açúcar", sendo que esta importância foi absoluta se considerarmos a baixa representatividade do número de estabelecimentos com informações disponíveis (24%). Em segundo lugar, vem o setor, também tradicional, "24.21 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de algodão - inclusive mesclas", com mais de 10% do VTI relativo à categoria de uso dos Bens não Duráveis de Consumo. Depois temos o setor "26.71 - Fabricação de produtos de padaria e con

TABELA 12 - NORDESTE- GRUPOS CUJA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA CATEGORIA DE USO DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL SUPERAM 1% DA MESMA EM TERMOS DE VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) (1975)

GRUPOS DE INDÚSTRIA	INFORM (1)	VTI PARTICIP. RELATIVA	PO/EST	VTI/EST (2)	VTI/PO (3)
A - CONSUMO NÃO DURÁVEL	91,2	100,00	22,8	1,1	48,5
24.21 - Fiação, Fiação e tecelagem e tecelagem de algodão - inclusive mesclas	89,0	11,26	184,6	7,8	42,4
24.25 - Fiação, Fiação e Tecelagem e Tecelagem de corda, juta e outras fibras têxteis vegetais	43,0	1,97	312,0	21,2	68,1
25.11 - Confeção de peças interiores do vestuário masculino - inclusive as confeccionadas com tecido de malha	80,0	2,42	74,8	4,3	56,6
25.31 - Fabricação de calçados - Exclusive para esportes	92,0	1,57	18,5	0,8	43,8
25.51 - Fabricação de artefatos diversos de tecido	86,0	1,25	35,0	2,5	71,8
26.03 - Torrefação e moagem de café	100,0	3,55	10,2	0,9	87,9
26.07 - Fabricação de farinhas diversas	70,0	1,40	181,7	12,9	71,2
26.12 - Conservas de frutas, legumes e outros vegetais - Inclusive sucos	93,0	1,01	49,2	2,5	50,9
26.21 - Abate de animais e preparação de conservas de carne - Exclusive subprodutos	76,0	2,00	22,7	1,7	74,8
26.31 - Preparação do pescado	94,0	1,73	43,8	3,7	85,1
26.51 - Fabricação de açúcar	24,0	18,26	307,5	16,1	52,5
26.52 - Refinações e moagem do açúcar	47,0	2,82	258,4	20,3	78,4
26.71 - Fab. de produtos de padaria e confeitaria	100,0	8,35	7,8	0,2	25,5
26.81 - Fabricação de massas alimentícias	89,0	1,19	37,7	2,0	52,3
26.82 - Fabricação de biscoitos e bolachas vegetais	94,0	2,11	40,5	2,2	55,1
26.91 - Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais	98,0	5,72	28,6	8,0	280,7
26.98 - Fab. de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais - inclusive farinha de carne, sangue, osso e sangue	56,0	1,28	22,0	2,8	125,2
27.41 - Fabricação de refrigerantes	61,0	1,92	47,8	3,7	78,4
29.11 - Edição e impressão de jornais	64,0	2,12	79,0	4,3	54,1
29.22 - Impressão de materiais para usos industrial, comercial e de propaganda	42,0	1,10	12,0	0,4	35,1

FONTE: CENSO INDUSTRIAL DE 1975, SÉRIE REGIONAL (ESTADOS NORDESTINOS), IBGE, 1981

NOTAS:

(1) Corresponde à relação percentual entre o estabelecimento cujas informações constavam do Censo de 1975 e todos os estabelecimentos registrados, incluindo aqueles cujas informações foram omitidas face à adoção do critério do sigilo pelo IBGE

(2) Cr\$ milhões de 1975;

(3) Cr\$ mil de 1975.

feitaria" e o "26.91 - Refinação e preparação de óleos e gorduras Vegetais", ambos com participações percentuais superiores a 5%.

Do ponto de vista estrutural, algumas outras nuances podem ser percebidas. O tamanho médio dos estabelecimentos mostrou-se mais relevante, tanto no que respeita à relação PO / EST, como à relação VTI/EST, nos grupos "24.25 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de carda, juta e outras fibras têxteis vegetais", "26.51 - Fabricação de açúcar" e "26.52 - Refinação e moagem do açúcar".

Do ponto de vista da produtividade média do pessoal ocupado dois grupos sobressaíram-se: "26.91 - Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais" e, a um menor grau, "26.98 - Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais - inclusive farinha de carne, sangue, osso e peixe".

A maior parte dos grupos listados na tabela 12 compreende mercados competitivos, enquanto que grupos relativos a mercados de oligopólio diferenciado típicos desta categoria, como os de produtos farmacêuticos, cigarros etc. não apareceram com produção digna de registro⁽²²⁾.

As distinções com a estrutura de categorias de Bens de Consumo Não Durável de outras áreas se explicam por peculiaridades da área nordestina, como a importância histórica ali da indústria do açúcar. Os demais grupos possuem pesos na composição da referida estrutura compatíveis aos de quaisquer áreas do País. Vale dizer, a estrutura "intra" categoria de Bens de Consumo Não Durável encontrava-se, em 1975, aparentemente sem distorções, e tratava-se portanto de uma categoria com produção consolidada, sem hiatos setoriais de importância. Ao nível dos padrões produtivos devem ocorrer disparidades ditadas pela maior atualidade ou não das plantas industriais, pela amplitude dos mercados e pelas condições

(22) Para uma identificação entre os principais setores industriais e as respectivas estruturas de mercado baseamos-nos em TAVARES, Maria da Conceição et alli (s/d, ps. 281 a 312 e tabela IV.18 do Apêndice Estatístico)

ditadas pelo nível e grau da concorrência, mas estas, na "méd^udia", não devem se mostrar quantitativamente tão importantes, sendo ora favoráveis à área periférica, ora favoráveis ao pólo.

A tabela 13 apresentada a seguir nos mostra a composição da categoria de uso de Bens Intermediários para Consumo que, como na categoria anterior, possuía uma representatividade boa quanto ao número de estabelecimentos com informações disponíveis nela incluídos (91,9%).

O grupo de indústria com maior expressão nesta categoria de uso foi o "24.11 - Beneficiamento de fibras têxteis vegetais", que, apesar de contar com as informações de apenas 40% de seus estabelecimentos, detinha uma participação de 22,37% do VTI total conhecido desta categoria de uso. Além deste grupo, outros três superaram os 10% de participação no VTI da categoria dos Bens Intermediários para Consumo: o "00.23 - Extração de sal", "20.41 - Produção de óleos vegetais em bruto - inclusive subprodutos", e "26.01 - Beneficiamento de café, cereais e produtos afins.

Do ponto de vista das relações estruturais dois grupos destacaram-se em primeiro plano: o "26.02 - Moagem de trigo", com tamanho e produtividade médios bem superiores aos demais, e o "10.73 - Fabricação de vasilhames de vidro", especialmente quanto às relações de tamanho médio dos estabelecimentos. Dois outros sobressaíram exclusivamente no que tange à produtividade média do pessoal ocupado, o "20.41" e o "24.11", ambos registrando também, conforme relato acima, participações expressivas no VTI desta categoria de uso.

Os mais importantes grupos desta categoria constituem mercados enquadrados como de oligopólio competitivo; uma estrutura cujas barreiras erguidas, que lhe conferem caráter oligopólico, assentam-se no controle da comercialização dos respectivos produtos. (23)

A exemplo da categoria de uso dos Bens de Consumo Não Duráveis, esta também aparentava estar madura em 1975, sem hiatos importantes e sem grandes distorções relativas quanto

(23) TAVARES, Maria da Conceição et alli (s/d, p.304)

TABELA 13
NORDESTE

GRUPOS CUJA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA CATEGORIA DE USO DE BENS INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO SUPERA 1% DA MESMA EM TERMOS DE VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)
(1975)

GRUPOS DE INDÚSTRIA	% INFORM. (1)	VTI % PART.RELAT.	PO/EST	VTI/ EST (2)	VTI/ PO (3)
B - Intermed. para Consumo	91,9	100,0	27,7	1,8	66,1
00.23 - Extração de Sal	92,0	12,47	13,7	1,2	90,1
10.73 - Fabricação de Vasilhames de Vidro	71,0	2,49	179,0	11,8	66,0
11.53 - Fabric. de Embalagens Metálicas de Ferro e Aço e de Metais Não Ferrosos - inclusive Folha-de-Flandres	44,0	1,41	63,0	4,2	66,4
19.12 - Curtimento e Outros Preparos de Couros e Peles	31,0	1,64	39,2	2,4	62,1
20.41 - Produção de Óleos Vegetais em Bruto - inclusive sub-Produtos	71,0	15,49	28,5	2,9	102,3
20.42 - Produção de Cêras Vegetais	62,0	1,01	16,9	1,1	67,8
24.11 - Beneficiam. de Fibras Têx.Veget.	40,0	22,37	28,7	4,2	144,8
24.61 - Acabamento de Fios e Tecidos	64,0	1,83	87,4	2,1	23,6
26.01 - Beneficiam. de Café, Cereais e Produtos Afins	98,0	11,16	30,8	0,7	23,3
26.02 - Moagem de Trigo	23,0	3,21	107,3	25,4	236,5
28.11 - Preparação do Fumo	72,0	2,91	98,1	2,5	25,1

Fonte: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981

Nota: (1) Corresponde à relação percentual entre os estabelecimentos cujas informações constavam do Censo de 1975 e todos os estabelecimentos registrados, incluindo aqueles cujas informações foram omitidas face à adoção do critério do sigilo pelo IBGE;

(2) Cr\$ milhões de 1975;

(3) Cr\$ mil de 1975;

ã mesma categoria de uso no pólo.

A representatividade das informações da categoria de uso dos Duráveis atingiu 77% dos estabelecimentos nela classificados, o que requer cuidado nas análises subsequentes, particularmente quanto ao aspecto quantitativo (ver tabela 14).

Os dois grupos com participações superiores a 10% no VTI total da respectiva categoria de uso foram "16.11 - Fabricação de móveis de madeira, vime e junco para uso residencial (63,23%) e "16.41 - Fabricação de artigos de colchoaria " (16,78%), ambos constantes de um gênero tradicional da estrutura industrial do país. Neste último sentido, o único grupo característico da "moderna" indústria de Bens Duráveis de Consumo com participação superior a 1% do VTI desta categoria foi o "13.85 - Fabricação de televisores, radioreceptores, fonógrafos, toca-discos, toca-fitas e gravadores de fitas", com a irrisória participação de 2,58%. Em outras palavras, pode-se concluir que, em 1975, inexistia produção significativa dos modernos Bens Duráveis de Consumo no Nordeste.

As características estruturais básicas dos grupos mais expressivos da categoria dos Bens Duráveis de Consumo confirmam e reforçam a conclusão do parágrafo anterior. O nosso único grupo "moderno" constante da tabela 14, possuía tamanho médio elevado relativamente aos demais grupos inseridos nesta categoria de uso, mas simultaneamente uma das mais baixas produtividades médias do pessoal ocupado. Do ponto de vista da produtividade média, o destaque ficou por conta do grupo 16.41, com quase 100 mil cruzeiros de 1975 por pessoa ocupada.

A categoria de uso dos Bens de Consumo Duráveis apresentava em 1975, hiatos setoriais importantes. Neste sentido, a produção de bens acabados (completos) parece pouco provável de vir a ser deslocada do pólo para uma área periférica como o Nordeste, haja visto o estágio de seu desenvolvimento no próprio pólo e o quadro atual da divisão territorial do trabalho no país. Um exemplo típico quanto a isto é o fornecido pela indústria automobilística no que tange às montadoras de veículos. Entretanto, a fabricação de partes, peças e componentes não parece se encaixar no mesmo raciocínio como

TABELA 14
NORDESTE

GRUPOS CUJA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA CATEGORIA DE USO DE BENS DE CONSUMO DURÁVEL SUPERA 1% DA MESMA EM TERMOS DE VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)
(1975)

GRUPOS DE INDÚSTRIA	% INFORM (1)	VTI % PARTIC. RELATIVA	PO/ EST	VTI/EST (2)	VTI/PO (3)
C - CONSUMO DURÁVEL	76,6	100,00	16,9	0,5	31,0
10.14 - EXECUÇÃO DE ESCULTURAS E OUTROS TRABALHOS EM ALABASTRO, MÁRMORE, ARDÓSIA, GRANITO E OUTRAS PEDRAS	67,0	2,80	25,5	0,8	32,6
10.64 - FABRICAÇÃO DE PEÇAS E ORNATOS DE GESSO E ESTUQUE	30,0	4,67	43,1	1,5	35,5
13.85 - FABRICAÇÃO DE TELEVISORES, RADIORECEPTORES, FONÓGRAFOS, TOCADISCOS, TOCA-FITAS E GRAVADORES DE FITAS	60,0	2,58	84,7	2,0	23,3
15.25 - FABRICAÇÃO DE URNAS E CAIXÕES MORTUÁRIOS	47,0	1,28	8,4	0,4	43,9
16.11 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS DE MADEIRA, VIME E JUNCO PARA USO RESIDENCIAL	94,0	63,23	15,3	0,4	26,9
16.41 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE COLCHOARIA	61,0	16,78	22,7	2,3	99,6
30.71 - FABRICAÇÃO DE BRINQUEDOS	44,0	2,00	30,5	1,1	37,6
30.81 - FABRICAÇÃO DE ARTIG. PARA CAÇA E PESCA	88,0	2,61	52,1	0,9	16,4
30.95 - FABRICAÇÃO DE PAINÉIS LUMINOSOS, PLACAS PARA PROPAGANDA E OUTROS FINS	56,0	2,98	13,1	0,4	27,6

Fonte: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981

Nota: (1) Corresponde à relação percentual entre os estabelecimentos cujas informações constavam do Censo de 1975 e todos os estabelecimentos registrados, incluindo aqueles cujas informações foram omitidas face à adoção do critério do sigilo pelo IBGE;

(2) Cr\$ milhões de 1975;

(3) Cr\$ mil de 1975.

veremos a seguir.

Os principais grupos de indústria da categoria de Consumo Durável no país, estruturaram-se a partir de mercados do tipo oligopólio diferenciado - concentrado, cujas características principais são:

- a) "alta concentração técnica e econômica da produção, com grandes descontinuidades de escala de produção - mas não necessariamente tecnológicas",
- b) "a diferenciação de produtos - constituídos por Bens de Consumo Duráveis - em marcas, modelos e por faixa de renda do consumidor..."⁽²⁴⁾

Além disto, estes grupos caracterizar-se-iam no Brasil por contarem com alta concentração, liderança inteiramente de empresas de grande porte com dominância de capital estrangeiro e por um volume de produção por estabelecimento muito superior ao da média da indústria brasileira.⁽²⁵⁾

Por estas razões é possível compreender que a ausência de muitos destes grupos na estrutura industrial nordestina encontra motivos fortes nas características dos mercados que lhes correspondem e na dinâmica e forma da concorrência que se estabelece entre as empresas dos mesmos, cuja "entrada" no país foi relativamente recente, datando da segunda metade dos anos 50.

A tabela 15 apresenta os grupos dentre os incluídos na categoria de partes de Durável que superaram 1% de participação no VTI da mesma. Face ao baixíssimo grau de representatividade, pois dispomos de informações relativas a apenas 44% dos estabelecimentos classificados nessa categoria, a análise e respectivas relações devem ser empreendidas com extrema cautela, pouco valor contendo as informações quantitativas.

Os grupos "13.41 - Fabricação de material elétrico para veículos" e "14.33 - Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores" se destacaram nesta categoria. Ambos

(24) TAVARES, Maria de Conceição et alli (s/d, p.292)

(25) TAVARES, Maria da Conceição et alli (s/d, p.296)

constituem segmentos da denominada indústria de autopeças , apoio fundamental da indústria automobilística, que em sua versão nordestina supre parte da demanda de reposição de peças e acessórios dos bens fabricados no pólo e adquiridos pelos residentes no Nordeste.

Possuía participação relevante também no VTI da categoria - até mesmo pelo fraco grau de representatividade de estabelecimentos com informações disponíveis - o grupo "11.51-Fabricação de artigos de metal estampado".

Do ponto de vista das relações estruturais calculadas , os grupos da categoria de Partes de Durável apresentavam tamanho e produtividade médias com patamares mais elevados que os identificados para os grupos da categoria de Bens Duráveis de Consumo. O grupo 13.41 apresentou nível de produtividade média, em 1975, significativamente elevado.

A inexistência da maior parte dos segmentos importantes da categoria dos Bens Duráveis de Consumo correspondia a um fator limitante à expansão da categoria de Partes de Durável. Isto porque uma parte da demanda potencial, o atendimento à demanda dos fabricantes de Duráveis, se inviabilizava para a maioria dos estabelecimentos nordestinos produtores de Partes de Duráveis; situação inalterada até o presente⁽²⁶⁾. Assim, restou-lhes o atendimento à procura de peças para reposição e acessórios.

No gênero de material elétrico, e especificamente quanto aos grupos incluídos na categoria em questão, as omissões parecem obscurecer o quadro real da situação. De fato, o grupo "13.25 - Fabricação de pilhas e baterias secas por exemplo, contava com um único estabelecimento no Nordeste, sem informações no censo de 1975, que como se sabe corresponde à planta recifense da Microlite do Nordeste, uma empresa de proporções avantajadas para a estrutura industrial da área.

(26) Há exemplos de plantas industriais que chegam a atender diretamente os fabricantes de Bens Duráveis, como a da FORD que produz os chicotes de cabos elétricos e as molas utilizadas em seus veículos.

TABELA 15

NORDESTE

GRUPOS CUJA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA CATEGORIA DE USO DE PARTES DE DURÁVEL, SUPERA 1% DA MESMA EM TERMOS DE VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) (1975)

GRUPOS DE INDÚSTRIA	% INFORM (1)	VTI % PARTIC. RELATIVA	PO/EST	VTI/EST (2)	VTI/PO (3)
E - PARTES DE DURÁVEL	44,0	100,00	44,4	3,9	87,0
11.51 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE METAL ESTAMPADO	32,0	10,80	25,0	1,5	61,7
13.41 - FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA VEÍCULOS	88,0	46,98	42,7	9,6	224,3
13.86 - FABRICAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA, TELEGRAFIA, SINALIZAÇÃO, TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO	60,0	2,76	40,3	1,3	32,6
14.33 - FABRICAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	78,0	39,12	64,0	3,9	62,3

Fonte: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981

Notas: (1) Corresponde à relação percentual entre os estabelecimentos cujas in formações constavam do Censo de 1975 e todos os estabelecimentos re gistrados, incluindo aqueles cujas informações foram omitidas face à adoção do critério do sigilo pelo IBGE ;

(2) Cr\$ milhões de 1975 ;

(3) Cr\$ mil de 1975.

O grupo 13.25 em si, corresponde à fabricação de um produto cuja finalidade é a reposição permanente para manutenção dos aparelhos elétricos portáteis em funcionamento. Mais um indício de que a fabricação de Partes de Duráveis no Nordeste tem sua motivação locacional principal assentada sobre a demanda de reposição de partes, peças e componentes.

A categoria "Reparação" aparece naturalmente em qualquer estrutura industrial de porte e dimensões mínimas. Corresponde a um conjunto de grupos cuja atividade se acopla ao consumo de Bens duráveis e de Capital (e suas partes, peças e componentes), pois objetiva prolongar-lhes a vida útil.

A tabela 16 mostra a composição da categoria, situando seus grupos principais, e informa a presença de um nível baixo de representatividade das informações ali contidas. Apenas 67,6% dos estabelecimentos tiveram os respectivos resultados informados.

O grupo "12.82 - Reparação e Manutenção de Máquinas e Aparelhos" apresentou-se como hegemônico em termos do VTI da categoria, o que denota, de certa forma, a predominância das atividades de "reparação mecânica" sobre as de "reparação eletro-eletrônica".

Do ponto de vista estrutural não se verificaram grandes diferenças, quer de tamanho, quer de produtividade médios, entre os grupos industriais mais importantes.

A representatividade das informações consolidadas para a categoria de uso dos Bens de Capital nordestina foi baixa. Dispomos de informações de apenas 57,3% dos estabelecimentos nela incluídos no Censo de 1975, o que mais uma vez nos leva a alertar para a precariedade dos percentuais obtidos para a participação dos diversos grupos industriais no VTI da referida categoria.

O grupo "12.31 - Fabricação e montagem de máquinas-ferramentas, máquinas operatrizes e aparelhos industriais de uso específico" possuía, em 1975, uma nítida hegemonia, respondendo por 45% do VTI da categoria. Os estabelecimentos deste mesmo grupo apresentaram uma produtividade média por pessoa ocupada superior à dos demais grupos com peso significativo (acima de 1% do VTI) na composição da categoria, que

TABELA 16

NORDESTE

GRUPOS CUJA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA CATEGORIA DE USO DE REPARAÇÃO SUPERA 1% DA MESMA EM TERMOS DE VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)

(1975)

GRUPOS DE INDÚSTRIA	% INFORM (1)	VTI % PARTICIP. RELATIVA	PO/EST	VTI/EST (2)	VTI/PO (3)
F - REPARAÇÃO	67,6	100,00	50,0	2,0	39,4
12.81 - SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE USINAGEM, TORNEARIA, FRESA, SOLDAS E SEMELHANTES	63,0	1,56	78,8	1,9	24,4
12.82 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS	86,0	85,02	57,5	2,3	40,4
13.91 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E DE COMUNICAÇÕES	58,0	6,52	36,3	2,1	58,3
14.13 - REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES E DE MOTORES MARÍTIMOS DE QUALQUER TIPO	38,0	1,43	33,3	1,5	44,0
14.34 - RECONDICIONAMENTO OU RECUPERAÇÃO DE MOTORES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	38,0	1,72	20,7	0,8	39,7
14.35 - REPARAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE FROTAS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS	89,0	1,87	51,3	0,7	14,1
18.23 - RECUPERAÇÃO DE PNEUMÁTICOS	31,0	1,89	9,9	0,4	42,1

Fonte: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981

Notas: (1) Corresponde à relação percentual entre os estabelecimentos cujas informações constavam do Censo de 1975 e todos os estabelecimentos registrados, incluindo aqueles cujas informações foram oriundas face à adoção do critério do sigilo pelo IBGE;

(2) Cr\$ milhões de 1975;

(3) Cr\$ mil de 1975.

TABELA 17

NORDESTE

GRUPOS CUJA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA CATEGORIA DE USO DE BENS DE CAPITAL SUPERA 1% DA MESMA EM TERMOS DE VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)

(1975)

GRUPOS DE INDÚSTRIA	% INFORM (1)	VTI % PARTICI. RELATIV.	PO/ EST	VTI/ EST (2)	VTI/ PO (3)
I - BENS DE CAPITAL	57,3	100,00	43,0	3,5	80,6
12.14 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE CALDERARIA PESADA PARA AS INDÚSTRIAS MECÂNICA, DE CONSTRUÇÃO NAVAL E DE VEÍCULOS FERROVIÁRIOS, PARA FINS HIDROMECÂNICOS E OUTRAS APLICAÇÕES INDUSTRIAIS - EXCLUSIVE ARTIGOS DE CALDERARIA LEVE (TANQUES, BUJÕES, CILINDROS, ETC.)	43,0	1,61	36,7	1,8	49,7
12.21 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS AEROTÉCNICAS, TÉRMICAS, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO, EQUIPADOS OU NÃO COM MOTORES ELÉTRICOS	94,0	8,47	26,8	1,7	63,1
12.31 - FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS, MÁQUINAS OPERATRIZES E APARELHOS INDUSTRIAIS DE USO ESPECÍFICO	75,0	45,41	57,1	10,3	180,1
13.11 - FABRICAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES, SUBESTAÇÕES, APARELHOS DE PROTEÇÃO DE LINHA E DE MEDIDA, CONVERSORES DISJUNTORES, DEGULHADORES DE VOLTAGEM, ETC.	29,0	17,36	210,8	14,7	69,9
16.21 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS DE METAL OU COM PREDOMINÂNCIA DE METAL	78,0	17,34	35,6	1,7	47,4

Fonte: Censo Industrial de 1973, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981

Notas: (1) Corresponde à relação percentual entre os estabelecimentos cujas formações constavam do Censo de 1975 e todos os estabelecimentos registrados, incluindo aqueles cujas informações foram oriundas face à adoção de sigilo pelo IBGE.

(2) Cr\$ milhões de 1975.

(3) Cr\$ mil de 1975.

atingiu quase três vezes superior à dos demais.

Dois grupos apresentaram participações expressivas, embora com percentuais mais modestos: "13.11 - Fabricação de geradores, transformadores, subestações, aparelhos de proteção de linha e de medida, conversores, disjuntores, reguladores de voltagem, etc.", com 17.36% do VTI da categoria, e "16.21 - Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal", com 17,34%. A participação do primeiro destes grupos, o 13.11, está significativamente subestimada, pois as informações disponíveis são oriundas de somente 29% dos estabelecimentos ali classificados.

À luz das informações disponíveis, as relações estruturais calculadas apontavam para padrões de tamanho médio dos estabelecimentos superiores no grupo 13.11 em termos da relação PO/EST; quase quatro vezes superior a da maior relação PO/EST dentre os demais setores. E quanto à relação VTI/EST, o grupo 13.11 foi acompanhado pelo grupo 12.31, ambos tendo se diferenciado marcadamente dos outros grupos apresentados na tabela.

A categoria de Bens de Capital, portanto, em que pese a insuficiência e ausência de estabelecimentos em inúmeros grupos, apresentava em 1975 um perfil estrutural mais "equilibrado" do que o observado, por exemplo, para a categoria de Bens de Consumo Duráveis. Em parte premida pela concorrência do pólo, ou mesmo do exterior, a produção de determinados Bens de Capital de menor conteúdo tecnológico se mostrou uma possibilidade efetiva face à manutenção de um certo volume de investimentos na área. Mas, realmente, a base produtiva da categoria ainda apresentou-se, em 1975, incipiente e pouco expressiva.

Se o problema da pouca representatividade das informações relativas à categoria de Bens de Capital era visível, nas informações relativas à categoria de Partes de Bens de Capital ele mostrou-se ainda mais sério, pois as informações disponíveis referiam-se a apenas 43% dos estabelecimentos, ou seja, menos da metade dos incluídos na referida categoria (ver tabela 18)

Um grupo isolado, o "11.31 - Fabricação de estruturas me

TABELA 18

NORDESTE

GRUPOS CUJA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA CATEGORIA DE USO DE PARTES DE BENS DE CAPITAL SUPERA 1% DA MESMA EM TERMOS DE VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)

(1975)

GRUPOS DE INDÚSTRIA	% INFORM ⁽¹⁾	VTI PARTICIP. RELATIVA	PO/ EST	VTI/EST ⁽²⁾	VTI/PO ⁽³⁾
J - PARTES DE BENS DE CAPITAL	43,0	100,00	69,7	3,9	55,7
11.31 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS	79,0	78,31	96,4	6,4	66,4
12.32 - FABRICAÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS PARA MÁQUINAS INDUSTRIAIS	69,0	7,38	37,6	1,3	33,9
14.41 - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	23,0	13,68	65,5	2,4	36,0

Fonte: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981

Notas: (1) Corresponde à relação percentual entre os estabelecimentos cujas informações constavam do Censo de 1975 e todos os estabelecimentos registrados, incluindo aqueles cujas informações foram omitidas face à adoção do critério do sigilo pelo IBGE;

(2) Cr\$ milhões de 1975;

(3) Cr\$ mil de 1975.

tálicas", foi responsável por 78% do VTI informado da categoria, e também pelos maiores tamanhos e produtividade médios conforme apresentado na tabela 18. Em segundo plano aparece o grupo "14.41 - Fabricação de carroçarias para veículos automotores", com 13,68% do VTI da categoria.

Ao contrário do que se verificou para as categorias de Duráveis e Partes de Duráveis, em que a última apresenta certo peso à luz da demanda de reposição de partes, peças e acessórios, a categoria de Partes de Bens de Capital, talvez pela própria especialização da demanda, não encontrou ainda em 1975 o mesmo espaço para se desenvolver.

A categoria de Insumos Industriais Diversos é talvez a mais importante da estrutura industrial nordestina, à luz do fenômeno da complementaridade industrial. Em grande parte isto se deve à estreita relação entre os produtos que nela estão incluídos e a base de recursos naturais nordestinos - especialmente no que tange à indústria química - e o destino que toma esta produção, como veremos no próximo capítulo.

A representatividade das informações obtidas foi igualmente baixa: coletamos informações de apenas 66,4% dos estabelecimentos ali classificados (ver tabela 19). Como vimos no início deste item a categoria dos Insumos Industriais Diversos representava a segunda força produtiva da estrutura industrial nordestina em termos de VTI, sendo superada apenas pela categoria dos Bens de Consumo Não Duráveis.

Vários grupos industriais superaram, em 1975, uma participação de 1% no VTI da categoria. Dentre estes, dois grupos tiveram participação acima dos 10% do VTI global: o "20.01 - Produção de elementos químicos e de produtos químicos inorgânicos e orgânicos e organo-inorgânicos - exclusive produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão-de-pedra e da madeira", e "20.12 - Fabricação de materiais petroquímicos básicos e de produtos petroquímicos primários e intermediários - exclusive produtos finais". Outros três grupos superaram os 5% de participação na categoria: o "00.13 - Extração de minerais de metais não ferrosos", o "11.04 - Produção de laminados de aço - inclusive de

TABELA 19 - NORDESTE - GRUPOS CUJA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA CATEGORIA DE USO DE INSUMOS INDUSTRIAIS DIVERSOS SUPERA 1% DA MESMA EM TERMOS DE VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)

(1975)

GRUPOS DE INDÚSTRIA	INFORM (1)	VTI PARTICIP. RELATIVA	PO/EST	VTI/EST (2)	VTI/PO (3)
G - INSUMOS INDUSTRIAIS DIVERSOS	66,4	100,00	46,9	6,7	142,7
00.13 - Extração de Minerais de metais não ferrosos	96,0	8,33	142,4	9,8	68,5
00.25 - Extração de outros minerais não metálicos	95,0	2,27	21,5	1,2	55,5
10.81 - Beneficiamento e Preparação de minerais não metálicos não associados à extração	93,0	4,11	26,7	2,4	88,2
11.03 - Produção de ferro-ligas em formas primárias	100,0	3,59	367,7	36,5	99,2
11.04 - Produção de laminados de aço - inclusive de ferro-ligas	88,0	6,52	150,4	28,3	188,4
11.11 - Metalurgia dos metais não ferrosos em formas primárias	50,0	3,89	147,7	42,8	289,9
11.13 - Produção de laminados de metais e de ligas de metais não ferrosos - Inclusive canos, tubos	75,0	2,93	59,0	29,7	504,0
11.41 - Fab. de artefatos de trefilados de ferro e aço, e de metais não ferrosos - Excluídos produtos de tornos automáticos	50,0	1,26	27,6	4,3	154,5
20.01 - Produção de elementos químicos e de produtos químicos inorgânicos, orgânicos e organo-inorgânicos - Excluídos produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão-de-pedra, e da madeira	91,0	13,76	27,7	7,2	260,6
20.12 - Fabricação de materiais petroquímicos básicos e de produtos petroquímicos primários e intermediários - Excluídos produtos finais	100,0	11,47	52,5	25,0	452,0
20.21 - Fabricação de materiais plásticos e plásticos - Inclusive a polimerização de matérias plásticas para extrusão de fios sintéticos	79,0	2,46	30,9	6,8	220,7
20.22 - Fabricação de resinas de fibras e fios artificiais e sintéticos	60,0	5,60	125,2	28,4	226,8
20.31 - Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	44,0	1,14	98,3	5,0	50,5
20.71 - Fab. de tintas, esmaltes, lacas e vernizes	71,0	2,58	52,5	7,8	149,4
20.81 - Fab. de adubos e fertilizantes e corretivos do solo	90,0	4,71	21,0	5,1	243,4
23.51 - Fabricação de artigos de matéria plástica para embalagem e acondicionamento	74,0	1,40	36,6	1,5	40,2
24.91 - Fabricação de artigos de cordoaria	95,0	1,27	16,3	0,7	41,5

FONTE: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981

NOTAS: (1) Corresponde à relação percentual entre os estabelecimentos cujas informações constavam do Censo de 1975 e todos os estabelecimentos registrados, incluindo aqueles cujas informações foram omitidas face à adoção do critério do sigilo do IBGE;

(2) Cr\$ milhões de 1975;

(3) Cr\$ mil de 1975.

ferro-ligas" e o "20.22 - Fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos". De certa forma, a inexistência de um grupo hegemônico atesta a evolução em marcha para um relativo amadurecimento da estrutura da categoria dos Insumos Industriais Diversos já em 1975.

Os resultados mais importantes apresentados para a categoria repousam nas relações estruturais básicas dos diversos grupos. Como esperado, as relações de tamanho e produtividade médias alcançaram níveis elevados em 1975⁽²⁷⁾. Dos 17 grupos industriais apresentados na tabela 19, em dez a produtividade média do pessoal ocupado superou os cr\$ 100.000 de 1975; em 12 o VTI/EST registrado se elevou acima dos cr\$ 5 milhões de 1975. Cotejados com os padrões estruturais das outras categorias analisadas, as registradas para esta categoria foram substancialmente mais elevadas - com a exceção da categoria Combustíveis e Lubrificantes.

A categoria Insumos para Construção Civil apresenta boa representatividade, com informações relativas a 92,4% dos estabelecimentos nela classificados.

O grupo que maior participação relativa detinha na categoria, era o "10.41 - Fabricação de telhas, tijolos e lajotas, vasilhames e outros artigos de material cerâmico - inclusive refratários", com 13,89% do VTI respectivo. Outros grupos de importância na categoria eram o "10.61 - Fabricação de artefatos de cimento - exclusive fibrocimento", o "11.05 - Produção de canos e tubos com costura, fundidos e trefilados", o "11.61 - Fabricação de artigos de serralheria", e o "15.11 - Serrarias". Além destes, dois grupos importantes, o "10.52 - Fabricação de cimento", que contava com 9 estabelecimentos, e o "10.01 - Fabricação de clínquer"

(27) A principal característica dos mercados tipo oligopólio puro ou concentrado, em que se inserem os grupos mais importantes desta categoria, é a ... "Elevada concentração técnica e econômica do mercado, em que um número reduzido de empresas, através de plantas industriais de grande escala de produção, absorvem uma parcela substancial da demanda do setor...". Cf. TAVARES, Maria da Conceição et alii (s/d, p.282)

SUPERA 1% DA MESMA EM TERMOS DE VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)
(1975)

GRUPOS DE INDÚSTRIA	INFORM (1) %	VTI % PARTICIP. RELATIVA	PO/EST	VTI/EST (2)	VTI/PO (3)
K - INSUMOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL	92,4	100,00	11,7	0,5	40,0
00.22 - Extração de pedras e outros materiais para construção	95,0	2,48	14,3	0,7	52,3
10.11 - Britamento de pedras	95,0	4,95	24,3	1,1	43,8
10.13 - Aparelhamento de mármore, ardósia, granito e outras pedras em chapas e placas	90,0	2,01	21,4	0,8	35,7
10.21 - Fabricação de cal virgem	86,0	1,11	6,7	0,1	21,3
10.22 - Fabricação de cal hidratada ou extinta	96,0	1,57	7,3	0,2	29,8
10.41 - Fab.de telhas,tijolos e lajotas,vasilhames e outros artigos de material cerâmico - inclusive refratários	84,0	13,89	8,5	0,1	16,1
10.42 - Fab.de canos, manilhas,tubos e conexões, ladrilhos, mosaicos e pastilhas cerâmicas e artigos de gres	75,0	1,84	92,3	2,5	27,1
10.61 - Fab. de artefatos de cimento-inclusive fibrocimento	64,0	9,37	25,0	1,0	38,9
11.05 - Produção de canos e tubos com costura, fundidos e trefilados	80,0	7,58	158,0	15,4	97,7
11.61 - Fab.de artigos de serralheria	61,0	7,49	21,6	1,0	47,5
15.11 - Serrarias	98,0	9,25	10,7	0,3	31,0
15.22 - Fabricação de esquadrias	90,0	3,82	11,2	0,3	29,3
20.15 - Fabricação de asfaltos	65,0	2,13	63,1	3,1	49,9
23.61 - Fab.de manilhas, canos, tubos e conexões de material plástico	71,0	4,07	111,4	13,2	118,9

FONTE: CENSO INDUSTRIAL DE 1975, SÉRIE REGIONAL (ESTADOS NORDESTINOS), IBGE, 1981

NOTAS:

(1) Corresponde à relação percentual entre os estabelecimentos cujas informações constavam do Censo de 1975 e todos os estabelecimentos registrados, incluindo aqueles cujas informações foram omitidas face à adoção do critério do sigilo pelo IBGE;

(2) Cr\$ milhões de 1975;

(3) Cr\$ mil de 1975.

com 7 estabelecimentos em 1975, não apresentaram informações a este nível de agregação; ambos juntos, representando a indústria (3 dígitos) 10.5, participaram com 13,7% do VTI conhecido da categoria, a partir de um percentual de informação de 44% (7 estabelecimentos com informações num total de 16 estabelecimentos - Ver tabela A.III.1 no Apêndice 3).

Esta categoria é composta por grupos cuja presença na estrutura industrial é, para a maioria deles, tradicional. No caso nordestino, apenas alguns grupos dos ramos Metalúrgica e o grupo do ramo de Produtos de Matéria Plástica são de presença mais recente. Isto explica, em parte, a estabilidade estrutural da categoria, que não apresentava em 1975 hiatos setoriais importantes.

Do ponto de vista estrutural, a categoria é representada, em geral, por padrões de tamanho e produtividade médias baixos. Os grupos que mais destoaram desta regra foram: "11.05", com mais de 150 pessoas ocupadas em média nos oito estabelecimentos informados, cr\$ 15 milhões por estabelecimento, e uma produtividade média por pessoa ocupada próxima aos cr\$ 100.000 de 1975; e "23.61 - Fabricação de manilhas, canos, tubos e conexões de material plástico", com 111,4 pessoas ocupadas por estabelecimento, cr\$ 13,2 milhões de VTI anual por estabelecimento, e cr\$ 118,9 mil de VTI por pessoa ocupada em média.

A categoria de Partes Diversas é por definição marginal pois compreende os grupos que não puderam ser classificados como Partes de Duráveis ou Partes de Bens de Capital ou Insumos Industriais Diversos ou ainda Insumos para Construção Civil. Neste sentido, sua análise isolada não apresenta muita importância, pois não se encaixa na "lógica interna" da divisão dos grupos industriais por categoria de uso.

Mais uma vez, a representatividade baixa nas informações que dispomos para esta categoria (51% dos estabelecimentos nela incluídos) reclama cuidados. (ver tabela 21)

Os quatro grupos apresentados na tabela 21 foram realmente os de maior expressão na categoria, cabendo ressaltar apenas a produtividade média do pessoal ocupado no grupo

TABELA 21

NORDESTE

GRUPOS CUJA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA CATEGORIA DE USO DE PARTES DIVERSAS SUPERA 1% DA MESMA EM TERMOS DE VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI)

(1975)

GRUPOS DE INDÚSTRIA	% INFORM (1)	VTI % PARTICIP. RELATIVA	PO/ EST	VTI/EST (2)	VTI/PO (3)
H - PARTES DIVERSAS	51,1	100,00	31,2	1,5	49,4
11.06 - PRODUÇÃO DE FUNDIDOS DE FERRO E AÇO	64,0	19,75	20,9	0,9	42,9
11.15 - PRODUÇÃO DE FORMAS, MOLDES E PE- ÇAS FUNDIDAS DE ME- TAIS NÃO FERROSOS - INCLUSIVE LIGAS	41,0	32,18	87,9	3,3	38,0
13.24 - FABRICAÇÃO DE MATERIAL PARA INSTALAÇÕES ELÉTRI- CAS E PARA FABRICA- ÇÃO DE LUSTRES E ABAJURES	93,0	27,44	25,5	1,4	55,8
23.29 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE MATÉ- RIA PLÁSTICA PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS OU NÃO CLASSIFICA- DOS	60,0	20,12	41,3	4,9	117,7

Fonte: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981

Notas: (1) Corresponde à relação percentual entre os estabelecimentos cujas informações constavam do Censo de 1975 e todos os estabelecimentos registrados, incluindo aqueles cujas informações foram omitidas face à adoção do critério do sigilo pelo IBGE;

(2) Cr\$ milhões de 1975;

(3) Cr\$ mil de 1975.

"23.29 - Fabricação de artigos de matéria plástica para usos industriais não especificados ou não classificados", de Cr\$ 117,7 mil de 1975 .

Uma análise que pode nos auxiliar a ter uma visão ainda mais acurada da estrutura industrial nordestina de 1975 é a dos principais "hiatos" setoriais, ou seja, dos grupos de indústria que não contam com qualquer estabelecimento na área nordestina. Embora esta "ausência" possa ser atribuída a inúmeros fatores, para o caso de alguns grupos identificados ela pode estar relacionada direta ou indiretamente à complementaridade estabelecida com a indústria do pólo. Em particular, é possível imaginar que a inexistência de estabelecimentos em determinados grupos de indústria se vincule à presença de barreiras à entrada de novas firmas em certos mercados mais oligopolizados, a nível nacional, de requisitos técnicos e financeiros elevados. De qualquer forma, nem todos os "hiatos" existentes foram motivados pela atual divisão territorial do trabalho.

Nessa abordagem teremos de lidar com uma limitação inerente à nossa lista de "hiatos" setoriais, pois tal lista não contempla aqueles grupos de indústria que, embora contando com um ou dois estabelecimentos no Nordeste, ainda possuíam presença marginal em sua estrutura industrial quando deveriam aparecer mais significativamente a exemplo do que ocorre no pólo.

Deixamos de considerar também os grupos de indústrias que definem produtos de uma indústria (3 dígitos) que não puderam ser classificados ou especificados pelo IBGE. Esta opção, que se assenta em motivos óbvios, cobre a maioria dos grupos cujo quarto dígito de classificação corresponde ao algarismo "nove".

Finalmente cabe ressaltar que o quadro 4 lista os "hiatos" segundo sua ordenação por categorias de uso, de forma a manter coerência com a abordagem anterior.

Na categoria dos não Duráveis surgiu um grupo de indústria que ilustra bem esta ausência de produção setorial aparentemente originada na interdependência dos mercados e na atual divisão territorial do trabalho: o grupo "26.63 - Fa

QUADRO 4 - GRUPOS INDUSTRIAIS AUSENTES OU "HIATOS" SETORIAIS
DA ESTRUTURA INDUSTRIAL NORDESTINA DE 1975

A - CONSUMO NÃO DURÁVEL

10

10.74 - Fabricação de artigos de vidro para laboratório de análise, hospitais e afins (*)

17

17.41 - Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, impressos ou não, ou plastificados, para escritório (*)

24

24.22 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de sêda animal - inclusive mesclas com predominância de sêda animal

24.23 - Fiação e tecelagem e tecelagem de lã - inclusive mesclas com predominância de lã

24.27 - Tecelagem de filamentos contínuos artificiais (*)

26

26.04 - Fabricação de café e mate solúveis

26.32 - Preparação de conservas do pescado

26.63 - Fabricação de gomas de mascar

30

30.92 - Fabricação de artefatos de pêlos, plumas, chifres, garras, etc. (*)

B - INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO

15

15.71 - Fabricação de artigos de cortiça

24

24.12 - Beneficiamento de matérias têxteis de origem animal (*)

24.34 - Fabricação de tecidos elásticos (*)

24.51 - Fabricação de feltros

24.52 - Fabricação de tecidos de crina

24.53 - Fabricação de tecidos felpudos

24.54 - Fabricação de tecidos impermeáveis e de acabamento especial

27

27.32 - Fabricação de malte

C - CONSUMO DURÁVEL

10

- 10.45 - Fabricação de louça para serviço de mesa
- 10.76 - Fabricação de artigos de vidro ou de cristal para serviços de mesa, copa e cozinha e artigos para adorno - inclusive de vidro refratário (*)

12

- 12.54 - Fabricação de máquinas e aparelhos para uso doméstico, equipados ou não com motores elétricos - exclusive fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico e pessoal (*)

14

- 14.51 - Fabricação de bicicletas e triciclos, motorizados ou não, e moticiclos - inclusive peças e acessórios

16

- 16.91 - Fabricação de persianas (*)
- 16.92 - Montagem e acabamento de móveis (*)

30

- 30.21 - Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos
 - 30.22 - Fabricação de material fotográfico
 - 30.31 - Lapidação de pedras preciosas e semi-preciosas (*)
 - 30.43 - Reprodução de fitas magnéticas gravadas (músicas, textos etc.) - exclusive produção de matrizes
 - 30.97 - Fabricação de perucas
-

D - PARTES DE DURÁVEL

13

- 13.27 - Fabricação de resistências para aquecimento (*)

18

- 18.21 - Fabricação de pneumáticos e câmaras-de-ar (*)
-

E - BENS DE CAPITAL

12

- 12.52 - Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos para exercício de artes e ofícios
- 12.53 - Fabricação de máquinas, aparelhos e utensílios, elétricos ou não, para escritório - exclusive eletrônicos
- 12.71 - Fabricação e montagem de tratores (*)

13

- 13.53 - Fabricação de aparelhos e equipamentos elétricos para fins eletroquímicos e outros usos técnicos
- 13.83 - Fabricação de equipamentos e de aparelhos de sinali

zação e alarme
13.84 - Fabricação de aparelhos transmissores de rádio, televisores, e de gravação e ampliação de som (*)

14

14.12 - Fabricação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores marítimos

14.21 - Construção e montagem de locomotivas, carros - motores e vagões ferroviários

14.71 - Construção e montagem de aviões

30

30.11 - Fabricação de instrumentos, utensílios e aparelhos não elétricos para usos médico-cirúrgicos, odontológicos e de laboratório

30.23 - Fabricação de instrumentos óticos

F - PARTES DE BENS DE CAPITAL

12

12.19 - Fabricação de peças e acessórios para máquinas motrizes não elétricas e para equipamentos de transmissão industrial (*)

12.29 - Fabricação de peças e acessórios para máquinas, aparelhos e equipamentos industriais não elétricos para as instalações hidráulicas, térmicas, de ventilação e refrigeração (*)

14

14.19 - Fabricação de peças e acessórios para embarcações - inclusive para caldeiras, máquinas, turbinas e motores marítimos

14.22 - Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários (*)

14.89 - Fabricação de peças e acessórios para veículos à tração animal e outros veículos não especificados ou não classificados (*)

18

18.52 - Fabricação de correias de borracha

23

23.22 - Fabricação de artigos de matéria plástica para uso na indústria mecânica (*)

G - INSUMOS INDUSTRIAIS DIVERSOS

00

00.12 - Fabricação de minérios de metais preciosos (*)

00.32 - Extração de carvão-de-pedra, xisto betuminoso, e outros combustíveis minerais - inclusive sinterização ou pelotização do carvão-de-pedra

00.41 - Extração de minerais radioativos

- 10
10.93 - Fabricação de artigos de grafita - exclusive minas para lápis, escova e contatos de carvão ou grafita para motores e carvão para uso em eletricidade
- 11
11.12 - Produção de ligas de metais não ferrosos em formas primárias - exclusive de metais preciosos (*)
11.16 - Produção de forjados de metais não ferrosos (*)
11.17 - Produção de fios e arames de metais e de ligas de metais não ferrosos - exclusive fios, cabos e condutores elétricos
11.18 - Produção de soldas e anodos
11.19 - Metalurgia dos metais preciosos (*)
11.62 - Fabricação de artigos de caldeireiro - exclusive destiladores, alambiques e semelhantes (*)
11.81 - Têmpera e cementação do aço e recozimento de arames
- 13
13.26 - Fabricação de eletrodos
- 15
15.19 - Imunização, preservação, e outros tratamentos da madeira
- 17
17.19 - Fabricação de pasta mecânica
17.91 - Fabricação de artigos diversos de fibra prensada ou isolante - inclusive peças e acessórios para máquinas e veículos
- 18
18.41 - Fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha
18.53 - Fabricação de canos, tubos e mangueiras de borracha (*)
- 19
19.22 - Fabricação de correias e outros artigos de couro para máquinas
- 20
20.13 - Fabricação de produtos derivados da destilação do carvão-de-pedra
20.14 - Fabricação de gás de nafta craqueada
20.73 - Fabricação de pigmentos e corantes (*)
20.92 - Fabricação de substâncias tanentes e mordentes
- 24
24.96 - Fabricação de artigos de tecido e de acabamento especial
-

H - PARTES DIVERSAS

23

23.24 - Fabricação de artigos de matéria plástica para uso
na indústria de material de transporte (*)

FONTE: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nor
destinos); IBGE, 1981

OBS: (*) Grupos de indústria que contariam com pelo menos
um estabelecimento, no Nordeste, no Censo de 1980.

bricação de gomas de mascar", cuja produção assentava-se em quatro estabelecimentos apenas em todo o país que abasteciam todo o mercado nacional - algo muito próximo a uma situação teórica de oligopólio diferenciado⁽²⁸⁾.

Outros "hiatos" relacionados justificavam-se muito mais por questões relativas à impropriedade de determinadas condições físicas, de clima etc no Nordeste para a produção das matérias-primas básicas destes setores. Foi o caso dos grupos "24.22 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de sê da animal - inclusive mesclas com predominância de sô da animal", "24.23 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de lã - inclusive mesclas com predominância de lã" ou "26.04 - Fabri cação de café e mate solúveis".

Outros hiatos ainda poderiam ser considerados transitórios, no sentido de que com o avanço industrial da área ten deriam a desaparecer enquanto tal. Este seria o caso dos Gru pos "17.41 - Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, impressos ou não, plastificados ou não, para escritó rio", "24.27 - Tecelagem de filamentos contínuos artificiais" ou "26.32 - Preparação de conservas do pescado". Para estes grupos não existiam razões técnicas para a "não presença" na estrutura industrial nordestina, pois inclusive reportam-se a mercados mais competitivos, sem a existência de barreiras significativas à entrada de novas firmas.

Os "hiatos" setoriais registrados para a categoria de Intermediários para Consumo ensejam, em linhas gerais, os mes mos motivos que aqueles identificados para um conjunto de grupos da categoria anteriormente analisada, que se reporta vam à inexistência de produção significativa das matérias - -primas que requerem no Nordeste. Foi o caso, por exemplo, do grupo "27.32 - Fabricação de malte" ou do grupo "24.54 - Fa bricação de tecidos felpudos".

No que respeita à categoria dos Bens Duráveis de Consumo, inúmeros hiatos poderiam ser atribuídos ao estágio da

(28) Para uma descrição detalhada das características principais deste tipo de mercado, analisado a partir da estrutura industrial brasileira, ver TAVARES, Maria da Con ceição et alii (s/d, ps.299 a 303)

concorrência já existente no país nos seus respectivos mercados. Este seria o caso dos grupos "14.51 - Fabricação de bicicletas e triciclos, motorizados ou não", "30.21 - Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos" e outros.

Ainda existiriam casos especiais como o dos grupos "14.31 - Fabricação de unidades automotrizes" e "14.32 - Fabricação de veículos automotores - inclusive montagem" que embora registrassem a presença de um estabelecimento cada em 1975 eram indiscutivelmente marginais quando comparados com seus homônimos da estrutura do pólo. O único estabelecimento registrado em 1975 no grupo 14.31 "desapareceu" no Censo de 1980.

Na categoria de Partes de Durável os dois únicos grupos ausentes foram o "13.27 - Fabricação de resistências para aquecimento" e o "18.21 - Fabricação de pneumáticos e câmaras-de-ar" (estes dois grupos viriam a contar com pelo menos um estabelecimento no Censo de 1980). A presença apenas destes dois grupos em nossa lista de "hiatos" comprova que a categoria de Partes de Duráveis já contava com uma razoável estrutura na área nordestina, que provavelmente foi montada na esteira da expansão do consumo de Duráveis nas últimas décadas por todo o país.

A análise dos "hiatos" setoriais presentes em 1975 na categoria de Bens de Capital fica particularmente prejudicada pela abrangência da classificação da maior parte dos grupos de indústria (4 dígitos) nela incluídos. Grupos de indústria como por exemplo o "12.31 - Fabricação e montagem de máquinas-ferramentas, máquinas-operatrizes e aparelhos industriais de uso específico" são constituídos por um elevado número de sub-grupos que se reportam à produção de mercadorias muito heterogêneas que envolvem também, muitas vezes, processos de produção também heterogêneos, desde a fabricação seriada até a produção sob encomenda. Entretanto, ainda assim registraram-se em 1975 "hiatos" importantes.

Os grupos de indústria ausentes mais característicos foram: "12.71 - Fabricação e montagem de tratores" e "13.84 - Fabricação de aparelhos transmissores de rádio, televisores e gravação e ampliação de som". O primeiro enquadra-se na defi

nição de um mercado tipo oligopólio concentrado, com predomínio de produção seriada; o segundo numa estrutura de oligopólio diferenciado - concentrado⁽²⁹⁾.

A maioria dos outros grupos referia-se a uma faixa de produção mais especializada, mais voltada para estruturas de mercado de oligopólio concentrado: ressaltava-se na estrutura industrial nordestina de 1975 a ausência de grupos como o "12.52 - Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos para o exercício de artes e ofícios", o "13.53 - Fabricação de aparelhos e equipamentos elétricos para fins eletroquímicos e outros usos técnicos", o "14.22 - Construção e montagem de locomotivas, carros-motores e vagões ferroviários" e o "30.23 - Fabricação de instrumentos óticos".

Na categoria de Partes de Bens de Capital registrou-se a ausência de grupos que se relacionavam à fabricação de peças e acessórios para alguns tipos de máquinas e equipamentos ou para motores e veículos, tais como "12.19 - Fabricação de peças e acessórios para máquinas motrizes não elétricas e para equipamentos de transmissão industrial" e "14.19 - Fabricação de peças e acessórios para embarcações - inclusive para caldeiras, máquinas, turbinas e motores marítimos". Estes "hiatos" parecem significar que o mercado nordestino não justifica a produção "exclusiva" de partes, peças e componentes de Bens de Capital com uso mais restrito na área, cuja demanda potencial pode ser satisfeita com encomendas diretas à indústria do pólo.

Persistiam em 1975 alguns "hiatos" na estrutura da categoria de Insumos Industriais Diversos, em que pese ser esta uma categoria de dimensões avantajadas no Nordeste. Alguns destes "hiatos" eram motivados por fatores como a inexistência de matérias-primas correlatas produzidas na área, como no caso do grupo "00.32 - Extração de carvão-de-pedra, xisto betuminoso e outros combustíveis minerais - inclusive sinterização ou pelotização do carvão-de-pedra", para o qual a base de recursos naturais nordestinos não contemplava jazidas destes minérios em condições de produção com viabilidade econô-

(29) Cf. TAVARES, Maria da Conceição et alii(s/d, ps.282 a 298.

mica.

A maioria, entretanto, dos grupos ausentes da estrutura da categoria de Insumos Industriais Diversos não encontrava motivação mais forte para sua ausência. De fato, alguns grupos que não contavam com qualquer estabelecimento no Nordeste registrariam a presença de estabelecimentos no Censo de 1980. Este foi o caso dos grupos "00.12 - Fabricação de minérios de metais preciosos", "11.12 - Produção de ligas de metais não ferrosos em formas primárias-exclusive de metais preciosos", "11.16 - Produção de forjados de metais não ferrosos", "11.19 - Metalurgia dos metais preciosos", "11.62 - Fabricação de artigos de caldeireiro-exclusive destiladores, alambiques e semelhantes", "18.53 - Fabricação de canos, tubos e mangueiras de borracha" e "20.73 - Fabricação de pigmentos e corantes".

Outros grupos ainda, representam a produção de bens muito específicos, e que mesmo na estrutura industrial brasileira possuíam número restrito de estabelecimentos, como no caso do grupo "19.22 - Fabricação de correias e outros artigos de couro para máquinas" - que contava com 12 estabelecimentos no país em 1975 -, ou do "18.41 - Fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha" - só contava com quatro estabelecimentos em todo o país em 1975.

Por fim, a categoria de Partes Diversas registraria um único hiato setorial em 1975, relativo ao grupo "23.24 - Fabricação de artigos de matéria plástica para uso na indústria de material de transporte". Este hiato, entretanto, deixou de ser verificado em 1980.

As categorias de Combustíveis e Lubrificantes, Insumos para a Construção Civil e Reparação não registraram a ausência de qualquer de seus grupos de indústrias (4 dígitos) componentes.

Dos 72 grupos de indústrias ausentes da estrutura industrial nordestina de 1975 apenas 43 continuavam ausentes da estrutura de 1980. De outro lado, em 14 grupos para os quais se registrava a presença de pelo menos um estabelecimento em 1975, não se registrou esta presença no Censo de 1980; alguns

destes estabelecimentos, provavelmente, por terem redirecionado sua produção.

Finalmente, para fecharmos o quadro referente à estrutura industrial nordestina em sua composição interna vamos analisar a estrutura da "Nova Indústria" segundo o mesmo corte por categorias de uso do bem produzido.

Os dados acerca da "Nova Indústria" nordestina reportam-se aos projetos incentivados com recursos oriundos do sistema de incentivos fiscais 34/18 e/ou FINOR e compreendem no caso 491 empresas que se encontravam funcionando ali em 1978 de um universo pesquisado de 763⁽³⁰⁾. A denominação "Nova Indústria" corresponde, portanto, à indústria resultante da ação do mecanismo do crédito fiscal e responde significativamente pelo perfil que vem assumindo nas últimas décadas a indústria nordestina.

A tabela 22 apresenta a estrutura da "Nova Indústria" nordestina segundo as variáveis da pesquisa BNB/SUDENE consideradas neste trabalho: o número de empresas, a mão-de-obra, o investimento fixo, o valor dos equipamentos, o valor dos insumos e o valor das vendas.

A participação das empresas incluídas nas categorias de Consumo não Durável e Intermediários para Consumo foi maior, como era de se esperar, quanto às variáveis número de empresas, mão-de-obra, valor dos insumos e valor das vendas e substancialmente menor no que respeita às variáveis investimento fixo e valor dos equipamentos. Os dados mostram que juntas as categorias de Consumo não Durável e Intermediários para Consumo da "Nova Indústria", embora respondessem por quase a metade do valor das vendas, correspondiam a um quarto apenas dos investimentos fixos realizados. Além disto, empregavam mais de 50% do pessoal ocupado, e demandavam 52,6% dos insumos adquiridos por toda a "Nova Indústria".

(30) Estas 491 empresas foram as únicas consideradas porque apresentavam informações para todas as variáveis utilizadas neste trabalho. Entre as demais empresas pesquisadas pelo BNB/SUDENE encontravam-se umas em implantação, outras funcionando com problemas e ainda outras paralisadas - Ver Apêndice 1.

T A B E L A 22
N O R D E S T E

ESTRUTURA DA "NOVA INDÚSTRIA" DO NORDESTE SEGUNDO CATEGORIAS DE USO PARA VARIÁVEIS SELECIONADAS - 1977

CATEGORIAS DE USO	EMPRESAS MÃO DE OBRA INVESTIMENTO FIXO VALOR DOS EQUIPAMENTOS VALOR DOS INSUMOS										VALOR DAS VENDAS Cr\$ mil 77	
	nº	%	nº	%	Cr\$ mil 77	%	Cr\$ mil 77	%	Cr\$ mil 77	%		
A-CONSUMO NÃO DURÁVEL + INTER- MEDIÁRIOS PARA CONSUMO	239	27,7	89.974	53,4	16.060.108	25,1	8.024.491	22,1	12.058.746	52,6	21.290.490	47,1
A1-CONSUMO NÃO DURÁVEL	185	37,7	74.227	44,1	12.175.228	19,0	6.155.354	17,0	10.146.173	44,3	17.748.994	39,3
A2-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO	54	11,0	15.747	9,3	3.884.880	6,1	1.869.137	5,1	1.912.573	8,3	3.541.496	7,8
B-CONSUMO DURÁVEL + PARTES DE DURÁVEL	29	5,9	8.166	4,8	2.320.225	3,6	1.235.552	3,4	836.458	3,7	1.905.344	4,2
B1-CONSUMO DURÁVEL	18	3,7	2.841	1,7	504.583	0,8	188.869	0,5	289.964	1,3	510.513	1,1
B2-PARTES DE DURÁVEL	11	2,2	5.325	3,2	1.815.642	2,8	1.046.683	2,9	546.494	2,4	1.394.831	3,1
C-BENS DE CAPITAL + PARTES DE BENS DE CAPITAL	31	6,3	8.687	5,2	1.992.077	3,1	774.139	2,1	994.576	4,3	2.382.397	5,3
C1-BENS DE CAPITAL	24	4,9	6.708	4,0	1.660.180	2,6	599.141	1,7	748.324	3,3	1.943.188	4,3
C2-PARTES DE BENS DE CAPITAL	7	1,4	1.979	1,2	331.897	0,5	174.998	0,5	246.252	1,0	439.209	1,0
D-INTERMEDIÁRIOS (INSUMOS EX- GERAL)	191	38,9	61.615	36,6	43.629.399	68,2	26.255.769	72,3	9.020.412	39,4	19.790.093	43,8
D1-INSUMOS INDUSTRIAIS DIVERSOS	122	24,9	44.038	25,1	36.779.829	57,5	23.889.081	65,8	7.602.161	33,2	15.003.035	33,2
D2-COMBUSTÍVEIS E LUBRIFI- CANTES	2	0,4	70	0,0	44.210	0,1	30.256	0,1	31.419	0,2	48.260	0,1
D3-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSTRUÇÃO	61	12,4	16.268	9,7	6.613.274	10,3	2.238.253	6,2	1.334.260	5,8	4.372.514	9,7
D4-PARTES DIVERSAS	6	1,2	1.239	0,7	192.086	0,3	89.179	0,3	52.572	0,2	155.284	0,3
E-REPARAÇÃO	1	0,2	45	0,0	14.463	0,0	6.043	0,0	1.068	0,0	8.386	0,0
TOTAL	491	100,0	168.487	100,0	64.016.272	100,0	36.295.994	100,0	22.911.260	100,0	45.376.710	100,0

FONTE: Pesquisa Direta BNB/SUDENE, 1978

Já para as categorias de Consumo Durável e Partes de Durável, suas participações relativas foram bem menos expressivas, mas registraram menor discrepância entre as relativas às variáveis investimento fixo e valor dos equipamentos e as demais - especialmente no que respeita à categoria de Partes de Duráveis. Neste último caso, o resultado parece perfeitamente coerente com o obtido para toda a estrutura industrial nordestina de 1975, quando evidenciou-se a importância relativa maior desta categoria - Partes de Duráveis - no contexto nordestino. De fato, quando analisamos a tabela 22, verificamos que a categoria de Consumo Durável apresentou maior congruência com os padrões estruturais identificados para as categorias de Consumo não Durável e Intermediários para Consumo.

As categorias de Bens de Capital e de Partes de Bens de Capital mostraram participações também inferiores quanto às variáveis investimento fixo e valor dos equipamentos, cabendo registrar a participação mais expressiva da categoria de Bens de Capital.

Nas categorias dos Intermediários o padrão acima descrito inverteu-se, ou seja, a participação mais expressiva verificou-se justamente quanto às variáveis investimento fixo e valor dos equipamentos. Estas categorias juntas responderam por 72,3% dos equipamentos adquiridos (em valor) e 68,2% dos investimentos fixos realizados por toda a "Nova Indústria". Dentre as categorias respectivas, a mais importante foi a de Insumos Industriais Diversos, responsável quase que isoladamente pelos padrões descritos pelos Intermediários na estrutura industrial. As outras categorias ficaram mais próximas a um certo equilíbrio em suas participações relativas quanto às variáveis consideradas, à exceção da categoria dos Intermediários para Construção, que obteve participações mais expressivas nos investimentos fixos e no valor das vendas.

Para concluir este item vamos comparar a composição da estrutura industrial nordestina - "universo" e "Nova Indústria" - com a da estrutura industrial brasileira. A tabela 23 apresenta as composições da estrutura industrial da "Nova Indústria" em 1977 - que acabamos de ver, segundo o valor das

T A B E L A 23
BRASIL E NORDESTE

COMPARAÇÃO ENTRE A COMPOSIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA EM 1970 DA INDÚSTRIA NORDESTINA EM 1975 E DA "NOVA INDÚSTRIA" DO NORDESTE EM 1977, SEGUNDO CATEGORIAS DE USO.

CATEGORIAS DE USO	BRASIL VALOR DA PRODUÇÃO (1970)	NORDESTE VALOR DA PRODUÇÃO (1975)	NORDESTE-"NOVA INDÚSTRIA"- VA LOR DAS VENDAS (1977)
<u>A-CONSUMO NÃO DURÁVEL + INTER MEDIÁRIOS PARA CONSUMO</u>	<u>45,0</u>	<u>52,5</u>	<u>47,1</u>
A1-CONSUMO NÃO DURÁVEL	34,6	36,6	39,3
A2-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO	11,3	15,9	7,8
<u>B-CONSUMO DURÁVEL + PARTES DE DURÁVEL</u>	<u>11,6</u>	<u>2,3</u>	<u>4,2</u>
B1-CONSUMO DURÁVEL	7,3	1,2	1,1
B2-PARTES DE DURÁVEL	4,3	1,1	3,1
<u>C-BENS DE CAPITAL + PARTES DE BENS DE CAPITAL</u>	<u>9,4</u>	<u>3,2</u>	<u>5,3</u>
C1-BENS DE CAPITAL	6,9	2,0	4,3
C2-PARTES DE BENS DE CAPITAL	2,5	1,2	1,0
<u>D-INTERMEDIÁRIOS (INSUMOS EM GERAL)</u>	<u>32,0</u>	<u>39,1</u>	<u>43,8</u>
D1-INSUMOS INDUSTRIAIS DIVERSOS	20,2	20,4	33,2
D2-COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	3,5	10,4	0,1
D3-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSTRUÇÃO	6,7	7,0	9,7
D4-PARTES DIVERSAS	1,6	1,3	0,3
<u>E-REPARAÇÃO</u>	<u>1,1</u>	<u>2,8</u>	<u>0,0</u>
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0

FONTES - TAVARES, Maria da Conceição et alii (s/d, Tabela A.1 do Apêndice Estatístico)
- Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981
- Pesquisa Direta, BNB/SUDENE, 1978

NOTA;(1) A composição do valor da produção das categorias de uso na indústria nordestina foi ajustada conforme o percentual de estabelecimentos cujas informações estavam disponíveis, ou seja, dividiu-se o VP conhecido de cada categoria pelo percentual de estabelecimentos com informações disponíveis respectivo, segundo a fórmula

$$VP \text{ ajustado } CAT_1 = VP \text{ conhecido } CAT_1 \times \frac{100}{\text{informado}}$$

O VP total da indústria nordestina ajustado por este processo correspondeu a 99,6% do VP verdadeiro da indústria nordestina conforme estabelecido no censo de 1975.

vendas, da estrutura industrial nordestina global⁽³¹⁾ de 1975, e da estrutura industrial brasileira de 1970; estas duas últimas segundo o valor da produção⁽³²⁾.

Os resultados ilustram algumas conclusões apresentadas anteriormente e algumas considerações novas.

Em primeiro lugar, ficou evidenciada a pequena participação das categorias de Bens de Consumo Duráveis e de Partes de Duráveis na estrutura industrial nordestina, sendo mais acentuada a discrepância relativa para a primeira categoria. Para estas categorias vale ressaltar que, ao contrário do registrado para a estrutura industrial do país em 1970, o peso da categoria de Partes Duráveis foi semelhante ao dos Duráveis completos no caso nordestino de 1975.

Em segundo lugar, registrou-se igualmente uma presença relativamente menor das categorias de Bens de Capital e de Partes de Bens de Capital na estrutura industrial nordestina de 1975. Entretanto, esta menor participação foi menos intensa do que para as categorias anteriores: juntas tiveram um peso três vezes menor que suas congêneres no país contra um peso cinco vezes menor das categorias de Consumo Durável e Partes de Duráveis. De outro lado, acontecia com as categorias de Bens de Capital e Partes de Bens de Capital algo parecido com o que acontecia com as categorias de Bens de Consumo Duráveis e de Partes de Duráveis, embora de maneira mais fraca. Vale dizer, a categoria de Partes de Bens de Capital representava uma fração maior do conjunto das duas categorias do que a observada no caso da estrutura industrial brasileira.

(31) Para a estrutura industrial nordestina de 1975, ajustamos o valor da produção de cada categoria de uso conforme apresentado na nota 1 da tabela 23.0 valor da produção total da indústria nordestina obtido por este processo de ajuste correspondeu a 99,97% do VP verdadeiro da indústria nordestina, conforme estabelecido no Censo de 1975.

(32) Adotou-se a variável valor da produção porque a composição da indústria brasileira estava apresentada com base nela no trabalho da FINEP. Cf. TAVARES, Maria da Conceição et allî (s/d, tabela A.1 do Apêndice Estatístico)

Em terceiro lugar, a participação da categoria Combustíveis e Lubrificantes na estrutura industrial nordestina de 1975 foi muito superior à registrada para a estrutura industrial brasileira de 1970: cerca de três vezes maior. À princípio, isto parece significar que a categoria no caso nordestino "avançou" mais rápido que as demais e tenderia a perder participação nos anos seguintes⁽³³⁾.

Em quarto lugar, a participação mais elevada da categoria de Bens Intermediários para Consumo, quase meia vez superior na estrutura nordestina de 1975 à da mesma categoria na estrutura industrial brasileira de 1970, talvez encontre explicação na importância e peculiaridades da base de recursos naturais ou mesmo das atividades primárias presentes em seu território.

Em quinto lugar, cabe ressaltar o peso semelhante verificado em ambas as estruturas industriais da categoria de Insumos Industriais Diversos.

A composição da "Nova Indústria" apresentava algumas nuances que merecem ser consideradas, uma vez que a "Nova Indústria" representa a tendência de conformação da estrutura industrial nordestina, enquanto sub-conjunto importante da mesma.

No que respeita às participações das categorias de Bens de Consumo não Duráveis e de Intermediários para Consumo, a "Nova Indústria" parece ter contribuído, até 1977, para reduzir o peso destas categorias e, de outro, contribuído para reduzir diferencialmente mais o peso da categoria de Intermediários para Consumo; ambas tendências congruentes com a aproximação ao perfil da estrutura industrial brasileira.

Processo distinto teria ocorrido para as categorias de

(33) O início da montagem das unidades industriais mais significativas da categoria Combustíveis e Lubrificantes data da década de 50, coincidindo com o período de crescimento mais acelerado do gênero Química no Nordeste. Neste sentido, é sintomático o peso quase nulo da categoria na estrutura da "Nova Indústria", uma vez que a montagem de suas principais unidades antecede a implantação do mecanismo dos incentivos fiscais.

Bens de Consumo Duráveis e de Partes de Duráveis, em que a "Nova Indústria" estaria contribuindo, de um lado, para aumentar a participação das duas categorias mas de outro lado, para ampliar a participação da categoria de Partes de Duráveis relativamente em descompasso com o "padrão" nacional.

O papel da "Nova Indústria" na conformação da participação das categorias de Bens de Capital e Partes de Bens de Capital também parece ter sido de aproximação ao perfil nacional, o mesmo ocorrendo, em linhas gerais, para as categorias de Bens Intermediários. Nesse último caso com as ressalvas representadas pelo peso excessivo registrado em sua estrutura pela categoria de Intermediários para Construção Civil e, opostamente, pelo peso reduzido da categoria de Partes Diversas.

5.3 As Dimensões Relativas da Indústria Nordestina Frente à Indústria do Pólo

Até este ponto, mostramos duas características mais gerais da indústria nordestina nestes últimos anos: primeiro que sua dinâmica nos 21 anos analisados foi substantiva; segundo que a sua estrutura havia avançado bastante, e comportava uma base produtiva até certo ponto razoavelmente diversificada já em 1975. Entretanto, nos debruçamos exclusivamente sobre esta estrutura sem nos referenciarmos à estrutura de outras áreas do país, especialmente à do pólo paulista, com a qual estabelece as relações de complementaridade que nos interessam aqui. Nossa atenção neste item voltar-se-á para esta questão.

Pelos dados da tabela 24 podemos dimensionar, a nível de gêneros, a indústria nordestina no cômputo global da indústria brasileira e também com relação à indústria do Sudeste e do pólo paulista. (35)

(35) Os dados da tabela 24 referem-se a todos os estabelecimentos recenseados em 1980, e não apenas aos com 5 ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente no país naquele ano.

TABELA 24 - NORDESTE - PARTICIPAÇÃO DO VTI DOS GÊNEROS INDUSTRIAIS DE ÁREAS SELECIONADAS NO VTI GLOBAL DOS GÊNEROS INDUSTRIAIS NO PAÍS (1980)

GÊNEROS	NORDESTE (NE)					BRASIL
	PE	BA	NE - BA	NORDESTE (NE)	SP	
00 - EXTRATIVA DE MINERAIS	0,4	3,8	4,1	7,9	7,0	51,7
10 - PROD. MINERAIS NÃO METÁLICOS	3,1	3,0	8,4	11,4	39,8	66,8
11 - METALÚRGICA	1,2	1,8	2,1	3,9	54,0	85,5
12 - MECÂNICA	0,8	2,4	1,3	3,7	66,4	82,8
13 - MATERIAL ELÉT. E DE COMUNICAÇÕES	1,7	1,0	2,0	3,0	64,6	76,4
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE	0,3	0,2	0,6	0,8	68,4	89,8
15 - MADEIRA	0,6	2,6	3,5	6,1	19,5	26,2
16 - MOBILIÁRIO	2,2	1,2	5,0	6,2	44,8	58,0
17 - PAPEL E PAPELÃO	2,3	0,9	3,6	4,5	53,4	73,2
18 - BORRACHA	0,6	1,6	1,7	3,3	74,9	82,8 (5)
19 - COURO E PELES E PROD. SIMILARES	1,7	2,2	6,2	8,4	27,6	42,6
20 - QUÍMICA	1,6	11,8	3,1	14,9	54,2	69,0
21 - PROD. FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	0,3	0,1	1,5	1,6	65,1	94,9 (6)
22 - PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	1,7	2,0	3,8 (1)	5,7 (1)	69,5	90,0
23 - PROD. MATÉRIA PLÁSTICA	3,9	0,6	6,1 (2)	6,7 (2)	59,6	74,9
24 - TÊXTIL	3,2	2,9	10,8	13,7	53,7	69,9
25 - VEST. CALÇADOS E ART. DE TECIDO	2,5	0,7	8,1	8,8	42,4	59,7
26 - PRODUTOS ALIMENTARES	4,4	3,0	10,5	13,5	39,5	57,6
27 - BEBIDAS	5,3	3,3	8,9	12,2	33,2	54,4
28 - FUMO	(x) (3)	3,8	2,1 (3)	5,9 (3)	22,0	41,7
29 - EDITORIAL E GRÁFICA	2,3	1,4	4,0	5,4	50,0	83,7
30 - DIVERSOS	0,1 (4)	0,3	0,8 (4)	1,1 (4)	67,9	84,5
31 - UNIDADES AUX. APOIO E DE SERVIÇOS	0,8	17,8	2,4	20,2	54,8	71,9
TOTAL	1,9	3,6	4,5	8,1	52,4	72,2

FONTE: Censo Industrial do Brasil, IBGE, 1980.

NÓTAS:
 (1) não há informações para um estabelecimento do gênero no Estado de Alagoas, que foram excluídos do cálculo dos percentuais do NE e NE-BA
 (2) não há informações para dois estabelecimentos do gênero no Estado do Maranhão, que foram excluídos do cálculo dos percentuais do NE e NE-BA
 (3) não há informações para quatro estabelecimentos do gênero no Estado do Maranhão, dois no Estado do Ceará, um no Estado da Paraíba, e dois no Estado de Pernambuco, que foram excluídos do cálculo dos percentuais do NE e NE-BA
 (4) não há informações p/três estabelecimentos do gênero no Estado de Pernambuco, que foram excluídos do cálculo dos percentuais do NE e NE-BA e PE

(5) não há informações p/17 estabelecimentos do gênero no Estado do Espírito Santo, que foram excluídos do cálculo do percentual do SE
 (6) não há informações p/dois estabelecimentos do gênero no Estado do Espírito Santo, que foram excluídos do cálculo do percentual do SE.

A indústria nordestina só apresentou participações superiores a 10% nos ramos de Produtos de Minerais não Metálicos, Química, Têxtil, Produtos Alimentares, Bebidas e de Unidades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial. Destes gêneros apenas um aparecia entre os que apresentaram maiores taxas de crescimento do valor da transformação industrial entre 1959 e 1980, o de Química. (35)

Os três gêneros que apresentaram as maiores taxas de crescimento na indústria nordestina, Produtos de Matéria Plástica, Mecânica e Material Elétrico e de Comunicações, ainda contavam ali com estrutura que em relação à do país correspondia a menos que o percentual agregado de participação da indústria nordestina, ou seja, respectivamente 6,7%, 3,7% e 3,0% do VTI nacional destes gêneros contra a participação agregada de 8,1%.

De outro lado, os dados apresentados na tabela 24 nos possibilitam perceber que 44% da indústria nordestina localizava-se no Estado da Bahia, enquanto 23% da mesma situava-se em Pernambuco. Estas participações dos dois Estados nordestinos mais importantes representaram uma reversão das participações destes em 1959, quando Pernambuco registrou uma participação de 36% contra 24% da indústria baiana. (36)

Dos dez gêneros que apresentaram as maiores taxas de crescimento do VTI no período 1959/80 no Nordeste, apenas dois possuíam neste último ano participações relativas no VTI do gênero no país superiores à da indústria nordestina global: o de Química (14,9%), já mencionado, e o de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido.

Enquanto isto, apenas em três gêneros a participação da indústria do Sudeste em 1980 foi inferior a 50% em termos do VTI da indústria nacional: Madeira, Couros e Peles e Produtos Similares e Fumo. Em oito gêneros, a sua participação foi superior a 80%: Metalúrgica; Mecânica; Material de Transpor-

(35) Cabendo lembrar que na análise da dinâmica de crescimento o gênero Unidades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial foi incluído no gênero Diversos.

(36) Cf. IBGE, Censo Industrial de 1960

te; Borracha; Produtos Farmacêuticos e Veterinários; Perfumaria, Sabões e Velas; Editorial e Gráfica e Diversos.

Se considerarmos agora apenas São Paulo, veremos que em nove gêneros tão-somente a indústria paulista registrou participações relativas no todo da indústria nacional inferiores a 50%: Extrativa de Minerais; Produtos de Minerais não Metálicos; Madeira; Mobiliário; Couros e Peles e Produtos Similares; Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido; Produtos Alimentares; Bebidas e Fumo. De outro lado sua participação não alcançou 80% para nenhum gênero, e apenas em um único, Borracha, foi superior a 70%.⁽³⁷⁾

Do ponto de vista quantitativo, a indústria nordestina tinha pouca expressividade nacional em termos agregados. Entretanto, as análises anteriores sugerem que a indústria do Nordeste tem incorporado novos setores que antes não existiam em sua estrutura, diversificando sua produção, o que indica que novas perspectivas de incorporação da base de recursos naturais da área, de novas fatias de mercado, ou de intercâmbio com o núcleo central da indústria nacional estão surgindo quase continuamente. Gêneros como os de Produtos de Matéria Plástica, Papel e Papelão, Metalúrgica, Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações já se apresentavam positivamente em 1980 na indústria nacional, embora os percentuais de participação nordestinos ainda fossem pouco expressivos.

A reciclagem dos gêneros tradicionais também parece uma tendência importante, entre outros motivos pela expressiva participação que ainda mantém na estrutura industrial nordestina. Esta reciclagem se mostrou mais vigorosa no gênero Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido e Bebidas, que passaram por modificações estruturais importantes,

(37) Cano nos mostra que, em 1970, auge da concentração territorial da indústria brasileira em São Paulo, só para 6 gêneros a participação paulista foi inferior a 50% (Extrativa de Minerais, Madeira, Couro e Peles, Produtos Alimentares, Bebidas e Fumo), e em 4 superava os 70% (Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte, Borracha e Diversos) do VTI dos gêneros respectivos a nível nacional. Cf. CANO, Wilson (1985, p. 111)

mas também deve ter ocorrido em setores específicos de ou tros gêneros tradicionais.

Do ponto de vista da complementaridade industrial, mais importante que a pouca expressividade quantitativa da indús tria periférica - até por isto mesmo é que a rotulamos de periférica - é a sua expressividade qualitativa, ou seja, a proximidade de suas características estruturais às da indús tria do pólo. É a partir desta proximidade que a indús tria periférica afirma sua capacidade de se relacionar com a in dústria central sob as formas definidas como de "complementari dade", vale dizer, sob as formas que caracterizam a nova divisão territorial do trabalho, no plano da indústria.

A tabela 25 mostra a posição dos gêneros nordestinos com relação aos de São Paulo quanto às três relações estruturais que abordamos neste trabalho. Assim podemos avaliar os diferenciais de tamanho e produtividade médios dos gêne ros nas estruturas industriais das duas áreas sob análise , São Paulo - pólo - e Nordeste - periferia.

Para a relação pessoal ocupado por estabelecimento (PO/ EST), em três gêneros os estabelecimentos nordestinos corres pondentes se mostraram, em média, maiores que os de São Pau lo, em 1980. Foram eles os dos gêneros Extrativa de Minerais, Mecânica e Produtos de Matéria Plástica. Em outros seis gêne ros esta relação foi superior a 70% da registrada para os es tabelecimentos de São Paulo: Material Elétrico e de Comunica ções, Química, Têxtil, Vestuário, Calçados e Artefatos de Te cido, Bebidas e Editorial e Gráfica.

Quanto a relação valor da transformação industrial por estabelecimento (VTI/EST), apenas em três gêneros os estabelecimentos nordestinos superaram, na média, os de São Paulo. Foi o caso dos gêneros Extrativa de Minerais, Produtos de Matéria Plástica e Unidades Auxiliares de Apoio e de Servi ços de Natureza Industrial - neste último, o tamanho médi do pela relação VTI/EST no Nordeste foi de mais do dobro dos de São Paulo, em média. Superaram, ainda, 70% do valor desta relação registrado para a média dos estabelecimentos paulis tas os estabelecimentos nordestinos dos gêneros Mecânica, Ma

TABELA 25 - POSIÇÃO DOS GÊNEROS INDUSTRIAIS NO NORDESTE COM RELAÇÃO AOS DE SÃO PAULO QUANTO AO TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS (RELAÇÕES PO/EST E VTI/EST) E À PRODUTIVIDADE MÉDIA DO PESSOAL OCUPADO (RELAÇÃO VTI/PO) 1980

GÊNEROS	(PO/EST) NE / (PO/EST) SP	(VTI/EST) NE / (VTI/EST) SP	(VTI/PO) NE / (VTI/PO) SP
00 - EXTRATIVA DE MINERAIS	188,1	126,7	67,3
10 - PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	34,1	15,3	44,9
11 - METALÚRGICA	44,5	39,0	87,6
12 - MECÂNICA	106,8	72,0	67,4
13 - MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	85,8	79,9	93,0
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE	13,2	4,4	33,6
15 - MADEIRA	39,9	15,2	38,0
16 - MOBILIÁRIO	29,4	16,6	56,4
17 - PAPEL E PAPELÃO	62,4	54,1	86,7
18 - BOURAÇA	31,8	17,0	53,4
19 - COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES	23,1	19,5	84,2
20 - QUÍMICA	79,0	67,1	84,9
21 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	51,7	12,6	24,3
22 - PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	26,5(1)	11,6(1)	43,8(1)
23 - PRODUTOS DE MATÉRIA PLÁSTICA	120,5(2)	125,2(2)	103,9(2)
24 - TÊXTIL	84,4	74,4	88,0
25 - VESTUÁRIO, CALÇADOS E ART. DE TECIDO	93,6	84,3	90,0
26 - PRODUTOS ALIMENTARES	63,3	29,1	46,0
27 - BEBIDAS	80,7	53,0	65,7
28 - FUMO	22,3(3)	1,7(3)	2,8(3)
29 - EDITORIAL E GRÁFICA	80,3	42,3	52,7
30 - DIVERSOS	28,8(4)	9,7(4)	33,6(4)
31 - UNIDADES AUX. DE APOIO E DE SERVIÇOS	67,4	209,6	310,8
TOTAL	33,9	22,1	65,2

FONTE: Censo Industrial do Brasil, IBGE, 1980.

NOTAS: (1) Exclui 1 estabelecimento do Estado de Alagoas

(2) Exclui 2 estabelecimentos do Estado do Maranhão

(3) Exclui 9 estabelecimentos, sendo quatro no Maranhão, dois no Ceará, um na Paraíba e dois em Pernambuco

(4) Exclui 3 estabelecimentos do Estado de Pernambuco

terial Elétrico e de Comunicações, Textil e Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido.

Finalmente, quanto à relação indicadora da produtividade média por pessoa ocupada (VTI/PO), para dois gêneros apenas a média registrada pelos estabelecimentos nordestinos foi superior à paulista: Produtos de Matéria Plástica - ligeiramente superior - e Unidades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial - três vezes superior à média paulista. Em outros sete gêneros a produtividade média dos estabelecimentos nordestinos ficou abaixo da dos estabelecimentos de São Paulo, porém superior aos 70% desta: Metalúrgica, Material Elétrico e de Comunicações, Papel e Papelão, Couros e Peles e Produtos Similares, Química, Têxtil e Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido.

Considerando-se uma participação simultânea para as três relações analisadas superior a 70%, apenas os estabelecimentos nordestinos dos gêneros Material Elétrico e de Comunicações, Produtos de Matéria Plástica, Têxtil e Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido satisfaziam esta condição. Se, ainda, considerássemos uma participação simultânea superior a 70% em duas das três relações, incluiríamos em nossa lista os gêneros de Extrativa de Minerais, Mecânica, Química e Unidades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial.

Para os gêneros de Produtos de Minerais não Metálicos, Material de Transporte, Madeira, Perfumaria, Sabões e Velas, Fumo e Diversos, a participação dos estabelecimentos nordestinos foi inferior à dos estabelecimentos paulistas nas três relações estruturais citadas.

Em suma, os diferenciais de tamanho e produtividade médios entre os estabelecimentos nordestinos e paulistas não se mostraram tão expressivos para um conjunto de gêneros industriais, enquanto o inverso seria válido para outro conjunto de gêneros. No primeiro caso, isto significa que os padrões tecnológicos e financeiros de pelo menos uma parte da estrutura industrial nordestina estavam próximos ou assemelhavam-se ao dos estabelecimentos do núcleo indus

trial do país, em termos médios. Estes gêneros (Extrativa de Minerais, Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Química, Produtos de Matéria Plástica, Têxtil, Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido e Unidades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial), em sua maioria, incluíram-se entre os que apresentaram maior dinamismo e maiores modificações estruturais conforme analisamos no item 5.1. (38)

Vale salientar que a nossa análise aqui contemplou os gêneros por inteiro, sendo possível imaginar que mesmo em gêneros que não se mostraram com padrões produtivos próximos aos do pólo respectivamente, poderíamos nos deparar com estabelecimentos isolados ou com conjuntos de estabelecimentos em determinadas indústrias (3 dígitos) ou grupos (4 dígitos) que apresentassem tal semelhança.

A conclusão a que chegamos é a de que existem no território nordestino gêneros industriais que têm acompanhado a evolução de seus congêneres no pólo paulista, cujos estabelecimentos, por isto, possuem em média padrões produtivos semelhantes ou parecidos ao dos estabelecimentos do referido pólo.

(38) Apenas Extrativa de Minerais - um gênero cujos padrões produtivos paulistas são provavelmente inferiores aos de outras áreas periféricas do país - não se enquadraria em nossa lista de gêneros mais dinâmicos ou com modificações estruturais significativas. O gênero Unidades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial, que não foi tratado isoladamente em nosso estudo da dinâmica de crescimento (item 5.1), na verdade foi o responsável pelo dinamismo registrado para o gênero Diversos, no qual foi incluído.

CAPÍTULO 6

A COMPLEMENTARIDADE INDUSTRIAL AO NÍVEL DO FLUXO DE MERCADO RIAS E DE CAPITAL

Neste capítulo iremos estudar a complementaridade in dustrial em várias de suas facetas, apoiando-nos em informações o mais indicadas possível à tese que queremos demonstrar. Na verdade, o estudo ideal da complementaridade industrial requer o uso de informações obtidas a partir de uma matriz interregional de relações intersetoriais, com a ex plicação de coeficientes técnicos e de relações de troca de mercadorias entre as distintas áreas consideradas. Infelizmente, não dispomos de tais informações. A única matriz de relações intersetoriais publicada no país não contempla o corte "regional", não servindo ao estudo do fenômeno da complementaridade em questão⁽⁰¹⁾. Diante desta lacuna, procuramos caminhos alternativos para a caracterização da complementaridade industrial no plano da circulação das mercadorias, cruciais para a compreensão dos elementos nucleares da atual divisão territorial do trabalho no país.

A única base informacional de que dispomos é a oriunda da pesquisa direta BNB/SUDENE para as empresas incentivadas através do sistema 34/18 e/ou FINOR que, apesar de precária para caracterizar o fenômeno em sua inteireza, é suficiente para apontar o teor da relação em questão neste subconjunto importante da atual indústria nordestina. Como grande parte da estrutura industrial nordestina apresenta nos anos mais recentes características que derivam deste núcleo dinâmico que é a chamada "Nova Indústria" acreditamos que seus resultados neste plano permitem-nos vislumbrar o essencial do fenômeno da complementaridade industrial. Afinal, este conso-

(01) Cf. IBGE (1976, passim) e IBGE, (1979, passim)

lida-se a partir da presença de plantas industriais com padrões produtivos semelhantes aos do pólo industrial do país, e não necessariamente semelhantes para todas as empresas nordestinas.

É importante alertar que as informações disponíveis reportam-se a um único ponto no tempo, o ano de 1977, e portanto as conclusões acerca dos padrões mercadológicos da "Nova Indústria" não permitem generalizações temporais.⁽⁰²⁾

De outro lado, nos voltaremos para outro aspecto importante da complementaridade industrial estabelecida entre a indústria nordestina periférica e a indústria do pólo paulista: o do movimento de "unificação" do capital em ambas estruturas industriais⁽⁰³⁾. Como já abordado no capítulo 4, a divisão territorial do trabalho nesta fase oligopólica mais madura da formação econômica brasileira, caracteriza-se, entre outros elementos, pelo estímulo concedido pelo Estado às inversões dos capitalistas sediados no pólo nas áreas periféricas; neste caso, na indústria nordestina. Foi em busca de novos potenciais para a acumulação que os capitais do pólo, motivados pelos incentivos propiciados pelo Estado, encontraram na indústria nordestina um esteio para inversões que inevitavelmente acoplavam-se aos seus interesses.

Este capítulo estrutura-se, portanto, da seguinte forma. Inicialmente analisaremos a Balança Comercial da "Nova Indús

(02) A dinâmica da produção industrial nordestina - como de resto a do pólo paulista - foi afetada significativamente pela crise do início dos anos 80 e os reajustes que dela decorreram nos padrões de comercialização não se mostraram desprezíveis. Sabe-se, por exemplo, que o pólo petroquímico de Camaçari, que possuía um coeficiente de abertura para o exterior muito reduzido, enfrentou durante a crise um esforço bem sucedido de conquista de mercados externos. MENDONÇA DE BARROS, José R. e GALVÃO, Antonio Carlos F. (1985, ps. 447 e 448)

(03) Cano registraria da seguinte maneira esta característica da complementaridade: "Portanto, é a partir do período 1962-1967 que o processo de integração do mercado nacional passa a contemplar também a forma mais avançada, a da dominação do processo de acumulação de capital à escala nacional. Assim sendo, o grau de complementaridade inter-regional teria de ser ainda maior entre pólo e periferia..." Cf. CANO, Wilson (1985, pg. 254) (grifo nosso)

tria" do Nordeste organizada por categorias de uso obtidas a partir da agregação das empresas classificadas a um nível de 04 dígitos. Em seguida, "desdobraremos" os dados da Balança Comercial e estudaremos isoladamente a origem dos insumos adquiridos e o destino das vendas realizadas pela "Nova Indústria" tanto a nível das categorias de uso, como também relacionando os grupos de indústria mais importantes em cada origem ou destino delimitados. O mesmo tratamento será empreendido para a análise da origem dos equipamentos e máquinas adquiridos pela "Nova Indústria" nordestina, cujo estudo serve para indicar um importante aspecto da complementaridade industrial e, por extensão, da atual divisão territorial do trabalho no país.

Em outro item deste capítulo buscaremos identificar a origem do capital ao nível das empresas líderes da indústria nordestina que tenham peso a nível nacional, a partir de informações coletadas no "Quem é Quem na Economia Brasileira", publicado pela Revista Visão, para três anos escolhidos - 1977 - coincidindo com os dados da pesquisa direta BNB/SUDENE -, 1982 - ano da crise do início dos anos 80 - e 1985 - ano já de recuperação da economia brasileira. Além disto, analisaremos também a origem do capital da "Nova Indústria", com base nas informações da pesquisa direta BNB/SUDENE.

Igualmente ao capítulo 5, cabe lembrar que as considerações sobre as informações aqui utilizadas encontram-se arroladas no Apêndice 1 - Considerações Metodológicas.

6.1 A Complementaridade Industrial ao Nível do Fluxo de Mercadorias: Balança Comercial, Origem dos Insumos, Destino das Vendas e Origem dos Equipamentos na "Nova Indústria" Nordestina.

Conforme os resultados da Balança Comercial da "Nova Indústria" nordestina⁽⁰⁴⁾, apresentado na tabela 26, pode-se

(04) A Balança Comercial segundo categorias de uso da "Nova Indústria" nordestina apresentada na tabela 26 foi construída com método distinto do utilizado por Magalhães em

BALANÇO COMERCIAL DA "NOVA INDÚSTRIA" DO NORDESTE SEGUNDO A ORIGEM DE IMPORTAÇÕES E O DESTINO DAS EXPORTAÇÕES POR CATEGORIAS DE USO DOS BENS PRODUZIDOS - 1977

Cr\$ mil de 1977

CATEGORIAS DE USO	S A L D O (X - M)			EXTERIOR (D)	TOTAL (E) = (C) + (D)
	SÃO PAULO (A)	RESÍDUO DO PAÍS (B)	SUB-TOTAL (C) = (A) + (B)		
A-CONSUMO NÃO DURÁVEL + INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO	2.408.824	2.518.372	4.927.196	5.028.564	9.955.760
A1-CONSUMO NÃO DURÁVEL	1.894.687	2.074.665	3.969.352	4.251.446	8.220.798
A2-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO	514.137	443.707	957.844	777.118	1.734.962
B-CONSUMO DURÁVEL + PARTES DE DURÁVEL	260.301	341.867	602.168	(-56.478)	535.690
B1-CONSUMO DURÁVEL	(-100.817)	93.509	(-7.308)	(-18.118)	(-25.426)
B2-PARTES DE DURÁVEL	361.118	248.358	609.476	(-48.360)	561.116
C-BENS DE CAPITAL + PARTES DE BENS DE CAPITAL	185.173	92.673	277.846	248.258	526.104
C1-BENS DE CAPITAL	269.912	149.819	419.731	248.258	667.989
C2-PARTES DE BENS DE CAPITAL	(-84.739)	(-57.146)	(-141.885)	0	(-141.885)
D-INTERMEDIÁRIOS (INSUMOS EM GERAL)	4.807.731	1.709.187	6.516.918	(-1.277.015)	5.239.903
D1-INSUMOS INDUSTRIAIS DIVERSOS	4.858.959	1.387.398	6.246.357	(-1.214.621)	5.031.736
D2-COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	10.169	8.259	18.428	0	18.428
D3-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSTRUÇÃO	(-77.168)	293.171	216.003	(-59.726)	156.277
D4-PARTES DIVERSAS	15.771	20.359	36.130	(-2.668)	33.462
E-REPARAÇÃO	0	(-502)	(-502)	(-267)	(-769)
	7.662.029	4.662.099	12.324.128	3.933.329	16.257.457

FONTE: Pesquisa BNB/SUDENE, 1978

ver que esta registrou superávit comercial em suas transações com o resto do país - inclusive São Paulo - e com o exterior, que juntos montaram a aproximadamente 16 bilhões de cruzeiros, a preços de 1977. Este saldo distribuiu-se da seguinte forma, segundo as delimitações geográficas consideradas: 7,5 bilhões de cruzeiros das transações com São Paulo, 4,5 bilhões com o resto do país e 4,0 bilhões, aproximadamente, com o exterior. A "Nova Indústria" nordestina foi portanto capaz de extrair saldos positivos de suas transações comerciais considerados os fluxos de insumos e de mercadorias vendidas; em outras palavras, suas exportações mais do que compensaram as respectivas importações no ano de 1977.

No que respeita aos saldos comerciais segundo as categorias de uso sob análise, alguns comentários merecem ser considerados.

As categorias de Bens de Consumo não Durável e de Intermediários para Consumo apresentaram juntas saldos comerciais positivos, tanto em suas relações com o restante do país, como com o exterior. A maior parcela do saldo gerado pela "Nova Indústria" nordestina provinha em 1977 destas categorias - 61% - sendo que 50,6% oriundo da categoria de Bens de Consumo não Duráveis isoladamente.

A categoria dos não Duráveis respondeu por 25% do saldo comercial global da "Nova Indústria" com São Paulo, 45% do mesmo com o resto do país, e por 108% do saldo comercial com o exterior. No que tange às divisas geradas pela "Nova Indústria", cotejado o saldo comercial com o exterior de cada categoria, as de Consumo Não Durável e Intermediários para Con

seu estudo, no que se refere à classificação das empresas nas referidas categorias. Ele construiu as categorias de uso a partir dos dados referentes aos gêneros industriais (02 dígitos), enquanto aqui as categorias enumeradas partem da classificação das empresas em grupos de indústria (04 dígitos) para a ordenação destes segundo categorias de uso. Duas vantagens decorrentes disto: a Balança apresenta maior precisão das informações e, de outro lado, podemos indicar quais os grupos de indústria que foram responsáveis em maior escala pelos saldos obtidos. Apesar disto, a Balança Comercial apresentada por Magalhães mostrou-se muito semelhante à aqui apresentada. Cf. MAGALHÃES, Antônio R. (1983, p.157)

sumo responderam por mais do que o saldo global registrado com o exterior por toda a "Nova Indústria" nordestina.

Os grupos de indústria que contribuíram mais decisivamente para este desempenho favorável da categoria dos Bens de Consumo não Duráveis foram: a) nas transações com São Paulo, o grupo "24.21 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de algodão", cujo saldo equivaleu a 71,1% do apresentado pela categoria, e o grupo "26.12 - Conservas de frutas, legumes e outros vegetais - inclusive sucos e concentrados" cujo saldo montou a 12,0% do mesmo montante; b) nas transações com o resto do país, os grupos "24.21" e "25.13 - Confecção de roupas para homem e rapazes", cujos saldos equivaleram a, respectivamente, 24,3% e 18,9% do saldo total correspondente da categoria e finalmente, c) nas transações comerciais com o exterior, os grupos "26.62 - Fabricação de bombons e chocolates" e "26.51 - Fabricação de açúcar", que respondem por 40,9% e 18,9% do saldo comercial da categoria.

Quanto à categoria de Intermediários para Consumo os grupos de indústria que mais sobressaíram-se foram: a) com São Paulo, os grupos "00.23.- Extração de Sal", com uma participação de 37,9% no saldo respectivo da categoria, e "24.61- Acabamento de fios e tecidos", com 33,3%; b) com o resto do país, os "24.31 - Fabricação de tecidos de malha" e "00.23", com respectivamente 62,7% e 26,2%, e c) com o exterior, os grupos "20.41 - Produção de óleos vegetais em bruto - inclusive sub-produtos" e "28.11 - Preparação do fumo", que contribuíram com saldos correspondentes, respectivamente, a 33,0% e 17,2% do saldo registrado para a categoria.

Vale registrar, também, que a categoria de Bens de Consumo não Duráveis apresentou saldo comercial com o exterior ligeiramente mais elevado do que o verificado para o resto do país, incluindo São Paulo. Isto, ao lado do peso quase exclusivo da categoria nas transações comerciais da "Nova Indústria" com o exterior demonstra que os bens exportáveis da referida categoria eram o veículo quase único de geração de divisas na "Nova Indústria", e simultaneamente, caracteriza a orientação da sua respectiva produção para o comércio ex

terno naquele momento da conjuntura econômica nacional ou seja, em 1977; senão de todos os grupos componentes da categoria, pelo menos de alguns dos mais expressivos.

Quanto às categorias de Bens de Consumo Duráveis e de Partes de Duráveis, embora a participação em termos absolutos no saldo comercial da "Nova Indústria" tenha sido bem menos expressiva - o saldo global destas categorias contribuiu com 3,3% para o saldo global da "Nova Indústria" - merece registro o saldo verificado com as demais áreas do país, especialmente no que tange à categoria de Partes de Duráveis. De outro lado, ambas as categorias respectivas apresentaram saldo negativo nas transações comerciais com o exterior.

A categoria de Bens de Consumo Duráveis apresentou um desempenho comercial desfavorável, condizente com sua pouca expressividade na estrutura da "Nova Indústria" em 1977: o saldo líquido global foi negativo e tanto em suas transações com São Paulo, como com o exterior, essa categoria foi deficitária. Contribuiu decisivamente para o saldo negativo com São Paulo o grupo "14.32 - Fabricação de veículos automotores - inclusive montagem", cujo saldo negativo foi maior que o registrado para a própria categoria como um todo. Com o exterior, o déficit originou-se fundamentalmente nos grupos "11.71 - Fabricação de artefatos de cutelaria", e "16.41 - Fabricação de artefatos de colchoaria".

Já a categoria de Partes de Duráveis apresentou déficit apenas em suas transações com o exterior, mais do que compensado pelo superávit presente em suas transações com o resto do país. O déficit registrado para o grupo "13.25 - Fabricação de pilhas e baterias secas" com o exterior foi igual a 1,7 vezes o registrado para a categoria, tendo sido este seu principal responsável. O mesmo grupo foi também o responsável pelos maiores superávits verificados dentro da categoria com São Paulo e principalmente com o resto do país. Nas transações com São Paulo vale registrar também o saldo positivo expressivo do grupo "13.41 - Fabricação de material elétrico para veículos".

Em suma, as transações comerciais da "Nova Indústria "

nordestina quanto a seu segmento de Bens de Consumo Duráveis e de Partes de Duráveis comportaram-se nos seguintes padrões: a) dependência quanto a insumos externos; os gastos respectivos não sendo cobertos pelas vendas de suas mercadorias ao exterior; b) para a categoria de Bens de Consumo Duráveis, dependência de insumos paulistas - particularmente do grupo 13.25 - não cobertas por vendas correspondentes a quele estado, e saldo positivo nas transações com o resto do país, especialmente face à pequena demanda por insumos ali produzidos; c) para a categoria Partes de Duráveis, saldos favoráveis com São Paulo e resto do país, indicando, de um lado, certa capacidade de colocação de seus produtos no núcleo paulista e também nos demais estados, e, de outro, maior articulação comercial comparativamente à categoria de Bens de Consumo Duráveis em si.

As categorias de Bens de Capital e de Partes de Bens de Capital apresentaram um saldo líquido global positivo de Cr\$ 526 milhões em 1977, semelhante ao registrado pelas categorias de Duráveis e Partes de Duráveis, analisadas acima. Entretanto, as categorias registraram conjuntamente saldos comerciais positivos tanto com o resto do país (inclusive São Paulo), como com o exterior. O desempenho comercial favorável originou-se exclusivamente da categoria de Bens de Capital. O desempenho da categoria de Partes de Bens de Capital, ao contrário, foi totalmente desfavorável, mesmo considerando a pouca expressividade das empresas ali classificadas - a categoria compreendia apenas 7 empresas da "Nova Indústria". (05)

A categoria de Bens de Capital registrou saldo expressivo em suas transações com São Paulo, motivado principalmente pelo Grupo "13.81 - Fabricação de aparelhos e de equipamentos de telefonia e radiotelefonia". Com o resto do país, o saldo originou-se de um conjunto de grupos, os dois mais importantes sendo o "12.21 - Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais para instalações hidráulicas, aerotécnicas, térmicas, de ventilação e refrigeração, equipados ou não com motores elétricos", e o "12.31 - Fabricação de

(05) Ver tabela 23 no capítulo anterior

máquinas-ferramentas, máquinas-operatrizes e aparelhos industriais de uso específico". De outro lado, com o exterior, o saldo foi oriundo exclusivamente do bom desempenho do grupo 13.81.

Na categoria de Partes de Bens de Capital, o fraco desempenho registrado foi motivado pela pouca expressividade dos mercados extra-regionais para as vendas das empresas ali classificadas. Não houve transações comerciais com o exterior e os mercados do país-afora o Nordeste-tiveram um papel mais insumidor que consumidor no que respeita a esta categoria. Os grupos de indústria que mais contribuíram para este fraco desempenho foram o "11.31 - Fabricação de estruturas metálicas" - tanto com São Paulo como com o resto do país - e o "14.41 - Fabricação de carrocerias para veículos automotores" - exclusivamente com São Paulo.

Em linhas gerais, as categorias de Bens de Capital e de Partes de Bens de Capital apresentaram desempenho favorável por causa da categoria de Bens de Capital em si, enquanto que a de Partes de Bens de Capital mostrou-se dependente dos insumos do resto do país e voltada exclusivamente para o mercado nordestino.

As categorias de Bens Intermediários mostraram sua importância no palco do intercâmbio comercial da "Nova Indústria" nordestina, respondendo por 32% do saldo comercial global da mesma em 1977. Ao contrário do registrado para a categoria de Bens de Consumo não Duráveis, o saldo expressivo das categorias de Bens Intermediários foi obtido nas transações comerciais dentro do país, especialmente com São Paulo. Do saldo global da "Nova Indústria" com São Paulo, 63% provinha destas categorias.

A categoria de Insumos Industriais Diversos foi a responsável direta pelos resultados observados para as categorias dos Bens Intermediários como um todo. No que respeita aos saldos no intercâmbio com São Paulo da categoria, os grupos que mais sobressaíram foram o "20.21 - Fabricação de matérias plásticas e plastificantes - inclusive a polimerização de matérias plásticas para extrusão de fios sintéticos", o "20.23 - Fabricação de borrachas sintéticas (elastômeros)

- inclusive latéx sintético", "20.73 - Fabricação de pigmentos e corantes" e o "20.12 - Fabricação de produtos primários e intermediários, petroquímicos e de derivados do carvão de pedra - exclusive produtos finais", todos oriundos do gênero Química. Com o resto do país, os grupos com saldos mais elevados na categoria foram o "11.03 - Produção de ferro - ligas em formas primárias", e o "20.21". Os saldos negativos verificados com o exterior completam o cenário das transações comerciais da categoria e originaram-se fundamentalmente dos grupos "11.13", "20.23" e "20.81 - Fabricação de adubos e fertilizantes e corretivos do solo".

A categoria de Combustíveis e Lubrificantes participava marginalmente do balanço comercial da categoria de Intermediários, não se justificando maiores comentários, a não ser o saldo positivo de suas transações com o resto do país - inclusive São Paulo. (06)

Já a categoria de Intermediários para Construção Civil mostrou um saldo negativo em suas transações com São Paulo, de Cr\$ 77 milhões, originado, principalmente, dos grupos "23.61 - Fabricação de manilhas, canos, tubos e conexões de material plástico", "10.52 - Fabricação de cimento" e "23.21 - Fabricação de artefatos de material plástico para uso na indústria da construção - exclusive manilhas, canos, tubos e conexões". Nestes grupos a dependência dos insumos paulistas foi contrastada pela inexistência de colocação dos respectivos produtos no mercado paulista. Com o resto do país, a categoria mostrou um maior folego no que tange às vendas, possivelmente para áreas circunvizinhas à própria região. Os grupos com saldos mais favoráveis foram "10.52" e "10.43 - Fabricação de azulejos". Finalmente, o saldo negativo com o exterior foi decorrente da quase ausência de vendas e a dependência verificada em alguns grupos de insumos importados como em "23.61", "23.21" e "10.63 - Fabricação de artefatos de fibrocimento".

A categoria de Partes Diversas também apareceu incipien

(06) Foram apenas duas as empresas apoiadas com incentivos nesta categoria e que se incluíam na "Nova Indústria" - Ver tabela 23 no capítulo anterior.

mente na estrutura da "Nova Indústria" nordestina, e suas transações com o resto do país - inclusive São Paulo, mostraram saldo favorável. O grupo responsável por isto foi o "13.24 - Fabricação de material para instalações elétricas em prédios residenciais, comerciais e fabris; para fabricação e montagem de lustres, luminárias, abajures e semelhantes". Com o exterior, o saldo negativo da categoria foi originado no grupo "23.23 - Fabricação de artefatos de material plástico para uso na indústria do material elétrico".

Por fim, a categoria Reparação apresentou relações comerciais que denotam sua dependência de insumos oriundos das outras regiões - exclusive São Paulo - e mesmo do exterior e sua restrição à área de mercado do próprio Nordeste, no que tange a vendas. Estes resultados são relativos à única empresa apoiada nesta categoria na "Nova Indústria", classificada no grupo "12.81 - Reparação ou manutenção e instalação de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais mecânicos, agrícolas e de terraplanagem".

A análise da Balança Comercial da "Nova Indústria" nordestina nos permite percorrer alguns pontos interessantes:

- a) as transações comerciais com São Paulo foram as de maior peso para a formação do superávit comercial da "Nova Indústria", representando quase 50% deste. Ora, isto denota uma importância maior de São Paulo como mercado receptor dos bens produzidos pela "Nova Indústria" do que como insumidor das matérias-primas que esta adquiriu;
- b) São Paulo, enquanto mercado consumidor, teve uma importância crucial para o saldo positivo verificado para a categoria de Insumos Industriais Diversos. De outro lado, teve peso decisivo nos déficits observados nas categorias de Consumo Durável e de Partes de Bens de Capital. Isto significa que, do ponto de vista de cada categoria de uso, São Paulo influiu de maneiras distintas para os superávits ou déficits registrados, ora tendo papel mais importante como insumidor, ora como consumidor.

Para aprofundarmos mais estas questões vamos analisar, em separado, as origens dos insumos e o destino das vendas na "Nova Indústria" nordestina.

A tabela 27 mostra a composição dos *insumos* adquiridos pelas empresas de cada categoria, segundo sua origem geográfica.

As empresas classificadas na categoria de uso de Bens de Consumo não Duráveis e de Intermediários para Consumo adquiriram 71,6% dos insumos de que necessitavam na própria região. Adquiriram ainda 15,6% destes em São Paulo, 10,7% no resto do país e somente 2,1% no exterior. Entre as mesmas categorias cumpre mencionar a inversão observada entre as origens São Paulo e resto do país: na categoria de Consumo não Durável a origem São Paulo mostrou-se mais importante do que a origem do resto do país, 17% contra 9%, o contrário tendo ocorrido com a categoria de Intermediários para Consumo: São Paulo com 8,4% e resto do país com 19,8%.

Nas categorias de Bens de Consumo Duráveis e de Partes de Duráveis, o panorama foi substancialmente diferente. Em primeiro lugar, apenas 17% dos insumos utilizados pelas empresas classificadas nestas categorias originaram-se na própria área nordestina. Em segundo lugar, 52,8% dos insumos vieram de São Paulo, o que significa que as empresas destas categorias possuíam alto grau de dependência das empresas paulistas. Ainda, 15,5% dos insumos tiveram por origem o resto do país e 14,7% o exterior. Em suma, 83% dos insumos mobilizados pelas categorias acima foram adquiridos fora da área nordestina. Vale ressaltar que para a categoria de Consumo Durável os insumos paulistas foram mais importantes, enquanto que para a categoria de Partes de Duráveis os insumos adquiridos no resto do país e no exterior possuíam maior peso relativo.

As categorias de Bens de Capital e Partes de Bens de Capital comportaram-se, no que tange à composição dos insumos que adquiriram, de forma parecida com as categorias analisadas no parágrafo anterior. De maneira semelhante, apenas 16,9% dos insumos foram adquiridos no próprio Nordeste. O peso de São Paulo como mercado insumidor, entretanto, foi menor: 35,6%

TABELA 27
NORDESTE

"NOVA INDÚSTRIA" - ORIGEM DOS INSUMOS POR CATEGORIA DE USO DO BEM PRODUZIDO - 1977

8

CATEGORIAS DE USO	ORIGEM DOS INSUMOS			
	NORDESTE (a)	SÃO PAULO (b)	RESTO DO PAÍS (c)	EXTERIOR (d)
	(a)	(b)	(c)	(b) + (c) + (d)
A-CONSUMO NÃO DURÁVEL + INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO	71,6	15,6	10,7	26,3
A1-CONSUMO NÃO DURÁVEL	71,7	17,0	9,0	26,0
A2-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO	71,1	8,4	19,8	28,2
B-CONSUMO DURÁVEL + PARTES DE DURÁVEL	17,0	52,8	15,5	68,3
B1-CONSUMO DURÁVEL	17,3	64,7	7,9	72,6
B2-PARTES DE DURÁVEL	16,8	46,5	19,5	66,0
C-BENS DE CAPITAL + PARTES DE BENS DE CAPITAL	16,9	35,6	27,9	63,5
C1-BENS DE CAPITAL	16,5	32,7	24,8	57,5
C2-PARTES DE BENS DE CAPITAL	18,2	44,4	37,4	81,8
D-INTERMEDIÁRIOS (INSUMOS EM GERAL)	38,7	16,1	18,7	34,8
D1-INSUMOS INDUSTRIAIS DIVERSOS	37,0	14,7	17,9	32,6
D2-COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	61,6	22,7	15,7	38,4
D3-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSTRUÇÃO	48,5	23,2	23,1	46,3
D4-PARTES DIVERSAS	19,9	44,7	29,6	74,3
E-REPARAÇÃO	28,0	0,0	47,0	47,0
TOTAL	54,2	18,1	14,8	32,9
				45,8

FONTE: Pesquisa BNB/SUDENE, 1978.

dos insumos adquiridos. Em contrapartida, o resto do país e o exterior forneceram, respectivamente, 27,9% e 19,6% dos insumos comprados por estas categorias. Quanto à composição dos insumos em cada uma das categorias, merece destaque a demanda de insumos do exterior observada para a categoria de Bens de Capital que montou a um quarto do total (26,0%), e a inexistência de insumos adquiridos na mesma origem na categoria de Partes de Bens de Capital.

As categorias de Intermediários mostraram a seguinte composição de origem de seus insumos: 38,7% provinham do próprio Nordeste, 16,1% de São Paulo, 18,7% do resto do país e 26,5% do exterior. Entretanto, cada categoria apresentou padrões de relacionamento diferente com seus mercados insumidores.

A categoria de Insumos Industriais Diversos integrou-se razoavelmente ao mercado nordestino, enquanto mercado insumidor, pois adquiriu ali mais de um terço (37%) dos insumos de que necessitou; uma clara indicação da importância que têm as matérias-primas nordestinas na atração locacional de empresas desta categoria⁽⁰⁸⁾. A dependência desta categoria de insumos produzidos no resto do país - inclusive São Paulo - foi reduzida, os percentuais respectivos sendo de 17,9% no que respeita às outras áreas periféricas e de 14,7% no que respeita a São Paulo. Já quanto ao exterior cabe frisar que a categoria registrou a mais alta demanda de insumos importados dentre todas as outras categorias analisadas: 30,4%. Com a exceção da categoria de Intermediários para Consumo, a de Insumos Industriais Diversos também foi a que menos insumos adquiriu no mercado paulista.

A categoria de Combustíveis e Lubrificantes - incipien-

(08) Segundo Magalhães, o aproveitamento da matéria-prima regional foi o segundo mais importante fator de atração locacional na "Nova Indústria" nordestina, só não suplantando a predominância do fator representado pela existência dos incentivos fiscais 34/18 e/ou FINOR. Além disso, era justamente nas empresas enquadradas na categoria de Bens Intermediários que o peso deste primeiro fator (matéria-prima) se mostrava relativamente mais acentuado. Cf. MAGALHÃES, Antônio R. (1983, ps.71 a 73)

te, como vimos, na estrutura da "Nova Indústria" - não adquiriu qualquer insumo do exterior e comprou 61,6% dos mesmos na própria área nordestina. Adquiriu ainda 22,7% de seus insumos em São Paulo e 15,7% no resto do país.

A categoria de Intermediários para Construção comportou-se de forma semelhante à categoria anterior, apresentando a seguinte composição dos insumos adquiridos: 48,5% no Nordeste, 23,2% em São Paulo, 23,1% no resto do país e 5,2% no exterior; esta última participação foi a única diferença com a categoria anterior, que não demandou insumos importados.

Entre as categorias que registraram as menores demandas por insumos nordestinos devemos incluir a categoria de Partes Diversas. Do ponto de vista do atrelamento relativo ao mercado insumidor nordestino esta apresentou padrões semelhantes aos observados para as categorias de Duráveis e de Bens de Capital. Tal como para estas categorias, a de Partes Diversas adquiriu, em compensação, 44,7% de seus insumos em São Paulo e 29,6% no resto do país.

Finalmente, a categoria de Reparação, curiosamente, não demandou qualquer insumo de São Paulo mas adquiriu 25% dos mesmos do exterior. Além disto, 47% dos insumos provinham das demais áreas periféricas do país, enquanto 28% do próprio Nordeste.

No perfil global da "Nova Indústria", 54% dos insumos adquiridos foram obtidos na própria área nordestina, 18% em São Paulo, 15% no resto do país e 13% no exterior.

Vejamos quais foram os grupos de indústria mais importantes para os resultados obtidos na aquisição de insumos dentro de cada área geográfica considerada (tabela 28).

Os cinco grupos de indústria que contabilizaram as maiores compras de insumos no Nordeste eram todos enquadrados na categoria de Bens de Consumo não Duráveis, destacando-se particularmente os grupos "26.62 - Fabricação de bombons e chocolates" e o "24.21 - Fiação, fiação e tecelagem, e tecelagem de algodão", que juntos foram responsáveis por 28% de todos os insumos adquiridos pela "Nova Indústria" no Nordeste. Além disto, todos os cinco grupos demandavam produtos tradi

T A B E L A 28
N O R D E S T E

PARTICIPAÇÃO NOS MONTANTES DE INSUMOS ADQUIRIDOS EM CADA AREA GEOGRAFICA DELIMITADA, DOS GRUPOS DE INDUSTRIAS COM MAIORES PERCENTUAIS.

GRUPOS DE INDUSTRIA	VALOR	
	Cr\$ mil de 1977	%
A-INSUMOS ADQUIRIDOS PELA "NOVA INDUSTRIA" NO NORDESTE	<u>12.392.871</u>	<u>100,0</u>
A1-26.62 - FABRICAÇÃO DE BOMBONS E CHOCOLATE (BCND)	1.933,631	15,6
A2-24.21 - FIAÇÃO, FIAÇÃO E TECELAGEM, E TECELAGEM DE ALGODÃO (BCND)	1.573.146	12,7
A3-26.91 - REFINAÇÃO E PREPARAÇÃO DE OLEOS E GORDURAS VEGETAIS E PRODUTOS DE BENEFICIAMENTO DO CACAU DESTINADO A ALIMENTAÇÃO (BCND)	510.017	4,1
A4-26.51 - FABRICAÇÃO DE AÇUCAR (BCND)	384.570	3,1
A5-26.12 - CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS-INCLUSIVE CONCENTRADOS (BCND)	346.675	2,8
B-INSUMOS ADQUIRIDOS PELA "NOVA INDUSTRIA" EM SÃO PAULO	<u>4.132.266</u>	<u>100,0</u>
B1-25.13 - CONFECÇÕES DE ROUPAS PARA HOMENS E RAPAZES (BCND)	401.595	9,7
B2-24.21 - FIAÇÃO, FIAÇÃO E TECELAGEM, E TECELAGEM DE ALGODÃO (BCND)	228.996	5,5
B3-20.22 - FABRICAÇÃO DE FIOS E FIBRAS ARTIFICIAS E SINTÉTICAS (IID)	164.807	4,0
B4-13.25 - FABRICAÇÃO DE PILHAS E BATEIRIAS SECAS (PD)	152.387	3,7
B5-11.02 - PRODUÇÃO DE FERRO E AÇO EM FORMAS PRIMARIAS (IID)	145.827	3,5
C-INSUMOS ADQUIRIDOS PELA "NOVA INDUSTRIA" NO RESTO DO PAIS	<u>3.387.155</u>	<u>100,0</u>
C1-11.02 - PRODUÇÃO DE FERRO E AÇO EM FORMAS PRIMARIAS (IID)	527.765	15,6
C2-11.53 - FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS METALICAS DE FERRO E AÇO E DE METAIS NAO FERROSOS-INCLUSIVE FOLHA-DE-FLANDRES (IC)	251.314	7,4
C3-25.13 - CONFECÇÃO DE ROUPAS PARA HOMENS E RAPAZES (BCND)	156.176	4,6
C4-11.61 - FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE SERRALHEIRIA (ICC)	116.497	3,4
C5-24.21 - FIAÇÃO, FIAÇÃO E TECELAGEM E TECELAGEM DE ALGODÃO (BCND)	102.055	3,0

Continuação

GRUPOS DE INDUSTRIA	VALOR	
	Cr.\$ mil de 1977	§
D-INSUMOS ADQUIRIDOS PELA "NOVA INDUSTRIA" NO EXTERIOR	2.959.355	100,0
D1-11.13 - PRODUÇÃO DE LAMINADOS DE METAIS E DE LIGAS DE METAIS NÃO FERROSOS - INCLUSIVE CANOS E TUBOS (IID)	403.725	13,6
D2-20.23 - FABRICAÇÃO DE BORRACHAS SINTÉTICAS (ELASTOMEROS) - INCLUSIVE LATEX SINTÉTICA (IID)	366.758	12,4
D3-20.81 - FABRICAÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES E CORRETI- VOS DO SOLO (IID)	363.597	12,3
D4-20.21 - FABRICAÇÃO DE MATERIAS PLÁSTICAS E PLASTIFICAN- TES - INCLUSIVE A POLIMERIZAÇÃO DE MATERIAS PLÁSTICAS PARA EXTRUSÃO DE FIOS SINTÉTICOS (IID)	287.629	9,7
D5-20.22 - FABRICAÇÃO DE FIOS E FIBRAS ARTIFICIAIS E SINTÉTICOS (IID)	185.069	6,3

FONTE: Pesquisa BNB/SUDENE, 1978.

OBS: - BCND Bens de Consumo não Duráveis
IC Intermediários para Consumo
IID Insumos Industriais Diversos
ICC Intermediários para Construção
PD Partes de Duráveis

cionais da base de produtos primários nordestinos: cacau, algodão, óleos vegetais, açúcar e frutas tropicais.

Do mesmo modo, os dois grupos que adquiriram mais insumos em São Paulo também se enquadravam na categoria de Bens de Consumo não Duráveis: o "25.13 - Confecção de roupas para homens e rapazes" e o "24.21". Os três grupos seguintes eram oriundos da categoria de Insumos Industriais Diversos - dois deles - e da categoria de Partes de Duráveis.

Os resultados mais desencontrados, do ponto de vista da presença de categorias de uso de naturezas diversas, ocorreram quanto aos grupos de indústrias mais importantes com relação à aquisição de insumos no resto do país. Os cinco grupos apresentados eram enquadrados em quatro categorias de uso distintas: o primeiro, "11.02 - Produção de ferro e aço em formas primárias", em Insumos Industriais Diversos, o segundo, "11.53 - Fabricação de embalagens metálicas de ferro e aço e de metais não ferrosos - inclusive folha de flandres" em Intermediários para Consumo, o terceiro e o quinto em Bens de Consumo não Duráveis, e o quarto em Intermediários para Construção Civil.

Quanto aos insumos adquiridos no exterior, todos os cinco grupos com maiores participações eram oriundos da categoria de Insumos Industriais Diversos, e à exceção do primeiro - "11.13 - Produção de laminados metais e de ligas de metais não ferrosos - inclusive canos e tubos" - todos os demais eram também do gênero Química. Juntos, estes cinco grupos concentraram 54,3% de todas as compras de insumos importados da "Nova Indústria" nordestina.

Vejamos agora como se comportou a "Nova Indústria" no que respeita às suas vendas.

A tabela 29 mostra a composição percentual das vendas de cada categoria de uso segundo as áreas de destino.

Para as categorias de Consumo não Durável e Partes de Durável registrou-se ligeira predominância das vendas para o mercado nordestino (37%) e um certo equilíbrio entre os outros três destinos considerados, São Paulo, resto do país e exterior. O grau de vendas para fora dos limites da área nordestina superou os 60% do total das vendas. A categoria de

TABELA 29
NORDESTE

"NOVA INDÚSTRIA" - DESTINO DAS VENDAS POR CATEGORIA DE USO DO BEM PRODUZIDO - 1977

8

CATEGORIAS DE USO	DESTINO DAS VENDAS				(b) + (c) + (d)
	NORDESTE (a)	SÃO PAULO (b)	RESTO DO PAÍS (c)	EXTERIOR (d)	
A-CONSUMO NÃO DURÁVEL + INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO	37,3	20,1	17,9	24,7	38,0
A1-CONSUMO NÃO DURÁVEL	37,6	20,3	16,8	25,3	37,1
A2-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO	35,4	19,1	23,2	22,3	42,3
B-CONSUMO DURÁVEL + PARTES DE DURÁVEL	35,4	36,8	24,8	3,0	61,6
B1-CONSUMO DURÁVEL	57,9	17,0	22,9	2,2	39,9
B2-PARTES DE DURÁVEL	27,2	44,1	25,5	3,2	69,6
C-BENS DE CAPITAL + PARTES DE BENS DE CAPITAL	43,2	22,7	15,5	18,6	38,2
C1-BENS DE CAPITAL	33,5	26,5	17,2	22,8	43,7
C2-PARTES DE BENS DE CAPITAL	86,5	5,6	7,9	0,0	13,5
D-INTERMEDIÁRIOS (INSUMOS EM GERAL)	44,9	32,0	17,4	5,7	49,4
D1-INSUMOS INDUSTRIAIS DIVERSOS	34,4	39,8	18,4	7,4	58,2
D2-COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	36,8	35,8	27,4	0,0	63,2
D3-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSTRUÇÃO	80,7	5,3	13,8	0,2	19,1
D4-PARTES DIVERSAS	51,3	25,3	23,2	0,2	48,5
E-REPARAÇÃO	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	40,8	26,1	17,8	15,3	43,9
					59,2

Bens de Consumo não Duráveis exportou um quarto dos produtos que vendeu, mostrando o mais alto coeficiente de abertura para o exterior dentre todas as categorias da "Nova Indústria".

No que respeita às categorias de Bens de Consumo Duráveis e de Partes de Duráveis as maiores parcelas das vendas totais concentraram-se no próprio Nordeste e em São Paulo, cujos percentuais respectivos foram 35,4% e 36,8%. Estas categorias, além disto, apresentaram um baixo coeficiente de abertura para o exterior - 3,0% - e ainda uma razoável penetração nos mercados das demais áreas periféricas do país - 24,8%. Os padrões de cada uma das categorias, entretanto, mostraram nuances significativas. A categoria de Consumo não Durável realizou mais da metade das vendas no Nordeste, enquanto a de Partes de Durável realizou 44,1% das vendas em São Paulo, articulando-se por conseguinte com mais desenvoltura ao pólo capitalista do país. Ressalte-se que a categoria de Partes de Duráveis realizou 72,8% de suas vendas fora do território nordestino.

As categorias de Bens de Capital e de Partes de Bens de Capital também mostraram padrões mercadológicos distintos. A categoria de Bens de Capital teve penetração importante em todos os mercados extra-nordestinos, inclusive no exterior - neste último caso só a categoria de Consumo não Durável registrou percentual de vendas para o exterior mais elevado. Esta vendeu 26,5% das mercadorias produzidas em São Paulo, 17,2% nas demais áreas periféricas do país e 22,8% no exterior. De outro lado, a categoria de Partes de Bens de Capital realizou apenas marginalmente vendas em São Paulo (5,6%) e no resto do país (7,9%), concentrando as vendas na área nordestina (86,5%); adicionalmente, a categoria não registrou qualquer exportação para o exterior.

As categorias de Bens Intermediários mostraram, conjuntamente, uma orientação maior das vendas em direção aos mercados nordestino e paulista, que registraram percentuais de 44,9% e 32,0% respectivamente. Mais uma vez, entretanto, o comportamento de cada categoria apresentou especificidades que requerem o exame de cada uma.

A categoria de Insumos Industriais Diversos vendeu 65,6% de suas mercadorias fora do território nordestino: 39,8% para São Paulo, 18,4% para as demais áreas periféricas nacionais e 7,4% para o exterior. A maioria de suas vendas foram realizadas em São Paulo, uma vez que as vendas no território nordestino corresponderam a 34,4%.

A categoria de Combustíveis e Lubrificantes mostrou-se, no que tange ao destino de suas vendas, parecida com a categoria anterior; apenas não exportou para o exterior e os mercados das áreas periféricas que não o próprio Nordeste lhe foram mais importantes, pois suas vendas ali montaram a 27,4% do total.

Já para a categoria de Intermediários para Construção Civil os resultados mostraram-se bem diferentes, pois 80,7% de suas vendas destinaram-se ao mercado nordestino. E, afora este, os mercados das demais áreas periféricas redundaram também de maior importância relativa. Estes resultados, entretanto, não revelam surpresa, pois os produtos dos grupos de indústria incluídos nesta categoria possuem como característica, a nível geral, uma alta incidência de custos de transportes que se contrapõe ao seu reduzido preço por unidade.

Quanto à categoria Partes Diversas, cabe ressaltar o percentual de vendas realizadas para o Nordeste - 51,3% - e a importância expressiva dos mercados paulista e do resto do país, que absorveram-lhe 25,3% e 23,2% das vendas, respectivamente.

Por fim, a categoria Reparação realizou todas as suas vendas no próprio Nordeste, numa indicação do espectro territorial restrito do tipo de "produto" que ofertava.

A importância dos grupos de indústria nas vendas da "Nova Indústria" para cada área geográfica considerada está refletida na tabela 30.

Na própria área nordestina, os grupos de indústria com maiores volumes de vendas para ali distribuíam-se nas categorias de Intermediários para Construção Civil, Bens de Consumo não Duráveis - dois deles - e Insumos Industriais Diversos - dois grupos também. Em primeiro lugar, respondendo por 9,4% das vendas da "Nova Indústria" no território nordestino,

TABELA 30
NORDESTE

GRUPOS DE INDÚSTRIA COM MAIORES PARTICIPAÇÕES NO MONTANTE DAS VENDAS REALIZADAS EM CADA
ÁREA GEOGRÁFICA DELIMITADA - 1977

GRUPOS DE INDÚSTRIA	VALOR Cr\$ mil de 1977	%
A-VENDAS DA "NOVA INDÚSTRIA" NO NORDESTE	<u>18.444.427</u>	<u>100,0</u>
A1-10.52 - FABRICAÇÃO DE CIMENTO (ICC)	1.831.426	9,4
A2-27.31 - FABRICAÇÃO DE CERVEJAS E CHOPIES (BCND)	1.128.801	6,1
A3-20.81 - FABRICAÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO (IID)	910.157	4,9
A4-11.04 - PRODUÇÃO DE LAMINADOS PLANOS E NÃO-PLANOS DE AÇO COMUM OU ESPECIAL - INCLUSIVE FERRO-LIGAS (IID)	859.326	4,7
A5-26.91 - REFINAÇÃO E PREPARAÇÃO DE ÓLEOS E CORDURAS VEGETAIS E PRODUTOS DO BENEFÍ- CIAMENTO DO CACAU DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO (BCND)	642.653	3,5
B-VENDAS DA "NOVA INDÚSTRIA" EM SÃO PAULO	<u>11.794.295</u>	<u>100,0</u>
B1-24.21 - FIACÃO, FIACÃO E TECELAGEM E TECELAGEM DE ALCOÓO (BCND)	1.576.698	13,4
B2-20.21 - FABRICAÇÃO DE MATÉRIAS PLÁSTICAS E PLASTIFICANTES (IID)	834.494	7,1
B3-20.23 - FABRICAÇÃO DE BORRACHAS SINTÉTICAS (ELASTÔMEROS) (IID)	706.623	6,0
B4-20.73 - FABRICAÇÃO DE PIGMENTOS E CORANTES (IID)	680.587	5,8
B5-20.12 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E INTERMEDIÁRIOS, PETROQUÍMICOS E DE DERIVADOS DO CARVÃO-DE-PEDRA (IID)	646.587	5,5
C-VENDAS DA "NOVA INDÚSTRIA" NO RESTO DO PAÍS	<u>8.049.292</u>	<u>100,00</u>
C1-24.21 - FIACÃO, FIACÃO E TECELAGEM E TECELAGEM DE ALCOÓO (BCND)	714.980	8,9
C2-25.13 - CONFECÇÕES DE ROUPAS DE QUALQUER MATERIAL PARA HOMENS E RAPAZES (BCND)	634.857	7,9
C3-11.13 - PRODUÇÃO DE LAMINADOS DE METAIS E DE LIGAS DE METAIS NÃO-FERROSOS - INCLUSIVE CANOS E TUBOS (IID)	383.992	4,8
C4-11.03 - PRODUÇÃO DE FERRO-LIGAS EM FORMAS PRIMÁRIAS (IID)	352.967	3,5
C5-24.31 - FABRICAÇÃO DE TECIDOS DE MALHA (IC)	277.967	3,5
D-VENDAS DA "NOVA INDÚSTRIA" NO EXTERIOR	<u>6.892.034</u>	<u>100,0</u>
D1-26.62 - FABRICAÇÃO DE BOMBONS E CHOCOLATES (BCND)	2.054.918	29,8
D2-26.51 - FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR (BCND)	951.918	13,8
D3-11.03 - PRODUÇÃO DE FERRO-LIGAS EM FORMAS PRIMÁRIAS (IID)	473.311	6,9
D4-26.31 - PREPARAÇÃO DE PESCADO (BCND)	445.736	6,5
D5-13.81 - FABRICAÇÃO DE APARELHOS E DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E DE RADIO-TELEFONIA (BK)	422.843	6,1

FONTE: Pesquisa BNB/SUDENE, 1978

OBS.: BCND - Bem de Consumo não Durável
IC - Intermediários para Consumo
IID - Insumos Industriais Diversos
ICC - Intermediários para Construção
BK - Bem de Capital

apareceu o grupo "10.52 - Fabricação de Cimento", e em segundo lugar, com 6,1% das vendas no Nordeste, o "27.31 - Fabricação de cervejas e chopes".

Os grupos de indústria que registraram os maiores volumes de vendas para São Paulo eram oriundos majoritariamente da categoria de Insumos Industriais Diversos, com a exceção do "campeão" de vendas paulistas, o grupo "24.21 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de algodão", da categoria de Bens de Consumo Não Duráveis. Todos os grupos da categoria de Insumos Industriais Diversos assinalados eram do gênero Química.

Nas vendas da "Nova Indústria" para o resto do país sobressaíram os grupos "24.21" e "25.13 - Confeção de roupas de qualquer material para homens e rapazes", ambos da categoria de Bens de Consumo não Duráveis. Dos outros três grupos, dois eram da categoria de Insumos Industriais Diversos - e também do gênero Metalúrgica - e o último da categoria de Intermediários para Consumo.

As vendas para o exterior tiveram no grupo "26.62 - Fabricação de bombons e chocolates" seu líder absoluto, com 29,8% das mesmas. Além deste grupo, outros dois grupos - o segundo e o quarto em importância - também enquadravam-se na categoria dos Bens de Consumo não Duráveis; ambos representavam setores tradicionais na indústria nordestina: o "26.51 - Fabricação de açúcar" e o "26.31 - Preparação do Pescado". Ainda, todos estes três grupos eram do gênero Produtos Alimentares. Os outros dois grupos com maiores participações nas vendas, para o exterior era o "11.03 - Produção de ferro - ligas em formas primárias", da categoria de Insumos Industriais Diversos, e o "13.81 - Fabricação de aparelhos e de equipamentos de telefonia e de radiotelefonia", da categoria de Bens de Capital.

Vamos, a partir daqui, tentar sistematizar os resultados que colhemos nas análises da origem dos insumos e do destino das vendas no que respeita à "Nova Indústria" nordestina.

Podemos inicialmente reagrupar as categorias de uso que consideramos em três conjuntos distintos à luz dos resulta

dos anteriormente apresentados. (ver quadro 5)

O primeiro conjunto seria composto pelas categorias de Bens não Duráveis de Consumo, de Intermediários para Consumo e de Intermediários para Construção Civil. Este conjunto ca racterizar-se-ia por ter adquirido a maior parte dos insumos e realizado a maior parte de suas vendas no mercado nordestino simultaneamente, o que evidencia um alto grau de integração a este mercado. Algumas nuances ainda merecem registro : em primeiro lugar, a integração pra trás mostrou-se mais relevante para as duas primeiras categorias - uma vez que mais de 70% dos insumos por elas requerido foram obtidos no próprio Nordeste - , enquanto que a última categoria apresentou maior integração para frente - 81% das mercadorias que vendeu destinaram-se ao Nordeste; em segundo lugar, o mercado externo revelou-se também importante para a categoria de Bens de Consumo não Durável.

O segundo conjunto incluiria as categorias de Consumo Durável, Partes de Duráveis, Bens de Capital, Partes de Bens de Capital e Partes Diversas e caracterizar-se-ia pela maior importância de São Paulo como local de origem da maior parte dos insumos que adquirem e pela importância do mercado nordestino em relação às vendas totais. Este conjunto apresentaria, portanto, uma maior integração pra trás com a indústria paulista e uma maior integração para a frente com o mercado e até a própria indústria nordestina. Vários "desvios" ou especificidades podem ser observados em cada categoria neste conjunto:

- a) a categoria de Partes de Duráveis teve em São Paulo seu principal mercado insumidor, como assinalado para as demais categorias deste conjunto, mas também seu principal mercado consumidor, com 44% das vendas. As vendas para o Nordeste representaram apenas 27%, sendo pouco mais importantes relativamente que as vendas para as demais áreas periféricas do país, 26%. A importância de São Paulo insinua que as empresas desta categoria implantaram-se no Nordeste mais por força dos incentivos fiscais em si.

QUADRO 5 - NORDESTE - PADRÕES MERCADOLÓGICOS DAS EMPRESAS DA "NOVA INDÚSTRIA" SEGUNDO AS RESPECTIVAS CATEGORIAS DE USO - DESTINO DAS VENDAS E ORIGENS DOS INSUMOS MAIS IMPORTANTES
 (% SUPERIORES A 25% DOS TOTAIS DE INSUMOS E VENDAS)

1977

CONJUN- TOS DE CATEGORIAS DE USO	ORIGEM		NORDESTE		SÃO PAULO		RESTO DO PAÍS		EXTERIOR		
	DESTINO	INSUMOS	VENDAS	INSUMOS	VENDAS	INSUMOS	VENDAS	INSUMOS	VENDAS	INSUMOS	VENDAS
1.º CONJUNTO											
Bens de Consumo Não Duráveis		72	38								25
Intermediários para Consumo		71	35								
Intermediários para Construção		49	81								
2.º CONJUNTO											
Bens de Consumo Duráveis			58	65							
Partes de Bens de Consumo Duráveis			27	47	44		26				26
Bens de Capital			34	33	27		25				
Partes de Bens de Capital			87	44			37				
Partes Diversas			51	45	25		30				
3.º CONJUNTO											
Insumos Industriais Diversos		37	34								30
Combustíveis e Lubrificantes		62	37								27

FONTE: Pesquisa BNB/SUDENE, 1978

OBS: Não se considerou a categoria de Reparação que contava com uma única empresa na "Nova Indústria" Nordeste.

- b) a categoria de Bens de Capital registrou a participação importante de insumos adquiridos no resto do país e no exterior, que concorreram para 25 e 26% dos mesmos; uma participação pouco inferior à de São Paulo, que abasteceu 33% dos insumos comprados pela categoria. De outro lado realizou parte expressiva de suas vendas em São Paulo, 27%;
- c) a categoria de Partes de Bens de Capital adquiriu insumos no resto do país em proporção elevada, 37%, mas que não chegou a superar a importância de São Paulo, que atendeu a 44% das necessidades da categoria.
- d) finalmente, a categoria de Partes Diversas teve em São Paulo um mercado consumidor de certa importância - 25% das vendas se dirigiram para lá - e nas demais áreas periféricas do país um mercado insumidor relevante - 30% dos insumos tiveram esta origem.

O terceiro e último conjunto abarcaria as categorias de Insumos Industriais Diversos e Combustíveis e Lubrificantes. Suas principais características apontariam para a maior importância relativa do Nordeste como produtor dos insumos que demandavam e de São Paulo como mercado consumidor das mercadorias que produziam, embora o Nordeste também representasse um mercado consumidor de peso para o conjunto. A integração para trás dar-se-ia com maior peso no próprio Nordeste; a integração para frente com São Paulo, e em menor escala com o próprio Nordeste também. Como "desvios" a estas características registrar-se-iam:

- a) para a categoria de Insumos Industriais Diversos no peso relevante dos insumos importados do exterior;
- b) para a categoria de Combustíveis e Lubrificantes na participação relevante das vendas para o resto do país.

Em que pese a possibilidade de reversão destes padrões mercadológicos ao longo do tempo e a menor expressividade de algumas categorias de uso no cômputo global da "Nova Indústria" nordestina, acreditamos que a complementaridade indus

trial entre o pólo paulista e a periferia nordestina nesta fase oligopólica do desenvolvimento capitalista nacional as se nta-se fundamentalmente nestes dois últimos conjuntos de categorias de uso. E os resultados enfatizam que estas rela ções de complementaridade não eram desprezíveis em 1977.

No segundo conjunto de categorias de uso a in te gr a ç ã o para trás com a indústria paulista era o traço mais caracte- r í s t i c o, mas também registrava-se uma integração não despre- z í v e l para a frente especialmente nas categorias de Partes de Duráveis, de Bens de Capital e de Partes Diversas. O nú cleo destas relações para estas categorias não era o mercado paulista, mas a indústria paulista. Da mesma forma, o tercei ro conjunto de categorias que delimitamos apresentou uma in te gr a ç ã o vigorosa para a frente com a indústria paulista. É neste particular sentido que podemos falar da complementaridade industrial entre a indústria periférica e a indústria do pólo, enquanto característica da etapa monopólica do de se nv olv im en to capitalista nacional. Esta complementaridade industrial parece apresentar um certo viés para frente no que tange à in te gr a ç ã o vista pela indústria incentivada nor destina, uma vez que de todas as categorias incluídas nestes dois conjuntos o peso relativo da de Insumos Industriais Di versos sobressaía como vimos anteriormente: os 40% de ven das da categoria em São Paulo representavam mais de 50% de todas as vendas da "Nova Indústria" para este Estado, que não foram desprezíveis: Cr\$ 11,8 bilhões de 1977.

De outro lado verificamos que para o primeiro conjunto de categorias de uso as vendas para São Paulo também não eram desprezíveis - dois grupos de indústria da categoria de Bens de Consumo não Duráveis foram os líderes de vendas para São Paulo da "Nova Indústria" como apresentamos na tabela 30 -, mas este vínculo não representava nada de realmente novo para a estrutura industrial nordestina, nem constituía ele me nto característico das relações de complementaridade esta be le c i d a s nas últimas décadas ao nível da indústria. Em con s i d e r a n d o a reciclagem tecnológica que registramos no capítu lo anterior para boa parte das empresas incluídas nestas ca te gorias - especialmente na de Bens de Consumo não Duráveis-

as vendas para São Paulo representavam a continuidade ou mesmo a retomada de um mercado que se foi perdendo nas últimas etapas da concentração territorial da indústria naquele Estado⁽⁰⁹⁾. Este conjunto de categorias apresentava também integração com São Paulo, mas enquanto um mercado de bens de consumo. Esta "complementaridade" mais geral é característica central da divisão territorial do trabalho da fase inicial de constituição do capital em bases oligopólicas no país, é característica da fase da concentração territorial crescente da indústria em São Paulo⁽¹⁰⁾. Não se trata da complementaridade industrial como definida neste trabalho. Esta assenta-se na demanda interindustrial estabelecida tanto do pólo para a periferia como no sentido inverso. Trata-se de uma complementaridade mais específica, que aponta para uma nova divisão territorial do trabalho no plano da indústria.

O quadro 5 apresenta os grupos de indústria da "Nova Indústria" que demandaram insumos em proporção superior a 50% ou realizaram mais de 50% de suas vendas em São Paulo, organizados segundo os conjuntos de categorias de uso que delimitamos. Note-se que esta lista do Quadro 6 contempla 150 empresas, o que corresponde a 33% do número de empresas da "Nova Indústria" consideradas neste trabalho.

No primeiro conjunto encontravam-se mais da metade destas empresas - 78 -, sendo 50 delas oriundas de dois grupos, o "24.21" e o "25.12" que foram os "campeões" de vendas e de insumos realizados e adquiridos, respectivamente, em São Paulo.

No segundo conjunto, apenas uma empresa, representando

(09) Cano afirma que "... Entre 1930 e 1950, o peso relativo dos(...) produtos industrializados (na pauta de exportações da periferia para São Paulo - ACFG) caíra de 19% para 10%". Cf. CANO, Wilson (1985,p.262)

(10) Na maioria dos trabalhos que analisam as questões "regionais" no país a complementaridade é tratada nesta acepção mais geral, mesmo quando o objeto da análise é exclusivamente a indústria. Os vários autores que discutem esta questão na bibliografia que utilizamos empregam o termo neste sentido. Pensamos que Cano é o único autor que, embora mantendo a tradição de uso do termo neste sentido mais geral, implicitamente refere-se a ele no sentido que empregamos aqui. (ver nota 3 deste capítulo). Cf. CANO, Wilson (1985,ps.252 a 256)

QUADRO 6 - NORDESTE - GRUPOS DE INDÚSTRIA DA "NOVA INDÚSTRIA" QUE ADQUIRIRAM 50% OU MAIS DE SEUS INSUMOS OU REALIZARAM 50% OU MAIS DE SUAS VENDAS EM SÃO PAULO. 7 (1977)

<u>GRUPOS DE INDUSTRIA</u>	<u>Nº EMPRESAS</u>
<u>1º CONJUNTO (BCND, IC, ICC)</u>	
<u>A - BCND</u>	
13.31 - Fabricação de lâmpadas (IeV)	3
22.11 - Fabricação de Produtos de Perfumaria (I e V)	1
23.31 - Fabricação de Artefatos de Material Plástico para uso Pessoal e Doméstico (I)	3
24.21 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de algodão (V)	25
24.23 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de lã (I)	1
24.28 - Fabricação de Linhas e Fios para Coser e Bordar (IeV)	1
24.33 - Fabricação de Meias (I)	1
25.12 - Confeção de peças interiores do vestuário feminino (I)	3
25.13 - Confeção de roupas de qualquer material para homens e rapazes (I)	25
25.14 - Confeção de roupas de qualquer material para senhoras e moças (I)	1
25.21 - Fabricação de chapéus (I)	1
25.51 - Confeção de Artefatos Diversos de Tecido (I)	1
27.12 - Fabricação de vinhos-Exclusive de uva (I e V)	1
<u>B - IC</u>	
00.23 - Extração de sal (V)	5
21.11 - Fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários não dosados (I)	1
<u>C - ICC</u>	
15.32 - Fabricação de chapas de madeira compensada, revestida ou não com material plástico (I)	1
23.61 - Fabricação de manilhas, canos, tubos e conexões de material plástico (I)	4
<u>2º CONJUNTO (CD, PD, BK, PBK e PDV)</u>	
<u>A - CD</u>	
12.61 - Fabricação de cronômetros e relógios elétricos ou não (I e V)	1
13.85 - Fabricação de televisores, rádio receptores, fonógrafos, toca-discos, toca-fitas e gravadores de fita (I)	1
14.32 - Fabricação de veículos automotores (I)	1
14.51 - Fabricação de bicicletas e triciclos, motorizados ou não, e motocicletas, inclusive peças e acessórios (I)	1
16.41 - Fabricação de armários embutidos de madeira (I)	1
30.24 - Fabricação de material ótico (I)	1
<u>B - PD</u>	
13.25 - Fabricação de pilhas e baterias secas (I)	1
13.41 - Fabricação de material elétrico para veículos (I e V)	2
14.33 - Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores (V)	4

CONTINUAÇÃO

C - BK

12.14 - Fabricação de artigos de calderaria - Exc. tanques, reservatórios e outros recipientes para embalagem (V)	1
12.18 - Fabricação de equipamentos para transmissão industrial - inclusive rolamentos* (I e V)	1
12.51 - Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações industriais e comerciais (I)	1
13.11 - Fabricação de geradores, transformadores, conversores, reguladores e semelhantes (I)	3

D - PBK

12.32 - Fabricação de peças, acessórios, utensílios e ferramentas para máquinas industriais (I)	1
14.41 - Fabricação de carroçarias para veículos automotores (I)	2

E - PDV

11.06 - Produção de fundidos de ferro e aço (I)	1
23.23 - Fabricação de artigos de matéria plástica para uso na indústria do material elétrico (V)	1
30.99 - Fabricação de artigos diversos não especificados ou não classificados (I)	1

3º CONJUNTO (IID e CL)

A - IID

10.81 - Beneficiamento e Preparação de Minerais não Metálicos não associados à extração (V)	5
11.02 - Produção de ferro e aço em formas primárias (V)	2
11.09 - Produção de relaminados de aço (V)	1
11.41 - Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço e de metais não ferrosos - Exclusive produtos de tornos automáticos (V)	1
11.99 - Fabricação de outros artigos de metal não especificados ou não classificados (I)	1
13.21 - Fabricação de condutores elétricos (V)	1
13.26 - Fabricação de eletrodos (V)	1
15.12 - Produção de lâminas de madeira ou de madeira folheada (V)	1
17.22 - Fabricação de papelão, cartolina e cartão (V)	1
20.01 - Produção de elementos químicos e de produtos químicos inorgânicos, orgânicos e organo-inorgânicos - Exclusive produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão de pedra e da madeira (I e V)	9
20.12 - Fabricação de materiais petroquímicos básicos e de produtos petroquímicos, primários e intermediários - Exclusive produtos finais (V)	6
20.21 - Fabricação de matérias plásticas e plastificantes - inclusive a polimerização de matéria plástica para extrusão de fios sintéticos (V)	8
20.23 - Fabricação de borrachas sintéticas (elastômeros) - Inclusive látex sintético (V)	1
20.73 - Fabricação de pigmentos e corantes (V)	1
20.91 - Fabricação de amidos, dextrinas, adesivos, gomas adesivas, colas e substâncias afins (I)	1
20.99 - Fabricação de produtos químicos não especificados ou não classificados (I)	1

CONTINUAÇÃO

23.51 - Fabricação de artigos de matéria plástica para embalagem e acondicionamento, impressos ou não (I)	1
23.91 - Fabricação de artigos de matéria plástica não especificados ou não classificados (I)	1
24.99 - Fabricação de artefatos têxteis não especificados ou não classificados (I)	2
29.82 - Impressão litográfica e "off-set" em folhas metálicas e outros materiais - Exclusive a fabricação de embalagem (I)	1

FONTE: Pesquisa direta BNB/SUDENE, 1978

OBS: (I) = + de 50% insumos adquiridos em São Paulo; (V) = + de 50% das vendas realizadas em São Paulo; BCND - Bens de Consumo não Duráveis; IC - Intermediários para Consumo; ICC - Intermediários para Construção Civil; CD - Consumo Durável; PD - Partes de Duráveis; BK - Bens de Capital; PBK - Partes de Bens de Capital; PDV - Partes Diversas; IID - Insumos Industriais Diversos; e CL - Combustíveis e Lubrificantes.

todo o grupo "13.25", da categoria de Partes de Duráveis, foi a responsável pelo quarto maior volume de compras de insumos em São Paulo dentre todos os demais grupos de indústria da "Nova Indústria". Neste segundo conjunto as demais empresas possuíam porte mais reduzido relativamente e o valor dos insumos que adquiriram ou das vendas que realizaram em São Paulo não se mostrariam importantes comparativamente aos registrados para os outros dois conjuntos de categorias. Mesmo assim estavam ali incluídas 23 empresas distribuídas em 18 grupos de indústria.

No terceiro grupo situava-se a parte "mais forte" dos vínculos de complementaridade industrial com São Paulo. Merecem ser ressaltados o grupo "11.02", o quinto maior demandante de insumos da indústria paulista, e os grupos "20.21", "20.23", "20.73" e "20.12", todos incluídos entre os cinco grupos que realizaram os maiores volumes de vendas no mercado paulista. Além destes, o grupo "20.22 - Fabricação de fios e fibras artificiais e sintéticas", o terceiro maior demandante de insumos paulistas, só não apareceu no Quadro 5 porque demandou em proporções ainda maiores insumos do exterior. No que tange aos vínculos de complementaridade entre as estruturas industriais nordestina e paulista, os grupos de indústria incluídos neste terceiro conjunto de categorias de uso foram o "elo forte" destas ligações. Neste conjunto contavam-se 21 grupos de indústria com 47 empresas.

Vamos agora examinar outro aspecto das relações de complementaridade industrial entre a periferia nordestina e o pólo paulista. Os dados acerca da origem das máquinas e equipamentos (Bens de Investimento) adquiridos pela "Nova Indústria" nordestina nos permitem visualizar em certa medida o grau de dependência tecnológica e estabelecer uma noção acerca deste aspecto importante da complementaridade industrial.⁽¹¹⁾

(11) Apesar das informações não estarem tabuladas para a "origem" São Paulo, face à omissão nos questionários aplicados pelo BNB e SUDENE na pesquisa direta de 1978. Quanto à investigação da origem dos equipamentos, é certo que os percentuais apresentados para a "origem" resto do país - que no caso incluem São Paulo - eram relativos majoritariamente àquela "origem".

A tabela 31 mostra a composição das compras de equipamentos segundo as categorias de uso consideradas. Ao nível geral, de toda a "Nova Indústria" nordestina, os resultados alcançados foram: 4,2% dos equipamentos tão somente foram adquiridos no próprio Nordeste; 58%, ou seja, a maioria, no resto do país - que aqui inclui São Paulo, como vimos - e 37,8% no exterior⁽¹²⁾. Ao todo, 95,8% dos equipamentos e máquinas utilizados na montagem das empresas da "Nova Indústria" tiveram origem quanto à sua fabricação em territórios que não o nordestino, o que evidencia um elevado grau de dependência tecnológica.⁽¹³⁾

Os dados a nível de cada categoria de uso foram extremamente semelhantes entre si e com os resultados globais da "Nova Indústria", à exceção dos relativos à categoria de Combustíveis e Lubrificantes, cujas duas empresas ali incluídas demandaram máquinas e equipamentos nos mercados do resto do País e do próprio Nordeste nas mesmas proporções. Abstraindo-se esta exceção, pode-se afirmar que todas as categorias de uso apresentaram praticamente o mesmo grau de dependência tec

(12) Magalhães, analisando os mesmos dados da pesquisa BNB/SUDENE alerta-nos para o seguinte fato: "Deve-se considerar(...) que em termos nacionais a dependência tecnológica é maior do que a indicada pelos dados de importação de equipamentos. Primeiro, boa parte da oferta de equipamentos do resto do País se faz através de filiais de empresas multinacionais. Segundo, mesmo em relação ao suprimento por nacionais, a maior parte da produção é feita através de licenciamento de tecnologia e *Know-how* de empresas multinacionais ou estrangeiras. Assim, a dependência tecnológica em relação ao exterior é maior do que indicam os dados relativos a importações de equipamentos, e isso reduz a possibilidade de utilização de uma tecnologia apropriada às condições de oferta de mão-de-obra no Nordeste". Cf. MAGALHÃES, Antonio R. (1983, p. 143). A nosso ver representa uma utopia a busca "de uma tecnologia apropriada às condições de oferta de mão-de-obra no Nordeste" face à natureza da complementaridade industrial que marca a indústria nordestina nos dias atuais.

(13) Magalhães nos lembra ainda a este respeito: "Em relação à aquisição de equipamentos no Nordeste, salienta-se que a medida direta utilizada subdimensiona a dependência regional. Com efeito, mesmo na pequena parcela de Bens de Capital provenientes da região existe componente importado do resto do País e do exterior, que só pode ser captado através de medidas indiretas". MAGALHÃES, Antonio R. (1983, p.140)

CATEGORIAS DE USO	ORIGEM DOS EQUIPAMENTOS			RESTO DO PAÍS (1)	(b) + (c)
	NORDESTE (a)	EXTERIOR (c)			
A-CONSUMO NÃO DURÁVEL + INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO	7,7	39,7	52,7	92,4	
A1-CONSUMO NÃO DURÁVEL	8,3	37,1	54,6	91,7	
A2-INTERMEDIÁRIOS PARA CONSUMO	5,5	48,1	46,4	94,5	
B-CONSUMO DURÁVEL + PARTES DE DURÁVEL	8,4	37,9	53,7	91,6	
B1-CONSUMO DURÁVEL	8,2	30,5	61,3	91,8	
B2-PARTES DE DURÁVEL	8,5	39,2	52,3	91,5	
C-BENS DE CAPITAL + PARTES DE BENS DE CAPITAL	4,2	45,4	50,4	95,8	
C2-BENS DE CAPITAL	4,0	45,9	50,1	96,0	
C2-PARTES DE BENS DE CAPITAL	4,9	43,5	51,6	95,1	
D-INTERMEDIÁRIOS (INSUMOS EM GERAL)	2,9	37,0	60,1	97,1	
D1-INSUMOS INDUSTRIAIS DIVERSOS	2,7	37,3	60,0	97,3	
D2-COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	51,7	0,0	48,3	48,3	
D3-INSUMOS PARA CONSTRUÇÃO	4,0	35,3	60,7	96,0	
D4-PARTES DIVERSAS	4,7	10,9	84,4	95,3	
E-REPARAÇÃO	3,0	35,0	62,0	97,0	
T O T A L	4,2	37,8	58,0	95,8	

FONTE: Pesquisa BNB/SUDENE, 1978

NOTA: (1) no caso, inclui o Estado de São Paulo

nológica.

Finalmente, mediante as informações da tabela 32 podemos ter uma idéia acerca da participação dos grupos de indústria mais importantes quanto ao montante de equipamentos adquiridos pela "Nova Indústria" em cada uma das áreas geográficas consideradas.

O grupo que adquiriu maior quantidade de equipamentos, em termos de valor, no Nordeste foi o tradicional "26.51 - Fabricação de açúcar", o que sugere a existência de uma razoável indústria mecânica e metalúrgica voltada primordialmente para ele⁽¹⁴⁾. Em seguida, apareceu outro grupo da categoria de Bens não Duráveis de Consumo, o "26.31 - Preparação do Pescado", com uma participação percentual nas compras de equipamentos nordestinos muito próxima a do grupo 26.51 citado acima. Os demais grupos foram todos da categoria de Insumos Industriais Diversos, e correspondem a grupos que embora tenham adquirido parcela relativamente pequena de seus equipamentos no Nordeste, pelo volume expressivo que adquiriram no global apareceram na lista dos maiores compradores de equipamentos nordestinos.

O perfil dos grupos que adquiriram os maiores montantes de máquinas e equipamentos no resto do país (inclusive São Paulo) foi, como esperado, distinto. Apenas um grupo da categoria de Bens de Consumo não Duráveis aparece na lista dos cinco grupos mais importantes: o "24.21 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de algodão". Os outros quatro grupos pertenciam à categoria de Insumos Industriais Diversos. Des

(14) Segundo Magalhães: "A análise por gênero industrial mostra que Produtos Alimentares, adquirindo 21% de seus equipamentos no Nordeste, são, em virtude do elevado número de empresas, os maiores demandantes de equipamentos regionais. Trata-se de gênero tradicional no Nordeste, no qual se inclui a indústria açucareira, não beneficiária de incentivos fiscais. Contudo, em face da demanda de equipamentos da indústria açucareira desenvolveu-se há tempos um embrião de indústria produtora de Bens de Capital não sofisticados, sobretudo na metalúrgica". Cf. MAGALHÃES, Antonio R. (1983, p.138). Vale ressaltar que à 4 dígitos identificamos duas empresas da "Nova Indústria" no grupo "26.51 - Fabricação de açúcar" e justo elas eram do grupo que mais demandou equipamentos nordestinos.

T A B E L A 32
N O R D E S T E
GRUPOS DE INDÚSTRIA COM MAIORES PARTICIPAÇÕES NO MONTANTE DE EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
EM CADA ÁREA GEOGRÁFICA DELIMITADA - 1977

GRUPOS DE INDÚSTRIA	VALOR		8
	Cr\$ mil de 1977		
<u>A-EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PELA "NOVA INDÚSTRIA" NO NORDESTE</u>	<u>1.518.758</u>		<u>100,0</u>
A1-26.51 - FABRICAÇÃO DE AÇUCAR (BCND)	104.302		6,9
A2-26.31 - PREPARAÇÃO DO PESCADO (BCND)	100.394		6,6
A3-13.21 - FABRICAÇÃO DE CONDUTORES ELÉTRICOS (IID)	82.524		5,4
A4-11.04 - PRODUÇÃO DE LAMINADOS PLANOS E NÃO-PLANOS DE AÇO COMUM OU ESPECIAL - INCLUSIVE FERRO-LIGAS (IID)	74.960		4,9
A5-20.22 - FABRICAÇÃO DE FIOS E FIBRAS ARTIFICIAIS E SINTÉTICAS (IID)	71.175		4,7
<u>B-EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PELA "NOVA INDÚSTRIA" NO RESTO DO PAÍS (INCLUI S. PAULO)</u>	<u>21.069.431</u>		<u>100,0</u>
B1-20.12 - FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PETROQUÍMICOS BÁSICOS E DE PRODUTOS PETROQUÍMICOS PRIMÁRIOS E INTERMEDIÁRIOS - EXCLUSIVE PRODUTOS FINAIS	6.566.038		31,2
B2-20.81 - FABRICAÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO (IID)	1.188.777		5,6
B3-11.02 - PRODUÇÃO DE FERRO E AÇO EM FORMAS PRIMÁRIAS (IID)	1.130.362		5,4
B4-24.21 - FIAÇÃO, FIAÇÃO E TECELAGEM E TECELAGEM DE ALGODÃO (BCND)	1.097.180		5,2
B5-20.21 - FABRICAÇÃO DE MATERIAS PLÁSTICAS E PLASTIFICANTES - INCLUSIVE A POLIMERIZAÇÃO DE MATERIAS PLÁSTICAS PARA EXTRUSÃO DE FIOS SINTÉTICOS (IID)	823.840		3,9
<u>C-EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PELA "NOVA INDÚSTRIA" NO EXTERIOR</u>	<u>13.717.803</u>		<u>100,0</u>
C1-20.12 - FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PETROQUÍMICOS BÁSICOS E DE PRODUTOS PETROQUÍMICOS PRIMÁRIOS E INTERMEDIÁRIOS - EXCLUSIVE PRODUTOS FINAIS	3.338.300		24,3
C2-20.21 - FABRICAÇÃO DE MATERIAS PLÁSTICAS E PLASTIFICANTES - INCLUSIVE A POLIME RIZAÇÃO DE MATERIAS PLÁSTICAS PARA EXTRUSÃO DE FIOS SINTÉTICOS (IID)	1.205.623		8,8
C3-20.81 - FABRICAÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO (IID)	1.198.388		8,7
C4-24.21 - FIAÇÃO, FIAÇÃO E TECELAGEM E TECELAGEM DE ALGODÃO (IID)	996.448		7,3
C5-10.52 - FABRICAÇÃO DE CIMENTO (ICC)	478.710		3,5

FONTE: Pesquisa BNB/SUDENE, 1978

OBS.: BCND - Bens de Consumo não Duráveis

IID - Insumos Industriais Diversos

ICC - Intermediários para Construção Civil

tes, com o maior volume de compras de máquinas e equipamentos no resto do país, sobressaiu o "20.12 - Fabricação de materiais petroquímicos básicos e de produtos petroquímicos primários e intermediários - exclusive produtos finais", que registrou um percentual de 31,2% das compras totais da "Nova Indústria" nesta área.

Por fim, no que se refere às máquinas e equipamentos adquiridos no exterior, a predominância de grupos da categoria de Insumos Industriais Diversos também foi marcante. Apenas o quinto grupo da lista, o "10.52 - Fabricação de Cimento" representava uma exceção, conquanto se incluísse na categoria de Intermediários para Construção Civil. De outro lado, mais uma vez ressalta-se a hegemonia do grupo "20.12" que participou com 24,3% das compras totais de equipamentos efetuadas pela "Nova Indústria" no exterior.

Se quando analisamos a complementaridade industrial com relação à origem dos insumos adquiridos e do destino das vendas realizadas pela "Nova Indústria" identificamos a presença de um certo "viés para a frente" na integração com a indústria paulista, onde as vendas realizadas superaram as compras de insumos, vemos agora que esta imagem não se justifica tanto, uma vez que a "Nova Indústria" nordestina adquiriu generalizadamente a maior parte de suas máquinas e equipamentos na própria indústria paulista; isto se supusermos que suas compras no "resto do país" originaram-se majoritariamente naquele Estado. Portanto, a complementaridade que analisamos consistia realmente numa via de mão-dupla, onde a demanda interindustrial mostrava-se vigorosa nos dois sentidos entre a indústria nordestina e a indústria paulista. E dizemos indústria nordestina, por que a participação da "Nova Indústria" no universo industrial nordestino era significativa: a "Nova Indústria" concorria para 53% do total das vendas, 49% do emprego e 43% do valor agregado de toda a indústria nordestina⁽¹⁵⁾.

(15) Estes dados referem-se à comparação entre as informações da Pesquisa direta BNB/SUDENE, relativas ao ano de 1977, e as do Censo Industrial de 1975 do IBGE. Cf. MAGA LHAES, Antônio R. (1983, Tabela A.III.1, p.278)-

6.2 A Complementaridade ao nível do fluxo de capital: a propriedade do capital na "Nova Indústria" e no universo industrial nordestino

A presença de capitais de fora do Nordeste no comando de empresas relevantes da estrutura industrial nordestina é tema de interesse crucial para nossa investigação acerca da natureza da complementaridade industrial nesta fase do desenvolvimento capitalista nacional.

A tabela 33 mostra a composição do capital social consolidado das empresas integrantes da "Nova Indústria" nordestina.

De todo o capital social da "Nova Indústria" 24,4% provinha de grupos privados do Nordeste, 24,2% de grupos privados paulistas, 20,0% de grupos privados do resto do país, 2,8% de grupos privados do exterior - vide observação na tabela 33 -, 6,3% do governo - Federal e também Estaduais⁽¹⁶⁾ - e 22,3% correspondia à participação dos incentivos fiscais do 34/18 e ou FINOR.

Portanto, mais da metade do capital social consolidado era originário de fora dos limites territoriais nordestinos. Além disso, pouco mais de um quinto do mesmo era de propriedade do FINOR⁽¹⁷⁾.

Os grupos privados de São Paulo detinham diretamente quase um quarto do capital social consolidado, rivalizando dessa forma com os grupos privados nordestinos, que possuíam um percentual ligeiramente superior do mesmo. Porém, se considerarmos que a participação nos depósitos de incentivos fiscais de contribuintes/optantes (pessoas jurídicas) domicilia

(16) Principalmente originada nos investimentos realizados por Bancos Oficiais (BNDES, BNB, Bancos de Desenvolvimento Estaduais, etc.) Cf. REBOUÇAS, Osmundo et alii (1979, p. 312)

(17) O percentual relativamente baixo de capital de propriedade do FINOR, reflete apenas o fato de que aquela altura boa parte das ações subscritas com os recursos de incentivos fiscais já haviam sido transacionadas diretamente dentro do mercado de capitais cativo, ou no regime de aplicação direta (34/18) entre 1962 e 1974, ou nos leilões do regime de fundos de investimentos (FINOR) entre 1975 e 1977.

TABELA 33 - NOVA INDÚSTRIA DO NORDESTE: COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DAS EMPRESAS INTEGRANTES - 1977

ORIGEM DO CAPITAL SOCIAL	PERCENTAGEM
1. Grupos Privados do Nordeste	24,4
2. Outros	53,3
Grupos Privados de São Paulo	24,2
Grupos Privados do Resto do País	20,0
Grupos Privados do Exterior (1)	2,8
Governo	6,3
3. 34/18 - FINOR	22,3

FONTE: MAGALHÃES, Antonio R. (1983, p.106); a partir de da dos da Pesquisa Direta BNB/SUDENE, 1978

NOTA: (1) Exclusive através de subsidiárias no país.

OBS: Esta tabela foi construída a partir da consolidação do capital social de todas as empresas consideradas na Pesquisa BNB/SUDENE, segundo as origens admitidas no questionário empregado.

Cf. MAGALHÃES, Antonio R. (1983, ps.103 e 104)

dos em São Paulo era da ordem de 63%⁽¹⁸⁾ em 1976 e que os Certificados de Investimento (CIs) correspondentes a estes depósitos só possam ser transacionados nos leilões especiais do FINOR e não convertidos em dinheiro no mercado secundário de CIs⁽¹⁹⁾, teríamos uma participação potencial dos grupos privados de São Paulo da ordem de 38,3% do capital social com solidariedade da "Nova Indústria" nordestina⁽²⁰⁾. Uma participação que elevaria os grupos privados de São Paulo à condição de proprietários maiores do capital de toda a "Nova Indústria".

Ao nível do controle direto das empresas da "Nova Indústria", Magalhães⁽²¹⁾ alerta-nos para o fato de que o quadro não parece tão favorável assim para os grupos privados paulistas, conforme podemos perceber na tabela 34. E isto seria mais evidente no que respeita ao número de empresas controladas por grupos privados de São Paulo.

De fato, conforme os dados da tabela 34, os grupos privados de São Paulo controlavam apenas 22,1% das empresas, enquanto os grupos privados nordestinos 57,1% das empresas da "Nova Indústria". Ainda, os grupos privados do resto do país, do exterior e o Governo controlavam, respectivamente, 16,1%, 1,9% e 2,8% destas empresas.

Sem embargo, às 435 empresas controladas por grupos privados nordestinos - considerando-se 57,1% do universo de 763 da "Nova Indústria" - correspondiam 29,1% dos investimentos

(18) Cf. MAGALHÃES, Antonio R. (1983, ps.54 e 55)

(19) Na verdade, como vimos no item 4 do terceiro capítulo, os documentos que atestavam a propriedade sobre os depósitos do 34/18, os CAIFs, e os que atestam ainda hoje a propriedade sobre depósitos do FINOR, os CIs, podiam e podem ainda ser transacionados com qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em adquirir ações de empréendimentos apoiados. Estas transações ocorrem no que se convencionou chamar de "mercado secundário", por que não correspondem ao fluxo principal ou etapa crucial do mercado incentivado de capitais.

(20) Deve-se notar que a participação adicional dos grupos privados paulistas, obtida hipoteticamente a partir de seu peso nos depósitos de incentivos, corresponde a ações preferenciais, sem direito a voto.

(21) MAGALHÃES, Antonio R. (1983, p.107)

TABELA 34 - NOVA INDÚSTRIA DO NORDESTE: ORIGEM DO CONTROLE DO CAPITAL SOCIAL⁽¹⁾ (EXCLUSIVE 34/18-FINOR) - 1977

ORIGEM DO CONTROLE DO CAPITAL SOCIAL	Nº EMPRESAS	INVEST. FIXO	EMPREGO	CAPITAL SOCIAL
	%	%	%	%
1. Grupos Privados do Nordeste (2)	57,1	29,1	48,5	36,6
2. Grupos Privados do País(2)	38,2	59,1	45,4	55,1
São Paulo	22,1	27,8	26,1	29,8
Demais Estados	16,1	31,3	19,3	25,3
3. Grupos Privados do Exterior (3)	1,9	3,6	1,4	2,1
4. Governo	2,8	8,2	4,7	6,2

FONTE: MAGALHÃES, Antonio R. (1983, p.108); a partir de dados de Pesquisa Direta BNB/SUDENE, 1978.

NOTAS: (1) "Origem predominante" do capital social
 (2) Inclui subsidiárias de empresas do exterior
 (3) Exclui através de subsidiárias no país

OBS: Magalhães esclarece que: "Neste caso, as empresas foram agregadas em cinco conjuntos, cada um correspondente a uma origem do capital (Nordeste, São Paulo, Resto do País, Exterior e Governo). No conjunto Nordeste foram agrupadas as empresas que informaram ser esta a principal fonte de financiamento do seu capital social, e assim por diante. Exclui-se a fonte 34/18-FINOR, por tratar-se de capital sem direito a voto." Além disto, ressaltamos alguns problemas desta classificação, o mais importante, a nosso ver, o de que "... algumas empresas com participação acionária indireta do Governo, através de subsidiárias de empresas estatais, foram classificadas como grupo privado do resto do País. Essas empresas, por serem altamente capital-intensivas, distorceram os dados sobre tamanho médio, aumentando-o no resto do País em relação a outras origens e tornando-o superior ao de São Paulo". Cf. MAGALHÃES, Antonio R. (1983, ps.104 e 105).

fixos totais realizados, 48,5% dos empregos criados e 36,6% do capital social global da "Nova Indústria", numa clara indicação - como conclui Magalhães - de que estas empresas eram de tamanho médio reduzido, em termos relativos⁽²²⁾. Os grupos privados do resto do país - incluindo São Paulo - controlavam 55,1% do capital social da "Nova Indústria", o que equivalia a quase 60% dos investimentos fixos totais realizados e a 45,4% dos empregos existentes em 1977. Os grupos privados de São Paulo, em separado, comandavam 27,8% dos investimentos fixos, 26,1% dos empregos e 29,8% do capital social, apenas "perdendo" em termos de participação relativa para os grupos privados dos demais estados periféricos no que tange à variável investimento fixo⁽²³⁾.

Em linhas gerais pode-se afirmar que os grupos privados de São Paulo tinham uma participação expressiva na "Nova Indústria" em 1977, inclusive no controle direto de uma fração não desprezível das empresas da mesma. O capital paulista não só auxiliou na montagem de várias de suas unidades industriais, como também contribuiu decisivamente com a maior parcela dos recursos que sustentaram o mecanismo dos incentivos fiscais. Além disto sua participação era mais intensa justamente em gêneros mais dinâmicos e onde prevaleciam maiores barreiras à entrada de novos concorrentes, tais como Mecânica e Material Elétrico e de Comunicações, onde os grupos privados de São Paulo comandavam frações expressivas do número de empresas e dos investimentos fixos realizados⁽²⁴⁾.

Um trabalho posterior da SUDENE em cima dos dados das empresas pesquisadas em 1978 permitiu a identificação da localização de seu comando administrativo:

"Entre as firmas industriais (e de mineração) recebendo incentivos fiscais no Nordeste em meados de 1978, 107 (14% do total) tinham suas matrizes nacionais na região metropolitana de São Paulo

(22) Cf. MAGALHÃES, Antonio R. (1983, p.107)

(23) A motivação principal para isto residia na participação de subsidiárias da Petrobrás nos investimentos dos "de mais Estados" no pólo petroquímico de Camaçari - Vide observação da tabela 34.

(24) Cf. MAGALHÃES, Antonio R. (1983, ps.108 a 113)

(...). Entre as outras empresas pesquisadas 586 - correspondendo a 76,8% do total - tinham suas sedes no Nordeste e 70 (9,2%) tinham seu comando administrativo em outras partes do Brasil. Neste último grupo, mais especificamente, firmas localizadas no Nordeste e que recebiam incentivos tinham suas matrizes em Rio de Janeiro (37,1%), Belo Horizonte (34,3%), Rio Grande do Sul (17,1%), Santa Catarina (5,7%), o interior de São Paulo (4,3%) e Paraná (1,4%). Firms beneficiadas pelo sistema 34/18 - FINOR e tendo suas sedes nacionais situadas fora do Nordeste (daqui em diante firmas 'extraregionais'), portanto, representaram quase um quarto do total. (...) a participação das firmas extraregionais nos investimentos e emprego totais gerados pelas empresas beneficiadas com incentivos fiscais até meados de 1978 foi substancialmente maior". (25)

Em que pese o conceito de "comando administrativo" ser um tanto quanto restrito, porque pressupõe o controle majoritário sobre a empresa, ou seja, o comando sobre mais de 50% do capital social votante da mesma, achamos que estes resultados apontam, quando cotejados com as informações anteriores, para duas considerações importantes: a primeira quanto à relação entre o comando sediado em São Paulo e o em outras áreas do país; e a segunda quanto à nossa ênfase sobre a origem paulista do capital quando nos referimos ao capital do pólo industrial do país.

Com relação à primeira consideração, os dados deixam claro a presença substantiva de filiais autênticas de empresas sediadas na região metropolitana de São Paulo de um lado, e a hegemonia "relativa" das matrizes sediadas ali sobre as matrizes de outras áreas periféricas - que não o Nordeste - na estrutura da "Nova Indústria" nordestina⁽²⁶⁾.

(25) Cf. REDWOOD III, John (s/d, p.2)

(26) Os primeiros autores a apontarem mais claramente para este fenômeno no caso nordestino foram Francisco de Oliveira e Henri-Phillippe Reischstul, em trabalho datado originalmente de 1973, onde mostravam que "... dos 16 subsetores que resumem a estrutura industrial do País, 11 estão se reproduzindo na estrutura industrial do Nordeste; além disso, são as empresas mais importantes dos subsetores e dos ramos que estão, diretamente, implantando unidades de produção no Nordeste, e é lógico pensar que não o estão fazendo para concorrerem com suas matrizes na região Sudeste ou em outras regiões do Brasil". Cf. OLIVEIRA, Francisco de e REISCHSTUL, Henri-Phillipe (1977, p.64)

A respeito da segunda consideração, entretanto, os resultados nos induzem a pensar em algo mais abrangente. Até aqui procuramos demonstrar, mais especificamente, a dominância do capital paulista sobre parcela respeitável da estrutura da "Nova Indústria" nordestina; isolamos o pólo paulista como se o capital hegemônico em si tivesse raízes territoriais profundas que o impedissem de se localizar em outras porções territoriais. Mas o capital industrial hegemônico não se localiza *exclusivamente* em São Paulo, apenas tem ali enraizada sua fração de maior expressão quantitativa; até por isto denominamos São Paulo de pólo. Assim, os capitais hegemônicos em cada setor ou subsetor da estrutura industrial brasileira não necessariamente têm por localização o pólo paulista, embora isto ocorra para a maioria destes setores ou subsetores.

Do ponto de vista das empresas líderes da estrutura industrial brasileira⁽²⁷⁾, cuja grande maioria tem por ambiente mercados de estrutura oligopólica com características variadas, a localização em si representa hoje um fato produzido pelas condições objetivas que se impuseram aos capitais individuais quanto à realização de seus potenciais de acumulação em dado momento histórico. Parte das empresas hoje lí

(27) "A indústria é também um sistema de empresas em que as unidades de produção (plantas, estabelecimentos) servem de base técnico-produtiva ao poder econômico de controle do capital sobre o mercado. Este controle, embora possa contemplar a existência de multiplantas e se exerça, sobretudo em alguns mercados, através de práticas comerciais e financeiras da empresa, que vão além dos aspectos propriamente produtivos, requer uma certa liderança na produção para poder ser exercido com eficácia. Vale dizer, o caráter produtivo do capital industrial dá a base do lucro e do poder de monopólio de uma empresa, mesmo quando ele se acrescenta e se desdobra nos aspectos comercial e financeiro.

"Esse sistema de empresas não está organizado em forma de unidades produtivas dispersas, que entram e saem livremente num mercado aberto de tipo Marshalliano. Qualquer sistema industrial moderno está organizado através de estruturas hierarquizadas de produção em que as grandes unidades (de produção e capital) são dominantes no mercado, e o controlam de várias maneiras, em geral sob a forma de estruturas oligopólicas. Assim, o tamanho de planta (produção), e do capital (empresas), pode ser uma variável estratégica(...) ou não(...), dependendo do ti

deres construíram esta liderança na luta intercapitalista dentro das fronteiras nacionais; parte delas já nasceram líderes no mercado nacional - este último sendo particularmente o caso de muitas filiais nacionais de empresas estrangeiras. A liderança representa, portanto, o resultado da afirmação dos capitais individuais, ou de determinados "blocos" de capital, na luta concorrencial, seja esta desenrolada a nível local, nacional ou internacional, e a localização destes no âmbito espacial/territorial decorre fundamentalmente das estratégias adotadas face a este processo.

O território nordestino, e por extensão da periferia nacional, vem se constituindo em um "locus" deste embate concorrencial, no plano industrial, como procuramos demonstrar; ora um "locus" mais privilegiado, ora menos, ao sabor de cada conjuntura econômica mais específica do processo de acumulação à escala nacional. Assim vamos reorientar nossas indicações aqui, e não tanto pensar na dimensão do "comando" do capital paulista sobre a indústria nordestina, mas pensar, em sentido inverso, o quanto essas empresas implantadas no Nordeste tem se sobressaído no âmbito da indústria brasileira, sem nos esquecermos de que, em sua maioria, compõem "blocos" de capital a nível nacional, como trataremos de examinar a seguir.

A tabela 35 relaciona a participação de empresas sediadas no Nordeste no conjunto das maiores empresas industriais do país⁽²⁸⁾ segundo quatro cortes numéricos (500 maiores, 1000 maiores, 2000 maiores e 3000 maiores empresas industriais do Brasil) e três cortes temporais (1977, 1982 e 1985).

po de estrutura de mercado em que está inserida a empresa". TAVARES, Maria da Conceição et alli (s/d, p.ii)

(28) O critério de classificação adotado no "Quem é Quem na Economia Brasileira" assenta-se no valor do patrimônio líquido das empresas, uma variável que não reflete necessariamente o poder de mercado das empresas (como aconteceria em maior grau, por exemplo, com a variável faturamento). Isto entretanto não invalida o que queremos demonstrar aqui, uma vez que não estamos interessados diretamente neste aspecto da questão, mas sim na presença relativa das empresas nordestinas nos segmentos mais expressivos da indústria nacional.

TABELA 35 - PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS SEDIADAS NO NORDESTE NO CONJUNTO DAS 500 MAIORES, 1000 MAIORES, 2000 MAIORES E 3000 MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS DO PAÍS (SEGUNDO A VARIÁVEL PATRIMÔNIO LÍQUIDO) 1977/1982/1985

MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS DO PAÍS	1977		1982		1985	
	Nº EMPRESAS	%	Nº EMPRESAS	%	Nº EMPRESAS	%
500 maiores	57	11,4	73	14,6	81	16,2
1000 maiores	112	11,2	152	15,2	170	17,0
2000 maiores	254	12,7	343	17,2	385	19,3
3000 maiores	382	12,7	523	17,4	570	19,0

FONTE: "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA", REVISTA VISÃO (1978), (1983) e (1986).

(Ver Apêndice I - Considerações Metodológicas).

Para o conjunto das 500 maiores empresas industriais do país, a presença de empresas sediadas no Nordeste era expressiva já em 1977, correspondendo a 11,4% deste universo - 53 empresas -; em 1982 correspondia a uma participação relativa maior, 14,6% - 73 empresas -e, em 1985, ainda mais elevada, 16,2% - 81 empresas. Além disto, em todos os outros cortes (1000, 2000 e 3000 maiores) a presença de empresas nordestinas foi também crescente no tempo, o que sugere, em linhas gerais, uma afirmação das empresas sediadas no Nordeste sobre o conjunto das maiores empresas industriais do país.

A nível setorial ⁽²⁹⁾, esta evolução positiva foi suportada pelas empresas nordestinas dos setores de Química e Petroquímica e Açúcar e Álcool, que se afirmaram crescentemente no rol das maiores empresas industriais nacionais. No que respeita ao corte das 500 maiores nacionais, a participação das empresas nordestinas mostrou-se decrescente em alguns setores, como no caso do setor de Fiação e Tecelagem.

A tabela 36 mostra a presença de grupos econômicos ⁽³⁰⁾ identificados a nível nacional no controle do capital social de empresas sediadas no Nordeste e incluídas entre as duas mil maiores empresas industriais do país. Podemos ver que, tanto em 1977 como em 1985, a presença de grupos econômicos estatais, estrangeiros e nacionais privados no comando direto das empresas nordestinas incluídas na faixa das 2.000 maiores nacionais manteve-se na proporção 50% deste contingente de empresas nordestinas.

(29) Ver tabela A.III.2 do Apêndice III

(30) A classificação dos grupos econômicos adota como critério o vínculo mediante controle acionário, seja majori-tário (mais de 50% das ações), seja integral, com propriedade total das ações. Além disto, os grupos priva-dos nacionais cobrem parcela significativa dos maiores grupos econômicos nordestinos, que se encontram, na sua grande maioria, nos setores tradicionais como Fiação e Tecelagem e Açúcar e Álcool. Ver tabela A.III.4 do Apêndice III.

TABELA 36 - GRUPOS ECONÔMICOS NO CONTROLE DO CAPITAL SOCIAL
DE EMPRESAS NORDESTINAS INCLUÍDAS ENTRE AS
2000 MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS DO BRASIL
(1977 e 1985)

NATUREZA DOS GRUPOS	1977		1985	
	Nº	%	Nº	%
Grupos Estatais	9	3,5	5	1,3
Grupos Estrangeiros	29	11,4	33	8,6
Grupos Privados Nacionais	87	34,3	161	41,8
Sem Vínculo a Grupos	129	50,8	186	48,3
TOTAL	254	100,0	385	100,0

FONTE: "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA", REVISTA VISÃO
(1978) e (1986)

OBS: A variável utilizada pela Revista Visão para a classificação das empresas é o patrimônio líquido.

A nível setorial⁽³¹⁾, o Nordeste era o locus da maior empresa industrial do país em 1985 dos setores de Minerais não Metálicos, Química e Petroquímica e Artefatos de Tecido, sendo estas controladas, respectivamente, por um grupo estatal - a primeira - e por dois grupos privados nacionais - a segunda e a terceira. Considerando-se as 10 maiores empresas nacionais em cada setor, o Nordeste era o locus de pelo menos uma destas empresas em 22 dos 49 setores considerados, em 1985, tendo sido registrado o "comando" de grupos privados, nacionais ou estrangeiros, e estatais em mais de 80% das mesmas⁽³²⁾

Estes resultados mostram, em linhas gerais, que a participação de grupos econômicos de expressão nacional na indústria nordestina era bastante expressiva, atestando a completude industrial estabelecida também ao nível do capital. A interdependência entre as estruturas industriais do pólo e da periferia nordestina passava portanto, não só pelo intercâmbio interindustrial, como também pelo intercâmbio de capital no sentido pólo - periferia que traduzia o teor e natureza da "integração do mercado nacional", produzida a partir do capital oligopólico hegemônico a nível nacional; produzida a seu favor.

A presença de grupos econômicos identificados a nível nacional no comando de uma fração significativa das maiores empresas industriais nordestinas ressalta, em particular, a importância que o avanço da indústria nordestina vem tendo no processo de acumulação do capital a nível nacional e em especial no processo de concentração do capital no plano industrial, nos últimos 25 anos. Tal como na segunda metade dos anos 50, em que o Estado foi o grande fiador da implantação das empresas multinacionais dos setores de Bens de Consumo não duráveis e de Bens de Capital no país, ele tornou-se agora o grande fiador da expansão das grandes empresas oligopólicas, nacionais e multinacionais, sobre o território da periferia nacional e muitas vezes participando diretamente dos

(31) Ver tabela A.III.4 do Apêndice III

(32) Ver tabela A.III.4, Apêndice III.

investimentos que se faziam necessários - como no caso da petroquímica.

Em suma, a acumulação do capital industrial passou a ter por âmbito territorial também a periferia nordestina e a partir disto, podemos falar de uma nova divisão territorial do trabalho na indústria do país, em que sobressaem fortes vínculos de complementaridade industrial ao nível dos fluxos de mercadorias e de capital.

CONCLUSÃO

A abordagem dos fenômenos sociais considerando explicitamente um sub-conjunto de um território nacional requer certos cuidados; em particular, a compreensão do que é este sub-conjunto e do que representa a nível nacional ou mesmo internacional. Se avançarmos em direção a uma definição regional, enquanto categoria espacial de "contornos" mais precisos - como definido nesta dissertação -, precisamos ter claro o leque potencial de imbricação entre as categorias sociais e naturais decorrentes da natureza intimamente ambivalente deste conceito erigido simultaneamente a partir destas duas ordens.

Os fenômenos sociais que instilaram vida ao território nordestino - que já lhe emprestaram no passado um sentido regional peculiar a partir dos determinantes essenciais dos complexos sociais-naturais açucareiro e algodoeiro-pecuário-espelham agora apenas sua participação como fração de uma vasta área periférica que se contrapõe ao pólo paulista no âmbito da formação social brasileira. A "Região Nordeste" enquanto conceito de uma análise social com preocupações espaciais, não possui mais sentido ou, em outras palavras, não representa uma categoria da análise espacial *per se*. Neste sentido, reprisando Coraggio, podemos dizer que a "Região Nordeste" em si não constitui uma instância determinante do fenômeno da divisão territorial do trabalho no país, senão enquanto faceta de uma forma espacial de âmbito territorial mais amplo. (1)

Entretanto, foi a partir de uma análise da evolução secular da organização territorial nordestina, com base nos elementos teóricos sugeridos por Rofman e Coraggio, que conseguimos traçar os elementos mínimos para o entendimento de que o território nordestino não se confunde atualmente com

(01) CORAGGIO, José L. (1980, p.6)

um complexo social-natural singular, não conformando portanto uma verdadeira região, e nem representa o locus em si de processos sociais autônomos, desvinculados no essencial dos de outras áreas de nossa formação social, em particular dos incidentes no pólo paulista.

A trajetória secular da organização territorial nordestina foi profundamente marcada pela forma específica de desenvolvimento das relações capitalistas no país que migraram do "exterior" para o "interior" de nossa formação social, sempre mantendo a hegemonia quanto às condições de reprodução da mesma. A penetração e o aprofundamento das relações capitalistas de produção no âmbito interno de nossa formação social não só ocorreu a ritmo mais lento que nas formações sociais desenvolvidas, como também registrou descompassos quanto a sua difusão pelas várias frações de seu território. Daí a gênese tanto da forma espacial dominante no seu âmbito interno, como da forma espacial constituída a nível mundial, da qual é parte integrante.

Esta trajetória, ainda, foi igualmente marcada pelo desenvolvimento do "modo de produção industrial" no interior de nossa formação social, e sua incidência "concentrada" em uma fração específica do território da mesma. As forças produtivas localizadas no território nordestino não acompanharam o desenvolvimento das do pólo paulista face justamente ao retardamento da introdução das relações capitalistas de produção, face à lentidão da difusão das relações de assalariamento, face à dominância secular de um capital mercantil decadente, incapaz de caminhar em direção à sua superação e à transformação social ainda que restrita aos limites do capital. Em outras palavras, o desenvolvimento das relações mercantis ali não ensejou nada mais que o próprio reforço à hegemonia do capital mercantil obstaculizando temporariamente o desenvolvimento capitalista. (2)

(02) Segundo Cláudio Egler, pode-se distinguir duas vias principais que resultam do desenvolvimento das relações mercantis: "A primeira ocorre quando o comércio domina a manufatura e se expande sobre ela; isto ocorreu onde o comércio já era atividade principal, intermediando mer-

As transformações vigorosas operadas no seio da forma
ção social brasileira no correr da primeira metade do século
XX, cujo palco foi o território paulista e adjacências, não
deixaram obviamente de impactar os processos sociais de ou
tras áreas territoriais. Em particular, a acumulação mos
trou-se também vigorosa, embora relativamente menos intensa
que no pólo paulista, por toda a periferia nacional, inclusive
a nordestina⁽³⁾. Entretanto, esta acumulação processou-se,
particularmente no que respeita ao capital em geral sediado
no território nordestino, de uma maneira reflexa, estimulada
pela crescente integração do mercado nacional comandada pelo
capital paulista que se "nacionalizava", que passava a ter
como "espaço" de realização relevante vastas frações do ter
ritório nacional. Se a acumulação no pólo caminhava para en
dogeneizar-se definitivamente, na periferia nordestina o ca
pital mercantil dominante teria paulatinamente vedada a pos
sibilidade de sua transformação autônoma, subordinando-se
crescentemente aos rumos ditados por aquele.

A oligopolização do capital hegemônico paulista, fenôme
no consentâneo à concentração e centralização inerentes ao
desenvolvimento capitalista, consolidar-se-ia definitivamente ao
final dos anos cinquenta com o auxílio derradeiro do capital
multinacional e do Estado já cooptado para a promoção dos
novos requisitos necessários à sua reprodução ampliada em ba

cadorias de regiões distintas, beneficiando-se dos lu
ros mercantis. Neste caso o desenvolvimento independente
e dominante do comércio, longe de ser um fator de
transformação social constitui um obstáculo ao desenvolvi
vimento da produção capitalista. (...) A segunda via
ocorre quando a manufatura desenvolve-se apoiando-se no
comércio e na agricultura, criando seu próprio mercado
à medida que expande a força de trabalho sob seu controle
le. A divisão social do trabalho dentro dos ramos da
produção constitui a base sobre a qual se forma o mercado
interno para o capital, o que representa a própria
dissolução das relações de produção anteriores, pois
pressupõe a separação do trabalhador dos meios de sub
sistência e dos meios de produção, transformando-o em
vendedor de força de trabalho". EGLER, Cláudio A.G.(1979,
p. 10).

(03) Cf. CANO, Wilson (1985, p.311)

ses oligopolistas. E é este capital oligopólico, sediado primordialmente em São Paulo, que vem comandando agora as transformações ainda tênues dos processos sociais incidentes na periferia nordestina, seja a nível planejado ou não, com o auxílio potente do Estado.

A trajetória da organização territorial nordestina não foi, de outro lado, tão retilínea ou uniforme. Nem tampouco se desconheceu a complexidade dos processos sociais ali incidentes e a riqueza das formas de relações, agentes e elementos sociais que se fazem e se fizeram presentes em cada porção do território nordestino, em cada conjuntura histórica, ainda que nossos objetivos se voltassem a um "descortinar" mais ligeiro do objeto em questão.

Houve momentos assinalados nesta dissertação em que se vislumbraram potencialmente transformações sociais mais fundas que esbarraram nos interesses tanto locais como nacionais do capital, a exemplo da conjuntura política nordestina de fins dos anos cinquenta. Naquele episódio - como é fácil assinalar *Ex-post*, as articulações empreendidas pelo Estado foram suficientes para obstar os movimentos sociais respectivos e reconduzir o processo político num sentido favorável ao capital.

O território nordestino também não foi palco homogêneo de processos sociais uniformes como alguém poderia pretender imaginar com uma leitura menos atenta da primeira parte desta dissertação. Processos sociais peculiares ocorreram em porções específicas do território nordestino, como seria óbvio esperar. Não se advogou o Nordeste como uma unidade territorial pasteurizada, indiferenciada internamente mas, hoje, como parte de uma totalidade social com "personalidade" no plano espacial, marcada por profundas diferenciações que, entretanto, não desfiguram-no enquanto área componente da periferia nacional. A Bahia não é igual ao Piauí, nem o sertão cearense se confunde com a zona da mata pernambucana, embora no essencial contemplem o mesmo tipo de processos sociais de uma mesma natureza, cada vez mais capitalista.

A homogeneização do espaço/território nordestino com relação às demais frações do território/espaço da formação

social brasileira, enquanto movimento tendencial assentado no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, não é nada menos que o espraiamento e generalização do capital oligopólico pelas vastas porções territoriais da nação. Não resolve problemas sociais nordestinos, não iguala necessariamente os níveis de renda prevalecentes em cada área territorial delimitada; não é, definitivamente, a panacéia da chamada "Questão Regional". Apenas corresponde à evidência cada vez mais perceptível de que o "arquipélago" que representava a formação social nacional fundiu-se num todo, em que o capital oligopólico, a partir da confirmação de sua hegemonia operada pela concentração territorial em São Paulo, pode transplantar-se para outras áreas territoriais periféricas sem prejuízo de sua reprodução em escala ampliada. Até aqui, é dentro destes limites que podemos falar de homogeneização territorial; uma homogeneização iniciada pelo capital industrial oligopólico com o apoio decisivo do Estado.⁽⁴⁾ Uma homogeneização que não tenderá a se circunscrever aos limites do capital industrial e financeiro oligopólico conquanto se alimente também dos reflexos que este promove sobre outras esferas do capital.⁽⁵⁾

Quando avançamos em direção ao aspecto mais concreto da divisão territorial do trabalho no país, a complementaridade industrial, percebemos que sua constituição assume contornos

(04) Enquanto tendência, enquanto processo, a homogeneização en contra-se sujeita a marchas e contramarchas, a ritmos os mais variados de evolução. Afinal, assenta-se no desenvolvimento do capital que avança por entre crises e períodos de rápida expansão. Por isto não concordamos com a seguinte afirmação de Moreira, que decorre de uma análise por excelência conjuntural, circunscrita a um curto período de tempo: "... as decisões de continuar investindo vão sendo gradualmente definidas em função das alternativas que surgem no desenvolvimento do processo de acumulação à nível das distintas regiões e setores da economia. Dentro desta perspectiva, não se pode generalizar demasiado o conceito de 'homogeneização' (...) do espaço, no sentido de que no capitalismo os capitais tendem sempre a buscar (sub)áreas periféricas, pelo menos à nível de um sistema nacional, já situado na órbita de dependência, no qual as taxas de rentabilidade estariam melhor determinadas por economias externas e de urbanização do que pelo custo diferencial da mão-de-obra". MOREIRA, Raimundo (1979, p.85).

(05) Alguns destes reflexos já se fazem sentir, por exemplo,

bem mais específicos do que indica a literatura correspondente sobre o tema. Em geral, a complementaridade é descrita como a troca de mercadorias menos complexas produzidas na periferia por mercadorias mais sofisticadas produzidas no pólo. É mesmo como característica que antecede a constituição plena da estrutura industrial brasileira e do capital oligopólico, assumindo uma conotação de complementaridade econômica não especificamente industrial, embora esta atividade esteja contemplada neste conceito.

A complementaridade industrial aqui definida assenta-se numa troca específica de mercadorias entre a indústria do pólo paulista e a da periferia nordestina. Uma troca estabelecida a partir de unidades de produção com padrões de produção similares, definida essencialmente nos limites das relações interindustriais. Além disto, a complementaridade industrial revela-se em compartimentos específicos da estrutura industrial da periferia nordestina, particularmente nos grupos de indústria que compõem a fração mais "moderna" da indústria periférica. São as empresas ou estabelecimentos voltados para a produção de insumos e componentes em geral as que se relacionam mais diretamente, seja "para frente" ou "para trás", com a indústria paulista.

Concomitantemente, as relações que evidenciam a complementaridade industrial tem por base o próprio deslocamento físico do capital industrial oligopólico em direção ao Nordeste, na busca de novos potenciais para a acumulação. Como atestamos, parte expressiva da "Nova Indústria" nordestina é de propriedade deste capital e, de outro lado, é inquestionável a presença de empresas industriais afiliadas a grupos econômicos nacionais, privados ou estatais, e estrangeiros - e, portanto, não nordestinos.

A nosso ver, a complementaridade industrial específica desta fase da evolução do capital oligopólico dominante à escala nacional tenderá a reproduzir o desenvolvimento relativamente mais acelerado da indústria nordestina, com reflexos

nas alterações na organização da produção agropecuária de maneira ainda tênue, como vimos no capítulo 3.

inevitáveis sobre as outras atividades. E isto, amparado decisivamente pelo Estado, seja na manutenção do mecanismo dos incentivos fiscais, seja no papel de empreendedor direto, mas num movimento "comandado" pelo capital oligopólico, que não tardará a descobrir novas potencialidades inversoras na área.

A divisão territorial do trabalho no país caminha crescentemente por uma via de mão dupla onde as condições de valorização do capital aproximam-se e concorrem para a reprodução das mesmas frações do capital industrial e financeiro hegemônico. O capital oligopólico em marcha sobre a periferia nordestina apenas prenuncia o controle sobre espaços potencialmente dominados por outras formas menos desenvolvidas de capital, reproduzindo ampliadamente pelo território nordestino, ou da periferia nacional, as mesmas contradições que norteiam a parte mais desenvolvida da formação social brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de e CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos; *Desenvolvimento Regional no Brasil*. Brasília, IPEA/IPLAN, 2a. ed., 1978 (Série Estudos para o Planejamento, nº 16).
- ANDRADE, Manuel Correia de; *Espaço, Polarização e Desenvolvimento (A Teoria dos Pólos de Desenvolvimento e a Realidade Nordestina)*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2a. ed., 1970.
-
- _____ ; *Paisagens e Problemas do Brasil (Aspectos da Vida Rural Brasileira frente à Industrialização e ao Crescimento Econômico)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 5a. edição, 1977.
-
- _____ ; *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- BAER, Werner; *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- BARBOSA, Raul; *O Banco do Nordeste do Brasil e o Desenvolvimento Econômico da Região*. (seleção, organização e notas de Nilson Holanda e Maria Olímpia Xavier). Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1979. (Série Documentos do Nordeste).
- BURSZTYN, Marcel; *O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. Brasília, mimeo, dezembro de 1982.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS; "Projeto de Resolução nº 3, de 1979 (CPI - SUDENE)" em *Diário do Congresso Nacional, Seção I*. Brasília, Ano XXXIV, suplemento ao nº 14, 21 de março de 1979.
- CAMPOS, Lauro; *A Crise da Ideologia Keynesiana*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

- CANDAL, Arthur et alii; "A Industrialização Brasileira: Diagnósticos e Perspectivas" em *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*. (org. Flávio R. Versiani e José R. Mendonça de Barros). São Paulo, Saraiva, 1978 (Série ANPEC de Leituras de Economia).
- CANO, Wilson; "Questão Regional e Concentração Industrial no Brasil - 1930&1970" em *Anais do VI Encontro Nacional de Economia*. Gramado, ANPEC, 1978.
- _____ ; *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930/1970*. Campinas, Editora da UNICAMP, e São Paulo, Global, 1985.
- CARDOSO DE MELLO, João M. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- CARNEIRO, Ricardo; "Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste" em *Revista de Economia Política*. Vol. 2/1, nº 5. São Paulo, Brasiliense, janeiro - março de 1982.
- CARVALHO, Otamar de; "Desenvolvimento Rural Integrado: Nova Estratégia para a Redução da Pobreza no Campo" em *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, BNB, Vol.10, nº 2, abril/junho de 1979.
- CASCUDO, Luis da Câmara; *História da Cidade do Natal*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2a. edição, 1980.
- CASTELS, Manuel; *A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 (Coleção Pensamento Crítico, V. 37).
- CASTRO, Antônio Barros de; *7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, Vol. II, 1980a.
- _____ ; "Brasil 1810: Mudanças Técnicas e Conflitos Sociais" em *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Vol. 10, nº 3, dez. 1980b.
- CASTRO, Antônio Barros de e SOUZA, Francisco E.P.de; *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

- CHALOULT, Yves; *Estado, Acumulação e Colonialismo Interno : Contradições Nordeste/Sudeste, 1960-1977*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1978.
- COHN, Amélia; *Crise Regional e Planejamento (o processo de criação da SUDENE)*. São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 2a. edição, 1978 (Coleção Debates - C. Sociais).
- COMIF; *Avaliação dos Incentivos Fiscais Aplicados por Inter-médio dos Fundos de Investimento do DL-1376/74 (Relatório da Secretaria Técnica-IPLAN)*. Brasília, IPEA/IPLAN, mimeo, março de 1986.
- CORAGGIO, José Luis; *On Social Spaceness and the Concept of Region (Towards a Materialist Approach to Regional Analysis)*. México, Center for Economic and Demographic Studies, mimeo, junho de 1980.
- DINIZ, Clélio Campolina; "Notas Sobre a Mudança no Padrão Regional Brasileiro", em *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia*. Vitória, ANPEC, dezembro de 1985.
- EGLER, Cláudio A.G.; *Reflexões Sobre Espaço e Periodização : Origens da Indústria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, dissertação de mestrado, mimeo, 1979.
- FONTENELE, Paulo et alli; "Complexos Industriais e Desenvolvimento do Nordeste: Potencialidades e Limitações" em *Anais do Seminário Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste*. Brasília, IPEA/CEPAL, março de 1984.
- FURTADO, Celso M.; *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo , Editora Nacional, 14a. ed., 1976.
-
- _____ ; *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 6a. ed., 1977.
- GORENDER, Jacob; *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 2a. ed., 1978.
- GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE; " Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste " em *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização* ('org. Flávio R. Versiani e José R. Mendonça de Barros). São Paulo, Saraiva, 1978 (Série ANPEC de Leituras de Economia).

- GUIMARÃES, Eduardo A.; *Acumulação e Crescimento da Firma. Um Estudo de Organização Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- HARBER Jr., Richard Paul; "O Sistema de Incentivos Fiscais : Uma Análise Econométrica", em *Revista Econômica do Nordeste*, Vol.13, nº 4. Fortaleza, BNB, outubro/dezembro de 1982.
- HILFERDING, Rudolf; *O Capital Financeiro*. São Paulo, Nova Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas).
- HIRSCHMAN, Albert O.; *A Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura Econômica, 1961.
- _____ ; *Desenvolvimento Industrial do Nordeste Brasileiro e o Mecanismo do Crédito Fiscal do Artigo 34/18*. Fortaleza, BNB, 1979.
- KEYNES, John M.; *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).
- LEFF, Nathaniel; "Economic Development and Regional Inequality: Origins of the Brazilian Case" em *Quarterly Journal of Economics*. Vol.86, nº 1, may 1972.
- LENIN, Vladimir I.; *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo, Global Editora, 1979 (Coleção bases,23).
- LEVY, Maria B.; *História Financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979.
- MAGALHÃES, Antônio R.; *Industrialização e Desenvolvimento Regional: A Nova Indústria do Nordeste*. Brasília IPEA/IPLAN, 1983 (Estudos para o Planejamento).
- MAIA, Rosane de Almeida; *Estado e Industrialização no Brasil: Estudo dos Incentivos ao Setor Privado, nos Quadros do Programa de Metas do Governo Kubitschek*. São Paulo IPE/USP, julho de 1986 (dissertação de mestrado).

- MARKUSEN, Ann; "Região e Regionalismo - Um Enfoque Marxista" em *Espaço e Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, Cortez Editora, Ano 1, nº 2, maio de 1981.
- MARX, Karl; *O Capital*. Vol. I, Tomo 2 e Vol.II. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).
- MAZZUCHELLI, Frederico; *A Contradição em Processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- MENDONÇA DE BARROS, José Roberto; "A Experiência Regional de Planejamento" em *Planejamento no Brasil* (org. Betty Mindlin Iafer). São Paulo, Editora Perspectiva, 3a.ed., 1975. (Coleção Debates, nº 21).
- MENDONÇA DE BARROS, José R. e GALVÃO, Antônio Carlos F.; "A Política de Industrialização no Nordeste em Face da Crise Econômica Brasileira" em *Anais do Seminário Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste*. Brasília, IPEA/CEPAL, 1985.
- MOITA, Edmir S. e GALVÃO, Antônio Carlos F.; *Avaliação do Sistema de Incentivos Fiscais a partir de um Estudo Sobre o Mercado de Títulos Incentivados*. Brasília, mimeo, fevereiro de 1986.
- MOREIRA, Raimundo; *O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 (Série Estudos Sobre o Nordeste, v. 4).
- MULLER, Geraldo; "Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil" em *Revista de Economia Política*, Vol. 2/2, nº6. São Paulo, Brasiliense, abril-junho de 1982.
- NOVAIS, Fernando A.; "O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial" em *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, DIFEL, 6a. ed., 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de e REISCHSTUL, Henri-Phillipe; "Mudança Na Divisão Inter-Regional do Brasil" em *A Economia da Dependência Imperfeita* (org. Francisco de Oliveira). Rio de Janeiro, Edições do Graal, 3a. ed., 1977.

- OLIVEIRA, Francisco de; *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 3a. edição, 1977 (Biblioteca de Economia, nº 1).
- _____ ; *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE , Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a. ed., 1981 (Estudos sobre o Nordeste, v.1).
- PERROUX, François; *A Economia do Século XX*. Lisboa, Ed. Herder, 19.
- PIMES; "O Desenvolvimento Regional no Contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - Parte I" em *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro* (Relatório de Pesquisa nº 3 - Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Regional). Recife, mimeo, abril de 1978.
- PRADO, Eleutério F.S.; *Estrutura Tecnológica e Desenvolvimento Regional*. São Paulo, IPE/USP, 1981 (Coleção Ensaios Econômicos, nº 10).
- REBOUÇAS, Osmund *et alii*; "Desenvolvimento do Nordeste: Diagnóstico e Sugestões de Políticas - Relatório Síntese" em *Revista Econômica do Nordeste*, Vol.10, nº2. Fortaleza, BNB, abril/junho de 1979.
- REDWOOD III, John; *Incentivos Fiscais, Empresas Extrarregionais e a Industrialização Recente do Nordeste Brasileiro*. Recife, mimeo, s/d.
- ROFMAN, Alejandro; *Desigualdades Regionales y Concentración Económica - El Caso Argentino*. Buenos Aires, Ediciones SIAP-Planteos, 1974.
- SAMPAIO, Yony *et alii*; *Desenvolvimento Rural no Nordeste: A Experiência do POLONORDESTE*. Recife, CME-PIMES, 1980 (Série Pesquisas, nº10).
- SCHUMPETER, Joseph A.; *Teoria do Desenvolvimento Econômico : Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).

- SILVA, Janice Theodoro da; *Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930)*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. (Coleção Brasil Ontem e Hoje, nº 7).
- SILVA, Sérgio; *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1976.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; *O Regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade Regional*. São Paulo, Editora Moderna, 1984.
- SINGER, Paul; *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento*. São Paulo, NUCITEC, 2a. edição, 1976 (Coleção Estudos Brasileiros 5).
- STEIN, Stanley; *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- STEINDL, Joseph; *Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano*. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).
- TAVARES, Maria da Conceição *et alii*; *Estrutura Industrial e Empresas Líderes*. Rio de Janeiro, FINEP, mimeo, s/d.
- TAVARES, Maria da Conceição ; *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2a. edição, 1986.
- VERSIANI, Flávio R. e VERSIANI, Maria Teresa R.O.; "A Industrialização Brasileira antes de 1930: Uma Contribuição" em *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*. (org. Flávio Rabelo Versiani e José Roberto Mendonça de Barros). São Paulo, Saraiva, 1978 (Série ANPEC de Leituras de Economia).

APÉNDICES

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE AS FONTES, OS DADOS E SEU MANUSEIO NESTA DISSERTAÇÃO

Utilizamos no decorrer deste trabalho três fontes básicas de informação:

- a) Os Censo/Industriais do Brasil, relativos aos anos de 1959 (Censo de 1960), 1970 (Censo de 1970), 1975 (Censo de 1975) e 1980 (Censo de 1980), publicados pelo IBGE;
- b) A pesquisa direta BNB/SUDENE, contemplando dados das 763 empresas industriais que receberam incentivos fiscais do 34/18 - FINOR, até 1977;
- c) Informações do "Quem é Quem na Economia Brasileira", da Revista Visão, relativos aos anos de 1977, 1982 e 1985.

Estas três fontes servem de base aos estudos desenvolvidos nos capítulos 6 e 7 e no Apêndice 2 da dissertação, cobrindo um período de mais de vinte anos de utilização do mecanismo de incentivos fiscais para o Nordeste.

O território nordestino considerado é o correspondente ao conjunto de nove Estados do país: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, perfazendo 18,2% do território nacional. Além disto, acompanhando o trabalho de Cano⁽¹⁾, quando nos referimos ao "pólo industrial" do país estamos falando de São Paulo, do Estado de São Paulo, e quando nos referimos à "periferia nacional", estamos falando de todo o território relativo aos demais Estados do país, que não São Paulo; por vezes também nos reportamos à "periferia nordestina", que obviamente corresponde ao território compreendido pelos nove Estados que

(01) CANO, Wilson (1985, p.318)

enumeramos acima.

A.1.1 - OS CENSOS INDUSTRIAIS

a) As Variáveis

As variáveis analisadas nos Censos são o número de estabelecimentos (correspondendo mais ou menos ao critério teórico de planta industrial), o pessoal ocupado (envolvendo não só o pessoal ligado à produção, mas também o ligado à administração; gerentes, pessoal de escritório, contador etc.) e o valor da transformação industrial (este último correspondendo à subtração ao valor da produção das despesas de operação industrial - matérias-primas e componentes, materiais, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica e serviços industriais contratados -; representa uma aproximação ao conceito de "valor agregado" pelo estabelecimento). Além destas variáveis básicas, avaliam-se também relações entre as mesmas: relação pessoal ocupado/nº de estabelecimentos (Pessoal Ocupado Médio - um indicador de tamanho dos estabelecimentos); relação valor da transformação industrial/nº de estabelecimentos (Valor Médio da Transformação Industrial - outro indicador de tamanho); e relação valor da transformação industrial/pessoal ocupado (Produtividade do Pessoal Ocupado).

Os dados dos Censos Industriais foram utilizados, basicamente, de duas maneiras distintas:

- a) para balizarem a evolução da indústria nordestina entre 1959 e 1980 (neste caso, utilizamos os quatro Censos Industriais considerados - 1960, 1970, 1975 e 1980), com informações relativas às variáveis e relações estruturais obtidas para todos os estabelecimentos recenseados a dois níveis de agregação: gêneros industriais (02 dígitos) - cujos resultados utilizamos mais intensamente no capítulo 5 - e indústrias (03 dígitos) - cujos resultados compõem o Apêndice 2 da dissertação⁽²⁾.

(02) Não trabalhamos com um nível de agregação de 4 dígitos-

b) para balizarem a análise pontual da estrutura industrial nordestina de 1975. (neste caso concentramo - nos nas informações dos estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente no país, a um nível de agregação de 4 dígitos da classificação de indústrias do IBGE, ou seja, ao nível de grupos de indústria)⁽³⁾.

b) O Problema da Omissão de Informações

Para a obtenção dos dados agregados para o Nordeste das variáveis descritas foi necessária a operação de soma dos dados dos nove Estados nordestinos. Isto amplificou o problema oriundo do critério adotado pelo IBGE de impedir a identificação das informações relativas a um ou dois estabelecimentos. Por este critério, omite-se a informação referente a um ou dois estabelecimentos, com o que, para que não se possa obter estes valores por subtração, omite-se também as informações referentes a outro grupo industrial, ou à indústria, ou ao próprio gênero. Tomemos um exemplo:

MARANHÃO - CENSO 1970

GÊNEROS, SETORES E GRUPOS	ESTAB.	PO	VTI
21. Produtos Farmacêuticos e veterinários	5	118	1844
21.1. Fab.de Prods.Farmacêut. e Vets.	5	118	1844
21.11.Fab.de Prods.Farms.e Veters. não dosados	1	(X)	(X)
21.12.Fab.de Prods.Farms.e Veters. dosados	4	(X)	(X)

mais desagregado - na análise da evolução da indústria nordestina porque os dados não se achavam disponíveis a este nível nos volumes da série regional do Censo Industrial de 1960.

(03) A escolha do Censo Industrial de 1975 para a análise da estrutura industrial nordestina em maior detalhe deveu-se fundamentalmente ao fato deste constituir o ano censitário disponível mais próximo ao do ano base da Pesquisa Direta BNB/SUDENE - 1977 -, outra importante fonte de dados para esta dissertação.

Nesta tabela, cujos dados foram retirados do Censo Industrial de 1970, no volume correspondente ao Estado do Maranhão, encontra-se um gênero industrial, Produtos Farmacêuticos e Veterinários, cuja classificação (02 dígitos) é 21 ; o gênero possui uma única indústria, Fabricação de Produtos Farmacêuticos e Veterinários, cuja classificação (03 dígitos) é 21.1; esta se desdobra em dois grupos industriais, Fabricação de Produtos Farmacêuticos e Veterinários não Dosados e outro de Dosados, cujas classificações (04 dígitos) são, respectivamente, 21.11 e 21.12. O que acontece com as informações referentes ao gênero, à indústria e aos dois grupos industriais? O número de estabelecimentos é sempre informado. As demais variáveis, como nos referimos acima, o são dependendo do número de estabelecimentos. Assim, no caso em questão, o grupo industrial 21.11 possui um único estabelecimento, e com isto poderíamos identificá-lo. Consequentemente, omite-se a informação, ou as informações, do grupo em pauta. Mas poderíamos identificá-lo pela diferença, pois o valor listado para a indústria 21.1 corresponde à soma dos grupos industriais respectivos à mesma, 21.11 e 21.12. Em decorrência disto, no caso em questão, omite-se a informação do outro único grupo industrial, o 21.12.

Poder-se-ia, da mesma forma, omitir a informação correspondente à indústria 21.1 e informar a do grupo (21.12), que possui quatro estabelecimentos listados. Entretanto, no caso em questão, isto implicaria em omitir as informações relativas ao gênero também, pois este é formado por uma única indústria. Mas há casos em que isto ocorre. Na verdade, as informações são tabuladas por computador e arranjadas de tal forma a que seja impossível a identificação de qualquer uma das que são omitidas. Quando se tem os totais, não se tem pelo menos duas das parcelas necessárias para a identificação.

Uma importante brecha para nosso estudo está no fato de que no Censo de 1960 não foi adotado tal critério do sigilo de informações. Este aspecto contribuiu para que o adotássemos como nosso ano base quando desejássemos analisar a evolução da estrutura industrial nordestina, como veremos adian

te. (3)

Em decorrência do problema explicitado, as informações que suportam a análise da dinâmica estrutural da indústria nordestina padecem de algumas imprecisões. Em particular, as taxas de crescimento geométrico anual das variáveis outras que não o número de estabelecimentos, apresentam problemas quanto ao cálculo exato de seus respectivos valores, encontrando-se na maioria das vezes subestimadas. Como o critério do sigilo atinge a grande maioria das indústrias, e como as taxas de crescimento são calculadas com base nas informações não considerando as relativas aos estabelecimentos que têm suas informações omitidas, sempre que a omissão ocorra a taxa correspondente poderá estar subestimada ou superestimada, conquanto não saibamos o "tamanho" da omissão em cada um dos Censos considerados em seu cálculo.

Ao contrário das taxas de crescimento geométrico, as relações calculadas para cada ano censitário encontram-se, para os anos de 1970, 1975 e 1980, superestimadas para a maioria dos casos. O critério do sigilo atinge, na maioria das vezes, os setores, em cada Estado, em que são informados apenas um ou dois estabelecimentos. Assim, os casos mais graves de omissão envolvem geralmente os Estados menores, onde reconhecida mente a indústria se faz presente em escala mais reduzida ,

(03) Os únicos problemas com relação à adoção do Censo de 1960 como ano base referem-se, segundo Cano, a:

- a) "...que em 1959 ocorre grande seca que afeta a produção de vários produtos agrícolas (entre outros: algodão, açúcar, mandioca e mamona), e de alguns segmentos industriais que os transformam".; e
- b) "...Em 1959 o Censo Industrial não computou os dados das atividades de beneficiamento e transformação - salvo as das usinas de açúcar, serrarias e fábricas de polpa de madeira - executadas nos estabelecimentos rurais, cujos dados foram incorporados ao censo agrícola". Cf. CANO, Wilson (1985, p. 135)

A nosso ver, estas considerações não comprometem à análise - particularmente no primeiro caso - de forma profunda. Os dados, pelo menos, obtidos, não parecem sugerir modificações tão profundas, especialmente no gênero 26 - Produtos Alimentares. No segundo caso, entretanto, o problema parece ter tido importância para o gênero Extrativa de Minerais.

com plantas de menores dimensões. Consequentemente, a omissão recai sobre estabelecimentos de dimensões inferiores às do tamanho médio correspondente ao setor na região Nordeste.

Ainda assim, dada a aleatoriedade da incidência do critério, que em função do mecanismo de omissão de outra parcela (indústria) ou total (gênero) pode atingir setores de expressiva participação na indústria nordestina, procuramos estabelecer uma hipótese que emprestasse aos valores calculados de taxas e relações um mínimo de fidedignidade. Adota-se assim, neste trabalho, a hipótese de que para que os resultados obtidos sejam considerados válidos, a omissão de informações em face do critério de sigilo adotado pelo IBGE não pode atingir a 20% do número de estabelecimentos listados no grupo, indústria, ou gênero para a região. Em outras palavras, considerados 80% ou mais dos estabelecimentos listados para um setor ou gênero, os resultados obtidos são considerados válidos.

Os casos em que, mesmo considerando o limite hipoteticamente delimitado acima, ocorrem problemas visíveis pelo porte dos estabelecimentos cujas informações forem omitidas, ou por quaisquer outros motivos relevantes e identificáveis, serão apontados no decorrer da análise.

No caso das relações obtidas para cada ano censitário, as variáveis se referem sempre aos estabelecimentos informados. Assim, para aquelas relações em que a variável número de estabelecimentos aparece no denominador, o valor utilizado corresponde ao número de estabelecimentos cujas informações não foram omitidas.

No Censo de 1960 (ano de 1959) não acontecem problemas deste tipo, conforme já dissemos acima. As relações são precisas, e as taxas de crescimento geométrico entre 1959 e 1970, entre 1959 e 1975 e entre 1959 e 1980, são substancialmente mais próximas da efetiva do que no caso das taxas entre 1970 e 1975, ou 1975 e 1980, onde em ambos os Censos está presente o critério do sigilo. Por isto, privilegia-se a análise das taxas de crescimento entre 1959 e 1980, que cobrem o ciclo estudado como um todo, e que garantem na pior hipótese uma taxa subestimada.

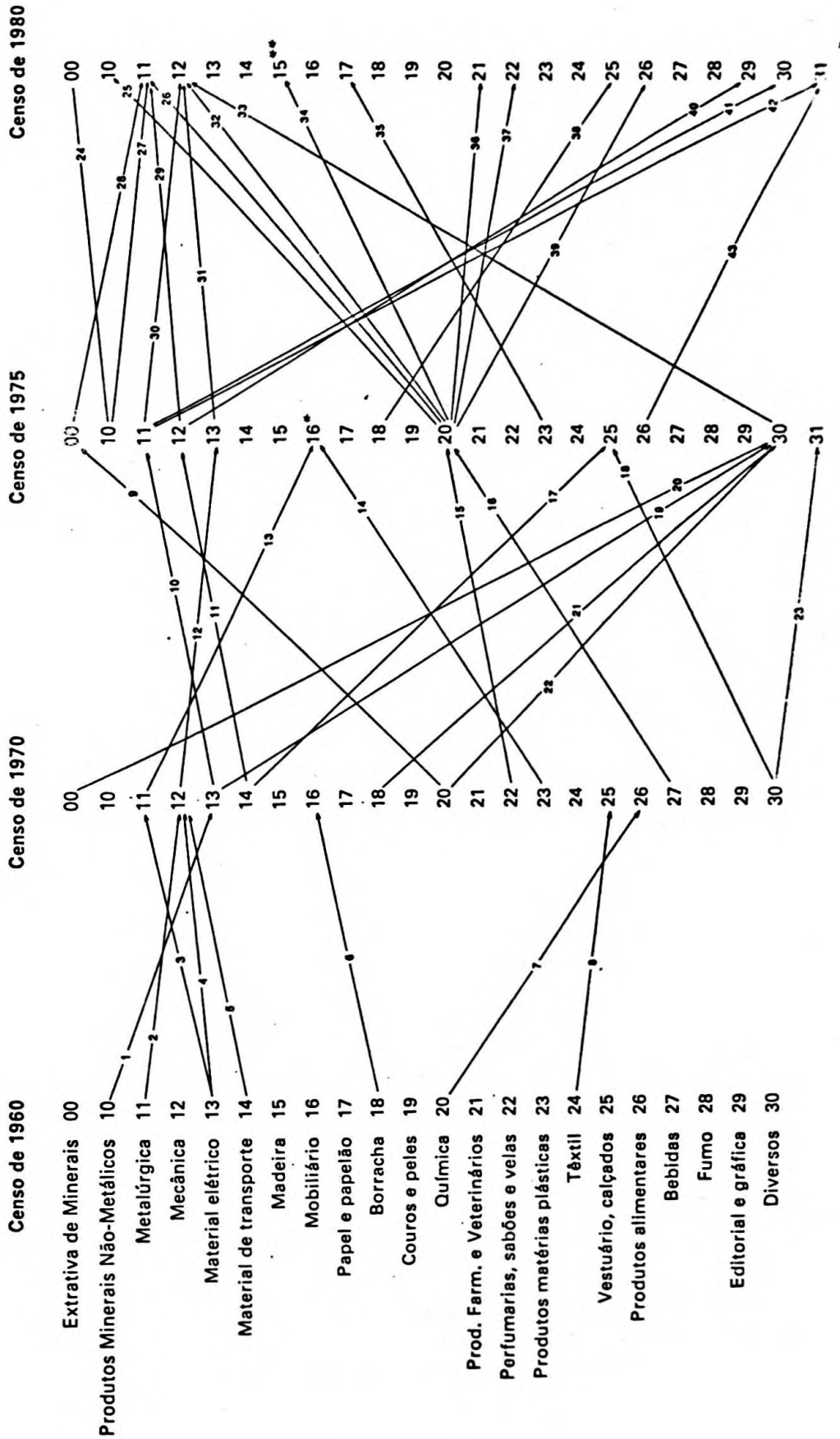
c) Compatibilização da classificação de indústrias utilizadas nos vários Censos Industriais

A questão da compatibilização da classificação de indústrias entre os Censos utilizados mostrou-se relevante no que respeita as análises acerca da dinâmica de crescimento da indústria nordestina - item 5.1 do capítulo 5 e Apêndice 2. Neste sentido, adotamos os seguintes procedimentos:

- a) Tomamos a "nomenclatura" das indústrias (03 dígitos) tal como definida no Censo de 1970 como básica para o estudo da evolução 1959/1970/1975/1980 por se tratar de "intermediária" com relação às outras "nomenclaturas" adotadas;
- b) Realizamos um estudo acerca da "migração" de indústrias de um gênero para outro entre as classificações de indústria adotadas em cada ano censitário, conforme apresentado no quadro A.I.1 a seguir; ali pode-se perceber que muitas das alterações identificadas não puderam ser objeto de compatibilização, mas algumas não tinham interferência no caso nordestino; outras, entretanto, permitiram a compatibilização e foi o que fizemos, tanto ao nível de 3 como dos 2 dígitos (gêneros);
- c) Registramos, ainda, alterações da classificação de indústrias dentro do mesmo gênero; estas foram compatibilizadas, na medida do possível, a partir do exame da "nomenclatura" das mesmas em cada Censo e o consequente tratamento "conjunto" das indústrias que sofreram alteração em sua "definição";
- d) Todas as alterações de que tomamos consciência, compatibilizadas ou não, encontram-se arroladas em notas de pé de página das tabelas do Apêndice 2, que trata da evolução das indústrias (03 dígitos) nordestinas.

Outro ponto adicional merece comentários quanto à questão da compatibilização censitária: o de que a definição de

Alterações na classificação industrial adotada nos Censos Industriais do IBGE



NOTAS DO QUADRO A.I.1 - Alterações na Classificação de Indústrias Adotada nos Censos Industriais do IBGE (Migração de Indústrias - 3 dígitos - ou Grupos de Indústrias - 4 dígitos - entre os Gêneros Industriais - 2 dígitos) 1960/70/75/80.

- (01) - *Fabricação de eletrodos de grafita.* Foi impossível sua localização nos volumes da Série Regional no Censo de 1960. Migrou do Gênero 10 para o Gênero 13.
- (02) - *Fabricação de artigos de calderaria - alambiques, destiladores, autoclaves etc.* No Censo de 1960 estava incluído na indústria ou setor 11.6 junto com outros grupos; no Censo de 1970, classificado no Gênero 12, apresentou apenas dois estabelecimentos - s/informações - no Nordeste.
- (03) - *Fabricação de eletrodos - exclusive de grafita.* No Censo de 1970 correspondia provavelmente ao grupo 11.18 que não registrou nenhum estabelecimento no Nordeste.
- (04) - *Fabricação de refrigeradores, geladeiras comerciais, sorveterias e semelhantes.* Classificado no grupo 12.21 em 1970; impossível sua localização dentro do Gênero 13 nos volumes da Série Regional do Censo de 1960.
- (05) - *Fabricação, montagem e reparação de tratores não agrícolas e máquinas de terraplanagem - inclusive peças.* No Censo de 1960 o grupo não contava com nenhum estabelecimento no Nordeste.
- (06) - *Fabricação de artefatos de colchoaria de espuma de borracha - inclusive látex.* Foi impossível isolar o grupo nos volumes da Série Regional no Censo de 1960.
- (07) - *Produção de manteiga de cacau e fabricação de farinhas de peixe, e de ossos, carne e sangue.* Foi impossível o isolamento dos grupos nos volumes da Série Regional do Censo de 1960; no Censo de 1970, o primeiro correspondia ao grupo 26.91 e o segundo ao grupo 26.07.
- (08) - *Fabricação de alpargatas (calçados de fibras).* Foi impossível sua localização nos volumes da Série Regional do Censo de 1960; incluído em 25.31 no Censo de 1970.
- (09) - *Sinterização ou pelotização do carvão-de-pedra e coque.* Foi incluído no Censo de 1975 no grupo 00.51. Não havia qualquer estabelecimento registrado no país no Censo de 1975.

- (10) - *Fabricação de caixas metálicas de conexão e derivação.* No Censo de 1970 foi classificado no grupo 13.24: no Censo de 1975 no 11.91. Impossível isolar em ambos os Censos; este "produto" dos demais incluídos em ambos os grupos.
- (11) - *Fabricação e montagem de caminhões betoneiras e fora-de-estrada.* Classificado no grupo 12.72 no Censo de 1975 e no 14.31 no Censo de 1970. Impossível isolá-lo dentro destes grupos em ambos os Censos.
- (12) - *Fabricação e montagem de digitadoras, perfuradoras, verificadoras, impressoras e semelhantes.* Incluído no grupo 13.71 no Censo de 1975 e no 12.53 no Censo de 1970. Impossível isolá-lo no Censo de 1970.
- (13) - *Fabricação de peças e armações metálicas para móveis.* Incluído no grupo 16.21 no Censo de 1975. Impossível isolá-lo no Censo de 1970.
- (14) - *Fabricação de móveis de material plástico.* Representava a indústria 23.4 no Censo de 1970 que não contava com qualquer estabelecimento no Nordeste. Correspon- dia à indústria 16.3 no Censo de 1975.
- (15) - *Fabricação de glicerina de origem animal e vegetal.* In- cluído no grupo 20.43 no Censo de 1975. Representava o grupo 22.23 no Censo de 1970, que não contava com qualquer estabelecimento no Nordeste.
- (16) - *Destilação de álcool por processamento de cana-de-açú- car e cereais.* Incluído em 20.01 no Censo de 1975. Re- presentava a indústria 27.5 no Censo de 1970. Os re- sultados de 1960 e 1970 foram transferidos para o gru- po 20.01.
- (17) - *Confecção de capas e capotas revestidas ou não de ma- terial plástico para veículos.* Incluído em 25.51 no Censo de 1975, e na indústria 14.8 no Censo de 1970. Os resultados em 1960 e 1970 foram transferidos para o grupo 25.51.
- (18) - *Confecção de óculos protetores para trabalhos indus- triais.* Incluído no grupo 25.62 no Censo de 1975 e no grupo 30.01 no Censo de 1970.
- (19) - *Fabricação de aparelhos e equipamentos elétricos para fins terapêutico e material eletrônico para uso hospi- talar.* Incluído em 30.12 no Censo de 1975 e em 13.53 no Censo de 1970.
- (20) - *Fabricação de seringas hipodérmicas de vidro.* Incluído no grupo 30.14 no Censo de 1975 e no 10.74 no Censo de 1970.
- (21) - *Fabricação de cateteres e cânulas.* Incluído em 30.14 no Censo de 1975.

- (22) - *Fabricação de reagentes para análise e corantes para microscopia.* Incluído em 30.14 no Censo de 1975.
- (23) - *Atividades de apoio e de serviços de caráter industrial.* Incluído no gênero 30 em 1970. Passou no Censo de 1975, a representar o gênero 31, com o seu nome. Os resultados de 1975 e 1980 foram incluídos no gênero 30.
- (24) - *Fabricação de Pozolana.* Incluída no grupo 00.22 no Censo de 1980. Não localizada no gênero 10 no Censo de 1975.
- (25) - *Produção de pó calcáreo (corretivo do solo).* Incluída no grupo 10.81 no Censo de 1980; no grupo 20.81 no Censo de 1975.
- (26) - *Produção de gás obtido em alto-forno.* Incluído em 20.00 no Censo de 1975 e no grupo 11.01 no Censo de 1980.
- (27) - *Fabricação de granalha e pó metálico.* Representava o grupo 11.92 no Censo de 1980; incluído em 10.92 no Censo de 1975.
- (28) - *Fabricação de minério de ferro sinterizado.* Incluído no grupo 00.52 no Censo de 1975 e no 11.01 no Censo de 1980.
- (29) - *Fabricação de peças e acessórios para incineradores.* Incluído em 12.21 no Censo de 1975 e no grupo 11.61 no Censo de 1980.
- (30) - *Produção de espingardas, carabinas, revólveres, pistolas e outras armas de fogo não especificadas.* Incluído no grupo 11.72 no Censo de 1975. Representava o grupo 12.91 no Censo de 1980. Reincluído no grupo 11.72 em 1980 para guardar comparabilidade.
- (31) - *Fabricação de aparelhos de ar condicionado - exclusive equipamentos de ar condicionado central, bebedouros elétricos e umidificadores.* Incluído em 13.51 no Censo de 1975 e em 12.54 no Censo de 1980.
- (32) - *Produção de munição para armas de fogo.* Incluída em 20.31 no Censo de 1975 e subdividida nos grupos 12.92 e 12.94 no Censo de 1980.0 Nordeste não contava com nenhum estabelecimento neste grupo no Censo de 1980.
- (33) - *Fabricação de material bélico pesado.* Incluída no grupo 30.99 no Censo de 1975 e representava o grupo 12.93 no Censo de 1980.0 Nordeste não contava com nenhum estabelecimento neste grupo no Censo de 1980.
- (34) - *Produção de carvão vegetal.* Classificada no grupo 15.31 no Censo de 1980, e no grupo 20.44 no Censo de 1975. Reincluída no grupo 20.44 em 1980.

- (35) - *Fabricação de sacos de papel celofane.* Incluída em 17.32 no Censo de 1980 e em 23.51 no Censo de 1975.
- (36) - *Produção de ácido acetil-salicílico (aspirina).* Incluída no grupo 20.01 no Censo de 1975 e no grupo 21.11 no Censo de 1980.
- (37) - *Produção de óleos ou pastas intermediários para detergentes e sabões, sulfonados ou não.* Incluída no grupo 20.93 no Censo de 1975 e no grupo 22.21 no Censo de 1980.
- (38) - *Produção de botas de borracha e galochas de borracha.* Incluída no grupo 18.51 no Censo de 1975 e no grupo 25.32 no Censo de 1980.
- (39) - *Produção de caseína.* Incluída no Grupo 20.91 no Censo de 1975 e 26.42 no Censo de 1980.
- (40) - *Produção de telas para estamperia de tecidos.* Incluída em 12.31 no Censo de 1975 e em 29.41 no Censo de 1980.
- (41) - *Produção de agulhas, alfinetes e ilhoses.* Incluída em 11.74 no Censo de 1975 e em 30.91 no Censo de 1980.
- (42) - *Serviço de corte de metais.* Incluído em 11.92 no Censo de 1975.
- (43) - *Serviços de resfriamento do leite.* Incluído em 26.41 no Censo de 1975.
- (*) O gênero 16 - Mobiliário passou por uma modificação interna no Censo de 1975. Em particular, a fabricação de caixas e gabinetes de madeira para rádio, televisores e semelhantes, classificada no grupo 16.52 no Censo de 1970, e a fabricação de armários embutidos passaram para o grupo 16.11 no Censo de 1975.
- (**) No gênero 15 - Madeira, segundo as próprias palavras do Censo de 1980, "passou a ser considerada (...) a produção de lenha como produto industrial, que era até então apurada como produto agrícola". No Brasil por sorte, apenas dois estabelecimentos produtores de lenha - que não pagavam salários - foram registrados no Censo de 1980 e portanto não se requereu modificação no caso nordestino.

estabelecimento passou por uma modificação mais ou menos radical entre os Censos de 1970 e 1975, com a separação das informações que resultaram em dois gêneros novos, o "31- Unidades de Apoio e de Serviços de Caráter Industrial" e o "32- Atividades Administrativas"; este último "gênero" não tendo suas informações incluídas nos totais da indústria de transformação.

Embora algumas pessoas advoguem a total incomparabilidade de entre os Censos até 1970 e os dois últimos disponíveis (1975 e 1980), acreditamos que o problema, ainda que importante, não seja tão decisivo assim - especialmente no caso da indústria nordestina, face à ausência de estabelecimentos de proporções elevadas em alguns gêneros e indústrias mais afetados como o de Material de Transporte e a indústria que responde pelas montadoras de automóveis. E isto porque:

- a) No caso do gênero "31 - Unidades de Apoio e de Serviços de Caráter Industrial", suas informações já eram computadas no gênero "30 - Diversos"⁽⁵⁾; por isto optamos por agregar os dois gêneros na análise da dinâmica de crescimento da indústria nordestina;
- b) No caso do gênero "32 - Atividades Administrativas", as informações referentes a estes "estabelecimentos" não contemplam valor da produção ou valor da transformação industrial, pois estes não concorrem para a produção, propriamente dita, de suas empresas.

Entretanto, no caso do gênero 32, sua inclusão nos Censos posteriores a 1970 traz duas implicações mais sérias para as análises empreendidas nesta dissertação: a primeira quando à dinâmica da variável pessoal ocupado nos gêneros com estabelecimentos de empresas de tamanho elevado, cujas atividades administrativas foram objeto de tratamento separado - ou seja, foram incluídas no gênero 32 -, pois parte do pessoal ocupado não mais foi classificado nos estabelecimentos voltados à produção nos gêneros correspondentes (o que pode ter ocorrido no caso das grandes empresas nordestinas do gênero Química); a segunda, conseqüentemente, quanto à

(05) Cf. IBGE, Censo Industrial de 1975 (1981, ps. XVIII e XIX)

produtividade média do pessoal ocupado e à sua evolução no tempo, que deve estar provavelmente superestimada nos Censos de 1975 e 1980 nos gêneros que foram mais afetados por estas modificações.

De qualquer forma, não há como corrigir estas distorções.

c) O Inflacionamento/Deflacionamento dos Valores

Na análise da dinâmica de crescimento dos gêneros (2 dígitos) e indústrias (3 dígitos) utilizamos para corrigir o VTI dos anos censitários de 1970 e 1980 - adotando 1975 como o ano base - a série disponível de Índices de Preços por Atacado - oferta global (IPA-OG) da Conjuntura Econômica da FGV (colunas 27 a 80). Ajustamos portanto a disponibilidade setorial deste índice tal como publicado na Conjuntura Econômica à classificação de indústrias (3 dígitos) do IBGE.

Essa série de IPA's-OG somente se encontra disponível a partir de 1967, e assim adotamos para 1959 o IPA-OG Preços Industriais da série antiga que não discrimina os setores industriais.

Obviamente, trabalhou-se com as médias anuais dos referidos índices.

A.1.2 - A Pesquisa Direta BNB/SUDENE de 1978

A Pesquisa Direta BNB/SUDENE cobriu um total de 763 empresas industriais que correspondiam ao "universo" de empresas que haviam se utilizado do mecanismo dos incentivos fiscais do 34/18 e ou FINOR até 1978. Destas, 39 localizavam-se no nordeste do Estado de Minas Gerais - área coberta pelo polígono das secas - e foram excluídas das que consideramos nesta dissertação.

Dentre as 724 empresas localizadas no território nordestino, outras 233 foram excluídas do agregado "Nova Indústria", restando ao fim desta depuração um conjunto de 491 em

presas. Estas 233 empresas⁽⁶⁾ foram excluídas por dois motivos básicos: a) por não apresentarem informações para uma ou mais variáveis dentre as consideradas neste dissertação - foi o caso de 227 empresas⁽⁷⁾ -; b) por não dispormos da lista detalhada de insumos adquiridos e produtos vendidos, o que inviabilizava sua classificação ao nível de quatro dígitos - foi o caso de 6 empresas.

a) As Variáveis

As variáveis consideradas na dissertação, dentre outras contidas nos Resultados da Pesquisa Direta BNB/SUDENE foram: a mão-de-obra empregada, o investimento fixo realizado, o valor dos equipamentos adquiridos - inclusive as proporções do mesmo segundo três origens, Nordeste, Resto do País e Exterior -, o valor das vendas - inclusive as proporções segundo quatro destinos, Nordeste, São Paulo, Resto do País e Exterior -, e o valor dos Insumos - também cotejado quanto as proporções de quatro origens distintas, Nordeste, São Paulo, Resto do País e Exterior -. Além disto podemos situar cada empresa no seu respectivo Estado, e também dispomos da informação quanto ao gênero industrial a que pertencem.

b) A Classificação das Empresas a Um Nível de Quatro Dígitos

As empresas foram classificadas nos grupos de indústria definidos pela classificação de indústrias adotada no Censo Industrial de 1975 pelo IBGE⁽⁸⁾. O procedimento adotado foi

(06) Para se ter uma idéia da composição das 233 empresas omitidas por falta de informações, tem-se os seguintes dados: 49 eram do gênero de Produtos Alimentares, 36 do gênero Química, 21 do Têxtil, 20 do Produtos de Minerais não Metálicos, 18 do Metalúrgica, 14 do Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, 13 do Material Elétrico e de Comunicações, 9 do Produtos de Matéria Plástica, 9 do Couros e Pelos e 8 do Mecânica; ainda, 74 empresas localizavam-se em Pernambuco e 50 na Bahia.

(07) Estas 227 empresas incluíam todas as que se encontravam "em implantação" àquela altura (76 empresas), todas as que estavam "paralisadas" (127 empresas) e parte das que estavam "funcionando com problemas" (24 empresas) no território nordestino - exclusive Minas - conforme categorias cunhadas pela Pesquisa BNB/SUDENE.

(08) Cf. IBGE, Classificação de Indústrias, mimeo, s/d.

o de, a partir das informações detalhadas da pauta de produtos fabricados e de sua composição no valor das vendas, classificar a empresa no grupo de indústria correspondente aos estabelecimentos que fabricam o principal produto da referida pauta. Além disto, em caso de dúvida, procurou-se recorrer as informações disponíveis da pauta de insumos adquiridos para confirmar a classificação adotada com base na pauta de produtos fabricados. Vale registrar que: a) para umas poucas empresas tivemos dúvidas não sanadas para a classificação da mesma em um ou outro grupo de indústria, e no caso optamos por sua classificação, intuitivamente, em um deles ; b) também para outras poucas empresas, nossa classificação da mesma em um determinado grupo - quase sempre convicta - implicava em discordância quanto à classificação a 02 dígitos (gêneros) originalmente apresentada nos resultados da pesquisa.

A.1.3 - O "Quem é Quem na Economia Brasileira" da Revista Vi são

O "Quem é Quem" publica a lista das maiores empresas do Brasil segundo o valor do patrimônio líquidos das mesmas. Contempla as empresas de setores de Agropecuária e Silvicultura, Mineração, Indústria de Transformação, Construção e Engenharia, Transporte e Armazenagem, Serviços Públicos, Comércio, e Serviços em Geral; as empresas do setor financeiro são objeto de análise à parte.

Nesta dissertação nos restringimos às empresas industriais, ou seja, àquelas do setor de mineração e dos diversos setores da indústria de transformação. De outro lado, empreendemos "cortes" que isolaram as 500, 1000, 2000 e 3000 maiores empresas industriais do país, eliminando de nossas tabulações as empresas dos outros setores "não industriais".

Para cada um destes cortes contamos a participação das empresas localizadas no território nordestino. E ainda, quando fosse o caso, identificamos o grupo econômico ao qual pertencia a referida empresa.

A identificação dos grupos econômicos na publicação em

questão é feita diretamente, mas estes envolvem apenas as empresas para as quais detinham o controle acionário, ou seja, possuíam participação majoritária no capital votante. De outro lado, estes grupos somente são classificados como estatais, estrangeiros e privados nacionais, não contemplando a localização (se houver) do comando central do grupo. Por exemplo, entre os grupos privados nacionais identificamos grupos econômicos cujo centro de decisões se localiza no território nordestino - estes seriam pelo menos 23 grupos - dentre os privados nacionais no "Quem é Quem" de 1985.

Nesta dissertação, utilizamos as informações do "Quem é Quem" da Revista Visão de três anos distintos. O "Quem é Quem" de 1978 (com informações relativas a 1977), de 1983 (relativo à 1982) e o de 1986 (relativo a 1985).

APÊNDICE 2

APÊNDICE 2

EVOLUÇÃO DAS INDÚSTRIAS NORDESTINAS (1959 - 1980)

A classificação industrial adotada no item 5.1 do capítulo "O Desenvolvimento da Indústria Nordeste (1959/70/75/80) e algumas de suas Características Estruturais (1975)", que toma por base a classificação de indústrias do IBGE, apresenta 22 gêneros industriais (02 dígitos) que se sub-dividem em 118 indústrias (03 dígitos). A análise a nível de gêneros foi o objeto principal da investigação naquele capítulo. Neste apêndice trataremos de qualificar as principais conclusões ali obtidas a partir da verificação da dinâmica de crescimento das indústrias a um nível mais desagregado de classificação.

Nas 118 indústrias que foram identificadas, algumas correspondem à agregação de duas ou mais das estabelecidas na classificação de indústrias do IBGE. Fomos obrigados a proceder com estas agregações face à manutenção de critérios mínimos de comparabilidade entre os censos industriais. Quanto a este aspecto, recomenda-se a leitura atenta das notas específicas incluídas nas várias tabelas elaboradas.

Para 92 das 118 indústrias, foi possível obter-se a taxa de crescimento de nossas variáveis selecionadas, pelo menos no que se refere ao período 1959 a 1980. Destas 92 indústrias, 25 apresentaram taxas de crescimento médio anual do pessoal ocupado e do valor da transformação industrial submetidas, cujo significado pode ser compreendido a partir da leitura do Apêndice 1 "Considerações Metodológicas".

De outro lado, não identificamos as respectivas taxas de crescimento para 23 indústrias, fato que decorre do atingimento absoluto das mesmas pelo critério do sigilo de informações adotado pelo IBGE e, adicionalmente, 3 destas indústrias não apresentaram qualquer estabelecimento no Nordeste nos anos pesquisados.

Por fim, cabe argumentar que julgamos oportuno empen

der a análise da dinâmica de crescimento das indústrias fo- calizando-as a partir dos respectivos gêneros, não só para manter certa uniformidade com a análise desenvolvida no capí- tulo 5, mas também para evitar que nos percamos diante do nú- mero relativamente grande de indústrias abordadas. Um resul- tado esperado neste Apêndice é também de aprofundar um pouco mais o conhecimento acerca da real estrutura industrial nor- destina.

a - GÊNERO EXTRATIVA DE MINERAIS

O gênero Extrativa de Minerais subdivide-se em quatro indústrias: (00.1 + 00.5) "Extração de Minerais Metálicos" e "Pelotização e Sinterização de Minerais - que inclui outros beneficiamentos de minerais associados à extração"⁽¹⁾ -, (00.2) "Extração de Minerais Não Metálicos - inclusive Combustíveis Minerais", (00.3) "Extração de Combustíveis Minerais", (00.4) "Ex- tração de Minerais Radioativos". Destas quatro indústrias, as duas últimas estavam completamente ausentes da estrutura in- dustrial nordestina. A Indústria 00.2 é a que tradicional- mente apresenta o maior número de estabelecimentos indus- triais, o que, no Nordeste, encontra explicação no significa- tivo número de estabelecimentos presente no grupo de Extra- ção de Sal (00.23).

Conforme pode ser visto na tabela A-III-1 do Apêndice 3, não há nenhum setor com problemas de sigilo de informações, pois encontram-se dentro do limite estabelecido pela hipótese ela- borada nas "Considerações Metodológicas".

Para o setor Extração de Minerais Metálicos e Pelotiza- ção ou Sinterização de Minerais - inclui Outros Beneficiamen- tos de Minerais Associados à Extração (00.1 + 00.5), as ta- xas de crescimento no período 1959/1980 refletem o mais vigo- roso crescimento registrado neste gênero, de 7,2% a.a. para o pessoal ocupado e de 12,9% a.a. para o valor da transforma- ção industrial.

(01) Estes setores aparecem agregados até o Censo de 1975 .
Em decorrência, optamos por agregá-los no Censo de 1980.

NORDESTE

TABELA A.II.1 - Taxas de Crescimento Médio Anual do Número de Estabelecimentos (EST), do Pessoal Ocupado (PO) e do Valor da Transformação Industrial (VTI) das Indústrias do gênero Extrativa de Minerais. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
00.1+00.5 ⁽¹⁾	15,6	6,3	6,3	(-15,1)	10,3	30,6	11,4	6,3	6,6	6,4	7,2	12,9
00.2	3,7	(-5,7)	(-8,4)	(-2,3)	(-0,3)	14,7	4,5	2,8	(-4,5)	0,2	(-3,0)	(-2,4)
00.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
00.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
00 ⁽¹⁾	4,1	(-3,0)	(-6,4)	(-3,1)	1,2	22,7	(-3,7)	4,8	5,7	0,4	(-0,2)	1,9

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE

NOTAS: (1) Inclui a "Pelotização e Sinterização de Minerais - Inclusive outros Beneficiamentos de Materiais Associados à Extração", classificada como uma indústria à parte, 00.5, a partir de 1975. A indústria 00.5 incluiu ainda a "Sinterização ou Pelotização do Carvão de Pedra e do Coque", anteriormente classificada, até 1970, no gênero Química. Entre - tanto, em 1975 não se registra nenhum estabelecimento neste setor do país. No Censo de 1980 foi excluída da indústria 00.5, do grupo 00.52, a "Fabricação de Minério de Ferro Sinterizado", que foi classificada em "11.01 - Produção de Sinter, Gusa e Ferro-Esponja"; modificação esta impossível de rearranjo para efeitos da comparabilidade com os Censos anteriores.

NORDESTE

TABELA A.II.2 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos (PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos (VTI/EST) e entre o Valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero Extrativa de Minerais. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST			VTI/ES (1)			VTI/PO (2)					
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
00.1+00.5 (3)	110,4	45,0	182,3	143,4	2,5	1,0	12,2	9,8	23,0	23,0	67,1	68,1
00.2	20,2	7,8	7,2	10,3	0,8	0,2	0,5	0,5	39,3	26,3	66,4	45,8
00.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
00.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
00 (3)	22,1	10,2	12,7	19,5	0,8	0,3	0,8	1,1	37,6	25,4	66,3	57,5

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS: (1) - Cr\$ milhões de 1975

(2) - Cr\$ mil de 1975

(3) - Ver a Nota 1 da Tabela anterior

O setor Extração de Minerais Não Metálicos (exclui Combustíveis Minerais) apresentou padrões de crescimento diversos para os três subperíodos intercensitários, especialmente quanto à variável valor da transformação industrial. Enquanto no período 1959/1970 o VTI decresceu à taxa média anual de -8,4%, no período seguinte, 1970/1975, este cresceu à taxa de 14,7% a.a., tornando a apresentar taxa negativa ao período 1975/1980. Para a variável pessoal ocupado o período como um todo registra uma queda de -3,0% a.a. para o setor.

As relações listadas na tabela A.II.2 ajudam a clarear um pouco estas questões. Para o setor 00.1 + 00.5 registra-se uma queda do tamanho médio entre 1959 e 1970 e uma manutenção da produtividade. Os dados indicam um crescimento extensivo do setor, com a incorporação de novos e numerosos estabelecimentos industriais (o EST cresceu mais no período 1959/1970 que as demais variáveis). No período seguinte, 1970/1975, aumentaram significativamente o tamanho dos estabelecimentos e a produtividade. Este movimento parece encontrar explicação no aparecimento de três estabelecimentos do setor de Pelotização e Sinterização de Minerais, bem como na redução do número de estabelecimentos, em termos absolutos, registrada entre estes dois anos no setor 00.1 + 00.5.

Para o setor 00.2 os dados são mais taxativos. Entre 1959/70 ocorre uma redução brutal do tamanho dos estabelecimentos, tanto para a relação PO/ EST, como para VTI/ EST e uma redução menos intensa da produtividade. No subperíodo seguinte, entre 1970 e 75, o tamanho médio mantém-se pela relação PO/ EST e aumenta na VTI/ EST enquanto a produtividade dá um salto significativo. Para 1975/80 registrou-se ligeira queda em ambas as relações de tamanho médio e a manutenção da produtividade. De uma maneira geral, os dados sugerem um aumento significativo na densidade de capital por pessoa ocupada, cujo impacto se teria feito sentir na maior produtividade da mão-de-obra.

O fraco desempenho do gênero, no período 1959/80, encontra explicação a partir do desempenho do setor 00.2, que em 1980, respondia por 93% do número de estabelecimentos, 48% do pessoal ocupado e 38% do VTI do mesmo.

D - GÊNERO PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS

Este gênero subdivide-se em nove setores: (10.1) "Britamento e Aparelhamento de Pedras para Construção e Execução de Trabalhos em Mármore, Ardósia, Granito e Outras Pedras"; (10.2) "Fabricação de Cal", (10.3 + 10.4) "Fabricação de Telhas, Tijolos e Outros Artigos de Barro Cozido e Fabricação de Material Cerâmico"⁽²⁾; (10.5) "Fabricação de Cimento"; (10.6) "Fabricação de Peças, Ornatos e Estruturas de Cimento, Gesso e Amianto"; (10.7) "Fabricação e Elaboração de Vidro e Cristal"; e (10.8 + 10.9) "Beneficiamento e Preparação de Minerais Não Metálicos Não Associados à Extração e Fabricação e Elaboração de Produtos Diversos de Minerais Não Metálicos"⁽³⁾.

Dentre os setores listados acima, o 10.5 e o 10.7, não se adequam ao mínimo de informações necessárias de acordo com nossa hipótese de trabalho, ou seja, nestes setores mais de 20% do número de estabelecimentos não se apresentam com as informações requeridas disponíveis.

O setor 10.1, no período 1959/80 passou por um crescimento expressivo - ênfase dada no período 1959/70, onde o VTI duplicou a cada quatro anos. Para o pessoal ocupado, seu dinamismo só foi igualado, dentro do gênero, pelo do setor 10.6. Conforme pode ser visto a partir das tabelas A-II.3 e A-II.4, este maior dinamismo do setor 10.1 é acompanhado de perto pelo setor 10.6, sendo ambos constituídos de estabelecimentos de tamanho médio e produtividade média um pouco superiores aos registrados para o gênero.

Dos setores do gênero, aquele com características mais especiais é o de Fabricação de Cimento (10.5), que apresenta problemas de informação. Nele, a produtividade da mão-de-obra apresenta-se muito acima da média do gênero e o tamanho médio, também muito superior à média, é declinante em termos da relação PO/ EST e ligeiramente ascendente para VTI/ EST .

(02) Estes setores estavam desagregados nos Censos de 1960 e 1970, mas agregados no Censo de 1975. Isto determinou que os considerássemos um único setor, embora cientes de suas características dessemelhantes.

(03) Os setores estavam agregados no Censo de 1960. Agregamos os respectivos dados dos demais Censos.

NORDESTE

TABELA A.II.3 - Taxas de Crescimento Médio Anual do Número de Estabelecimentos(EST), do Pessoal Ocupado(PO) e do Valor da Transformação Industrial(VTI) das Indústrias do Gênero Produtos de Minerais Não Metálicos. (1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
10.1	10,5	10,5	22,6	7,1	0,2	7,5	6,3	10,7	15,8	8,5	8,0	17,2
10.2	3,9	3,8	5,6	(-4,6)	(-5,5)	9,6	8,1	10,3	3,8	2,8	2,9	6,1
10.3 + 10.4	4,0	3,7	7,4	7,4	6,8	16,1	8,6	10,9	11,6	5,9	6,1	10,4
10.5	3,8	21,7	8,4	6,3**	17,5**	8,9	(-2,7)*	7,7*
10.6	6,4	7,4	16,0	6,4	7,1	9,0	18,0	19,3	19,7	9,1	10,0	15,2
10.7(2)	(-1,1)	4,1*	13,0*	0,0	6,8**	10,5**	(-1,3)	5,7**	8,5**	(-0,9)	5,1*	11,3*
10.8 + 10.9 (3)	10,5	3,6*	5,7*	13,6	(-5,1)**	22,8**	12,8	15,3**	17,2**	11,8	4,3	12,3
10 (1)	4,3	4,8	9,5	5,9	4,7	15,7	9,0	10,4	11,9	5,8	5,6	11,5

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960,1970,1975,1980, IBGE

NOTAS: (1) Incluiu "fabricação de eletrodos de grafita" em 1959, que a partir de 1970 foi classificada no gênero 13, na indústria de "fabricação de Material Elétrico"; e a "Fabricação de pozolana" em 1959,1970 e 1975, que em 1980 foi classificada no gênero 00, no grupo 00.22 "Extração de pedras e outros materiais em Bruto para construção. Ambos os produtos especificados não foram identificados nas classificações dos Censos anteriores aos da mudança, e não puderam ser isolados para compatibilização dos Censos Industriais entre si.Valem para o gênero o exposto nas notas (2) e (3) a seguir.

(2) Incluiu em 1959 e em 1970, a "Fabricação de Seringas Hipodérmicas de Vidro" no grupo 10.74, que posteriormente passou a ser classificada no gênero 30, no grupo 30.14. Esta alteração não pode ser considerada para efeito de compatibilização entre os Censos Industriais, por ser impossível isolar os estabelecimentos classificados no grupo 10.74, em 1959 e 1970.

(3) Incluiu a "Fabricação de granalha e pó metálico", no grupo 10.91 até 1975, sendo reclassificada em 1980 para o gênero 11, no grupo 11.92, que não pode ter seus estabelecimentos isolados (se porventura existissem no Nordeste) para efeito de compatibilização dos resultados dos Censos Industriais. Inclui a "Produção de Pó Calcáreo", em 1980, no grupo 10.81, anteriormente classificada no gênero Química, no grupo 20.81. Também não foi possível isolar os respectivos estabelecimentos.

OBS: (*) um asterisco após a taxa calculada indica, que a mesma encontra-se subestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas"

(**) dois asteriscos após a taxa calculada, indicam que desconhecemos o efeito líquido resultante da adoção do critério do sigilo pelo IXTI, neste caso incidente sobre os 2 Censos. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.4 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos (PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos (VTI/EST) e entre o Valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 10 - Produtos de Minerais Não Metálicos. (1959-1970-1975-1980).

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
10.1	12,2	12,4	9,7	11,2	0,1	0,3	0,3	0,5	7,4	23,4	33,2	41,6
10.2	4,2	4,2	3,9	4,3	0,03	0,03	0,06	0,06	6,2	7,5	62,0	14,7
10.3 + 10.4	4,7	4,6	4,4	4,9	0,03	0,05	0,07	0,08	7,4	10,7	16,3	16,8
10.5	367,3	...	86,4*	58,7*	26,1	...	31,8*	35,6*	71,2	...	367,9*	606,9*
10.6	8,7	11,2	11,6	10,5	0,2	0,4	0,5	0,5	17,6	41,3	45,0	45,6
10.7 (4)	25,2	70,5*	122,3*	117,3*	0,6	2,6*	8,6*	9,4*	24,0	59,4*	70,5*	80,5*
10.8 + 10.9 (5)	104,3	87,4*	26,7*	27,3	2,0	1,2*	2,4*	2,5	19,4	24,3*	88,2*	91,2
10 (3) (4) (5)	5,6	5,9	5,6	5,9	0,1	0,1	0,2	0,2	12,7	20,6	33,9	36,3

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) idem à nota 1 da Tabela anterior

(4) idem à nota 2 da Tabela anterior

(5) idem à nota 3 da Tabela anterior

1-Cr\$ milhões

2-Cr\$ mil

OBS: (*) O arêrisco indicam que estas relações estão provavelmente superestimadas.

Em resumo, apresentou poucas transformações estruturais quanto ao tamanho médio de seus estabelecimentos e um ganho expressivo de produtividade média.

A indústria de Fabricação de Telhas, Tijolos etc... e de Fabricação de Material Cerâmico (10.3 + 10.4) não registrou grandes alterações nas relações estruturais estudadas. O setor de Fabricação de Material Cerâmico possui características diferenciadas de Fabricação de Telhas, Tijolos etc., maior produtividade por pessoa ocupada e maior tamanho médio. Considerados juntos, predominam os valores encontrados para este último setor.

c - GÊNERO METALÚRGICA

Subdivide-se em 10 indústrias, das quais apenas sete encontram-se nesta análise, pois uma fica composta de outras quatro, três das quais não computadas em 1960. São elas: (11.0) "Siderurgia e Elaboração de Produtos Siderúrgicos (com ou sem redução de Minério)"; (11.1) "Metalurgia dos Metais não Ferrosos em Formas Primárias - inclusive Metais Preciosos"; (11.3) "Fabricação de Estruturas Metálicas"; (11.5) "Estamparia, Funilaria e Latoaria"; (11.6) "Serralharia, Fabricação de Tanques, Reservatórios e Outros Recipientes Metálicos e de Artigos de Caldeireiro"; (11.7) "Fabricação de Artigos de Cutelaria, Armas, Ferramentas Manuais e Fabricação de Artigos de Metal para Escritório, Usos Pessoal e Doméstico - exclusive Ferramentas para Máquinas"; e (11.2 + 11.4 + 11.8 + 11.9) "Metalurgia do Pó", "Fabricação de Artefatos de Trefilados de Ferro e Aço e de Metais não Ferrosos - exclusive Móveis", "Têmpera e Cementação de Aço, Recozimento de Arames e Serviços de Galvanotécnica" e "Fabricação de Outros Artigos de Metal, não especificados ou não classificados".

Apenas uma indústria apresenta problemas de informação no período global: o 11.2 + 11.4 + 11.8 + 11.9, que portanto não expressa resultados válidos. O setor 11.3, embora apresente resultados válidos para o período 1959/1980, não permite utilizar conclusivamente os dados dos correspondentes subperíodos.

TABELA A.II.5 - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (EST), DO PESSOAL OCUPADO (PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Metalúrgica. (1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
11.0 (2)	2,3	5,8	7,3	4,3	15,0	37,5	2,0	(-2,0)	13,5	1,8	6,9	15,3
11.1 (3)	24,9*	15,9*	23,9*	14,9	13,6**	31,4**	(-0,4)	(-0,4)**	0,6**	16,0	12,3	23,7
11.3	21,3	14,5*	14,3*	5,7	18,5**	33,6**	(-0,6)	3,6	25,0	14,0	14,8	17,0
11.5	10,4	3,2	10,2	(-19,1)	9,1	13,3	7,3	11,7	7,8	3,1	4,8	13,4
11.6 (4)	17,1	14,9	21,3	(-4,6)	7,2	16,0	4,2	4,1	20,8	10,4	12,0	19,0
11.7 (5)	15,6	9,5	9,0	(-12,2)	10,3	26,5	9,5	16,5	58,2	6,9	11,3	23,4
11.2+11.4+11.8*												
11.9 (6)	18,2	16,1*	21,6*	(-6,8)	29,9**	53,8**	8,4	10,0**	28,4**	10,0	16,1*	29,4*
11(1)	13,9	10,5	14,5	(-5,8)	11,1	31,6	8,0	5,0	12,9	7,5	9,3	18,0

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS: (1) Incluiu, em 1959 e em 1970, a "Fabricação de peças e armações metálicas para móveis", posteriormente transferida para o gênero 16, no grupo 16.21, em 1975 e 1980. Não foi possível isolar seus estabelecimentos nos Censos de 1960 e 1970, para sua compatibilização. Valem, para o total do gênero, o exposto nas notas (2), (3), (4), (5) e (6), a seguir:

- (2) Incluiu, em 1980, a "Produção de gás obtido em alto-forno", e a "Fabricação de minério de ferro sinterizado", classificados anteriormente nos gêneros de, respectivamente, 20-Química, no Grupo 20.00, 00-Extrativa de Minerais, no Grupo 00.52. Não foi possível isolar os estabelecimentos de nenhum dos dois setores em 1980, para sua compatibilização, no caso nordestino.
- (3) Incluiu, a partir de 1970, a "Fabricação de Eletrodos - Exclusivo de grafita", incluída no grupo 11.18, que não registrava nenhum estabelecimento do tipo no Nordeste em 1970.
- (4) Incluiu, em 1980, a "Fabricação de Peças para incineradores", anteriormente classificado no gênero 12, Mecânica, no Grupo 12.21. Não foram isolados os estabelecimentos existentes no Nordeste, em 1980, para compatibilização com os demais censos. Incluiu, em 1960, a "Fabricação de Artigos de caldearia-alambiques, destiladores, autoclaves, etc.", que a partir de 1970 foi classificada no gênero 12-Mecânica, na Indústria 12.3. Também não foi possível isolar os estabelecimentos ali existentes.
- (5) Incluiu, em 1959, 1970 e 1975, a "Produção de agulhas, alfinetes e ilhoses", que passou no Censo de 1980 a ser classificada no gênero 30 - Diversos, grupo 30.91. Não foi possível isolar os estabelecimentos no Nordeste em 1980, para sua compatibilização aos Censos Anteriores. Foram incluídos em 1980, a "Produção de armas de fogo leves", que neste ano foi classificada como o grupo 12.91 em 12-Mecânica, e contou com com informações para 08 estabelecimentos no Nordeste.
- (6) Incluiu, a partir de 1975, a "Fabricação de Calças Metálicas de Conexão e Derivação", anteriormente classificada no gênero 13 - Material Elétrico e de Comunicações, no Grupo 13.24. Não foi possível isolar os estabelecimentos em 1959 e em 1970 para sua compatibilização aos demais Censos. Incluiu, até 1975, o "Serviço de Corte de Metais", que passou para o gênero 31 - Atividades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial, não sendo possível a identificação de seus estabelecimentos nos Censos anteriores ao de 1980. Incluiu em 1980, a "Fabricação de Granalha e pó metálico", anteriormente classificada no gênero 10-Produtos de Minerais não Metálicos, no grupo 10.91. Não foi possível também isolar os respectivos estabelecimentos.

OBS: (*) O asterisco após a taxa percentual indica que a mesma encontra-se subestimada conforme a hipótese elaborada no Apêndice "Considerações Metodológicas";
 (**) A presença de dois asteriscos indica que não conhecemos o efeito do líquido do sigilo adotado pelo IBGE, pois este aparece em ambos os Censos.

NORDESTE

TABELA A.II.6 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 11 - Metalúrgica. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
11.0(4)	32,4	58,7	80,4	95,9	1,5	2,5	10,6	21,8	45,8	53,8	131,5	227,4
11.1(5)	95,5	64,3*	57,0	58,7	1,8	1,6*	8,6	8,4	18,7	39,1*	150,6	142,5
11.3	59,7	41,7*	66,1	82,4	2,2	1,2*	4,4	4,6	37,1	36,3*	66,0	55,3
11.5	16,0	7,8	25,7	22,9	0,3	0,3	1,3	2,4	20,0	41,3	49,9	104,9
11.6(6)	9,0	7,3	13,5	11,9	0,1	0,2	0,6	0,7	16,0	29,3	43,3	59,3
11.7(7)	3,8	2,3	6,9	9,8	0,1	0,03	0,2	1,2	14,4	13,7	27,1	125,0
11.2+11.4+11.8+												
11.9 (8)	4,3	5,4*	30,0*	8,8	0,1	0,1*	1,5*	3,8	13,4	22,2*	51,7*	132,3
11(3)	15,2	10,8	24,9	21,7	0,4	0,4	2,0	2,5	23,5	34,9	81,2	116,6

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980, IBGE.

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

(4) ver nota (2) da Tabela anterior

(5) ver nota (3) da Tabela anterior

(6) ver nota (4) da Tabela anterior

(7) ver nota (5) da Tabela anterior

(8) ver nota (6) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a respectiva relação encontra-se, provavelmente, superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

Todas as indústrias revelam um crescimento firme no período como um todo, quando olhamos as taxas calculadas para o valor da transformação industrial, os setores 11.0 e 11.5 com patamares inferiores em torno dos 14%, enquanto que as indústrias 11.1, 11.7 e 11.2 + 11.4 + 11.8 + 11.9 com percentuais mais elevados que ultrapassam os 20%, sendo desta última o maior percentual, mesmo que subestimado.

Para a variável mão-de-obra ocorre praticamente o mesmo padrão, com menores taxas.

Note-se que a indústria 11.2 + 11.4 + 11.8 + 11.9 foi a que mais vigorosamente cresceu no período e, uma vez que suas taxas de crescimento encontram-se subestimadas pela falta de informações, certamente supera com folga, em termos de dinamismo, as demais.

No caso da indústria 11.1 nota-se, pela tabela A-II.5, uma diminuição no pessoal ocupado por estabelecimento e um aumento no VTI por estabelecimento, resultando um aumento espetacular da produtividade entre 1959 e 1975.

Nos setores 11.6 e 11.7, prevalecem tamanhos médios menores de estabelecimento, enquanto que em 11.0 e 11.1 prevalecem tamanhos maiores. O mesmo padrão se verifica na relação indicadora de produtividade.

d - GÊNERO MECÂNICA

Divide-se em oito indústrias, aqui agrupadas em seis em função dos critérios em mutação da classificação de indústrias do IBGE. São elas as seguintes: (12.1) "Fabricação de Máquinas Motrizes não Elétricas e de Equipamentos para Transmissão Industrial - inclusive Peças e Acessórios"; (12.2) "Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais para Instalações Hidráulicas, Térmicas, de Ventilação e Refrigeração, equipados ou não com motores elétricos - inclusive Peças e Acessórios"; (12.3) "Fabricação de Máquinas-Ferramenta, Máquinas Operatrizes e Aparelhos Industriais Acoplados ou não a Motores Elétricos - inclusive Peças e Acessórios"; (12.4) "Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais para Agricultura, Avicultura, Apicultura, Criação de outros

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
12.1	6,5	26,6	12,1	16,8	15,8	12,3	24,2	29,1
12.2(2)	18,3	18,7*	38,6*	(-1,1)	14,0**	26,1**	16,7	23,1	23,6	13,0	18,6	31,9
12.3(3)	1,4	8,0*	21,2*	6,1	15,0**	47,7**	7,5	25,1**	18,8**	3,9	13,6	26,4
12.4	22,5	5,5*	10,6*	4,0	30,6**	57,8**	(-8,3)	(-5,6)**	2,1**	10,0	8,1*	18,1*
12.5+12.6 (4)	23,4	6,5*	26,3*	(-4,4)	(-2,6)**	11,4**
12.7(5)	(-12,9)	8,4
12.8	61,3	40,4	45,9	(-11,4)	52,5	95,5	(-3,9)	3,4	19,1	23,6	33,2	49,1
12 (1)	30,4	21,9	31,6	(-8,0)	33,5	51,1	(-0,9)	7,1	15,0	12,4	20,8	31,7

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS:

(1) - Excluiu-se do Gênero, em 1980, toda a indústria "12.9 - Armas, Munições e Equipamentos Militares", que foi reclassificada no Gênero 11 - Metalúrgica, no grupo 11.72, pois todos os estabelecimentos registrados no Nordeste naquela indústria pertenciam, em 1980, ao grupo "12.91 - Fabricação de Armas de Fogo Leves" anteriormente classificados no grupo 11.72, como descrito acima. Residualmente, permaneceram computados nos valores totais do Gênero 12, aqui descrito, quatro estabelecimentos cujas informações não pudemos isolar. Valem para o Gênero as notas (2), (3), (4) e (5) descritas a seguir.

(2) - Incluiu, a partir de 1970, a "Fabricação de Refrigeração, Geladeiras Comerciais, Sorvetes e Semelhantes", anteriormente classificada no Gênero 13-Material Elétrico e de Comunicações, e também, até 1980, a "Fabricação de Peças e Acessórios para Incineradores", posteriormente classificada no Gênero 11-Metalúrgica, no grupo 11.61. Ambas as transformações não puderam ser compatibilizadas, entre os Censos Industriais.

(3) - Incluiu, a partir de 1970, a "Fabricação de Artigos de Calderaria - Alambiques, Destiladores, Autoclaves, etc", no grupo 12.31 que anteriormente, fora classificada no Gênero 11-Metalúrgica e também, até 1975, a "Produção de Telas para Estamparia de Tecidos", que passou a ser classificada em 1980 no Gênero 29-Editorial e Gráfica, no grupo 29.41. Ambas as modificações não puderam ser compatibilizadas entre os Censos Industriais.

(4) - Até 1970, incluiu a "Fabricação e Montagem de Digitadoras, Perfuradoras, Verificadoras, Impressoras e Semelhantes" no grupo 12.53, que anteriormente foi classificada no Gênero 13-Material Elétrico e de Comunicações, no grupo 13.71. Incluiu também, em 1980, a "Fabricação de Aparelhos de Ar Condicionado - Excluído Equipamento de Ar Condicionado Central, Bebedouros Elétricos e Umidificadores" no grupo 12.54, anteriormente classificada no Gênero 13-Material Elétrico e de Comunicações, no grupo 13.51. Ambas as modificações não puderam ser compatibilizadas entre os Censos Industriais.

(5) - Toda a Indústria 12.7-"Fabricação e Montagem de Tratores e de Máquinas e Aparelhos de Terraplenagem - Inclusive Peças e Acessórios", foi transplantada para o Gênero em 1970, oriunda do Gênero 14-Material de Transporte. Não foi necessária qualquer compatibilização pois em 1960 o Nordeste não registrava nenhum estabelecimento na referida indústria. Incluiu também, a partir de 1975, a "Fabricação e Montagem de Caminhões, Betoneiras e Fora-de-Estrada", anteriormente classificada no Gênero 14-Material de Transporte, no grupo 14.31. Pelo mesmo motivo anterior, aqui também não houve problema de compatibilização.

OBS: (*) - O asterisco indica que a taxa calculada está substituída. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

(**) - Os asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.8 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos (PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos (VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 12 - Mecânica. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
12.1	8,0	...	63,5	79,8	0,2	...	3,1	3,8	20,8	...	49,1	47,0
12.2(4)	12,0	21,5*	26,8	39,1	0,1	0,8*	1,7	2,5	6,9	38,1*	63,1	64,4
12.3(5)	13,9	35,2*	65,2*	96,1	0,2	1,5*	9,4*	10,7	11,7	41,4*	144,9*	111,4
12.4	22,7	8,7*	17,8*	26,6*	0,3	0,2*	1,0*	2,3*	13,5	22,8*	58,8*	87,1*
12.5+12.6(6)	-	55,8	32,9*	40,3	-	1,8	2,5*	6,1	-	32,8	76,7*	150,2
12.7(7)	-	-	-
12.8	13,0	3,5	51,0	62,7	0,1	0,04	2,0	5,1	7,5	11,5	39,9	80,9
12(3)	14,1	6,7	43,0	63,4	0,2	0,2	2,3	4,8	12,3	28,6	53,2	75,8

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

(4) ver nota (2) da Tabela anterior

(5) ver nota (3) da Tabela anterior

(6) ver nota (4) da Tabela anterior

(7) ver nota (5) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

requeiros Animais e Obtenção de Produtos de Origem Animal e para Beneficiamento ou Preparação de Produtos Agrícolas - inclusive Peças e Acessórios"; (12.5 + 12.6) "Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Diversos - inclusive Peças e Acessórios" e "Fabricação de Cronômetros e Relógios, Elétricos ou não - inclusive a Fabricação de Peças" ; (12.7) "Fabricação e Montagem de Tratores e de Máquinas de Terraplanagem - inclusive a Fabricação de Peças e Acessórios"⁽⁴⁾; e (12.8) "Reparação e Manutenção de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais, Agrícolas e de Máquinas de Terraplanagem" e "Serviços Industriais de Usinagem, Tornearia, Fresagem, Solda e Semelhantes - inclusive Serviços Industriais de Controle de Qualidade".

Das sete indústrias que compõem nossa subdivisão a três dígitos do Gênero Mecânica, três delas não apresentam volume de informações compatíveis com nossa hipótese de trabalho; 12.4, 12.5 + 12.6 e 12.7.

A indústria 12.8 apresenta a mais alta taxa de crescimento do valor da transformação industrial, tendo ficado em 2º lugar entre as indústrias de todos os gêneros que mais cresceram no período 1959/80 em termos daquela variável, conforme os dados da tabela A-II.7. Segundo a mesma tabela, pode-se verificar a presença de quatro indústrias do gênero Mecânica entre as dez que mais cresceram em toda a estrutura industrial nordestina. Mesmo se olharmos a variável pessoal ocupado, este dinamismo verificado para o VTI se mantém. A indústria 12.8 mais do que dobrou, em média, o pessoal ocupado a cada dois anos, sendo a que apresenta a mais alta taxa de crescimento do PO em todo o Nordeste⁽⁵⁾.

Pelas relações listadas na tabela A-II.8, podemos aprofundar um pouco nossas conclusões. Todas as indústrias apresentaram aumentos significativos de produtividade e todas tiveram seu tamanho médio em termos de VTI/ EST incrementado ,

(04) Os dois primeiros setores compunham um único setor no Censo de 1960: "Outras Máquinas e Aparelhos". Adicionalmente, a Fabricação de Tratores, etc. estava, em 1960, computada no gênero Material de Transporte.

(05) Ver tabela 9 no Capítulo 5.

o mesmo acontecendo com o tamanho médio medido pela relação PO/EST. O aumento da produtividade foi forte na indústria 12.3, justamente uma típica indústria produtora de bens de capital.

É certo que a estrutura do gênero era insignificante em 1959, mas o avanço da produção do gênero ao longo dos anos pesquisados não se mostra desprezível, embora se constate o predomínio da indústria 12.8, isto é, de Reparação e Manutenção de Máquinas, Aparelhos, etc.; a esta última correspondeu mais de 50% do número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor da transformação industrial do gênero em 1980.

e - GÊNERO MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES

O gênero Material Elétrico e de Comunicações compõem-se de oito indústrias a 3 dígitos, reagrupados aqui em cinco : (13.1 + 13.2 + 13.4 + 13.7) "Construção de Máquinas e Aparelhos para Produção e Distribuição de Energia Elétrica", "Fabricação de Material Elétrico - exceto para Veículos", "Fabricação de Material Elétrico para Veículos" e "Fabricação de Material Eletrônico"; (13.3) "Fabricação de Lâmpadas"; (13.5) "Fabricação de Aparelhos Elétricos, Peças e Acessórios"; (13.8) "Fabricação de Material de Comunicações - inclusive Peças e Acessórios" e (13.9) "Reparação e Manutenção de Máquinas e Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e de Comunicações".

As taxas de crescimento das indústrias do gênero encontram-se subestimadas ou, em outras palavras, à exceção da indústria 13.1 + 13.2 + 13.4 + 13.7 para o período 1959/80, todas as demais encontram-se com problemas de dados, não tendo sido possível se enquadrarem em nossa hipótese de trabalho. Assim, a análise da dinâmica setorial no período encontra-se prejudicada.

Contudo, os dados da tabela A.II.9 não deixam dúvidas do dinamismo apresentado pelas indústrias do gênero. Além disso, de 13 estabelecimentos em 1959 o gênero evoluiria para contar, em 1980 com 124 estabelecimentos (sendo que já contara em 1970 com 311). Esta redução do número de estabelecimentos, observada entre 1970 e 1975, é explicada unicamente pe

(PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Material Elé-
trico. (1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
13.1+13.2+13.4+	26,8	28,3*	38,1*	(-9,1)	15,8*	26,4*	(-0,7)	4,8	11,7	10,5	18,5	28,6
13.7 (2)	10,3	(- 4,3)**	21,5**	2,3	19,3	23,1**
13.3	(-3,6)	13,3	(-10,6)	(-19,3)**	(-39,4)**	1,4	(-2,3)*	0,8*
13.5 (3)	17,7	14,9*	29,5*	00	(- 1,6)**	(-15,9)**	(- 3,6)	4,0**	41,6**	8,0	8,2*	20,7*
13.8	61,8	54,5*	30,6*	14,4	13,9**	41,2**	0,9	7,3**	2,1**	19,7	13,6*	25,5*
13.9	33,5	26,9	37,4	(-8,5)	10,2	21,4	(- 0,6)	6,4	10,7	11,3	16,6	26,7

FONTE : CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960,1970,1975,1980,IBGE.

NOTAS:

- (1) - Incluiu,em 1959,a "Fabricação de Eletrodos-Exclusivo de grafita", e a "Fabricação de refrigeradores,Geladeiras Comerciais, Sorvetelras e Semelhantes", que posteriormente foram reclassificados para os gêneros de respectivamente,11-Metalúrgica e 12-Mecânica.Não foi possível isolar os estabelecimentos respectivos,para compatibilização do Censo de 1960 com os demais.Incluiu, a partir de 1970 a "Fabricação de Eletrodos de Grafita",anteriormente classificado no gênero 10-Produtos de Mineraiis Não Metálicos,cujos estabelecimentos não puderam também ser isolados no Censo de 1960,para compatibilização com os demais.
- (2) - Incluiu,até 1970, a "Fabricação de Caixas Metálicas de Conexão e Derivação",posteriormente classificada no gênero 11-Metalúrgica,no grupo 11.91. E incluiu,a partir de 1975,a "Fabricação e Montagem de Digitadoras,Perfuradoras,Verificadoras,Impressoras e Semelhantes", anteriormente classificada no Gênero 12-Mecânica, no grupo 12.53. Ambas as modificações foram impossíveis de serem compatibilizadas entre os Censos Industriais.
- (3) - Incluiu,até 1970,a "Fabricação de Aparelhos e Equipamentos Elétricos para fins respiratórios e Material Eletrônico para uso em instalações hospitalares em consultórios médicos e odontológicos e em laboratórios",posteriormente classificada no Gênero 30-Diversos,no grupo 30.12.Incluiu também,até 1975,a "Fabricação de Aparelhos de Ar Condicionado-Exclusive equipamentos de Ar Condicionado Central,Bebedouros Elétricos e Umidificadores",classificada no Censo de 1980 no Gênero 12-Mecânica, no grupo 12.54.Ambas as modificações não puderam ser compatibilizadas entre os Censos.

OBS: (*) O asterisco indica que a taxa calculada está subestimada.Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

(**) dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.10 -Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 13 - Material Elétrico. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
13.1+13.2+												
13.4+13.7(4)	19,7	36,8*	94,5	106,0	0,5	1,3*	8,0	14,0	24,4	54,9*	84,6	131,7
13.3	-	109,7	52,8*	70,8	-	5,1	8,1*	19,1	-	46,6	153,6*	179,8
13.5(5)	32,0	..	34,4*	29,5*	0,8	..	6,6*	1,4*	24,1	..	193,0*	45,9*
13.8	44,4	67,8*	62,5*	152,3*	0,5	1,5*	1,6*	18,7*	12,3	45,6*	26,3*	122,8*
13.9	3,0	2,5*	36,3*	32,8*	0,4	0,04*	2,1*	1,5*	126,7	19,9*	58,3*	45,3*
13(3)	25,0	14,4	61,4	66,2	0,5	0,7	5,0	8,0	21,1	50,6	82,1	120,8

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980, IBGE.

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

(4) ver nota (2) da Tabela anterior

(5) ver nota (3) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

la extrema concentração verificada em duas indústrias: (13.4) Fabricação de Material Elétrico para Veículos (para a qual não apresentamos dados desagregados nas tabelas A-II.9 e A-II.10)⁽⁶⁾ e (13.9) Reparação e Manutenção de Máquinas e Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e de Comunicações, cujo tamanho médio, conforme a tabela A-II.10 passou de 2,5 para 36,3 em termos da relação PO/ EST (Este último provavelmente em contra-se superestimado).

Em termos de aumentos de produtividade, as indústrias que mais obtiveram ganhos foram 13.3 e 13.5, embora os valores apresentem-se superestimados.

f - GÊNERO MATERIAL DE TRANSPORTE

O gênero divide-se em oito indústrias; (14.1) "Construção e Reparação de Embarcações e de Caldeiras, Máquinas, Turbinas e Motores Marítimos - inclusive Peças e Acessórios"; (14.2) "Construção, Montagem e Reparação de Veículos Ferroviários - inclusive Fabricação de Peças e Acessórios"; (14.3) "Fabricação de Veículos Automotores e Peças e Acessórios"; (14.4) "Fabricação de Carroçarias para Veículos Automotores - exclusive Chassis"; (14.5) "Fabricação de Bicicletas e Triciclos, Motorizados ou Não, e Motociclos - inclusive Peças e Acessórios"; (14.7) "Construção, Montagem e Reparação de Aviões - inclusive a Fabricação de Peças e Acessórios, e a Reparação de Turbinas e Motores de Aviação"; (14.8) "Fabricação de Outros Veículos - inclusive Peças e Acessórios"; (14.9) "Fabricação de Bancos e Estofados para Veículos".

No período como um todo, 1959/1980, as indústrias para as quais foi possível obter-se taxas de crescimento apresentaram um ritmo razoável de crescimento, todas com taxas superiores a 10% a.a. no caso da variável VTI. Dentre estas indústrias, a que registrou a maior taxa de crescimento médio anual do VTI e também do pessoal ocupado foi a 14.4, respectivamente, 22,7% a.a. e 13,5% a.a. Entretanto, cotejados es

(06) O tamanho médio, dado pela relação PO/ EST, passou de 1,8 em 1970 para 42,7 pessoas ocupadas por estabelecimento em 1975

TABELA A:II:11 - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DE ESTABELECIMENTOS (EST), DO PESSOAL OCUPADO (PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Material de Transporte. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
14.1	9,1	9,9	6,2	(-7,0)	(-13,7)*	21,2*	9,3	2,2*	16,5**	6,2	5,1	12,0
14.2	1,7	(-11,1)*	(-12,4)*	(-30,1)	31,9	(-1,0)
14.3(2)	16,3	12,9	18,4	(-11,5)	10,6*	8,4*	1,2	(-2,0)*	16,3**	5,4	8,6	15,3
14.4	4,2	14,3*	23,6*	4,3	11,8**	34,7**	1,2	13,4*	10,0**	4,8	13,5	22,7
14.5	0,0	24,6
14.7	0,0	24,6
14.8	7,0	(-5,5)	(-19,5)	6,4	5,1*	73,7*	14,2	46,0*	64,0**	8,6	7,7	14,6
14.9(3)	4,8	(-3,7)	(-19,7)	(-5,1)
14 (1)	10,1	8,3	7,6	(-4,4)	7,1	25,9	8,2	2,9	8,8	6,0	6,6	12,0

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS:

- (1) - O Gênero incluiu, em 1979, toda a indústria de "Fabricação, Montagem e Reparação de Tratores não agrícolas e máquinas de terraplanagem - Inclui peças", que foi posteriormente classificada no Gênero 12-Mecânica, constituindo a indústria 12.7 - "Fabricação e Montagem de Tratores e de Máquinas e Aparelhos de Terraplanagem - Inclui a fabricação de Peças e Acessórios", que a partir daí incluiu a fabricação de tratores agrícolas", que estava incluída no Censo de 1960 na parte Agropecuária. Como não havia qualquer estabelecimento nesta indústria no Nordeste em 1959, não há problemas de compatibilização. Valem para o Gênero as notas (2) e (3) a seguir.
- (2) - Incluiu, até 1970, a "Fabricação e Montagem de Caminhões Betoneiras e fora-de-estrada", posteriormente classificadas no Gênero 12-Mecânica, na indústria 12.7. Não foi possível isolar os estabelecimentos correspondentes, mas é provável que eles inexistissem no Nordeste, especialmente em 1959 e 1970, não ocorrendo portanto problemas de compatibilização.
- (3) - Incluiu, até 1970, a "Confecção de capas e capotas revestidas ou não de material plástico para veículos", posteriormente classificadas no Gênero 25-Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, no grupo 25.51. Não foi possível compatibilizar suas informações entre os vários censos.

OBS: (*) o asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

(**) dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do sigilo adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.12 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 14 - Material de Transporte. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.					VTI/EST. (1)					VTI/PO (2)				
	1959	1970	1975	1980	1980	1959	1970	1975	1980	1980	1959	1970	1975	1980	1980
14.1	10,0	12,4	9,9*	10,1	10,1	0,1	0,1	0,5*	0,5	0,5	13,8	9,5	51,8*	51,9	
14.2	146,0	66,3*	4,4	0,9*	30,2	25,7*	
14.3(4)	10,9	8,6	43,3*	22,0	22,0	0,2	0,2	1,1*	1,3	1,3	16,6	28,1	25,3*	59,2	
14.4	4,9	18,6*	28,4*	26,3	26,3	0,1	0,3*	1,6*	1,2	1,2	9,4	22,4*	56,9*	48,9	
14.5	-	-	-	
14.7	-	-	-	
14.8	5,9	1,8	3,4*	4,8	4,8	0,1	0,004	0,1*	0,3	0,3	17,0	2,9	35,9*	64,0	
14.9(5)	2,7	0,04	16,6	
14(3)	13,6	11,4	20,1	15,2	15,2	0,3	0,2	0,9	0,9	0,9	21,7	20,1	45,2	61,6	

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

(4) ver nota (2) da Tabela anterior

(5) ver nota (3) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

tes crescimentos com a evolução de suas relações estruturais vemos que aquele mostrou-se extensivo, sem introdução de no vos padrões produtivos conforme os analisados quanto ao tama nho e a produtividade médios, que apenas se modificaram li geiramente entre 1970 e 1975.

A indústria 14.1 mostrou uma evolução firme no período, com padrões de produtividade crescente a partir de 1970. O tamanho médio medido pela relação PO/ EST permaneceu constan te, enquanto pela relação VTI/EST cresceu, tal como a produ- tividade a partir de 1970.

Uma indústria curiosa neste gênero é a 14.2. Em 1959 , esta era a indústria mais importante do gênero, a qual cor respondiam 46% do pessoal ocupado e 63% do valor da transfor mação industrial do mesmo no Nordeste. Seus cinco estabeleci- mentos contavam, em média, com 146 pessoas ocupadas em 1949, média que caiu acentuadamente em 1970. Em 1975 restava ape nas 1 estabelecimento, enquanto que em 1980 foram identifica- dos quatro. De conclusivo, pode-se afirmar apenas que a in dústria nunca mais teve a importância que registrou em 1959 para o gênero no Nordeste, fato justificado, em parte, pelo descaso com o setor ferroviário no país.

A contrário do que ocorre na estrutura industrial brasi leira, a indústria 14.3 apresenta indicadores de tamanho e produtividade próximos da média do gênero na estrutura nor destina. É notória a ausência de estabelecimentos de montado- ras de veículos automotores do Nordeste, cujas característi- cas divergem amplamente da média dos estabelecimentos brasi leiros⁽⁷⁾.

Finalmente, a indústria 14.8 apresentou marcada involu- ção entre 1959 e 1970, quando o VTI declinou à taxa de -19,5% a.a., e uma recuperação considerável ao longo da déca da de 1970, quando cresceu às taxas de 73,7% a.a., entre 1970 e 1975, e 64% a.a., entre 1975 e 1980. Este desempenho deve encontrar explicação na involução da produção de veículos à

(07) É conhecido no Nordeste o caso do fracassado projeto da Willis-Overland do Brasil, que contaria com a participa- ção dos recursos de incentivos fiscais do mecanismo 34/18

tração animal e na expansão de outros veículos, como carri
nhos para bebês, carrinhos de mão para o transporte de carga,
carrinhos para supermercados e outros.

g - GÊNERO MADEIRA

É composto por sete indústrias, aqui reagrupadas em cin
co: São elas: (15.1 + 15.3) "Desdobramento de Madeira" e "Fa
bricação de Chapas e Placas de Madeira Aglomerada ou Prensa-
da, e de Madeira Compensada, Revestida ou Não com Material
Plástico - inclusive artefatos"; (15.2) "Fabricação de Estru
turas de Madeira e Artigos de Carpintaria"; (15.4) " Fabrica
ção de Artigos de Tanoaria e de Madeira Arqueada"; (15.5 +
15.6) "Fabricação de Artigos Diversos de Madeira" e "Fabrica
ção de Artefatos de Bambú, Vime, Junco ou Palha Trancada -
exclusive Móveis e Chapéus"; e (15.7) "Fabricação de Artigos
de Cortiça". Todos enquadram-se em nossa hipótese de trabalho.

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar a relevância das in
dústrias 15.1 + 15.3 e 15.2, especialmente 15.1 e 15.2 que
respondem por pelo menos 80% dos valores das variáveis analis
adas para o gênero em qualquer dos Censos consultados.

A indústria 15.1 + 15.3 cresceu 11,3% a.a. em termos do
VTI no período como um todo, praticamente ditando o ritmo de
crescimento do próprio gênero. É a indústria que mais cres-
ceu tomada qualquer das variáveis analisadas embora, como po
de ser observado pelos dados da tabela A-II.13, não tenha re
gistrado incrementos no tamanho médio do estabelecimento me
dido pela relação PO/ EST. A relação VTI/ EST denota uma du
plicação de tamanho entre 1970 e 1975 enquanto a produtivida
de aumentou modestamente ao longo de todo o período.

A indústria 15.2 apresenta comportamento análogo à dinâ
mica do setor 15.1 + 15.3, porém registrando taxas de cres
cimento nitidamente diferenciadas entre os subperíodos 1959/
1970, 1970/1975 e 1975/1980; o primeiro e o terceiro de cres
cimento mais modesto, particularmente quanto ao VTI, e o se
gundo com taxas bem maiores. Para as relações estudadas, o
mesmo padrão verificado nas taxas de crescimento se aplica :
o ano de 1970 acusa quedas do tamanho médio e de produtivida

NORDESTE

TABELA A.II.13 - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (EST), DO PESSOAL OCUPADO (PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Madeira. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
15.1 + 15.3	8,5	7,2	11,6	5,1	7,0	12,8	10,4	14,7	9,1	8,1	8,6	11,3
15.2	8,0	3,6	2,6	1,5	3,5	21,2	10,1	12,7	1,1	7,1	7,1	6,5
15.4	4,3	2,3	0,2	(-8,1)	(-4,0)	(-0,1)	0,8	7,0*	11,6*	0,4	1,9*	2,7*
15.5 + 15.6	11,6	2,9	2,2	(-4,7)	11,7	22,0	0,0	2,4*	(-3,0)*	4,7	4,8*	4,9*
15.7	-	-	-
15 (1)	8,5	6,2	8,3	2,5	8,7	17,8	9,8	12,3	5,5	7,3	8,2	9,8

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960,1970,1975,1980, IBGE.

NOTAS: (1) Em 1980, incluiu uma nova indústria "Produção de Carvão-Vegetal e Lenha", que foi eliminada do gênero e reclassificada no gênero de 20-Química, no Grupo 20.44, por motivos de comparabilidade com os demais Censos. A "produção de lenha", classificada nos anos anteriores no Censo Agropecuário, apresentou em 1980 apenas 2 estabelecimentos no país, que hipoteticamente admitimos não se localizarem no Nordeste, e por isto desprezamos aquele resultado. Todos os estabelecimentos registrados em 1980 foram considerados "produtores de Carvão-Vegetal e reclassificados para 20.44, como dito acima.

OBS: (*) O asterisco indica que a taxa calculada estava subestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

(**) Dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.14 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 15 - Madeira. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
15.1 + 15.3	7,6	7,2	7,3	8,8	0,1	0,1	0,2	0,2	13,6	21,3	27,6	21,6
15.2	5,5	3,5	5,4	5,6	0,1	0,1	0,1	0,09	17,6	15,8	26,2	15,6
15.4	1,7	1,6	2,0	3,3*	0,01	0,01	0,01	0,03*	8,1	6,4	7,8	9,6*
15.5 + 15.6	3,7	1,7	4,0	4,9*	0,03	0,01	0,04	0,04*	7,9	7,3	11,4	8,1*
15.7	-	-	...	-	-	-	-	-	-	-
15(3)	6,2	4,9	6,6	7,4.	0,1	0,1	0,2	0,1	14,9	18,5	27,6	20,2

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980, IBGE -

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

de - esta última se reproduziu em 1980.

A indústria 15.4 apresenta o mais fraco desempenho de todo o gênero. Pelas respectivas relações computadas inferiu-se ser a mesma composta por estabelecimentos de pequeno porte, com baixa produtividade da mão-de-obra⁽⁸⁾.

A indústria 15.5 + 15.6 apresenta taxas de crescimento muito semelhantes às da indústria 15.2 mas as relações apresentam menores tamanhos médios e produtividade em termos relativos. A produtividade da mão-de-obra é apenas ligeiramente superior à registrada para o setor 15.4, o que aliás contribui para que o gênero coloque-se como aquele que apresenta o mais baixo índice de produtividade.

Por fim, a indústria 15.7 era inexistente até pelo menos 1970, e apresenta uma única empresa em 1975, com menos de 05 pessoas ocupadas. Em 1980, também não se registraram estabelecimentos nesta indústria.

h - GÊNERO MOBILIÁRIO

O gênero Mobiliário compõem-se de seis indústrias reagrupadas em quatro: (16.1) "Fabricação de Móveis de Madeira, Vime e Junco"; (16.2) "Fabricação de Móveis de Metal ou com Predominância de Metal, Revestidos ou Não com Lâminas Plásticas"; (16.3) "Fabricação de Móveis de Material Plástico" ; (16.4) "Fabricação de Artigos de Colchoaria" e (16.5+16.9) "Fabricação e Acabamento de Artigos Diversos do Mobiliário" e "Fabricação de Móveis e Artigos do Mobiliário não especificados ou não classificados"⁽⁹⁾. Alguns destes setores apresentam problemas de informação, como veremos a seguir.

Pelos dados da tabela A-III.15 pode-se ver o dinamismo das indústrias listadas. De todas, a que mais cresceu foi a 16.2, a qual apresenta taxas de crescimento do VTI de 19% a.a. Possui estabelecimentos de maior tamanho médio em relação à

(08) Uma das mais baixas produtividades registradas em toda a estrutura industrial nordestina no ano de 1975.

(09) Estes três últimos setores correspondiam ao setor "Outros Artigos do Mobiliário" na classificação do Censo de 1960.

(PÓ) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO MOBILIÁRIO.
(1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70		1970/75		1975/80		1959/80				
	EST	PO	VTI	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
16.1	6,3	3,4	7,4	(-9,7)	0,7	7,5	10,3	15,3	2,5	4,4	9,4
16.2(2)	17,4	11,9*	18,8*	(-4,6)	18,5**	7,1	5,6	7,3	9,3	11,9	19,0
16.3(3)	-	-	-	12,5
16.4(4)	8,1	1,8*	2,7*	(-9,2)	(-2,9)**	(-3,1)	12,9**	12,1**	1,0	3,2*	12,4*
16.5+16.9	3,8	29,7	...	7,8	38,0**	56,0**	10,4	10,9*	16,5*
16 (1)	6,7	4,4	8,2	(-9,3)	1,8	6,6	9,0	16,8	2,6	4,9	11,7

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS:

- (1) - As indústrias e grupos listadas no Censo de 1970 foram rearranjadas para efeito de comparabilidade com os demais Censos. Em particular, alguns grupos da indústria 16.5 "Fabricação e Acabamento de Artigos Diversos do Mobiliário" foram reincluídos à indústria 16.1 - "Fabricação de Móveis de Madeira, Vime e Junco", como os grupos "Fabricação de Esqueletos de Madeira para móveis" e "Fabricação de Caixas e Gabinetes de madeira para rádios, televisores, máquinas de costura, fonógrafos, rédios embutidos de madeira" - Inclusive trabalhadores ou artísticos". Transferiu-se ainda para o grupo 16.1 a "Fabricação de Armários Embutidos de Madeira", no Censo de 1970. Valem também as notas (2), (3) e (4) a seguir.
- (2) - Incluiu, a partir de 1975, a "Fabricação de peças e armações metálicas para móveis" classificada no grupo 16.21, e anteriormente no Gênero 11-Metalurgica. Foi impossível compatibilizar esta modificação.
- (3) - A indústria 16.3 - "Fabricação de móveis de material plástico" foi incluída no Gênero a partir de 1975. Anteriormente representava a indústria 23.4, do Gênero 23-Produtos de Matéria Plástica. A inexistência de estabelecimentos desta indústria no Nordeste até 1970, elimina a necessidade de compatibilização dos Censos.
- (4) - Incluiu, a partir de 1970, a "Fabricação de Artigos de Colchoaria de Espuma de Borracha - Inclusive látex", anteriormente classificada no Gênero 18 - Borracha. Foi impossível compatibilizar este modificação entre o Censo de 1960 e os demais.

OBS:

(*) O asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".
 (**) dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.16- Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor d Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 16-Mobiliári (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
16.1	3,9	2,9	5,1	5,7	0,04	0,1	0,1	0,2	10,4	15,7	22,5	28,1
16.2(4)	9,1	8,6*	18,7	16,7	0,1	0,2*	0,8	0,8	13,6	26,2*	45,5	39,4
16.3(5)	-	-	...	4,8	-	-	...	0,1	-	-	...	26,4
16.4(6)	4,6	3,0*	5,0*	9,0*	0,1	0,03*	0,03*	0,6*	10,7	11,7*	66,5*	64,4*
16.5 + 16.9	2,0	...	1,8*	3,9*	0,02	...	0,03*	0,1*	10,0	...	15,1*	28,0*
16 (3)	4,1	3,2	5,7	6,4	0,04	0,1	0,2	0,3	10,5	15,7	28,0	39,5

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

(4) ver nota (2) da Tabela anterior

(5) ver nota (3) da Tabela anterior

(6) ver nota (4) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

estrutura do gênero, especialmente quando aferido pela relação PO/ EST e apresenta índices médios de produtividade (2º no gênero).

A indústria 16.1 apresenta taxas de crescimento mais modestas. Sem dúvida, é o setor mais importante do gênero, contando com 75% do seu VTI e 79% do pessoal ocupado em 1980 , aproximadamente.

As outras indústrias apresentam problemas de informação e por este motivo as respectivas taxas de crescimento acham-se ou subestimadas ou indeterminadas, o que sugere um bom desempenho do setor 16.4 - notadamente no período 70/75 para a variável VTI. Sem embargo, os dados parecem indicar para esta indústria um movimento de concentração, o que seria corroborado pelos aumentos ocorridos no tamanho médio e na produtividade, conforme os dados da tabela A-II.16.

Por curiosidade, cumpre ressaltar a redução geral do número de estabelecimentos existentes no setor, entre 1970 e 1975, sugerindo alterações significativas, especialmente no segmento das pequenas empresas (menos de 5 pessoas ocupadas), onde dos 2680 estabelecimentos existentes em 1970, apenas 1412 são registrados no Censo de 1975. Além disto, e apesar disto, o gênero Mobiliário só apresenta índices de produtividade superiores ao gênero Madeira, sendo também o penúltimo colocado entre os indicadores de tamanho médio.

i - GÊNERO PAPEL E PAPELÃO

Tal como o gênero Mobiliário, o gênero Papel e Papelão é composto de seis indústrias, reagrupadas aqui em quatro : (17.1) "Fabricação de Celulose e de Pasta Mecânica"; (17.2) "Fabricação de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão"; (17.3) "Fabricação de Artefatos de Papel, não associada à Fabricação de Papel"; e (17.4 + 17.5 + 17.9) "Fabricação de Artefatos de Papelão, Cartolina e Cartão, Impressos ou Não, Simples ou Plastificados, não associada à Produção de Papelão, Cartolina e Cartão", "Fabricação de Artigos de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão para Revestimento, não associada à produção de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão", e "Fabricação de Ar

(PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Papel e Papelão. (1950-1970-1975-1980)

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
17.1	(-2,3)	(-4,3)**	1,7**	10,4	2,7*	10,0*
17.2	6,5	0,6*	(-4,3)*	15,2	(-1,6)**	25,3**	(-4,4)	3,1**	(-3,7)**	5,9	0,6*	2,3*
17.3(1)	7,5	(-8,0)*	(-14,9)*	11,2	43,5**	67,1**	10,1	25,6**	47,6**	9,0	10,1	13,9
17.4+17.5+17.9	0,5	(-6,5)*	(-1,1)*	11,2	59,1**	122,1**	10,1	18,8**	31,7**	5,1	12,4	28,4
17(1)	3,7	3,2	(-0,2)	14,4	12,5	30,6	6,2	8,7	21,5	6,8	6,6	11,5

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS: (1) Incluiu, em 1980, a "Fabricação de sacos de papel celofane", anteriormente classificada no gênero 23 - Produtos de Matéria Plástica, no Grupo 23.51. Não foi possível isolar os estabelecimentos respectivos em 1980, para compatibilização deste Censo com os demais.

OBS: (*) O asterisco indica que a taxa calculada estava subestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

(**) Dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo que foi adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.18 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 17 - Papel e Papelão. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
17.1	146,0	-	79,3*	84,7*	2,3	-	4,0*	5,7*	16,1	-	49,9	67,8*
17.2	172,7	184,0*	78,3*	84,7*	9,5	2,9*	8,7*	6,7*	55,3	31,9*	111,0*	78,7*
17.3(3)	33,6	24,0*	40,6*	45,7	2,3	0,2*	2,6*	6,5	69,4	26,9*	355,4*	141,6*
17.4+17.5+17.9	5,3	6,0*	25,7*	26,3	0,1	0,1*	3,0*	5,2	12,1	22,2*	117,8*	197,3
17 (3)	45,3	43,0	39,5	44,1	2,3	1,5	3,0	5,9	51,6	35,8	75,3	131,7

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980, IBGE .

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

tigos Diversos de Fibra Prensada ou Isolante - inclusive Peças e Acessórios para Máquinas e Veículos".

A indústria que mais cresceu no período 1959/80 foi a 17.4 + 17.5 + 17.9, à taxa de 28,4% a.a. em termos do VTI. Esta mesma indústria mostrou uma evolução decidida de suas relações estruturais, especialmente em termos do VTI/EST e do VTI/PO (A primeira aumentou 52 vezes no período).

A indústria 17.3, apresentou também um desempenho digno de nota, tendo registrado taxa de crescimento do VTI de 13,9% a.a. entre 1959 e 1980.

Ambas as indústrias, 17.4 + 17.5 + 17.9 e 17.3 mostraram um vigoroso crescimento na década de 70, em contraste a uma estagnação na década de 60, o que faz sentido à luz do impulso dado ao gênero nos marcos do II PND, 1974/79. A produtividade destas indústrias mostrou-se crescente, ao lado de menores padrões de tamanho médio em termos da relação PO/EST, com relação às demais indústrias.

Mesmo considerando o pouco significado das relações calculadas para 1975 e 1980 para as indústrias 17.1 e 17.2, face à provável superestimação das mesmas, o tamanho médio destas indústrias medido pela relação PO/EST parece ter, em alguma medida, decrescido, enquanto que a produtividade avançou, especialmente para a indústria 17.1, no período. Estas indústrias apresentaram portanto, um crescimento mais extensivo, sem profundas alterações de seus padrões produtivos no caso do Nordeste.

j - GÊNERO BORRACHA

Das seis indústrias que compõem o gênero, restaram três em nosso estudo (tendo sido quatro delas reagrupadas em uma única indústria): (18.1) "Beneficiamento de Borracha Natural"; (18.2) "Fabricação e Recondicionamento de Pneumáticos e Câmaras-de-ar e Fabricação de Material para Recondicionamento de Pneumáticos", e (18.3 + 18.4 + 18.5 + 18.9) "Fabricação de Laminados e Fios de Borracha", "Fabricação de Espuma de Borracha e de Artefatos de Espuma de Borracha - inclusive Látex", "Fabricação de Artefatos de Borracha - exclusive Cal

TABELA A:II:13 = TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (EST), DO PESSOAL OCUPADO (PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO BORRACHA. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
18.1	(-3,6)	2,0*	4,6*	4,6	(-23,2)**	(-47,8)**	112,5	86,8**	331,9**	1,9	10,1	24,3
18.2	14,5	6,0*	3,6*	5,2	29,2**	30,9**	(-2,2)	28,0	11,5	8,1	9,0	15,2
18.3+18.4+18.5+												
18.9(2)	9,8	15,7	3,2	30,8**	125,1**	9,6	6,9*	19,7*
18(1)	11,7	9,0	6,8	7,2	20,8	27,6	(-0,5)	7,1	21,6	7,6	11,3	14,9

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS: (1) Incluiu, em 1960, a "Fabricação de Artigos de Colchoaria de Espuma de Borracha - inclusive Látex" posteriormente classificada no gênero 16-Mobiliário, na indústria "16.4 - Fabricação de Artigos de Colchoaria". Incluiu também, até 1970, a "Fabricação de cateteres e cânulas, posteriormente incluída no gênero 30 - Diversos, no grupo 30.14. Ambas as modificações não puderam ser compatibilizadas entre os Censos Industriais. Vale também o exposto na nota (2) a seguir.

(2) Incluiu, até 1975, a "Produção de Botas de Borracha e Galochas de Borrachas", posteriormente classificada no gênero 25-Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, no Grupo 25.32. Não foi possível isolar os respectivos estabelecimentos de forma a compatibilizar as informações do Censo de 1980 com os de mais.

OBS: (*) O asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

(**) Os asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo que foi adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.20 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos (PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos (VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 18 - Borracha. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
18.1	2,0	5,0*	1,3*	11,4	0,1	0,2*	0,008*	4,7	32,6	42,8*	6,3*	412,7
18.2	10,2	10,0*	15,3	14,2	0,4	0,1*	0,5	1,7	36,5	28,3*	30,5	116,1
18.3+18.4+18.5												
+18.9(4)	29,6	...	8,3*	30,2*	1,1	...	0,2*	0,9*	37,9	...	22,5*	48,3*
18 (3)	11,9	9,1	16,5	23,9	0,4	0,3	0,6	1,7	37,0	29,5	38,9	73,2

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975;

(2) Cr\$ mil de 1975;

(3) ver nota (1) da Tabela anterior;

(4) ver nota (2) da Tabela anterior.

OBS: (*) O asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

çados e Artigos de Vestuário", e "Fabricação de Artefatos Diversos de Borracha, não especificados ou não classificados".⁽¹⁰⁾

No período 1959/1980, apenas a indústria 18.3 + 18.4 + 18.5 + 18.9 apresenta taxas de crescimento subestimadas, e foi justamente esta indústria que apresentou a maior taxa de crescimento do VTI, de 19,7% a.a. Pela necessidade de manutenção da comparabilidade entre os Censos Industriais, corresponde à agregação de quatro indústrias da classificação do IBGE, indústrias estas com padrões estruturais nitidamente distintos entre si. Esta "homogeneização artificial" impõe a predominância de padrões estruturais menos vantajados, oriundo dos estabelecimentos classificados em 18.5 e 18.9. As relações estruturais apresentadas apontaram para menores produtividade média do pessoal ocupado e tamanho médio dos estabelecimentos medido pela relação VTI/EST.

Por outro lado, as indústrias 18.1 e 18.2, mesmo tendo crescido a ritmos inferiores, evoluíram estruturalmente mais do que aquela indústria. Em especial merece destaque a transformação dos padrões produtivos da indústria 18.1, cujo tamanho médio dos estabelecimentos aumentou 47 vezes no período, e a produtividade média quase 13 vezes.

k - GÊNERO COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES

Divide-se em quatro indústrias a 03 dígitos: (19.1) "Segagem, Salga, Curtimento e Outras Preparações de Couros e Peles - inclusive Sub-produtos", (19.2) "Fabricação de Artigos de Selaria e Correaria", (19.3) "Fabricação de Malas, Valises e Outros Artigos para Viagem", e (19.9) "Fabricação de Artefatos Diversos de Couros e Peles - exclusive Calçados e Artigos de Vestuário".

Nas indústrias 19.1 e 19.9 o problema de informação é aceitável, ambos enquadrando-se em nossa hipótese de trabalho.

O gênero Couros e Peles e Produtos Similares é dos que

(10) Em 1960, denominava-se este conjunto de setores de "Outros Artefatos de Borracha".

TABELA A.II.21 - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (EST), DO PESSOAL OCUPADO (PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Couros e Peles. (1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
19.1	(-2,6)	(-6,4)	(-5,5)	2,2	6,4	17,7	1,3	7,9	10,0	(-0,5)	(-0,1)	3,2
19.2	5,4	0,4	(-2,4)	(-16,8)	(-27,2)*	(-13,9)*	2,8	14,9**	15,6**	(-0,9)	(-0,3)*	(-0,1)*
19.3	(-2,1)	(-10,4)*	(-13,6)*	(-87,3)	(-7,7)**	(-1,5)**	(-6,1)	29,4**	43,2**	(-5,7)	(-1,5)*	0,1*
19.9	17,1	1,9	(-6,7)	7,8	23,0	31,1	(-2,2)	(-1,4)	7,0	10,7	5,5	4,5
19	0,7	(-3,5)	(-3,1)	(-6,0)	1,9	14,3	1,1	5,3	7,3	(-0,8)	(-0,1)	3,3

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

OBS: (*) O asterisco indica que a taxa calculada estava subestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

(**) Os asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo que foi adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.22 -Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 19 - Couros e Peles. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
19.1	9,8	7,0	8,0	10,6	0,2	0,1	0,3	0,4	19,8	21,9	36,3	39,9
19.2	2,8	1,6	1,9*	2,3*	0,02	0,01	0,02*	0,03*	7,5	5,5	12,7*	13,1*
19.3	2,8	1,6*	2,0*	9,2*	0,03	0,01*	0,01*	0,1*	9,2	6,2*	8,6*	14,2*
19.9	5,5	1,4	2,4	2,4	0,01	0,01	0,02	0,03	16,7	6,4	8,8	13,7
19	6,9	4,3	6,4	7,8	0,1	0,1	0,2	0,3	17,8	18,6	33,1	36,4

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980,IBGE.

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975;

(2) Cr\$ mil de 1975.

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

menos dinamismo apresentaram na estrutura industrial nor destina nestes 21 anos analisados. 84% dos estabelecimentos registrados no Censo de 1975 possuíam menos de cinco pessoas ocupadas e/ou valor da produção menor que seiscentos e qua renta salários-mínimos.

À exceção da indústria 19.9, todas as demais apresentaram taxas de crescimento negativas do pessoal ocupado no pe ríodo como um todo. Esta indústria, a 19.9, apresentou taxas de crescimento nitidamente diferenciadas, mais elevadas que as das demais.

As relações estruturais calculadas, tanto a PO/EST como a VTI/EST e a VTI/PO mostraram a pouca significância das al terações estruturais das indústrias do gênero, cabendo ape nas distinguir os padrões ligeiramente mais avantajados, em termos tanto de tamanho como de produtividade médios, da in dústria 19.1.

1 - GÊNERO QUÍMICA

Composto de 10 indústrias reagrupadas aqui em oito:
(20.0) "Produtos de Elementos Químicos e de Produtos Quími cos Inorgânicos, Orgânicos e Organo-Inorgânicos - exclusive Produtos Derivados do Processamento do Petróleo, de Rochas Oleíferas, do Carvão-de-Pedra e da Madeira", (20.1) "Fabrica ção de Produtos Derivados do Processamento de Petróleo, de Rochas Oleíferas e do Carvão-de-Pedra", (20.2) "Fabricação de Resinas e de Fibras e Fios Artificiais e Sintéticos, e de Borracha e Látex Sintéticos", (20.3) "Fabricação de Pólvoras, Explosivos, Detonantes, Munição para Caça e Esporte, Fósforos de Segurança e Artigos Pirotécnicos", (20.4) "Produção de Óleos, Gorduras e Cêras Vegetais e Outros Produtos da Destilação da Madeira - exclusive a Refinação de Produtos Alimentares", (20.5 + 20.8 + 20.9) "Fabricação de Concentrados Aro máticos Naturais, Artificiais e Sintéticos - inclusive Mes clas", "Fabricação de Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo", e "Fabricação de Produtos Químicos Diversos", (20.6) "Fabricação de Preparados para Limpeza e Polimento, Desinfe- tante, Inseticidas, Germicidas e Fungicidas", (20.7) "Fabri-

TABELA A.II.23 - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (EST), DO PESSOAL OCUPADO (PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO QUÍMICA. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
20.0(2)	11,1	4,6*	10,5*	7,1	4,1**	35,0**	5,2	32,5	19,6	8,7	10,6	18,1
20.1(3)	20,8	3,8*	16,7*	21,3	(-2,5)**	13,9**	3,5	27,5	31,1	16,6	7,4	19,3
20.2	52,8	3,7	22,9	32,6
20.3(4)	0,9	1,1	12,7	(-9,1)	1,1	(-3,1)	14,7	2,5*	6,2*	...	1,4*	7,2**
20.4(5)	3,2	(-1,0)	(-0,7)	2,7	3,4	12,0	24,4	4,5	5,3	7,7	1,3	3,6
20.5+20.8+20.9(6)	18,0	(-5,1)*	(-4,0)*	11,8	7,7**	16,3**	(-1,7)	6,7**	30,6**	11,0	0,6	8,2
20.6	7,7	2,3*	17,3*	5,7	12,8**	26,5**	(-8,6)	12,6**	34,1**	3,1	0,7	23,2
20.7	8,0	18,4	21,3	10,4	11,0*	24,7*	1,7	17,7**	34,7**	7,0	16,4	25,2
20 (1)	3,9	1,8	9,2	3,6	4,3	17,8	15,7	14,4	19,1	6,5	5,3	13,5

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBCE.

NOTAS

- (1) Incluiu, em 1960, a "Produção de manteiga de cacau" e a "Fabricação de farinhas de peixe, e de ossos, carne e sangue", posteriormente classificadas no Gênero 26 - Produtos Alimentares. Incluiu, até 1970, a "Fabricação de reagentes para análise e corantes para microscopia", posteriormente classificada no Gênero 30 - Diversos, no grupo 30.14. Todas estas modificações não foram possíveis de compatibilizar entre os vários Censos. Valem para o Gênero o exposto nas notas (2), (3), (4), (5) e (6), a seguir.
- (2) A indústria de "Destilação do Alcool" que em 1959 e em 1970 foi classificada no Gênero 27 - Bebidas, foi reincluída nestes anos na Indústria 20.0 para compatibilização com os Censos de 1975 e 1980. Incluiu, até 1978, a "Produção de gás obtido em alto-forno" e a "Produção de Ácido Acetil-Salicílico (Aspirina)", que em 1980 foram classificadas, respectivamente, nos Gêneros 11 - Metalúrgica, no grupo 11.01, e 21 - Produtos Farmacêuticos e Veterinários, no grupo 21.11; ambas não puderam ser compatibilizadas entre os Censos.
- (3) Incluiu, até 1970, a "Sinterização ou Pelotização do Carvão-de-Pedra e Coque", posteriormente classificada no Gênero 00 - Extrativa de Minerais, no grupo 00.52. Esta modificação não pôde ser compatibilizada entre os Censos, mas no caso não acarreta problemas de compatibilidade, pela inexistência de estabelecimentos destes produtos no país até 1970.
- (4) Incluiu, até 1975, a "Produção de munições para armas de fogo, classificada em 1980, no gênero 12 - Mecânica, nos grupos 12.92 e 12.94. A inexistência de estabelecimentos ali incluídos no Nordeste implica na inexistência de problemas de compatibilidade face à esta modificação.
- (5) Incluiu, a partir de 1975, a "Fabricação de Glicerina de origem animal e vegetal", anteriormente incluída no Gênero 22 - Perfumaria, sabões e velas, como o grupo 22.23, que não pôde ser compatibilizada entre os Censos. Entretanto, esta indústria não registrou nenhum estabelecimento no Nordeste no Censo de 1970. Incluiu, até 1975, a "Produção de Carvão-Vegetal", posteriormente incluída no Gênero 15 - Madeira, no grupo 15.81. Por motivos de comparabilidade, reintroduziu-se os estabelecimentos ali registrados no Censo de 1980 na Indústria 20.4.
- (6) Incluiu, até 1975, a "Produção de Pó Calcáreo (corretivo do solo)", a "Produção de óleos ou pastas intermediários para de tergentes e sabões, sulfonados ou não" e a "Produção de Caseína", classificadas em 1980, respectivamente, nos gêneros 10 - Produtos de Minerais não Metálicos, no grupo 10.81, 22 - Perfumaria, Sabões e Velas, no grupo 22.21, 26 - Produtos Alimentares, no grupo 26.42. As três modificações não puderam ser compatibilizadas entre o Censo de 1980 e os demais.

ORIS:

(*) - O asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas"

(**) - Os dados anteriores indicam que não confluíram o efeito líquido na incidência do critério do sigilo adotado pelo IBCE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.24 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos (PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos (VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 20 - Química (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
20.0(4)	49,9	33,8*	26,4	73,8	2,0	2,4*	6,9	11,5	39,2	71,1*	260,3	156,3
20.1(5)	976,5	268,1*	76,5	199,6	80,6	79,9*	49,5	81,5	82,5	298,0*	646,6	408,3
20.2	-	...	94,9	197,2	-	...	21,7	66,0	-	...	228,7	334,5
20.3(6)	5,8	6,7	11,8	9,0*	0,1	0,3	0,5	0,5*	16,4	53,7	43,6	52,0*
20.4(7)	31,3	22,6	21,1	8,7	1,9	1,2	2,0	0,8	60,4	62,2	32,8	96,5
20.5+20.8+20.9	166,4	27,6*	19,4*	25,4	23,0	2,6*	4,5*	16,1	138,3	157,1*	231,2*	625,3
20.6	17,9	16,9*	18,6*	46,6	0,2	0,4*	1,4*	8,3	9,4	42,1*	74,5*	178,3
20.7	9,2	29,5	45,9*	58,6	0,6	2,0	6,4*	16,1	60,3	78,6	140,4*	275,7
20 (3)	31,0	24,7	25,6	24,2	1,8	3,0	5,8	6,7	57,0	123,3	226,7	277,9

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE -

- NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975 (5) ver nota (3) da Tabela anterior
 (2) Cr\$ mil de 1975 (6) ver nota (4) da Tabela anterior
 (3) ver nota (1) da Tabela anterior (7) ver nota (5) da Tabela anterior
 (4) ver nota (2) da Tabela anterior (8) ver nota (6) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

cação de Tintas, Esmaltes, Lacas, Vernizes, Impermeabilizantes, Solventes e Secantes".

A indústria 20.3, apresentou problemas, estando omitidas as informações de mais de 20% dos estabelecimentos listados nestes setores, no que se refere ao período 1959/1980. As demais indústrias não apresentaram problemas no mesmo período.

Em termos de dinamismo da produção, as indústrias 20.0, 20.1, 20.6 e 20.7 foram as que mais se destacaram. Estas duas últimas na verdade mais que dobraram sua capacidade produtiva a cada quatro anos, aproximadamente. Num ritmo intermediário, mas não menos importante em termos de estrutura do gênero, estarão as indústrias 20.0 e 20.1 E, por fim, poderíamos classificar as demais indústrias a um nível menor de ritmos de crescimento, com a possível exceção do setor 20.2. Este surge na estrutura do gênero em 1970 e apresenta um crescimento muito significativo em termos do VTI no período 1975/80: 36,2% a.a. De três estabelecimentos em 1970, passou a contar com 25 em 1975, e 30 em 1980.

O gênero Química, de 1959 até 1975, foi o segundo maior da indústria nordestina, abocanhando frações crescentes do VTI total. Em 1980, entretanto, supera os demais, colocando-se em 1º lugar, com 1/4 do VTI total.

As relações calculadas para as indústrias do gênero Química, conforme dados da tabela A-II.24, evidenciam sua heterogeneidade e as significativas transformações estruturais ocorridas no período.

As indústrias 20.1, 20.4 e 20.5 + 20.8 + 20.9 apresentaram quedas acentuadas de tamanho médio, quer medido pela relação PO/ EST ou pela relação VTI/ EST. (a exceção, neste último caso, da indústria 20.1). Entretanto, o aumento da produtividade foi bastante significativo multiplicando-se por cinco vezes para 20.1, e por quatro vezes e meia para 20.5 + 20.8 + 20.9.

Nas demais indústrias, o tamanho médio aumentou em ambas as relações, VTI/ EST ou PO/ EST; a produtividade caminhou no mesmo sentido, embora registrando um aumento mais vigoroso para o setor 20.6.

Quanto à produtividade e sua situação em 1980, foi possível distinguir as indústrias 20.3 e 20.4, com níveis inferiores às demais, as 20.0 e 20.6 com níveis superiores, mas inferiores à da média do gênero, as 20.2 e 20.7 próximas à da média do gênero, e por último, as das indústrias 20.1 e 20.5 + 20.8 + 20.9 com níveis substancialmente mais elevados. De qualquer forma, o gênero Química apresentou os mais elevados índices de produtividade e de tamanho médio (pela relação VTI/EST) de toda a indústria nordestina em 1980.

m - GÊNERO PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS

É composto por uma única indústria (21.1) "Fabricação de Produtos Farmacêuticos e Veterinários". Não há problema de informação.

Como se pode ver na tabela A-II.25 entre 1959 e 1980, o gênero 21.1 apresentou redução absoluta do número de estabelecimentos: quase que um estabelecimento fechado a cada dois anos e meio, em média. Apesar disto, o pessoal ocupado expandiu-se à taxa média anual de 5,6% a.a., e o VTI à taxa de 11,5% a.a.

As relações constantes da tabela A-II.26 mostram um aumento contínuo do tamanho médio, quer medido pela relação VTI/ EST ou PO/ EST, e um aumento da produtividade, ao que parece mais vigoroso entre 1959 e 1970.

n - GÊNERO DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS

Compreende três indústrias: (22.1) "Fabricação de Produtos de Perfumaria"; (22.2) "Fabricação de Sabões, Detergentes e Glicerina"; (22.3) "Fabricação de Velas". As taxas de crescimento calculadas estão subestimadas, no caso da primeira indústria, no período 1959/80. Apesar disto, esta foi a indústria que apresentou maior dinamismo no gênero em termos de VTI, e também as maiores relações de tamanho e produtividade médios no ano de 1980, ao que indicam os valores apresentados na tabela A-II.28, reconhecidamente superestimados.

A indústria 22.2, em contraste, apresentou a menor taxa

(PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Produtos Farma-
cêuticos e Veterinários. (1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70		1970/75		1975/80		1959/80					
	EST	PO	VTI	PO	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI		
21.1 (1)	(-2,6)	0,5	9,7	(-0,0)	12,9	14,5	2,4	9,9	12,8	(-0,8)	5,6	11,5
21(1)	(-2,6)	0,5	9,7	(-0,0)	12,9	14,5	2,4	9,9	12,8	(-0,8)	5,6	11,5

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS:

(1) - Incluiu, em 1980, a "Produção de ácido acetil-salicílico (Aspirina)", anteriormente classificada no Gênero 20-Química, no grupo 20.01. Não foi possível isolar os respectivos estabelecimentos em 1980 (se porventura existissem no Nordeste), para compatibilização deste Censo aos demais.

NORDESTE

TABELA A.II.26 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 21 - Produtos Farmacêuticos e Veterinários. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
21.1(3)	12,5	17,6	32,4	46,1	0,3	0,9	1,9	3,1	21,4	55,7	59,7	67,8
21 (3)	12,5	17,6	32,4	46,1	0,3	0,9	1,9	3,1	21,4	55,7	59,7	67,8

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980, IBGE .

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$. mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

(PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Produtos de
Perfumaria, Sabões e Velas. (1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70		1970/75		1975/80		1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
22.1	1,4	5,2	(-4,9)	(-6,3)**	(-2,7)**
22.2 (1)	(-0,9)	(-7,7)*	(-5,3)*	(-3,5)	10,8**	33,4**	(-1,1)	5,9**	4,0**
22.3	(-3,3)	(-14,1)**	(-11,0)*	12,2	67,7**	71,9**	7,5	4,6**	7,4**

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980 IBGE

NOTAS:

(1) - Incluiu, até 1970, a "Fabricação de Glicerina de origem animal e vegetal", posteriormente classificada no Gênero 20-Química, no grupo 20.43. A inexistência de estabelecimentos ali incluídos até 1970 implica na ausência de problemas de comparabilidade. Incluiu também, em 1980, a "Produção de óleos ou pastas intermediários para detergentes e sabões, sulfonados ou não", classificada anteriormente no Gênero Química, no grupo 20.93, sendo impossível compatibilizar esta modificação entre os Censos Industriais.

OBS: (*) o asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas"
(**) dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo que foi adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.28 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos (PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos (VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 22 - Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
22.1	8,0	...	50,0*	36,0*	0,2	...	10,5*	9,2*	20,0	...	210,0*	254,6*
22.2(3)	6,9	6,2*	9,1*	10,5	0,2	0,1*	1,0*	1,1	32,9	43,9*	111,6*	102,0
22.3	9,4	7,7*	30,5*	10,6	0,3	0,1*	1,6*	1,0	34,5	47,7*	54,1*	10,7
22(3)	6,1	5,7	10,0	12,1	0,2	0,3	1,0	1,2	32,7	50,5	98,7	96,2

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS: (1) Cr\$ Milhões de 1975

(2) Cr\$ Mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

de crescimento do VTI, acompanhada de taxas negativas de crescimento do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado. Este padrão de crescimento implicou em substantivas transformações estruturais desta indústria.

Já a indústria 22.3 apresentou crescimento extensivo, com algum aumento no tamanho médio dos estabelecimentos, mas com queda da produtividade média.

Os dados das tabelas A-II.27 e A-II.28 mostram o sub-período 1959/1970 como uma fase difícil para as indústrias do ramo, marcada por taxas negativas de crescimento das variáveis analisadas, especialmente para as duas últimas indústrias.

o - GÊNERO PRODUTOS DE MATÉRIA PLÁSTICA

Em face da alteração substantiva em sua classificação industrial ocorrida entre os Censos de 1960 e 1970, não foi possível compatibilizar os mesmos de forma a obter-se as taxas de crescimento e as relações respectivas. Portanto, fica prejudicada a análise da dinâmica deste gênero no período 1959/1980, que foi, como vimos, o mais dinâmico de toda a estrutura industrial nordestina neste mesmo período.

Entretanto, os dados para os sub-períodos 1970/1975 e 1975/1980 estão presentes na tabela A-II.29, apesar de todas as taxas de crescimento médio anual das variáveis selecionadas encontrarem-se fora dos padrões admitidos em nossa hipótese de trabalho, apresentada no Apêndice "Considerações Metodológicas".

O gênero foi aqui subdividido em seis indústrias: (23.1) "Fabricação de Laminados Plásticos"; (23.2) "Fabricação de Artigos de Material Plástico para Usos Industriais"; (26.3) "Fabricação de Artigos de Material Plástico para Usos Doméstico e Pessoal - exclusive Calçados, Artigos do Vestuário e de Viagem"; (26.5) "Fabricação de Artigos de Material Plástico para Embalagem e Acondicionamento, Impressos ou Não"; (23.6) "Fabricação de Manilhas, Tubos, Canos e Conexões de Material Plástico para Todos os Fins"; e (23.7 + 23.9) "Fabricação de Artigos de Material Plástico Não Especificados ou Não Classi

(PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Produtos de
Materia Plástico (1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
23.1	21,7	5,7**	67,5**	13,4	33,3**	12,0**
23.2	32,0	0,0	(-9,7)*	(-12,4)*
23.3	(-9,7)	3,1
23.5 (3)	14,9	60,0**	61,0**	12,9	32,3**	48,7**
23.6	3,1	5,2	12,2**	27,6**
23.7+23.9	0,0	29,7
23(1) (2)	29,6	30,1	38,7	11,3	24,2	50,2	12,0	19,3	23,1	20,7	26,0	37,4

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE

NOTAS:

- (1) - Foi impossível compatibilizar a classificação adotada ao nível de indústrias do Censo de 1960 com a adotada nos demais Censos.
- (2) - Incluiu, até 1970, a indústria "23.4-Fabricação de Móveis de Material Plástico", posteriormente incluída no Gênero 16-Mobiliário, como a indústria 16.3. Pela inexistência de estabelecimentos desta indústria no Nordeste até 1970, não há problema de compatibilização.
- (3) - Incluiu, até 1975, a "Fabricação de Sacos de papel celofane", classificada em 1980 no Gênero 17-Papel e Papelão, no Grupo 17.32. Não foi possível isolar os respectivos estabelecimentos em 1980 para compatibilização com os demais Censos.

OBS: (*) o asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas"

(**) dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo que foi adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.30. -Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor c Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 13 - Produto de Matéria Plástica. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	(3) 1970	1975	1980	1959(3)	1970	1975	1980	1959(3)	1970	1975	1980
23.1	...	51,5*	27,2*	44,0	...	1,9*	10,1*	6,8	...	37,2*	371,1*	155,5
23.2	26,1	19,1*	2,9	1,8*	111,4	96,1*
23.3	...	27,0*	...	25,8*	...	0,6*	...	0,7*	...	23,3*	...	26,7*
23.5(5)	...	14,4*	36,6*	63,2	...	0,6*	1,5*	4,6	...	39,0*	40,2*	72,0
23.6	111,4*	164,8*	13,2*	54,0*	118,9*	226,3*
23.7 + 23.9	14,9	1,5	99,1
23 (3)(4)	22,0	23,0	39,7	55,1	0,4	0,8	3,6	5,8	17,3	35,1	90,7	106,1

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980, IBGE .

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

(4) ver nota (2) da Tabela anterior

(5) ver nota (3) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndic "Considerações Metodológicas".

ficados".

O dinamismo das indústrias do ramo fica evidente pelas problemáticas taxas apresentadas na tabela A-II.29, cabendo ressaltar a indústria 23.5.

As relações estruturais evidenciam também significativas alterações entre 1970 e 1980 mas, como as taxas de crescimento, não se torna possível ressaltar as relações para cada indústria isoladamente. Em termos de tamanho e produtividade médios uma indústria parece se destacar: a 23.6.

p - GÊNERO TÊXTIL

Tradicional gênero industrial do Nordeste, é composto pelos seguintes setores: (24.1) "Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais, Artificiais e Sintéticas, e de Matérias Têxteis de Origem Animal, Fabricação de Estôpa, de Materiais para Estofos e Recuperação de Resíduos Têxteis"; (24.2) "Fiação, Fiação e Tecelagem e Tecelagem"; (24.3) "Malharia e Fabricação de Tecidos Elásticos"; (24.4) "Fabricação de Artigos de Passamaria, Fitas, Filôs, Rendas e Bordados"; (24.5) "Fabricação de Tecidos Especiais"; (24.6) "Acabamento de Fios e Tecidos, não Processados em Fiações e Tecelagens" e (24.9) "Fabricação de Artefatos Têxteis produzidos nas Fiações e Tecelagens".

À exceção dos setores 24.9, 24.2 e 24.1 (no período 1959/1980) todos os outros possuem problemas de informação, ou inexitem na estrutura do ramo na Região.

Apesar da "desinformação", pode-se notar dois padrões distintos de crescimento, conforme os sub-períodos estudados. Entre 1959 e 1970 o desempenho dos setores foi bastante modesto, tendo os estabelecimentos das indústrias 24.1 e 24.2, as mais importantes do gênero, dispensado mão-de-obra. Mesmo em termos de VTI, o desempenho destas indústrias foi bastante fraco, como evidenciam os dados da tabela A-II.31.

Nos sub-períodos 1970/1975 e 1975/1980, percebe-se uma alteração neste padrão de crescimento. Embora, como já afirmamos, os dados devam ser interpretados com cautela, percebe-se a presença de taxas de crescimento mais elevadas nestes

(PO) É DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO TÊXTIL.
(1959-1970-1975-1980)

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
24.1(1)	(-4,5)	(-6,3)*	(-5,8)*	4,6	13,1**	36,3**	3,1	4,8	11,1	(-0,6)	0,7	7,0
24.2	0,5	(-5,0)	(-5,7)	17,3	(-3,0)*	23,6*	1,9	8,7**	31,3**	4,6	(-1,4)	8,8
24.3	1,3	36,1**	155,1**	(-2,6)	11,8**	18,3**
24.4	20,1	17,7**	35,2**	(-4,4)	14,1**	40,5**
24.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24.6	77,3	(-9,7)	1,7**	17,8**
24.9	(-8,9)	(-0,1)	1,3	7,6	(-12,9)	6,7	0,9	15,0	26,8	2,9	(-0,3)	7,5
24 (1)	(-6,5)	(-3,7)	(-2,0)	8,2	1,4	25,4	1,4	7,5	17,6	(-1,3)	(-0,2)	8,5

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE.

NOTAS:

(1) - Incluiu, em 1959, a "Fabricação de Alpargatas (calçados de fibras)", posteriormente classificados no Gênero 25 - Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, no grupo 25.31. Não foi possível compatibilizar esta modificação entre os Censos Industriais.

OBS: (*) O asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas"

(**) dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo que foi adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.32 -Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor d Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 24 - Têxtil. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
24.1(3)	17,0	18,3*	21,3	22,2	0,8	0,7*	2,7	3,8	47,3	50,1*	127,3	170,6
24.2	749,5	442,2	199,1*	226,5	10,7	5,3	8,7*	25,6	14,2	13,1	43,9*	112,9
24.3	-	16,3*	22,9*	36,4*	-	0,1*	2,1*	4,3*	-	3,9*	91,1*	119,3*
24.4	-	28,3*	27,4*	46,3	-	0,2*	0,6*	2,6	-	10,0*	20,1*	56,9
24.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24.6	-	...	87,4*	142,7*	-	...	2,1*	7,1*	-	...	23,6*	49,1*
24.9	8,8	29,5	9,1	16,6	0,1	0,3	0,3	1,0	13,1	13,3	36,8	59,9
24(3)	40,6	56,4	40,7	50,7	0,7	1,1	2,4	5,0	16,9	20,3	59,0	99,4

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970, 1975,1980, IBGE .

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

últimos sub-períodos. As indústrias 24.1 e 24.2 cresceram a taxas superiores aos 10% a.a. em relação ao VTI nestes sub-períodos. E, vale ressaltar, a indústria 24.2 passou por um processo de profundas transformações estruturais, o que explica a dispensa de pessoal ocupado no período 1959/1975.

No período como um todo a indústria 24.2 mostrou um incremento razoável do VTI, 8,8% a.a., acompanhado de uma expansão modesta do número de estabelecimentos (4,6% a.a.) e uma perda líquida de pessoal ocupado, à taxa de -1,4% a.a. A indústria 24.9 apresentou padrões de crescimento semelhantes e a indústria 24.1 idem, mas com decréscimo do número de estabelecimentos e ligeiro acréscimo de pessoal ocupado.

As relações calculadas é que podem explicar melhor os padrões de crescimento verificados. Em termos de produtividade os ganhos foram significativos para todas as indústrias. Em particular, a indústria 24.2 teve sua produtividade média aumentada em oito vezes, no período 1959/80, e a indústria 24.3, apesar do problema de informação, em 30 vezes apenas entre 1970 e 1980.

Em termos do tamanho médio medido pela relação PO/EST, a única indústria com relação declinante foi a 24.2, enquanto nas demais esta relação cresceu pouco ou permaneceu inalterada. Já para a relação VTI/EST, todas as indústrias apresentaram um crescimento respeitável no período.

As indústrias do gênero tiveram, portanto, seus padrões estruturais produtivos modificados ao longo do período, e estas transformações mostraram-se mais profundas na indústria mais importante do setor, a 24.2.

q - GÊNERO VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDO

As indústrias (25.1 + 25.6) "Confecção de Peças Interiores do Vestuário, Roupas e Agasalhos" e "Confecção de Roupas e Acessórios Profissionais e para Segurança Industrial" ; (25.2) "Fabricação de Chapéus"; (25.3) "Fabricação de Calçados para Homens, Mulheres e Crianças"; (25.4) "Fabricação de Acessórios do Vestuário"; (25.5 + 25.7) "Confecção de Artefatos Diversos de Tecido - Exclusive os Produzidos nas Fiações

TABELA A.II.33 - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (EST), DO PESSOAL OCUPADO (PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido. (1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
25.1+25.6(2)	6,8	12,2	14,1	5,5	19,4	36,0	10,2	17,5	30,2	7,3	15,1	22,8
25.2	3,8	(-12,0)*	(-22,0)*	2,3	62,4**	141,7**	12,3	5,2**	10,9**	5,4	6,3*	11,0*
25.3(3)	(-5,3)	(-3,9)=	(-0,1)	4,4	6,9	22,2	(-1,2)	7,5	30,0	(-2,1)	1,3	11,6
25.4	3,6	(-0,8)	(-8,5)	(-3,8)	19,4*	(-4,6)*	23,3	51,0**	60,0**	6,1	4,1	5,6
25.5+25.7(4)	29,7	45,3*	75,1*	17,4	37,0**	80,2**	(-7,8)	3,1	4,9	16,8	32,0	56,6
25 (1)	(-2,2)	3,0	8,4	4,9	16,0	33,7	4,0	13,6	23,0	0,9	8,4	17,4

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IBGE

NOTAS:

- (1) - Vale para o total do Gênero o exposto nas notas (2), (3) e (4), a seguir
 (2) - Incluiu, a partir de 1975, a "Confecção de Óculos Protetores para Trabalhos Industriais", anteriormente classificada no Gênero 30-Diversos, no grupo 30.01, sendo impossível compatibilizar esta modificação entre os Censos Industriais.
 (3) - Incluiu, a partir de 1970, a "Fabricação de Alpargatas (calçados de fibras)", anteriormente classificada no Gênero 24 - Têxtil, na indústria 24.1, modificação que não foi possível compatibilizar entre os Censos Industriais. Incluiu também em 1980, a "Produção de Botas de Borracha e Galochas de Borracha", anteriormente incluída no Gênero 18-Borracha, no grupo 18.51. Também esta modificação não foi possível compatibilizar.
 (4) - Incluiu, a partir de 1975, a "Confecção de Capas e Capotas, revestidas ou não de material plástico para veículos", anteriormente classificada no Gênero 14-Material de Transporte, na Indústria 14.9. Também esta modificação não foi possível compatibilizar entre os Censos Industriais.

OBS: (*) o asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas"
 (**) dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do sigilo que foi adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas"

NORDESTE

TABELA A.II.34 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor de Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 25 - Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecido. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
25.1+25.6(4)	12,2	22,6	40,3	53,3	0,2	0,4	1,6	3,5	16,8	20,2	38,8	65,5
25.2	3,0	1,5*	6,7*	5,4*	0,04	0,002*	0,2*	0,2*	14,6	3,9*	28,3*	36,9*
25.3(5)	5,4	6,5	7,3	11,1	0,1	0,1	0,2	0,9	10,5	16,1	31,4	81,4
25.4	8,2	5,4	3,9*	6,3	0,2	0,1	0,1*	0,2	25,5	10,5	24,4*	32,6
25.5+25.7(6)	2,0	12,8*	18,2	28,6	0,005	0,1*	1,2	2,1	2,3	17,5*	68,8	74,8
25(3)	6,2	10,9	18,1	28,1	0,1	0,2	0,7	1,6	10,8	18,9	38,5	57,4

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960, 1970, 1975, 1980 IBGE

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

(4) ver nota (2) da Tabela anterior

(5) ver nota (3) da Tabela anterior

(6) ver nota (4) da Tabela anterior

1 - Cr\$ milhões

2 - Cr\$ mil

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

e Tecelagens" e "Tingimento, Estamparia e Outros Acabamentos em Roupas"; compõem o referido gênero. Destas indústrias, apenas a 25.2 apresenta problemas de informação no período como um todo.

O desempenho da indústria 25.5 + 25.7 foi o melhor do gênero. Por outro lado, o dinamismo do setor 25.1 + 25.5 também foi bastante expressivo, tendo crescido à taxa de 22,8% a.a. aproximadamente, em termos do VTI. O setor 25.4, ao contrário, teve um desempenho modesto em termos de VTI no período 1959/80, mas com padrões distintos nos respectivos sub-períodos, muito mais vigoroso no terceiro que no primeiro e segundo sub-períodos.

As relações calculadas ajudam a caracterizar melhor os diversos setores. De fato, a indústria 25.1 + 25.6 apresentou tamanho médio superior ao das demais tanto da relação PO/ EST, como da relação VTI/ EST, sendo ambas crescentes no período. A produtividade média da indústria encontrou-se ligeiramente acima de outras indústrias do gênero, exceção feita às indústrias 25.3 e 25.5 + 25.7.

O setor 25.5 + 25.7 teve seu desempenho confirmado pela mudança nos padrões de tamanho e produtividade médios, que foi expressiva. A relação de produtividade salta de 2,3 mil cruzeiros de 1959, para 74,8 mil cruzeiros, de 1975, por pessoa ocupada em 1980.

As demais indústrias apresentaram crescimento do tamanho (em qualquer dos dois indicadores) e da produtividade médios, só que mais modestos. A exceção ficou por conta do setor 25.4, com queda do tamanho médio (em termos da relação PO/EST).

r - GÊNERO PRODUTOS ALIMENTARES

São as seguintes as indústrias que compõem o gênero Produtos Alimentares: (26.0) "Beneficiamento, Moagem, Torrefação e Fabricação de Produtos Alimentares"; (26.1) "Refeições Conservadas, Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais, Fabricação de Doces - Exclusive de Confeitaria e Preparação de Especiarias e Condimentos"; (26.2) "Abate de Animais em

(PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDUSTRIAS DO GENERO PRODUTOS ALIMENTARES. (1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
26.0 (2)	2,4	6,5	5,9	1,2	6,6	12,2	2,9	4,9	11,9	2,2	6,1	8,8
26.1	6,8	(-1,0)	(-2,3)	7,5	11,6	30,1	0,7	10,8	23,7	5,5	4,6	10,6
26.2	(-3,6)	(-2,4)	7,3	16,6	16,0	15,9	6,5	10,9	1,4	3,7	4,8	7,9
26.3	(-17,3)	(-8,0)	8,3	(-3,0)	18,0	22,7	17,0	16,7	(-2,0)	(-6,7)	3,3	9,0
26.4 (3)	2,2	6,5	12,8	(-4,0)	3,0	9,8	0,9	1,4	15,0	1,3	4,4	12,6
26.5	13,2	1,9	5,6	(-15,1)	(-2,3)	15,4	0,2	2,6	0,6	2,6	1,1	6,6
26.6	(-3,6)	(-11,5)*	1,7*	2,4	26,8**	38,3**	(-4,0)	(-6,1)**	(-5,6)**	(-2,3)	(-2,2)*	7,5*
26.7	3,6	1,7	3,3	0,2	8,6	13,4	4,0	6,6	9,2	2,8	4,5	7,0
26.8	(-14,5)	(-2,1)	(-0,3)	10,6	9,7	19,3	31,3	17,3	22,5	0,7	5,0	9,2
26.9 (4)	9,4	15,9	21,1	(-0,1)	0,5	18,8	(-2,9)	9,9	13,3	4,0	10,1	18,7
26 (1)	2,6	2,7	6,8	0,3	4,7	13,2	4,0	5,7	5,7	2,4	3,9	8,0

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960, 1970, 1975, 1980 IBGE

NOTAS:

- (1) - Vale para o Gênero o exposto nas notas (2), (3) e (4) a seguir
 - (2) - Incluiu, a partir de 1970, a "Fabricação de Farinhas de Peixe e de Ossos, Carne e Sangue", anteriormente classificada no Gênero 20-Química. Não foi possível isolar os respectivos estabelecimentos em 1959 para compatibilização do Censo de 1960 aos demais.
 - (3) - Incluiu, em 1980, a "Produção de Caseína", anteriormente classificada no Gênero 20-Química, no grupo 20.91. Incluiu também, até 1975, os "Serviços de Resfriamento do Leite", posteriormente classificado no Gênero 31-Atividades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial. Ambas as modificações não puderam ser compatibilizadas entre os Censos Industriais.
 - (4) - Incluiu, a partir de 1970, a "Produção de Manteiga de Cacau", anteriormente classificada no Gênero 20-Química, sendo impossível compatibilizar esta alteração entre os Censos Respectivos.
- OBS: (*) o asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas"
- (**) dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério que foi adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas"

NORDESTE

TABELA A.II.36 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor de Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 26 - Produtores Alimentares. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
26.0(4)	5,1	7,9	10,2	11,3	0,2	0,3	0,4	0,6	33,8	31,8	41,2	57,0
26.1	23,8	11,1	13,6	19,9	0,4	0,2	0,5	1,2	18,3	15,8	34,4	59,6
26.2	5,1	6,0	5,7	7,0	0,1	0,3	0,3	0,2	16,9	50,9	50,8	32,5
26.3	3,6	14,1	34,9	31,9	0,04	0,8	2,9	1,1	11,6	69,5	84,4	35,4
26.4(5)	4,0	6,4	8,0	7,6	0,1	0,2	0,4	0,7	17,7	33,2	45,8	85,7
26.5	135,4	43,5	90,3	98,4	2,1	1,0	4,8	4,8	15,8	23,3	53,7	48,7
26.6	16,6	12,0*	30,1*	23,3*	0,1	0,3*	1,8*	1,4*	8,4	38,8*	59,9*	61,7*
26.7	4,2	3,4	5,3	5,9	0,1	0,1	0,1	0,1	14,8	17,5	21,8	24,6
26.8	6,4	30,4	29,0	15,6	0,2	1,0	1,5	1,0	27,9	33,8	51,4	63,7
26.9(6)	5,2	10,1	10,2	19,2	0,2	0,5	1,2	2,6	31,5	51,2	118,4	137,7
26(3)	8,3	8,4	10,4	11,3	0,2	0,2	0,5	0,5	19,3	29,6	43,7	43,8

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980 IBGE

NOTA: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

1 - Cr\$ milhões

2 - Cr\$ mil

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

Matadouros, Frigoríficos e Charqueadas, Preparação de Conservas de Carne e Produção de Banha de Porco e de Outras Gorduras Comestíveis de Origem Animal"; (26.3) "Preparação do Pescado e Fabricação de Conservas do Pescado"; (26.4) "Preparação do Leite e Fabricação de Produtos de Laticínios"; (26.5) "Fabricação e Refinação de Açúcar"; (26.6) "Fabricação de Balas, Caramelos, Pastilhas, Dropes, Bombons e Chocolates etc. - Inclusive Gomas de Mascar"; (26.7) "Fabricação de Produtos de Padaria, Confeitaria e Pastelaria"; (26.8) " Fabricação de Massas Alimentícias e Biscoitos"; (26.9) "Preparação e Fabricação de Produtos Alimentares Diversos - Inclusive Rações Balanceadas e Alimentos Preparados para Animais".

Dentre todas estas indústrias, apenas a 26.6 apresenta problema de informação: as variáveis informadas correspondem a menos de 80% do número de estabelecimentos registrados na mesmo no período 1959/80.

A totalidade das indústrias mostrou um crescimento firme no período analisado, porém com taxas modestas na maioria delas. De uma maneira geral, o período 1970/75 apresenta taxas de crescimento médio anual mais significativas, exceção feita às indústrias 26.4, 26.8 e 26.9. Esta última registrou as mais altas taxas de crescimento do respectivo gênero em todo o período analisado, de 18,7 a.a. para o VTI. As indústrias que menos cresceram foram a 26.7 e a 26.5, a última sabidamente tradicional e de grande importância na estrutura industrial nordestina.

Em termos estruturais, algumas considerações interessantes podem ser percebidas. As indústrias 26.0, 26.2 e 26.7 apresentaram pequenas modificações quanto à relação tamanho médio, especialmente no que tange a relação PO/EST, ganhos apenas razoáveis de produtividade, maiores, em geral, no período 1959/70. Incorporaram, portanto, pequenas modificações estruturais. A indústria 26.1 mostrou uma queda significativa da relação PO/ EST no período 1959/70, que se estabiliza no período seguinte. A mesma queda foi verificada para a relação VTI/ EST, porém acompanhada por um crescimento seguro da mesma, conforme o registrado para os anos de 1975 e 1980. Por seu turno, a produtividade caminhou firme a partir de

1970.

Já a indústria 26.3 registrou aumentos significativos de tamanho médio dos estabelecimentos, tanto pela relação PO/EST quanto VTI/EST, e um aumento modesto em termos de produtividade, que foi multiplicada por aproximadamente 3,5 vezes no período 1959/80. De outro lado, a indústria 26.4 mostrou uma evolução mais modesta quanto ao tamanho médio dos estabelecimentos e expressiva quanto à produtividade média dos estabelecimentos, que saltou de 17,7 mil cruzeiros de 1975 em 1959 para 85,7 mil cruzeiros do mesmo ano em 1980, ou seja, multiplicou-se cerca de cinco vezes.

A indústria 26.5 é seguramente a de características mais diferenciadas dentre todas as outras do gênero no Nordeste. Sua evolução apontou para uma queda abrupta do tamanho médio entre 1959 e 1970, e uma recuperação em 1975 e 1980, que se fez mais forte em termos da relação VTI/EST do que da relação PO/EST. Tanto para uma como para outra relação de tamanho, foi o setor que apresentou os maiores valores para estas relações em todos os Censos pesquisados neste gênero. A produtividade média cresceu entre 1959 e 1975, mas declinou ligeiramente em 1980 com relação ao Censo anterior, situando-se em um nível de intermediário para inferior com relação às das outras indústrias do gênero.

A indústria 26.8 mostrou alterações estruturais em termos de tamanho médio dos estabelecimentos entre 1959 e 1970, que tenderam a retroceder, no caso da relação PO/EST, e a se manter, para a relação VTI/EST, na década seguinte. Quanto à produtividade média, o avanço mostrou-se paulatino, embora um pouco mais acelerado a partir de 1970.

Por fim, a indústria 26.9 registrou aumentos significativos tanto de tamanho (em ambas as relações) como de produtividade médios. Tanto em 1975 como em 1980, esta indústria foi a que registrou os mais elevados níveis de produtividade do gênero.

s - GÊNERO BEBIDAS

Subdivide-se em quatro indústrias (27.1) " Fabricação

NORDESTE

TABELA A.II.38 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos (PO/EST), entre Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos (VTI/EST) e entre o valor de Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 27 -Bebidas. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
27.1	4,1	4,0	5,9	7,8	0,1	0,1	0,1	0,2	18,1	25,0	22,3	23,0
27.2	5,2	5,5	10,5	13,4	0,1	0,1	0,6	0,8	17,2	23,6	55,5	62,2
27.3	5,0	454,3*	0,1	15,0*	12,8	77,1*
27.4	27,3	50,5*	28,3	43,4	0,8	1,2*	1,8	2,8	28,7	35,3*	64,5	65,6
27(3)	8,0	12,3	15,9	24,6	0,2	0,4	1,3	1,9	23,3	34,7	81,7	80,4

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960, 1970, 1975, 1980 IBGE

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver a nota (1) da Tabela anterior

1 - Cr\$ milhões

2 - Cr\$ mil

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

de vinhos"; (27.2) "Fabricação de Aguardentes, Licores e Outras Bebidas Alcoólicas"; (27.3) "Fabricação de Cervejas, Chopes e Malte"; e (27.4) "Fabricação de Bebidas não Alcoólicas - Inclusive Engarrafamento e Gaseificação de Águas Minerais". (11)

A indústria 27.3 apresenta problemas de informação em todo o período; a indústria 27.4 os apresenta apenas para dois sub-períodos analisados, 1959/70 e 1970/75.

O dinamismo das diversas indústrias apresenta-se bastante diferenciado. A indústria 27.1, decresceu no período analisado, para qualquer das variáveis. A indústria 27.4 cresceu a taxas modestas quanto ao VTI e ao pessoal ocupado. A expansão mais vigorosa no gênero foi a registrada para a indústria 27.2 (na ausência de informações para a indústria 27.3).

As relações calculadas mostram pequenas transformações estruturais na indústria 27.1, cuja posição inferior no gênero afirmou-se por sua pequena participação relativa no VTI do gênero, 1,4% aproximadamente. O setor 27.3 passou por uma alteração estrutural importante, mesmo se considerarmos que a relação calculada está superestimada em 1970. De fato, a relação PO/ EST saltou de 5 pessoas ocupadas por estabelecimento em 1959 para 454 em 1970. Na verdade, os dados insinuam que a década dos sessenta marcou a entrada na região dos grandes estabelecimentos da indústria cervejeira oligopolizada do país.

A produtividade aumentou significativamente nos setores 27.2 e 27.4. Para o setor 27.3, a ausência de informação em 1975 permitiria concluir por semelhante aumento para o período 1959/70.

t - GÊNERO FUMO

Compõem-se das seguintes indústrias: (28.1)" Preparação

(11) Nos Censos de 1960 e 1970, o gênero incluía também o setor (27.5) Destilação de Álcool, classificado no gênero de Química em 1975; procedimento este adotado neste trabalho.

NORDESTE

TABELA A.II.39 - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (EST), DO PESSOAL OCUPADO (PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO FUMO. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
28.1	(-17,7)	(-3,9)*	(-3,4)*	24,0	26,9**	45,4**	9,3	11,4**	12,8**	(-2,9)	6,3	10,5
28.2	0,9	(-2,5)	7,9*	10,1	(-45,9)**	(-61,0)**	(-0,6)	71,4**	114,8**	2,7	(-3,0)*	(-0,2)*
28.3	(-9,0)	12,9	(-6,2)	124,7**	252,2**	(-3,5)	(-7,5)	(-2,6)
28	(-11,4)	(-1,6)	8,0	16,0	9,3	(-2,1)	4,1	2,4	(-2,6)	1,9	1,8	2,9

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960, 1970, 1975, 1980 IBGE

OBS:

(*) o asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas"

(**) dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo que foi adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas."

NORDESTE

TABELA A.II.40 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos(PO/EST), entre Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos(VTI/EST) e entre o valor e Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 28 - Fumo. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
28.1	10,8	75,8*	98,1*	74,9	0,1	0,8*	2,5*	2,0	12,0	12,7*	25,1*	26,8
28.2	67,0	74,5*	6,4*	20,1*	4,0	8,3*	0,2*	2,2*	59,8	180,9*	35,1*	108,6*
28.3	120,8	...	1,2*	50,1	1,4	...	0,004*	1,7	11,5	...	3,6*	33,8
28	29,6	93,9	86,0	66,5	0,7	6,5	3,4	2,1	25,0	69,6	40,1	37,8

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980 IBGE

NOTAS: (1)Cr\$ milhões de 1975

(2)Cr\$ mil de 1975

1 - Cr\$ milhões

2 - Cr\$ mil

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

do Fumo"; (28.2) "Fabricação de Cigarros e Fumos Desfiados"; e (28.3) "Fabricação de Charutos e Cigarrilhas".

As taxas dos sub-períodos censitários estão totalmente prejudicadas restando focalizar nossa atenção no período global, 1959/80. Ainda assim, as taxas de crescimento médio anual do pessoal ocupado e do VTI da indústria 28.2 encontram-se subestimadas.

A indústria 28.1 é a única que apresentou taxas de crescimento positivas do PO e VTI, embora tenha registrado um decréscimo do número de estabelecimentos nela registrados. Isto significou, em outras palavras, a existência de um processo de concentração da produção em um menor número de estabelecimentos, cujos reflexos fizeram-se sentir nas relações estruturais calculadas, principalmente naqueles relativos ao tamanho médio dos mesmos.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que as outras duas indústrias involuíram na região não só em termos quantitativos, mas também qualitativos, ou seja, em termos estruturais (apesar do relativo ganho de produtividade registrado para estas duas indústrias no período). Esta involução parece ter sido mais expressiva na indústria 28.3, na qual o Nordeste já deteve alguma participação a nível nacional.

u - GÊNERO EDITORIAL E GRÁFICA

Formado pelas indústrias: (29.1) "Edição e Edição e Impressão de Jornais, Outros Periódicos, Livros e Manuais" ; (29.2) "Impressão de Material Escolar, Material para Usos Industrial e Comercial, para Propaganda e Outros Fins - Inclusive Litográfico"; e (29.8 + 29.9) "Execução de Serviços Gráficos Diversos" e "Produção de Matrizes para Impressão".

Das três indústrias que compõem o gênero, apenas a indústria 29.2 não apresenta problemas de informação em qualquer sub-período, e a 29.3 no período global.

As taxas de crescimento, entre 1959 e 1980, da indústria 29.2, podem ser consideradas como razoáveis. O dinamismo maior, como seria de se esperar, recaiu sobre o sub-período 1970/75. As relações estruturais mostraram ligeiros incre

TABELA A.II.41 - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (EST), DO PESSOAL OCUPADO (PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO Editorial e Gráfica (1959-1970-1975-1980).

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
29.1	(-1,1)	3,2*	10,8*	0,0	0,5**	7,0**	3,4	5,7**	26,8**	0,2	3,2*	13,5*
29.2	3,2	2,0	5,8	4,8	8,4	16,9	3,5	5,5	8,6	3,7	4,3	9,4
29.8+29.9 (1)	6,8	(-10,8)*	(-2,4)*	4,2	33,0**	17,1**	11,1	27,2**	53,4**	7,9	6,8	13,5
29 (1)	2,7	3,5	9,1	4,2	5,4	12,5	4,2	4,0	16,9	3,4	4,7	11,7

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980 IBGE

NOTAS:

(1) - Incluiu, em 1980, a "Fabricação de Telas para Estamparia de Tecidos", classificada anteriormente no Gênero 12-Mecânica, no grupo 12.31. Esta modificação não pode ser compatibilizada entre os Censos Industriais.

OBS:

(*) o asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas"

(**) dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério do sigilo que foi adotado pelo IBGE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.42 - Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos (PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos (VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 29 - Editorial e Gráfica. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
29.1	27,4	63,5*	61,4*	66,8*	0,5	1,7*	3,2*	8,5*	17,4	37,8*	51,7*	128,6*
29.2	9,0	9,1	9,8	10,3	0,1	0,2	0,3	0,4	16,2	24,2	35,4	40,1
29.8+29.9(3)	17,3	14,8*	14,0*	17,1	0,3	0,1*	0,3*	1,0	16,0	1,9*	22,6*	55,8
29(3)	12,8	14,0	14,8	14,7	0,2	0,4	0,6	1,1	16,7	29,7	41,2	73,8

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980 IBGE

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

1 - Cr\$ milhões

2 - Cr\$ mil

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

mentos em termos do tamanho médio, cujo reflexo fez-se sentir num aumento paulatino da produtividade.

A indústria 29.3 mostrou taxas de crescimento médio anual do VTI e do PO relativamente expressivas. Seus padrões estruturais deterioraram-se entre 1959 e 1970, mas foi registrada uma recuperação na década seguinte, especialmente no que tange à produtividade média do pessoal ocupado.

Embora suas informações estejam prejudicadas, a indústria 29.1 deve ter tido o melhor desempenho do gênero e isto aliado a profundas transformações estruturais.

v - GÊNERO DIVERSOS

Foi subdividido nas seguintes indústrias: (30.0) "Fabricação de Instrumentos, Utensílios e Aparelhos de Medida não Elétricos, para usos Técnicos e Profissionais - Exclusive Médico-Cirúrgicos, Odontológicos e de Laboratório"; (30.1) "Fabricação de Membros Artificiais e de Aparelhos para Correção de Defeitos Físicos - Inclusive Cadeiras de Roda e Material para Usos em Medicina, Odontologia e Cirurgia"; (30.2) "Fabricação de Aparelhos, Instrumentos e Material Fotográfico e de Ótica"; (30.3) "Lapidação de Pedras Preciosas e Semi-Preciosas e Fabricação de Artigos de Ourivesaria, Joalheria e Bijuteria"; (30.4) "Fabricação de Instrumentos Musicais e Reprodução de Discos para Fonógrafos e de Fitas Magnéticas Gravadas"; (30.5) "Fabricação de Escovas, Broxas, Pincéis, Vassouras, Espanadores e Semelhantes"; (30.7 + 30.8) "Fabricação de Brinquedos" e "Fabricação de Artigos para Caça e Pesca, Esporte e Jogos Recreativos - Exceto Armas de Fogo e Munições"; (30.6 + 30.9) "Revelação, Copiagem, Corte, Montagem, Gravação, Dublagem, Sonorização e Outros Trabalhos concernentes à Produção de Películas Cinematográficas" e "Fabricação de Artigos Diversos, não Compreendido em outros Grupos". Além destas indústrias incluiu-se no gênero, nos Censos de 1975 e 1980, o gênero" 31 - Unidades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial.

No período como um todo, 1959/80, duas indústrias encontram-se com as taxas de crescimento subestimadas, a 30.1 e a

TABELA A.II.43-TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (EST), DO PESSOAL OCUPADO (PO) E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DAS INDÚSTRIAS DO GÊNERO DIVERSOS. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	1959/70			1970/75			1975/80			1959/80		
	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI	EST	PO	VTI
30.0(2)	(-9,5)	0,0
30.1(3)	19,4	1,3	7,4	18,0	48,7*	45,6*	3,5	19,1**	24,7**	15,0	15,3*	19,6*
30.2	-	-	...	21,1	(-28,6)**	(-27,9)**	(-11,6)	24,0**	7,9**
30.3	0,3	(-4,9)	(-7,0)	(-15,3)	(-15,3)*	12,3*	(-10,6)	1,6**	19,5**	(-6,3)	...	3,3
30.4	8,7	(-23,4)*	(-42,2)*	26,2	44,6**	106,9**	(-17,8)	(-13,9)*	(-1,2)*	5,4	(-8,4)*	(-11,0)*
30.5	6,5	(-0,3)	(-1,4)	(-2,5)	3,6*	19,0*	7,8	13,7**	21,1**	3,8	9,5	8,3
30.7 + 30.8	8,7	11,5*	15,6*	11,5	43,8**	45,0**	1,8	(-4,4)	(-1,1)	4,6	3,8	8,3
30.6 + 30.9(4)	8,2	6,5	14,6	(-3,0)	11,5	24,7	0,7	1,4	(-3,5)	7,6	14,2	17,6
31(5)	-	-	-	(-9,6)	11,4	51,2
30(1)	5,8	3,4	8,0	15,6	38,0	45,2	(-4,2)	7,6	39,3	5,5	11,8	25,6

FONTE: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL 1960, 1970, 1975, 1980, IDCE

NOTAS:

- (1) Vale para o Gênero o descrito nas notas (2), (3), (4) e (5) a seguir.
- (2) Incluiu, até 1970, a "Confecção de óculos protetores para trabalhos industriais", posteriormente classificada no Gênero 25 - Vestuário, Calçados e Artesatos de Tecido, no Grupo 25.62, sendo que esta modificação não pode ser compatibilizada entre os Censos Industriais.
- (3) Incluiu, a partir de 1975, a "Fabricação de Aparelhos e Equipamentos Elétricos para fins terapêuticos e material eletrônico para uso em instalações hospitalares, em consultórios médicos e odontológicos e em laboratórios", a "Fabricação de Seringas hipodérmicas de vidro", a "Fabricação de Cabeteiras e Cânulas", e a "Fabricação de Reagentes para análise e controle para microscopia", anteriormente classificadas, respectivamente, nos Gêneros e grupos de 13 - Material Elétrico e de Comunicações, grupo 13.53, 10 - Produtos de Minerais não Metálicos, grupo 10.74, Gênero 18 - Borracha, grupo 18.91, e 20 - Química, provavelmente no grupo 20.99. Todas estas modificações não puderam ser compatibilizadas entre os Censos Industriais.
- (4) Incluiu, até 1975, a "Fabricação de material bélico pesado", posteriormente classificada no Gênero 12 - Mecânica, no grupo 12.93. A inexistência de estabelecimentos classificados neste grupo em 1980, implica na ausência de problemas de compatibilização. Incluiu, também, em 1980, a "Fabricação de agulhas, alfinetes e ilhoses", anteriormente classificada no Gênero 11 - Metalúrgica, no grupo 11.74. Como não foi possível isolar os estabelecimentos ali classificados, registrou-se a presença de problema de compatibilização quanto a esta modificação.
- (5) A partir de 1975 surgiu um novo Gênero na classificação de Indústrias do IDCE: o Gênero 31 - Atividades Auxiliares de Apoio e de Serviços de Natureza Industrial, no total do Gênero 30 - Diversos, mas por impossibilidade de identificar seus estabelecimentos entre as indústrias do Gênero em 1959 e 1970, resolveu-se tratá-lo como uma indústria isolada dentro deste Gênero. O Gênero 31, incluiu, em 1980, o "Serviço de Corte de Metais" e os "Serviços de Resfriamento do Leite" classificadas anteriormente nos gêneros de, respectivamente, 11 - Metalúrgica e 26 - Produtos Alimentares. Estas modificações não puderam ser compatibilizadas entre os Censos Industriais.

DESI:

- (*) O asterisco indica que a taxa calculada está subestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".
- (**) Dois asteriscos indicam que não conhecemos o efeito líquido da incidência do critério de sigilo adotado pelo IDCE, neste caso presente em ambos os Censos, sobre a taxa calculada. Ver Apêndice "Considerações Metodológicas".

NORDESTE

TABELA A.II.44- Relações Estruturais entre o Pessoal Ocupado e o Número de Estabelecimentos (PO/EST), entre o Valor da Transformação Industrial e o Número de Estabelecimentos (VTI/EST) e entre o valor da Transformação Industrial e o Pessoal Ocupado (VTI/PO) das Indústrias do Gênero 30 - Diversos. (1959-1970-1975-1980)

SETORES	PO/EST.				VTI/EST. (1)				VTI/PO (2)			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
30.0(4)	25,3	-	0,3	-	12,2	-
30.1(5)	13,6	2,5	12,1*	23,7*	0,2	0,05	0,2*	0,6*	11,7	22,2	20,0*	25,2*
30.2	-	27,0*	2,5*	11,0*	-	0,9*	0,1*	0,3*	-	53,3*	56,1*	27,9*
30.3	4,5	2,6	3,6*	4,8	0,05	0,02	0,1*	0,4	11,1	8,7	35,7*	80,1
30.4	56,5	2,0*	2,7	6,0*	1,7	0,002*	0,02	0,1*	29,2	1,3*	8,0	15,8*
30.5	6,1	3,3	5,2*	6,2	0,1	0,03	0,1*	0,2	11,1	9,8	19,5*	26,7
30.7+30.8	2,6	7,8*	19,6*	4,8	0,04	0,1*	0,4*	0,3	13,5	20,1*	20,9*	24,7
30.6+30.9(6)	5,6	5,8	10,3	10,0	0,1	0,1	0,5	0,4	12,8	28,6	50,0	39,0
31(7)	-	-	12,6	35,8	-	-	0,6	7,3	-	-	47,1	202,7
30(3)	6,1	4,8	11,6	20,8	0,1	0,1	0,5	3,2	13,5	21,8	42,5	153,9

FONTES: CENSOS INDUSTRIAIS DO BRASIL, 1960,1970,1975,1980 IBGE

NOTAS: (1) Cr\$ milhões de 1975

(2) Cr\$ mil de 1975

(3) ver nota (1) da Tabela anterior

(4) ver nota (2) da Tabela anterior

(5) ver nota (3) da Tabela anterior

(6) ver nota (4) da Tabela anterior

(7) ver nota (5) da Tabela anterior

1 - Cr\$ milhões

2 - Cr\$ mil

OBS: (*) o asterisco indica que a relação calculada está provavelmente superestimada. Ver o Apêndice "Considerações Metodológicas".

30.4, e três indústrias não apresentaram taxas porque não contavam com nenhum estabelecimento no Nordeste em 1959, 30.0, 30.2 e 31. Esta última, na verdade constituiu um gênero a partir de 1975, contando com estabelecimentos oriundos do gênero 30, provavelmente da indústria 30.9.

O desempenho das indústrias do gênero mostrou-se bastante heterogêneo, com algumas crescendo em termos de VTI a taxas positivas significativas, outras a taxas modestas, e ainda outra a uma expressiva taxa negativa, apesar de subestimada.

A indústria com melhor desempenho foi a 30.1 que, mesmo com uma taxa subestimada, mostrou o maior incremento de PO e do VTI do gênero. Do ponto de vista de transformações estruturais os resultados não apontaram para modificações expressivas, quer de tamanho quer de produtividade médios. De outro lado, a indústria 30.6 + 30.9 apresentou um desempenho ligeiramente inferior ao da indústria 30.1, porém com modificações estruturais mais relevantes.

As indústrias 30.5 e 30.7 + 30.8 mostraram desempenho semelhante em termos da taxa de crescimento médio anual do VTI, e também padrões estruturais próximos, cuja evolução favoreceu, em termos de tamanho médio, 30.7 + 30.8, e em termos da produtividade média, a 30.5 ligeiramente.

A indústria 30.3 apresentou uma profunda evolução da produtividade média, que passou de 11,1 mil cruzeiros de 1975 em 1959 para 80,1 mil cruzeiros daquele ano em 1980. O tamanho médio evoluiu positivamente apenas quanto à relação VTI/EST. Do ponto de vista de seu crescimento, a indústria 30.3 evoluiu à modesta taxa de 3,3% a.a. no que tange ao VTI, e registrou uma dispensa expressiva de pessoal ocupado e um encolhimento do número de estabelecimentos.

A indústria 30.4 apresentou (apesar da taxa subestimada) uma marcada involução em sua posição no gênero ao longo do período.

De fato, as relações estruturais calculadas para a indústria evidenciam uma "perda" de seus padrões produtivos, de tamanho e produtividades médios.

Por fim cabe comentar o desempenho impressionante do gênero 31, aqui analisado como uma indústria, quanto ao crescimento do VTI e também do PO entre 1975 e 1980. Inclusive, como o número de estabelecimentos declinou no período, as transformações estruturais registradas foram expressivas, especialmente em termos da relação VTI/EST.

APÊNDICE 3

TABELAS BÁSICAS

TABELA A.III.1 - NORDESTE - ESTRUTURA INDUSTRIAL SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, O PESSOAL OCUPADO O VALOR DA PRODUÇÃO E O VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL À NÍVEL DE GRUPOS DE INDÚSTRIAS (04 Dígitos) 1975

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA.	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL		VTI	
	TOTAL	INF.	%	OCUPADO		cr\$ 1000	
00 - <u>EXTRAÇÃO DE MINERAIS (10%)</u>	<u>420</u>	<u>420</u>	<u>100</u>	<u>11.060</u>	<u>963.982</u>	<u>774.318</u>	
00.10 - <u>Extração de Minerais Metálicos (12%)</u>	<u>28</u>	<u>26</u>	<u>93</u>	<u>3.703</u>	<u>287.099</u>	<u>253.706</u>	
00.11 - <u>Extração de minérios de ferro</u>	1	-	.0	(X)	(X)	(X)	
00.12 - <u>Extração de minérios de metais preciosos</u>	-	-	-	-	-	-	
00.13 - <u>Extração de minérios de metais não ferrosos (36%)</u>	27	26	96	3.703	287.099	253.706	
00.20 - <u>Extração de Minerais Não Metálicos (24%) (excluíve combustíveis minerais)</u>	<u>389</u>	<u>383</u>	<u>98</u>	<u>5.696</u>	<u>453.297</u>	<u>413.379</u>	
00.21 - <u>Extração de minerais para fabricação de adubos e fertilizantes e para elaboração de outros produtos químicos</u>	2	-	0	(X)	(X)	(X)	
00.22 - <u>Extração de pedras e outros materiais para construção (7%)</u>	57	54	95	773	44.313	40.451	
00.23 - <u>Extração de sal (90%)</u>	262	240	92	3.286	309.721	296.191	
00.24 - <u>Extração de pedras preciosas e semi-preciosas</u>	7	3	43	38	209	200	
00.25 - <u>Extração de outros minerais não metálicos (10%)</u>	61	58	95	1.247	80.917	69.234	
00.30 - <u>Extração de Combustíveis Minerais</u>	-	-	-	-	-	-	
00.31 - <u>Extração de Petróleo e Gás Natural</u>	-	-	-	-	-	-	
00.32 - <u>Extração de Carvão-de-Pedra, Xisto betuminoso, e outros combustíveis minerais - inclusive sinterização ou pelotização de Carvão-de-Pedra</u>	-	-	-	-	-	-	
00.40 - <u>Extração de Minerais Radioativos</u>	-	-	-	-	-	-	
00.41 - <u>Extração de Minerais Radioativos</u>	-	-	-	-	-	-	

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.		cr\$ 1000	cr\$ 1000	
			%			
00.50 - Pelotização e Sinterização de Minerais Inc. Outs. Beneficiamentos de Minerais Associação - a Extração (7%)	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>100</u>	<u>1.583</u>	<u>216.706</u>	<u>100.900</u>
00.51 - Pelotização de Minerais	1	-	0	(X)	(X)	(X)
00.52 - Sinterização de Minerais	1	-	0	(X)	(X)	(X)
00.53 - Beneficiamento de Minerais Metálicos, Associados ou em Continuação à Extração - Exc. Pelotização ou Sinterização	-	-	-	-	-	-
00.54 - Beneficiamento de Minerais Não Metálicos, Associados ou em Continuação à Extração - Exc. Pelotização ou Sinterização	1	-	0	(X)	(X)	(X)
10 - PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS (9%)	<u>2.849</u>	<u>2.849</u>	<u>100</u>	<u>37.326</u>	<u>2.789.433</u>	<u>1.732.186</u>
10.10 - Britamento e Aparelhamento de Pedras Para Construção e Execução de Trabalhos em Mámore, Ardósia, Granito e outras Pedras (7%)	<u>236</u>	<u>226</u>	<u>96</u>	<u>3.817</u>	<u>211.158</u>	<u>137.599</u>
10.11 - Britamento de Pedras (6%)	80	76	95	1.843	118.705	80.685
10.12 - Aparelhamento de pedras para construção (9%)	96	64	67	485	8.605	6.552
10.13 - Aparelhamento de Mámore, Ardósia, Granito, e outras pedras em chapas e placas (8%)	48	43	90	919	54.435	32.811
10.14 - Execução de esculturas e outros trabalhos em Alabaastro, Mámore, Ardósia, Granito e outras pedras (6%)	12	8	67	204	16.018	6.644
10.20 - Fabricação de Cal (10%)	<u>270</u>	<u>262</u>	<u>100</u>	<u>1.902</u>	<u>65.457</u>	<u>46.179</u>
10.21 - Fabricação de cal virgem (8%)	147	127	86	848	25.238	18.129
10.22 - Fabricação de cal hidratada ou extinta (10%)	123	118	96	858	36.611	25.554

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.		cr\$ 1000	cr\$ 1000	
			%			
10.30 - Fabricação de Telhas, Tijolos, e outros artigos de Barro Cozido - exclusive de Cerâmica *	-	-	-	-	-	-
10.31 - Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido *	-	-	-	-	-	-
10.40 - Fabricação de Material Cerâmico (9%)	1.985	1.985	100	629.446	465.907	
10.41 - Fabricação de telhas, tijolos, e lajotas, vasilhames e outros artigos de material cerâmico - inclusive refratários (10%)	1.960	1.644	84	291.092	226.350	
10.42 - Fabricação de canos, manilhas, tubos, conexões, ladr., mos., e past., cerc. e art. de gres (4%)	16	12	75	40.061	30.041	
10.43 - Fabricação de Azulejos	4	-	0	(X)	(X)	
10.44 - Fabricação de material sanitário, velas filtrantes e outros artefatos de porcelana, faiança e cer. artística exc.	5	-	0	(X)	(X)	
10.45 - Fabricação de louça para serviço de mesa	-	-	-	-	-	
10.50 - Fabricação de Cimento (6%)	16	7	44	508.048	222.568	
10.51 - Fabricação de Clinker	7	-	0	(X)	(X)	
10.52 - Fabricação de Cimento	9	-	0	(X)	(X)	
10.60 - Fabricação de Peças, Ornatos e Estruturas de Cimento, Gesso e Amianto (8%)	264	250	95	500.712	316.660	
10.61 - Fabricação de Artefatos de Cimento - exclusive fibrocimento (10%)	235	151	64	256.847	152.616	
10.62 - Preparação de Concreto, argamassa e reboco	2	-	0	(X)	(X)	
10.63 - Fab. de Chapas, telhas, canos, manilhas, tubos e outs. artefatos de fibrocimento	3	-	0	(X)	(X)	
10.64 - Fab. de peças e ornatos de gesso e estuque (20%)	23	17	74	17.107	10.728	

* Incluído em 10.41

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000	cr\$ 1000	
10.65 - Prep. de Amianto ou Abasto e Fab. Artefatos - Exc. Artefs. de vestuário p/seg. Industrial	1	-	0	(X)	(X)		(X)
10.70 - <u>Fabricação e Elaboração de Vidro e Cristal (4%)</u>	14	11	79	1.178	143.124		80.079
10.71 - Fabricação de vidro plano e de estruturas de vidro	2	-	0	(X)	(X)		(X)
10.72 - Fabricação de vidro modelado	1	-	0	(X)	(X)		(X)
10.73 - Fab. de Vasilhames de vidro (10%)	7	5	71	895	103.025		59.109
10.74 - Fab. de artigos de vidro p/lab. de análise, hospitais e afins	-	-	-	-	-		-
10.75 - Fab. de arts. de vidro ou de cristal para serviços de mesa, copa e cozinha e arts. pa ra adorno - inc. de vidro refratário	-	-	-	-	-		-
10.76 - Fabricação de espelhos	1	-	0	(X)	(X)		(X)
10.77 - Fab. de arts. diversos de vidro ou de cris tal (5%)	3	3	100	83	16.469		9.860
10.80 - <u>Beneficiamento e Preparação de Minerais Não Metálicos, não associados à Extração (15%)</u>	57	53	92	1.417	189.390		125.007
10.81 - Beneficiamento e Preparação de Mins. Não Metálicos, não associados à extração (15%)	57	53	92	1.417	189.390		125.007
10.90 - <u>Fabricação e Elaboração de Produtos Diver sos de Minerais Não Metálicos</u>	3	-	0	(X)	(X)		(X)
10.91 - Fab. de arts. de grafita - exc. minas para lâpis, escovas e contatos de carvão ou gra fita p/motores e carvão p/uso em eletricidade	-	-	-	-	-		-
10.92 - Fab. de materiais abrasivos	1	-	0	(X)	(X)		(X)
10.93 - <u>Decoração, lapidação, gravação, espelhação, biso tagem e outs. trab. louças, vidros e cristais</u>	2	-	0	(X)	(X)		(X)

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI	
	TOTAL	INF.		cr\$ 1000			cr\$ 1000
					%		
10.99 - Fab. e Elab. de prods. diversos de minerais não metálicos, não especificados classifica dos	-	-	-	-	-	-	
<u>11 - METALÚRGICA (4%)</u>	<u>427</u>	<u>427</u>	<u>19.030</u>	<u>100</u>	<u>4.520.635</u>	<u>1.603.035</u>	
11.00 - Siderurgia e Elaboração de Produtos Siderúrgicos (com ou sem redução de minério) (4%)	63	60	5.533	95	1.968.676	729.619	
11.01 - Produção de ferro gusa	2	-	(X)	0	(X)	(X)	
11.02 - Produção de ferro e aço em formas primárias	4	-	(X)	0	(X)	(X)	
11.03 - Prod. de ferro-ligas em formas primárias (19%)	3	3	1.103	100	312.599	109.408	
11.04 - Prod. de laminados de aço - inc. de ferro - ligas (3%)	8	7	1.053	88	493.430	198.402	
11.05 - Prod. de canos e tubos (7%)	10	8	1.264	80	243.918	123.453	
11.06 - Prod. de fundidos de ferro e aço (0%)	25	16	334	64	27.928	14.328	
11.07 - Prod. de forjados de aço	1	-	(X)	0	(X)	(X)	
11.08 - Prod. de arames de aço	6	-	(X)	0	(X)	(X)	
11.09 - Prod. de relaminados de aço (1%)	4	3	113	75	32.842	16.538	
11.10 - Metalurgia dos Metais Não Ferrosos em Formas Primárias - Inc. Metais Preciosos (8%)	29	27	1.982	93	1.301.079	300.340	
11.11 - Metalurgia dos metais não ferrosos em formas primárias (23%)	6	3	443	50	512.976	128.445	
11.12 - Prod. de ligas de metais não ferrosos em formas primárias - exc. de metais preciosos	-	-	-	-	-	-	
11.13 - Prod. de laminados de metais e de ligas de metais não ferrosos - exc. canos, tubos e arames (9%)	4	3	177	75	338.205	89.210	

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.		cr\$ 1000	cr\$ 1000	
			%			
11.14 - Prod. de canos e tubos de metais não ferrosos Inc. ligas *	17	7	41	615	277.371	23.347
11.15 - Prod. de formas, moldes, e peças fundidas de metais não ferrosos - Inc. ligas (2%)						
11. - Prod. de Fundidos de Metais Não Ferrosos **						
11.16 - Prod. de fios e arames de metais e de ligas de metais não ferrosos - exc. fios, cabos e condutores elétricos						
11. - Prod. de Forjados de Metais Não Ferrosos ***						
11.17 - Prod. de relaminados de metais não ferrosos inc. ligas	2	-	0	(X)	(X)	(X)
11.18 - Prod. de soldas e anôdos	-	-	-	-	-	-
11.19 - Metalurgia dos metais preciosos.	-	-	-	-	-	-
11.20 - Metalurgia do pó	1	-	0	(X)	(X)	(X)
11.21 - Metalurgia do pó	1	-	0	(X)	(X)	(X)
11.30 - Fabricação de Estruturas Metálicas (5%)	24	19	79	1.831	183.434	121.614
11.31 - Fab. de Estruturas metálicas (5%)	24	19	79	1.831	183.434	121.614
11.40 - Fabricação de Artefatos de Trefilados de Fer ro e Aço, e de Metais Não Ferrosos - exc. mo vels (2%)	27	23	96	1.008	112.759	57.629
11.41 - Fab. de Artefatos de trefilados de ferro e aço, e de metais não ferrosos - exc. produtos de tornos automáticos (4%)	18	9	50	248	41.674	38.306
11.42 - Fab. de prods. padronizados de trefilados de ferro e aço e de metais não ferrosos, obtidos em tornos automáticos	7	-	0	(X)	(X)	(X)

* Incluído em 11.13 *** Incluído em 11.16

** Incluído em 11.15

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.		%	cr\$ 1000	
11.43 - Prod. de lã e palha de aço	2	-	0	(X)	(X)	(X)
11.50 - Estamparia, Funilaria e Latoaria (3%)	54	51	94	2.358	304.068	120.877
11.51 - Fab. de arts. de metal estampado (1%)	31	10	32	250	31.119	15.414
11.52 - Fab. de arts. de latoaria de ferro e aço e de metais não ferrosos - inc. folha de flandres	5	-	0	(X)	(X)	(X)
11.53 - Fab. Embalagens metálicas de ferro e aço e de metais. Não ferrosos-Inc.Folha de Frandres(4%)	18	8	44	504	88.438	33.482
11.60 - Serralharia, Fabricação de Tanques, Reservatórios e Outros Recipientes Metálicos e de Artigos de Caldeireiro (5%)	197	190	96	4.347	508.386	199.540
11.61 - Fab. de arts. de serralharia (4%)	194	119	61	2.569	349.493	122.077
11.62 - Fab. de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos - exc. latas	3	-	0	(X)	(X)	(X)
11.63 - Fab. de arts. de caldeireiro - exc. destiladores, alambiques e semelhantes	-	-	-	-	-	-
11.70 - Fab. de Artigos de Cutelaria, Amas, Ferramentas Manuais, e Fabricação de Artigos de Metal p/Escritório, Usos Pessoal e Doméstico - Exc. Ferramentas p/ Maquinas(1%)	11	6	54	483	28.017	16.279
11.71 - Fab. de arts. de cutelaria - exc. facões para trabalho agrícola e de jardinagem	2	-	0	(X)	(X)	(X)
11.72 - Fab. de armas de fogo	2	-	0	(X)	(X)	(X)
11.73 - Fab. de ferramentas manuais (0%)	5	3	60	17	249	122
11.74 - Fab. de artefatos de metal p/escritório e usos pessoal e doméstico	2	-	0	(X)	(X)	(X)

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000		
					cr\$ 1000	cr\$ 1000	
11.80 - <u>Têmpera e Cementação de Aço, Recozimento de Arames e Serviços de Galvanotécnica (0%)</u>	<u>10</u>	<u>6</u>	<u>60</u>	<u>85</u>	<u>4.851</u>	<u>2.566</u>	
11.81 - <u>Têmpera e Cem. de aço e rec. de arames</u>	-	-	-	-	-	-	
11.82 - <u>Serviço de Galvanotécnica (0%)</u>	<u>10</u>	<u>6</u>	<u>60</u>	<u>85</u>	<u>4.851</u>	<u>2.566</u>	
11.90 - <u>Fabricação de Outros Artigos de Metal, Não Especificados ou não classificados (0%)</u>	<u>11</u>	<u>8</u>	<u>73</u>	<u>126</u>	<u>4.465</u>	<u>3.258</u>	
11.99 - <u>Fab. de ut. arts. de metal, não especificados ou não classificados (0%)</u>	<u>7</u>	<u>5</u>	<u>71</u>	<u>97</u>	<u>2.524</u>	<u>2.288</u>	
11.91 - <u>Fab. de Ferragens Eletrotécnicas para Instalações de Rede e Subestações de Energia Elétrica e Telecomunicações (0%)</u>	<u>4</u>	<u>3</u>	<u>75</u>	<u>29</u>	<u>1.941</u>	<u>970</u>	
<u>12 - MECÂNICA (3%)</u>	<u>371</u>	<u>371</u>	<u>100</u>	<u>18.769</u>	<u>1.701.226</u>	<u>1.003.415</u>	
12.10 - <u>Fabricação de Máquinas Motrizes Não Elétricas e de Equipamentos p/Transmissão Industrial - Inc. Peças e Acessórios (1%)</u>	<u>13</u>	<u>11</u>	<u>85</u>	<u>699</u>	<u>66.893</u>	<u>34.291</u>	
12.11 - <u>Fab. de caldeiras geradoras de vapor, turbinas, e máquinas hidráulicas, motores de combustão interna e moinhos de vento - exc. turbogeneradores e motores p/embarcações, veíc. ferrov., autom., aviões, motocicletas, etc.</u>	<u>4</u>	-	<u>0</u>	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	
12.14 - <u>Fab. de arts. de caldearia - exc. tanques, reserv., e out. recip. p/ embalagem (0%)</u>	<u>7</u>	<u>3</u>	<u>43</u>	<u>110</u>	<u>9.164</u>	<u>5.471</u>	
12.18 - <u>Fab. de equip. p/transmissão de fins industriais - inc. rolamentos</u>	<u>2</u>	-	<u>0</u>	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	
12.19 - <u>Fab. de peças e acessórios p/máquinas motrizes não elétricas e p/equip. de transm. industrial</u>	-	-	-	-	-	-	

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000		
	12.20 - Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais p/Instalações Hidráulicas, Térmicas, De Ventilação e Refrigeração Equipados ou não com Motores Elétricos-Peças e Acessórios (1%)	18	17	94	456	56.114	28.767
12.21 - Fab. de máq. apars. e equip. ind. p/instalações hidráulicas, térm., de vent. e refrig. equip. ou não com motores elétricos - exc. câmaras frigoríficas (1%)	18	17	94	456	56.114	28.767	
12.29 - Fab. de peçs. e aces. p/máqs., aparelhos e equps. industriais não elétricos, para as instalações hidráulicas, térmicas, de ventilação e refrigeração	-	-	-	-	-	-	
12.30 - Fabricação de Máquinas-Ferramenta, Máquinas Operatrizes e Aparelhos Industriais Acoplados ou Não a Motores Elétricos - Inc. Peçs. e Acessórios (3%)	33	25	76	1.630	460.260	236.188	
12.31 - Fab. de máq-ferram., máq. ops. e aparelhos industriais (3%)	20	15	75	856	282.776	154.189	
12.32 - Fab. de peçs., aces., utensílios e ferramentas p/máq. industriais (0%)	13	9	69	338	51.797	11.465	
12.40 - Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais, Avicultura, Cunicultura, Apicultura, Criação de outros Pequenos Animais e Obtenção de Produtos de Origen Animal e para Beneficiamento ou Preparação de Produtos Agrícolas - Inc. Peças e Acessórios (1%)	19	19	100	446	46.814	27.118	
12.41 - Fab. de Máq., aparelhos e materiais, para agric., avic., cunic., apic., e criação de outros peçs. animais e obt. de produtos de origem animal	11	-	0	(X)	(X)	(X)	

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.		cr\$ 1000	cr\$ 1000	
			%			
12.42 - Fab. de máqs., aparelhos, e equipamentos para benef., e preparação de produtos agrícolas	3	-	0	(X)	(X)	(X)
12.49 - Fab. de peqs. e aces. p/máqs. e aparelhos para benef. e preparação de prods. agrícolas	5	-	0	(X)	(X)	(X)
12.50 - Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Diversos - Inc. peqs. e Aces. (1%)	14	14	100	460	67.648	35.280
12.51 - Fab. de máqs., aparelhos, e equipamentos p/instalas. industriais e comerciais	11	-	0	(X)	(X)	(X)
12.52 - Fab. de máqs., aparelhos e equipamentos para o exercício de artes e ofícios	-	-	-	-	-	-
12.53 - Fab. de máqs., aparelhos e utensílios elétricos ou não para escritório - exc.eletrônicos	-	-	-	-	-	-
12.54 - Fab. de Máqs., e aparelhos para uso doméstico, equipamentos ou não com mots. eléts. exc. fab. de apars. eléts. para uso domést. e pessoal	-	-	-	-	-	-
12.59 - Fab. de peqs. e aces. p/máqs., aparelhos e equipamentos diversos (máqs. e eqsips. p/instalações cons. e inds., para artes e ofícios, p/escritório e uso doméstico	3	-	0	(X)	(X)	(X)
12.60 - Fabricação de Cronômetros e Relógios, Elétricos ou Não - Inc. a Fab. de Peças	1	-	0	(X)	(X)	(X)
12.61 - Fab. de Cron. e Rel., eléts., ou não	1	-	0	(X)	(X)	(X)
12.62 - Fab. de Peças e aces., p/crons. e rels.eiéts. ou não	-	-	-	-	-	-
12.70 - Fabricação e Montagem de Tratores e de Máquinas e Aparelhos de Terraplanagem - Inc. a Fab. de Peqs. e Acessórios	2	-	0	(X)	(X)	(X)

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000		
					cr\$ 1000	cr\$ 1000	
12.71 - Fab. e Montagem de Tratores	-	-	-	-	-	-	-
12.72 - Fab. e Mont. de máqs. e apars. de terraplana gem	1	-	0	(X)	(X)	(X)	(X)
12.79 - Fab. de Peçs. e acess. p/ trat., máq. e apars., de terraplanagem	1	-	0	(X)	(X)	(X)	(X)
12.80 - Reparação ou Manutenção de Máquinas, Apare- lhos e Equipamentos Industriais, Agrícolas e de Máquinas de Terraplanagem (9%)	263	226	86	13.000	821.795	524.535	524.535
12.82 - Reparação ou Manut. de Máquinas e aparelhos (9%)	263	226	86	13.000	821.795	524.535	524.535
12.80 - Serviços Industriais de Usinagem, Tornearia, Fresagem, Solda e Semelhantes - Inclusive Serviços Inds. de Controle de Qualidade (1%)	8	5	63	394	20.791	9.619	9.619
12.81 - Servs. Inds. de Usinagem, torn., fres., solda e sens. - Inc. servs. inds. de controle de qualidade (1%)	8	5	63	394	20.791	9.619	9.619
13 - MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES (2%)	112	55	49	4.234	845.042	332.182	332.182
13.10 - Construção de Máquinas e Aparelhos para pa Produção e Distribuição de Energia Elétrica (3%)	16	16	100	1.153	135.210	78.280	78.280
13.11 - Fab. de geradores, transf., conversores, re guladores, e semelhantes (3%)	14	4	29	843	91.688	58.934	58.934
13.19 - Fab. de Peçs. e acess. p/máquinas e apars. destinados à prod. e dist. de energia elétri ca	2	-	0	(X)	(X)	(X)	(X)
13.20 - Fabricação de Material Elétrico - Exc. para Veículos (5%)	25	24	96	2.991	640.613	210.474	210.474

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
13.21 - Fab. de condutores elétricos	3	-	0	(X)	(X)	(X)
13.22 - Fab. de apars. elétricos de medida e de con- trole	-	-	-	-	-	-
13.23 - Fab. de motores e micromotores elétricos	3	-	0	(X)	(X)	(X)
13.24 - Fab. de mater. para instals. elétricas e para fab. e montagem de lustres e abajures (1%)	15	14	93	357	28.274	19.911
13.25 - Fab. de pilhas e baterias secas	1	-	0	(X)	(X)	(X)
13.26 - Fab. de eletrodos	-	-	-	-	-	-
13.27 - Fab. de resistências p/aquecimento	-	-	-	-	-	-
13.28 - Fab. de escovas e contatos de carvão ou grafita p/mots., de carvões p/uso em eletri- fic., eletroímãs e apars. eletromagnéticos	1	-	0	(X)	(X)	(X)
13.29 - Fab. de Peças e acessórios p/equip. elétri- cos (mots., apars., de medida e controle, etc.) exc. p/veículos	2	-	0	(X)	(X)	(X)
13.30 - <u>Fabricação de Lâmpadas (11%)</u>	8	5	63	264	104.219	40.556
13.31 - Fab. de lâmpadas (11%)	8	5	63	264	104.219	40.556
13.40 - <u>Fabricação de Material Elétrico p/Veículos (4%)</u>	8	7	88	299	122.821	67.070
13.41 - Fab. de Mat. Elét. p/veículos (4%)	8	7	88	299	122.821	67.070
13.50 - <u>Fabricação de Aparelhos Elétricos, Peças e Acessórios - Exc. Máquinas Industriais e Co- merciais (2%)</u>	7	5	71	172	86.891	33.188
13.51 - Fab. de apars. eléts. para uso doméstico e pessoal	3	-	0	(X)	(X)	(X)

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.		cr\$ 1000	cr\$ 1000	
		%				
13.52 - Fab. de apars. e utensílios elétricos para fins industriais e comerciais	2	-	0	(X)		(X)
13.53 - Fab. de apars. e equps. elétricos para fins terapêuticos, eletroquímicos e outros usos técnicos	-	-	-	-		-
13.59 - Fab. de peçs. e acess. p/apars., uten. e equip. eléts., de usos domést. e pessoal p/usos com. e ind., p/fins terapêuticos eletroquímicos e outs. usos técn.	2	-	0	(X)		(X)
13.70 - <u>Fabricação de Material Eletrônico</u>	2	-	0	(X)		(X)
13.71 - Fab. de mater. eletrônico	2	-	0	(X)		(X)
13.80 - <u>Fabricação de Material de Comunicações - Inc. Peças e Acessórios (0%)</u>	2	-	0	(X)		(X)
13.81 - Fab. de equps. e de apars. de telefonia e radiotelefonia	12	6	50	375	18.045	9.858
13.82 - Fab. de equps. de apars. de radiotelegrafia	2	-	0	(X)		(X)
13.83 - Fab. de equps. e de apars. de sinalização e alarme	-	-	-	-		-
13.84 - Fab. de apars. transmissores de rádio, televisão e de gravação e amplificação de som	-	-	-	-		-
13.85 - Fab. de televisores, rádios receptores, fonógrafos, toca-discos, toca-fitas e gravadores de fitas (0%)	5	3	60	254	11.252	5.917
13.86 - Fab. de peçs. e acess. p/mater. de telef., teleg., sinal., radiotransm., radiorecepção e televisão (0%)	5	3	60	121	6.793	3.941

CONTINUAÇÃO...

	ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI	
				cr\$ 1000			cr\$ 1000
				TOTAL	INF.		
GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA							
13.90 - <u>Reparação e Manutenção de Máquinas e Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e de Comunicações (5%)</u>	<u>33</u>	<u>19</u>	<u>58</u>	<u>690</u>	<u>43.877</u>	<u>40.212</u>	
13.91 - Rep. e Man. de máqs. e apars. eléts., eletrônicos e de comuns. (5%)	33	19	58	690	43.877	40.212	
14 - MATERIAL DE TRANSPORTE (1%)	<u>153</u>	<u>141</u>	<u>92</u>	<u>5.006</u>	<u>513.867</u>	<u>238.105</u>	
14.10 - <u>Construção e Reparação de Embarcações, e de Caldeiras, Máquinas, Turbinas, e Motores Marítimos - Inc. Peças e Acessórios (1%)</u>	<u>25</u>	<u>17</u>	<u>68</u>	<u>293</u>	<u>24.685</u>	<u>16.509</u>	
14.11 - Construção de embarcações (0%)	9	8	89	52	3.000	1.162	
14.12 - Fab. de caldeiras, máquinas, turbinas e motores marítimos	-	-	-	-	-	-	
14.13 - Rep. de embarc. e de mots. marít. de tipo (3%)	16	6	38	200	13.738	8.806	
14.19 - Fab. de peças e acessórios p/embarcs. inc. p/calcs., máqs., turbs., e motores marítimos	-	-	-	-	-	-	
14.20 - <u>Construção, Montagem e Reparação de Veículos Ferroviários - Inc. Fabricação de Peças e Acessórios</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	
14.21 - Fab. de Cald., mots. e máqs. p/locomotivas	-	-	-	-	-	-	
14.22.- <u>Construção de locoms., carros-motors. e vagões ferroviários</u>	-	-	-	-	-	-	
14.23 - Fab. de peçs. e acess. p/veículos ferrov.	-	-	-	-	-	-	
14.24 - Rep. de veículos ferroviários	1	-	0	(X)	(X)	(X)	

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000	cr\$ 1000	
14.30 - <u>Fabricação de Veículos Automotores, e Peças e Acessórios (1%)</u>	72	60	83	2.691	235.209	97.819	
14.31 - Fab. de unidades motrizes	1	-	0	(X)	(X)	(X)	
14.32 - Fab. de veículos automotores	1	-	0	(X)	(X)	(X)	
14.33 - Fab. de peçs.e acess. p/veículos, automots. - exc. os de inst. elét., e de borracha, plástico e vidro (1%)	18	14	78	896	85.805	55.848	
14.34 - Recondicionamento ou rec. de motores p/veículos automotores (2%)	34	13	38	269	11.536	10.591	
14.35 - Rep. e Manut. de Frotas de Veículos Rodoviários (3%)	18	16	89	820	31.157	11.540	
14.40 - <u>Fabricação de Carroçarias p/Veículos Automotores, - Exc. Chassis (4%)</u>	41	34	83	1.094	122.303	62.885	
14.41 - Fab. de carros. p/veíc. automts. (1%)	39	9	23	590	37.517	21.250	
14.42 - Fab. de Peças e Acessórios p/cabines e carroçarias	2	-	0	(X)	(X)	(X)	
14.50 - <u>Fabricação de Bicletas e Triciclos, Motorizados ou Não, e Motociclos - Inc. Peças e Acessórios</u>	-	-	-	-	-	-	
14.51 - Fab. de bics., e trics., motorizados ou não, e motocs. - inc. peças e acessórios	-	-	-	-	-	-	
14.70 - <u>Construção, Montagem e Reparação de Aviões - Inc. a fabricação de Peças e Acessórios, e a Reparação de Turbinas e Motores de Aviação</u>	1	-	0	(X)	(X)	(X)	
14.71 - Const. e montagem de aviões	-	-	-	-	-	-	

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
14.72 - Rep. de aviões e de turb. e mots. de aviação	1	-	0	(X)	(X)	(X)
14.80 - <u>Fabricação de Outros Veículos - Inc. Peças e Acessórios (1%)</u>	<u>11</u>	<u>5</u>	<u>45</u>	<u>49</u>	<u>6.560</u>	<u>3.229</u>
14.81 - Fab. de outs. veículos (2%)	11	5	45	49	6.560	3.229
14.89 - Fab. de peçs. e acess. p/veículos a tração animal e outs. veícs. não específicos. ou não classificados	-	-	-	-	-	-
14.90 - <u>Fabricação de Estofados e Capas para Veículos</u>	<u>2</u>	-	0	(X)	(X)	(X)
14.91 - Fab. de estofs. e capas p/veículos	2	-	0	(X)	(X)	(X)
<u>15 - MADEIRA (4%)</u>	<u>814</u>	<u>814</u>	<u>100</u>	<u>10.350</u>	<u>680.912</u>	<u>326.482</u>
15.10 - <u>Desdobramento da Madeira (3%)</u>	500	500	100	5.543	381.486	175.233
15.11 - Serrarias (4%)	465	456	98	4.861	324.636	150.749
15.12 - Prod. de lâminas de madeira ou de madeira folhada	3	-	0	(X)	(X)	(X)
15.13 - Prod. de Resserrados (0%)	32	21	66	162	11.251	2.938
15.19 - Imunização, preserv. e outs. tratamentos da madeira	-	-	-	-	-	-
15.20 - <u>Fabricação de Estruturas de Madeira e Artigos de Carpintaria (7%)</u>	<u>276</u>	<u>267</u>	<u>97</u>	<u>3.324</u>	<u>200.253</u>	<u>102.483</u>
15.21 - Fab. de estruts. de madeira e casas pré-fabricadas	2	-	0	(X)	(X)	(X)

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
	15.22 - Fab. de esquadrias *	209	189			
15.23 - Fab. de peças em madeira p/insts. industriais e comerciais - exc. arts. do mobiliário (7%)	14	10	71	124	15.067	2.585
15.24 - Fab. de caixas de mad. amadas (1%)	17	8	47	67	4.183	2.943
15.25 - Fab. de urnas e caixões mortuários (5%)	34	28	82	415	21.858	13.049
15.29 - Fab. de outs. arts. de carpint. não especifics. ou não classifs. (7%)						
15.30 - Fabricação de Chapas e Placas de Madeira Aglomerada ou Prensada, e de Madeira Compensada / Revestida ou não com Material Plástico - Inc. Artefatos (0%)	<u>6</u>	<u>3</u>	<u>50</u>	<u>322</u>	<u>10.260</u>	<u>6.224</u>
15.31 - Fab. de chaps. e placs. de mad. aglom. ou prensada	2	-	0	(X)	(X)	(X)
15.32 - Fab. de chaps. de mad. comp., revest. ou não c/mat. plástico (1%)	4	3	75	322	10.260	6.224
15.40 - Fabricação de Artigos de Tanoaria e de Madeira Arqueada	<u>1</u>	-	0	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>
15.41 - Fab. de arts. de tan. e mad. arq.	1	-	0	(X)	(X)	(X)
15.50 - Fabricação de Artigos Diversos de Madeira (1%)	<u>28</u>	<u>23</u>	<u>82</u>	<u>260</u>	<u>7.014</u>	<u>3.359</u>
15.51 - Fab. de cabos p/ferrams. e utens.	1	-	0	(X)	(X)	(X)
15.52 - Fab. de artefs. de mad. torneada (1%)	4	3	75	12	952	617
15.53 - Fab. de saltos e solados de madeira (0%)	14	7	50	40	688	371
15.54 - Fab. de formas e modelos de madeira - exc. de mad. arqueada	2	-	0	(X)	(X)	(X)

* Inclui 15.23

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000		
					cr\$ 1000	cr\$ 1000	
15.55 - Fab. de molduras e execução de obras de ta- lha - exc. arts. do mobiliário (1%)	5	3	60	76	1.771	497	
15.56 - Fab. de arts. de mad. p/ usos domésticos, ind. e com.	2	-	0	(X)	(X)	(X)	
15.60 - <u>Fabricação de Artefatos de Bambu, Vime, Junco ou Pálha Trançada - Exc. móveis e chapéus (1%)</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>100</u>	<u>20</u>	<u>212</u>	<u>114</u>	
15.61 - Fab. de artefs. de bambu, vime, junco, ou pa- lha trançada (1%)	3	3	100	20	212	114	
15.70 - <u>Fabricação de Artigos de Cortiça</u>	-	-	-	-	-	-	
15.71 - Fab. de arts. de cortiça	-	-	-	-	-	-	
<u>16 - MOBILIÁRIO (4%)</u>	<u>456</u>	<u>456</u>	<u>100</u>	<u>7.651</u>	<u>516.404</u>	<u>258.581</u>	
16.10 - <u>Fabricação de Móveis de Madeira, Vime e Junco (3%)</u>	<u>374</u>	<u>353</u>	<u>94</u>	<u>5.396</u>	<u>305.455</u>	<u>145.122</u>	
16.11 - Fab. de móvs. de mad., vime e junco p/ uso residencial * (3%)	374	353	94	5.396	305.455	145.122	
16.12 - Fab. de móvs. de mad. ou c/predominância de mad., envernizs., encers., esmalts., la- queados - inc. os revest. de lâminas plásti- cas, ou estofs., p/ usos ind., com. e profissio- nal							
16.19 - Fab. de móvs. de mad., não especs. ou não classifs.							

* Inclui 16.12 e 16.19

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000		
					cr\$ 1000	cr\$ 1000	
16.20 - <u>Fabricação de Móveis de Metal ou com Predominância de Metal, Revestidos ou não em Lâminas Plásticas (6%)</u>	<u>45</u>	<u>35</u>	<u>78</u>	<u>1.241</u>	<u>93.933</u>	<u>58.877</u>	
16.21 - <u>Fab. de móveis. de metal ou c/predom. de metal revest., ou não com lâminas plásticas (6%)</u>	45	35	78	1.241	93.933	58.877	
16.30 - <u>Fab. de Móveis de Material Plástico</u>	<u>5</u>	-	0	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	
16.31 - <u>Fab. de móveis de material plástico</u>	5	-	0	(X)	(X)	(X)	
16.40 - <u>Fabricação de Artigos de Colchoaria (10%)</u>	<u>28</u>	<u>17</u>	<u>61</u>	<u>386</u>	<u>84.242</u>	<u>38.457</u>	
16.41 - <u>Fab. de arts. de colchoaria (10%)</u>	28	17	61	386	84.242	38.457	
16.50 - <u>Fabricação e Acabamento de Artigos Diversos do Mobiliário</u>	<u>4</u>	-	0	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	
16.51 - <u>Fab. de esqueletos de mad. p/móveis</u>	-	-	-	-	-	-	
16.52 - <u>Fab. de caixas e gabinetes de mad. p/rádios, televis., máqs. de costura, fonógrafos, relógios a sens. - inc. trabalhados ou artísticos</u>	-	-	-	-	-	-	
16.53 - <u>Fab. de Persianas</u>	-	-	-	-	-	-	
16.54 - <u>Montagem e acabamento de móveis</u>	<u>4</u>	-	0	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>	
16.90 - <u>Fabricação de Móveis e Artigos do Mobiliário, não Especificados ou não Classificados</u>	-	-	-	-	-	-	
16.99 - <u>Fab. de móveis e arts. do mobil., não especificados ou não classificados</u>	-	-	-	-	-	-	

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
	17 - <u>PAPEL E PAPELÃO (4%)</u>	<u>87</u>	<u>70</u>			
17.10 - <u>Fabricação de Celulose e de Pasta Mecânica (1%)</u>	9	4	44	317	80.084	15.828
17.11 - <u>Fab. de celulose (2%)</u>	9	4	44	317	80.084	15.828
17.19 - <u>Fab. de pasta mecânica</u>	-	-	-	-	-	-
17.20 - <u>Fabricação de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão (3%)</u>	<u>24</u>	<u>16</u>	<u>67</u>	<u>1.158</u>	<u>332.588</u>	<u>116.824</u>
17.21 - <u>Fab. de papel (0%)</u>	19	3	16	140	7.545	3.812
17.22 - <u>Fab. de papelão, cartolina e cartão</u>	4	-	0	(X)	(X)	(X)
17.29 - <u>Fab. de papel, papelão, cart. e cart., não especificados ou não classificados</u>	1	-	0	(X)	(X)	(X)
17.30 - <u>Fabricação de Artefatos de Papel, não associada à Produção de Papel (3%)</u>	<u>32</u>	<u>18</u>	<u>56</u>	<u>730</u>	<u>182.296</u>	<u>46.195</u>
17.31 - <u>Fab. de artefs. de papel, não impressos, p/ escritório</u>	3	-	0	(X)	(X)	(X)
17.32 - <u>Fab. de papel p/embalagens e fab. de embals. de papel, imp. ou não, simples ou plastificadas (5%)</u>	26	15	58	708	179.447	44.669
17.33 - <u>Fab. de artefs. divs. de papel, imp. ou não, simples ou plastificadas * (1%)</u>	3	3	100	22	2.849	1.526
17.34 - <u>Fab. de artefs. divs. papel aluminizado, prateado, dourado, etc.</u>						

* Inclui 17.34 e 17.39

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.			
	17.39 - Fab. de artefs. de papel, imp. ou não, sim ples ou plastificadas, não especificadas ou não classificadas	21	16	76	481
17.40 - Fabricação de Artefatos de Papelão, Cartoli na e Cartão, Impressos ou não, Simples ou Plastificados, não Associada à Produção de Papelão, Cartolina e Cartão (4%)	-	-	-	-	-
17.41 - Fab. de artefs. de papelão, cartolina e car tão, imp. ou não, simples ou plastificadas, para escritório	19	-	0	(X)	(X)
17.42 - Fab. de embals. de papelão, cartol.,cartão, imp. ou não, simples ou plastificadas	2	-	0	(X)	(X)
17.43 - Fab. de arts. divs. de papelão, cartol.,car tão, imp. ou não, simples ou plastificadas*	-	-	-	-	-
17.49 - Fab. de artefs. de papelão, cartol., e car tão, imp. ou não, simples ou plastificadas, não especificadas, ou não classificadas	1	-	0	(X)	(X)
17.50 - Fabricação de Artigos de Papel, Papelão, Car tolina e Cartão p/Revestimento, não Associa da à Produção de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão	1	-	0	(X)	(X)
17.51 - Fab. de arts. de papel, papelão, cartolina e cartão, p/revestimento	1	-	0	(X)	(X)
17.90 - Fabricação de Artigos Diversos de Fibra Prensada ou Isolante - Inclusive Peças e Acessórios p/Máquinas e Veículos	-	-	-	-	-
17.91 - Fab. de arts.divs.de fibra prens.ou isol.inc. peças e acess. p/máqs. e veiculos	-	-	-	-	-

* Inclui 17.49

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI ' cr\$ 1000
	TOTAL	INF.			
	<u>18 - BORRACHA (1%)</u>	<u>106</u>	<u>53</u>	<u>1.107</u>	<u>101.277</u>
18.10 - <u>Beneficiamento da Borracha Natural</u>	4	-	(X)	(X)	(X)
18.11 - <u>Benef. da Borracha Natural</u>	4	-	(X)	(X)	(X)
18.20 - <u>Fabricação e Recondicionamento de Pneumáticos e Câmaras-de-Ar e Fabricação de Material p/Recondicionamento de Pneumáticos (1%)</u>	91	74	1.240	89.087	37.710
18.21 - <u>Fab. de pneumáticos e câmaras-de-ar</u>	-	-	-	-	-
18.22 - <u>Fab. de maters p/recond.de pneum.</u>	2	-	(X)	(X)	(X)
18.23 - <u>Rec. de pneumáticos (2%)</u>	89	28	277	29.164	11.671
18.30 - <u>Fabricação de Laminados e Fios de Borracha</u>	4	-	(X)	(X)	(X)
18.31 - <u>Fab. de lamins. e fios de borracha</u>	4	-	(X)	(X)	(X)
18.40 - <u>Fabricação de Espuma de Borracha e de Artefatos de Espuma de Borracha - Inc.Látex</u>	-	-	-	-	-
18.41 - <u>Fab. de Esp.de borracha e de artefs.de espuma de borracha</u>	-	-	-	-	-
18.50 - <u>Fabricação de Artefatos de Borracha - Exc. Calçados e Artigos do Vestuário (0%)</u>	6	5	125	5.004	3.239
18.51 - <u>Fab. de galochas, botas inteiriças e saltos e solados p/calçados</u>	1	-	(X)	(X)	(X)
18.52 - <u>Fab. de correias de borracha</u>	-	-	-	-	-
18.53 - <u>Fab. de canos, tubos e mangueiras de borracha</u>	-	-	-	-	-

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI ' cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
	18.54 - Fab. de peçs. e acess. de borracha p/veículo, mágqs. e apars. - exc, correias, canos, tubos e mangueiras	4	-			
18.55 - Fab. de arts. de borracha p/uso doméstico	1	-	0	(X)	(X)	(X)
18.56 - Fab. de outros artefatos de borracha	-	-	-	-	-	-
18.90 - Fabricação de Artefatos Diversos de Borracha, não Especificados ou não Classificados	1	-	0	(X)	(X)	(X)
18.99 - Fab. de artefs. divs. de bor., não especificados ou não classificados	1	-	0	(X)	(X)	(X)
19 - COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES (7%)	85	84	99	2.568	255.623	105.145
19.10 - Secagem, Salga, Curtimento e Outras Preparações de Couros e Peles - Inc.Subprodutos (7%)	63	56	89	2.015	215.809	87.028
19.11 - Secagem e salga de couros e peles (6%)	12	7	58	30	16.464	1.807
19.12 - Curtim.e outs.prepars.de couros e peles (3%)	51	16	31	627	78.401	38.963
19.19 - Sec., salga, curt., e outros preparas.de couros e peles não especificados ou não classificados	-	-	-	-	-	-
19.20 - Fabricação de Artigos de Selaria e Correia	10	-	0	(X)	(X)	(X)
19.21 - Fabricação de arts. de selaria	10	-	0	(X)	(X)	(X)
19.22 - Fab. de correias e outros arts.de couro p/máqs.	-	-	-	-	-	-

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000		
					cr\$ 1000	' cr\$ 1000	
19.30 - <u>Fabricação de Malas, Valises e Outros Artigos p/ Viagem</u>	<u>8</u>	-	0	(X)	(X)		(X)
19.31 - <u>Fab. de malas, valises e outs. arts.p/viagem</u>	8	-	0	(X)			(X)
19.90 - <u>Fabricação de Artefatos Diversos de Couros e Peles - Exc. Calçados e Artigos do Vestuário (0%)</u>	<u>4</u>	<u>3</u>	<u>75</u>	<u>16</u>	<u>583</u>		<u>216</u>
19.91 - <u>Fab. de arts. de couros e peles p/uso pes. e outros fins</u>	3	3	100	16	583		216
19.99 - <u>Fab. de arts. diversos de couros e peles, não especificados ou não classificados</u>	1	-	0	(X)	(X)		(X)
<u>20 - QUÍMICA (9%)</u>	<u>462</u>	<u>462</u>	<u>100</u>	<u>15.102</u>	<u>10.037.415</u>		<u>3.486.462</u>
20.00 - <u>Produção de Elementos Químicos e de Produtos Químicos Inorgânicos, Orgânicos, Organo-Inorgânicos - Exc. Prods. Derivados do Processamento do Petróleo, de Rochas Oleíferas, do Carvão-de-Pedra e da Madeira (15%)</u>	<u>64</u>	<u>58</u>	<u>90</u>	<u>1.608</u>	<u>806.800</u>		<u>419.090</u>
20.01 - <u>Prod. de elems. químs. e de prods. químicos inorgs., orgs., organo-inorgs. - exc. prods. derivados do process. do petróleo, de rochas oleíferas, do carvão-de-pedra e da madeira (15%)</u>	64	58	90	1.608	806.800		419.090
20.10 - <u>Fabricação de Produtos Derivados do Processamento do Petróleo, de Rochas Oleíferas, e do Carvão-de-Pedra (11%)</u>	<u>42</u>	<u>38</u>	<u>90</u>	<u>2.665</u>	<u>4.854.462</u>		<u>1.709.895</u>
20.11 - <u>Fab. de produtos do refino de petróleo (13%)</u>	6	5	83	848	3.830.898		1.278.797

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.		cr\$ 1000	cr\$ 1000	
			%			
20.12 - Fab. de maters. petroquím., básicos e de prods. petroquím., primários e intermediários - exc. prods. finais (11%)	14	14	100	773	690.363	349.424
20.13 - Fab. de prods. derivados da destilaria do carvão-de-pedra	-	-	-	-	-	-
20.14 - Fab. de gás e de nafta craqueada	-	-	-	-	-	-
20.15 - Fab. de asfalto (...)	17	11	65	694	116.209	34.643
20.16 - Fab. de óleos e graxas lubrificantes (2%)	5	3	60	211	93.349	24.281
20.20 - Fabricação de Resinas e de Fibras e Fios Artificiais e Sintéticos, e de Borracha e Latex Sintéticos (9%)	25	20	80	1.897	1.257.719	433.844
20.21 - Fab. de Maters. Plásticos e Plast. - Inc. a polimer. de Matéria Plástica p/Extrusão (3%)	14	11	79	340	365.848	75.028
20.22 - Fab. de resins. e de fibras e fios artificiais e sintéticos (8%)	10	6	60	751	453.862	170.334
20.23 - Fab. de Borrachas Sintéticas (Elastômeros) Inc. Latex Sintético	1	-	0	(X)	(X)	(X)
20.30 - Fabricação de Pólvoras, Explosivos, Detonantes, Munição p/ Caça e Esporte, Fosforos de Segurança e Artigos Pirotécnicos (5%)	16	7	44	688	63.938	34.752
20.31 - Fab. de Pólvs., Exps. e detonantes (5%)	16	7	44	688	63.938	34.752
20.40 - Produção de Óleos, Gorduras e Cêras Vegetais e Animais, em Bruto; de Óleos Essenciais Vegetais e Outros Produtos da Destilação da Madeira - Exc. Refinação de Produtos Alimentares (18%)	234	232	99	5.597	2.009.882	527.255

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI ' cr\$ 1000	
	TOTAL	INF.				%
	20.41 - Prod. de óleos vegs. em bruto - inc. subprodutos (14%)	177				126
20.42 - Prod. de cêras vegs. (71%)	34	21	62	354	147.500	23.994
20.43 - Prod. de óleos, gordas, e cêras de origem animal - exc. lanolina (2%)	8	6	75	72	11.126	3.124
20.45 - Prod. de óleos essenciais, vegs. - inc. subprod. terpenicos e outs. prods. da destilatória de madeira	15	-	0	(X)	(X)	(X)
20.50 - <u>Fabricação de Concentrados Aromáticos Naturais, Artificiais e Sintéticos - Inc. Mes Clas</u>	2	-	0	(X)	(X)	(X)
20.51 - Fab. de concent. aromats. nats., artifs. e sintéticos	2	-	0	(X)	(X)	(X)
20.60 - <u>Fabricação de Preparados p/Limpeza e Polimento, Desinfetantes, Inseticidas, Germicidas e Fungicidas (2%)</u>	23	20	87	456	58.508	34.401
20.61 - Fab. de preparados p/limp. e polimento	3	-	0	(X)	(X)	(X)
20.62 - Fab. de desinfetantes (4%)	15	5	33	91	14.603	8.056
20.63 - Fab. de insetics., germics. e fungics.	5	-	0	(X)	(X)	(X)
20.70 - <u>Fabricação de Tintas, Esmaltes, Lacas, Vernizes, Impermeabilizantes, Solventes e Secantes (3%)</u>	17	13	76	597	170.476	83.800
20.71 - Fab. de tintas, esmaltes, lacas e verns. (4%)	14	10	71	525	156.923	78.447
20.72 - Fab. de Impem., solvs., e secantes	1	-	0	(X)	(X)	(X)
20.73 - Fab. de Pigmentos e Corantes	2	-	0	(X)	(X)	(X)

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.			
	20.80 - Fabricação de Adubos e Fertilizantes, e Corretivos do Solo (4%)	<u>31</u>	<u>28</u>	<u>589</u>	<u>575.695</u>
20.81 - Fab. de adubs. e fertis. e correts. do solo (4%)	31	28	589	575.695	143.376
20.90 - Fabricação de Produtos Químicos Diversos (1%)	<u>8</u>	<u>7</u>	<u>90</u>	<u>28.869</u>	<u>13.632</u>
20.91 - Fab. de amidos, dextrinas, adesivos, gomas adesivas, colas e substs. afins	2	-	(X)	(X)	(X)
20.92 - Fab. de pigmentos, corantes, substs. tanantes e mordentes	-	-	-	-	-
20.98 - Fab. de prods. químs. divs.* (1%)	6	3	60	17.410	10.469
20.99 - Fab. de prods. químs. não especifics. ou não classifs.					
21 - <u>PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS (0%)</u>	<u>36</u>	<u>14</u>	<u>488</u>	<u>60.558</u>	<u>35.586</u>
21.10 - Fabricação de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	36	14	488	60.558	35.586
21.11 - Fab. de prods. farm. e veteris. não dosados	4	-	(X)	(X)	(X)
21.12 - Fab. de prods. farm. e veteris. dosados (0%)	32	14	488	60.558	35.586
22 - <u>PERFUMARIA, SABÕES E VELAS (6%)</u>	<u>124</u>	<u>112</u>	<u>1.873</u>	<u>536.785</u>	<u>211.286</u>
22.10 - Fabricação de Produtos de Perfumaria (1%)	6	3	150	65.178	31.504
22.11 - Fab. de prods. de perfumaria (1%)	6	3	150	65.178	31.504

* Inclui 20.99

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI ' cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
22.20 - <u>Fabricação de Sabões, Detergentes e Gliceria</u> (10%)	<u>103</u>	<u>70</u>	<u>68</u>	<u>1.100</u>	<u>374.267</u>	<u>137.388</u>
22.21 - Fab. de sabões e detergentes de uso doméstico (1%)	100	29	29	259	53.508	15.316
22.22 - Fab. de sabões e detergentes p/o uso industrial	3	-	0	(X)	(X)	(X)
22.30 - <u>Fabricação de Velas</u> (17%)	<u>15</u>	<u>10</u>	<u>67</u>	<u>305</u>	<u>40.267</u>	<u>16.487</u>
22.31 - Fab. de velas (17%)	15	10	67	305	40.267	16.487
23 - <u>PRODUTOS DE MATERIAS PLÁSTICAS</u> (4%)	<u>84</u>	<u>60</u>	<u>71</u>	<u>2.654</u>	<u>622.226</u>	<u>267.567</u>
23.10 - <u>Fabricação de laminados plásticos</u> (5%)	<u>16</u>	<u>10</u>	<u>63</u>	<u>272</u>	<u>206.789</u>	<u>100.937</u>
23.12 - Fab. de espuma de material plástico expandido (3%)	4	3	75	98	32.687	11.281
23.11 - Fab. de lamins. plásticos	11	-	0	(X)	(X)	(X)
23.15 - Regeneração de material plástico	1	-	0	(X)	(X)	(X)
23.20 - <u>Fabricação de Artigos de Material Plástico P/Usos Industriais</u> (2%)	<u>12</u>	<u>11</u>	<u>92</u>	<u>287</u>	<u>44.877</u>	<u>31.986</u>
23.21 - Fab. de arts. de mater. plást. p/uso na ind. de construção	5	-	0	(X)	(X)	(X)
23.22 - Fab. de arts. de mater. plást. p/uso na ind. mecânica	-	-	-	-	-	-
23.23 - Fab. de arts. de mater. plást. p/uso na ind. do material elétrico	2	-	0	(X)	(X)	(X)

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000		
					cr\$ 1000	' cr\$ 1000	
23.24 - Fab. de arts. de mater. plást.p/uso na ind. do material de transporte	-	-	-	-	-	-	-
23.29 - Fab. de arts. de mater. plást. p/ usos inds. não especificados ou não classificados (2%)	5	3	60	124	20.360	14.599	
23.30 - <u>Fabricação de Artigos de Material Plástico Para Usos Doméstico e Pessoal - Exc. Calças, Artigos do Vestuário e de Viagem</u>	5	-	0	(X)	(X)	(X)	
23.31 - Fab. de arts. de mater. plást. p/ usos doméstico e pessoal	5	-	0	(X)	(X)	(X)	
23.40 - <u>Fabricação de Móveis Moldados de Material Plástico</u>	-	-	-	-	-	-	
23.41 - Fab. de móvs. molds. de mater. plást.							
23.50 - <u>Fabricação de Artigos de Material Plástico Para Embalagem e Acondicionamento, Impressos ou Não (3%)</u>	39	29	74	1.060	145.859	42.570	
23.51 - Fab. de arts. de mater. plást. p/ embalagem e acondicionamento, imp. ou não (3%)	39	29	74	1.060	145.859	42.570	
23.60 - <u>Fabricação de Manilhas, Canos, Tubos e Conexões de Material Plástico p/ todos os Fins (6%)</u>	7	5	71	557	140.488	66.243	
23.61 - Fab. de man., canos, tubos, e conexões, mater. plást. (6%)	7	5	71	557	140.488	66.243	
23.70 - <u>Fabricação de Artigos Diversos de Material Plástico</u>	-	-	-	-	-	-	
23.71 - Fab. de arts. divs. de mater. plást.							
23.90 - <u>Fabricação de Artigos de Material Plástico Não Especificados ou Não Classificados</u>	5	-	0	(X)	(X)	(X)	

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI ' cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
	23.91 - Fab. arts. mater. plást. não especific. ou não classificados	5	-			
24 - <u>TÊXTIL</u> (12%)	<u>766</u>	<u>726</u>	<u>95</u>	<u>37.856</u>	<u>6.913.113</u>	<u>2.300.822</u>
24.10 - Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais, Artificiais e Sintéticos, e de Matérias Têxteis de Origem Animal, Fabricação e Estopa, de Materiais para Estofos, e Recupeiração de Resíduos Têxteis (41%)	<u>327</u>	<u>316</u>	<u>97</u>	<u>7.013</u>	<u>3.163.166</u>	<u>896.442</u>
24.11 - Benef. de fibras têxteis vegetais (27%)	319	128	40	3.669	1.626.285	531.256
24.13 - Benef. de matérias têxteis de origem animal	-	-	-	-	-	-
24.19 - Fab. de estopa, de mater. p/estofos e recup. de resíduos têxteis (1%)	8	5	63	52	7.138	1.942
24.20 - Fiação, Fiação e Tecelagem e Tecelagem (10%)	<u>132</u>	<u>127</u>	<u>96</u>	<u>24.814</u>	<u>3.088.729</u>	<u>1.051.573</u>
24.21 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de algodão - inc. mesclas c/predominância de algodão (15%)	104	93	89	17.163	2.030.115	726.892
24.22 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de sêda animal - inc. mesclas c/predom. de sêda animal	-	-	-	-	-	-
24.23 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de lã inc. mesclas c/predom. de lã	-	-	-	-	-	-
24.24 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de linho e ramê - inc. mesclas p/predom. de linho e ramê	1	-	0	(X)	(X)	(X)

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI ' cr\$ 1000
	TOTAL	INF.		cr\$ 1000		
		%				
24.25 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de carda, juta e outs. fibras têxteis vegetais (32%)	14	6	43	1.872	282.269	127.417
24.26 - Fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de fibras artifs. e sintéts. - inc. mesclas c/ predom. de fibras sintéts.	11	-	0	(X)	(X)	(X)
24.27 - Tecelagem de filamentos contínuos artificiais	-	-	-	-	-	-
24.28 - Fab. de linhas e fios p/cozer e bordar	2	-	0	(X)	(X)	(X)
24.30 - <u>Malharia e Fabricação de Tecidos Elásticos (2%)</u>	<u>13</u>	<u>10</u>	<u>77</u>	<u>229</u>	<u>51.669</u>	<u>20.870</u>
24.31 - Fab. de tecidos de malha (4%)	3	3	100	62	41.174	15.802
24.32 - Fab. de arts. de malharia - exc. fab.de meias	7	-	0	(X)	(X)	(X)
24.33 - Fabricação de meias	3	-	0	(X)	(X)	(X)
24.34 - Fab. de tecidos elásticos	-	-	-	-	-	-
24.40 - <u>Fabricação de Artigos de Passamaria, fitas, Fillos, Rendas e Bordados (1%)</u>	<u>9</u>	<u>7</u>	<u>78</u>	<u>192</u>	<u>7.699</u>	<u>3.853</u>
24.41 - Fab. de arts. de passamaria (1%)	9	7	78	192	7.699	3.853
24.50 - <u>Fabricação de Tecidos Especiais</u>	-	-	-	-	-	-
24.51 - Fab. de feltros	-	-	-	-	-	-
24.52 - Fab. de tecidos de crina	-	-	-	-	-	-
24.53 - Fab. de tecidos felpudos	-	-	-	-	-	-
24.54 - Fab. de tecidos impermeáveis e de acabamento especial	-	-	-	-	-	-
24.60 - <u>Acabamento de Fios e Tecidos, Não Processados em Fiações e Tecelagens (2%)</u>	<u>33</u>	<u>21</u>	<u>64</u>	<u>1.836</u>	<u>171.007</u>	<u>43.361</u>
24.61 - Acabamento de fios e tecidos (2%)	33	21	64	1.836	171.007	43.361

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI ' cr\$ 1000
	TOTAL	INF.		%	cr\$ 1000	
24.90 - <u>Fabricação de Artefatos Têxteis Produzidos nas Fiações e TeceLAGENS (13%)</u>	<u>251</u>	<u>244</u>	<u>97</u>	<u>5.025</u>	<u>474.460</u>	<u>226.814</u>
24.91 - Fab. de arts. de cordoaria (37%)	60	57	95	931	62.576	38.644
24.92 - Fab. de redes - exc. p/pesca (96%)	166	165	99	1.881	139.906	50.447
24.93 - Fab. de sacos	9	-	0	(X)	(X)	(X)
24.94 - Fab. de arts. de tapeçaria (1%)	9	9	100	224	8.328	6.246
24.95 - Fab. de arts. de uso doméstico (9%)	6	3	0	421	92.713	50.342
24.96 - Fab. de arts. de tecs. impermeáveis e de acabamento especial	-	-	-	-	-	-
24.99 - Fab. de artefs. têxteis não especificados ou não classificados	1	-	0	(X)	(X)	(X)
25 - VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDO (8%)	<u>564</u>	<u>564</u>	<u>100</u>	<u>22.791</u>	<u>1.911.792</u>	<u>924.457</u>
25.10 - <u>Confeção de Peças Interiores do Vestuário, Roupas e Agasalhos (10%)</u>	<u>189</u>	<u>184</u>	<u>97</u>	<u>14.749</u>	<u>1.163.193</u>	<u>595.136</u>
25.11 - Conf. de peças inter. do vest. mascul. - inc. as confeccion. c/tecs. de malha (11%)	46	37	80	2.766	317.679	156.459
25.12 - Conf. de peças inter. do vest. femin. - inc. as confeccion. c/tecs. de malha (8%)	12	7	58	845	66.075	43.093
25.13 - Conf. de roupas p/homens e rapazes (4%)	61	53	87	2.247	133.993	57.877
25.14 - Conf. de roupas p/senhoras e moças (1%)	25	21	84	595	35.039	17.984
25.15 - Conf. de capas, sobretudos e outs.agasalhos - inc. de couros e peles, tecs. imperm., borra-cha e de mater. plástico *						

* Incluído em 25.13 ou 25.14

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP		VTI	
	TOTAL	INF.		%	cr\$ 1000		
					cr\$ 1000		' cr\$ 1000
25.16 - Conf. de roupas de couros e peles, borracha e mater. plást. p/homens e rapazes, senhoras e moças *							
25.17 - Conf. de roupas p/récem-nascidos	3	-	0	(X)	(X)		
25.18 - Conf. de roupas p/crianças (5%)	23	22	96	706	44.903	21.305	
25.19 - Conf. de peças do vest., roupas e agasalhos não especificados ou não classificados (8%)	18	8	44	705	105.126	63.074	
25.20 - Fabricação de Chapéus (5%)	13	7	54	124	14.968	4.614	
25.21 - Fabricação de chapéus (5%)	13	7	54	124	14.968	4.614	
25.30 - Fabricação de Calçados p/Homens, Mulheres e Crianças (5%)	281	268	95	4.558	382.513	163.256	
25.31 - Fab. de calçs. - exc. p/esporte (4%)	136	125	92	2.311	221.866	101.195	
25.32 - Fab. de calçs. p/esporte	1	-	0	(X)	(X)	(X)	
25.33 - Fab. de chinelos e sandálias (11%)	127	114	90	1.625	119.039	42.477	
25.34 - Fab. de tamancos (3%)	17	8	47	54	1.034	635	
25.39 - Fab. de calçs. não especificados ou não classificados	-	-	-	-	-	-	
25.40 - Fabricação de Acessórios do Vestuário (0%)	15	6	40	42	2.619	1.398	
25.41 - Fab. de acess. do vestuário (0%)	15	6	40	42	2.619	1.398	
25.50 - Confeção de Artefatos Diversos de Tecido Exc. Os Produzidos nas Fiação e Tecelagens (6%)	37	32	86	1.121	203.736	80.475	
25.51 - Conf. de artefs. divs. de tecidos (6%)	37	32	86	1.121	203.736	80.475	
25.60 - Confeção de Roupas e Acessórios Profissionais e p/segurança Industrial - Inc.Revesti do de Amianto, de Chumbo, de Borracha e de Outros materiais (6%)	27	25	93	930	45.825	24.421	

* Distribuição em 2011 em 2014

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI ' cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000		
25.61 - Conf. de Roupas Prof. e p/Seg. Industrial	23	-	0	(X)	(X)		(X)
25.62 - Conf. de Acessórios p/Seg. Ind. e Pessoal	4	-	0	(X)	(X)		(X)
25.70 - <u>Tingimento, Estamparia e outs. Acabamentos em Roupas, Peças do Vestuário e Artefs. Divs. de Tecido</u>	<u>2</u>	-	0	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>		<u>(X)</u>
25.71 - Ting., Est., e outs. acabs. em roupas, peçs. do vest. e artefs. divs. de tecido	2	-	0	(X)	(X)		(X)
<u>26 - PRODUTOS ALIMENTARES (13%)</u>	<u>4.889</u>	<u>4.889</u>	<u>100</u>	<u>92.598</u>	<u>13.406.187</u>		<u>4.468.726</u>
26.00 - <u>Beneficiamento, Moagem, Torrefação e Fabricação de Produtos Alimentares (12%)</u>	<u>1.050</u>	<u>1.050</u>	<u>100</u>	<u>21.038</u>	<u>3.341.979</u>		<u>945.384</u>
26.01 - Benef. de café, cereais e prods. afins (6%)	377	370	98	11.390	903.139		264.998
26.02 - Moagem de Trigo (6%)	13	3	23	322	331.613		76.157
26.03 - Torrefação e Moagem de Café (16%)	257	257	100	2.608	862.769		229.212
26.04 - Fab. de café e mate solúveis	-	-	-	-	-		-
26.05 - Fab. de prods. do milho - exc. óleos (12%)	89	86	97	1.194	180.903		57.656
26.06 - Fab. de prods. da mandioca (12%)	300	215	72	1.857	68.632		24.177
26.07 - Fab. de farinhas diversas (57%)	10	7	70	1.272	180.053		90.614
26.09 - Benef., moagem, torref. e fab. de prods. aliment. divs. de origem vegetal, não especiíf. ou não classificados (12%)	4	3	75	25	1.084		766

CONTINUAÇÃO.

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI ' cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	#		cr\$ 1000		
26.10 - Refeições, Conservadas, Conservas de Frutas, Legumes, e Outros Vegetais, Fabricação de Doces - Exc. de Confeitaria, e Preparação de Especiarias e Condimentos (8%)	172	144	84	3.664	331.717	135.011	
26.11 - Refeições Conservs. - inc. congeladas (0%)	14	12	84	56	4.535	1.218	
26.12 - Conservas de Frutas (9%)	28	26	93	1.279	135.742	65.160	
26.13 - Conservas de legumes e outs. vegetais *							
26.14 - Fab. de doces - exc. de confeitaria (12%)	92	79	86	1.508	98.829	39.076	
26.15 - Prep. de especiarias e condimentos (9%)	27	17	63	736	90.151	28.044	
26.19 - Comidas conservs., conservs., de frutas, legumes e outs. vegetais, fab. de doces - exc. de confeit. e prep. de especs. e condims., não especificados ou não classificados (13%)	11	10	91	85	2.460	1.513	
26.20 - Abate de Animais em Matadouros, Frigoríficos e Charqueadas, Preparação de Conservas de Carne, e Produção de Banha de Porco e de Outras Gorduras Conestíveis de Origem Animal (3%)	133	131	98	2.487	618.923	157.859	
26.21 - Abate de animais e preparação de cons. de carne - inc. subprodutos (3%)	100	76	76	1.724	518.853	128.891	
26.22 - Prep. de cons. de carne e prods. de salicilaria, não procs. em matad. e frigoríficos (1%)	33	27	82	213	21.464	6.260	
26.29 - Abate de animais e prep. de cons. de carne - inc. subprods., não especificados ou não classificados	-	-	-	-	-	-	
26.30 - Preparação do Pescado e Fabricação de Conservas do Pescado (19%)	32	30	94	1.315	335.536	111.856	
26.31 - Prep. do pescado (26%)	32	30	94	1.315	335.536	111.856	

* Incluído em 26.12

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI ' cr\$ 1000	
	TOTAL	INF.				%
26.32 - Prep. de conservas do pescado	-	-	-	-	-	
26.40 - Preparação do Leite e Fabricação de Produtos de Laticínio (3%)	86	78	91	447.124	88.233	
26.41 - Resfriamento do Leite (0%)	15	9	60	1.480	937	
26.42 - Prep. do leite	16	-	0	(X)	(X)	
26.43 - Fab. de prods. de laticínios (2%)	55	29	53	239.629	42.095	
26.50 - Fabricação e Refinação de Açúcar (34%)	326	320	98	3.680.941	1.557.245	
26.51 - Fab. de açúcar (33%)	307	73	24	2.726.986	1.178.763	
26.52 - Refin. e moagem de açúcar (17%)	19	9	47	484.193	182.252	
26.60 - Fabricação de Balas, Caramelos, Pastilhas, Drops, Bombons e Chocolates, etc - Inc. Gomas de Mascar (3%)	21	14	67	134.251	30.540	
26.61 - Fab. de Balas e caramelos (2%)	16	5	31	22.252	9.396	
26.62 - Fab. de Bombons e chocolates (0%)	5	3	60	5.574	2.428	
26.63 - Fab. de gomas de mascar	-	-	-	-	-	
26.70 - Fabricação de Produtos de Padaria, Confeitaria e Pastelaria (17%)	2.712	2.712	100	1.398.056	539.446	
26.71 - Fab. de prods. de padaria e confeit. (18%)	2.709	2.709	100	1.397.195	538.878	
26.72 - Fab. de arts. de pastelaria (3%)	3	3	100	861	568	
26.80 - Fabricação de Massas Alimentícias e Biscoitos (13%)	109	108	99	535.834	219.399	
26.81 - Fab. de massas alimentícias (8%)	44	39	89	189.774	76.868	
26.82 - Fab. de biscoitos e bolachas (20%)	65	61	94	326.637	136.221	

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS		PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.			
		248	248	4.661	2.419.471
26.90 - Preparação e Fabricação de Produtos Alimentares Diversos - Inc. Rações Balanceadas e Alimentos Preparados p/Animais (16%)	47	46	1.314	1.718.711	368.867
26.91 - Ref. e Prep. de óleos e gord. vegetais, prod. de manteiga de cacau e de gord. de origem animal dest. à alimentação (23%)	35	32	498	79.887	48.594
26.92 - Fab. de sorvetes, bolos e tortas gelados - inc. coberturas (29%)	63	57	1.143	123.397	55.836
26.93 - Prep. do sal de cozinha (19%)	22	16	133	10.960	5.033
26.94 - Fab. de vinagre (8%)	2	-	(X)	(X)	(X)
26.95 - Fab. de fermentos e leveduras	22	14	134	4.433	3.560
26.96 - Fab. de gelo - exc. gelo-sêco (4%)	54	30	659	310.070	82.523
26.98 - Fab. de raçs. balanc. e de alim. prep.p/an mais - inc. far. de carne, sangue, osso e peixe (6%)	3	-	(X)	(X)	(X)
26.99 - Fab. de prods. alims. não especifics. ou não classificados	261	261	6.388	1.035.564	552.804
27 - BEBIDAS (10%)	41	36	374	17.832	9.521
27.10 - Fabricação de Vinhos (2%)	3	-	(X)	(X)	(X)
27.11 - Fab. de vinhos de uva	38	36	374	17.832	9.521
27.12 - Fab. de vinhos - Exc. de uva (75%)	145	132	1.904	240.696	112.989
27.20 - Fabricação de Aguardentes, Licores e Outras Bebidas Alcoólicas (10%)	133	25	174	9.420	5.010
27.21 - Fab. de aguardentes (1%)					

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP		VTI
	TOTAL	INF.	%		cr\$ 1000	cr\$ 1000	
27.22 - Fab. de licores (4%)	12	4	33	82	7.109	3.764	
27.23 - Fab. de outras bebidas alcoólicas *							
27.30 - <u>Fabricação de Cervejas, Choppes e Malte</u>	5	-	0	(X)	(X)	(X)	
27.31 - Fab. de Cervejas e Choppes	5	-	0	(X)	(X)	(X)	
27.32 - Fab. de malte	-	-	-	-	-	-	
27.40 - <u>Fabricação de Bebidas Não Alcoólicas - Inc. Engarrafamento e Gaseificação de Águas Minerais (8%)</u>	70	66	94	2.377	303.424	156.519	
27.41 - Fab. de refrigerantes (7%)	54	33	61	1.578	228.800	123.742	
27.42 - Engarraf. e gaseific. de águas minerais	12	-	0	(X)	(X)	(X)	
27.43 - <u>Fab. de sucos de frutas, legumes e outs.vegetais, e de xaropes p/refreshcos</u>	4	-	0	(X)	(X)	(X)	
28 - <u>FUMO (8%)</u>	68	60	88	5.997	510.852	241.195	
28.10 - <u>Preparação do Fumo (13%)</u>	39	28	72	2.746	212.968	68.984	
28.11 - <u>Prep. do fumo (13%)</u>	39	28	72	2.746	212.968	68.984	
28.20 - <u>Fabricação de Cigarros e Fumos Desfiados (0%)</u>	24	3	13	32	3.250	1.507	
28.21 - <u>Fab. de cigarros e fumos desfiados (0%)</u>	24	3	13	32	3.250	1.507	
28.30 - <u>Fabricação de Charutos e Cigarrilhas</u>	5	-	0	(X)	(X)	(X)	

*Incluído em 27.22

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI ' cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
	28.31 - Fab. de charutos e cigarrilhas	5	-			
29 - <u>EDITORIAL E GRÁFICA (4%)</u>	<u>479</u>	<u>479</u>	<u>100</u>	<u>9.555</u>	<u>624.328</u>	<u>406.026</u>
29.10 - Edição, e Edição e Impressão de Jornais, Outros Periódicos, Livros e Manuais (2%)	60	46	77	3.171	237.323	164.624
29.11 - Edição, e Edição e Impressão de jornais (5%)	50	32	64	2.529	199.003	136.716
29.12 - Edição e Edição e impres. de periódicos - exc. jornais	4	-	0	(X)	(X)	(X)
29.13 - Edição e edição e imp. de livs. cient. didats., técns., liters., e outras obras de texto - inc. manuais	6	-	0	(X)	(X)	(X)
29.20 - Impressão de Material Escolar, Material p/Usos Industrial e Comercial, p/Propagan da e Outs. Fins - Inc. Litografado (5%)	401	388	97	4.916	305.188	181.588
29.21 - Imp. de mater. escolar.	3	-	0	(X)	(X)	(X)
29.22 - Imp. de mater. p/ usos ind. e com. e p/propa ganda (2%)	397	168	42	2.021	111.025	71.021
29.23 - Imp. de mater. p/outros fins	1	-	0	(X)	(X)	(X)
29.29 - Imp. de mater. esc., mater. p/ usos ind. e com., p/prop. e outros fins, não especifics. ou não classificados	-	-	-	-	-	-
29.80 - Execução de Serviços Gráficos Diversos (1%)	18	9	50	281	17.291	6.567
29.81 - Imp. de jornais, outs. periód. e livs.	8	-	0	(X)	(X)	(X)
29.82 - Imp. litog. e "off-set" em folhas metálicas e outs. mater. - exc. a fab. de embalagens (1%)	5	3	60	57	8.618	1.325

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS				PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI ' cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%				
29.83 - Prod. de matrizes p/impressão (0%)	4	3	75	28	1.270	932	
29.84 - Pautação, encadern., Dour., Plastif., e Exec. de Trabalho simil.	1	-	0	(X)	(X)	(X)	
30 - DIVERSAS (2%)	<u>149</u>	<u>142</u>	<u>95</u>	<u>2.808</u>	<u>232.648</u>	<u>108.596</u>	
30.00 - Fabricação de Instrumentos, Utensílios e Aparelhos de Medida, Não Elétricos, p/Usos Técnicos e Profissionais - Exc. Médico-cirúrgicos, Odontológicos e de Laboratório	<u>1</u>	-	0	(X)	(X)	(X)	
30.01 - Fab. de instrums., utens., e apars. de medida, não elétricos p/ usos técns. e profissionais	1	-	0	(X)	(X)	(X)	
30.10 - Fabricação de Membros Artificiais e de Aparelhos p/Correção de Defeitos Físicos - Inc. Cadeiras de Rodas, e Material p/Usos em Medicina, Cirurgia e Odontologia (0%)	<u>15</u>	<u>9</u>	<u>60</u>	<u>109</u>	<u>5.280</u>	<u>2.177</u>	
30.11 - Fab. de Instrums., utens. e apars., não elét., p/ usos médico-cirúrgicos, odontológicos e de laboratório							
30.13 - Fab. de membros artifs. e apars. p/correção de def. físicos - inc. cad. de roda (1%)	10	3	30	26	762	395	
30.14 - Fab. de mater. p/ usos em medic., cirurgia e odontologia	5	-	0	(X)	(X)	(X)	

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
30.20 - Fabricação de Aparelhos, Instrumentos e Material Fotográfico e de Ótica	3	-	0	(X)	(X)	(X)
30.21 - Fab. de apars. fotogs. e cinematogs.	-	-	-	-	-	-
30.22 - Fab. de mater. fotográfico	-	-	-	-	-	-
30.23 - Fab. de instrums. óticos	-	-	-	-	-	-
30.24 - Fab. de mater. ótico	3	-	0	(X)	(X)	(X)
30.29 - Fab. de apars. e mater. fotog. e de ótica, não especifics. ou não classificadas	-	-	-	-	-	-
30.30 - Lapidção de Pedras Preciosas e Semipreciosas e Fabricação de Artigos de Ourivesaria Joalheria e Bijuteria (0%)	11	2	82	44	4.831	1.899
30.31 - Lapid. de pedras prec. e semiprec.	-	-	-	-	-	-
30.32 - Fab. de arts. de joalheria e ourives (1%)	10	9	90	44	4.831	1.899
30.33 - Fab. de arts. de bijuteria	1	-	0	(X)	(X)	(X)
30.40 - Fabricação de Instrumentos Musicais e Reprodução de Discos p/Fonógrafos e de Fitas Magnéticas Gravadas	2	-	0	(X)	(X)	(X)
30.41 - Fab. de instrums. musicais - exc. eléts.	1	-	0	(X)	(X)	(X)
30.42 - Reprod. de discos p/fonógs. exc. a prod. de matrizes	1	-	0	(X)	(X)	(X)
30.43 - Reprod. de fitas magnéticas gravadas (músicas, textos, etc) - exc. prod. de matrizes	-	-	-	-	-	-
30.50 - Fabricação de Escovas, Broxas, Pincéis, Vasosouras, Espanadores e Semelhantes (2%)	34	20	52	215	8.326	5.313
30.51 - Fab. de esc., brox., pinc., vass., espan., e sems (2%)	34	20	59	215	8.326	5.313

CONTINUAÇÃO...

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
30.60 - Revelação, Copiagem, Corte, Montagem, Gravação, Dublagem, Sonorização e Outros Trabalhos Concernentes à Produção de Películas Cinematográficas	2	-	0	(X)	(X)	(X)
30.61 - Rev., Cop., Corte, mont., grav., dubl., sonor. e outs. trab. concern. à prod. de películas cinematográficas	2	-	0	(X)	(X)	(X)
30.70 - Fabricação de Brinquedos (1%)	9	4	44	122	8.322	4.581
30.71 - Fab. de brinquedos (1%)	9	4	44	122	8.322	4.581
30.80 - Fabricação de Artigos p/Caça e Pesca, Esporte, e Jogos Recreativos - Exc. Armas de Fogo e Munições (5%)	8	7	88	365	12.223	5.980
30.81 - Fab. de arts. p/caça e pesca (5%)	8	7	88	365	12.223	5.980
30.90 - Fabricação de Artigos Diversos, Não Compreendidos em Outros Grupos (3%)	65	59	91	1.012	130.732	54.425
30.91 - Fab. de aviamentos p/costura	6	-	0	(X)	(X)	(X)
30.92 - Fab. de artefs. de pêlos, plumas, chifres e garras, etc.	-	-	-	-	-	-
30.93 - Fab. de canetas, lápis, fitas p/máqs., e outs. arts. p/escrit. não compreend. em outros grupos - inc. carimbos, sinetes e semelhantes (3%)	13	7	54	123	17.703	11.868
30.94 - Fab. de quadros-negros, lousas, e outs. arts. escolares	2	-	0	(X)	(X)	(X)
30.95 - Fab. de painéis luminosos, placas p/propaganda e outros fins (2%)	34	19	56	248	10.898	6.842
30.96 - Fab. de filtros p/cigarros	1	-	0	(X)	(X)	(X)
30.97 - Fab. de perucas	-	-	-	-	-	-

GÊNEROS E GRUPOS DE INDÚSTRIA	ESTABELECEMENTOS			PESSOAL OCUPADO	VP cr\$ 1000	VTI cr\$ 1000
	TOTAL	INF.	%			
	30.98 - Fab. de arts. diversos	1	-			
30.99 - Fab. de arts. divs. não especificados ou não classificados	8	-	0	(X)	(X)	(X)

FONTE: Censo Industrial de 1975, Série Regional (Estados Nordestinos), IBGE, 1981.

OBS: Os percentuais entre parêntesis após a nomenclatura dos gêneros industriais e grupos de indústria, referem-se à participação nordestina no cômputo global dos mesmos na Indústria Brasileira (só para os estabelecimentos com 5 ou mais pessoas ocupadas).

TABELA A.III.2 - NORDESTE - PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS SEDIADAS NO NORDESTE NO CONJUNTO DAS 500 MAIORES, 1000 MAIORES, 2000 MAIORES E 3000 MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS DO PAÍS, SEGUNDO SETORES INDUSTRIAIS - (1977, 1982, 1985)

(Número de Empresas)

SETORES INDUSTRIAIS	PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS NORDESTINAS NO CONJUNTO DAS MAIORES INDUSTRIAS DO PAÍS											
	500 MAIORES DO PAÍS			1.000 MAIORES DO PAÍS			2.000 MAIORES DO PAÍS			3.000 MAIORES DO PAÍS		
	1977	1982	1985	1977	1982	1985	1977	1982	1985	1977	1982	1985
A - MINERAÇÃO												
1. Minerais Metálicos	1	1	-	1	1	2	4	5	6	6	7	7
2. Minerais não Metálicos	-	1	2	1	2	4	4	10	13	6	16	20
B - PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS												
1. Cal e Cimento	9	9	8	12	11	11	12	11	14	12	15	17
2. Cerâmica e Artefatos de Cimento, Gesso e Amianto	-	-	-	1	3	1	4	10	5	7	14	18
3. Artefatos de Vidro e Cristal	1	1	1	1	1	1	1	3	1	2	4	4
4. Outros Produtos de Minerais não Metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4
C - METALURGIA												
1. Siderurgia	4	3	3	4	4	5	5	5	6	6	6	7
2. Metalurgia dos não-ferrosos	2	2	1	2	2	1	2	3	1	3	5	3
3. Produtos Metalúrgicos Diversos	-	1	-	6	2	1	16	16	16	23	20	23
D - MECÂNICA												
1. Máquinas, Motores e Equipamentos Industriais	-	1	-	2	1	2	9	6	5	13	11	12
2. Máquinas, Aparelhos e Instrumentos para Escritório	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	1

CONTINUAÇÃO ...

SETORES INDUSTRIAIS	PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS NORDESTINAS NO CONJUNTO DAS MAIORES INDÚSTRIAS DO PAÍS											
	500 MAIORES DO PAÍS			1.000 MAIORES DO PAÍS			2.000 MAIORES DO PAÍS			3.000 MAIORES DO PAÍS		
	1977	1982	1985	1977	1982	1985	1977	1982	1985	1977	1982	1985
E - MATERIAL ELETROELETRÔNICO												
1. Material Elétrico	1	-	1	2	1	2	5	5	5	6	9	10
2. Aparelhos domésticos, material de comunicação, lâmpadas acessórias e utensílios	1	1	1	2	1	1	3	2	3	4	4	4
F - MATERIAL DE TRANSPORTE												
1. Construção Naval	-	-	-	-	1	1	-	1	2	-	2	3
2. Material Ferroviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Veículos Automotores	-	-	-	1	-	-	3	1	2	5	5	4
4. Autopeças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Tratores, Máquinas de Terraplanagem e Implementos	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	4	1
6. Aviões e Outros Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G - MÓVEIS E MADEIRA												
1. Móveis e Artefatos de Decoração	-	-	-	-	-	-	1	1	1	3	3	2
2. Máquinas, Compensados, Laminados e Artefatos	1	-	-	1	1	-	4	1	2	6	6	5
3. Papel e Papelão	2	2	4	5	6	6	7	12	10	10	16	13
H - QUÍMICA E FARMACÊUTICA												
1. Química e Petroquímica	10	25	30	15	35	42	22	45	54	24	53	59
2. Plásticos e Derivados	1	-	1	2	2	3	11	8	9	15	15	13
3. Petróleo (Ref. e Distribuição)	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	2	2
4. Gás (de Petróleo)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-
5. Prod. Farmac. Medicinalis e Veter.	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	4	2
6. Prod. Perfumaria, Higiene Doméstica, velas, etc.	-	-	-	-	-	-	1	3	3	3	8	6

CONTINUAÇÃO ...

SETORES	PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS NORDESTINAS NO CONJUNTO DAS MAIORES INDÚSTRIAS DO PAÍS														
	500 MAIORES DO PAÍS			1.000 MAIORES DO PAÍS			2.000 MAIORES DO PAÍS			3.000 MAIORES DO PAÍS					
	1977	1982	1985	1977	1982	1985	1977	1982	1985	1977	1982	1985	1977	1982	1985
INDUSTRIAS															
I - CALÇADOS, COURO E BORRA															
CHIA															
1. Calçados	-	1	-	-	1	-	-	1	1	1	1	1	2	3	1
2. Couros e Peles	-	-	-	-	1	-	-	1	5	6	6	4	9	9	3
3. Borracha e Artefatos	1	1	1	1	1	1	2	2	2	3	3	3	2	2	3
J - TÊXTIL E VESTUÁRIO															
1. Fiação e Tecelagem	11	6	7	16	16	19	33	36	43	47	49	54	54	54	11
2. Artefatos de Tecido	-	-	2	-	2	2	5	8	7	11	11	11	11	11	11
3. Artigos de Vestuários e Acessórios	2	2	3	6	5	6	8	11	14	20	23	19	23	23	19
K - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS															
1. Moinhos	2	4	4	5	6	5	9	8	9	10	13	13	13	13	13
2. Carnes Frigorificadas e Industrializadas	-	-	-	-	-	-	1	4	7	4	9	18	4	9	18
3. Pescado (Fresca e Industrializada)	-	-	-	1	-	1	3	6	9	7	9	16	7	9	16
4. Laticínios	-	1	1	-	1	1	2	3	3	3	5	3	3	5	3
5. Açúcar e Alcool	1	6	5	9	25	30	34	57	61	52	75	74	52	75	74
6. Café	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7. Óleos Vegetais	2	1	1	3	3	4	11	11	10	16	15	17	16	15	17
8. Prod. Alimentares Diversos	4	3	3	8	9	10	14	21	30	26	36	48	26	36	48
L - BEBIDAS E FUMO															
1. Bebidas e Refrig. em geral	1	1	2	3	7	7	7	12	15	9	16	23	9	16	23
2. Fumo e Produtos do Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CONTINUAÇÃO . . .

SETORES	PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS NORDESTINAS NO CONJUNTO DAS MAIORES INDÚSTRIAS DO PAÍS											
	500 MAIORES DO PAÍS			1.000 MAIORES DO PAÍS			2.000 MAIORES DO PAÍS			3.000 MAIORES DO PAÍS		
	1977	1982	1985	1977	1982	1985	1977	1982	1985	1977	1982	1985
INDUSTRIAS												
M - EDITORIAL E GRÁFICA												
1. Jornais	-	-	-	1	-	-	1	1	1	1	1	2
2. Editoras e Gráficas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
N - INDÚSTRIAS DIVERSAS												
1. Conglomerados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Instrumentos e Aparelhos Profissionais e de Precisão	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3. Artigos Diversos	-	-	-	1	1	1	2	4	4	5	5	12
TOTAL EMPRESAS NORDESTINAS	57	73	81	112	152	170	254	343	385	382	523	570
* PARTIC. EMPRESAS NORDEST.	11,4	14,6	16,2	11,2	15,2	17,0	12,7	17,2	19,3	12,7	17,4	19,0

Fonte: "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA", REVISTA VISÃO (1978), (1983) e (1986)

TABELA A.III.3 - GRUPOS ECONÔMICOS NO CONTROLE DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS NORDESTINAS INCLUÍDAS ENTRE AS 2000 MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS DO BRASIL SEGUNDO SETORES INDUSTRIAIS (1977 e 1985)

SETORES	G.ESTATAIS		G.ESTRANGEIROS		G.PRIV.NACIONAIS		SEM GRUPOS	
	1977	1985	1977	1985	1977	1985	1977	1985
1. Minerais Metálicos	1	-	1	2	2	4	-	-
2. Minerais Não Metálicos	-	1	1	2	1	5	2	5
3. Cimento e Cal	-	-	1	-	10	15	1	-
4. Cerâmica e Artefatos de Cimento, Gesso e Amianto	-	-	-	-	1	4	3	1
5. Artefatos de Vidro e Cristal	-	-	-	-	1	1	-	-
6. Outros Prod.Minerais Não Metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-
7. Siderurgia	1	1	-	-	3	4	1	-
8. Metalurgia dos Não Ferrosos	1	-	1	1	-	-	-	-
9. Prod.Metal.Diversos	-	-	-	-	6	8	10	8
10. Máquinas, Motores e Equipamentos Industriais	-	-	-	-	4	3	5	2
11. Máq., Aparelhos e Instrumentos p/Escritório	-	-	-	-	-	1	-	-
12. Material Elétrico	-	-	3	2	-	1	2	2
13. Aparelhos Domésticos e Mat.de Comunicação	-	-	2	2	1	1	-	-
14. Construção Naval	-	-	-	-	-	-	-	2
15. Mat. Ferroviário	-	-	-	-	-	-	-	-
16. Veículos Automotores	-	-	-	-	-	-	-	-
17. Autopeças e Carroçarias	-	-	-	1	2	-	1	1
18. Tratores, Máq.de Terraplanagem e Implementos	-	-	-	-	-	-	-	1
19. Aviões e outros Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
20. Móveis e Art.Decoração	-	-	-	-	-	-	1	1
21. Madeiras, Compensados, Laminados e Artefatos	-	-	1	-	1	-	2	2
22. Papel e Papelão	-	-	-	1	4	6	3	3
23. Química e Petroquímica	4	2	3	7	4	19	11	26
24. Plásticos e Derivados	-	-	1	-	3	5	7	4
25. Petróleo(refinação e Distribuição)	-	-	1	-	-	-	1	-
26. Gás (de Petróleo)	-	-	-	-	1	-	-	-
27. Prod.Farm., Medicinais e Veterinários	-	-	-	1	-	-	-	-
28. Prod.Perfumaria, Higiene Doméstica, velas, etc.	-	-	1	1	-	1	-	1
29. Calçados	-	-	-	-	1	-	-	1
30. Couros e Peles	-	-	1	1	-	-	2	5
31. Borracha e Artefatos	-	-	-	-	1	1	1	2
32. Fiação e Tecelagem	-	-	3	2	13	23	17	18
33. Artefatos de Tecido	-	-	1	-	1	5	3	2
34. Artigos de Vest.e Aces.	-	-	-	-	3	7	5	7
35. Moinhos	-	-	4	1	2	8	2	-
36. Carnes Frig.e Indust.	-	1	-	-	-	3	1	3
37. Pescado(pesca e Indust.)	-	-	-	-	-	1	3	8

CONTINUAÇÃO

38. Laticínios	1	-	1	2	-	-	-	1
39. Açúcar e Alcool	-	-	-	-	8	15	26	47
40. Café	-	-	-	-	-	-	-	-
41. Óleos Vegetais	1	-	-	-	3	4	7	6
42. Prod.Alimentares Div.	-	-	1	5	5	8	8	15
43. Beb. e Ref.em Geral	-	-	1	2	5	7	1	6
44. Fumo e Prod.do Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-
45. Jornais	-	-	-	-	1	1	-	-
46. Editoras e Gráficas	-	-	-	-	-	-	-	1
47. Conglomerados	-	-	-	-	-	-	-	-
48. Inst.e Aparelhos Prof. e de Precisão	-	-	-	-	-	-	1	-
49. Artigos Diversos	-	-	1	-	-	-	1	3
TOTAL	9	5	29	33	87	161	128	184
% DO TOTAL NORDESTINO	3,56	1,30	11,46	8,62	34,39	42,04	50,59	48,04

FONTE: "Quem é Quem na Economia Brasileira", Revista Visão, (1978 e 1986).

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS- "QUEM E QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL)

1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO GRUPO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
A - MINERAIS METÁLICOS						
1. Mineração Vale do Jucurici SA	BA	1.428	21	109.217	5309	Fund. José Carvalho
2. Cia. Mineração Serra da Jacobina-SERJANA	BA	1.499	22	103.857	5309	Fund. José Carvalho
3. Mineração Boquirá SA	BA	2.128	26	67.936	3567	Imetal (França)
4. Mineração Geral do Nordeste	PE	2.305	27	61.742	5049	Brenand
5. Coitezeiro Mineração SA COMISA	BA	2.552	28	53.723	3283	Farbenfabriken Bayer (Alemanha)
6. Rib. Rutilo e Ilmenita do Brasil SA	PB	2.555	29	53.696	5481	Andrade Gutierrez
B - MINERAIS NÃO METÁLICOS						
1. Caraiíba Metais SA Ind. Com.	BA	51	1	3.618.457	1095	RNDES Par
2. Itapitanga Emp. Min. SA	PB	737	11	246.587	5190	Matarazzo
3. Mineração Química do NE SA	BA	1.164	17	143.912	3243	Dow Chemical (USA)
4. Cirne Cia Ind. Rio Grande do Norte	RN	1.629	23	93.855	5473	J.C. Pires
5. Bentonit União Nordeste SA	PB	1.896	29	77.353	-	-
6. SA Salineira do Nordeste SOSAL	RN	2.562	33	53.340	5473	J.C. Pires
7. Emp. Salineira e Navegação Igoronhon SA	MA	2.929	37	44.107	3697	SOLWAY (Bélgica)
8. Henrique Lage Salineira do Nordeste SA	RN	2.957	38	43.451	5128	Francisco Catao
9. Salina Amarra Negra SA	RN	3.065	39	41.239	-	-
10. Norte Salineira SA Ind. Com. NORSAL	RN	3.082	40	41.073	5510	Paulo Ferraz
11. URM. União Bras. Mineração SA	PB	3.118	41	40.490	-	-
12. Caulim do Nordeste SA	PE	3.226	43	38.526	-	-
13. Drescon SA Prods. Perfuração	BA	3.571	46	32.332	-	-
C - CAL E CIMENTO						
1. Itapessoca Agro Ind. SA	PE	200	8	1.015.154	5161	João Santos
2. Cia Cimento Portland Poty	PE	337	12	574.786	5288	Votorantin
3. Cia Cimento Atol	AL	378	15	496.197	5049	Brenand
4. Cia Paraíba Cimento Portland CIMEPAR	PB	465	17	412.742	5049	Brenand
5. Cia Cearense Cimento Portland	CE	503	19	370.344	5288	Votorantin
6. Itapicuru Agro Ind. SA	MA	525	20	354.315	5161	João Santos
7. Cimento Sergipe SA CIMESA	SE	577	22	315.435	5288	Votorantin
8. Itapetinga Agro Ind. SA	RN	678	24	271.190	5161	João Santos

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL) 1985

SETOR/EMPRESA	UF		ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO GRUPO	GRUPO
	UF	SETOR	GERAL	SETOR			
9. Cia Cimento Aratu SA	BA	34	1.303		124.845	5288	Votorantin
10. Cia Cimento Salvador COCISA	BA	35	314		123.604	5288	Votorantin
11. Itaguassu Agro Ind. SA	SE	37	1.457		107.069	5161	João Santos
12. IBACIP Ind. Barbalhense Cim. Portland SA.	CE	40	1.916		76.309	5161	João Santos
13. Cia Cimento São Francisco CISAFFRA	BA	41	1.975		74.185	5354	Julio Maranhão Filho
14. Cia Cimento Portland Sergipe	SE	43	2.366		59.659	5288	Votorantin
15. Cimento Poty da Paraíba SA	PB	46	3.344		36.033	5288	Votorantin
D - CERÂMICA E ARTEFATOS DE CIMENTO, GESSO E AMIANTO							
1. Ind. Azulejos SA IASA	PE	23	1.694		89.325	5049	Brennand
2. Ind. Azulejos da Bahia SA	BA	35	2.564		53.339	5049	Brennand
3. Ind. Azulejos do Ceará SA	CE	41	3.108		40.680	5049	Brennand
4. Cerâmica Sta. Marcia SA SAMARSA	SE	42	3.135		40.162	-	-
5. Ceramus Bahia SA Prods. Cerâmicos	BA	43	3.164		39.685	5049	Brennand
E - ARTEFATOS DE VIDRO E CRISTAL							
1. Cia. Ind. Vidros CIV	PE	5	768		237.208	5049	Brennand
F - OUTROS PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS							
G - SIDERURGIA							
1. Cia Ferro Ligas da Bahia SA FERBASA	BA	13	183		1.048.501	5309	Fund. José Carvalho
2. Usina Sid. da Bahia SA USIBA	BA	15	276		701.279	1100	SIDERBRAS
3. Siderúrgica Aconorte SA	PE	16	300		642.916	5133	Gerdau
4. Siderúrgica Cearense SA	CE	36	1.131		147.873	5133	Gerdau
5. Cia Siderúrgica de Alagoas COMESA	AL	40	1.675		90.175	5133	Gerdau
6. Cia Sid. do Nordeste COSINOR	PE	41	1.767		84.729	-	-
H - METALURGIA DOS NÃO FERROSOS							
1. Alcoa Alumínio NE SA ALCONOR	PE	15	635		291.832	3023	Alcoa (USA)

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL) 1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO GRUPO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
I - PRODUTOS METALÚRGICOS DIVERSOS						
1. SIBRA Eletrosiderúrgica Bras.SA	BA	1.046	26	163.027	-	-
2. Volnor Ind. Com. SA	PE	2.098	60	69.051	-	-
3. Bombril do Nordeste SA Ind.Com.	PE	2.315	67	61.189	5761	Rosafer
4. Jossan da Bahia SA Tref.Ferro e Aço	BA	2.437	71	57.333	5299	Belgo Mineira
5. Metalgráfica Cearense SA MECESA	CE	2.484	73	55.913	-	-
6. Brasinox Brasil Inoxidáveis SA	RN	2.766	88	48.146	-	-
7. Ind.Com.Telas SA NORTELAS	PB	2.779	90	47.757	5517	Oliver Cruz
8. Metalgráfica do Norte SA	PE	2.810	92	47.066	5581	Metalma
9. Forja Nordeste SA	BA	2.877	95	45.286	5107	Empresarial Conforja
10. Açorrigo SA Ind.Com.	BA	2.907	96	44.557	-	-
11. Termoligas Mineração Metalurgia SA	BA	2.967	100	43.253	-	-
12. Artefs.Técnicos Olinda SA ARTOL	PE	2.988	102	42.842	-	-
13. Noraçõ SA Ind.Com.Laminados	PE	3.067	105	41.227	5013	Armando Queiroz
14. Inds.Jossan SA	RN	3.331	115	36.247	5299	Belgo Mineira
15. Cia Brasileira Torres	PE	3.536	122	32.758	-	-
16. Cimba Cia Ind.Metalúrgica da Bahia	BA	3.560	125	32.483	5606	Cresal
J - MÁQUINAS, MOTORES E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS						
1. Engex SA Equip.Especializados	BA	1.105	32	154.047	5360	ENGESA
2. Moto Peças Transmissões SA	BA	1.226	37	134.411	5608	SIFOO
3. Ind.Romi do Nordeste SA	PE	2.747	68	48.501	5374	Romi
4. Mecânica Pesada Continental SA	AL	3.190	84	39.176	-	-
5. IMS Ind.Metalúrgica de Salvador SA	BA	3.303	89	36.963	-	-
K - MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS PARA ESCRITÓRIO						
1. Pelikañ Brasil SA Ind.Com.	BA	2.751	9	48.421	3812	Wagner Pelikan(Alemanha)

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL)
1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO GRUPO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
L - MATERIAL ELÉTRICO						
1. Pirelli Norte SA	PE	866	6	204.723	3586	Pirelli (Itália)
2. Digirede Nordeste SA	PE	1.215	10	135.783	-	-
3. Acumuladores Moura SA	PE	2.225	24	64.271	5522	Moura
4. FAE Ferragens e Apar.Elétricos SA	CE	3.060	34	41.335	3266	Emp.Sulamericanas Cons.(Panamá)
5. Forest NE SA Fab.Cond.Elétricos	PE	3.435	37	34.455	-	-
M - APARELHOS DOMÉSTICOS, MATERIAL DE COMUNICAÇÃO						
1. Phillips Eletrônica do Nordeste SA	PE	719	11	250.823	3582	Phillips (Holanda)
2. Sul America Teleinformática SA	PE	2.232	34	64.105	5263	Sul América
3. General Elétric do Nordeste SA	PE	2.684	41	50.131	3323	General Elétric GE (USA)
N - CONSTRUÇÃO NAVAL						
1. Ind. Naval do Ceará SA	CE	...	5	182.188	-	-
2. Diamar SA	PE	3.023	8	42.190	-	-
O - MATERIAL FERROVIÁRIO						
P - VEÍCULOS AUTOMOTORES						
Q - AUTOPEÇAS E CARROÇARIAS						
1. Robert Bosch do Brasil Nordeste SA	BA	1.989	33	73.552	4001	Bosch (Alemanha)
2. Motogear Norte Ind.Engrenagens SA	PE	3.360	53	35.615	-	-
R - TRATORES, MÁQUINAS DE TERRAPLANA GEM E IMPLEMENTOS						
1. CEMAG Ceará Mâq.Agrícolas SA	CE	2.227	16	64.240	-	-
S - AVIÕES E OUTROS VEÍCULOS						

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL) 1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO GRUPO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
T - MÓVEIS E ARTEFATOS DE DECORAÇÃO						
1. Socimol Ind.Colchões Móveis Ltda	PI	1.901	3	77.082	-	-
U - MADEIRAS, COMPENSADOS, LAMINADOS E ARTEFATOS						
1. Casa da Madeira SA	CE	2.482	35	55.938	-	-
2. Cikel Com. Ind. Keila SA	MA	3.363	46	35.545	-	-
V - PAPEL E PAPELÃO						
1. Cia Ind.Bras.Portela	PE	249	11	781.960	5161	João Santos
2. Itapage SA Celulose Papéis Artesf..	MA	425	16	447.459	5161	João Santos
3. Trombini Embalagens SA	BA	748	29	243.046	5149	Trombini
4. Ind.Papéis Santo Amaro SA	BA	856	31	209.303	5460	Barreto de Araújo
5. Papelão Ondulado do Nordeste SA PONSÁ	PE	1.062	35	160.903	5165	Irmãos Klabin
6. Coupel Cia.Nordestina Papel	PB	1.617	46	94.404	5288	Votorantin
7. Fab.Papel da Bahia SA SAPELBA	BA	2.725	63	49.117	-	-
8. Art.Papel do Nordeste SA ARTEPE	PE	3.079	68	41.105	3546	Norton (USA)
9. Ind.Minerva SA	PE	3.214	71	38.697	-	-
10.CINAP Com.Ind.Nordest.Artef.Papel SA	PB	3.514	76	33.058	-	-
X - QUÍMICA E PETROQUÍMICA						
1. COPENE Petroquim.do Nordeste SA	BA	27	1	6.783.025	5603	COPENE/NORQUISA
2. SALGEMA Ind.Químicas	AL	89	6	1.980.977	5603	COPENE/NORQUISA
3. Fertilizantes Nitr.NE SA NITROFERTIL	BA	97	8	1.903.009	1098	Petrobrás
4. Cia Petroquímica Camaçari CPC	BA	198	15	1.019.197	-	-
5. EDN Estireno do Nordeste SA	BA	225	18	893.840	-	-
6. Politeno Ind.Com.S'	BA	236	19	838.069	-	-
7. Rhodia Nordeste SA	PE	252	23	772.507	3618	Rhone Poulenc (França)
8. Oxitenô Nordeste SA Ind.Com.	BA	...	24	754.191	-	-
9. Tibras Titânio do Brasil SA	BA	286	27	668.422	5481	Andrade Gutierrez
10.Polipropileno SA	BA	295	28	657.279	-	-
11.Ciquine Cia.Petroquímica	BA	307	31	624.037	5493	CIQUINE

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL)
1985

SETOR/EMPRESA	ORDEM		CÓDIGO	GRUPO	
	UF	GERAL			SETOR
12.PROMOR Petroquímica SA	BA	309	32	621.650	-
13.Polialden Petroquímica SA	BA	414	40	456.659	-
14.SA White Martins Nordeste	BA	451	42	430.818	3848 Union Carbide (USA)
15.Cia Permambucana Borracha Sint. COPERBO	PE	482	45	390.236	5603 COPENE/NORQUISA
16.Nitrocarbano SA	BA	500	47	370.801	5603 COPENE/NORQUISA
17.FISIBA Fibras Sint.da Bahia SA	BA	512	49	364.001	5603 COPENE/NORQUISA
18.Rhodia Bahia SA	BA	532	50	347.138	3618 Rhone Poulenc (França)
19.Acrinor Acrilonitrila do Nordeste SA	BA	596	54	308.336	-
20.DETEN Detergentes do Nordeste SA	BA	630	56	295.484	-
21.Cia Agro Ind.Igarassu	PE	718	58	251.090	5288 Votorantin
22.Central Polimeros Bahia SA	BA	729	60	248.467	-
23.Unirhodia Unipar Rhodia Nordeste SA	BA	740	61	244.939	-
24.Cia Química Metacril	BA	743	62	244.280	-
25.Ciba Ceigy da Bahia SA	BA	761	65	238.619	-
26.Elekeiroz do NE Ind.Química SA	PE	785	67	232.754	-
27.Adubos Lagense SA	AL	791	69	230.002	-
28.C.C.C. Cia Carbonos Coloidais	BA	797	70	227.778	-
29.Álcalis do R.G. do Norte ALCANORTE	RN	830	73	216.629	5017 Atalla
30.Etoxilados do Nordeste SA	BA	885	76	199.684	1116 RFFSA
31.Cia Alcoolquímica Nacional	PE	898	77	194.674	5275 ULTRA
32.Agrofertil SA Ind.Com.Fertilizantes	PE	903	78	192.507	-
33.Ciquine Cia Ind.Químicas do Nordeste	BA	979	82	176.703	5493 CIQUINE
34.Metalquímica da Bahia SA	BA	1.087	89	156.525	3830 XEROX (USA)
35.Metanor SA Metanol do Nordeste	BA	1.119	92	151.078	-
36.BASF Química da Bahia SA	BA	1.121	93	150.606	3090 BASF (Alemanha)
37.Tintas Coral do Nordeste SA	PE	1.154	95	145.150	5706 SANFLU
38.Copenor Cia Petroquímica do Nordeste	BA	1.322	105	122.791	-
39.Química da Bahia Ind.Com.SA	BA	1.535	109	101.399	-
40.Cia Química do Recôncavo QOR	BA	1.646	112	92.169	5603 COPENE/NORQUISA
41.Agunor Gases Equip. SA	PE	1.691	113	89.475	3012 AGA A.B.(Suécia)
42.Profertil Prods.Quim.e Fertil.SA	AL	1.827	119	81.014	-
43.Química Geral do Nordeste SA	BA	1.868	122	78.945	5241 Petróleo Ipiranga

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL)
1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
44. SULFAB Cia Sulfoquímica da Bahia	BA	1.902	124	76.985	5437	NATRON
45. Silinor SA	BA	2.179	135	66.062	5241	Petróleo Ipiranga
46. CBP Cia Bras. de Poliuretanos	BA	2.207	137	64.968	-	-
47. Bombril Química SA	BA	2.244	138	63.653	5761	Rosafer
48. ICI Bahia SA	BA	2.497	145	55.525	-	-
49. Policarbonatos do Brasil S/A	BA	2.597	148	52.489	-	-
50. Carbonatos do Nordeste SA CARBONOR	BA	2.603	149	52.311	-	-
51. Mca Ultra Ind. Química SA	BA	3.433	172	34.543	5275	Ultra
52. RICINOR Ricinoquímica Nordeste SA	BA	3.489	175	33.309	5460	Barreto de Araújo
53. Glassurit do Nordeste SA Ind. de Tintas	PE	3.582	177	32.114	3090	BASF (Alemanha)
Y - PLÁSTICOS E DERIVADOS						
1. Formiplac Nordeste SA	PE	597	3	307.992	5559	Formiplac
2. Polyutil. SA Ind. Com. Mat. Plásticas	PB	1.605	19	95.717	-	-
3. Tubos Conexões Tigre Nordeste SA	BA	1.698	20	88.927	5137	HANSEN
4. Cata Nordeste SA	BA	2.013	26	72.543	5383	Martins Gomes
5. Master SA Tecidos Plásticos	CE	2.178	28	66.065	5153	IPLAC
6. Sansuy Nordeste SA Ind. Plásticos	BA	2.184	29	65.820	-	-
7. IPLAC do Brasil SA Plásticos Inds.	CE	2.692	37	49.852	5153	IPLAC
8. Master Ind. Plástica Cearense SA	CE	3.125	42	40.339	-	-
9. Campina Grande Ind. SA CANDE	PB	3.623	49	31.654	-	-
W - PETRÓLEO (REFINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO)						
Z - GÁS (PETRÓLEO)						
AA - PRODUTOS FARMACÊUTICOS, MEDICINAIS E VETERINÁRIOS						
1. Merck Maranhão Prods. Vegetais SA	MA	3.574	21	32.281	3250	E MERCK (Alemanha)

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL) 1985

SECTOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO GRUPO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
AB - PROD. PERFUMARIA, HIGIENE DOMÉSTICA VELAS, ETC						
1. Johnson e Johnson do NE SA e Com	PB	2.669	8	50.501	3423	Johnson e Johnson (USA)
2. Inds.Reunidas Raymundo da Fonte SA	PE	2.710	9	49.443	-	-
3. Phebo do Nordeste SA	BA	3.061	10	41.332	5624	PHEBO
AC - CALÇADOS						
1. Norcalsa Nordeste Calçados SA	PB	3.366	14	35.477	-	-
AD - COUROS E PELES						
1. Brestel Cia Ind.Brasil Espanha	BA	2.754	14	48.395	-	-
2. Curtume Campelo SA	BA	2.964	16	43.329	-	-
3. J.Motta Ind.Com.	RN	3.005	18	42.441	-	-
4. Curtume Ind.NE do Brasil SA Curtinbra	SE	3.043	19	41.728	-	-
5. Brasilco Curtume SA	BA	3.288	22	37.266	3981	COODINA (Espanha)
6. Curtume Cobrasil Ltda	PI	3.295	23	37.114	-	-
AE - BORRACHA E ARTEFATOS						
1. Cia Pneus Tropical	BA	365	4	517.326	5158	J. Macedo
2. Sarabor SA Regenerado Artef.Borracha	PE	2.604	14	52.300	-	-
3. BESA Borracha Esponjosa SA Ind.Com.	PB	3.573	22	32.282	-	-
AF - FIAÇÃO E TECELAGEM						
1. COBAFI Cia Bahiana Fibras	BA	292	3	661.738	5734	Família Rocha Miranda
2. Tecanor SA Textil Catarinense Nordeste	PE	498	9	371.263	5140	HERING
3. Textil Bezerra de Menezes SA	CE	521	11	355.903	5713	Bezerra de Menezes
4. Fiação Nordeste do Brasil SA FINOBRASA	CE	548	12	334.256	-	-
5. Vicunha Nordeste SA Ind.Textil	CE	674	14	273.950	5284	Família Steinbruch/Rabinovitch
6. Fiação Algodão Moco SA FMOSA	RN	837	23	214.824	-	-
7. Banylsa Tecelagem do Brasil SA	BA	861	24	206.482	-	-
8. Santista Ind.Textil do Nordeste SA	PE	876	25	201.072	5706	SANFLU
9. UNITEXTIL União Ind.Têxtil SA	CE	928	27	187.715	5381	Audizio Pinheiro

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL) 1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO		GRUPO
		GERAL	SETOR		GRUPO	GRUPO	
10. Cotene Cöteminas Nordeste SA	RN	938	28	185.853	5558	IRSA	
11. LIPASA do Nordeste SA Ind.Com.	PE	1.006	32	170.736	3798	VARTA (Alemanha)	
12. SPERB do Nordeste SA Ind.Têxtil	RN	1.125	38	149.625	-	-	
13. Textiluniao Franco Brasileira SA	CE	1.153	39	145.232	5666	Expedito Machad	
14. Fiação e Tecelagem Nortista SA	SE	1.212	40	136.485	-	-	
15. POLYNOR SA Ind.Com.Fibras Sint.Pb	PB	1.230	45	133.919	5190	Matarazzo	
16. Cia Ind.Sisal Cissal	PB	1.486	57	104.780	5539	Soares de Oliveira	
17. Araripe Têxtil SA ARTESA	PE	1.579	61	97.684	-	-	
18. Cia Sisal do Brasil COOSIBRA	PB	1.582	62	97.523	5271	Família Israel Klabin	
19. Artex SA Têxtil Nordeste	CE	1.693	68	89.453	5508	ARTEX	
20. Fiação Jangadeiro SA	CE	1.838	75	80.363	-	-	
21. São José NE SA	PE	1.850	76	79.808	-	-	
22. Cotonifício Capibaribe SA	PE	1.880	77	78.172	-	-	
23. Sisalana SA Ind.Com.	BA	1.883	78	78.039	5054	Capibaribe	
24. SA Constâncio Vieira	SE	1.922	79	75.978	5606	CRESAL	
25. Sergipe Ind.SA SISA	SE	2.108	90	68.811	5074	Constâncio Vieira	
26. Cia Têxtil Ceará COTECE	CE	2.120	92	68.231	-	-	
27. Cia Ceará Têxtil	CE	2.121	93	68.181	-	-	
28. Brascorda SA	PB	2.123	94	68.123	-	-	
29. Stella Azurra SA Ind.Com.	BA	2.168	95	66.360	-	-	
30. Malharia Ind.do Nordeste SA	PE	2.266	97	62.817	3000	Empresa Estrangeira	
31. Quararapes Têxtil SA	RN	2.272	99	62.665	5543	Guararapes	
32. Ribeiro Chaves SA Ind.	SE	2.273	100	62.645	-	-	
33. Othon Bezerra de Mello Fiação Tecelagem	PE	2.299	102	61.915	5217	OTHON	
34. Texita Cia Têxtil Tangará	RN	2.327	105	60.855	5423	Guilherme Giorgi (SP)	
35. Citex Cia Têxtil Ind.	PB	2.519	114	54.964	5539	Soares de Oliveira	
36. Fab.Gases Inds.Agro Prods.FAGIP SA	RA	2.596	118	52.559	-	-	
37. Denyltex SA Ind.Têxtil	CE	2.857	131	45.711	-	-	
38. Teka do Nordeste SA	RN	2.896	136	44.785	5695	TEKA	
39. Cotonifício Piauitinga	SE	2.905	138	44.574	5074	Constâncio Vieira	
40. Cia Têxtil Othon Bezerra de Mello	PE	3.208	145	38.756	5217	OTHON	
41. Maisa Maroim Ind.SA	SE	3.314	149	36.697	5074	Constâncio Vieira	

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL)
1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO GRUPO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
42. Thomaz Pompeu Fiação e Tecelagem SA	CE	3.420	153	34.746	-	-
43. SA Fiação Boreborema	RN	3.439	154	34.281	-	-
AG - ARTEFATOS DE TECIDOS						
1. Alpagatas NE SA	SE	264	1	722.080	5319	Alpagatas
2. Cia Fabril Yolanda	PE	664	5	278.550	5556	Albuquerque Queiroz
3. Toalia SA Ind. Têxtil	PB	2.070	15	70.274	5706	-
4. Tecelagem Parahyba do Nordeste SA	PE	2.356	17	59.967	5380	Parahyba
5. Cia Manufatura de Tecidos do Norte	PE	2.375	18	59.216	5380	Parahyba
6. Cotonifício José Rufino SA	PE	3.031	22	41.958	-	-
7. Mundica Paula SA Confecções	CE	3.546	26	32.639	-	-
AH - ARTIGOS DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS						
1. Confecções Guararapes SA	RN	176	3	1.066.987	5543	Guararapes
2. Hering Nordeste SA Malhas	PE	469	5	405.439	5140	HERING
3. Alpagatas Confecções Nordeste SA	RN	804	6	225.565	5319	Alpagatas
4. Guadalaajara SA Ind. Roupas	PI	1.235	10	133.177	-	-
5. Vilejack Ind. SA	CE	1.384	12	113.665	5666	Expedito Machado
6. Ind. Del Rio SA	CE	1.498	13	103.971	-	-
7. SA Confecções Bras. SABRA	PE	2.071	19	70.259	-	-
8. Confecções Lum's SA	CE	2.256	25	63.169	-	-
9. UNIBRAS União Bras. Confecções SA	SE	2.706	28	49.543	-	-
10. Confecções Finas SA COFISA	CE	2.868	31	45.527	-	-
11. MOAR SA Confecções Roupas	PB	2.971	32	43.194	-	-
12. LEE Nordeste SA	CE	3.180	36	39.385	-	-
13. Sulfabril Nordeste SA	RN	3.225	38	38.530	5284	Fam. Steinbruch/Rabinovitch
14. IBRAVE Ind. Bras. Vestuário SA	PB	3.572	43	32.326	5634	Sul Fabril
					5628	Vila Romana

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL) 1985

SETOR/EMPRESA	UF		ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO		GRUPO
	GERAL	SETOR	GERAL	SETOR		GRUPO	GRUPO	
AI - MOINHOS								
1. Grandes Moinhos Brasil SA Inds.Gerais	PE		566	2	322.764	5706	SANFLU	
2. Moinho Fortaleza SA	CE		760	3	238.996	5158	J. Macedo	
3. Moinho Salvador SA	BA		764	4	237.950	5158	J. Macedo	
4. Moinho Permambucano SA	PE		782	5	232.998	5421	Sistema PAM	
5. Moinho de Trigo Maranhão SA	MA		892	6	197.721	5421	Sistema PAM	
6. Refinações Milho Nordeste SA	PE		2.257	20	63.128	3851	CPC International (EUA)	
7. Grande Moinho Cearense SA	CE		3.312	27	36.711	5159	Jereissati	
8. Moinho Nordeste SA	AL		3.499	29	33.204	5158	J. Macedo	
9. Moinho de Sergipe SA	SE		3.565	30	32.408	5735	Indígena	
AJ - CARNES FRIGORIFICADAS E INDUSTRIA LIZADAS								
1. Nutribras SA Carnes Derivados	PB		2.018	26	72.333	5758	NUTRIBRAS	
2. Artbras SA Carnes Derivados	PB		2.167	30	66.368	5758	NUTRIBRAS	
3. Ind.Nordestina Carnes SA INCA	PI		2.594	31	52.586	-	-	
4. Matadouro Frig.Ind.SA MAFISA	PE		2.688	33	49.942	5600	ASSA/SOLA	
5. Granjas Reunidas CBR SA	CE		3.165	39	39.658	-	-	
6. FRICMAP SA Frig.Ind.	PE		3.258	40	37.921	-	-	
7. Frisuba Frig.Sudeste Bahiano SA	BA		3.289	41	37.263	1011	Estado da Bahia	
AK - PESCADO (PESCA E INDUSTRIALIZAÇÃO)								
1. Amazônia Ind.Com.Pesca SA	CE		1.589	4	97.141	-	-	
2. EMPESCA SA Const.Navais Pesca e Exp.	CE		1.847	6	79.913	5747	EMPESCA	
3. Pesca Imp.e Exp.SA PEIMPEX	CE		1.926	7	75.915	-	-	
4. EMBRAPESCA Emp.Bras.Pesca SA	CE		1.953	8	74.837	-	-	
5. Cia Pesca Norte Brasil COPEBRA	PB		2.076	9	70.028	-	-	
6. Pesca Alto Mar SA	PE		2.246	11	63.567	-	-	
7. Ind.Pesca do Ceará SA IPECEA	CE		2.641	12	51.254	-	-	
8. PESCANAVE SA Pesca Exp.	CE		2.764	13	48.236	-	-	
9. MARPEX Ind.Pesca SA	CE		3.548	18	32.624	-	-	

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL)
1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO GRUPO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
AL - LATICÍNIOS						
1. Cia Produtora de Alimentos	BA	598	2	307.099	3532	Nestlé (Suíça)
2. Leite Glória do Nordeste SA	BA	2.955	14	43.496	3709	Standard Brands (USA)
3. Prods. Alim. da Bahia SA ALIMBA	BA	3.188	16	39.228	-	-
AM - AÇÚCAR E ALCÓOL						
1. Cia Agro Ind.de Goiana	PE	625	14	297.444	5161	João Santos
2. Pessoa de Mello Ind.Com.SA	PE	673	15	274.725	-	-
3. Agro Inds.Vale São Francisco AGROVALE	BA	735	16	246.882	-	-
4. SA Usina Coruripe Açúcar e Alcool	AL	780	17	233.330	5318	T.Wanderley
5. Usina Central Olho D'Água SA	PE	858	22	207.441	5268	Tavares de Mello
6. EMBAUBA SA Desenv.Energético	BA	930	23	187.168	-	-
7. Triunfo Agro Ind.SA	AL	940	24	185.70	-	-
8. Usinas Reunidas Seresta SA	AL	952	25	182.363	-	-
9. Mendo Sampaio SA	AL	954	26	181.974	-	-
10. Usina Caete SA	AL	972	30	178.628	-	-
11. Usina Trapiche SA	PE	1.025	32	166.259	5049	Brennard
12. Ind,Porto Rico SA	AL	1.045	34	163.566	-	-
13.Cia Açucareira Usina Laginha	AL	1.092	36	155.861	5760	João Lyra
14.Usina Salgado SA	PE	1.094	37	155.799	5556	Albuquerque Queiroz
15.Usina São José do Pinheiro SA	AL	1.151	38	145.615	-	-
16.Usina São José do Pinheiro SA	SE	1.181	40	141.789	-	-
17.AGROVALE Cia Agro Ind.Vale Curu	CE	...	45	128.108	-	-
18.Refinação Açúcar do Norte SA	PE	1.301	46	125.067	-	-
19.União Ind. do Nordeste SA UNISA	AL	1.305	47	124.470	5760	João Lyra
20.Usina Pedroza SA	PE	1.316	48	123.504	-	-
21.Usina Estivas SA	RN	1.341	49	119.940	5268	Tavares de Melo
22.Usina Pumaty SA	PE	1.415	53	111.201	-	-
23.SA Leão Irmãos Açúcar e Alcool	AL	1.473	56	106.017	-	-
24.Usina Catende SA	PE	1.478	58	105.584	-	-
25.Usina Alegria SA	AL	1.492	61	104.286	-	-
26.Usina Matary SA	PE	1.599	67	96.517	5359	José Maranhão

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL) 1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO GRUPO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
27. Usina Paranagua SA	BA	1.604	68	95.759	-	-
28. Cia Usina Bulhões	PE	1.661	70	91.370	-	-
29. Destilaria Baía Formosa SA	RN	1.664	71	90.995	-	-
30. Usina São José SA	PE	1.736	74	86.757	-	-
31. Usina Petribu SA	PE	1.758	76	85.423	5288	Votorantin
32. Usina Cansação do Sinimbu SA	AL	1.896	81	77.970	-	-
33. Usina Central N. Sra. Lourdes SA	PE	1.999	87	72.996	-	-
34. Destilaria Miriri SA	PB	2.119	91	68.237	-	-
35. Cia Açucareira Norte de Alagoas	AL	2.176	94	66.081	-	-
36. Usina Cruangi SA	PE	2.194	95	65.469	5217	OTHON
37. Caiena Cia Agro Ind. Sta. Helena	PB	2.230	98	64.168	-	-
38. Japunju Agro Ind. SA	PB	2.236	99	63.957	-	-
39. Sa Usina Ouricuri Açúcar Alcool	AL	2.241	100	63.780	-	-
40. Cia Usina Tiama	PE	2.443	110	57.213	-	-
41. Cia Açucareira Usina Caprici	AL	2.483	113	55.932	-	-
42. Usina Serra Grande SA	AL	2.599	123	52.469	5288	Votorantin
43. Usina Santa Clotilde SA	AL	2.606	124	52.268	-	-
44. Destilaria Autônoma Porto Alegre Ltda	AL	2.752	129	48.409	-	-
45. Usina Barça SA	PE	2.840	132	46.325	-	-
46. Usina União e Indústria SA	PE	2.880	133	45.253	-	-
47. Usina Central Barreiros SA	PE	2.933	137	44.015	-	-
48. Cia Açucareira Alagoana	AL	2.944	138	43.895	5217	OTHON
49. Gramame Ind. Agr. SA	PB	2.949	139	43.738	5760	João Lyra
50. Usina Bom Jesus SA	PE	2.952	140	43.668	5268	Tavares de Melo
51. Penedo Agro Ind. SA	AL	3.025	141	42.172	-	-
52. Usina Santa Maria SA	PB	3.056	144	41.396	-	-
53. Agro Ind. Serrana SA AGRISA	AL	3.069	145	41.192	-	-
54. Usina Santana SA	PB	3.074	147	41.138	-	-
55. Usina Vassouras SA	SE	3.222	150	38.577	-	-
56. Usina Ipojuca SA	PE	3.340	155	36.057	-	-
57. Cia Açucareira Vale do Ceará-Mirim	RN	3.359	156	35.641	-	-
58. Cia Agro Ind. Quêna Irmãos	AL	3.406	158	34.924	-	-

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL) 1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO GRUPO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
59.Cia Açucareira Central Sumauma	AL	3.455	160	33.881	-	-
60.Cia Agro Ind.Vale do Camaragibe	AL	3.495	161	33.234	-	-
61.Usina Barão de Suassuna SA	PE	3.516	162	33.018	-	-
62.Destilaria Jacuêpe SA	PB	3.557	166	32.515	-	-
AN - CAFÉ						
AO - ÓLEOS VEGETAIS						
1. Brasil Oitica SA	CE	448	5	432.951	5164	CIDAO
2. Cidao SA	CE	985	12	175.748	5164	CIDAO
3. Inds.Coelho SA	PE	1.142	13	146.828	5586	Souza Coelho
4. Alimonda SA	PE	1.189	14	139.742	-	-
5. Cia Óleos Paraibano COPA	PB	2.091	29	69.299	-	-
6. Usina Livramento Ind.Com.Ltda	PI	2.402	31	58.420	-	-
7. Cia Ind.Óleos Nordeste CIONE	CE	2.636	34	51.340	-	-
8. Óleos de Palma SA Agro Ind.Opalma	BA	2.677	35	50.286	-	-
9. Soares de Oliveira Com.Ind.SA	PB	3.532	38	32.802	5539	Soares de Oliveira
10.Rachid Abdalla SA Ind.Com.	MA	3.640	39	31.382	-	-
AP - PRODUTOS ALIMENTARES DIVERSOS						
1. Ind.Alim.Carlos de Brito SA	PE	565	8	323.565	5286	Mansur
2. M.Dias Branco SA Com.Ind.	CE	741	14	244.736	-	-
3. Inds.Conservas Alims.CICANORTE SA	PE	...	17	231.788	5040	Bonfiglioli
4. Berkau SA Com.Ind.	BA	...	19	167.820	-	-
5. Joanes Ind.SA Prods.Quims.e Vegetais	BA	1.027	19	166.124	3335	Gill et Ruffs (Grã-Bretanha)
6. Cia Produtos Pilar	PE	1.323	23	122.495	-	-
7. Cia Alimentos do Nordeste CIALNE	CE	1.387	24	113.507	-	-
8. Sococo SA Inds.Alimentícias	AL	1.401	25	112.590	-	-
9. São Braz SA Ind.Com.Alimentos	PB	1.571	28	98.642	-	-
10.Cajunorte do Brasil SA	PI	1.644	29	92.384	-	-
11.Irmaos Fontenele SA Com.Ind.Agric.	CE	1.958	39	74.711	-	-
12.Cecosa Ind.Integr.Gervásio Costa SA	PI	2.043	42	71.329	-	-

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL)
1985

SETOR/EMPRESA	UF	ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO	GRUPO
		GERAL	SETOR			
13. Oleaginosas Maranhense SA OLEAMA	MA	2.226	48	64.251	5278	União Fabril UFE
14. Iracema Inds.de Cajú-SA	CE	2.285	49	62.224	3050	Anglo A.Co of S.Africa (África do Sul)
15. Leiner Alagoana Gelatinas Colag.Ind.Ltda	AL	2.316	50	61.141	5765	Somone Divergel
16. Palmeiron SA Ind.ALIMS.	PE	2.455	54	56.784	5643	Bompreço
17. Caucaia Ind.SA CA SA	CE	2.649	56	51.071	5620	Queiroz Vianna
18. Caju do Brasil SA Agro Ind.Cajubraz	CE	2.812	60	46.940	-	-
19. Jati Ind.Caju SA	CE	3.033	71	41.913	3050	Anglo A.Co.of.S.Africa (África do Sul)
20. Cia Ind.Coco Ducoco	CE	3.049	72	41.534	-	-
21. Novali Nova Descoberta Alimentos SA	PE	3.146	75	39.976	-	-
22. Olical Ind.SA	CE	3.147	76	39.970	5164	Cidao
23. Brejo Velho Alimentos SA	PE	3.218	79	38.647	-	-
24. Cajuba Caju da Bahia SA	BA	3.566	90	32.402	5102	Econômico
25. Purina do Nordeste SA	PE	3.587	91	32.022	-	-
26. Cargill Nordeste SA	PE	3.597	92	31.937	3152	Cargill (USA)
27. Eliseu Batista SA Com.Ind.	CE	3.611	93	31.758	-	-
28. Frutos Tropicais SA	SH	3.642	94	31.370	3408	-
AQ - BEBIDAS E REFRIGERANTES EM GERAL						
1. Inds.Bebidas Antartica Nordeste SA	BA	304	3	628.040	5009	Antarctica
2. Ind.ALIMS.Maguary SA	PE	620	9	298.201	3121	British American Tobacco (Grã-Bretanha)
3. Ind.Beb.Antarctica Piauí SA	PI	1.191	15	139.582	5009	Antarctica
4. Cia Beb. da Bahia CIBEB	BA	1.320	20	123.065	5044	Brhama
5. Cervejaria ASTRA	CE	1.509	24	102.760	-	-
6. Liberdade Agro Ind.SA LAISA	PE	1.531	26	101.670	-	-
7. Cervejaria Nordestina SA CERNA	RN	1.674	28	90.265	5753	CERPASA
8. Engarráfamento Pitú Ltda	PE	1.778	29	84.246	-	-
9. Cervejaria Maranhense SA CERVMAR	MA	1.918	33	76.185	5753	CERPASA
10. Bacardi SA	PE	1.968	34	74.410	3069	Bacardi International (Bermudas)

TABELA A.III.4 - NORDESTE - GRUPOS ECONÔMICOS A QUE SE LIGAM AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA" - REVISTA VISÃO. (2.000 MAIORES INDÚSTRIAS DO BRASIL) 1985

SETOR/EMPRESA	UF		ORDEM		PL (Cr\$milhões)	CÓDIGO		GRUPO
	UF	GERAL	SETOR	GERAL		CÓDIGO	GRUPO	
11. Raymundo da Fonte Ind. SA	PE	2.195	37		65.397	-	-	-
12. INTRAFRUT Ind. Transfd. Frutos SA	PB	2.978	43		43.046	-	-	-
13. FRUTENE Ind. Frutas do Nordeste SA	SE	3.132	47		40.180	5460	Barreto de Araújo	
14. Monteiro Refrigerantes SA	CE	3.321	53		36.450	-	-	-
15. CIRESF Cia Refrigerantes São Francisco	SE	3.390	54		35.126	5074	Constância Vieira	
AR - FUMO E PRODUTOS DE FUMO								
AS - JORNAIS								
1. Diário de Pernambuco SA	PE	2.924	6		44.231	5092	Diários Associados	
AT - EDITORAS E GRÁFICAS								
1. Moore Formulários NE SA	PE	2.963	18		43.351	-	-	-
AU - CONGLOMERADOS								
AV - INSTRUMENTOS E APARELHOS PROFISSIO NAIS E DE PRECISAO								
AX - ARTIGOS DIVERSOS								
1. Itabuna Ind. SA ITAISA	BA	...	4		111.633	-	-	-
2. Samica Isolamentos SA	CE	1.950	8		74.889	-	-	-
3. Codistil do Nordeste SA	PE	2.903	16		44.646	-	-	-

FONTE: "Quem e Quem na Economia Brasileira", Revista Visão (1978, 1986)
OBS: A "ordem geral" corresponde ao posicionamento da empresa entre as maiores empresas agropecuárias, industriais, comerciais, financeiras, de engenharia civil, etc. do país. Vale dizer, a ordem no rol de todas as empresas nacionais e não apenas as industriais.